

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 13 NÚMERO 1

Revista Interfaces

Editora

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)

Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antônio Esteves (UNESP)

Dra. Aracy Ernest (UCPEL)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF) in memoriam

Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)

Dra. Ercilia Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores ad doc, desta edição (Vol. 13, no. 01)

Adilson Carlos Batista

Adéli Bortolon Bazza

Alexandre Marcelo Bueno

Alice Atsuko Matssuda

Andriele Aparecida Heupa

Aline Venturini

Bárbara Del Rio de Araújo

Célia Bassuma Fernandes

Cibele Krause-Lemke

Davi Gonçalves

Denise Gabriel Witzel
Diego Barbosa da Silva
Diórgenes Buenos Aires de Carvalho
Elivélton Assis Krümmel
Érica Fernandes Alves
Everton Ribeiro
Fidah Mohamad Harb
Felipe Soares
Gabriel Pinezzi
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Ivaneide Gonçalves de Brito
Jéssica Klimaczewski
José Carlos Moreira
Kelly Fernanda Guasso da Silva
Leonardo Augusto Bora
Leandro Tafuri
Lucas Martins Flores
Luciane Baretta
Luis Felipe Dias Lopes
Maria Cláudia Teixeira
Marilda Lachovski de França
Maristela Campos
Marcus Vinicius da Silva
Nádia Nelzira Lovera de Florentino
Neide Garcia Pinheiro
Pamela Tais Capelin
Priscylla Karollyne Gomes Dias
Renata Chystina de Barros
Rafael Bento Fernandes
Rafael Silva Souto
Renata Adriana de Souza
Ruy Martins dos Santos Batista
Sanimar Busse
Tânia Clemente de Souza
Thais Fernandes dos Santos
Vaima Regina Alves
Verli Petri
Wendel Cássio Christal

Revisores de texto

Eloisa Baldissarelli
Maria Cláudia Teixeira

Arte da capa e diagramação

Luis Eduardo Gomes

Responsáveis Técnicos

Luis Eduardo Gomes

Nota: O conteúdo dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

Apresentação: Na interface entre a Língua e a Literatura: leitura, interpretação, compreensão

Maria Cleci Venturini 7-11

Artigos

Em busca por genealogias: memória e deslocamento nas literaturas de fluxos migratórios

Dionei Mathias 12-22

Brincando com as palavras: construção da identidade brasileira em Macunaíma

Roberta Tiburcio Barbosa 23-31

Memória, luto e resistência: as ideias em desenvolvimento no ensaio de Rosa Montero

Scheyla Joanne Horst 32-43

A mentira encenada em Joias de Família, de Zulmira Ribeiro Tavares

Luciano Dias Cavalcanti 44-53

A possibilidade de um sujeito em Saussure: algumas reflexões sobre o curso de linguística geral

Vitor Augusto Werner dos Reis 54-63

A percepção de lugar e o lugar da percepção na narrativa literária

Danilo de Oliveira Nascimento 64-76

A história da invisibilidade: o livro-vida de Eurídice

André Eduardo Tardivo 77-88

A manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva institucional brasileiro: discursos sobre igualdade de gênero em análise

Camilla Cruz 89 -99

“PAPAI, EU QUERO UMA EMBAIXADA”: SOBRE A INDICAÇÃO DE EDUARDO BOLSONARO E AS RELAÇÕES ENTRE O JÁ-DITO E O EFEITO DE NOVIDADE

Daléxon Sérgio da Silva, Éderson Luís Silveira 100-112

Eleições presidenciais de 2018: um acontecimento discursivo

Beatriz Rocha de Oliveira, Edvania Gomes da Silva 113-130

A construção sociocriativa do vocabulário pandêmico: amostras de uma perspectiva não representacional

Camila Maria dos Santos Silva, Jariza Augusto Rodrigues 131-141

A cultura africana retratada nos livros de literatura infantojuvenil do PNBE

Gladir da Silva Cabral, Renata Fernandes 142-160

Neusa Martins Carson: entre a produção e a circulação do conhecimento linguístico	
Thaís Costa da Silva	161-169
Desdenhando de vidas, compactuando com a morte: análise das falas de Bolsonaro para vilipendiar a vacinação contra COVID-19 no Brasil	
Maiune de Oliveira Silva	170-182
Estratégias de argumentação e retórica na construção do ethos do orador em um relato pessoal durante a pandemia de covid-19	
Carla Correia, Eliene Farias da Silva, Fabiana Lisboa Ramos Menezes	183-194
Uma proposta de produção textual a partir da abordagem imitativa de uma redação nota máxima do ENEM	
Luciano Araújo Cavalcante Filho	195-213
Reflexões sobre a prenda gaúcha: máscaras do/no imaginário riograndense	
Luana Vargas Aquino	214-229
Ao pó retornemos: Arqueologia em Dark, um Adão segundo a vontade de Eva	
Felipe Soares	230-244
“O monstro da grande miséria”: considerações sobre a modernidade no conto “As palavras da máquina”, de João do Rio	
Sabrina Ferraz Fraccari	245-256
Discurso digital e efeitos de sentido de “preto” na materialidade digital	
Débora Raquel Hettwer Massmann	257-269

NA INTERFACE ENTRE A LÍNGUA E A LITERATURA: LEITURA, INTERPRETAÇÃO, COMPREENSÃO

Maria Cleci Venturini

A leitura, conforme defende Orlandi (2004), passa por três fases e faz parte de um processo que envolve a memória e discursos que circularam antes em outros lugares. Na Revista Interfaces e no Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado e Doutorado – da UNICENTRO, ‘olhamos’ para as materialidades a serem ‘lidas’ pelas interfaces, especialmente, no que se refere à Literatura, a qual é sempre lida a partir de uma língua, não ‘escapando’ de suas regras, nem dos processos pelos quais ela pode ser ‘trapaceada’, trabalhada, fazendo com que os sentidos deixem de ser homogêneos.

A leitura – no seu primeiro estágio – contempla a entrada em contato com a materialidade, já a segunda, relativa à interpretação, considera a formulação como discurso (efeito de sentidos entre A e B), conforme Pêcheux ([1969], 2019), ocorrendo entre sujeitos, que são interpelados ideologicamente e atravessados pelo inconsciente. Desse modo, consideram as condições de produção de cada texto publicado na revista, da própria materialidade, cada articulista e pesquisador, entendendo que cada um se debruça sobre o arquivo e elege o dispositivo teórico-metodológico, instaurando efeitos de sentidos e construindo evidências que desnudam, reproduzem e transformam acontecimentos, sujeitos, obras literárias, conceitos que significam a formação social. Já a compreensão, terceiro estágio, abarca, também, as memórias e os discursos que circularam antes em outros lugares, sinalizando para o movimento de sentidos.

Vale destacar, com o que dissemos antes, a missão da Revista Interfaces é dar visibilidade à língua fazendo sentido não só a partir da Linguística e nem só em pesquisas que a tomam nela mesma, mas a partir do que, na área de Letras fazemos, como pesquisadores e estudiosos que veem também a exterioridade, o que é dito, mas também, o que não é dito, as memórias visibilizadas, destacadas e também aquelas que ‘ameaçam’, são ‘ameaçadas’ constituídas, como nos diz Robin (2016, p. 215) “de fragmentos, de retalhos mais ou menos deslocados, ocultos, esquecidos, que grupos ou indivíduos procuram fazer vir à tona, grupos de vítimas da história que pedem o que lhes é devido [...]”. A história, nesse dizer, traz a Shoá, mas poderia trazer a ditadura na Argentina, no Brasil e em outros países. Com relação à atualidade, poderia estar trazendo a invasão da Rússia à Ucrânia ou a dominação de países poderosos que buscam

‘engolir’, dominar, subjugar países que, podem lhes trazer vantagens econômicas, enfim, mais poder.

Na escritura, conforme Barthes (2007, p. 9), “o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático”, fazendo com que a língua “rumoreje” (BARTHES, 2012) e deixe de ser tirana e fechada nela mesma, fazendo com que o saber tenha sabor e sempre mais saber. Vemos, além disso, que é pela língua que a Literatura pode trazer à tona as memórias subterrâneas e silenciadas. Tomando as interfaces, que se faz por escrituras, que a Revista Interfaces, em seu primeiro número do ano de 2022, traz vinte artigos e procura, a partir dessas formulações, abarcar um número grande de programas de pós-graduação e de pesquisadores em formação e pesquisadores que ‘formam’ outros pesquisadores, promovendo discussões e dizemos promovendo discussões por compreender que o texto publicado é perene, tem uma circulação que permanece por mais tempo, especialmente, por estar disponível e ser de livre acesso. Desse modo, apresentamos esse número, saudando a UFSM (RS), A UFPB (Pernambuco), UNICENTRO, UEM (PR), UNICAMP (Campinas/SP), UNISUL, UFSC (SC), UFR (MT), UESB (BAHIA), UECE (Ceará), UFCat – Universidade Federal do Catalão (Goiás), UFAL (Alagoas) e dizendo do muito que significa para a UNICENTRO e para o Programa de Pós-Graduação em Letras ser este lugar que promove a divulgação do saber e se propõe a ser interface – um lugar de entremeio.

No artigo, “Em busca por genealogias: memória e deslocamento nas literaturas de fluxos migratórios”, Dionei Mathias (UFSM) objetiva discutir a intersecção entre o conceito de memória e de literatura de fluxos migratórios. O autor assevera que, embora não seja fenômeno recente na literatura, observa-se uma intensificação, a partir da metade do século XX. Considerando dois vetores paradigmáticos (memórias da origem e

novas práticas memoriais no país de assentamento), o artigo ilustra sua argumentação com o romance “Mano”, de Anja Tuckermann, o qual narra a “a história de um menino pertencente à minoria étnica rom, cuja família migra da Hungria para Alemanha, no período pré-nazista. O texto ilustra, de forma paradigmática, a complexidade da dinâmica memorial na literatura de fluxos migratórios.”

Roberta Tiburcio Barbosa (UFPB) traz, no artigo “Brincando com as palavras: construção da identidade brasileira em Macunaíma”, uma análise sobre como as palavras usadas no “léxico macunaímico” constroem a noção de nação brasileira. Alicerça-se, a fim de dar conta do objetivo central do trabalho, em pesquisa bibliográfica acerca da semântica lexical para identificar os jogos de palavras e os efeitos de sentidos decorrentes dos enunciados.

Por sua vez, Scheyla Joanne Horst (Unicentro), no artigo “Memória, luto e resistência: as ideias em desenvolvimento no ensaio de Rosa Montero” destaca que o ensaio é um gênero textual que pode causar efeito caleidoscópico em quem lê, partindo do que parece íntimo e se ampliando a questões de maior reverberação social em movimento circular. Nesse sentido, para ilustrar a sua ideia, a pesquisadora mobiliza o ensaio pessoal da escritora espanhola Rosa Montero, intitulado A ridícula ideia de numa mais te ver, no qual mituram-se experiências próprias da escritora com as de outra mulher, a cientista Marie Curie. Reverberam, nesta escrita, questões afeitas à memória, luto, feminismo e resistência.

Em “A mentira encenada em Joias de Família, de Zulmira Ribeiro Tavares”, Luciano Dias Cavalcanti (Unicamp), traz uma reflexão sobre a referida obra da autora paulistana. O pesquisador destaca que a obra em tela evidencia uma narrativa que representa as encenações da elite paulistana e que suas personagens atuam através da mentira e da falsa aparência, ações características de seu

meio social. “Através de um realismo singular, Zulmira representa a dinâmica social da burguesia paulistana que pode jogar com a realidade à sua volta, revelando o por detrás das relações sociais.”

Vitor Augusto Werner dos Reis (UNISUL) apresenta o artigo “A possibilidade de um sujeito em Saussure: algumas reflexões sobre o Curso de Linguística Geral”. Nele, o autor reflete sobre a possibilidade de um sujeito na obra de Ferdinand Saussure. Para isso, analisa as questões abordadas pelo mestre genebrino, a saber: dicotomia língua e fala, valor do signo linguístico, as relações sintagmáticas e associativas, enfatizando o caráter mnemônico do eixo associativo.

O pesquisador Danilo de Oliveira Nascimento, da Universidade Federal de Rondonópolis (MT), no artigo “A percepção de lugar e o lugar da percepção na narrativa literária”, discute o processo de experiência perceptiva pelo leitor no lugar da narrativa a partir da fenomenologia da percepção e da geografia humanista. O autor esclarece que “Ao adotarmos essas perspectivas de estudo de lugar na narrativa, consideramos as dinâmicas de intersecção e de perpassagem de/entre instâncias textuais e extratextuais como fundamentais para compreensão do lugar narrativo enquanto fenômeno de temporalidade, eventualidade e duração.”

A obra *A vida invisível* de Eurídice Gusmão (2016), de Martha Batalha, é objeto de análise no artigo “A história da invisibilidade: o livro-vida de Eurídice”, do pesquisador André Eduardo Tardivo (UEM). Com o objetivo de analisar interpretativamente o romance, destacam-se as representações femininas e as questões de trabalho que envolvem as mulheres da primeira metade do século XX. Além disso, o autor reflete sobre a contribuição da escrita para o processo de subjetivação da personagem principal.

Em “A manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva institucional

brasileiro: discursos sobre igualdade de gênero em análise”, Camila Cruz (UFSM) evidencia uma análise discursiva do processo de manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva brasileiro, a saber: *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública)* do IFAL (Instituto Federal de Alagoas, 2018). Alicerçada teoricamente na *Análise de Discurso* de orientação francesa, a autora, em seu gesto de interpretação, identifica duas formações discursivas possíveis: não-sexista e inclusiva de gênero.

Davi Gonçalves (UNICENTRO) apresenta o artigo “O pesadelo do Celta: uma tradução revisionista da História de Roger Casement”. Nele, o autor, a partir de pressupostos dos estudos periféricos pós-coloniais e de gênero e sexualidade, visa analisar se é possível compreender a obra *O sonho do celta* (LLOSA, 2011) como uma tradução revisionista da história do diplomata Roger Casement. Por meio de sua análise, o pesquisador sugere que personagens históricos também podem ser traduzidos e retraduzidos por meio da arte.

Em “Eleições presidenciais de 2018: um acontecimento discursivo”, Beatriz Rocha de Oliveira (UESB) e Edivania Gomes da Silva (UESB) visam a apresentar um recorte de uma pesquisa maior e tomam como objeto de pesquisa as eleições presidenciais de 2018. As autoras buscam saber como as eleições se transformaram em um acontecimento discursivo. Para isso, analisaram as publicações dos candidatos no Twitter e trechos de reportagens, que tratam de diferentes aspectos da disputa e foram veiculados na mídia digital. A análise dos dados foi feita com base no arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso e os resultados apontam dois motivos que permitem dizer que se trata de um acontecimento discursivo. O primeiro motivo indica que esse acontecimento se inscreve em uma rede de memória, vinculada a acontecimentos inscritos na

história e o segundo motivo é que o acontecimento produz um novo domínio de memória, um efeito de novidade.

Camila Maria dos Santos Silva (UECE) e Jariza Augusto Rodrigues (UECE), em “A construção sociocriativa do vocabulário pandêmico: amostras de uma perspectiva não representacional”, discutem, a partir do imbricamento entre língua e práticas socioculturais, o caráter não representacional da língua(gem). Para isso, mobilizam as palavras “rebanho” e “máscara”, que fazem parte do vocabulário pandêmico, visando discutir a relação entre as recategorizações dessas palavras e as motivações históricas, sociais, políticas e culturais decorrentes do contexto de pandemia de Covid-19.

Gladir da Silva Cabral e Renata Fernandes (UFSC) realizam, no artigo “A cultura africana retratada nos livros de literatura infantojuvenil do PNBE”, uma importante discussão sobre a representatividade da cultura negra em livros do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Consideram que, de certo modo, a cultura africana e dos afrodescendentes brasileiros está presente nas obras distribuídas pelo programa. Para a realização do trabalho, as pesquisadoras realizaram uma análise de conteúdo das obras de literatura infantojuvenil incluídas no referido programa, publicadas em 2013.

O artigo “Neusa Martins Carson: entre a produção e a circulação do conhecimento linguístico”, de Thaís Costa da Silva (UFSM), é resultado de dissertação de mestrado. Centrado na obra da linguista santa-mariense Neusa Martins Carson, que contribuiu para o desenvolvimento das Línguas das línguas indígenas na América do Sul, o trabalho objetivou analisar as posições-sujeito assumidas pela referida linguista em artigos publicados na Revista Letras de Hoje e na Revista do Centro de Artes e Letras.

“Desdenhando de vidas, compactuando com a morte: análise das falas de Bolsonaro

para vilipendiar a vacinação contra COVID-19 no Brasil”, de Maiune de Oliveira Silva (UFCat – Universidade Federal do Catalão), tem como objetivo discutir e analisar trechos de falas do presidente Jair Bolsonaro acerca da aplicação de vacinas no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a autora selecionou entrevistas do presidente concedidas entre julho de 2020 e março de 2021 e versam sobre a produção das candidatas a vacinas, a aprovação dos compostos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além de referirem-se a compra e aplicação dos imunizantes no país. As análises sinalizam, segundo a autora, para um o fato de que “nas escolhas lexicais do presidente há um continuum do movimento antivacina idealizado nos idos oitocentistas, agravado pela praticidade da era digital.”

“Estratégias de argumentação e retórica na construção do ethos do orador em um relato pessoal durante a pandemia de COVID-19”, de Carla Correia, Eliane Farias da Silva e Fabiana Lisboa Ramos Menezes (UFAL), objetiva analisar a construção do ethos da estudante-oradora do relato intitulado EaD na visão de uma Estudante de Escola Pública, disponibilizado na plataforma digital Guicas Covid-19: comunidade escolar, criada pela organização não-governamental Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Alicerçadas em Reboul (2004) e Fiorin (2015), dentre outros, as autoras analisam alguns argumentos e figuras de argumentação e retórica, bem como as estratégias argumentativas utilizadas pela oradora e que contribuem para a formação de seu ethos.

Na sequência, o artigo “Uma proposta de produção textual a partir da abordagem imitativa de uma redação nota máxima do ENEM”, de Luciano Araújo Cavalcante Filho (UFC), representa uma contribuição para o ensino de Língua Portuguesa, pois sugere uma atividade didática de produção textual. O autor, a partir da abordagem imitativa proposta por Serafini (2003) e Vieira (2005),

seleciona uma redação-modelo entre os textos nota máxima divulgados na Cartilha do Participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e busca formular um modelo prototípico de natureza dissertativo-argumentativo a ser seguido pelos alunos.

“Reflexões sobre a prenda gaúcha: máscaras do/no imaginário riograndense”, de Luana Vargas Aquino (UFSM), explicita algumas considerações sobre a construção das representações da mulher gaúcha dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Ao selecionar dois capítulos do livro *Ser Peão, Ser Prenda* e uma reportagem intitulada *Primeira trans do Movimento Tradicionalista Gaúcho*, a autora convoca tensionamentos “acerca do imaginário simbólico e social da noção de memória discursiva” a fim de analisar a figura da “prenda, uma representação construída histórica e socialmente através do MTG.

Felipe Soares (UNICENTRO), no artigo “Ao pó retornaremos: Arqueologia em Dark, um Adão segundo a vontade de Eva”, objetiva lançar uma investigação arqueológica mobilizando conceitos como enunciado, arquivo e verdade. Em sua investigação, o autor seleciona como objeto/acontecimento o mito bíblico de Adão e Eva, revisitado, hoje, pela série de TV *Dark* visando “rvidenciar o processo de fabricação de ‘verdades’ no interior das próprias escrituras sagradas/míticas/midiáticas”.

Em “O monstro da grande miséria”: considerações sobre a modernidade no conto ‘As palavras da máquina’, de João do Rio”, Sabrina Ferraz Fraccari (UFSM), baseando-se nas concepções de modernidade pastoral e antipastoral, definidas por Berman (1986), a partir de Baudelaire, objetiva refletir sobre as diferentes perspectivas da modernidade apresentadas pelo narrador e pela máquina no conto *As palavras da máquina*, de João do Rio. Além disso, é sua intenção discutir as suas implicações para o sujeito moderno.

Thiago da Silva Lima e Débora Hettwer Massmann (UFAL) apresentam o artigo “Discurso digital e efeitos de sentido de “preto” na materialidade digital”, visam a analisar o processo de (in)significação de corpos pretos no/pelo espaço digital, que provoca diferentes formas de significação dos sujeitos individuados por instituições outras. Como material de análise, as autoras mobilizam o vídeo “como um preto pode ficar rico no Brasil”, veiculado no canal YouTube thiagofonseca. No gesto de interpretação, questionam “os usos de recursos visuais e os dizeres do sujeito como uma forma de questionar o apagamento de traços subjetivos de si e de seu público para se ajustar ao lugar social da riqueza.”

Apresentados os vinte artigos, desejamos a todos uma boa leitura e já começamos a preparar os outros três números de 2022.

Referências

BARTHES, Roland. 1987. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, pp. 49-53, 2012.

BARTHES, Roland. **Aula**. Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moyses. São Paulo: Cultrix, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Discursos em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do Discurso**. Trad. Eni Orlandi e Graciely Cintra. Campinas/SP: Pontes Editores, 2020.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Trad. Cristiane Dias, Graciely Costa. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2016.

EM BUSCA POR GENEALOGIAS: MEMÓRIA E DESLOCAMENTO NAS LITERATURAS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS

Dionei Mathias¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a intersecção entre o conceito de memória e a literatura de fluxos migratórios. A representação de experiências de migração não é um fenômeno recente na literatura, mas ela tem se intensificando a partir da segunda metade do século XX. Nesse horizonte, a questão na memória tem recebido atenção crescente, uma vez que o deslocamento cultural implica uma transformação nas formas de administrar as narrativas memoriais. Com foco em dois vetores paradigmáticos, este artigo discute como dinâmicas macrossociais impactam na esfera individual, diferenciando entre memórias da origem e as novas práticas memoriais no país de assentamento. Para ilustrar a argumentação, o artigo recorre ao romance *Mano*, de Anja Tuckermann. O texto narra a história de um menino pertencente à minoria étnica rom, cuja família migra da Hungria para Alemanha, no período pré-nazista. O texto ilustra, de forma paradigmática, a complexidade da dinâmica memorial na literatura de fluxos migratórios.

Palavras-chave: Literatura de fluxos migratórios. Memória. Anja Tuckermann. *Mano*.

IN SEARCH OF GENEALOGIES: MEMORY AND DISPLACEMENT IN LITERATURES OF MIGRATORY FLOWS

Abstract: This article aims to discuss the intersection between the concept of memory and the literature on migratory flows. The representation of migration experiences is not a recent phenomenon in literature, but it has been intensifying since the second half of the 20th century. In this horizon, the issue of memory has received increasing attention, since cultural displacement implies a transformation in the ways of dealing with memorial narratives. Focusing on two paradigmatic vectors, this article discusses how macro-social dynamics impact on the individual sphere, differentiating between memories of origin and new memorial practices in the settlement country. To illustrate the argument, the article draws on Anja Tuckermann's novel *Mano*. The text tells the story of a boy belonging to the Rom ethnic minority, whose family migrates from Hungary to Germany, in the pre-Nazi period. The text illustrates, in a paradigmatic way, the complexity of the memorial dynamics in the literature on migratory flows.

Keywords: Literature of migratory flows. Memory. Anja Tuckermann. *Mano*.

¹ Doutorado em Letras (UFPR), professor de Língua e Literatura na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dioneimathias@gmail.com

Introdução

As turbulências do século XX e do início de século XXI promoveram constantes e interruptos fluxos migratórios nas diferentes regiões do globo. As motivações são múltiplas: ameaças climáticas, pobreza, conflitos armados e, muitas vezes, regimes totalitários. O que esses diferentes desencadeadores da migração têm em comum é a impossibilidade de construir uma narrativa de identidade em consonância com os anseios individuais, forçando indivíduos a abandonar o espaço da primeira socialização, a fim de encontrar um lugar menos hostil às dimensões particulares do si. Junta-se ao silenciamento dos anseios identitários, a presença quase constante da violência, nas suas mais diversas formatações, impedindo a obtenção de voz e agência.

Como objeto de estudo da literatura comparada, a produção oriunda de contextos de fluxos migratórios é transnacional por excelência (FRIEDMAN, 2007), convidando leitores a abandonar o crivo nacional/nacionalista do século XIX para pensar as “refrações da realidade” (PELLEGRINI, 2009, p. 13) no texto literário, a partir de outras modalidades de concepção do pertencimento. Transcender a lógica dos muros nacionais (BERND, 2013a) traz consigo uma série de revisões discursivas. Isso não significa automaticamente abandonar o espaço nacional, mas, definitivamente, implica um deslocamento de foco. Trata-se de um movimento em que a atenção talvez esteja menos voltada para estabilização da narrativa político-nacional de um determinado grupo étnico e mais interessada na discussão de um espaço compartilhado da vida, onde o passaporte deixa de representar a condição primeira para o acesso à solidariedade de um grupo social.

Diretamente atrelado a esse esforço de pensar o deslocamento, encontra-se o desafio de transformar as dinâmicas que instauram as

genealogias. O crivo nacional e de pertencimento étnico talvez represente a mais importante estratégia de organizar as genealogias individuais. Isso obviamente não ocorre por acaso. No processo de socialização, atores sociais são treinados a apropriar-se da realidade a partir das narrativas dominantes de seu espaço social, para desse modo dinamizar o espectro de interações e potencializar suas chances de êxito. Enquanto houver consonância entre essas narrativas dominantes e os anseios individuais, dificilmente o indivíduo vai experimentar o anseio de questionar a interpretação de mundo que o circunda, porquanto ela vai ao encontro de seus interesses e de seus projetos de identidade. É o deslocamento que, não raramente, desencadeia processos de reflexão sobre o condicionamento cultural das visões de mundo. Na esteira da transformação que emerge do deslocamento, também ocorre uma alteração na busca por genealogias.

Com o deslocamento, o sujeito não se insere somente em novas coordenadas espaciais, com suas geografias locais a serem desbravadas, ele igualmente passa a participar de novas configurações discursivas que definem como atores sociais podem se posicionar e se movimentar nas coordenadas ideadas pela respectiva prática cultural. Em sua bagagem, o migrante traz a socialização inicial, com a qual aprendeu a enxergar o mundo, administrar o passado com sua oferta de sentido e olhar para o futuro a fim de instaurar um raio teleológico que justifique suas ações. Ao adentrar novas práticas culturais, uma parte substancial das narrativas de origens perde sua validade, forçando-o a rever suas dinâmicas de afiliação. Nessa encruzilhada, surgem dois desafios. O primeiro se dá a partir da manutenção de laços de afiliação ao espaço de origem que se torna precária, primeiramente por conta da distância geográfica, mas sobretudo também por causa das motivações que impeliram o indivíduo a emigrar, especialmente se estas tiveram

sua origem na negação de pertencimento no espaço de origem. Num segundo momento, já no novo espaço cultural, as regras de pertencimento são outras, pautadas por práticas memoriais que não preveem uma inserção automática para narrativas culturais que destoem das ideais dominantes naquelas coordenadas.

Isso coloca o sujeito migrante diante de um conflito de administração da memória e suas genealogias. Se não pode pertencer ao espaço de origem, o que fazer com as narrativas de sua socialização primária? Se o novo espaço cultural não lhe oferece instrumentos para instaurar alguma forma de afiliação, como gerir o seu lugar e sua voz nesse novo contexto? Se a genealogia da memória o posiciona nesse quadro instável, como pensar o sentido no raio existencial do futuro? A literatura de fluxos migratórios não se limita a esses questionamentos, mas ela é especialmente sensível à sua problematização, encenando a busca por genealogias e, com isso, captando uma experiência-chave da contemporaneidade. Seguindo Zilá Bernd (2013b, p. 362), a literatura da “mobilidade migratória transcultural” trabalha com a “estética do vestígio” que nos convida a refletir sobre “silêncio e esquecimento”, mas também nos desafia a identificar como esses vestígios remetem a configurações memoriais que definem como o indivíduo pode pensar o si a partir dessas coordenadas.

Para aprofundar esse conjunto de questionamentos, este artigo tem como objeto de estudo o romance *Mano* de Anja Tuckermann. O protagonista do texto é o menino Mano, uma criança pertencente à minoria étnica rom, cuja família se desloca da Hungria e se assenta na Alemanha, durante a primeira metade do século XX. Durante o regime nazista, a família é alvo de perseguição, sendo deportada para campos de concentração. Mano consegue sair com vida do encarceramento e, debilitado no caminho, recebe

ajuda de outros ex-prisioneiros que o levam à França. Mano é confrontado com a necessidade de voltar sua atenção para o passado, esclarecer seu lugar no presente e definir sua imaginação de futuro, sempre tendo como pano de fundo os sedimentos memoriais cuja genealogia precisa ser reconstruída.

Nesse sentido, o texto é paradigmático para a questão de fluxos migratórios, especialmente por problematizar um conjunto de questionamentos que permitem identificar elos com outras representações literárias nacionais, ambientadas, por exemplo, na França, Inglaterra, Itália, Estados Unidos ou Canadá. Em todas essas literaturas nacionais, sobejam exemplos de textos que lidam com a genealogia da memória no marco da imigração, tentando problematizar as estratégias da administração do sentido em seus respectivos contextos.

A memória e o espaço de origem

Nesse horizonte, o espaço de origem tem um papel fundamental para a administração da memória, já que é responsável pela socialização inicial. Num primeiro momento, ela fornece modos de acessar a realidade, mas também de olhar para o passado, a fim de identificar o que deve ser incluído na narrativa de representação do espaço cultural. Uma função essencial da tessitura memorial nacional reside na estabilização da coesão de grupo. Por meio de um conjunto de símbolos, surge uma oferta de identificação que produz a sensação de pertencimento. Para assegurar sua eficácia, o processo de socialização prevê diferentes etapas (institucionalizadas ou não) para obter um arraigamento profundo do sentimento de identificação. Nessa lavoura cultural, medra o princípio da solidariedade e da sensação de grupo (LOWENTHAL, 2015), propiciando uma configuração afetiva disposta a investir sua

energia física, cognitiva e emocional nesse projeto de grupo. Desse mesmo movimento, emergem os muros nacionais, a lógica da diferença, a prática de exclusão e a manutenção do princípio da alteridade.

Por trás da dinâmica de grupo, a memória sociocultural, portanto, tem um papel crucial para legitimar uma versão de mundo e, com ela, uma aspiração ao poder. Essa busca por poder pode apresentar motivações diversas, oscilando entre o desejo de instalação de estruturas solidárias e a avidez pela extensão do domínio territorial, de capital ou de prestígio. No movimento inicial, a recuperação da memória de grupo serve para assegurar os limites exteriores, de modo a garantir a exclusão de outros agrupamentos, com suas demandas de poder. Na sequência, a administração da memória se volta para o espaço interno, instalando uma narrativa dominante e investindo na elisão de versões dissonantes, para não pulverizar o poder. Para Gillis (1994, p. 14), memórias são seletivas, permanecendo a serviço de interesses individuais e políticos.

Como toda dinâmica social também a administração da memória é conflituosa. Do espaço interno emergem as vozes que descontroem a narrativa dominante e buscam instaurar uma voz própria, a fim de desencadear revisões da memória dominante e assim incluir outras representações que formam a malha do respectivo espaço sociocultural. Nesse sentido, McDowell (2008, p. 46) escreve:

Enquanto muitos governos nacionais usam o espaço construindo símbolos para consolidar a identidade nacional e legitimar o poder, muitos outros grupos que contestam o uso do espaço e a memória sendo evocada (ou esquecida) trabalharão para minar ou manipular o espaço da memória ou criar seu próprio local de importância que é indicativo de sua própria herança (MCDOWELL, 2008, p. 46)².

2 “While many national governments use space by constructing symbols to consolidate national identity and legitimize power, many other groups who contest the use of space and the memory being evoked (or forgotten) will work to undermine or manipulate the memorial site or create their own separate important place which is indicative of their own heritage” (MCDOWELL, 2008, p. 46).

O espaço interno representa, portanto, um espaço de contestação em que diferentes vozes buscam participação do processo de instauração da genealogia da memória. Essa busca caracteristicamente é conflituosa, muitas vezes, acompanhada do uso de violência. O embate define, sobretudo, como as diferentes vozes podem se articular ou não. Não raramente, fluxos migratórios são desencadeados justamente por conta da impossibilidade de encontrar um espaço de participação. Isso pode ocorrer de modo consciente, especialmente no caso de atores sociais que resistem à imposição de narrativas dominantes (em espaços totalitários ou não), mas também de modo inconsciente, quando indivíduos têm crescente dificuldade de acesso aos recursos necessários para a concretização existencial. Em ambos os casos, a memória dominante não prevê um dispositivo de proteção desses grupos, de forma que estão à mercê dos desmandos daqueles que detêm o poder. Nesse cenário, a alternativa é permanecer e, com isso, aceitar subordinação e silenciamento ou emigrar e buscar por outras formas de acesso aos recursos do mundo.

Ao olhar para o passado a partir da condição de imigrante, a busca pela genealogia da memória apresenta duas funções básicas: identificar o seu lugar no espaço de origem, recuperando sua posição nas dinâmicas interseccionais a fim de obter clareza sobre o escopo da voz, no espaço sociocultural inicial; ao mesmo tempo, ela se revela importante para a identificação de seu posicionamento no lugar de assentamento, onde a compreensão da origem pode auxiliar no esclarecimento do atual escopo de participação e instauração de voz. Também nesse contexto o grau de consciência sobre a genealogia da memória difere de acordo com o investimento cognitivo enfeixado pelo respectivo ator social. Em grande parte, isso também depende da configuração no país de assentamento e das necessidades narrativas que o respectivo sujeito

experimentar. Em outras palavras, sua própria narrativa de identidade tem um impacto substancial no modo como ele vai proceder em relação à busca da genealogia memorial. Sua tessitura cria a base para entender seu lugar no mundo. Para isso, a volta ao passado fornece instrumentos para pensar a própria identidade.

O texto de Anja Tuckermann ilustra essa problemática de forma inusitada ao concatenar a questão dos fluxos migratórios à barbárie do regime nazista. Um fio condutor do texto é justamente a busca pela genealogia da memória (tendo em vista também a questão do trauma, que não será discutida neste artigo). Paulatinamente, a voz narrativa reconstrói o passado do protagonista, justapondo um conjunto de informações que permitem ao leitor vislumbrar o percurso de formação de suas memórias e compreender o comportamento de Mano, no presente diegético. As turbulências do final da segunda guerra mundial e, sobretudo, as dimensões traumatizantes dos acontecimentos de que foi vítima o protagonista impedem uma reconstrução linear, imediata, sem contradições de pertencimento. Essa busca pela genealogia das memórias e a reconstrução da origem se revelam como um processo árduo, extremamente penoso, ao qual Mano se dedica com sentimentos ambíguos, sempre incerto sobre seu pertencimento.

As informações sobre essa origem permanecem fragmentárias, descontínuas, incompletas. Quase ao final do texto, o leitor obtém coordenadas mais precisas por meio de uma carta de um escritório dedicado à busca de crianças perdidas:

Johann HOLLENREINER, cigano húngaro, avô de Manot, que trabalhou com toda a família em um circo na Hungria, veio com este circo em uma turnê pela Alemanha de 1912-1913. Os negócios iam tão bem que ele logo conseguiu fundar seu próprio pequeno circo em Munique. A partir daqui, o circo deu apresentações em cidades alemãs, bem como em cidades de vários países europeus (TUCKERMANN, 2017, p. 294)³.

3 “Johann HOLLENREINER, ungarischer Zigeuner,

A clareza causal do relatório não corresponde ao horizonte subjetivo do protagonista. Uma parte substancial de seu esforço cognitivo é dirigido na tentativa de construção de elos que expliquem seu lugar no mundo, uma experiência que caracteriza muitos personagens migrantes, especialmente da segunda geração. Aqui, os desafios se revelam múltiplos: na França ele é refugiado, na Alemanha é imigrante e na Hungria pertence à minoria rom. Nos três eixos, a família não tem um lugar fixo de pertencimento e nenhum dos respectivos espaços prevê sua representação nas narrativas dominantes. A história de sua família e de seu processo de socialização, portanto, está caracterizado por constantes deslocamentos. Concretamente, isso significa que Mano e sua família não podem recorrer a ofertas discursivas para fundamentar sua própria narrativa do si.

Dada a ausência de representações imagético-discursivas, a família se encontra diante da necessidade de idear alternativas, a fim de imaginar sua própria genealogia. Enquanto seus familiares já internalizaram as estratégias para lidar com as práticas de exclusão, Mano ainda precisa compreender o que está ocorrendo e como processar isso adequadamente:

Agora estou errado de novo. Os franceses não querem os alemães e, quando não se é quisto, é preciso morrer. Eu quero estar certo, em algum lugar, mas não sozinho, melro. Que as pessoas nos queiram. No passado, meu Tata sempre dizia quando alguém perguntava, nós somos da Hungria, para que ninguém pense nada de ciganos e nos faça mal. Somos húngaros e trabalhamos para o circo. Isso é o que Tata sempre disse para que as pessoas não perguntassem de onde viemos ou por que viemos da Hungria (TUCKERMANN, 2017, p. 89)⁴.

Grossvater von Manot, der mir seiner ganzen Familie in einem Zirkus in Ungarn arbeitete, kam mit diesem Zirkus 1912-1913 zu einer Tournee nach Deutschland. Die Geschäfte gingen so gut, dass er bald einen eigenen kleinen Zirkus in Muenchen gruenden konnte. Vor hier aus gab der Zirkus Vorstellungen in deutschen Staedten als auch in Staedten verschiedener europaeischer Laender“ (TUCKERMANN, 2017, p. 294).

4 “Jetzt bin ich wieder falsch. Die Franzosen wollen die Deutschen nicht, und wenn man nicht gewollt wird, muss man sterben. Ich will mal richtig sein, irgendwo, aber nicht

O elemento que se destaca como motor dessa genealogia da memória é a fragilização do pertencimento. Ao buscar reconstruir as memórias do passado, Mano tenta identificar uma narrativa de origem e, com ela, um lugar de arraigamento do qual possa se utilizar para fundamentar sua narrativa do si. Os lexemas “errado” e “certo”, empregados a partir do vocabulário da infância em que Mano se encontra, representam uma tentativa de captar a dinâmica do despertencimento e do modo como isso impacta na sedimentação memorial. O presente diegético, de certo modo, repete uma experiência que perpassa a existência familiar, pois a sensação de deslocamento que o protagonista experimenta na França é semelhante àquela na Alemanha pré-nazista, em que tinha que ocultar a origem, a fim de não colocar em risco suas chances naquele espaço social. Com a ascensão do regime, esse despertencimento encontra seu clímax, diante da máquina racionalizada da barbárie. No caso do protagonista, a busca se torna ainda mais complexa e penosa, por conta das experiências traumatizantes nos campos de concentração.

Em todos esses espaços, a família busca se assentar e obter uma narrativa de origem. Em todos eles, essa narrativa se torna problemática, pois a tessitura dominante não permite sua representação e, com isso, inclusão, sem um alto grau de conflitos. Em todas as coordenadas (Hungria, Alemanha, França), as lógicas de poder não preveem a participação e instauração de voz: na Hungria e na Alemanha por conta do pertencimento à minoria étnica rom, na França, por seu possível pertencimento à esfera alemã nazista. Ao final do enredo, o protagonista se alegra ao reencontrar a família em Munique, mas nesse momento também

allein, Amsel. Dass die Leute uns haben wollen. Früher hat mein Tata immer gesagt, wenn wer gefragt hat, wir sind aus Ungarn, damit keiner was denkt von Zigeuner und schlecht zu uns ist. Wir sind Ungarn und arbeiten für den Zirkus. So hat es Tata immer gesagt, damit die Leute nicht fragen, wo wir herkommen, und auch nicht, wieso wir von Ungarn hergekommen sind“ (TUCKERMANN, 2017, p. 89).

já se sente irrevogavelmente afiliado à França, onde criou fortes laços afetivos.

Em muitos textos da literatura de fluxos migratórios, a origem é foco constante de problematização, e a condição de imigrante é caracterizada pela sensação aguda de despertencimento. A ausência de uma genealogia sólida de memória intensifica essa experiência. Nesse bojo, o que fazer com a origem ou como se inserir na nova prática memorial do novo espaço de assentamento são questões que inevitavelmente passam pelo crivo de personagens desses textos literários. Muitas vezes, o que se instaura é um vetor de ambiguidade, em que o pertencimento permanece num limbo, impactando no modo como a genealogia da memória é gerida. Essa configuração produz a oscilação afetiva que caracteriza muitos protagonistas, criando um pêndulo entre retorno e permanência, entre pertencimento e despertencimento, entre estabilidade e fragilização.

Nesse horizonte, a origem já não pode ser reduzida a uma. Com efeito, ela se torna múltipla e fluida. Para compreender a origem múltipla, contudo, o estado nacional e suas práticas de atribuição de cidadania já não servem, pois nelas rege o imperativo dos muros. O que o personagem Mano ilustra é como esse conceito de origem transcende as lógicas binárias, com suas redes de oposição, para se inserir numa malha multivetorial de afiliações afetivas, responsáveis pela genealogia da memória. Nesse sentido, não é mais o passaporte que define a origem, mas sim o fundamento afetivo que embasa o ser no mundo.

Memórias e o espaço de assentamento

A administração da memória sociocultural no espaço de assentamento apresenta, obviamente, uma série de analogias com o espaço de origem. Dependendo da respectiva intersecção social, imigrantes podem ter pertencido ao grupo

majoritário ou também feito parte de um agrupamento minoritário, de acordo com a administração da narrativa dominante e da prática memorial. No novo contexto de assentamento, essa dinâmica pode se repetir, possibilitando uma integração rápida daqueles que chegam ou impedindo sua representação, de acordo com o capital simbólico que detêm. Por exemplo, imigrantes do oeste europeu que se assentam nos Estados Unidos ou no Canadá têm outros desafios, se comparados a imigrantes que se dirigem à mesma região, mas oriundos de países asiáticos, africanos ou latino-americanos. A mesma configuração, agora em direção ao oeste europeu como espaço de assentamento, produziria situações semelhantes. Em ambos os casos, a dinâmica memorial dominante nesses espaços permite (ou não) a construção de uma genealogia que pavimenta o caminho da integração e, com isso, de pertencimento.

Em seu estudo sobre o nexos entre memória e migração, Glynn e Kleist procuram caracterizar a dinâmica da administração memorial e seus percursos genealógicos:

No que diz respeito ao aspecto social, as memórias são políticas. Referências públicas ao passado são consideradas “políticas da memória”, pois constroem pertencimentos que determinam quem e como alguém pode ser incluído em um grupo, sociedade, nação ou governo. Os migrantes podem ou não ser incorporados a tais pertencimentos. Eles podem constituir um grupo entre outros, ou podem não ser reconhecidos como migrantes, dependendo do contexto social e político em que o passado é evocado. As memórias que evocam uma relação entre os migrantes e a sociedade receptora são políticas em termos de incorporação, determinando a seletividade de admissão, a posição de novos membros em uma sociedade e a participação potencial dos migrantes na política receptora. Quem é cidadão e quem pertence a uma nação, quem faz parte da maioria da sociedade e quem faz parte de uma minoria são questões colocadas, não apenas pela migração, mas pelo recurso a memórias nas quais se expressam seleções e constelações de pertencimento (GLYNN/KLEIST, 2012, p. 9)⁵.

5 “In regard to their social aspect, memories are political. Public references to the past are considered ‘memory politics’ for they construct belongings that determine who and how someone may be included in a group, a society, a nation or a polity. Migrants may or may not be incorporated into such

O modo como a memória do espaço sociocultural é administrada, portanto, define como atores sociais de diferentes origens podem participar, traçando as fronteiras simbólicas internas. Transpostos os obstáculos da muralha exterior, tem início um percurso ainda mais árduo de transposição dos muros simbólicos que, em seu caráter em grande parte imaterial, determinam quem pode, de fato, se assentar e quem permanece irrevogavelmente no limbo da imigração. Uma parte desse esforço em direção ao assentamento reside, por consequência, em compreender a lógica que instaura a genealogia da memória, identificando as cartografias que estabelecem os pertencimentos. Dado o passo da compreensão, o percurso prevê a apropriação das ferramentas responsáveis pela produção discursiva, a fim de participar da tessitura, fornecendo novas interpretações do passado e do presente, de modo a imaginar uma narrativa que legitime outras formas de pertencimento.

Como a identidade, a memória não é algo estável e permanente, estando sujeita a constantes reformulações, sempre fornecendo uma narrativa do passado que legitime o presente ou uma visão de futuro. Em consonância com esses objetivos, a genealogia memorial está atrelada a um constante processo de negociação que passa por movimentos de aceitação, questionamento e subversão. Nesse sentido, a própria memória reproduz o movimento de deslocamento inerente à imigração, como aponta Creet:

O que significaria considerar a faceta da migração da memória, em vez da distância de seu ponto de origem perdido para sempre, como nosso objeto de estudo? E o

belongings. They may constitute a group among others, or they may not be recognised as migrants at all, depending on the social and political context in which the past is evoked. Memories that conjure up a relationship between migrants and the receiving society are political in terms of incorporation, determining the selectivity of admission, the position of new members in a society, and migrants’ potential participation in the receiving polity. Who is a citizen and who belongs to a nation, who makes up society’s majority and who is part of a minority are questions posed, not just for migration, but in recourse to memories in which selections and constellations of belonging are expressed” (GLYNN/KLEIST, 2012, p. 9).

que podemos aprender traçando sua fixidez ansiosa no fluxo constante? Nesta coletânea, investigamos o movimento como condição da memória, e nosso desejo de sua fixidez, ou pelo menos a fixidez de suas origens geográficas e temporais. Este paradoxo fundamental entre localização e migração governa a maior parte de nosso pensamento sobre a memória (CREET, 20122, p. 9).⁶

Seguir a trilha “do fluxo constante” parece conter um esforço que não se limita a problematizar a fixidez dos artefatos memoriais e suas narrativas representacionais (em outras palavras, a origem), ele inclui também atentar para a instabilidade e descontinuidade da memória, como tessitura de constante renovação, num diálogo ininterrupto com as malhas simbólicas em que é produzida. Para a análise da literatura de fluxos migratórios, esse movimento compreende um esforço não de recriar o princípio dos muros cartográficos ou simbólicos, com seus imperativos de origem, mas sim de dar a preferência à problematização do processo em que sentidos são construídos e inseridos em novas malhas narrativas.

Nesse horizonte, a intersecção sociocultural representada no texto de Tuckermann é peculiar, mas também paradigmática, ao problematizar as dimensões que direcionam a administração da memória na sociedade de acolhimento. Ao chegar na França como criança refugiada, Mano é acolhido, especialmente por aqueles que acompanharam muito proximamente ou foram vítimas da barbárie nazista. A atmosfera afetiva se encontra suscetível para a solidariedade em relação àqueles que também sofreram sob o regime totalitarista do país vizinho. Dessa perspectiva, surge um movimento de construção da genealogia da memória que identifica elementos partilhados, permitindo assim

6 “What would it mean to take the quality of memory’s migration rather than the distance from its forever-lost point of origin as our object of study? And what can we learn by tracing its anxious fixity in the constant flow? In this collection, we investigate movement as the condition of memory, and our desire for its fixity, or at least the fixity of its geographic and temporal origins. This fundamental paradox between location and migration governs most of our thinking about memory” (CREET, 2011, p. 9).

a possibilidade de uma narrativa comum que inclui o outro:

‘Este é o Mano, ele tem onze anos e está morando comigo por enquanto. Ele estava em Ravensbrück.’

Quando as mulheres ouviam isso, gritavam: ‘Oh, le pauvre petit’, e beijavam-no e abraçavam-no. Às vezes o pegavam no colo, sentiam muita compaixão e Mano logo descobriu o porquê: elas sabiam do que se tratava. Algumas amigas de Madame Marcheix-Thoumyre também estiveram encarceradas em Ravensbrück, marcadas com um triângulo vermelho como prisioneiras políticas. Geneviève de Gaulle, sobrinha do famoso general, também sobreviveu ao campo de concentração (TUCKERMANN, 2017, p. 174-175).⁷

A passagem ilustra uma estratégia importante para a instauração de uma genealogia da memória. Essa estratégia reside em reconhecer uma experiência comum e transformá-la em elo que legitime a formação de uma imagem de grupo. Nesse episódio, no lugar dos muros nacionais instaurados pela cartografia política, as mulheres dirigem sua atenção para a semelhança de experiências e a adotam como fundamento para instaurar uma narrativa comum. Com isso, a memória deixa de ser pautada pelo princípio étnico ou sociocultural, recorrendo a uma configuração afetiva como mecanismo de construção da origem e da partilha. Nessa situação específica, os membros do país de acolhimento não recuperam o fato de que Mano fale alemão ou tenha, ao menos, uma parte de sua origem no país de onde proveio a hostilidade bélica contra os franceses, para focar naquilo que os une.

Ao mesmo tempo, também há outras formas de conceber a memória do ser no mundo. Quando

7 “Das ist Mano, er ist elf Jahre alt und wohnt jetzt erst mal bei mir. Er war in Ravensbrück.”

Wenn die Frauen das hörten, riefen sie: “Oh, le pauvre petit”, und küssten und umarmten ihn. Manchmal nahmen sie ihn auf den Schoß, sie hatten großes Mitgefühl, und Mano erfuhr bald, warum: Sie wussten, wovon die Rede war. Einige von Madame Marcheix-Thoumyres Freundinnen waren auch in Ravensbrück gefangen gewesen, als politische Gefangene mit einem roten Winkel markiert. Auch Geneviève de Gaulle, die Nichte des berühmten Generals, hatte das KZ überlebt” (TUCKERMANN, 2017, p. 174-175).

Mano recebe ajuda no caminho, sua benfeitores lhe recomenda negar sua procedência alemã (TUCKERMANN, 2017, p. 22), semelhantemente ao que sua família fizera ao recomendar que negasse sua origem rom, na Alemanha. Ele deve afirmar ser francês, no primeiro caso, e alemão, no segundo. Em ambas as situações, seus interlocutores identificam que a origem pode impactar no modo do acolhimento e, com isso, no modo de construir uma genealogia da memória que permita imaginar um pertencimento comum. No círculo da senhora Marcheix-Thoumyre, ele ainda encontra interlocutores dispostos a encontrar algo que os une. Em muitas outras situações, Mano será confrontado justamente com o movimento contrário que erige os muros da exclusão, impedindo uma interseção memorial partilhada. A modo de exemplo, durante um passeio com a Tia Fifine, cuja família o acolhe em um momento do enredo, Mano começa a obter clareza sobre isso:

Todos iam dar um passeio. Era uma noite amena de primavera e Mano iria ser apresentado à vovó. Tia Fifine segurou a mão de Mano novamente. Ele cambaleava como se não tivesse chão sólido sob os pés.
'Tia, o que significa sale?', ele perguntou.
'Sujo.'
'E o que significa Allemands?'
'Alemães.'
'E cochon?'
'Porco.'
Eles são bons comigo, mas quando descobrirem o que eu sou, serei morto ou encarcerado de novo em um acampamento com os alemães, eles não querem os alemães, nunca posso dizer quem eu sou (TUCKERMANN, 2017, p. 55)⁸.

Como na Alemanha, onde precisou ocultar sua origem rom, nesse novo contexto, ele precisa

8 "Sie gingen alle zusammen spazieren, es war ein milder Frühlingsabend, und Mano sollte der Oma vorgestellt werden. Wieder hielt Tante Fifine Mano an der Hand. Er lief schwankend, als hätte er keinen festen Boden unter den Füßen.

'Tante, was heißt sale?', fragte er.

'Dreckig.'

'Und was heißt Allemands?'

'Deutsche.'

'Und cochon?'

'Schwein.'

So sind sie gut zu mir aber wenn sie erfahren was ich bin werde ich umgebracht oder mit den Deutschen wieder in ein Lager gesperrt sie wollen die Deutschen nicht darf niemals sagen wer ich bin" (TUCKERMANN, 2017, p. 55).

ocultar sua ligação com a Alemanha, o que significa administrar um alto grau de contradições e ambiguidades, sem conseguir esclarecer como pensar o pertencimento. Na passagem citada, que se repete de formas análogas em diferentes instituições por onde o protagonista passa, o esforço de recuperação da memória se volta para aqueles elementos que legitimaram a violência perpetrada pelo país vizinho, isto é, o agrupamento étnico com suas lógicas de exclusão. A passagem não reduz a complexidade inerente ao processo de negociação, pelo contrário, ela ilustra a multiplicidade de dinâmicas que contribuem para a formação de uma genealogia de memória, aqui no plano da interação individual, que frequentemente reflete a narrativa dominante que perpassa um espaço sociocultural.

Vale lembrar que o enquadramento específico desse momento histórico pós-guerra propicia a condução desse olhar, o que vai se transformando de acordo com as novas formatações da tessitura memorial. Para Pollak (1989, p. 9-10)

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

As relações franco-alemãs são exemplo disso, tendo traçado um arco que revela diferenças substanciais entre o momento pós-guerra e o início do século XXI, com seu esforço em construir uma narrativa comum de União Europeia. As narrativas que compõem a genealogia memorial desses espaços migraram para um outro esforço discursivo. Algo semelhante é observável nas relações nipo-americanas (Pearl Harbour), nas relações franco-argelinas (Guerra da Argélia) ou nas relações britânicas com a ex-colônias no período pós-independência.

Em todos esses exemplos, a genealogia da memória se transforma, legitimando ou deslegitimando o pertencimento, desconstruindo muros ou traçando novas linhas divisórias, em consonância com a prática dominante do momento histórico. Os enquadramentos são múltiplos e diversos. Como no contexto da origem, o processo de assentamento, com suas implicações para a narrativa memorial, não é uma unidade fixa, igual para todos. Pelo contrário, também nesse contexto se identifica uma multiplicidade que provém dos diversos enquadramentos possibilitados no país de assentamento e das múltiplas dinâmicas afetivas que caracterizam o indivíduo ao buscar sua inserção.

Nesse horizonte, além da necessidade de administrar as consequências individuais provenientes das experiências afetivas, especialmente de exclusão ou perseguição, personagens imigrantes não raramente precisam administrar os impactos das imagens de seu país de origem, no novo espaço de assentamento. As narrativas memoriais, com afirma Creet, também migram, transformando os enquadramentos. No início do século XXI, imigrantes alemães na França ou imigrantes franceses na Alemanha têm uma recepção diferente daquela acordada a imigrantes turcos, sírios ou de origem africana. Isso está ligado ao modo como a genealogia da memória é construída, permitindo (ou não) a imaginação de experiências compartilhadas e suscitando, com isso, práticas de acolhimento ou exclusão.

A literatura de fluxos migratórios ilustra a fluidez e a multiplicidade inerente a essas dinâmicas memoriais, problematizando o modo como tessituras da memória impactam nas interações do presente (diegético) e na imaginação de futuro. Ao final de seu estudo, Cury (2006, p. 30) escreve: “A negociação mútua, com duplo sinal entre o próprio e o outro, entre o estrangeiro e o nacional, registrando memórias variadas e contraditórias nos seus movimentos de afirmação e negação, elege

o sempre migrante espaço da literatura como um polifônico ponto de encontro”. Nessa perspectiva, o texto literário faz uma oferta de imaginação de realidade que convida o leitor a refletir sobre lógicas da genealogia na memória, em tempos de deslocamento, suscitando questionamentos e desbravando alternativas.

Considerações finais

Entre o plano individual e macrossocial, personagens migrantes ilustram formas de administração das práticas memoriais. Inseridos em fluxos migratórios, esses personagens passam por um processo de deslocamento e reassentamento cultural, no qual se veem confrontados com o desafio de identificar formas de pertencimento, legitimadas pelas narrativas memoriais, no espaço de interação social. Tanto no espaço de origem como de assentamento, a busca pela genealogia da memória passa pela revisão das formas de participação de cada indivíduo. Nessa esteira, uma parte substancial do esforço cognitivo se dedica a reconhecer se a memória que representa um grupo permite ao sujeito migrante participar de sua tessitura e se ela contém um acervo imagético que o represente. Por conseguinte, a revisão das práticas memoriais com sua representação do passado busca identificar as modalidades de inserção no presente e as formas de imaginar o futuro, no marco na imigração.

Nesse horizonte, tanto a origem como o assentamento das práticas memoriais revelam um alto grau de complexidade que já não são passíveis de compreensão unicamente a partir das lógicas binárias dos estados nacionais. Assim, a origem deixa de ser concebida exclusivamente a partir do lugar de nascimento e de suas coordenadas geográficas claramente demarcadas, para ser entendida como uma dinâmica afetiva com múltiplas afiliações que vão definir a genealogia da memória. As práticas

memoriais no espaço de assentamento, também múltiplas e fluidas, por sua vez, se transformam em foco de atenção, na medida em que se transformam, oferecendo diferentes enquadramentos. São esses enquadramentos que traçam as coordenadas que vão definir as modalidades de representação e inclusão na memória local. Com isso, a busca pela genealogia memorial na literatura de fluxos migratórios traz a lume o caráter migratório, fluido e em constante movimento da própria memória.

Referências

- BERND, Zilá. Afrontando fronteiras da literatura comparada: da transnacionalidade à transculturalidade. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.23, 2013a, p. 211-222.
- BERND, Zilá. Lire les littératures de la migration à partir des vestiges mémoriels. In: ERTLER Klaus-Dieter; IMBERT, Patrick (eds). *Cultural challenges of migration in Canada. Les défis culturels de la migration au Canada*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2013b, p. 361-370.
- CREET, Julia. Introduction: The Migration of Memory and Memories of Migration. In: CREET, Julia; KITZMANN, Andreas. *Memory and Migration: Multidisciplinary Approaches to Memory Studies*. Toronto: Toronto University Press, 2011, p. 3-26.
- CURY, Maria Zilda Ferreira Cury. Uma luz na escuridão: imigração e memória. In: VAZ, Artur Emilio Alarcon; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira Cury (Orgs.). *Literatura e imigrantes: sonhos em movimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006, p. 9-33.
- FRIEDMAN, S. S. Migrations, Diasporas and Borders. In: NICHOLLS, David (ed.). *Introduction to Scholarship in Modern Languages and Literature*. New York: MLA, 2007, p. 260-293.
- GILLIS, John R. Memory and Identity: The History of a Relationship. In: GILLIS, John R. (ed.). *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994, p. 3-24.
- GLYNN, Irial; KLEIST, J. Olaf. The Memory and Migration Nexus: An Overview. In: GLYNN, Irial; KLEIST, J. Olaf (eds.). *History, Memory and Migration. Perceptions of the Past and the Politics of Incorporation*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 3-29.
- LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- MCDOWELL, Sara. Heritage, memory and identity. In: GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (eds.). *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2008. p. 37-54.
- PELLEGRINI, Tânia. Realismo: a persistência de um mundo hostil. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 14, 2009, p. 11-36.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- TUCKERMANN, Anja. *Mano. Der Junge, der nicht wusste, wer er war*. Berlin: Klak, 2017.

Submissão: outubro de 2021

Accete: dezembro de 2021.

BRINCANDO COM AS PALAVRAS: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA EM MACUNAÍMA

Roberta Tiburcio Barbosa¹

Resumo: A obra *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, lançada no auge do Movimento Modernista, apresenta uma nova caracterização do povo brasileiro, através do seu “herói sem nenhum caráter”, essa nova identidade é construída por meio da linguagem de *Macunaíma*. O presente artigo tem por objetivo analisar de que forma as palavras usadas no léxico macunaímico constroem a noção de nação brasileira na obra, identificando o jogo de palavras e os efeitos de sentido decorrentes dos enunciados, tendo por base a pesquisa bibliográfica da semântica lexical, estudada nos textos de Fiorin (2005), Guimarães (2002), Ferreira (2009), Justino (2015), entre outros, os quais defendem a linguagem como fonte primeira de construção de sentidos e relações entre os falantes e o real, o mundo concreto.

Palavras-chave: *Macunaíma*. Semântica lexical. Identidade brasileira.

PLAYING WITH THE WORDS: CONSTRUCTION OF BRAZILIAN IDENTITY IN MACUNAÍMA

Abstract: The *Macunaíma* (1928), by Mário de Andrade, launched at the height of the Modernist Movement, presents a new characterization of the Brazilian people, through their “hero without character”, this new identity is built through *Macunaíma* language. This article aims to analyze how the words used in macunaímico lexicon construct the notion of the Brazilian nation in the work, identifying the set of words and meaning effects arising from statements, based on a literature search of lexical semantics, studied in Fiorin texts (2005), Guimarães (2002), Ferreira (2009), Justino (2015), among others, who defend the language as a primary source of construction of meanings and relationships between speakers and the real, concrete world.

Keywords: *Macunaíma*. Lexical semantics. Brazilian identity.

¹ Mestre e Doutoranda em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica no estado da Paraíba (SEECTPB). E-mail: robertatiburcio1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0456-2388>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8948271335627935>.

Introdução

O Movimento antropofágico, de 1928, surge no Modernismo como uma forma de subversão do olhar estrangeiro a respeito do povo e da cultura brasileira. Na procura de um novo símbolo da nação, o indígena (o bárbaro tecnicizado) é eleito como metáfora de todos os subalternos do Brasil (índios, negros, pobres...).

A obra “Macunaíma”, de Mário de Andrade, é uma das mais célebres representações do povo brasileiro tal qual defendia a antropofagia. Ao contrário do que fez o Romantismo, o Modernismo adotou não um índio herói europeizado, mas um indígena “sem nenhum caráter”, personificado no protagonista do romance, que dá nome à obra.

O herói do Uraricoera é esperto, mulhengo e sabe todas as facetas para se livrar dos problemas que surgem. A designação de “Herói sem nenhum caráter” não se refere apenas a malandragem de Macunaíma, mas, principalmente, à mistura cultural e de raça do povo do país, “que tinha descoberto a felicidade antes dos portugueses o descobrirem”, como afirmou o Movimento Antropofágico.

O contato intercultural presente na obra de Mário de Andrade produz uma nova imagem do Brasil e do falar de seu povo, que é caracterizado por uma linguagem típica de um povo que se faz pulsante, enérgico e procura sua própria forma de expressar seu sentimento por meio das palavras que usa.

Ao criar e recriar as palavras pertencentes ao léxico da língua portuguesa-brasileira, Macunaíma dá origem a um novo falar, um falar que é íntimo ao povo brasileiro, por seu caráter introspectivo ao sujeito, que revela de uma forma mais direta as significações que as palavras têm para o brasileiro, e, além disso, faz o modo de falar do seu povo se fazer presente na escrita.

Procurando, nas bases da Semântica Lexical, refletir a respeito da construção indenitária nacional

através do “léxico macunaímico”, o presente artigo, por meio de pesquisa bibliográfica, objetiva analisar de que forma a obra Macunaíma revoluciona a concepção de cultura nacional por meio da arte da linguagem.

A semântica lexical

É possível tomar a segmentação do mundo em classes como qualquer coisa que esteja na ordem daquilo que já é dado e construído? “seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar o mundo?” (PIETROFORTE & LOPES. *Apud* FIORIN,2005, p.113)

Pode-se considerar o mundo apenas observando a existência de referentes externos à linguagem, ou seja, as coisas, tendo o homem contato direto com elas, sem ser importante à inserção sócio-histórica e social do sujeito. É o que muitas pessoas fazem ao atribuir à palavra a simples função de nomenclatura dos objetos.

Mas, para os estudos semânticos, a linguagem é de suma importância no mundo, possibilitando diferentes maneiras de mirar uma mesma coisa, com ênfase ao ponto de vista e não ao objeto. Disso resulta que duas pessoas de diferentes comunidades linguísticas não veem da mesma forma o mundo.

Desde os primórdios dos estudos Linguísticos, a exemplo das contribuições de Ferdinand de Saussure, sempre se acreditou que as palavras remetem aos conceitos e que estes representam as coisas. Construindo-se assim, a noção de *significante* e *significado* saussurianos, na qual o significante representa o som das palavras e o significado o conceito mental. Conseqüentemente, confundiram-se várias vezes o conceito de significado, atribuindo a ele a representação real do objeto material, isso ocorria quando se procurava um mundo predeterminado, exterior à linguagem.

É preciso observar não apenas a relação linguagem-mundo, mas, principalmente, as relações entre o que se diz e de que forma se diz algo, ou seja, quais as intenções dos falantes ao usarem determinadas palavras e como elas agem dentro do léxico, construindo sentidos. “A transformação na linguagem se dá pela intervenção da vontade do homem” (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Diante dessa postura, a concepção de verdade já não trata de uma relação entre a verdade de um enunciado com o mundo real, concreto, mas considera que a verdade é variável de acordo com o modo como o sujeito a utiliza. Nesse caso, a verdade é múltipla, como os sujeitos falantes também o são, do mesmo modo que os enunciados e a enunciação também são variados.

Para o linguista dinamarquês Hjelmslev (1975) o sentido emana da linguagem, ou seja, a linguagem é que determina o mundo, “a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade” (PIETROFORTE & LOPES. *Apud* FIORIN, 2005, p.113).

Temos, assim, uma concepção de mundo como objeto de sentidos construídos na linguagem pelo homem, dessa forma, é importante estudar como as línguas interpretam e categorizam o mundo físico atribuindo-lhe sentido. “A semântica assim concebida, será menos ligada às noções lógicas e mais próxima de questões oriundas da herança retórica, mas num enfoque renovado” (PIETROFORTE & LOPES. *Apud* FIORIN, 2005, p.118)

Para que se compreenda como as palavras são estudadas na semântica lexical, é preciso entender algumas conceituações fundamentais, a exemplo dos conceitos de semas – traços distintivos próprios do conteúdo das unidades de um campo lexical, de lexema – os significados das palavras, e semema – um conjunto de semas. Para cada lexema existe no mínimo um semema correspondente, sendo

assim, para cada palavra há uma acepção aceita culturalmente de acordo com a língua em questão.

A reflexão a respeito das coisas, por meio das palavras usadas, não exige dos conceitos a sua identificação no mundo “real”, mas, independentemente dessa relação, os efeitos de sentido, decorrentes da linguagem empregada, requerem interpretações e, para tal, é primordial:

Algumas transformações por que passa o semantismo das palavras, por ocasião de seu emprego em discurso. A incorporação de traços semânticos provenientes do contexto é processo observável a cada novo uso discursivo, alterando parcialmente a identidade das acepções das unidades de que se trata. Não significa que a passagem ao discurso implique um abandono completo das acepções dicionarizadas: significa sua transformação parcial, no interior de limites aceitos intersubjetivamente pelos falantes de uma língua focalizada. (PIETROFORTE & LOPES. *Apud* FIORIN, 2005, p. 125).

Macunaíma: o mito da língua nacional

“Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra”

O movimento modernista buscou uma valorização da cultura nacional brasileira. Macunaíma, de Mário de Andrade, surgiu como uma maneira de fazer com que a língua falada do país estivesse presente na escrita.

Procurando trazer na obra um retrato da fala cotidiana dos recantos do Brasil, Mário de Andrade escolhe como protagonista um “herói sem nenhum caráter”, simbolizando as várias culturas e etnias nacionais.

Em Macunaíma, recusa-se a transparência do real em favor da exploração de processos de construção crítica do real via linguagem, em um estado de autonomia linguística. O mundo relatado pela fala de Macunaíma é real no sentido de metaforizar a formação linguística e cultural

nacional, é um espaço de afirmação do falar popular.

Mário de Andrade opera por processos de semiotização radical, por meio da exploração de potenciais estéticos imanentes das palavras, problematizando toda relação ingênua dos conceitos com o real, construindo um realismo no qual o objeto do signo não é uma coisa e sim outro signo. “cuja desterritorialização radical remete a literatura a ela mesma enquanto pesquisa constante dos potenciais da linguagem e, por extensão, ao problema filosófico da pertinência da linguagem para dar conta do real” (JUSTINO, 2015, p.150).

Segundo Daniel Bounoux (1994), o símbolo “reprime o índice, suprime os sentidos (as sensações) em proveito do sentido (a significação)”. A relação presente em *Macunaíma* não é meramente entre signo e objeto, mas entre língua e cultura. Ao criar e recriar os itens lexicais, o herói coloca em ação seu superpoder de dominar as palavras, para defender/representar o seu povo:

Vemos pois que, em volta de cada palavra ou, para melhor dizer, de certas palavras, se estabelece uma atmosfera fantasiosa e sentimental que constitui seu valor expressivo. Há, evidentemente, palavras mais evocadoras do que outras. O bom escritor saberá aproveitá-las, para suscitar mais vivas e variadas imagens. (LAPA, 1973, p.10)

Mário de Andrade se enquadra entre esses autores, os quais cita Lapa (1973), pois consegue com *Macunaíma*, e com outras obras, construir um léxico próprio à concretização de seu objetivo de marcar por meio da escrita a fala brasileira.

As escolhas lexicais macunaímicas e a construção de sentidos

NNo fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a

índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

– Ai! que preguiça!... (ANDRADE, 2008.p.13)

Logo no início da obra *Macunaíma*, vê-se falar que o herói fazia coisas de sarapantar, mas uma questão chama a atenção nos feitos do garoto: o que é mesmo sarapantar?

Sabe-se que sarapantar é o mesmo que espantar, nesse ponto surge o questionamento: por que a escolha de uma palavra totalmente desconhecida ao invés de uma tradicionalmente usada? A forma sarapantar foi usada não só porque é menos conhecida, fazendo assim com que o enunciado tivesse um toque de originalidade, mas, principalmente, para caracterizar e tornar a língua em questão constituinte de um léxico próprio ao povo brasileiro.

Ao romper com o falar tradicional, o Modernismo não só fazia uso de neologismos criados a partir de alterações formais, como também expandia o lexema das palavras, resultando na formação de neologismos semânticos. O campo semântico das palavras vive sempre se dilatando, fazendo com que as palavras ganhem novos significados:

O herói se estatelou de medo e fechou os olhos pra ser comido sem ver. Então se escutou um risinho e Macunaíma tomou com uma gusparada no peito, era a moça. Macunaíma principiou atirando pedras nela e quando feria, Sofará gritava de excitação tatuando o corpo dele embaixo com o sangue espirrado. Afinal uma pedra lascou o canto da boca da moça e moeu três dentes. Ela pulou do galho e juque! tombou sentada na barriga do herói que a envolveu com o corpo todo, uivando de prazer. E brincaram mais outra vez. (ANDRADE, 2008, p. 15-16)

Observa-se, no trecho acima, um novo lexema de *brincar*, que adquire um sema ligado ao prazer do ato sexual. Não é mais o brincar

inocente de duas crianças, mas dois amantes em estado de gozo. O campo semântico de brincar se expande, passa-se a tratar a palavra em questão com uma significação diferente. Nada melhor do que uma palavra que sugere diversão para representar os enlaces amorosos dos brasileiros, um povo frequentemente associado a ideias de espontaneidade e descontração.

Ainda no trecho acima, a onomatopeia “juque”, que representa o som da moça caindo em cima de Macunaíma, é um exemplo do uso constante de onomatopeias na obra e revela a preocupação do autor em transmitir sensações sonoras. É assim o mundo apresentado por Macunaíma, um mundo das sensações, dos sentidos, quase tátil, no qual a linguagem ao mesmo tempo em que é construtora da visão de mundo do herói, também o apresenta de maneira sensível ao leitor, por meio de neologias fonológicas.

Segundo Gilbert (1975), existem dois tipos de criações lexicais, a neologia denominativa, que é associada à necessidade de se dar um nome a um objeto, a um novo conceito; e a neologia estilística, a qual se baseia na busca da expressividade de uma palavra ou de uma frase para expressar de uma forma inédita uma visão pessoal do mundo, ligada à originalidade do falante. Macunaíma aparece como esse falante original que cria/recria a fala e a escrita para construir sua identidade.

“Macunaíma pigarreava atirando gusparadas no rio e enquanto o guspe afundava transformado em matamatás nojentos, o herói botava a boca no mundo feito maluco sem nem saber o que cantava. A violinha repinicava tremida.” (ANDRADE, 2008, p.123) Ao longo de toda a rapsódia² Macunaíma, faz uso de palavras que buscam uma intimidade direta com os sentimentos intensos dos brasileiros. Não se trata só de cuspir, é guspir um ato muito mais forte e simbólico. Essa simples troca de uma forma para incluir uma oclusiva oral, esse /g/ presente no

enunciado, representa a força da língua, representa um mundo que é marcado pelo léxico brasileiro, pelo caráter pulsante nacional.

O mundo que se apresenta em Macunaíma é criado por meio da linguagem. Aqui, não se trata de uma relação em que as palavras servem pura e simplesmente para representar as coisas do mundo, mas de palavras que são capazes de criar um novo mundo, macunaímico. A linguagem de Macunaíma se torna o modelo de representação nacional, as suas escolhas lexicais são determinantes na caracterização da sua visão de mundo, das vozes sociais que representa e a quem se dirige.

A criação do universo, o surgimento dos astros, do ser humano, e muito mais, passam e se fazem reais dentro da verdade dos enunciados do herói. Há uma criação de toda a história da humanidade por meio do léxico macunaímico, a partir desse momento, o universo passa a ter uma explicação na linguagem popular:

Então de medo a onça nunca mais que largou de tudo o que tinha ajudado ela a fugir. Anda sempre com roda nos pés, motor na barriga, purgante de óleo na garganta, água nas fuças, gasolina no osso-de-Pai-João, os dois vagalhões na boca e o capote de folha de banana-figo cobrindo, ai ai! prontinha pra chispar. Principalmente si pisa nalguma correição da formiga chamada táxi e alguma trepando no pelame luzido morde a orelha dela, qual! chispa que nem Deus!... E inda tomou nome estranho pra disfarçar mais. É a máquina automóvel. (ANDRADE, 2008, p.123)

O herói recusa não só a formalidade histórica que não vê os astros como deuses, mas resiste ao uso do português padrão regido por regras gramaticais, com o uso de palavras oralizadas, como as onomatopeias e até termos de cunho coloquial, a exemplo de “vagalomões” e “osso-de-Pai-João”. Essa característica, de usar na escrita uma linguagem coloquial e oralizada, aparece constantemente na obra.

As frases usadas no texto são rápidas, reflexos dos fleches de emoções que tumultuam

o pensamento do sujeito, que está sempre ativo, atento, mudando suas ideias e sentimentos, expressando-se e, simultaneamente, construindo esses estados de espírito por meio da linguagem utilizada:

Macunaíma foi obrigado a abandonar a tapera cuja última parede trançada com palha de catolé estava caindo. Mas o impaludismo não lhe dava coragem nem pra construir um papiri. Trouxera a rede pro alto dum teso onde tinha uma pedra com dinheiro enterrado por debaixo. Amarrou a rede nos dois cajueiros frondejando e não saiu mais dela por muitos dias dormindo caceteado e comendo cajus. Que solidão! O próprio séquito sarapintado se dissolvera. Não vê que um ajuru-catinga passara muito afobado por ali. Os papagaios perguntaram pro parente onde que ia.

– Madurou milho na terra dos ingleses, vou pra lá!

Então todos os papagaios foram comer milho na terra dos ingleses. (ANDRADE, 2008, p. 142)

A presença da simultaneidade, por meio da sobreposição de ideias, imagens e sensações, resulta em uma espécie de efeito polifônico. Porém, na visão de Mário de Andrade (diferente da polifonia Bakhtiniana), é uma polifonia de coexistência de coisas e fatos em um determinado momento, como na hora que Macunaíma foge do monstro Oibê e várias coisas ocorrem simultaneamente apenas naquele momento em que o herói está correndo, para que seu inimigo não o alcance:

Depois que correu légua e meia olhou pra trás e viu que Oibê já vinha perto. Botou o furabolo na goela e lá foi pro chão todo o cará engolido que virou num tartarugal mexemexendo. Oibê custou pra virar aquela imundície de tartaruga e Macunaíma fugiu. Légua e meia adiante olhou pra trás. Isso Oibê vinha na cola dele. Então tornou a botar o furabolo na goela e lançou que era só feijão e água. Tudo virou num lamedo cheio de sapos-bois e enquanto Oibê se debatia atravessando aquilo, o herói catava umas minhocas pras galinhas e partia afobado. Ganhou muita dianteira e parou pra descansar. Ficou bem admirado porque tinha corrido tanto que estava outra feita na porta do rancho de Oibê. Resolveu se esconder no pomar. Tinha um pé de carambola e Macunaíma principiou arrancando ramos do caramboleiro pra se amoitar por debaixo. Os ramos cortados agarraram pingando

água de lágrima e se escutou o lamento do caramboleiro. (ANDRADE, 2008, p. 127-128)

Essa linguagem, que relata tantos fleches de imagens e sensações, se aproxima muito do cinema, faz uma apresentação da cena de fuga do herói de uma forma que o leitor consegue visualizá-la mentalmente e a associa à pressa da vida cotidiana e à criatividade dos brasileiros na hora de encontrar uma saída para seus problemas.

É com a forma da lexia das palavras que se constroem os efeitos de sentido decorrentes do diálogo entre o texto/narrador e o leitor, ao usar palavras ou frases totalmente em letras maiúsculas em meio a letras minúsculas, parece que se está gritando, que aquela parte em caixa alta é mais forte que as demais, merece mais atenção, pedindo urgência na observação do leitor.

É o que ocorre nas várias vezes em que Macunaíma usa a frase “POUCA SAÚDE E MUITA SAÚVA, OS MALES DO BRASIL SÃO”, há clara a crítica aos problemas sociais do Brasil nessa frase. Problemas que aparecem com uma dimensão muito maior do que se fossem escritos de forma diferente, com letras minúsculas, fato que amenizaria o enunciado. Ao grafar sua crítica da forma como o autor o fez ele transforma seu dito em um ato de protesto, em um verdadeiro grito por melhorias para o país e de repúdio aos defeitos éticos e sociais do Brasil.

Dentro do discurso do herói as palavras passam a construir não só o mundo, mas as próprias pessoas, que são apresentadas com características que as marcam tanto que seus nomes passam a ser secundários em relação ao papel que elas exercem socialmente, como a personagem que se prostitui e é apresentada como “uma madalena”, remetendo-se à prostituta mais conhecida da história³:

Uma madalena que estava na frente do herói, virou pro comerciante atrás dela e zangou: –

3 Maria Madalena, mulher acusada de adultério – Novo testamento (bíblia)

Não bolina, senvergonha!
O herói estava cego de raiva, pensou que erKa
com ele e:
– Que “não bolina” agora! não estou bolinando
ninguém, sua lambisgóia!
– Lincha o bolina! Pau nele! (ANDRADE,
2008, p. 89)

Percebe-se que a linguagem molda e constrói o imaginário do herói representando o modo de falar do brasileiro, sendo assim, é frequente em sua fala o uso constante de expressões linguísticas reduzidas, como “pro”, no exemplo acima, ao invés de “para” e “num”, ao longo da narrativa, no lugar de em um, etc.

Para que a noção de nação vá se configurando como a mistura de várias culturas, o que se apresenta não é mais um povo de um grupo pequeno e fechado, mas um país misto, que é construído por diferentes culturas, tanto nacionais, como estrangeiras, uma vez que o Modernismo não rejeitou todas as culturas vindas de fora apenas não concordou com a subalternização do brasileiro. Assim, se constrói a identidade nacional na obra *Macunaíma* como a coexistência de várias culturas, em um processo intercultural:

Assim tão bem organizados vivem e prosperam os paulistas na mais perfeita ordem e progresso; e lhes não é escasso o tempo para construírem generosos hospitais, atraindo para cá todos os leprosos sulamericanos, mineiros, paraibanos, peruanos, bolivianos, chilenos, paraguaios, que, antes de ir morarem nesses lindíssimos leprosários, e serem servidos por donas de duvidosa e decadente beldade – sempre donas! – animam as estradas do Estado e as ruas da capital, em garridas comitivas equestres ou em maratonas soberbas que são o orgulho de nossa raça desportiva, em cujo conspeito pulsa o sangue das heróicas bigas e quadrigas laotinas!(ANDRADE, 2008, p. 75)

Temos, pois, o entrecruzamento de diferentes culturas na obra, possibilitado por meio da união das várias linguagens típicas de cada povo e do contato interativo entre elas. *Macunaíma* metaforiza, por meio de sua fala, a voz de todas as culturas do país e explica que o Brasil é um país sem nenhum caráter porque é pluricultural.

As palavras do neto de Makunaima

Na atualidade, ao passo que observamos as revoluções linguísticas e socioculturais presentes na produção de Mario de Andrade, se faz necessário uma discussão acerca das falas dos povos que possibilitaram a aparição da figura macunaímica na literatura modernista.

Uma vez que o herói sem nenhum caráter procede dos ideais modernistas de identidade nacional, tendo como plano de fundo a cultura indígena, há que se ressaltar a visibilidade/estereótipos que tal figura fomenta, bem como, a visão dos povos indígenas frente a essa manifestação.

O artista Makuxi Jaider Esbell problematizou as configurações da subjetividade indígena por meio da apresentação do *Macunaíma*, de Mário de Andrade, afirmando-se como um descendente direto de Makunaima (grafia que resguarda as marcas de seu povo):

Eu, quando assumo e reivindico o meu laço familiar com Makunaima, estou convidando a ir ao além no discutir decolonização ou colonização. Quando tomo isso como um argumento quero dizer que é parte minha querer que em todas as partes estejam algum extrapolar dos discursos. (ESBELL, 2018, p.12).

A expansão dos dizeres, o ato de voltar-se para além do argumento inovador do modernismo e observar as reduções ou limitações que incidiram sobre *Macunaíma* - para que ele se tornasse o herói sem nenhum caráter – é imprescindível para que se compreenda a visibilidade e os movimentos de empoderamento contemporâneos, em virtude da figura indígena em destaque na produção andradiana.

“Makunaima sabia sempre o que fazia; parto deste pressuposto. Ele expôs-se sozinho e em estratégia. Agora é outro tempo. O tempo que ele pensou que chegaria não levou nem um século. Onde me couber, vou. Vou além de minha relação

direta com ele” (ESBELL, 2018, p. 14). Jaider Esbell, o neto de Makunaima, desvela o fato de que mesmo fazendo concessões no que diz respeito a certos elementos constituintes da cultura indígena que foram silenciados, a apresentação do herói como um representante máximo da brasilidade (vista como uma qualidade duvidosa/desonesta) abriu espaço para a visibilização das demandas indígenas.

Na contemporaneidade Macunaíma é revirado do avesso, sua imagem/linguagem é retorcida para refletir sobre os elementos que constituem a subjetividade indígena:

Eis que Makunaima experimenta uma forma de materialidade, de sonoridade, de sensibilidade acessível aos seus descendentes, como uma ideia de gênero, por exemplo. Ele vem então em muitos estados transitórios, passa a aparecer além da oralidade, além do mito. Desce de seu estado supremo flechado por seu orgulho superado; quando enxerga-se além de seu orgulho e depois de todo o seu sofrer essencial. Ele rompe todos os limites, subverte todos os conselhos, deixa beijada a mão do seu avô, o jabuti, e vai ao encontro do pai de todos nós, o universo. (ESBELL, 2018, p. 15).

A herança de Makunaima é o constante reinventar dos seus, ao mesmo tempo em que eles resguardam suas conexões ancestrais. “Essa é a nossa linguagem, um ato contínuo em si mesmo, a transformação. Lá, antes de vir o outro, a conjuntura era a conjuntura de lá. Uma origem em si mesma, um recurso próprio do grande ato, a criatividade” (ESBELL, 2018, p. 15). A (cri)atividade abrange os recursos linguísticos/culturais que afirmam os processos de constituição da subjetividade indígena.

Se Macunaíma (re)inventa um léxico que seja mais fiel a demonstração de suas ideias e sentimentos, também torna visível as múltiplas acepções e experiências travadas discursivamente nos processos de alteridade, que confirmam os entrecruzamentos entre os sujeitos e potencializam as vozes indígenas enquanto agentes de ação sociopolítica.

A publicação de Macunaíma no século XX apresentou, em certa medida, traços de apropriação e deturpação da cultura indígena, principalmente em razão do conceito de identidade nacional como uma união de universos plurais e que, portanto, foram comprimidos/limitados para corresponder a um perfil de suposta igualdade subjetiva.

Contudo, a ascensão de uma entidade indígena como Makunaima no espaço em que se discutem certos modelos em voga no âmbito artístico, bem como suas intersecções com questões sócio-históricas, traz à baila reflexões acerca das demandas indígenas e da visibilidade destas no âmbito sociocultural. “Quando Makunaima decide expor-se faz estremecer o universo, algo novo realmente surge, algo urge latente no universo. Nada mais seria como antes, a decisão estava tomada” (ESBELL, 2018, p. 16).

O neto de Makunaima e todos os seus que carregam consigo tais heranças ancestrais fazem coisas de/para sarapantar na contemporaneidade. Eles chamam a atenção para as criatividades e os devires de um povo que está em um ato de criar contínuo, abrindo caminhos para novas palavras/sonhos e fazendo arte no sempre, no agora. Os povos indígenas reivindicam voz no presente, como entes de (en)cantamento do mundo:

Como vedes, assaz hemos aproveitado essa demora na ilustre terra bandeirante, e si não descuidamos do nosso talismã, por certo que não poupamos esforços nem vil metal, por aprendemos coisas mais principais desta eviterna civilização latina, por que iniciemos, quando for do nosso retorno ao Mato Virgem, uma série de melhoramentos, que, muito nos facilitarão a existência, e mais espalhem nossa prosápia de nação culta entre as mais cultas do universo. (ANDRADE, 2008, p. 83).

O neto de Makunaima é o retorno dos seus ao Mato Virgem, a um local que se desprende das imposições e aculturações do sistema hegemônico, para destacar as experiências coletivas e as singularidades indígenas em todas as suas

potencialidades materiais e imateriais, tornando público seus fazeres artísticos e suas experiências de vida.

Considerações finais

A forma como Mário de Andrade constrói a identidade dos brasileiros em Macunaíma é um exemplo das possibilidades de usos da linguagem e, principalmente, de como a relação entre a linguagem e o mundo é muitas vezes um processo de reflexão e afirmação subjetiva. As palavras exercem, em certos casos, um papel de marcadores das culturas as quais estão ligadas. Esse é um exercício, portanto, bem menos arbitrário do que os estudos linguísticos sugerem.

Cada falante possui uma visão de mundo que lhe é própria. Macunaíma com toda a sua originalidade apresenta para o mundo a linguagem oralizada do brasileiro, presente na escrita, documentarizando o falar nacional. Se Camões, com os Lusíadas, deu início à formalização da língua portuguesa, Mário de Andrade, com suas obras, destacou o português-brasileiro, em seu projeto de fazer com que o povo escrevesse com a mesma língua que falava.

A personificação do povo brasileiro em Macunaíma se faz como uma forma de protesto às investidas que buscavam subalternizar o Brasil à Europa, sendo assim, se tem na obra em questão um fator de resistência e afirmação de identidade. É o léxico que possibilita a construção de sentidos que resultam na criação de uma identidade nacional original e ao mesmo tempo pluricultural.

É preciso destacar, ainda, que essa constituição identitária nacional se fez sob o símbolo mítico da personagem Macunaíma, resultado de um investimento na valorização da população indígena brasileira e, simultaneamente, no apagamento de alguns elementos desse grupo, o que ocasionou a preponderância de uma estereotipia sobre essa

etnia. Contudo, como os próprios descendentes de Makunaima afirmam, o Macunaíma andradiano abriu margem para a expansão da visibilidade indígena.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOUGNOUX, Daniel. Meios ambientes, mídia, midiologia. In: Introdução às ciências da comunicação. Petrópolis: Vozes, 1994, (p 29-45)

ESBELL, Jaider. Makunaima, o meu avô em mim! Iluminuras, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 11-39, jan/jul, 2018.

FERREIRA, Eliana Maria. Expressividade e visão de mundo: o léxico de Mário de Andrade na poesia da década de 20. São Paulo: USP – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Língua portuguesa, 2009(dissertação de mestrado).

GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

JUSTINO, Luciano Barbosa. Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

LAPA, M.R. Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

PIETROFORTE, Antônio Vicente Seraphim. LOPES, Ivã Carlos. A semântica Lexical. In: FIORIN, José Luiz, (org). Introdução à linguística II: princípios de análise.4.ed. São Paulo: Contexto, 2005, (p. 111-135).

Submissão: novembro de 2021.

Aceite: março de 2022.

MEMÓRIA, LUTO E RESISTÊNCIA: AS IDEIAS EM DESENVOLVIMENTO NO ENSAIO DE ROSA MONTERO

Scheyla Joanne Horst¹

Resumo: O ensaio é um gênero textual que pode causar efeito caleidoscópico em quem lê, partindo do que parece pequeno e íntimo e se ampliando a questões de maior reverberação social em um movimento circular. A escritora espanhola Rosa Montero apresenta um ensaio pessoal em *A ridícula ideia de nunca mais te ver* (2019), tecendo experiências próprias com a de outra mulher, a cientista Marie Curie. Em quadro, questões como memória, luto, feminismo e resistência, evidenciando uma forma criativa de escrever em que as ideias se desenvolvem e são retomadas. Este texto realiza uma reflexão crítica sobre a subjetividade na escrita, mostrando como a forma e o conteúdo se entrelaçam e evidenciam a literatura como arma poderosa para as mulheres.

Palavras-chave: Ensaio; Luto; Memória.

MEMORY, GRIEF AND RESISTANCE: THE IDEAS BEING DEVELOPED IN THE ESSAY BY ROSA MONTERO

Abstract: The essay is a textual genre that can cause a kaleidoscopic effect on those who read it, starting from what seems small and intimate and expanding to issues of greater social reverberation in a circular movement. Spanish writer Rosa Montero presents a personal essay in *The Ridiculous Idea of Never Seeing You Again* (2019), weaving her own experiences with that of another woman, scientist Marie Curie. In the frame, issues such as memory, mourning, feminism and resistance, showing a creative form of writing in which ideas are developed and taken up again. This text carries out a critical reflection on subjectivity in writing, showing how form and content intertwine and highlight literature as a powerful weapon for women

KEYWORDS: Essay; Grief; Memory.

¹ Mestre em Letras (PPGL – UNICENTRO). E-mail: shorst@unicentro.br

Introdução

O símbolo do jogo da velha, ou cerquilha, quando colocado antes de uma palavra, indica uma *#hashtag*, que pode ser definida na contemporaneidade como palavra-chave. Em mídias sociais, essa estratégia é geralmente empregada para elencar assuntos que passam a ser encontrados com maior facilidade. Você insere uma # e, ao clicar nela, desvenda outras postagens semelhantes ao redor do mundo, com assuntos correlatos. Abre-se, em tese, uma discussão. Em *A ridícula ideia de nunca mais te ver* (2019), a escritora espanhola Rosa Montero utiliza uma série de *hashtags*. De acordo com a própria autora, são marcações que ressaltam ideias em desenvolvimento, as quais são abordadas no decorrer das 186 páginas. “Deixamos um tema, retornamos a ele páginas adiante, abandonamos e retomamos páginas depois” (UMA, 2021), ela explica.

Rosa Montero é natural de Madri, na Espanha, nascida em 1951. Antes de se tornar uma ficcionista, atuou como jornalista, sendo célebre como entrevistadora. Entre seus títulos, destacam-se *A louca da casa* (2003), *Lágrimas na Chuva* (2011) e *Nós, mulheres* (2020). *A ridícula ideia de nunca mais te ver*, lançado em 2019 no Brasil pela Editora Todavia, é um livro publicado inicialmente em 2013 e que aborda a morte a partir da sua história pessoal (falecimento do companheiro de Montero, Pablo Lizcano) conectando com o luto vivenciado pela cientista Marie Curie – a partir da leitura de um diário antigo assinado por Curie, escrito no ano posterior à perda também do esposo, Pierre Curie. Dessa maneira, memória e luto são temas transversais.

A proposta da editora de Montero era que ela escrevesse uma apresentação do diário de Curie. No entanto, o contrário ocorreu: o diário de menos de 30 páginas se tornou um apêndice em *A ridícula ideia de nunca mais te ver*. Para a psicanalista brasileira

Maria Homem, até mesmo o título escolhido toca na essência do que é a perda. “É uma relação com o tempo que instaura o impossível. [...] Um corte radical de nunca mais ver alguém” (MARIA, 2021). Ou nas palavras de Montero (2019, p. 23): “Como é possível que não esteja mais? [...] Como assim, não vou vê-lo nunca mais? [...] Não vê-lo nunca mais é uma piada sem graça, uma ideia ridícula”.

Apenas em nascimentos e mortes é que saímos do tempo. A Terra detém sua rotação e as trivialidades com que desperdiçamos as horas caem no chão feito purpurina. Quando uma criança nasce ou uma pessoa morre, o presente se parte ao meio e nos permite espiar durante um instante pela fresta da verdade. (MONTERO, 2019, p. 9).

O gênero da publicação de interesse aqui é uma indefinição. A escritora diz em entrevista que é, em partes, um ensaio, mas não do tipo convencional. “É uma reflexão de uma série de temas essenciais que vão se desenvolvendo e se refletindo ao longo do romance, em pedacinhos” (UMA, 2021). Os pedacinhos estão atrelados às *hashtags*. E ela continua em uma tentativa desconstruída de atribuir rótulos: “É uma biografia de Marie Curie, que não é uma biografia [...]. É, em partes, uma autobiografia, porém, não é uma autobiografia [...]. Portanto, não creio que seja um romance” (UMA, 2021). Ao que tudo indica, e na escolha de análise para este texto, caminha pelas veredas de um ensaio – denominado pelo mexicano Alfonso Reyes (2004) como o “centauro dos gêneros”.

De acordo com José Luiz Gómez-Martínez (1992, s/p), no ensaio as questões pessoais não possuem uma metodologia para apresentação ou ambição de sequência, como se constata com frequência em uma obra autobiográfica. “*Mientras la forma del ensayo posee un carácter circular, aquella de la autobiografía y confesión lo es lineal*”². Essa circularidade apontada pelo pesquisador é evidente no livro

2 “Enquanto a forma do ensaio possui um caráter circular, na autobiografia e na confissão ela é linear” (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p, tradução nossa).

de Montero. E as *hashtags* são prova disso, pois citam, interrompem e depois retomam assuntos por meio de diferentes olhares. Tal como Gómez-Martínez salienta, os segredos do narrador servem para realizar conexões, mas não estão em foco ou em uma ordem temporal de ocorrência. “[*En el ensayo*] lo personal sólo interesa en su relación con lo actual y únicamente en cuanto sirve para dar mayor luz a las reflexiones que se proyectan”³ (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p).

Nos primórdios da literatura testemunhal, em 1572, o filósofo francês Michel de Montaigne escreveu o ensaio *Que filosofar é aprender a morrer*, em que é destacada a importância de uma imaginação a respeito da morte para a possibilidade de combater o medo que ela causa. Com base no tripé inevitabilidade, universalidade e imprevisibilidade, a morte se distancia de outros males humanos.

Aprendamos a enfrentá-lo [esse inevitável fim] de pé firme e a combater-lo. E, para começar a roubar-lhe sua maior vantagem contra nós, tomemos um caminho totalmente contrário ao habitual. Eliminemos-lhe a estranheza, trilhem-lo, acostumemo-nos a ele. Não pensemos em nenhuma outra coisa com tanta frequência quanto na morte. A todo instante representemo-la à nossa imaginação, e sob todos os aspectos. Ao tropeço de um cavalo, à queda de uma telha, à menor picada de um alfinete, ruminemos imediatamente: “Pois bem, quando será a morte mesma?”. E diante disso enrijecemos-nos e fortifiquemo-nos. [...] É incerto onde a morte vos espera; esperemo-la em toda parte. (MONTAIGNE, 2002, p. 128).

Assim como as indicações de Montaigne, o pensar a morte de um modo não necessariamente usual – como tabu – está presente nas páginas do livro de Montero, que começa com a seguinte cena: “Como não tive filhos, a coisa mais importante que me aconteceu na vida foram os meus mortos, e com isso me refiro à morte dos meus entes queridos. Talvez você ache isso lúgubre, mórbido. Eu não vejo assim” (MONTERO, 2019, p. 9).

³ “[No ensaio] o pessoal só interessa em sua relação com o atual e unicamente quando serve para dar maior luz às reflexões que se projetam” (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p, tradução nossa).

A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Aqui, trata-se o livro como um ensaio pessoal. Isso porque, além de conter características do ensaio, versa sobre um tema de forte impacto para a escritora. Destaca-se a autoria feminina na escrita de si, que fala por muitas vezes longamente silenciadas. Tomando emprestada a reflexão de Marcela Antelo, a arte tem um admirável poder de estabelecer passagem, ainda que insegura, no abismo existente entre o que se vive e o que se pode contar a respeito da experiência. “Cada vez que nos lembramos de algo, nos esquecemos de algo. O abismo não se dissolve, se povoa”. (ANTELO, 2014, p. 36).

Em *O ensaio como forma*, Theodor Adorno explana a respeito da natureza dessas produções. Segundo o autor, “o ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada [...] Escreve ensaisticamente quem compõe experimentando; quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e apalpa, quem o prova e o submete à reflexão” (p. 35). Essa fragmentação parece estar em harmonia com as *hashtags* utilizadas por Montero. Adorno continua:

A relação com a experiência – e o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias – é uma relação com toda a história; a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica. (ADORNO, p. 26).

A citação anterior contempla parte do foco deste texto: o ensaio se concentra no caminho da experiência pessoal à experiência abrangente. O que é íntimo inevitavelmente se entrelaça com ocorrências similares vividas por outras pessoas no presente ou em tempos passados. Montero traça várias pontes entre experiências que ela e Curie podem ter compartilhado. Tais considerações serão

aprofundadas adiante em reflexões sobre memória, sendo as lembranças pessoais também formadoras das imagens coletivas. Afinal, “*el ensayo es la forma de la categoría crítica de nuestro intelecto. Entonces, aquel que crítica, necesariamente debe experimentar*” (BENSE, 2004, p. 3)⁴”.

Conforme Pedro Aullón de Haro (2005), o ensaio enquanto gênero literário possui relação com livre discurso reflexivo. “En todo ello se produce la indeterminación filosófica del tipo de juicio y la contemplación de um horizonte que oscila desde la sensación y la impresión hasta la opinión y el juicio lógico” (HARO, 2005, p. 17)⁵. Por isso, fundamenta-se na união de ponderações críticas com subjetividades. Ao comentar sobre ensaios longos, Haro (2005, p. 22) cita obras classificadas como “autobiografía, biografía, caracteres, memorias, confesiones, diario, utopia, libro de viajes, aforismo, paradoja, crónica, etc”⁶. O livro *A ridícula ideia de nunca mais te ver* é um ensaio autobiográfico inspirado por um diário bastante profundo da cientista Marie Curie.

Falando sobre livros de memórias, ou autobiografias, percebe-se um tipo de escrita que faz conexões entre história de quem escreve, laços com outras trajetórias e reflexões filosóficas, aqui chamados ensaios pessoais. Um ensaio pode ser denominado como um discurso que é acompanhado de características consideradas literárias, mantendo como prioridade o que é subjetivo, mostrando quem fala e seu pensamento livre, por meio da expressão da narrativa. “Distingue-se do mero relato científico ou da comunicação acadêmica, onde a linguagem é utilizada no seu aspecto instrumental, e também do tratado, que visa uma sistematização integral de um

4 “O ensaio é a forma da categoria crítica do nosso intelecto. Então, aquele que critica necessariamente deve experimentar” (BENSE, 2004, p. 3, tradução nossa).

5 “Em todo ele se produz a indeterminação filosófica do tipo de juízo e a contemplação de um horizonte que oscila da sensação e da impressão até a opinião e juízo lógico” (HARO, 2005, p. 17, tradução nossa).

6 “autobiografía, biografía, caracteres, memorias, confesiones, diario, utopia, libro de viajes, aforismo, paradojo, crónica, etc” (HARO, 2005, p. 22, tradução nossa).

campo de conhecimento e certa ‘axiomatização’ da linguagem” (MACHADO, 2003, p. 3).

Para Lima (2009), uma pessoa se lança à aventura de elaborar um ensaio de tom pessoal porque deseja compreender um acontecimento ou uma emoção intensa. “Há um motivo muito forte que o impele a fazer isso, de caráter emocional ou intelectual, ou ambos” (p. 431). É como se determinado aspecto que mexeu bastante com o narrador em alguma fase da sua existência precisasse ser examinado e isso é feito por meio da linguagem da obra. “A humanização que se destaca é a do próprio escritor, sua vulnerabilidade diante de acontecimentos sumamente tocantes” (LIMA, 2009, p. 432).

Ao ler um ensaio, o leitor compartilha de uma reflexão. Por um momento, o escritor permite que os outros penetrem em seus pensamentos mais profundos. É uma troca, mas também é possível constatar que quem escreve se apropria ainda mais do seu tema de interesse. No caso do livro *A ridícula ideia de nunca mais te ver*, a aproximação é das pessoas que já não estão. Uma homenagem por meio da memorização. “El ensayista escribe porque experimenta la necesidad de comunicar algo, por la sencilla razón de que al comunicarlo lo hace más suyo”⁷ (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p.).

MEMORAÇÃO DOS MORTOS

De acordo com Maurice Halbwachs (2014), as lembranças estão vinculadas à coletividade porque “sempre levamos em nós um certo número de pessoas inconfundíveis”. Dentre essas pessoas, os mortos, sejam pouco conhecidos, familiares próximos, ou famosos. Não se concebe uma memória individual, tendo em vista que a recordação se reconstrói socialmente. Por isso, a memória

7 “O ensaísta escreve porque experimenta a necessidade de comunicar algo, pela simples razão de que ao comunicá-lo o faz mais seu”. (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p, tradução nossa).

individual precisa estar em uma comunidade afetiva e depende de pontos de referência que são originados na sociedade. Já a memória histórica evidenciaria o passado de resumida e fluidamente, por outro lado, a memória autobiográfica se mostra complexa. Essa turbulência está no cerne de obras pessoais, como em *A ridícula ideia de nunca mais te ver*.

A memória coletiva se constata quando uma recordação é compartilhada por muitas pessoas de uma mesma cultura. Se uma pessoa já enfrentou o luto, haverá ressonância com os exemplos contados por Montero e Curie, por exemplo. De forma ilustrativa, se a memória coletiva for pensada como se houvesse uma fila de pessoas distribuídas no decorrer da história, é possível vislumbrar que cada integrante dessa fila enxerga acontecimentos de modo distinto. No entanto, a soma dessas visões tece o que se tem como uma memória da coletividade. Todavia, se for considerado que as mulheres não estiveram nessa fila por muito tempo, ou então estavam em outra fila dentro de muros, se tem mais claro que elas não podiam contar seus pontos de vistas. Então, quando uma (ou duas) delas se manifesta, pode reverberar com intensidade. O diário secreto de Curie veio à tona com maior força há pouco tempo, por exemplo, graças ao trabalho de Montero.

Para Aleida Assmann (2011), quando o sujeito observa, como ao construir um ensaio, ele possui dois objetos: o ambiente e a si mesmo. “O objeto da recordação está marcado pelo esquecimento, e o esquecimento torna-se um aspecto indelével do recordar; a recordação traz em si vestígios do esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 107). A memória é atravessada por essas lacunas, ainda mais ao se trazer à escrita cenas vividas há muito tempo. Isso porque: “Indivíduos não são tipos ou caracteres fixos, mas sim entes no tempo. Eles são entes variáveis e descontínuos, aos quais não se aplica qualquer fórmula metafísica de unidade” (ASSMANN, 2011, p. 109). Ao falar sobre a morte

de Pablo, que foi seu companheiro por 21 anos, Montero (2019, p. 62) diz: “É estranho: desde que ele morreu não sinto apenas falta da sua presença, de continuar vivendo com ele e de vê-lo envelhecer. Também tenho saudades do seu passado, das muitas vivências que não conheci”. Um tripé: lembrar-esquecer-inventar.

Qualquer tipo de memorização dos mortos passa, necessariamente, pela recordação dos vivos. A memória cultural possui forte apego a essa celebração de quem já não está. “Ao lado da memória religiosa, que cuida da recordação individual e se preocupa com a salvação das almas dos mortos, aparece a fama mundana, que aposta em uma rememoração generalizada pela posteridade” (ASSMANN, 2011, p. 43). Depois do Renascimento, a vida após a morte saiu das mãos exclusivas de Deus: passou-se a ter uma ampla preocupação com as contribuições sociais em vida. E a ferramenta mais destacada para se manter importante depois de enterrado – imortalizado – é a escrita. “A escrita é um meio de eternização não somente para os heróis cantados nos poemas, mas também para o próprio autor” (ASSMANN, 2011, p. 51). Segundo Montero (2019, p. 64-65): “somos relicários de quem amamos. Nós os trazemos aqui dentro, somos as memórias deles. E não queremos esquecer”.

De acordo com Ricardo Costa (2014), historicamente coube às mulheres o manejo das perdas nas sociedades, pois ocupavam um tipo de função social de cuidar do luto, com direito a pranto descomedido, orações demoradas, vestes características, organização de cerimônias fúnebres. Muito ligados à religião, os rituais se arrefeceram conforme a passagem dos anos, reduzindo em intensidade o desespero expresso à comunidade. Tem-se, nos dias de hoje, dentre outras possibilidades, uma nova maneira de lidar com a morte: a escrita de autoria feminina. Curie escreve. Montero lê e, então, escreve sobre o

que leu. “Escrever é minha maneira de estar no mundo”, afirma Rosa (ESPERO, 2019). E, pode ser acrescentado: uma forma de permanecer.

Provavelmente Marie Curie tenha se salvado da ruína escrevendo essas páginas [seu diário], que são de uma sinceridade, de um desprendimento e de uma nudez impactantes. É um diário íntimo, não foi pensado para ser publicado. Por outro lado, ela não o destruiu. Conservou-o (MONTERO, 2019, p. 28).

No ponto de vista da escritora, a cientista fez do diário um elo com seu marido morto. Citando Fernando Pessoa, Montero (2019, p. 29) relembra que, desde sempre, só a vida não basta. “É por isso que estou escrevendo este livro. Por isso você está lendo”. Conforme Gómez-Martínez (1992, s/p)⁸, o ensaísta tem dependência de seus textos para conseguir entender a si mesmo: “*yo pienso, yo siento, yo amo, yo me alegro, yo creo, etc., con que expresa su punto de vista, para hacerlo totalmente suyo*”. Esse “totalmente seu” se mescla com horizontes de expectativas dos leitores.

Tem-se, nas últimas décadas, o contato com produções focadas na guinada subjetiva apontada pela ensaísta argentina Beatriz Sarlo, que pondera sobre a ressurreição do sujeito na literatura: “[...] produziu-se no campo dos estudos da memória e da memória coletiva um movimento de restauração da primazia desses sujeitos expulsos durante os anos anteriores. Abriu-se um novo capítulo, que poderia se chamar ‘O sujeito ressuscitado’” (SARLO, 2007, p. 30).

Buscando resenhas públicas a respeito do livro na rede social *Skooob*, que é utilizada por leitores para registrar impressões sobre suas leituras, no Brasil, percebe-se essa busca por obras que tratem de morte após experiências pessoais.

Numa escrita leve e, por vezes, descontraída, Rosa Montero trata de forma bem profunda a questão de perdas e como quem ‘fica’ se reinventa, seguindo em frente. A peculiaridade,

⁸ “eu penso, eu sinto, eu amo, eu me alegro, eu creio, etc., com o ensaio expressa seu ponto de vista para fazê-lo totalmente seu”. (GÓMEZ-MARTINEZ, 1992, s/p, tradução nossa).

no entanto, está na associação de uma perda pessoal com o processo de luto de Marie Curie. **Por ter vivenciado recentes perdas**, partilhei dos mesmos pensamentos, não só de Rosa como de Marie. Me pegou e jogou no chão várias vezes [...]. (SKOOB, Leitora A, 2020, grifos nossos).

Para a psicanalista Maria Homem (2021), quem morre continua existindo simbólica e imaginariamente para sempre. “Existe uma impossibilidade de continuação e uma impossibilidade de fim. A corda-bamba da vida” (MARIA, 2021). Diante disso, o luto traz paradoxos. “O luto é um limbo, um purgatório, um inferno e ele dificilmente vai ser o paraíso da criação de uma existência leve, mas ele pode em algum momento apontar para uma possibilidade de existir apesar de alguém ter ido embora para sempre” (MARIA, 2021).

Outra leitora retoma esse aspecto da experiência terapêutica – questão bastante associada às escritas de si ou autoficções – e ainda aponta sobre o poder redentor da literatura:

Este livro foi minha primeira tentativa de lidar abertamente com o luto. Eu queria conseguir dizer o quanto foi libertador, mas passaria horas intermináveis falando e não conseguiria chegar nem perto. Então vou resumir um pouco: leiam, mesmo que vocês não tenham perdido ninguém recentemente como eu. Leiam porque a morte precisa parar de ser tabu, leiam porque somos sempre vulneráveis a perder alguém, leiam para ajudar quem perdeu. O luto é praticamente inenarrável no início. É realmente impossível conceber a ideia de que aquela pessoa que estava ali, ocupando tanto espaço no mundo e na sua vida, simplesmente não está mais. [...] E era assim que eu me sentia na primeira semana e era incapaz de verbalizar esse sentimento. Mas aí veio a espetacular Rosa Montero, e a literatura mais uma vez me salvando do medo do desconhecido, do desespero, da sensação de que ninguém no mundo me entenderia. (SKOOB, Leitora B, 2020, grifos nossos).

Ler para saber como outras pessoas conseguiram alcançar essa existência apesar de alguém muito importante ter ido embora para sempre parece ser o caminho escolhido por muitas pessoas que buscam a literatura sobre o tema. É o

que Montero reflete em entrevista (ROSA, 2019, tradução nossa): “*A ridícula ideia de nunca mais te ver* foi a publicação que mais me deu respostas de leitores. A maioria das cartas conta sobre uma morte que passaram. Mas, não são cartas tristes, e sim cartas que celebram momentos vividos no passado”. No ponto em que a escritora sintetiza: “O livro possibilitou uma plataforma às pessoas para que pudessem resgatar beleza do horror. E acredito que essa é a essência da arte e da literatura”.

AS HASHTAGS DE ROSA MONTERO

No que se refere à forma do ensaio, o uso das *hashtags* é interessante por indicar uma possibilidade híbrida de inserir uma referência comum da internet nas páginas impressas de um livro. Não há como apertar em cima da cerquilha e acessar as reflexões relacionadas, embora muitas vezes esse seja o movimento do leitor. Há, no fim do livro, um índice de *hashtags*, com as páginas das suas aparições. No entanto, desde o início presta-se atenção aos termos que estão destacados, identificando que são palavras-chave para acompanhar a reflexão da autora na produção.

Os termos escolhidos pela escritora para serem desenvolvidos no livro *A ridícula ideia de nunca mais te ver* são: #ambição, #coincidências, #culpadamulher, #culpa, #culpabilidade, #esquisitos, #fazeroquesedeve, #felicidade, #feliz, #fraco, #fragilidadedoshomens, #frágil, #frágeis, #honraraopai, #honraramãe, #honraraospais, #infância, #independência, #insegurança, #intimidade, #leveza, #lugardamulher, #lugar, #lugardohomem, #mutante, #palavra e #palavras.

Apesar do título e temática geral do livro estarem atrelados ao luto, Montero ressalta logo nas primeiras páginas: “este tampouco é um livro sobre o luto. Ou não só sobre luto” (MONTERO, 2019, p. 17). É o que as *hashtags* da seleção do fim do parágrafo anterior também comprovam,

não estando relacionadas à morte. Percebe-se uma profunda reflexão sobre o ser mulher com ambições e a respeito dos desafios enfrentados tanto pela autora – nascida na década de 1950 – quanto pela cientista, que viveu entre 1867-1934. Isto é: “um grande diálogo entre mulheres que nem se conheceram e fazem essa travessia sobre vida, morte e feminino. Como era ser mulher no século 19, como foi ser mulher em meados do século 20, como é hoje, no 21?” (MARIA, 2021).

Inclusive, Montero apresenta com detalhes um caso romântico que Marie Curie teve anos depois da morte de Pierre, envolvendo-se com um também cientista, que era casado durante o relacionamento, Paul Langevin. Nesses trechos, a escritora mostra questões sobre “o esplendor e a angústia da paixão” (MONTERO, 2019, 147). Dessa maneira, não exime a sua personagem das contradições da vida, do andar dos dias após o sofrimento intenso do luto, das tentativas de seguir adiante de maneira geral, e até mesmo no que diz respeito aos assuntos amorosos.

Muitas inquietações sobre o feminismo estão evidentes na reflexão a respeito do #lugardemulher, uma preocupação compartilhada por ambas em diferentes épocas, já que ousaram ir além do espaço então destinado a mulheres nas sociedades. E, depois de se decidirem por uma profissão e por trilharem caminhos não controlados por maridos, existe ainda a necessidade de #honraraospais, de não desapontar a família, pois é importante #fazeroquesedeve, ou logo vem a #culpa. A #culpa que também está no processo de luto: no fardo carregado por não ter dito algo antes da morte do cônjuge, ou por não ter realizado alguma ação que pudesse – quem sabe? – evitar a morte, sobretudo no caso de Marie Curie, tendo em vista que, ao atravessar a rua, Pierre morreu atropelado por cavalos de uma carroça que transportava equipamentos militares. Uma morte “à toa”. O #fazeroquesedeve, então, se relaciona ainda à necessidade de fazer a vida seguir depois

da despedida de alguém importante, da necessidade de não se deter na tristeza. De agir conforme o que esperam. É rápido.

Pensar em forma de ensaio, segundo Adorno (2003), considera a memória e a experiência intelectual de quem escreve, relacionando conceitos e não necessariamente seguindo um método pré-estabelecido.

O pensador, na verdade, nem sequer pensa, mas sim faz de si mesmo o palco da experiência intelectual, sem desemaranhá-la. Embora o pensamento tradicional também se alimente dos impulsos dessa experiência, ele acaba eliminando, em virtude da sua forma, a memória desse processo. O ensaio, contudo, elege essa experiência como modelo, sem entretanto, como forma refletida, simplesmente imitá-la; ele a submete à mediação através de sua própria organização conceitual; o ensaio procede, por assim dizer, metodicamente sem método (ADORNO, 2003, p. 30).

Escrito por uma jornalista e escritora madrilena, o texto apresenta elementos que o assemelham a uma grande reportagem em estilo literário, pois é conduzido com base em curiosidade, empatia, humanização, voz autoral, construção de cenas (LIMA, 2009), almejando responder a algumas perguntas existenciais que atravessam gênero, tempos e espaços. Uma verdadeira colagem de vozes e recortes. Em entrevista disponível na internet, Montero diz: “Eu sabia bastante de Marie Curie, mas somente da versão oficial. O efeito que o diário dela me causou foi uma vontade de descobrir tudo sobre ela, que não era fria como eu imaginava, mas sim um animal” (ROSA, 2019). Essa investigação documental é evidente nas páginas e validada: “Todas as informações sobre Marie e Pierre Curie que aparecem neste livro estão documentadas, não há uma única invenção. No entanto, me permiti viajar nas interpretações” (MONTERO, 2019, p. 185).

Sarlo (2007) reflete a respeito de quão intensa é a narração em comparação ao que de fato foi vivido. O quanto se perde ao relatar? O que

resta de autenticidade e onde começa a ficção? Ao que as pesquisas na área indicam, não há garantias ou fronteiras bem delimitadas ao se dar voz a experiências.

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a do seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança (SARLO, 2007, 24-25).

A mediação da experiência de Montero é relacionada com a de Curie, uma pioneira em várias frentes. A primeira mulher a realizar uma série de façanhas. A partir de uma ideia preconceituosa de que uma mulher que se destaca por seu intelecto ganha características atribuídas ao gênero masculino, Curie geralmente é tratada até hoje no nível de superficialidade como uma polaca sem vaidade, destituída de traços de paixões evidentes fora do laboratório. A escritora espanhola, no entanto, apresenta outro viés, depois de ampla pesquisa de biografias e leitura do diário incluído no livro, evidenciando a profundidade com que a cientista sofreu e registrou impressões a respeito do luto após a morte do marido. “Querido Pierre, que nunca mais verei [...]. Pierre morreu. Ele, a quem eu vira partir pela manhã. Ele, a quem eu esperava apertar entre os braços naquela tarde, eu só tornaria a vê-lo morto” (CURIE apud MONTERO, 2019, p. 193-194).

Ao falar sobre alguém ser #frágil, a escritora reflete a respeito de todos os desafios enfrentados por Curie na condução de pioneiras pesquisas sobre radioatividade, conciliadas com a maternidade. “No pátio do galpão, aquela mulher magra, que durante um dia inteiro mal comia metade de uma salsicha, arrastava, de um lado para outro, cargas de vinte quilos e mexia caldeirões enormes”

(MONTERO, 2019, p. 91). Diante desse quadro que parece apresentar uma bruxa em seu caldeirão, Montero (2019, p. 139) reflete mais adiante os contrapontos apresentados: “O que eu quero dizer é que o verdadeiro sexo frágil é o masculino. Não se aplica a todos os homens e nem sempre, mas, se é para falar de fragilidade de gênero, os homens levam todos os louros”.

O ensaio pessoal de Montero é costurado por uma série de imagens, citações, ilustrações, fotografias antigas – tanto de seu arquivo pessoal quanto relacionadas a Marie Curie, ou a outras pessoas citadas na narrativa. Verifica-se um apanhado de assuntos de pesquisa sobre luto, mulheres com trajetórias marcantes, tentativas de reconstruir memórias. Além disso, há poesias, letras de músicas. Como o poema *On Hemlock Street*, de Ursula K. Le Guin: “Vejo umas costas largas,/ uma cabeça prateada,/e penso: John!/E penso: morto!” (GUIN *apud* MONTERO, 2019, p. 24). Para Homem, o livro fala sobre “como se dá o encontro, o amor, a descoberta, como algo se desvela diante do nosso olhar. De como a gente se transforma e de como a gente perde, o que é o luto. O essencial do livro é o essencial da vida humana” (MARIA, 2021).

Nas partes finais de *A ridícula ideia de nunca mais te ver*, Montero reflete sobre o que ela não gosta em biografias, citando exemplos como quando um autor afirma: “aquele foi o ano mais feliz da sua vida”. Afinal: como saber se alguém foi de fato #feliz? E como mensurar essa felicidade? Segundo ela, um amigo seu leu os manuscritos antes da publicação e afirmou que Pablo (seu marido) não estava muito presente nas páginas, motivo pelo qual a escritora abordou que o íntimo é, de fato, muito complicado de ser retratado. “A literatura se dedica a dar voltas em torno do buraco: com sorte e talento, talvez consiga espiar seu interior com olhos rutilantes” (MONTERO, 2019, p. 173). Continuando:

Parece-me evidente que não existe boa ficção que não aspire à universalidade, a tentar entender o que é ser humano. Quer dizer: o escritor que escreve para contar sua vida, comprazer-se com ela, autopromover-se ou se vingar, sem dúvida nenhuma produzirá um texto abominável. A questão, afinal, é a distância: poder analisar a própria vida como se estivesse falando da vida de outro. (MONTERO, 2019, p. 172).

Tais ponderações se conectam com a reflexão sobre ensaio e subjetividade:

En ellas, en fin, se trata de resumir toda una vida a través de ciertos sucesos considerados como importantes, por lo que el tiempo verbal que domina es el pretérito; en el ensayo, por el contrario, es el presente el que da carácter, y, lejos de ser el resumen de un pasado personal, es el “yo” en su continuo llegar a ser el que preocupa y sobre el que medita el ensayista (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 199, s/p.9).

Não há sucessos narrados em ordem cronológica no livro. Na verdade, o destaque está nos momentos de maior tristeza ou contradição. No que cada uma delas – autora e cientista – conseguiram fazer após viverem situações devastadoras. “Eu suportei a vida, mas creio que nunca mais poderei gozar dela, apesar do que me resta”, escreveu Curie (*apud* MONTERO, 2019, p. 203). Ou quando Montero (MONTERO, 2019, p. 17) comenta o que sentiu ao ler aquele diário: “Uma vontade de contar sua história à minha maneira, de usar sua vida como um parâmetro para entender a minha”. E completa, desta vez em entrevista: “Eu me dei conta de que podia fazer um diálogo com Curie e comparar perguntas essenciais com ela, para ver se ela havia solucionado essas questões, ou não” (ROSA, 2019, tradução nossa).

Como em uma prece que sintetiza as suas constatações sobre ser mulher no ínterim de três séculos, a escritora utiliza as próprias *hashtags* com

9 “[Nas autobiografias e confissões] se trata de resumir toda uma vida por meio de certos sucessos considerados como importantes, porque o tempo verbal que domina é o pretérito. No ensaio, ao contrário, é o presente que dá seu caráter e, longe de ser um resumo de um passado pessoal, é o ‘eu’ eu seu continuo que chega a ser o que preocupa e sobre o que medita o ensaísta” (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, s/p., tradução nossa).

alguns desejos pessoais inseridos já na parte final do ensaio: “Abaixo a ditadura de #fazeroquesedeve. Adeus à #ambição escravizadora e à #insegurança torturante (estas duas são irmãs). Chega de #culpa e da ordem cega de #honraraospais” (MONTERO, 2019, p. 182).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto abordou o livro *A ridícula ideia de nunca mais te ver* (2019), da escritora espanhola Rosa Montero, por meio de uma reflexão a respeito da subjetividade na escrita e no desenvolvimento de uma série de ideias além da morte, o que resultou em um ensaio pessoal. Neste contexto, foi desenvolvida a análise de temas em destaque na textualidade, como luto e gênero, entrelaçando discussões sobre conteúdo e forma. O *corpus* se constituiu por trechos do título citado e por entrevistas da própria escritora, além de comentários de leitores. Para diálogo, foram mobilizadas produções relacionadas à teoria do ensaio e da memória.

Mesmo se entrelaçando com outros gêneros, como biografia, autobiografia, romance e diário, o livro apresenta características do ensaio, adjetivado aqui de pessoal em virtude do tom subjetivo, tendo em vista que a autora apresenta seus pontos de vista e informações sobre a sua própria experiência com o luto, pois passou por situação em certo ponto semelhante com a da sua interlocutora. Assim, estabelece um diálogo com a cientista Marie Curie, intitulada de um modelo arquetípico, um modelo de mulher que não se encaixa em pré-conceitos. A conversa se dá por meio de informações disponíveis em biografias e com base, especialmente, em um diário bastante particular da cientista – que é apresentado na íntegra no fim do livro.

Uma característica interessante da textualidade é a inserção de *hashtags*, estratégia que apresenta as palavras que se conectam com temas que são desenvolvidos no decorrer da narrativa. A

fragmentação dos tópicos que são aprofundados se relaciona com aspectos do gênero ensaístico, já que o pensamento fragmentado insere também uma experimentação que, a partir de algo pessoal se amplia inevitavelmente para o abrangente, ainda mais nos temas existenciais em destaque no livro – que são aqueles que atravessam a vida de todos: amor, família, desafios e morte.

Essa reverberação no público é evidenciada em impressões sobre *A ridícula ideia de nunca mais te ver*, as quais são citadas aqui – resenhas publicadas na rede social *Skooob* e comentário da psicanalista Maria Homem – bem como em revelações da própria escritora Rosa Montero, que considera uma recepção empática de leitores em todo o mundo, tendo em vista o número de pessoas que se comunicaram com ela a respeito desse título enviando cartas, relatos e compartilhando o impacto terapêutico que a leitura causou.

Produzido por uma autora madura, no auge de sua carreira profissional, o livro se vale da memória – sempre anacrônica (SARLO, 2007) – e mostra uma cadência e bagagem cultural acumulada para a concatenação de ideias, citações, referências. A *expertise* de quem escreve como quem respira resulta na construção de um mosaico que pode ser interpretado por meio de diferentes olhares. Destaca-se, então, a autoria feminina em um momento de necessária atenção a produções que desviem à norma, identificando experiências por outros pontos de vista.

Uma produção de difícil rotulagem, como comentado pela própria Montero em entrevistas disponíveis na internet e pontuado na primeira página do livro: “Na verdade, não sei bem o que [o livro] será. Aqui está ele agora, [...] um amontoado de cédulas eletrônicas ainda indeterminadas que poderiam ser abortadas com muita facilidade” (MONTERO, 2019, p. 9-10). Todavia, apesar de sua abstração inicial, materializa-se como um meio fundamental de expressão, característica do bom

ensaio, como nas palavras de German Arciniegas (1979, p. 6): “*con todo lo que hay en este género de incitante, de breve, de audaz, de polémico, de paradójico, de problemático, de avizor, resultó desde el primer día algo que parecía dispuesto sobre medidas para que nosotros nos expresáramos*”¹⁰. O #ensaio, então, se traduz em um meio ideal para a #expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor L. W. O ensaio como forma. In: _____ Notas de literatura I. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003.

ANTELO, Marcela. Elena de Petra. In: Elena – o livro do filme de Petra Costa. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2014.

ARCINIEGAS, German. Nuestra America es un ensayo. UNAM: México, 1979. Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx/handle/10391/2997>. Acesso em 15 de março de 2021.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BENSE, Max. Sobre el ensayo y su prosa. Tradução de Martha Piña Zentella. México: CCyDEL, 2004.

COSTA, Ricardo da. A dor da perda: as mulheres e o luto na História. In: SANTOS, Franklin Santana (ed). Tratado Brasileiro sobre Perdas e Luto. Bragança Paulista, São Paulo: Atheneu, 2014, p.31-36.

CURIE, Marie. Diário. In: MONTERO, Rosa. A ridícula ideia de nunca mais te ver. Tradução: Mariana Sanchez. São Paulo: Todavía, 2019.

GÓMEZ-MARTÍNEZ José Luis. Teoría del ensayo. 2ª ed. México: UNAM, 1992.

10 “[...] com tudo o que há nesse gênero incitante (ensaio), breve, audaz, polêmico, paradoxal, problemático, em estado de alerta, resultou desde o primeiro dia algo que parecia disposto sobre medida para nos expressarmos”. (ARCINIEGAS, 1979, p. 6, tradução nossa).

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2009.

MACHADO, Arlindo. O filme-ensaio. XXVI Intercom. Belo Horizonte (MG), 2003.

MARIA Homem comenta “A ridícula ideia de nunca mais te ver. YouTube. Canal da Livraria Megafauna. Disponível em: <https://youtu.be/ybrxYN5yLSE>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

MONTAIGNE, Michel de. Os ensaios. Trad: Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

MONTERO, Rosa. A ridícula ideia de nunca mais te ver. Tradução: Mariana Sanchez. São Paulo: Todavía, 2019.

ROSA Montero: “Espero morirme queriéndolo todo”. YouTube. Canal Fundación Juan March. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/hz57s-SnqDc>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

REYES, Alfonso. Palinodia del polvo. Visión de Anáhuac y otros ensayos. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007

SKOOB. Resenhas sobre A ridícula ideia de nunca mais te ver. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/862100/edicao:866956>. Acesso em 2 de março de 2021.

TODAVIA Livros. A ridícula ideia de nunca mais te ver. Disponível em: <https://todavialivros.com.br/livros/a-ridicula-ideia-de-nunca-mais-te-ver>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

UMA entrevista com Rosa Montero. YouTube. Canal Todavía. 2021. Disponível em <https://youtu>.

be/2d-AagUYIb0. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

Submissão: fevereiro de 2022.

Aceite: março de 2022.

A MENTIRA ENCENADA EM JOIAS DE FAMÍLIA, DE ZULMIRA RIBEIRO TAVARES

Luciano Dias Cavalcanti¹

Resumo: Neste artigo pretendemos dedicar nossos esforços na análise de *Jóias de Família*, de Zulmira Ribeiro Tavares, narrativa que representa as encenações da elite paulistana, por meio de suas personagens, as quais atuam através da mentira e da falsa aparência, ações características de seu meio social. O falseamento da realidade e o engano é a forma pela qual a autora estrutura sua narrativa. Através de um realismo singular, Zulmira representa a dinâmica social da burguesia paulistana que pode jogar com a realidade à sua volta, revelando o por detrás das relações sociais.

Palavras-chave: Jóias de família. Zulmira. Encenação. Mentira

THE LIE STAGED IN JOIAS DE FAMÍLIA, BY ZULMIRA RIBEIRO TAVARES

Abstract: In this article we want to dedicate our efforts in analyzing *Jóias de Família*, the Zulmira Ribeiro Tavares, narrative that represents the elite performances in São Paulo, through his characters, which act through the lie and the false appearance, shares features of your social environment. The distortion of reality and deception is the way in which the author your narrative structure. Through a unique realism, Zulmira represents the social dynamics of the bourgeoisie in São Paulo who can play with reality to your back, revealing the behind of social relations.

Key words: Jóias de Família. Zulmira. Staging. lie

¹ Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, realizou estágio de pós-doutorado no Departamento de Literatura Brasileira da UNESP/Araraquara. E-mail bavarov@terra.com.br

Se um rouxinol dá as penas da calda, pode dizer: “Resta-me o dom do canto”; mas se as fazem dar um pavão, as penas da calda, o que lhe sobra? (Pirandello, 1981, p. 54)

Introdução

Zulmira Ribeiro Tavares nasceu em São Paulo em 1930. Em 1952, ingressa num curso de formação em cinema no Museu de Arte de São Paulo - MASP. Faz crítica de cinema e, em 1955, publica seu primeiro livro de poemas, *Campos de Dezembro*. Em 1974, lança *Termos de Comparação*, em que combina ensaio, poesia e ficção, pelo qual recebe o prêmio revelação da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA). A partir da década de 1980, sua produção se torna mais regular, despertando o interesse da crítica – recebendo vários prêmios² – para os livros *O Japonês de Olhos Redondos* (1982); *O Nome do Bispo* (1985); *O Mandril* (1988); *Jóias de Família* (1990); *Café Pequeno* (1995), *Cortejo em Abril* (1998), *Vesúvio* (2011) e *Região* (2012), reúne livros de contos escritos desde a década de 1970, como *Termos de Comparação*, *O Japonês dos Olhos Redondos* e *O Mandril*, além de textos avulsos, publicados na imprensa, e um ensaio inédito.

Uma característica marcante da obra de Zulmira Ribeiro Tavares é o trânsito entre diferentes gêneros – o ensaio, a narrativa ficcional e a poesia –, aproximando-os ou fundindo-os, assim como às suas construções por processos distintos. Esta característica foi apontada por Roberto Schwarz, no posfácio do livro *O nome do Bispo*, ao dizer que “a ficção (?) de Zulmira escapa às divisórias entre os gêneros e compõe um destes seres híbridos e racionais em que se reconhece a consistência do moderno”. (SCHWARZ, 1991, p. 183). Essa

² Recebeu os prêmios Revelação de Literatura pela APCA em 1974, por *Termos de Comparação*, Mercedes Benz de Literatura em 1985, por *O nome do bispo*, e o Jabuti na categoria Livro do Ano de Ficção e na categoria Romance em 1991, por *Jóias de Família*.

hibridez poderia ser associada a um traço de nossa ficção desde as décadas de 1960-70, já observado por Antonio Candido em “A nova narrativa”, a propósito da emergência das linguagens midiáticas:

Não se trata mais de coexistência pacífica das diversas modalidades de romance e conto, mas do desdobramento destes gêneros, que na verdade deixam de ser gêneros, incorporando técnicas e linguagens nunca dantes imaginadas dentro de suas fronteiras. Resultam textos indefiníveis: romances que mais parecem reportagens; contos que não se distinguem de poemas ou crônicas, semeados de sinais e fotomontagens; autobiografias com tonalidade e técnica de romance; narrativas que são cenas de teatro; textos feitos com a justaposição de recortes, documentos, lembranças, reflexões de toda a sorte. A ficção recebe na carne mais sensível o impacto do *boom* jornalístico moderno, do espantoso incremento de revistas e pequenos semanários, da propaganda, da televisão, das vanguardas poéticas que atuam desde o fim dos anos 50, sobretudo o concretismo, storm-center que abalou hábitos mentais, inclusive porque se apoiou em reflexão teórica exigente. (CANDIDO, 1989, p. 209-210)

Mas a hibridez que caracteriza a obra de Zulmira vai além de empréstimos e modismos; alicerça-se na forma com sua linguagem se organiza, buscando a precisão do poema, associada ao estilo ensaístico, que parece proceder uma análise sobre o próprio ato da construção narrativa. Para Schwarz, talvez essa propensão à análise e ao racional seja influência do *nouveau roman* francês, que apresenta algo do “rigor científico”: “Há neles uma atitude objetiva e disciplinada, que não é propriamente da ordem da ficção, embora aplicada a situações ficcionais, o que cria um clima humorístico, de ciência do imponderável. (SCHWARZ, 1991, p. 183) Este “clima humorístico”, apontado pelo crítico, é justamente criado pela maneira objetiva e disciplinada pela qual a autora elabora sua matéria ficcional.

De acordo com Ana Paula Pacheco, é por meio da combinação entre humor e reflexão que Zulmira evoca seu questionamento e sua suspeita sobre as aparências e os arranjos do mundo, gerando “uma combinação que indaga as aparências

do mundo e delas desconfia”, como bem revelam as experiências de suas personagens “via de regra pertencentes à burguesia paulistana, quatrocentona e decadente”, atendo-se a autora precisamente no “exame da derrocada de indivíduos burgueses e da renitência com que as prerrogativas de classe se mantêm”. (PACHECO, 2007, p. 274).

Falsas aparências e encenações sociais em Joias de Família

Um texto de Zulmira que exemplarmente aponta para os aspectos citados acima é a novela *Joias de família*, publicada em 1990. *Joias de família* junto com os livros *O nome do bispo* e *Café pequeno* formam uma pequena e ácida trilogia familiar, que desmascara os convencionalismos da classe burguesa paulistana, ensaiando sua ruína.

Em síntese, podemos dizer que *Joias de família* narra a história da formação, consolidação e decadência da família Munhoz, composta pela personagem principal da narrativa, Maria Bráulia, oriunda de uma família rica, proveniente da indústria de tecidos, e representante da burguesia paulistana dos anos trinta. Maria Bráulia foi casada com o Juiz Munhoz. A este casal, somam-se outros personagens que dão movimento à narrativa, como Julião, sobrinho parasita de Maria Bráulia, sua esposa Jurema e seu amigo Bento; o joalheiro Marcel de Souza Armand, amante da personagem principal; Maria Preta, antiga empregada da família; Benedita, afilhada e sobrinha de Maria Preta, e o Secretário-fisioterapeuta (amante) do Juiz Munhoz.

A narrativa apresenta as encenações da elite paulistana, por meio de sua personagem principal, a qual atua através da mentira e da falsa aparência, características de seu meio social. O falseamento da realidade e o engano é a forma pela qual a autora estrutura sua narrativa. Através de um realismo singular, Zulmira representa a dinâmica social da burguesia paulistana que pode jogar com a

realidade à sua volta, revelando o por detrás das relações sociais. Para Ana Paula Pacheco,

Em *Joias de família*, o falseamento da realidade, posto de uma perspectiva interna ([...], a de uma classe que pode jogar com a realidade à sua volta), torna-se uma aposta formal astuciosa: *fazer do engano marca estrutural do livro*, dar representação a uma dinâmica social não só por detrás, mas na própria aparência das relações sociais e indenitárias, é um dos pontos de interesse do realismo de Zulmira ao brincar com as fachadas. (PACHECO, 2007, p. 279, itálicos da autora)

A falsidade e a mentira, marcadas por segredos que não podem ser revelados (o homossexualismo, o adultério, os negócios escusos, o conflito de classe e raça) – seguindo a tradição comportamental moral da família conservadora e religiosa da burguesia brasileira – é o tema central da narrativa. Tema simbolizado pelo rubi sangue-de-pombo falso, presente que Maria Bráulia recebe de noivado do juiz Munhoz.

A história da personagem principal é narrada quando Maria Bráulia já está velha e viúva (sem filhos). É uma personagem decadente que, entretanto, continua exercendo seus rituais pomposos de poder internalizados por sua origem social burguesa e em seu exercício matrimonial. Maria Bráulia nos é apresentada por um narrador de terceira pessoa que entra no plano psicológico das personagens, porém, com um distanciamento que permite realizar comentários irônicos relativos ao narrado. O foco principal, no entanto, concentra-se em Maria Bráulia e seu processo de aprendizagem.

Joias de Família pode ser considerado uma metáfora da falência de uma família paulistana tradicional, que “dá testemunho de comportamentos, ou formas sociais, típicos da elite brasileira.” (PACHECO, 2007, p. 276) Dessa maneira, como aponta Pacheco:

Já no limiar dos anos [19]90, *Joias de família* afasta-se do quadro da ficção brutalista e da ficção marginal mais significativa, representando o todo social a partir de outro ponto de vista. A novela faz das encenações da elite paulistana

sua matéria, elegendo centralmente o foco de uma mulher que aprendeu a se valer das falsas aparências, vigentes em seu meio. Avizinha-se, em linha de continuidade, também da prosa machadiana, de um ângulo relativamente novo, que é o da mulher rica, ou de família rica, agarrada às ruínas do antigo patrimônio. (PACHECO, 2007, p. 277)

Irmanada à visão crítica e irônica de Machado ao representar a família burguesa brasileira, Zulmira se distancia, assim, de uma imposição narrativa recente, que elegeu, conforme aponta Beatriz Resende, a violência e a voz marginal como temas principais, associados sobretudo à ideia de presentificação e de retorno do trágico (Cf. RESENDE, 2008, p. 31-32).

Jóias de família é construída por meio de uma narrativa movimentada, que reconta a vida de Maria Bráulia. Essa movimentação se dá por intermédio de ações ligadas à vida da protagonista, valendo-se, ainda, do suspense em relação a autenticidade ou a falsidade da joia da família e à “revelação do modo de ser de uma classe”. (PACHECO, 2007, 276). Como pano de fundo, a novela apresenta o momento histórico dos anos 1930, na referência feita à Revolução de 32 e às décadas 1940 e 50 e ao Estado Novo, momento perceptível no plano particular da família, quando o juiz Munhoz revela seu alheamento à política e, ao mesmo tempo, sua simpatia pelo fascismo integralista. As referências históricas não são ocasionais, mas fundamentais para representar melhor a configuração da família Munhoz, centrada na exposição de papéis conjugais bem determinados e alinhados com a ideologia do culto ao trabalho e à família.³

No entanto, *Jóias de Família* não se constrói por meio de uma linha narrativa cronológica. Os acontecimentos da história se apresentam através da mistura entre passado e presente, de acordo

³ “[...] a partir dos anos 1930, os valores dominantes de família das décadas anteriores ganharam mais reforços do Estado, que, além de ajudar a propagar a ideia tradicional de honra (que legitimava a hierarquia entre homens e mulheres), atrelou-a à de “honra nacional”, assegurando a autoridade do governante (Vargas, o centralizador ‘pai dos pobres”)” (PINSKY, 2013, 488, grifos da autora).

coma as reminiscências que os acontecimentos despertam nas personagens, sobretudo em Maria Bráulia, ou pelo próprio esclarecimento do narrador. Também é possível perceber na narrativa uma especulação do tempo futuro, quando o narrador sugere ações que as personagens irão realizar após algum acontecimento.

A narrativa, que se passa em apenas um dia, se inicia no apartamento do nono andar, no bairro do Itaim Bibi, propriedade da viúva Maria Bráulia Munhoz. A personagem aguarda seu sobrinho para o almoço para tratar da venda do rubi sangue de pombo. A mesa redonda está posta com uma toalha de linho branco adamascado, e em seu centro há um lago pequeno, de espelho, onde pousa um Cisne de Murano ⁴. Quando o sobrinho diz à tia que o rubi é falso, ancorado na avaliação de um joalheiro respeitado, trava-se uma discussão a respeito da avaliação. Nesse momento, o falso e o verdadeiro (referente tanto ao rubi quanto aos fatos) misturam-se, de modo que o leitor é incapaz de distingui-los. No decorrer da narrativa, fica claro que o falso pretende ser considerado verdadeiro.

Você vai voltar e dizer ainda hoje para esse senhor melhor no ramo que ele não passa de um reles falsificador! Que sou eu que o afirmo! Acha então que com minha experiência em jóias eu não ia perceber? Que nunca vi rubis na minha vida? Esse vermelho tão puro com a pequena tonalidade azulada! Qual a imitação que ia conseguir reproduzir esse fogo azulado por dentro do vermelho? Um rubi autêntico, um autêntico sangue-de-pombo de quase dois quilates, lapidação antique, da região de Ratnapura, no Ceilão, no... no Sri Lanka! Como eu disse quando lhe passei o anel. Não tem preço! (TAVARES, 1991, p. 8)

De maneira dissimulada e raivosa, Maria Bráulia, mesmo sabendo que o rubi é falso, tenta dissuadir seu sobrinho, afirmando a veracidade da pedra. Esta cena, do início da novela, já mostra uma

⁴ Este Cisne de Murano, de acordo com Anna Carolina da Costa Avelheda, “repousado sobre a superfície espelhada, reflete o jogo de aparências em torno do qual gira todo o romance, visto que se trata de um objeto tocável e, portanto, verdadeiro, e de reflexo intocável – logo, falseado.” (AVELHEADA, s/d, s/p)

“verdade relativa” que permeará toda a narrativa, pautada no desejo da personagem burguesa de se proteger, manter seus *status quo* e sua falsa honra. Ao mesmo tempo, a legitimação do status falso da pedra dá a ela tranquilidade em relação à ambição do sobrinho, sempre em busca de aumentos salariais.

É sintomática e reveladora a maneira pela qual a personagem é apresentada pelo narrador, composta por duas faces, e seu *modus operandi*:

Maria Bráulia – de velhice definida mas idade não declarada, com movimentos seguros e rápidos, acompanhados de tapinhas, faz aderir ao rosto o seu segundo rosto “o social” de pele entre o rosa e o marfim, boca e face rosadas, [...]. Com o rosto social mais uma vez encenado, o outro, o estritamente particular, recua, como acontece todas as manhãs, e é esquecido imediatamente por sua dona. (TAVARES, 1991, p. 5, grifo da autora)

Na realidade, o narrador nos acena para o caráter teatral que as personagens assumem na narrativa, deixando isso bem visível na forma irônica com a qual destaca o rosto “social” da protagonista, alinhando-se à máxima de que “o mundo é um palco gigantesco, onde somos todos atores”. Por isso, ressalta-se, na novela, uma semântica própria do campo teatral: “aparição”; “teatro”; “comediazinhas”; “palco”; “cortina”; “luz”.

Maria Bráulia Munhoz olha para fora, para a doce penugem dourada de maio depositada nos prédios distantes e próximos, nas suas guarnições, quinas, parapeitos. Não diz nada. Maria Preta nesse momento abre a porta da cozinha, atravessa a sala e entra na varanda para retirar a bandeja do café; entra no momento certo, parece ter estado aguardando um sinal qualquer, talvez aquele minuto de silêncio, para fazer sua aparição; como no teatro. Nas comediazinhas cantadas a que Maria Bráulia assistia nos tempos do Munhoz, desaparecia-se aqui, a empregadinha surgia ali. A patroa saía por lá, o patrão beijava a criadinha, ali, ali, no lugarzinho. Abria-se a boca e começava a cantarolar no canto direito do palco, no canto esquerdo, ah. A cortina está aberta e o palco iluminado e cheio de ouro é como maio derramado sobre esses prédios: uma borracha dourada vai apagando o que acontecia nesse palco e só deixa a luz esfarinhada e brilhante sobreviver no ar da varanda embandeirada de plantas. (TAVARES, 1991, p. 10)

É possível perceber uma espécie de “terceiro rosto” da personagem, além dos dois apresentados pelo narrador, que decide o momento exato do comparecimento do rosto social ou do rosto natural. Este novo rosto é aquele capaz de colocar em ordem os outros rostos, compactuando ou distinguindo o social do real.

Então com um pedaço de algodão molhado no líquido branco e cheiroso vai apagando cuidadosamente do rosto, aos poucos, aquelas cores vivas e alegres como faria o gerente de uma casa de espetáculos apagando uma a uma as luzes, primeiro do palco, depois dos corredores, da sala de espera, do pátio. No espelho resta então alguma coisa tão esvaziada e quieta como a fachada de um teatro às escuras. Mas não é a mesma coisa, pois enquanto no teatro o espírito do espetáculo vai indo embora junto com o público que se retira, ali no fundo do espelho começa a surgir daquelas formas apagadas, mal definidas e rugosas como o interior pálido das ostras, um espírito muito fino, animado e alegre, um espírito licoroso, uma destilação de natureza especial. (TAVARES, 1991, p. 42)

O aprendizado da “arte de mentir” foi conquistado ao longo do tempo e da vivência da personagem. Para isso, Maria Bráulia teve como professor um grande mestre, o juiz Munhoz: “aos poucos, por ‘contágio’ no convívio de anos com o juiz seu marido, muito mais velho, e que sempre fora nesse campo, mestre”. (TAVARES, 1991, p. 20, grifo da autora). Assim, Maria Bráulia pode, ao longo do convívio com o marido, trocar suas máscaras cotidianamente, falsear a verdade e dar crédito ao falso, tornando-se uma exímia construtora de verdades (de suas verdades).

Dessa maneira, fica explícito que a falsidade é a base fundadora dessa família, na qual a “máscara social” se sobressai em toda a narrativa. Esta situação é exemplarmente representada pela comparação que o narrador faz do rosto de Maria Bráulia com os falsos rubis, símbolo dos valores burgueses que norteiam a família Munhoz:

[...] Está deitada no quarto com as persianas descidas. Respira tranquilamente, mas não chega a dormir. Seu rosto social continua

firmemente afivelado ao natural e ela permanece deitada de costas numa cautela desnecessária para não manchar as fronhas com os tons vivos das faces pois usa os melhores produtos existentes no mercado e esse segundo rosto, tão alegre e de cores tão primaveris (indiferente à ação da água, do vento, ao atrito de panos e esponjas e mesmo das pedras-pome) será removido apenas quando sua dona o desejar, por meio de um cheiroso líquido de um branco de leite.

As mentiras de Maria Bráulia, como as de todos os bem-sucedidos e experimentados mentirosos, geralmente não são formadas de uma peça só, contém vários elementos, muitos verdadeiros, e sob esse aspecto pode-se observar nelas algumas semelhanças com os rubis falsos ou semi-falsos em montagens do tipo doublets e triplets. (TAVARES, 1991, p. 19).

Outro momento marcante da narrativa que revela bem o falseamento (de classe e de raça) da família de Maria Bráulia pode ser visto no confronto entre a personagem principal e a empregada, de mesmo nome, Maria (porém, Preta) considerada “quase da família”. A expressão “quase da família” revela muito da formação social brasileira, proveniente de um escravismo duradouro, que mesmo após sua abolição, faz com que os negros ainda ocupem lugares de pouco prestígio, como os de empregados domésticos ou que exijam serviço braçal. No caso de *Jóias de Família*, a personagem Maria Preta é “encarcerada” na casa de sua patroa, que astuciosamente a coloca em um lugar social ambíguo e desprivilegiado (“quase da família”), transformando-a em uma espécie de cúmplice das mentiras sociais da patroa, quando convém a esta.

Tia e sobrinho levantam-se para tomar café na varandinha alegrada com plantas. O dia está muito bonito e lá ficarão a salvo dos ouvidos de Maria Preta. Maria Preta é discreta, mas não é surda; e o apartamento é pequeno. Maria Preta é como se fosse da família. Em algumas circunstâncias isso quer dizer exatamente o que enuncia: que Maria Preta é como se fosse da família. Em outras, que Maria Preta não é como se fosse da família, uma vez que não é da família, é apenas “como se fosse”. Hoje é umas dessas circunstâncias. (TAVARES, 1991, p. 7, aspas da autora)

Com a morte da mãe de Maria Bráulia e o derrame do juiz Munhoz, Maria Preta havia

entrado então para a casa da Eugênio de Lima. Mandava um pouco nas outras empregadas, tinha o direito de ser mandona pois cuidava de tudo, atendia aos mínimos desejos do Munhoz. Uma joia. Como se fosse da família. (TAVARES, 1991, p. 57)

Esta situação é adensada pela relação de Maria Preta com sua sobrinha Benedita, revelando-nos o temor de Maria Bráulia pelo relacionamento entre tia e sobrinha, que, pelo comportamento subversivo, não se enquadra no modelo requisitado pela família burguesa de escravidão moderna. Benedita não quer fazer parte dessa família, pelo contrário, deseja romper com essa estrutura. Nasce daí o confronto com a tia (representante da velha ordem burguesa, “como se fosse da família”):

_ Eu *não* quero ficar na família. Enquanto me preparo no cursinho, só. Me dá mais sossego para estudar do que em loja ou casa estranha. Depois, se não entrar, continuo mesmo em Santos trabalhando num cabeleireiro, dando um tempo. Já recebi convite para ajudar a fazer cabelo.

_ Na família você tem futuro e aprende bons modos.

_ Ah, sei! Um futurão. (TAVARES, 1991, p. 64, grifo da autora)

_ Nossa, se eu fosse explicar tudo que sei, nem dez anos bastavam, nem minha vida inteira. E essas coisas todas de bons modos, de educação que eu quero passar para você, essas coisas então! Como já dizia d. Chiquinha, tudo isso são também jóias de família, esses ensinamentos. A gente herda, vem da mãe e do pai para os filhos.

_ Sei. (TAVARES, 1991, p. 68)

Benedita rompe com a estrutura fechada a qual pertence sua tia. Ela não quer reproduzir a vida que sua tia levou durante anos, sem se desgarrar de uma estrutura arquetizada para aprisioná-la e não possibilitar nenhuma saída. Dessa maneira, Benedita se apresenta como o único personagem que quer romper com essa estrutura, que não permite que uma mulher negra e pobre alcance um lugar diferente da servidão. É por isso que ela

não quer herdar as “joias da família”: “essas coisas todas de bons modos, de educação” (TAVARES, 1991, 68), que na realidade são apenas o canto da sereia para sua escravidão.

O falseamento da família em *Jóias de família* se dá em sua base, em sua fundação, numa das mais valiosas instituições da sociedade civil e cristã: o casamento. O casamento branco entre Maria Bráulia e Munhoz, porque não consumado na relação cotidiana, vai ao encontro de tudo que a união matrimonial representa e almeja alcançar: a reprodução (a formação de uma pequena nova célula) da sociedade cristã ocidental. Portanto, é um casamento estéril, sujeito ao desastre e à dissolução:

À noite ela se jogava na cama exausta, noites como devem ser as noites verdadeiras, de luz apagada e muito sono. Pouca energia lhe sobrava então para analisar o que exatamente se passava naquelas noites tão escuras. Um arranhão no breu das horas. (“Um respeitador!” – ainda pensava às vezes, virando-se depois para o outro lado). (TAVARES, 1991, p. 27)

O motivo desse casamento branco é explicado pela homossexualidade do juiz Munhoz, que é pego em flagrante, por Maria Bráulia, com seu secretário-fisioterapeuta: “ao abrir a porta do escritório o surpreendera com o seu secretário particular, entretidos ambos numa ginástica rítmica conjunta, de natureza obscura.” (TAVARES, 1991, p. 20) Com o passar do tempo, ao presenciar “outras cenas um tanto bizarras”, Maria Bráulia começa a perceber o significado de tal ginástica – “uma preocupação desusada com a nuca do juiz, a sua mão que ali às vezes se detinha demoradamente pesquisando com a ponta dos dedos algum ponto enrijecido, pés que se embarafustavam na jurisdição de outros por debaixo da mesa.” (TAVARES, 1991, p. 21). Afinal, o juiz tinha a mesma natureza da pedra que dera a Maria Bráulia.

Em nome da moral familiar e de seu nome, o casamento não é desfeito, mas rearranjado, com a inserção de um outro elemento fundamental, e

parte importante do processo de aprendizagem de Maria Bráulia, o joalheiro Marcel. Diante da palidez e falta de vivacidade da protagonista, identificada por Marcel de modo ocasional, o juiz Munhoz recomenda que a esposa “passasse a sair mais e começasse por ir visitar a joalheria do amigo Armand, o que até então só fizera poucas vezes e sempre na companhia do marido.” (TAVARES, 1991, p. 50) A situação possibilita a Maria Bráulia dar vazão aos seus desejos eróticos, satisfazendo a pulsão sexual esvaziada no seu casamento ao se tornar amante do joalheiro. Dessa maneira, por meio do exercício da mentira conveniada mantém-se o casamento exemplar do homem da lei, que julga o que é certo ou errado dentro dos códigos que rege a sociedade⁵, com a moça proveniente de uma família tradicional paulista, abençoados, ambos, pela religião cristã, que entende o casamento como uma instituição indissolúvel.

É interessante observar que toda essa situação, na realidade, é estrategicamente organizada pelo próprio Marcel, joalheiro equilibrado e frio, com o qual Maria Bráulia também aprende a arte da simulação e da mentira.

E foi assim que se quebrou o encantamento e teve início para Maria Bráulia Munhoz e Marcel de Souza Armand uma gratificante troca, primeiro de olhares, logo de confidências, seguidas de discussões amenas e conversas a perder de vista. Começando a nova fase na própria joalheria Marcel, na salinha dos fundos, particular, que o joalheiro reservava para os clientes selecionados, aos poucos foi recuando, recuando sempre dentro das tardes paulistanas, para outros espaços ainda mais seletos e particulares. (TAVARES, 1991, p. 51)

Também foi Marcel que ensinou a Maria Bráulia sobre as impurezas e as imperfeições das gemas, especialmente a presente nos rubis e nos casamentos:

Agora Braulinha o seu casamento é um pouco como esse rubi. Você sabe e eu também sei

5 Afinal, como dizia o juiz Munhoz: “Um bom advogado é como um bom tintureiro! Pinta qualquer lei com as cores de sua bandeira!” (TAVARES, 1991, p. 55)

como ele é. Tem dentro dele uma pequena inclusão (o secretário-fisioterapeuta! – deduziu Maria Bráulia extasiada), eu sei e você sabe qual é (ele! ele!). Vamos então *aproveitar* essa inclusão para produzir com ela um bonito efeito-estrela (meu Deus). Acho que você está me entendendo Braulinha (Cristo, Cristo). (TAVARES, 1991, p. 52)

Marcel aponta a saída para a relação matrimonial inexistente entre Maria Bráulia e o juiz Munhoz: deixar tudo como está, ou melhor, aceitar a introdução de um elemento fora do casamento para a manutenção deste, não denegrindo ou constringendo a ninguém, o que inclui a própria família. O que o joalheiro propõe, como de costume, é a continuidade da falsa moral da classe dominante.

Ele poderia ter sido anulado no início, também pelo Código Canônico, por erro essencial de pessoa, você sabe bem o que quer dizer isso? [...] Mas agora com sua mãe tão velhinha, trazer à tona tudo isso e, pensando bem, mesmo antes, no começo, quero dizer (morreria, morreria) e a sua família toda e a do Munhoz (acabadas) e o Munhoz tão estimável a despeito de (destruído, simplesmente destruído). Não vamos fazer ninguém desgraçado, ninguém merece ser desgraçado, não é mesmo? Ninguém merece ser desgraçado!). Vamos pôr uma estrela dentro desse casamento. Só isso. (TAVARES, 1991, p. 53)

É de Marcel que Maria Bráulia ganha o verdadeiro rubi sangue de pombo. O joalheiro a presenteia com o cabochão (*cabochon* em francês), um tipo de rubi assemelhando a um prego de cabeça grande, simbolizando o próprio sexo:

– Pois é todo seu, todo seu – acrescentara o joalheiro passando-lhe a corrente pela cabeça (e sua mão havia então se detido um momento, pressionando de leve o rubi contra o peito da mulher do juiz). Ainda havia dito: – em lembrança de nossa primeira tarde verdadeira e das outras que virão. [...] pressionara significativamente aquela região que mais tarde ficou conhecida de Maria Bráulia como “o cofre do Marcel”, “o lugar secreto do Marcel”, “o estojo do Marcel”, bem ali embaixo onde começava o par de pernas robustas abrindo-se ligeiramente, vestidas de linho claro – e completara: – Essa peça aqui guardada também é sua inteiramente sua. (TAVARES, 1991, p. 79)

Como se pode ver, “a estrela dentro do casamento”, que, a princípio, Maria Bráulia pensa ser o secretário-fisioterapeuta do juiz Munhoz, é, na realidade, o próprio Marcel. É o joalheiro que devolve a Maria Bráulia a vida plena que fora perdida com o casamento com o juiz.

É interessante observar a semelhança existente entre Marcel e a rainha Vitória, símbolo da rigidez moral inglesa da Era Vitoriana, desmascarada por Zulmira pela falsa moral do joalheiro, típica das classes abastadas – procedimento paralelo ao que autora fizera ao localizar o início da aprendizagem de Maria Bráulia no Estado Novo.

A figura do joalheiro então lhe aparecia nitidamente nos mínimos detalhes [...] com o olhar sempre de soslaio para Munhoz. Como também sua extraordinária semelhança com a rainha Vitória da Inglaterra em uma foto da soberana reproduzida no grosso volume sobre o Império Britânico, da biblioteca do marido. A soberana posava sentada com uma das mãos apoiada no queixo, a cabeça ligeiramente para o lado, olhando de soslaio para algo fora do quadro. A outra mão dobrada no colo, a roupa escura de punhos e gola brancos, a corrente do relógio destacando-se na roupa, os cabelos penteados bem para trás das orelhas. Todavia, uma semelhança que excluía o rosto muito redondo e a feiura de Vitória; também os seus cabelos lisos e puxados (Marcel de Souza Armand os tinha fartos e ondulados), pois tal é o mistério das afinidades fisionômicas ocorrendo por meio de aproximações e afastamentos bizarros. (TAVARES, 1991, p. 48)

É significativa também a referência ao ritual repetido no momento do término das refeições, de lavar as pontas dos dedos das mãos no “finger-bowl”. Este ritual celebrado pelos participantes da refeição reafirma a distinção de classe entre os convivas e Maria Preta. Este ritual é mais que um ato de higiene, que revela, de maneira sutil, o espaço a que cada personagem deve ocupar no palco da família Munhoz, e por que não, no palco da sociedade dos “homens de bem” do Brasil. Esse ritual aparece logo no início da novela, no momento do almoço de Maria Bráulia e Julião:

No final de um almoço com poucos pratos, mas refinado e substancioso, Maria Preta, a empregada há muito tempo na família, apresenta, como sempre faz diante de cada um, uma vasilha pequena de cristal com um pouco de água perfumada. Ambos mergulham a ponta dos dedos no finger-bowl que têm defrente, e os três, Maria Bráulia, Maria Preta, e Julião, o secretário oficioso, de maneira quase imperceptível entreolham-se e confirmam pelo olhar alguma coisa muito secreta e prazerosa que lhes é comum. (TAVARES, 1991, p. 6)

O ritual é repetido entre Maria Bráulia e o juiz Munhoz, compondo um aspecto a mais na teatralização familiar e na cumplicidade do casamento falso: “E ela e o Munhoz anoitecendo e amanhecendo ali ao lado, uma perfeita dupla de concertistas. Interpretando a quatro mãos a mesma peça, mas tirando da superfície arrepiada da água dos finger-bowls gêmeos encantos sempre renovados. (TAVARES, 1991, p. 27)

Esta encenação fica ainda mais visível quando o narrador descreve minuciosamente Maria Bráulia ceando sozinha. Num movimento lento e harmonioso, as mãos da viúva, como um cisne, mergulham no lago estéril da representação social, numa enorme afetação, tornando perceptível uma espécie de fingimento teatralizado, condutor da vida dessas personagens:

Nesta noite Maria Bráulia toma o seu prato de sopa mais lentamente do que de costume; [...] Por fim termina e suspira de puro contentamento. Maria Preta atende ao chamado do sininho de prata. Pela última vez naquele dia tem lugar a cerimônia da apresentação da vasilha de cristal com a pétala de rosa boiando na água perfumada. Os olhos de Maria Preta acompanham as mãos de Maria Bráulia, os dedos unidos em forma de pinha descendo em direção à água para, na fração de tempo seguinte, erguerem-se rapidamente de volta agora desunidos em um movimento solto e aparentemente sem direção. Porém depois de tantos e tantos anos os dedos não saberiam então o que fazer, para onde se dirigir? Como duas avezinhas amestradas, as mãos num movimento único ascendente tocam de leve o rosto de Maria Bráulia fingindo que levam a ela água suficiente para lhe limpar os lábios, de resto limpíssimos. (TAVARES, 1991, p. 35-36)

Considerações finais

Poderíamos dizer que são conclusivas as palavras do narrador quando enuncia, após a morte do juiz Munhoz, a questão: “Como se fabrica uma velha empertigada?” (TAVARES, 1991, p. 60):

A velhice o tempo fornece. O empertigamento chega na corcova do mundo. Denteada como a crista dura de um velho réptil gigante onde, conforme o lugar de observação, os espinhos (e os cacos de vidro espetados para apanhar bandido) estão em cima ou embaixo. Aprender aos poucos: a pegar um olhar que vem do alto, segurá-lo embaixo e sustentá-lo com arte no cantinho do olho, na esquina do olhar, para no devido tempo jogá-lo por sua vez para baixo; tamborilar impacientemente as mãos sobre a mesa dizendo repetidas vezes: você sabe muito bem a que me refiro, você sabe muito bem a que me refiro, e passar ao largo da fisionomia assombrada porque não sabe, com fina elegância! Um longo, duro aprendizado e então vem um acontecimento súbito como a morte do juiz Munhoz, e o fabrico se acha pronto. Não ainda a velhice, apesar de lá bem no miolo do empertigamento de Maria Bráulia ela ter ajeitado o seu ninho de onde vai crescer e se expandir. (TAVARES, 1991, p. 60-61)

O capítulo final da novela é breve, não tomando mais do que um parágrafo:

É muito tarde. Várias cabeças rolaram. Uma fora da vida, outras nos travesseiros. Só a do cisne de Murano permanece erguida. A madrugada chega. As cortinas estão afastadas e de fora avança a sua luz branquicenta descendo na sala. Empréstimo ao cisne de Murano a qualidade macia do que é de carne e penas ao mesmo tempo que lhe rouba a aparência de vida emprestada; tão descorado se acha quanto um frango de pescoço torcido sem pinga de sangue. Estarrece por afrontar as leis da natureza e os costumes dos homens. Um defuntinho de pé. (TAVARES, 1991, p. 81)

No trecho, temos a sugestão da família como uma espécie de “defunto em pé”, sustentada apenas pelo vazio da aparência. O cisne, sete vezes citado na narrativa, além de outros possíveis significados simbólicos que possa ter (elegância, nobreza, hermafroditismo, etc.), representa a altivez e a frieza da família Munhoz. Localizado sobre uma plataforma de espelho da mesa de cear, lembra a figura mitológica de Narciso, indiferente a tudo que não seja ele próprio. Voltando à epígrafe que abre este texto, retirada do romance *O falecido Matias*

Pascal, de Luigi Pirandello, podemos entender a novela de Zulmira Ribeiro Tavares como moldada pela estratégia do descortinamento de uma classe social, da qual, subtraídos a ornamentação e o ritual, resta muito pouco. A composição da novela acena, assim, para o próprio comportamento da burguesia brasileira, com seu olhar sempre voltado para si mesma, em busca da preservação de seus privilégios e da negação dos direitos de quem os rodeiam ou os servem, aqueles que são “como se fossem da família”.

Referências

AVELHEDA, Anna Carolina da Costa. Os quiproquós da vida privada e o incessante jogo de aparências em Joias de família. Fórum de Literatura Contemporânea 5. (Orgs.) ALCMENO Bastos., et al. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Torre, s/d.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. In: A Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Editora Ática, 1989.

PACHECO, Ana Paula. O fundo falso da subjetividade. In: Novos Estudos Cebrap, no 77, pp. 273-9, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciano/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.574/10_o_fundo_falso_da_subjetividade.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRANDELLO. Luigi. O Falecido Mattia Pascal / Seis personagens a procura de um autor. (Trad. Mario da Silva, et. Allí). Editora Abril Cultural, São Paulo, 1981.

RESENDE, Beatriz. A literatura brasileira na era da multiplicidade. Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHWARZ, Roberto. Posfácio. TAVARES, Zulmira Ribeiro. O nome do Bispo. São Paulo, brasileira, 1991.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. Joias de família. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1991.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. O nome do Bispo. São Paulo, Brasiliense, 1991.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. Café pequeno. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Submissão: março de 2022.

Aceite: abril de 2022.

A POSSIBILIDADE DE UM SUJEITO EM SAUSSURE: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL

Vitor Augusto Werner dos Reis¹

Resumo: Este artigo busca refletir sobre a possibilidade de um sujeito no *Curso de Linguística Geral*. Para contemplar tal objetivo, dividimos o trabalho em duas partes: na primeira buscamos definir o conceito de sujeito a partir da perspectiva psicanalítica, passando também por alguns autores da filosofia da linguagem que trazem em sua obra a marca da subjetividade. Depois, a partir de fragmentos do texto saussuriano, analisamos algumas de suas teses, a saber: a dicotomia língua e fala, o valor do signo linguístico, as relações sintagmáticas e associativas, dando ênfase para o caráter mnemônico do eixo associativo. Concluímos que dependendo do ponto de vista dado ao *Curso de Linguística Geral*, é possível identificar, mesmo que de forma periférica ou indireta, a presença de um fora da língua, que podemos interpretar senão como subjetividade, como um princípio.

Palavras-chave: Saussure. Sujeito. Psicanálise.

THE POSSIBILITY OF A SUBJECT IN SAUSSURE: SOME REFLECTIONS ON THE COURSE OF GENERAL LINGUISTICS

Abstract: This article seeks to reflect on the possibility of a subject in the *General Linguistics Course*. To contemplate this objective, we divided the work into two parts: in the first, we seek to define the concept of subject from the psychoanalytic perspective, also going through some authors of the philosophy of language who bring in their work the mark of subjectivity. Then, based on fragments of the Saussure's text, we analyze some of his theses, namely: the language and speech dichotomy, the value of the linguistic sign, syntagmatic and associative relations, emphasizing the mnemonic character of the associative axis. We conclude that depending on the point of view given to the *General Linguistics Course*, it is possible to identify, even if in a peripheral or indirect way, the presence of something outside the language, which we can interpret as not only subjectivity, but a principle.

Keywords: Saussure. Subject. Psychoanalysis.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL. E-mail: vitorwerner@gmail.com

Introdução

“O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 25).

A citação acima, presente nas primeiras páginas do *Curso de Linguística Geral (CLG)*, nos apresenta um Saussure diferente daquele reconhecido como o fundador da Linguística moderna. O Saussure clássico, fundamental para o avanço da Linguística e do estruturalismo, apoia-se num projeto que pode ser lido como paradoxal. A obra saussuriana, com todas as dificuldades e ambiguidades que comporta, é um texto parcial, que busca construir um conceito de língua a partir da noção de sistema, mas que esbarra a todo momento num “fora da língua”. Em outras palavras, mesmo que Saussure não tenha desenvolvido uma teoria da subjetividade, um olhar mais atento, segundo Medeiros (2016, p. 131), “pode mostrar que o sujeito está lá, num movimento de presença-ausência, mais ou menos evidenciado a cada momento”.

Reconhecemos que a sobrevivência de Saussure está ligada à leitura “científica” de sua obra. Dessa forma, não ignoramos todo o empenho de Bally e Sechehaye pela síntese e transmissão de suas ideias. Contudo, tal fato não invalida nossos questionamentos. Se, por um lado, o Saussure clássico garante a sobrevivência de sua obra e o advento da Linguística moderna, por outro, a reduz a um modelo científico, silenciando toda a tensão e subversão do seu texto.

Nosso posicionamento frente a essa questão leva-nos a propor a leitura de um outro Saussure que corre nas entrelinhas do *CLG*, mas nem por isso menos presente e atuante “ao ponto de ser impossível o seu completo recalçamento” (MALISKA, 2003, p. 23).

A partir dessa breve introdução, nos perguntamos se de fato Saussure exclui o sujeito de sua obra, mesmo que toda tradição dos estudos linguísticos aponte nessa direção. Para tentar avançar nessa discussão, propomos uma reflexão em torno de quatro eixos teóricos: a dicotomia língua e fala, a arbitrariedade do signo linguístico, o “esquema das duas massas amorfas” e as relações sintagmáticas e associativas.

Para fundamentar o debate, iremos desenvolver um panorama do pensamento saussuriano, passando pela noção psicanalítica de sujeito, pelas perspectivas de alguns autores da filosofia da linguagem sobre o caráter subjetivo da língua até chegarmos ao nosso objeto propriamente dito: a possibilidade de um sujeito no “Curso de Linguística Geral”.

Um panorama do pensamento saussuriano

Para desenvolver este tópico, vamos refletir teoricamente sobre algumas afirmações de Saussure apresentadas do *CLG*. Esse método tem como objetivo apresentar os conceitos de forma mais específica, auxiliando na sua compreensão.

Segundo Saussure (1916/2006, p. 22), “[...] a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam [...]”. O trecho apresentado é um recorte do capítulo III do *CLG*, em que Saussure aponta a única falha com relação à aproximação metafórica da língua com o jogo de xadrez. Segundo o linguista, no jogo de xadrez, há uma intenção antes da execução de uma jogada, uma reflexão do jogador antes de exercer uma ação sobre o sistema. Já a língua não é intencional, mas regida pela causalidade do signo linguístico em toda sua espontaneidade.

Ao afirmar que “[...] o signo está em condições de alterar-se porque se continua”

(SAUSSURE, 1916/2006, p. 90), o autor aponta para a mutabilidade da língua, mas carrega uma oposição em seus termos ao relacionar o princípio de alteração com o princípio de continuidade. O que Saussure quer dizer é que a mutabilidade da língua é assegurada por sua continuidade, ou seja, é só porque a língua continua que os signos podem se transformar, modificando também a própria língua, independentemente das intenções do falante. “A língua se transforma sem que os indivíduos possam transformá-la” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 89). Vemos também nesse exemplo o princípio de autonomia da língua em relação aos fatos individuais de fala.

Um outra importante passagem é a que afirma que “a **língua [...] é um todo por si [...]**” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 17), referindo-se a uma parte da resposta de Saussure à pergunta “Mas o que é a língua?”. Na tentativa de defini-la, o linguista a diferencia da linguagem, esta última descrita como multiforme e heteróclita. A língua, ao contrário, “é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 17). Ou seja, a língua é um todo em si porque é definida como um sistema autônomo, fechado e que “conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 31). Na língua, o que está em jogo são os seus elementos internos e as relações de seus termos na produção do valor linguístico. Os fatores extralinguísticos e individuais, segundo Saussure, não interferem na significação do signo.

Assim, ao afirmar que “[...] na língua há apenas diferenças sem termos positivos” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 139), e que “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 130), o autor sustenta que toda significação é produzida a partir das diferenças entre os termos. Assim, “o que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que

levam a significação” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 137).

Por fim, uma das máximas saussurianas que auxiliou a Linguística a ocupar o posto de ciência moderna refere-se à lógica acerca do seu objeto de estudo. Nas palavras de Saussure (1916/2006, p. 15), “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto [...]”.

Assim, se admitirmos que o objeto da Linguística precede o ponto de vista do pesquisador, assumiríamos a ideia de que a linguagem não seria um fenômeno complexo, multiforme e heteróclito, como definiu Saussure (1916/2006), mas um conceito passível de uma única explicação. O que encontramos no *CLG* são definições complexas e, muitas vezes, ambíguas sobre o campo da linguagem, fato esse que nos faz caminhar com cuidado quando se tenta aproximar as ciências humanas das ciências naturais.

Saussure se pergunta: Qual o objeto da Linguística? E logo depois responde: “a questão é particularmente difícil [...]”. E continua, “outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 15). Isso porque, quando tentamos transpor um método das ciências naturais para as ciências humanas, sem as devidas precauções, corremos o risco de generalizar um fenômeno complexo ou reduzi-lo ao seu objeto.

Saussure assume os riscos e conduz seus estudos sobre a linguagem delimitando-a e definindo-a como um sistema sobre o qual a língua se assenta e se organiza. Mas, ao definir a língua como objeto da Linguística, o linguista exclui a fala, lado individual da linguagem, bem como o discurso, funcionamento ideológico e histórico da linguagem. Dentro dessas três perspectivas – língua, fala e discurso –, encontramos contradições

e diferenças que não nos permite definir, de forma homogênea, um objeto da linguagem.

Isso quer dizer que não há, por excelência, um objeto que represente toda ciência da linguagem. Ele não está pronto, deve ser criado a partir do ponto de vista do pesquisador, ou seja, do lugar que este ocupa na teoria.

A noção psicanalítica de sujeito

Distinto da noção de indivíduo praticada pela ciência, o sujeito da Psicanálise vem romper com o método cartesiano ao postular a hipótese do inconsciente, apropriando-se das bases do *cogito ergo sum*, afirmando lá onde penso, não sou e o sujeito é, lá onde não pensa, no inconsciente. Supõe-se assim, que há um sujeito do inconsciente (sonho, lapso, sintoma, chiste), ou seja, o sujeito deixa de ser pensado como substância para assumir um lugar *não-todo* na sua relação com o Outro². Em outras palavras, o sujeito perde o *status* de senhor de sua própria casa para habitar um lugar parcial assujeitado pela linguagem.

Trata-se do sujeito dividido, cindido pela falta inerente à estrutura linguageira. Segundo Milner (2012, p. 28), “falar de língua e de partição é reconhecer que não se pode dizer tudo. Em outras palavras, o puro conceito de língua é o de um não-todo”. De acordo com Paul Henry (1992), o sujeito está dividido como aquele que sonha, “do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é uma experiência de discurso” (HENRY, 1992, p. 170). Como aquele que cometeu um lapso, afirma Werner (2018, p. 264), “o sujeito não se reconhece no ato da fala, há um estranhamento, a produção provisória de um outro entre o sujeito e a língua, nomeado pela psicanálise de sujeito do inconsciente”.

² Conceito psicanalítico entendido aqui como correlato a linguagem.

Lacan destacou as relações entre a Psicanálise e a linguagem, refletidos no famoso aforismo que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A estrutura psíquica passa a ser vista como sendo constituída pelas leis próprias da linguagem, sendo que os processos inconscientes de condensação e deslocamento, presentes nas formações do inconsciente, têm uma condição análoga à metáfora e à metonímia.

Desse modo, o simbólico prima ao nascimento, já que há todo um universo organizado em leis, linguagem e cultura. É desse lugar simbólico da linguagem que advém a chance de estruturação psíquica do sujeito, ainda que o estabelecimento dessa estrutura não seja o produto de um único acontecimento, mas sim, um processo de construção dialética entre o sujeito e o Outro (BERNARDINO; ROHENKOHL, 2002). Nesse sentido, a constituição subjetiva é o produto da verbalização do sujeito, isto é, da inscrição dos significantes no corpo biológico. Com a assumpção de que o corpo e o psiquismo constituem-se simultaneamente a partir de uma série de investimentos por parte daqueles que cumprem as funções paternas e maternas, a Psicanálise ressalva que a constituição psíquica se inicia com as trocas libidinais entre o bebê, seu corpo e seus cuidados.

Desse modo, o que poderia ser um problema para quem busca observar o lugar do sujeito nos estudos saussurianos – que privilegia a língua em detrimento da fala, esta marcada como um fato individual que tomaremos aqui como manifestação da subjetividade –, constitui-se, segundo Nóbrega (2008, p. 5), como “uma porta aberta para o diálogo com os estudos da psicanálise lacaniana, pois marca a possibilidade de ver o sujeito não mais na sua superioridade, como ser que é porque pensa, mas como efeito de linguagem”.

Saussure, ao tentar definir o objeto da Linguística afirma: “[...] o fenômeno da linguagem apresenta perpetuamente duas faces que se

correspondem das quais uma não vale senão pela outra” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 15). Acrescenta mais adiante: “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 16). No entanto, ao classificar a língua como o objeto da Linguística, o autor separa a língua da fala, e com isso, segundo o linguista, “o que é social do que é individual; o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 22).

Aqui, ao mesmo tempo em que Saussure especifica a indissociabilidade que une língua e fala, trata de categorizá-las, poucas páginas adiante, como dois objetos independentes. Esse paradoxo permite um primeiro vislumbre de subjetividade presente em sua obra. Como afirma Normand (2009, p. 133-134),

Saussure havia afastado o “sujeito”, como tanto se insistiu em dizer, ou, pelo menos, o indivíduo, que, marcado pelos traços da consciência, da liberdade, da singularidade, ficava reservado, ou abandonado, ao domínio da fala. Essa oposição, no entanto, não resolvia inteiramente a questão, e o indivíduo está sempre presente: ao mesmo tempo passivo (a língua lhe é imposta, ‘depositada’ em seu cérebro) e ativo (ele interpreta as formas, criando-as a cada emprego).

Nesse sentido, mesmo que o sujeito não esteja presente de forma explícita no *CLG*, seria problemático negar a pertinência de sua função marginal.

A linguagem como instrumento subjetivo de poder

A proposta psicanalítica acerca da subjetividade não se restringe ao campo do saber psicológico. Autores como Benveniste, Pêcheux, Bakhtin, Barthes, Foucault, Deleuze e Guattari dialogam com a ideia de pensar dialeticamente sujeito e linguagem e suas relações de poder. Nas palavras de Benveniste (2005, p. 285),

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

A crítica à Linguística clássica, que busca constantes para se afirmar como ciência, não é contemporânea. Mikhail Bakhtin, em 1929, no capítulo 5 do livro *Marxismo e filosofia da linguagem* afirma que “o sistema linguístico é produto de uma reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação” (BAKHTIN, 1981, p. 85).

Esse fragmento traz dois pontos fundamentais da teoria de Bakhtin, o primeiro refere-se ao deslocamento do conhecimento, do “eu” para o “nós” ou para os “Outros”. Quando o autor afirma que a reflexão sobre a língua não procede da consciência do locutor nativo, entende-se que tal reflexão só seria possível a partir do contexto histórico e ideológico ao qual o locutor está inserido. Em outras palavras, não há uma reflexão pura e totalmente consciente, pois somos produtos do discurso, atravessados por ele, pois carregamos em nossa voz muitas vozes. Além disso, há uma outra voz inconsciente que não temos acesso, que tem “vida própria” e irrompe sem nos darmos conta trazendo um sujeito que muitas vezes não reconhecemos.

O outro ponto refere-se a pensar a língua não como comunicação, mas como um ato político, pois tudo que falamos está carregado de significantes prévios, culturais, ideológicos e históricos. Para Bakhtin, a significação não está numa relação estrutural e sistemática (homogênea), mas na heterogeneidade das relações, no contexto histórico do acontecimento.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari, toda palavra é uma palavra de ordem, “a linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas

para obedecer e fazer obedecer” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 12). Ou seja, a linguagem é um instrumento de poder que não serve para comunicar, mas para transmitir palavras de ordem. Não se comunica uma informação, ordena-se, interroga-se, promete-se; não se informa um comando, ele é posto como ato incutido de significantes culturais e ideológicos. Isso porque, todo discurso é indireto, atravessado pelo Outro, pela história e todas essas marcas não ficam de fora no momento da fala.

Para Deleuze e Guattari (2011), não é possível pensar a palavra fora do campo ideológico, por isso toda palavra é uma palavra de ordem porque carrega consigo pressupostos implícitos, “com atos de fala que se realizam no enunciado” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 17). No entanto, se toda palavra é uma palavra de ordem, quais seriam as chances de uma transformação política?

De acordo com Deleuze e Guattari, uma possível saída diz respeito à produção de linhas de fuga. Um modo de subverter e problematizar a linguagem transformando “sentenças de morte” em “palavras de fuga”. De uma estrutura cristalizada, dada como verdadeira, propõe-se uma desterritorialização, mostrando o não sentido, a multiplicidade e denunciando a homogeneidade do discurso.

Roland Barthes corrobora para a discussão ao afirmar que, ao mesmo tempo em que a língua é instrumento de poder e dominação, ela também é uma via de resistência e política capaz de produzir uma modificação ou transformação no discurso. Mas o que há fora da linguagem? Talvez, como afirma Barthes, uma liberdade total, mas continua do autor, “infelizmente a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado” (BARTHES, 2012, p. 7). Para aqueles que se distanciam muito ou totalmente da linguagem, “os loucos” em sua maioria, seus atos não têm função política, pois estes não tem voz na Polis.

Por isso, a língua deve ser combatida no seu interior, ou seja, pela própria língua, mas como? Segundo o autor, trapaceando a língua, produzindo uma esquina, um logro “que permite ouvir a língua fora do poder” (BARTHES, 2012, p. 8), uma revolução permanente da linguagem que chamou de literatura.

Barthes nos adverte que essa revolução no interior da língua não está localizada na mensagem de que ela é instrumento, mas, segundo o semiólogo francês, “pelo jogo das palavras de que ela é teatro” (BARTHES, 2012, p. 8), pelas forças de liberdade que a literatura representa e busca ao longo de sua história.

Em sua aula inaugural no Collège de France, Foucault define a linguagem em termos discursivos, sublinhando seu caráter subjetivo e, por isso, parcial. Para o historiador, um discurso é formado por uma rede de signos que se conecta a outros tantos discursos em um sistema aberto que tanto registra quanto reproduz e estabelece os valores de determinada sociedade, perpetuando-os (FOUCAULT, 1996). Segundo o autor, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Em resumo, é pela linguagem e com a linguagem que se fixam os lugares na sociedade, afirmando quem tem e quem não tem voz na Polis. É a partir dessa estrutura que as relações irão ocorrer, numa tentativa, muitas vezes, de naturalizar esses lugares como pré-existentes. Rancière (2009) nos mostra essa partilha e nos esclarece como a linguagem (logos) pode produzir preconceitos, indiferença, objetificação.

Avançando um pouco, Bakhtin, Deleuze e Guattari, Barthes aproximam-se quando tomam a língua como um instrumento não de comunicação/informação, mas como um ato subjetivo, político e ideológico. A crítica à Linguística clássica também

é um ponto em comum entre os autores. Seguindo essa linha, podemos dizer que a linguagem não é neutra, que não há linguagem totalmente isenta de subjetividade.

Da subjetividade no Curso de Linguística Geral

De acordo com Saussure (1916/2006, p. 81), “o laço que une o significante ao significado é arbitrário [...], ou podemos dizer: o signo linguístico é arbitrário”; ou seja, não há nenhuma determinação do significado frente ao significante e vice-versa. Segundo Arrivé (1999), o significante laciano segue o princípio da arbitrariedade proposta por Saussure. Com uma ressalva: para Lacan, o termo “arbitrário” pressupõe uma decisão, e toda decisão implica um decisor, fato este que anularia a arbitrariedade do signo e acenaria para um possível sujeito em Saussure. Lacan propõe substituir o termo arbitrário por contingente, evitando, segundo Arrivé (1999), toda alusão subjetiva pressuposta no termo saussuriano. Nesse sentido, podemos afirmar que “Lacan é aqui mais saussuriano do que o próprio Saussure” (ARRIVÉ, 1999, p. 104).

Na metáfora das massas amorfas, a suposição de um sujeito saussuriano é ainda mais perceptível. Nesse esquema, Saussure tenta ilustrar duas questões. A primeira é a indeterminação antes do aparecimento da língua: “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 1916/2006, p.130). Depois, a representação da reciprocidade do signo. Ou seja, Saussure parte de uma indeterminação que dá lugar à uma forma, produzida a partir de cortes realizados nessa massa. Mas quem corta a massa e escolhe as partes do espectro? Já que toda ação pressupõe um sujeito que a pratica? A metáfora da folha de papel ilustra essa ideia. Afirma Saussure (1916/2006, p. 131) que “a

língua é também comparável a uma folha de papel: o pensamento é o anverso e o som o verso; não se pode contar um sem cortar, ao mesmo tempo, o outro [...]. A pergunta permanece. Quem corta a folha de papel, quem escolhe o local, a direção e a intensidade que a folha de papel será manipulada? Frente a esses questionamentos, não poderíamos supor um “fora da língua” que permeia o sistema saussuriano?

Ao discutir as relações sintagmáticas e associativas, nos deparamos com dois paradoxos que favorecem nossa hipótese. O primeiro diz respeito à impossibilidade de separar língua e fala, demonstrada pela relação de dependência entre esses dois eixos. Depois, pelo caráter mnemônico das relações associativas, que se apresenta imediatamente relacionada ao sujeito falante. Nas palavras de Saussure (1916/2006, p. 143), “[...] elas não têm por base a extensão; sua sede está no cérebro; elas fazem parte desse tesouro que constitui a língua de cada indivíduo”. Segundo Medeiros (2016, p. 136), “se não se está falando diretamente sobre o sujeito, está se falando sobre um processo que acontece inteiramente em sua cognição – e que o tangencia, portanto.

O eixo sintagmático é responsável pela relação entre os elementos presentes no mesmo segmento de língua. Seu valor linguístico é produzido a partir da combinação de seus elementos. De acordo com Saussure (1916/2006, p. 208), “colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos”. No eixo associativo, segundo Merquior (1991), as relações são entre o mesmo elemento e outros ausentes, mas mutuamente substituíveis. Um elemento pode ser associado com outro(s) sempre que as palavras oferecerem algo em comum. Essas associações não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada, ou seja, as relações não são lineares, existe na memória, na consciência do sujeito falante.

Portanto, segundo Nóbrega (2008), a organização sintagmática e a escolha na cadeia associativa são obras de um sujeito falante e devem ser a ele atribuídas. O sintagma, limitado pelo fato social, mas que ao mesmo tempo constitui o lugar onde o sujeito irrompe, dando prova de sua existência, nos demonstra que o mecanismo da língua, em toda sua complexidade, baseia-se numa relação de não-saber sobre a língua. O sujeito, pensado na relação entre esses dois eixos da linguagem, “desliza entre a estabilidade da língua e a liberdade da fala” (NÓBREGA, 2008, p. 8).

Dessa maneira, afirma Hugo (2013, p. 13), “os elementos da língua só adquirem valor (realidade concreta) em seu uso social em um determinado estado de língua, em que são significativos para os sujeitos falantes”. Dito em outras palavras, mesmo que a arbitrariedade do signo instaure um sistema linguístico formal, é o sujeito falante que irá operá-lo, pois ele é o único que tem acesso a uma sincronia.

Sem chegar a um ponto final, nos perguntamos por que não falar diretamente de um sujeito em Saussure? Uma interpretação possível pode ser desenvolvida por meio da Análise do Discurso (AD), que afirma que, por vezes, o não-dito também produz efeitos de sentidos no discurso. Segundo Orlandi (2007), o não-dito não é o silêncio, pois pressupõe um dito e opera no discurso via palavra. Trata-se de um conceito que não está necessariamente submetido ao enunciado, mas indica que ao longo da cadeia significante “há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 2009, p. 89). Para a AD, não estamos diante de um fenômeno raro ou aleatório, o não dito-dito está presente em toda produção discursiva, pois está submetido ao campo do Outro.

Talvez esse não-dito possa nos auxiliar a compreender como um trabalho que se tornou um marco na Linguística moderna, ao ser lido sob

uma perspectiva que buscou isentar o texto de sua subjetividade, foi, ao mesmo tempo, um dos pilares para a construção do conceito de sujeito em Lacan e da teoria da Enunciação de Benveniste. Isto é, algo que estava lá, mas afim de priorizar os conceitos que orientariam a Linguística, foram deixados de lado.

Sobre o último, conhecido pela expansão do paradigma linguístico estabelecido por Saussure, Émile Benveniste, em sua conferência intitulada *Saussure após meio século* (1963), já identificava o caráter paradoxal do *Curso de Linguística Geral*, tratando-o de forma construtiva. Afirma Benveniste (2005, p. 45), “certos linguistas censuram a Saussure o comprazer-se em sublinhar paradoxos no funcionamento da linguagem. A linguagem, porém, é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que o não veem”.

Como todas as ideias fecundas, continua Benveniste (2005, p. 46), “a concepção saussuriana da língua trazia consequências que não se perceberam logo. Existe, mesmo, uma parte do seu ensinamento que permaneceu meio inerte e improdutiva durante muito tempo. Ao propor a teoria da Enunciação, Benveniste afirma algo que já estava no *CLG*: que língua e fala são duas faces de uma mesma moeda, que o lado social e individual da linguagem são indissociáveis. Segundo Medeiros (2016, p. 133), “o que Benveniste viria a postular com sua teoria enunciativa, colocando sujeito no centro da linguagem [...], não é de todo ignorado por Saussure”.

De acordo com Benveniste (2005, p. 27), “a partir da função linguística, e em virtude da polaridade do eu: tu, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares”. Isso faz da linguagem o próprio meio da relação intersubjetiva, e não um mero instrumento de comunicação.

Finalmente, não se trata de buscar o “verdadeiro Saussure” ou a leitura mais transparente

do *Curso de Linguística Geral*. Nosso objetivo é lançar mais uma perspectiva da obra saussuriana, que não é nova, mas que pode auxiliar na desconstrução de um modo formatado de ler o *CLG*, produzindo ressignificações e sentidos de uma obra ainda em formação, e por isso, marcada por faltas e ambiguidades.

Conclusão

Após mais de cem anos, as discussões em torno das ideias de Saussure não esgotaram a sua fecundidade. Sua obra continua a nos interrogar, revelando sua contribuição não somente para a Linguística, mas para outras áreas do campo da linguagem. Na realidade, mesmo que muitos linguistas descrevam a obra saussuriana como ultrapassada, o que vemos é um texto que continua transitando e nos questionando sobre o lugar da língua, da fala e do sujeito no fenômeno da linguagem.

Julgamos que nosso objetivo foi contemplado, pois, ao reler o *CLG* orientado pela subjetividade, conseguimos mapear as primeiras pistas presentes nessa obra que indicam que, para além de um sistema sincrônico e arbitrário, há um “fora da língua” que habita a linguagem e ela não dá conta de excluí-lo por inteiro.

Referências

- ARRIVÉ, M. Linguagem e Psicanálise, Linguística e Inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAKTIN, M. (VOLOCHINOV). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARTHES, R. Da ciência à literatura. O rumor da língua. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- BASÍLIO, R. O lugar do sujeito no sistema saussuriano de língua. Anais do SILEL. Vol. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BENVENISTE, E. Saussure após meio século. Problemas de linguística Geral I. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. Da subjetividade na linguagem. Problemas de linguística Geral I. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- _____. Vistad’olhos sobre o desenvolvimento da linguística. Problemas de linguística Geral I. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BERNARDINO, L. M. F., ROHENKOHL, C. M. F. O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. Postulados da linguística. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.2. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996.
- HENRY, P. A ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- HUGO, M. S. O curso de linguística geral e suas possíveis leituras a respeito da teoria do valor. Revista Investigações, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/392/0>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- MALISKA, M. E. Entre linguística & psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure. Curitiba: Juruá, 2003.
- MEDEIROS, L. V. A. Em Busca Do Sujeito Em Saussure. DLCV - Língua, Linguística & Literatura, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 131–138, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/>

index.php/dclv/article/view/22034. Acesso em: 9 nov. 2021.

MERQUIOR, J. G. De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora nova fronteira S/A, 1991.

MILNER, J-C. O amor da língua. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NÓBREGA, M. Sujeito e sistema em Saussure: Uma relação possível? ReVEL. Edição especial n.2: 2008.

NORMAND, C. Saussure. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ORLANDI. E.P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2009.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1916/2006.

WERNER, V. A. O tripé fundador da análise do discurso: as interfaces de uma teoria de entremeios. Revista Inventário, n. 23.2, Salvador, jul., p. 259-270, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/29566>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Submissão: janeiro de 2022.

Aceite: abril de 2022.

A PERCEPÇÃO DE LUGAR E O LUGAR DA PERCEPÇÃO NA NARRATIVA LITERÁRIA

Danilo de Oliveira Nascimento¹

Resumo: O presente artigo objetiva a discussão em torno do processo da experiência perceptiva pelo leitor do lugar na narrativa a partir da fenomenologia da percepção e da geografia humanista, especificamente, Maurice Merleau-Ponty e Yi-Fu Tuan. Ao adotarmos essas perspectivas de estudo de lugar na narrativa, consideramos as dinâmicas de intersecção e de perpassagem de/entre instâncias textuais e extratextuais como fundamentais para compreensão do lugar narrativo enquanto fenômeno de temporalidade, eventualidade e duração. Ao mesmo tempo, afastamo-nos daquela noção generalizada do lugar na narrativa como circunscrição. Neste sentido, este artigo ressalta a hipótese da imagem de lugar na narrativa como síntese do trânsito nos lugares representados na narrativa e como objeto de análise da fenomenologia da percepção e da geografia humanista, lugares epistemológicos, metodológicos e teóricos.

Palavras-chave: Narrativa Literária. Lugar. Fenomenologia da Percepção. Geografia Humanista.

PLACE PERCEPTION AND PERCEPTION PLACE IN THE LITERARY NARRATIVE

Abstract: This article aims at discussing the processes of the perceptive experience by the reader concerning the place in literary narrative from phenomenology of perception and humanist geography, specifically in Merleau-Ponty and Yi-Fu Tuan. As we adopt these studies perspectives to literary narrative, we consider its dynamic intersection and crossover in/between textual and extratextual instances as fundamental to understanding the narrative place as a temporality, eventuality and duration phenomenon. In the meantime, it pulls us away from the generalized perspective of the narrative place as circumscription. In this sense, this article highlights the place image hypothesis in the narrative, as well as, object of analysis in perception phenomenology and in humanist geography, epistemological, methodological and theoretical places.

Keys-word: Literary Narrative, Place, Phenomenology of Perception, Humanist Geography.

¹ Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas – SP). Professor Associado de Estudos Literários e Literatura Brasileira na Universidade Federal de Rondonópolis (Rondonópolis – MT). Contato: danilo.nascimento@ufr.edu.br

Introdução

O estudo de lugar na narrativa restrito exclusivamente à teoria literária e, especificamente, à teoria narrativa sucumbe à reprodução de noção de lugar muito vinculada à de espaço, termo genérico e, portanto, dado a uma série de interpretações variadas, fluidas e/ou equivocadas. Além disto, determinada bibliografia de teoria literária reproduz conceitos de espaço aplicáveis apenas às narrativas literárias de enredo linear e de determinados períodos literários, como, por exemplo, o Realismo ou o Naturalismo. Cumpre salientar, neste contexto de discussão, que tais conceitos, no geral, referem-se apenas ao espaço representado e/ou à reprodução da ideia de espaço como algo estático, como um elemento que sustenta as ações narrativas ou ainda como categoria que explica, justifica ou determina o *éthos* das personagens.

A partir de um levantamento prévio de textos clássicos da teoria da narrativa sobre o lugar narrativo, podemos destacar as seguintes constatações iniciais. Em dicionários de teoria literária ou de teoria da narrativa não existe nem o verbete espaço e nem o verbete lugar. Por sua vez, em se tratando de livros clássicos das áreas citadas, não encontramos nem livros e nem capítulos de livros dedicados ao estudo do lugar, apenas ao estudo do espaço. Sobre isso, é importante salientarmos que autores que discutem o espaço em romances, contos e até crônicas muitas vezes fazem o uso dos termos espaço, lugar e local como sinônimos.

Os apontamentos introdutórios sobre o estudo do lugar na narrativa de ficção literária nos conduzem à percepção de que o estudo de tal fenômeno, no âmbito da interpretação literária, só é possível a partir do trânsito para as áreas como a geografia e a filosofia. A noção da necessidade do trânsito epistemológico, teórico e metodológico é importante tanto para a compreensão da perspectiva

do estudo do lugar narrativo quanto, e sobretudo, do lugar narrativo. A partir do trânsito de áreas de conhecimento – e entre áreas de conhecimento –, o estudioso do lugar em narrativa de ficção literária passa a entender a razão da dificuldade de se estabelecer uma noção dessa categoria, uma vez que ela, na verdade, trata-se de fenômeno de temporalidade, de situação e de corporeidade e não fenômeno de estado ou objeto circunscrito e fixado em um determinado contexto espacial.

A deslugarização da teoria narrativa para o estudo do lugar narrativo

O estudo do lugar na narrativa pressupõe, em princípio, o descondicionamento da imagem convencional de lugar na narrativa, aquela que se refere única e exclusivamente a circunscrições físicas, geográficas e/ou arquitetônicas, também o descondicionamento do modo de percebê-la e do método de sua identificação.

A partir da intenção do estudo de lugar na narrativa, poderíamos substituir o termo descondicionamento por deslugarização e entendermos este último como afastamento de determinado lugar epistemológico para a compreensão da imagem de lugar na narrativa. De modo específico, compreendemos a deslugarização como um afastamento, ainda que temporário, da teoria da narrativa convencional ou tradicional, assim como de noções limitantes, obsoletas e/ou equivocadas sobre o estudo do tema.

Em princípio, a deslugarização deve ser entendida como um movimento de percepção do objeto em estudo a partir de outros lugares teóricos, metodológicos e terminológicos. Na verdade, trata-se de movimento sempre presente nos estudos literários, uma vez que muitas teorias, métodos e termos utilizados no ato da análise e da interpretação da obra literária são provenientes de outras áreas de conhecimento, assim como muitas

obras literárias são tomadas como objetos de estudos de outras áreas de conhecimento.

A deslugarização permite a consciência do limite e da limitação teórica, metodológica e terminológica, assim como da importância das fronteiras e dos trânsitos que nos colocam muitas vezes no entre-lugar epistemológico, circunscrição das crises, dos conflitos e das dúvidas no que se refere à compreensão e à aplicação de determinada metodologia e terminologia.

De modo geral, podemos citar algumas constatações limitantes sobre a noção e a imagem de lugar na narrativa a partir da experiência do estudioso de deslugarizar-se da teoria narrativa convencional, sendo tais constatações: o uso recorrente dos termos lugar e espaço como sinônimos, quando na verdade não o são; o uso de expressões como espaço social e espaço psicológico, que podem ser entendidas como muito genéricas ou ainda clichês terminológicos; a compreensão do lugar na narrativa como um objeto fixo dotado de determinados elementos constituintes e caracterizadores; o lugar como pano de fundo do enredo ou elemento que explica a psicologia das personagens ou as peripécias e intrigas do enredo.

A deslugarização da teoria da narrativa convencional também esclarece alguns hábitos condicionados de estudos do lugar, entre eles a de que a identificação da imagem de lugar só é possível em trechos descritivos. Na verdade, a relação imediata entre imagem de lugar e trechos descritivos em um texto narrativo é o primeiro e principal sintoma de condicionamento de quem pretende estudar o tema em questão. Podemos considerar os textos descritivos como lugares no texto nos quais percebemos uma alta concentração de características da imagem de lugar narrativo. No entanto, tais lugares textuais não devem ser considerados os únicos na constituição, caracterização e projeção da imagem de lugar narrativo.

Ressaltamos que a deslugarização estimula e intensifica a consciência sobre fenômenos e sobre modos potenciais de estudá-los, visando a outras compreensões e noções coerentes tanto sobre o fenômeno quanto sobre o modo de estudá-lo. Entre essas consciências está aquela que trata da inexistência do estudo do lugar na teoria narrativa convencional, uma vez que tal fenômeno não é um elemento intrínseco à natureza do texto literário, como o narrador, o personagem e o enredo, ainda que, em algumas obras literárias, tal elemento seja importante para sua configuração.

A consciência da importância de deslugarizar-se da teoria da narrativa dá-se quando o pesquisador não encontra o verbete espaço em dicionários de literatura, tais como: *Pequeno dicionário de arte poética*, de Geir Campos (s/d), *Dicionário de termos literários*, de Massaud Moisés (1999) e *Dicionário de narrativa*, de Carlos Reis e Ana Cristina (1988). É essa consciência que o instiga a transitar para outros lugares de conhecimento, tais como a geografia, a filosofia, a sociologia, a arquitetura e a engenharia. É exatamente essa necessidade do trânsito epistemológico que justifica a tendência aos estudos interdisciplinares e transdisciplinares.

A inexistência do verbete espaço em dicionários literários também se aplica ao termo lugar. Na verdade, é mais fácil encontrarmos textos teóricos em cujo título destaque-se o termo espaço do que o termo *lugar*. Também é mais fácil encontrarmos nos sumários de livros de teoria da narrativa, de livros didáticos e de manuais, títulos como o espaço da narrativa e *espaço narrativo* do que o lugar narrativo.

O termo espaço da narrativa possui sentido elástico e genérico, podendo, portanto, ser compreendido por outros termos não menos elásticos e genéricos, tais como ambiente, paisagem, fronteira, zona, região, campo, bairro, vizinhança, comunidade, condomínio. Pode ainda denotar elementos espaciais, tais como edifícios,

prédios, escolas, casas, igrejas, que dão origem a termos como paisagem urbana, espaço/atmosfera/ambiente familiar, doméstico, íntimo; espaço/atmosfera/ambiente escolar e/ou educacional; espaço/atmosfera/ambiente religioso. O termo lugar, por sua vez, estimula – e institui – a impressão visual e a sensação tátil de circunscrição, de delimitação espacial, de preenchimento e/ou de ocupação de espaço, de localização espacial e ainda de pertencimento.

Para exemplificarmos tal compreensão, basta recorrermos a algumas frases do cotidiano, como: “eu preciso de um lugar”, “eu preciso encontrar o meu lugar neste mundo”, “vá para o seu lugar”, “este lugar não te pertence”, “um lugar para dizer de seu”. Essas expressões corriqueiras traduzem aquilo que Yi-Fu Tuan (2013) denomina de sentimento de lugar. Assim, parece fazer mais sentido aproximar o termo lugar do termo local ou utilizar os dois termos como sinônimo, uma vez que o termo local, assim como o termo lugar, traduz a sensação corporal e o sentido existencial de pertencimento e de ocupação.

De modo geral, a dificuldade de afirmar uma noção genérica do termo lugar não se deve à ausência de características precisas ou decorre da identificação de aspectos e elementos constituintes fixos. Pelo contrário, deve-se ao fato de que o termo por si só traduz a natureza do específico e da especificidade, uma vez que se trata de fenômeno de ajuste, reajuste, adequação e readequação a dados espaciais, corporais e temporais. Além disso, lugar é um termo de situação, por isso modelizante e modalizado, o que significa afirmar, entre outras coisas, que o lugar pode ser percebido como imagem que se projeta desse sistema variável de relações.

Um lugar para considerações preliminares sobre o estudo de lugar narrativo

A primeira consideração preliminar sobre o estudo de lugar na narrativa refere-se ao afastamento temporário da noção de lugar como uma imagem estática na narrativa, como algo que se situa em determinados trechos do enredo e, portanto, apenas factível à análise descritiva. É o afastamento temporário dessa noção que nos conduz à segunda consideração preliminar sobre o estudo de lugar, aquela que se refere à consciência deliberada de que a adoção de determinada perspectiva teórica, de determinado recorte e/ou de determinado *corpus* de análise já se constitui lugar antes do estudo propriamente dito da noção e da imagem de lugar narrativo.

Essas considerações preliminares nos levam a reconhecer que o estudo do lugar narrativo pressupõe a lógica da anterioridade, ou seja, antes da identificação da noção e da imagem de lugar na narrativa é preciso ter consciência da importância da construção de lugar epistemológico e metodológico a partir do qual e no qual se sustentarão discussões e problematizações sobre o lugar narrativo.

A partir da lógica da anterioridade passamos a ter consciência dos impactos do óbvio e das relações permutáveis e comutáveis com respeito à apreensão da noção, do significado e da imagem de lugar. Óbvio e comutável, por exemplo, é (re/des)considerar que a obra literária é lugar de leitura e esse lugar se desdobra na percepção de outras ideias, noções e imagens de lugar, como a do lugar do leitor e também a do leitor como lugar da projeção do significado e da imagem de lugar.

Além desse jogo de comutação prefixal, outras ideias de re/desconstituição de lugar narrativo devem ser consideradas, tais como a análise e a interpretação do texto, a escolha de um aspecto ou elemento textual para estudo. Há de considerarmos ainda a opção por determinada perspectiva teórica, metodológica, que caracterizará o modelo de análise e interpretação, o qual exerce a função de lugar da compreensão do lugar narrativo.

A lógica da anterioridade permite a percepção de que a noção e a imagem do lugar da narrativa são afetadas e condicionadas pela percepção de outros lugares, uma vez que a imagem ulterior do lugar narrativo trata-se de objeto que se projeta a partir/da dinâmica de intersecção e de perpassagem das/nas instâncias do textual (plano da enunciação/representação e/ou do plano do enunciado/representado), do extratextual (plano da realidade, da existência e da história), do contextual literário (plano de composição e de recepção de leitura da obra literária).

No que se refere ao plano do textual, a identificação da noção e da imagem de lugar deve considerar a estrutura do texto e o ritmo de leitura do texto como as primeiras instâncias de experiência perceptivas de lugar e, portanto, instâncias que desencadeiam a dinâmica interseccional de projeção e de apreensão da imagem de lugar na narrativa. A consciência de que o significado do texto é determinado pela estrutura textual e pelo ritmo de leitura permite a compreensão de que o lugar narrativo se trata, mais do que uma circunscrição espacial, de fenômeno de temporalidade e de eventualidade, uma vez que é um fenômeno em contínua variação dependente da intenção, modo e esquema de leitura.

Ao considerarmos a afirmação de Gerard Genette (1972), de que nossa linguagem é especializada ou toda tecida de espaço, podemos ressaltar a percepção da representação literária do lugar como um objeto de pensamento que se evoca por meio de um composto de palavras que “inclui todos os sentimentos e conceitos espaciais que linguagem é capaz de expressar” (WEINGERBER, 2016, p. 95).

A verdade é que esse objeto evocado se apresenta mediado pelos signos e estes, por sua vez, são, para Santaella (2012), uma forma de síntese daquilo que vemos e experimentamos. Se o signo medeia a representação do lugar, isso significa

que, segundo o ritmo de leitura, além de outros fatores, apreendemos imediata e paulatinamente fragmentos do lugar representado dados a partir de uma “determinada medida de seletividade” (ZORAN, 2016, p. 66).

O reconhecimento da representação do lugar no texto literário como síntese verbal e imagética é a aceitação consciente e deliberada do condicionamento visual – e também auditivo – referente àquilo que se mostra, uma vez que essa síntese se trata de objeto modelado por determinada perspectiva e propósito de amostragem dentro de certos limites da linguagem, esta considerada “lugar onde a realidade se ‘revela’, se entrega à nossa contemplação” (EAGLETON, 1983, p. 68).

A primeira percepção de imagem de lugar, seja a sua representação, seja o objeto representado, dá-se a partir da experiência visual imediata e automática do leitor com respeito à estrutura do texto no que se refere à sua organização na folha em branco, ao *layout* e até mesmo à tipografia, fatores que configuram o texto à condição de espaço no qual se circunscrevem as projeções de lugar:

O texto não é somente uma hierarquia de constituintes; ele é também uma certa disposição material. Os enunciados literários, sejam eles escritos, sejam orais, devem gerar essa espacialidade e, em particular, impor-lhes escansões. Seguramente, o problema não se coloca da mesma maneira na oralidade e na escrita; na oralidade, pode-se recorrer a certas formas estróficas ou, se não há versos, à reiteração de fórmulas com valor demarcador; na escrita, os autores têm essencialmente a sua disposição a divisão de parágrafos.

Na cultura ocidental, o parágrafo possui sua história. Foi a imprensa que impôs esse modo de espacialização textual: definindo unidades de sentido, supõe-se que ele articule a leitura e, portanto, a facilite. Essa divisão em parágrafos vem contrabalançar o caráter linear do texto, sobrepor à sucessão das palavras e das frases uma hierarquia que impregna diretamente a dimensão configuracional (MAINGUENEAU, 2001, p. 167).

Ainda que frequentemente ignorada quando do estudo da enunciação/representação e enunciado/representado, a organização do texto,

sobretudo quando se considera que sua estruturação se dá a partir dos eixos coordenativos da esquerda para a direita e de cima para baixo, determina o ritmo de leitura em modo prospectivo-horizontal. A consciência de que o texto se estrutura desses eixos coordenativos e, sobretudo, de que a leitura se condiciona a tais eixos, esclarece que a obra literária, segundo Roman Ingarden (1965), é temporalmente extensa e que cada uma das suas concretizações é uma formação temporalmente extensa.

A tese ingardiana da extensão temporal da obra literária evidencia-se através da dinâmica paulatina e progressiva de percepção da imagem de lugar na narrativa. A percepção da dinâmica de leitura alinha-se à percepção do movimento de constituição e caracterização dos elementos do universo ficcional e a percepção consciente pelo leitor desse alinhamento permite que ele perceba a cinestesia como um dos fenômenos fundamentais para a dinâmica de experiência perceptiva do lugar.

Mais do que isso, a cinestesia institui o que a fenomenologia denominou de síntese de horizonte, estrutura de horizonte ou estrutura perspectiva. Nela, o lugar em processo de representação conota-se da noção de “um objetivo no futuro” (TUAN, 2013, p. 75) ou de um “foco de um horizonte de outros lugares, o ponto de origem de uma série de percursos possíveis” (BUTOR, 1974, p. 45). No entanto, a cinestesia também possibilita a confusão entre a dinâmica da experiência perceptiva do lugar e a impressão visual e sensorial de que o lugar nunca é, nunca está, nunca se constitui:

Toda percepção exige por essência outra percepção, e isso não por causa de uma lacuna de fato, que um olhar não situado viria a preencher, mas pela própria estrutura perspectiva, e portanto aberta, do campo perceptivo. O objeto emerge, pois, de uma estruturação inconsciente que se desenvolve na temporalidade, toda coisa percebida pressupõe uma sedimentação de atos perceptíveis que permanecem em estado de latência, justamente pelo fato de eu ter na minha frente esta coisa e não sua gênese perspectiva (com efeito meu olhar está dirigido para a coisa como coisa a ser vista, tocada, etc., e não para como ela

pôde constituir-se para mim (BONOMI, 2009, p. 58).

A percepção da cinestesia como fenômeno que estimula uma constante e progressiva constituição e caracterização da imagem de lugar na narrativa também estimula outras percepções. A primeira é que não devemos confundir percepção do lugar com lugar percebido. Caso o façamos, criamos uma falsa impressão de que o lugar é algo móvel, quando, na verdade, o ato perceptivo que o é: “a coisa está em um lugar, mas a percepção não está em parte alguma porque, se estivesse situada, ela não poderia fazer as outras coisas existirem para ela mesma, já que repousaria em si à maneira das coisas” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 67). Essa impressão equivocada se dá porque o ato perceptivo, conforme Merleau-Ponty (2015), é sempre uma iniciação e uma abertura para o mundo, o que torna cada experiência perceptiva algo mutável, móvel e potencialmente substituível.

A consciência de que o ato perceptivo é por natureza cinestésico e estimula a cinestesia ressalta o segundo apontamento, aquele que se refere à compreensão – e concepção – do texto como uma teia ou um tecido de conexões e de trama de relações instanciais de imagens, noções, significações e funções de lugar. Mais do que comparações metafóricas, a recorrência a essas imagens do texto pretende ressaltar que a projeção – e a materialização – do lugar resulta da tessitura de unidades de significação e que esse lugar, conforme Yves Reuter (1996), também se organiza, forma sistemas e produz sentido.

Ironicamente, a compreensão da experiência perceptiva como imanentemente cinestésica é que nos orienta a perceber o lugar como uma pausa nesse movimento ou como uma permanência, de acordo com Yi-Fu Tuan (2013). A pausa do movimento corporal e a permanência do corpo em determinada circunscrição são critérios que definem

e significam o lugar. Enquanto a pausa permite que “uma localidade se torne centro de reconhecido valor” (TUAN, 2013, p. 169), a permanência traduz a aderência e o alinhamento sentimental, sensorial, ético, estético e ideológico entre o permanente e o lugar da permanência.

Essa compreensão de lugar corrobora a afirmação anterior da obra literária como um lugar, sobretudo quando a escolha de uma obra literária é consciente e deliberada, mas também diz respeito à escolha consciente e deliberada de uma perspectiva teórica, metodológica e terminológica de estudo do tema e da obra. De outro modo, a seleção de uma obra literária e adoção de uma teoria e de um método para analisá-la e interpretá-la são uma tentativa de constituição de lugar no qual, a propósito, evidenciam-se a aderência e o alinhamento epistemológico e metodológico do intérprete.

A parada do processo cinestésico de leitura da obra literária, a permanência em um aspecto de estudo do texto literário, a opção deliberada por um recorte, por uma metodologia de análise e interpretação, assim como pela escolha de técnicas e recursos que venham a esclarecer o tema de estudo nada mais são do que manifestação de um olhar intencional que reduz outros interesses de análise de aspectos, elementos e fatores textuais.

Como práxis interessada e concentrada, a redução fenomenológica, segundo Bonomi (2000), volta-se para realização peculiar das modalidades constitutivas do ser e, por isso, se constitui junto com a intencionalidade fenomenológica como caminho para revelação tanto do objeto quanto do ser com o qual se relaciona. Nesse sentido, conforme Dufrenne (2015), enquanto a intencionalidade esclarece a relação solidária entre o aparecer do objeto e a intenção que visa a esse objeto, a redução fenomenológica culmina na sua nomeação.

Em se tratando de estrutura de texto narrativo e de lugar representado nessa estrutura, consideramos a descrição como o grau máximo de pausa e permanência porque se trata, de acordo com Reuter (1996), de uma desaceleração da narrativa. Do ponto de vista da macroestrutura do texto, a descrição institui a suspensão temporal da progressão linear da narrativa e, por isso, conforme Reis e Lopes (1988), ela armazena e condensa informações importantes sobre a caracterização e constituição do espaço. Do ponto de vista da microestrutura do texto, em trechos descritivos também é possível perceber a influência da cinestesia na projeção e apreensão da imagem de lugar:

Os elementos da descrição constituem também um trabalho de apresentação na superfície do texto. Este trabalho pretende dar a impressão de um movimento na descrição, cujo defeito é, frequentemente, parecer estática. Obrigados a escrever sucessivamente o que supostamente deveria ter sido percebido na simultaneidade, os escritores tentarão compensar este fato dando a ilusão de mobilidade (REUTER, 1998, p. 124).

É a partir da impressão do movimento na descrição que podemos identificar com (mais) clareza a posição espacial de quem descreve espaços e objetos. A identificação da posição e da localização de quem descreve também passa a valer como posição e localização de aderência e de alinhamento perspectivo. Já a intersecção equilibrada entre tais posições passou a receber várias denominações, tais como: campo visual, para Merleau-Ponty (2015); núcleo de concreção de valor, segundo Yi-Fu Tuan (2013); centro de orientação, fator intencional de orientação ou abreviação perspectiva, de acordo com Roman Ingarden (1965); e também, no âmbito da narratologia, pode ser denominada de visão, perspectiva e/ou focalização narrativa.

Essas denominações, ainda que representem áreas de conhecimento e campos teóricos e metodológicos diferentes, possuem significações,

funções e aplicações similares, uma vez que manifestam a percepção como uma resposta a estímulos e uma atividade proposital, nas palavras de Yi-Fu Tuan (2012), e traduzem duas noções caras à fenomenologia da percepção: a de intencionalidade e a de redução fenomenológica.

A percepção do lugar enunciado/representado na narrativa

A compreensão do lugar enquanto uma categoria do texto narrativo não implica apenas a identificação de aspectos e elementos textuais que o constituem e caracterizam, mas a compreensão de fatores que determinam e orientam o leitor-observador a apreendê-los. Ainda que o enfoque do estudo do lugar na narrativa tenha como objetivo a sua análise descritiva ou parta do pressuposto da noção de lugar como um “prolongamento metonímico dos personagens” (ZUMBIAURÉ, 2016, p. 133), é preciso considerar que a descrição do lugar e o estudo do lugar enquanto categoria que influencia e impacta o modo de ser do personagem são possibilidades interpretativas decorrentes, cada qual especificamente, de fatores fenomenológicos importantes para uma percepção nítida do lugar, tais como parada, permanência, aderência e alinhamento estético, ético e/ou ideológico.

De outro modo, a opção pelo estudo descritivo do lugar ou das relações significativas entre lugar e personagens deve ser entendida como uma parada da dinâmica cinestesia da percepção, a permanência em uma determinada instância de percepção que estimula a aderência do leitor à perspectiva auditiva, óptica e háptica, que a instância irradia e coordena.

A percepção de imagem de lugar na narrativa decorre da aderência e do ajuste do leitor-percipiente à experiência espacial das figuras ficcionais que o habitam. Aderência e ajustamento não se trata apenas de experiência cognitiva de identificação da

imagem de lugar, mas também de simulação da (re) experiência e (re)experimentação de habitar através de estímulos sensoriais:

A perspectiva narrativa concerne a percepção do mundo romanesco por um sujeito perceptor: narrador ou ator.

A percepção se define como ‘ação de conhecer, de perceber pelo espírito e pelos sentidos (Larousse). A perspectiva narrativa não se limita, portanto, ao centro de orientação visual, ou seja, à questão de saber quem ‘vê’, mas implica também o centro de orientação auditivo, tátil, gustativo e olfativo. Como a percepção do mundo romanesco se encontra filtrada pelo espírito do centro de orientação, a perspectiva narrativa é influenciada pelo psiquismo do receptor (REUTER, 1996, p. 75).

A consciência do leitor de que adere e se ajusta às experiências espaciais do narrador ou de um ou outro personagem, ou ainda de que precisa aderir e se ajustar a elas, conduz-nos a problematizar as influências do óbvio e do invisível no condicionamento e na coordenação quando da experiência perceptiva do leitor da imagem de lugar.

O óbvio, nesse caso, seria reconsiderar que o leitor não faz parte do universo ficcional, mas é conduzido, por uma dezena de razões, a entrar nesse universo e, sobretudo, a permanecer em certas circunscrições desse universo. Essa constatação óbvia produz determinados efeitos retóricos e estéticos que interferem diretamente no modo como o leitor percebe a imagem de lugar, assim como de outros aspectos e elementos que façam parte do universo ficcional.

O primeiro desses efeitos é a própria descon sideração da existência de uma figura ficcional que introduz o leitor no universo ficcional, figura ficcional que em determinado período da história da teoria narrativa, a propósito, recebeu o nome de guia de viagem. Quando o leitor desconsidera essa figura ficcional que está no universo ficcional desde sempre, ele experimenta

sensação imediata e automática, no entanto, ilusória, de pertença do/no universo ficcional. Os impactos dessa sensação sobre o leitor são mais acentuados em leitura de textos narrativos, de cuja realidade representada é muito similar à dele, quando o leitor se afeiçoa intensamente com aquilo que é narrado ou ainda quando há uma correspondência muito estreita entre a visão de mundo do leitor e aquela do narrador ou de algum personagem.

A desconsideração de uma figura narrativa, no geral, o narrador, não se trata apenas de uma postura consciente ou não, deliberada ou não do leitor, mas resulta também de uma estratégia retórica, estética e ideológica de tornar invisível quem narra ou, mais especificamente, para efeitos de experiência perceptual de lugar, tornar invisível o corpo de quem narra.

Sob o ponto de vista da fenomenologia da percepção e da geografia humanista, a noção e a imagem de lugar estão estritamente ligadas às noções de experiência, de corpo e de corporeidade. Para Merleau-Ponty (2015), o corpo é um veículo do ser no mundo, uma abertura para o mundo e também aquilo que atualiza as expressões. Yi-Fu Tuan (2013), por sua vez, considera que o corpo dirige e ordena o espaço segundo a sua vontade a partir de dois princípios fundamentais de organização espacial: um, a postura; e o outro, a estrutura corporal. Portanto, para a fenomenologia da percepção e para a geografia humanista, é impossível tratar de lugar sem necessariamente tratar de corpo e de experiência corporal de localização e habitação:

para que possamos representar-nos o espaço é preciso primeiramente que tenhamos sido introduzidos nele por nosso corpo, e que ele nos tenha dado o primeiro modelo das transposições, das equivalências, das identificações que fazem do espaço um sistema objetivo e permitem à nossa experiência ser uma experiência de objetos (PONTY, 2015, p. 197).

Exceto quando se trata de algumas categorias de narradores, tais como o narrador dramatizado ou o narrador personagem, os leitores, de maneira geral, também desconsideram que as imagens que eles apreendem do universo ficcional procedem de uma voz cujo corpo habita, locomove-se e situa-se em determinada circunscrição e, desta, narra e descreve.

O reconhecimento da voz do narrador e/ou de um ou outro personagem deve ser entendido como fator fundante da representação do lugar na narrativa, assim, podemos afirmar que a projeção da imagem de lugar dá-se mediante vocalização circunscrita e que circunscreve outras vozes que o leitor ouve, uma vez que “ler um romance é ouvir alguém a falar-nos de dentro, e não ler um discurso, uma exposição” (POUILLON, s/d, p. 12).

Notemos, portanto, que assim como no caso da constatação óbvia anteriormente mencionada, a invisibilidade corporal de quem conta e descreve o universo ficcional também produz efeitos retóricos e estéticos sobre a experiência perceptual decorrente da leitura da obra literária. Na verdade, a invisibilidade corporal de quem conta a história pode ser considerada como uma prova de que a obra literária se trata de “um sistema elaborado de controles sobre o envolvimento e distanciamento do leitor em várias linhas de interesse” (BOOTH, 1980, p. 139), mesmo com respeito àqueles romances, contos e novelas dos quais autores e/ou críticos literários alardeiam a inexistência de um narrador ou que a história se conta por si mesma. Mesmo nesses casos, o estudo dos indicadores espaciais ou dêiticos espaciais do texto pode indicar, conforme aponta Dominique Mainguenu (2001), a posição do corpo do enunciador e de seus gestos e, portanto, a sua existência corporal na instância do universo narrativo.

A percepção de uma voz sem corpo que narra e a estratégia retórica da invisibilidade do corpo que narra e descreve o (seu) lugar (dos personagens)

na narrativa podem ser explicadas pela lógica da contiguidade na enunciação da narrativa literária e da sensibilidade auditiva.

No que tange à lógica da contiguidade na enunciação da narrativa literária, devemos reconhecer que em se tratando de representação de espaço e espacialidade da/na narrativa, a metonímia é a figura de linguagem que pode justificar a presença da voz e ausência do corpo porque prevalece aquela relação entre a parte e o todo em que a parte que sobressai (re) produz expressividade estética e retórica e determinada significação estrutural. Nesse sentido, assim como o olho, o ouvido, além de codificar e decodificar informações emitidas e recebidas, também foi premiado “pela invenção de extensões que lhe aumentam o potencial” (SANTAELLA, 2012, p. 02).

No que se refere à sensibilidade auditiva, podemos considerar inicialmente a visão como uma função fundamental e fundante do processo de percepção da realidade circundante, pois, a partir dela, segundo Yi-Fu Tuan (2012), obtemos informações muito detalhadas e precisas sobre o que observamos. No entanto, a audição tem um poder de nos sensibilizar muito mais do que a visão, isso porque a audição “é um veículo de ilusão ainda mais sensível do que a visão” (ROUBINE, 1988, p. 45).

A voz ouvida nos sensibiliza de modos e ritmos diferentes à apreensão do objeto representado, o que Merleau-Ponty (2015) denominou de segunda abertura perceptiva, denominação, a propósito adequada, quando se reconhece que narração e descrição resultam do primeiro contato com as coisas e, portanto, a primeira abertura perceptiva.

É importante reconhecer a voz narrativa como espécie de ápice de todo o processo de experiência corporal perceptiva de quem vocaliza e verbaliza tais experiências. A voz narrativa deve ser entendida, nesse contexto, como um elemento

que estrutura o relato das experiências perceptivas corporais e descreve os elementos dessa experiência. Nesse sentido, a voz narrativa funciona como um fator que se interpõe entre a imagem de lugar enquanto reflexo direto da experiência corporal de lugar pela figura narrativa que vocaliza e verbaliza tal experiência e a apreensão dessa imagem pelos leitores-ouvintes-expectadores. Além disso, por meio da experiência auditiva do relato dá-se tanto a experiência visual quanto o estímulo à experiência tátil daquilo que é relatado.

A voz narrativa é abertura para a sinergia enquanto fenômeno essencial da experiência perceptiva do lugar representado e também da apreensão da imagem de lugar projetada a partir dessa experiência. Ela também estimula a simulação das experiências corporais de percepção, pode permitir a identificação da posição e da localização do corpo que narra, relata, descreve e exprime, assim como a identificação do campo de visão a partir do qual se irradia a imagem de lugar.

Em princípio, o campo de visão poderia ser compreendido como uma espécie de demarcação física ou simbólica do espaço a partir do qual (e no qual) apreendemos, sob certa restrição auditiva, visual e háptica, imagens de lugar quando, na verdade, o campo visual, segundo Gabriel Zoran (2016, p. 56), é a percepção do mundo através da língua. Assim, podemos considerar campo de visão como uma unidade do mundo reconstruído, “que tem um correlativo no texto verbal: pode ser localizado e identificado, tanto no texto como no mundo”, ou a identificação do “aqui” no que se refere ao “agora” da leitura na qual se institui a chamada síntese retroativa.

Para Merleau-Ponty (2015), o campo visual não é feito de visões locais, mas um meio singular onde conseguimos captar não apenas fragmentos do objeto, mas também as interferências de reflexos, as impressões fugazes, as fantasias e as imaginações. Para o fenomenólogo francês, o

campo visual não pode ser literalmente demarcado, porque se plasma de percepções mutáveis, variáveis e oscilantes sobre um determinado objeto. O campo visual se constitui, portanto, de experiência perceptiva que capta junto com o objeto percebido noções contraditórias sobre o objeto.

A fixação sobre um objeto ou aspecto deste objeto e a sua demarcação diante de um universo é reflexo de um ato intencional que se desdobra na experiência de prestar atenção. Em termos de teoria da narrativa, o prestar atenção do leitor sobre um determinado ser, objeto ou situação na narrativa se condiciona à escolha discursiva e estilística do autor e a experiência perceptiva da figura ficcional que mostra, podendo ser, neste último caso, o narrador, protagonista ou qualquer um personagem com o qual o leitor tenha mais afinidade visual, sensorial e/ou ideológica.

Mais uma vez se afirma o processo de anterioridade perceptiva, ou seja, anterior à percepção do leitor da representação do lugar na obra literária está o ajustamento dessa experiência ao lugar da experiência do autor de representar o lugar e a experiência de habitação e de experimentação das figuras ficcionais nesse lugar representado.

O modo mais ajustado é aquele que se refere à “visão com” e ainda que o leitor não tenha consciência deliberada de que está com alguma figura ficcional para apreender a imagem espacial. Tal apreensão implica “compreender as coisas dentro do pensamento de quem desejamos estar” (POUILLON, 1974, p. 55).

Fundamentalmente, quando o leitor opta em “ver com” ele vê “tal como isto se apresenta à pessoa ‘com’ quem se está” (POUILLON, 1974, p. 79). Isso significa que o ponto de vista do leitor não é privilegiado, porque lançado, segundo Jean Pouillon (1974), em uma história antes que ali chegasse e que provavelmente terminará em sua ausência, o que o força a se adaptar a ela progressivamente.

Ainda que o leitor tenha que “incorporar a visão do autor” para que o romance “seja legível” (POUILLON, 1974, p. 70), a decisão deliberada ou não de “estar com” provoca o que poderíamos denominar de ambiguidade perceptiva. Isso porque, resultado de distanciamento do fenômeno visualmente percebido, (im)possibilidade de similaridade entre quem percebe e aquele para quem se manifesta essa percepção, as visões superpostas das figuras ficcionais e do leitor mesmo que decorrentes de uma mesma atitude podem “conduzi-los a resultados diferentes” (POUILLON, 1974, p. 72).

A decisão deliberada ou condicionada do leitor de “estar com” uma figura ficcional através da qual ele percebe o lugar representado na narrativa traduz seu ajuste corporal às experiências sensoriais do corpo do narrador e/ou do personagem que habita o lugar representado:

Para que possamos representar-nos o espaço é preciso primeiramente que tenhamos sido introduzido nele por nosso corpo, e que ele nos tenha dado o primeiro modelo das transformações, das equivalências, das identificações que fazem do espaço um sistema objetivo e permitem à nossa experiência ser uma experiência de objetos (...) (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 97).

Sob o argumento da lógica da anterioridade perceptiva, podemos afirmar que a voz descreve o lugar porque o corpo da voz narrativa – ou de qualquer personagem – viu, experimentou e/ou habitou o lugar que descreve. Nesse sentido, é importante chamar a atenção ou para um corpo visível e claramente definido que narra e descreve o lugar ou um corpo que se constitui através da enunciação narrativa e descritiva ou ainda apenas uma massa corpórea inferida por intermédio de enunciações de experiências tácteis. De qualquer forma, o corpo está no lugar da narração porque, conforme Merleau-Ponty (2015), ele é o veículo do ser no mundo, é núcleo desse mundo que narra e

descreve, está a ele atado e nos ata a ele quando desperta em nós o interesse de visualizá-lo, senti-lo e (re)conhecê-lo.

Ao aceitarmos a voz do corpo que narra e descreve, não apenas nos ajustamos à sua perspectiva espacial, mas também nos submetemos a um processo de simulação das experiências tácteis de localização, movimentação e habitação dos espaços e lugares da narrativa. O ajuste ao lugar do corpo que narra e descreve suspende o leitor temporariamente do lugar imediato de leitura, uma vez que estimula a ilusão háptica e a problemática em torno da angulação que estimula no leitor a impressão visual e táctil de aproximação daquilo que está sendo descrito em detalhes muito precisos, seja um lugar na narrativa, seja um objeto que compõe o lugar na narrativa.

Considerações finais

O estudo do lugar na narrativa não se restringe apenas à identificação de aspectos e de elementos que caracterizam e constituem a noção e a imagem de lugar ou ainda a identificação de trechos descritivos nos quais é possível apreender tais aspectos e elementos. Ao afastarmos-nos, temporariamente, desse pressuposto, conseguimos evitar, senão equívocos, ao menos essa concepção redutora sobre imagem de lugar e sobre estudo de lugar na narrativa.

A noção e a imagem de lugar narrativo como objeto dado à descrição e encontrado em trechos descritivos também são válidas. No entanto, essa validade deve partir do princípio de que a análise descritiva do lugar narrativo é um entre tantos outros lugares epistemológicos e metodológicos, também válida quando se entende toda uma dinâmica de caracterização, constituição e percepção da imagem ulterior do lugar narrativo.

Ao considerarmos que tentativas de definições, de problematizações, de fundamentação

teórica, de aplicação de métodos são lugares, então temos consciência de que, anterior à análise e à interpretação da noção e da imagem de lugar narrativo é preciso ter consciência de que o lugar de estudo do lugar narrativo trata-se de parada e permanência em determinada perspectiva metodológica, teórica e terminológica. Do mesmo modo, é preciso termos consciência de que o lugar de estudo enquanto parada e permanência nada mais explícita do que o alinhamento e a aderência do estudioso a um viés teórico-metodológico de compreensão e explicação do fenômeno em estudo.

A perspectiva da fenomenologia da percepção e da geografia humanista é lugar a partir do qual se tem noção de que o estudo do lugar na narrativa pressupõe a lógica da anterioridade, da perpassagem e da interseccionalidade. A partir de tais lógicas, entendemos que lugar na narrativa não se trata apenas de uma circunscrição espacial, mas fenômeno temporal, eventual e situacional dado por meio da intersecção de várias instâncias de experiências perceptuais, que ressaltam a importância do corpo e da voz como elementos fundamentais para a sua identificação.

Referências

- BONOMI, Andrea. Fenomenologia e estruturalismo. Tradução João Paulo Monteiro, Patrizia Piozzi e Mauro de Almeida Alves. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOOTH, Wayne C. Retórica de ficção. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BUTOR, Michel. Repertório. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAMPOS, Geir. Pequeno dicionário de arte poética. 4 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo:

- Martins Fontes, 1983.
- GENETTE, Gérard. Figuras. Tradução Ivone Floripes Mantoanelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- INGARDEN, Roman. A obra de arte literária. Tradução Albin E Beau, Maria Conceição Puga, João F. Barrento. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
- LACEY, Hugh M. A linguagem do espaço e do tempo. Tradução Marcos Barbosa de Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MAINGUENEAU, Dominique. Elementos de linguística para o texto literário. Tradução Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MASSAUD MOISÉS. Dicionário de termos literários. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- POUILLON, Jean. O tempo no romance. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, s/d.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1988.
- REUTER, Yves. Introdução à análise do romance. Vários tradutores. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROUBINE, Jean-Jacques. A linguagem da encenação teatral. Tradução Yan Michalski. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.
- SANTAELLA, Lúcia. Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.
- TOPOROV, Vladimir Nicolaevic. Para uma semiótica do espaço. In: BORGES FILHO, Oziris (org.). O espaço literário: textos teóricos. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2016.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2012.
- ZORAN, Gabriel. Para uma teoria do espaço na narrativa. In: BORGES FILHO, Oziris (org.). O espaço literário: textos teóricos. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2016.
- ZUBIAURRE, Maria Teresa. Por uma metodologia do espaço narrativo. In: BORGES FILHO, Oziris (org.). O espaço literário: textos teóricos. Franca, SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2016.

Submissão: outubro de 2021

Aceite: dezembro de 2021.

A HISTÓRIA DA INVISIBILIDADE: O LIVRO-VIDA DE EURÍDICE

André Eduardo Tardivo¹

Resumo: a literatura, entre outras perspectivas, propicia que se represente e discuta papéis sociais atribuídos historicamente a homens e mulheres, fato que nos permite desanuviar questões até então inalteradas. O presente trabalho objetiva uma análise interpretativa do romance *A vida invisível* de Eurídice Gusmão (2016), de Martha Batalha, com vistas às representações femininas e as questões de trabalho que envolveram as mulheres da primeira metade do século XX, época em que se passa a narrativa que aqui nos ocupamos. Na esteira desse pensamento, discutimos também como a escrita contribui para o processo de subjetivação da personagem principal na medida em que a mesma transpõe para as páginas de cadernos e folhas avulsas toda a sua relação com o mundo e consigo mesma. Para subsidiar nossas reflexões, ancoramo-nos em pesquisadores/as como Bourdieu (2012), Perrot (2019), Rago (2014), entre outros/as.

Palavras-chave: literatura recente de mulheres. Romance contemporâneo. Martha Batalha.

A HISTÓRIA DA INVISIBILIDADE: EURÍDICE'S BOOK-LIFE

Abstract: Literature, among other perspectives, allows for the representation and discussion of social roles historically attributed to men and women, a fact that allows us to brighten issues that had remained unaltered until then. The present work aims at an interpretative analysis of the novel *A vida invisível* de Eurídice Gusmão (2016), by Martha Batalha, with a view to female representations and the work issues that involved women in the first half of the 20th century, the period in which the narrative that we are dealing with here takes place. In the wake of this thought, we also discuss how writing contributes to the process of subjectivation of the main character insofar as she transposes her entire relationship with the world and with herself to the pages of notebooks and single sheets. To support our reflections, we are anchored in researchers such as Bourdieu (2012), Perrot (2019), Rago (2014), among others.

Keywords: recent women's literature. Contemporary novel. Martha Batalha.

¹ Doutorando em Letras, Área de Concentração: Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: tardivo.andre@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7433844444876066>.

*“se alguém, algum dia, achar na principal gaveta do escritório a encadernação de papel-ofício contendo na primeira página o título *A história da invisibilidade*, e tiver a sabedoria de ler aquelas páginas, entenderá que é um livro importante demais para pertencer a apenas uma biblioteca.”*

(Martha Batalha)

Para começo de conversa...

A atuação feminina no espaço público vem (embora aquém do ideal) se modificando. Cada vez mais as mulheres conseguem se inserir e permanecer em um espaço outrora inalcançável e de competência exclusivamente masculina. Nesse âmbito, e com a voz menos silenciada que em outros momentos, a literatura de autoria feminina vem se solidificando ao mesmo tempo em que ressignifica a participação da mulher em espaços de debates e, portanto, decisórios, conforme aponta os resultados da pesquisa coordenada por Zolin (2021) e compilados em seu artigo “Um retrato do romance brasileiro de autoria feminina”. A literatura recente escrita por mulheres, concomitantemente ao registro dos “avanços conquistados pelas mulheres no contexto sociocultural em que emergem” (ZOLIN, 2021, p. 304), possibilita que se desanuviem situações e comportamentos cristalizados na sociedade. Assim sendo, contribui para o combate ao pensamento patriarcal que se faz presente em discursos mascarados de equidade. Além de comportamentos tidos como intrínsecos da natureza feminina como a maternidade, por exemplo, outros aspectos da vida em sociedade se (re)desenham a partir desses espaços de reflexões e denúncias provenientes do direito à voz conquistados a duras penas. Essas representações, contudo, precisam ser críticas para além do “papel”, de modo a transcender para os comportamentos sociais, a fim de alcançarmos a equidade entre os gêneros.

Embora pareça recente, se pensarmos nas Ondas Feministas², a questão da atuação feminina

² De acordo com Silva (2019, p. 9), “as feministas da

fora dos esquadros domésticos e, nessa esteira, do trabalho, sempre permeou a relação entre os sexos, de modo que é pertinente ressaltar o fato de as mulheres sempre estarem inscritas nesse contexto. Se não acompanhando seus maridos, irmãos e pais no trabalho braçal, num contexto campal, por exemplo, ao menos contribuindo com a ordem doméstica, pois, conforme esclarece Perrot (2019, p. 109), “as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível”. É principalmente com a industrialização, nos séculos XVIII e XIX, que as questões de trabalho feminino ganham impulso dada a problemática existente em conciliar as atividades independentes fora do lar com o trabalho doméstico e, invariavelmente, com o cuidado dos/as filhos/as. Ademais, como destaca a historiadora, “os operários temiam a concorrência” ao mesmo tempo em que reafirmavam a divisão de trabalho. Para ilustrar seu pensamento Perrot (2019) cita um operário que declara: “Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos’. Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres” (PERROT, 2019, p. 119). Essa oposição, é discutida por Bourdieu (2012, p. 16), em seu texto *A dominação masculina*, ao tratar da “divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras)”, evidenciando como a ordem social se organiza a partir dessa dualidade.

Não mais totalmente encerradas no espaço doméstico, as mulheres garantiram seus direitos de ocupar postos de trabalho fora do lar e afastadas dos cuidados dos/as filhos/as. Se ainda hoje presenciamos situações nas quais as mulheres são piores remuneradas que os homens, quiçá imaginar o trabalho fora do lar no início do século XX. Entretanto, é preciso cautela ao analisar as questões de trabalho feminino fora do âmbito doméstico, primeira onda problematizavam a imposição de papéis de submissão e passividade às mulheres, além da sua restrição ao âmbito da vida privada”.

isso porque, conforme expõe hooks³ (2019, p. 147), “as mulheres de classe média que moldaram o pensamento feminista deram como certo que a maior parte dos problemas sofridos pelas mulheres decorria da sua necessidade de sair de casa e trabalhar – de deixar de ser ‘apenas’ uma dona de casa”. Neste contexto, o trabalho “permitiria que as mulheres quebrassem as cadeias de dependência econômica dos homens, defendendo-as, com isso, da dominação sexista” (hooks, 2019, p. 147). Há que se ressaltar, contudo, que muitas mulheres, únicas responsáveis pelo sustento de seus/suas filhos/as, já trabalhavam fora sendo, não raras as vezes, exploradas e mal remuneradas. Não se pretende, nestas páginas, discorrer sobre as dificuldades e benefícios do trabalho fora dos muros da casa para as mulheres a partir de intersecções entre sexo, raça e classe social, conforme destaca hooks (2019). Objetiva-se, antes, refletir como o patriarcado limitou/a a atuação feminina no espaço público, cerceando suas capacidades intelectuais e, conseqüentemente, suas subjetividades.

É neste caminho que esta leitura se posiciona. O romance de que aqui nos ocupamos, publicado em 2016, possibilita lançar luzes à condição feminina no Brasil da década de 1940 na medida em que expõe, por meio da personagem Eurídice, como muitas mulheres foram silenciadas em função do ideário social que as inferiorizavam física e intelectualmente, mantendo-as restritas ao espaço doméstico⁴. Objetiva-se analisar como o poder patriarcal impediu, naquele contexto, que as mulheres desenvolvessem suas aptidões e, assim, realizassem seus desejos no espaço público. Essas interdições concorrem para que a personagem central encontre na escrita um mecanismo de

subjetivação. Concomitantemente, busca-se lançar luzes sobre como as relações afetivas/matrimoniais se desenham no romance, com vistas ao casal Eurídice e Antenor Campelo, a partir da dominação masculina de forma a subalternizar a figura feminina no casamento.

“Esta é a história de Eurídice Gusmão, a mulher que poderia ter sido”⁵

Eurídice Figueiredo em seu livro *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*, ao debruçar-se sobre o romance de Martha Batalha, destaca o diálogo existente entre o romance por nós analisado e *O segundo sexo*, de Beauvoir, no capítulo “A mulher casada”, porquanto possuía “todos os elementos que aprisionam a mulher: a impossibilidade de trabalhar, de ter uma vida autônoma, a sexualidade mal resolvida, os filhos que não preenchem todas as necessidades de realização pessoal” (FIGUEIREDO, 2020, p. 209, grifos nossos). Como destaca a crítica, com ênfase para nossos grifos, a personagem é impedida de trabalhar pelo contexto em que se encontra, sendo podada em todas as frentes possíveis para as mulheres de seu tempo. Grande parte desse impedimento advém de um casamento assentado nos pilares do patriarcado que alça a figura masculina à condição de dominador das vontades femininas.

A união entre Eurídice e o marido mostra-se conflituosa desde a noite de núpcias, já que “o lençol não ficou sujo, e Antenor se indignou” (BATALHA, 2016, p. 10). Fica evidente, a partir desse excerto, como a sexualidade feminina sempre foi controlada. Inúmeras mulheres, como Eurídice, tiveram seus casamentos fragilizados – senão totalmente anulados – unicamente por não sangrarem na primeira noite. Não tendo sido devolvida pelo marido, a personagem precisa conviver com as noites em que Antenor bebe e lhe questiona quem

⁵ Trecho do romance analisado (p. 38).

³ O nome, grafado em letras minúsculas, é uma homenagem a sua bisavó materna, e objetiva dar enfoque no conteúdo de seus escritos e não na pessoa da escritora.

⁴ No prólogo, a autora afirma que as irmãs Gusmão “foram baseadas na vida das minhas, e das suas avós”, mas que o mais real é que “elas ainda podem ser vistas por aí” (BATALHA, 2016, p. 8).

foi o homem que tirou a virgindade, naquilo que o/a narrador/a classifica como empenho “em se tornar um corno retroativo” (BATALHA, 2016, p. 166). É notório, neste comportamento, como a preocupação masculina gravita em torno da posse, pois não sendo o único homem a ‘usar’ e ser ‘dono’ do sexo feminino é preciso saber quem foi o primeiro. A preocupação, então, não recairia sobre as condições a que mulher teria sido submetida ao ato sexual, mas sobre o direito de (e ser o único a) ter a primeira noite. De todo modo,

nas semanas seguintes, a coisa acalmou, e Antenor achou que não precisava devolver a mulher. Ela sabia desaparecer com os pedaços de cebola, lavava e passava muito bem, falava pouco e tinha um traseiro bonito. Além do mais, o incidente da noite de núpcias serviu para deixá-lo mais alto, fazendo com que precisasse baixar a cabeça ao se dirigir à esposa. Lá de baixo Eurídice aceitava. Ela sempre achou que não valia muito. Ninguém vale muito quando diz ao moço do censo que no campo profissão ele deve escrever as palavras ‘Do lar’ (BATALHA, 2016, p. 11).

O excerto acima ilustra o postulado de Bourdieu (2012, p. 16) no que diz respeito ao binômio “alto/baixo, em cima/embaixo” destacando as únicas posições possíveis de serem ocupadas por Antenor e Eurídice, respectivamente. Além disso, fica explícito que o comportamento e a forma como a mulher serve ao homem/marido sobrepõe-se parcialmente à ausência de sangue na primeira noite, destacando como as posições ocupadas são dispostas a manter a dominação masculina. Ora, estar ela em débito com o marido pelo não sangramento constitui mais um motivo para mostrar-se uma boa dona de casa e assim tentar amenizar a falta. Por esse prisma, o distanciamento entre ambos se acentua na medida em que Antenor assumo o papel de enganado e transfira a (inexistente) culpa para Eurídice, constituindo, portanto, uma forma de violência simbólica nos termos de Bourdieu (2012).

Outrossim, destaca-se a consciência que caracteriza a personagem do romance em tela na

medida em que demonstra certeza de que sua atuação é reduzida ao ambiente doméstico e, portanto, longe da vida ativa em sociedade. A situação de Eurídice casada caminha em consonância à situação de solteira. Se antes fora destituída de seu desejo de tocar na orquestra municipal e de ter aulas de flauta com Villa-Lobos, no casamento, seus desejos são limados pela atuação masculina e pelo ideário que espera comportamentos pré-determinados da mulher reduzindo-a ao servilismo.

A maneira com que a dominação masculina se inscreve – e se fortalece – na divisão sexual do trabalho e na disposição dos espaços na casa de que trata Bourdieu (2012) é visível no romance em debate. De acordo com o sociólogo francês, “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2012, p. 18), atuando em situações como a divisão social do trabalho, a estrutura de tempo e a estrutura do espaço de modo a opor cenas públicas e privadas. Não obstante, ao lançar luzes sobre o espaço da casa, o estudioso exemplifica a “parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais” (BOURDIEU, 2012, p. 18). Embora esteja analisando a sociedade cabila, o entendimento do sociólogo é fulcral se aplicado ao romance de Martha Batalha. Como esclarece o/a narrador/a, o contato do marido com o ambiente doméstico era escasso, circulando apenas pelo quarto e sala, espaços de descanso e aparição pública, respectivamente. Vejamos: “Antenor transitava somente pelos espaços que lhe eram reservados [...]. O que havia além de seus limites não interessava. A intimidade de Antenor com a casa era quase inexistente” (BATALHA, 2016, p. 52). No extremo oposto, estava Eurídice, afinal “o resto era resto, e o resto era domínio de Eurídice. Ele estava ali para botar dinheiro em casa e para sujar os pratos e desfazer a cama, e não saber como as roupas tinham sido lavadas e como a comida tinha

sido feita” (BATALHA, 2016, p. 52). Novamente, é possível vislumbrar como a divisão e o domínio dos espaços interior e exterior são marcadamente de competência feminina e masculina. Enquanto ao homem é outorgado o direito a agir sobre o mundo e desarrumar o lar, à mulher sobra tudo que disso não faz parte.

Há que se ressaltar ainda a forma relacional compensatória estabelecida entre os sexos, ou seja, o fato de ser o homem o responsável pelo sustento da casa lhe confere privilégios para que seja displicente com o trabalho doméstico. Nessa perspectiva, as mulheres, compensando com o cuidado do lar o dinheiro que o marido traz para casa, jamais ultrapassariam os limites da porta de casa fortalecendo um círculo vicioso extremamente limitador e excludente. Noutro prisma, ao superarem os limites da casa e exercerem trabalho fora do espaço privado do lar, o cuidado doméstico continua a ser encargo feminino. A manutenção dessa divisão se mantém estritamente interligada ao ideário que as coloca como responsáveis pelo lar e incumbidas de atividades ‘menos nobres’.

Com efeito, ao se ocupar das relações de trabalho a partir das agendas feministas, hooks (2019) defende que “tradicionalmente, o trabalho não tem sido uma esfera da atividade humana da qual as mulheres participam com o propósito de desenvolver sua personalidade, conceitos a respeito de si” (p. 160). Também a professora e filósofa Márcia Tiburi afirma ser o trabalho um campo das relações humanas e de produção em que as mulheres são inferiorizadas, pois, muitas vezes, “acumularão o trabalho remunerado com o não remunerado. Terceiras e, até mesmo, quartas jornadas – vale dizer mais uma vez – nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14-15), inclusive intelectualmente. Eurídice, nesse sentido, não foge à regra, contrariamente, é a todo instante castrada

pela família, pelo marido e pelo ambiente que a aprisiona, o que a impede de desenvolver sua própria personalidade e ter suas agendas cumpridas integralmente. Ser a responsável pelo cuidado com o lar e com os filhos não contribui para se reconhecer enquanto sujeito ou desenvolver suas capacidades de modo que floresça as identidades que melhor se alinhem com a subjetividade de Eurídice, antes é mote para a personagem ocupar seu tempo e não pensar em si e em sua condição.

Na infância, além de ter sido uma excelente flautista, Eurídice sobressaiu-se na escola, “tornando-se íntima das palavras bem antes de seus colegas” (BATALHA, 2016, p. 55), entretanto, o destaque individual é neutralizado pelo contexto que a envolve. Afinal de contas, “seria o convívio entre artistas benéfico para uma donzela em formação?” (BATALHA, 2016, p. 61). Certamente não. Percebe-se que as práticas exercidas, primeiramente pelos pais e depois lideradas por Antenor na educação dos filhos, ilustram o postulado de Bourdieu quando afirma ser a família a instância principal “na reprodução da dominação e da visão masculinas” (BOURDIEU, 2012, p. 103). A reprodução de que trata o autor pode ser vista no romance em trechos como: “Um dia você vai ser uma boa dona de casa” (BATALHA, 2016, p. 33) e “Era bom ver a filha interessada. Ele queria que Cecília completasse os estudos, e quem sabe fosse para a faculdade. E que fizesse um bom casamento” (BATALHA, 2016, p. 43), proferidos pela mãe e pelo/a narrador/a, respectivamente. Cumpre salientar que a ida à universidade não se apresenta como certeza, mas sim como possibilidade que se mostra enfraquecida pelo contexto e pela expectativa paterna em relação ao casamento. Tais excertos flagram as expectativas de gênero que, ancoradas no patriarcado e na dominação masculina, impelem a manutenção do *status quo* que dele se beneficia.

É perceptível que a vida de Eurídice em muito se assemelha à de sua mãe. Os laços que as unem não dizem respeito apenas aos afetos nas/das relações parentais, vão mais longe, porque a estrutura de dominação se repete. Do mesmo modo como a mãe não sangrou na primeira noite, Guida⁶ e Eurídice também não. Se Guida é a filha que comprovava a virgindade da mãe na noite de núpcias – dado que esta não tenha sangrado, tal como se repetiria com Eurídice e Antenor; é a filha caçula quem faz com que Ana se veja “principalmente quando a menina olhava melancólica pela janela, como que pensando em tudo que tinha para viver e que jamais seria vivido” (BATALHA, 2016, p. 182). É pungente como a expectativa de gênero se cumpre nessa relação parental, posto que a filha passe por tudo que a mãe outrora precisou se submeter, ainda que ambas fossem extremamente inteligentes. Cumpre salientar que Ana, mesmo sabendo a frustração existente em não ter seus anseios atendidos, não consiga romper esse circuito e mantenha a educação das filhas nos mesmos moldes; isso mostra, entre outras coisas, como o espectro da dominação masculina se faz sólido mesmo diante da consciência feminina impedindo-as de mudar seus caminhos.

A vida de casada de Eurídice a aprisiona e limita suas conquistas. Chama a atenção o fato de a personagem ter consciência de que para se encaixar nesse universo é preciso que não pense, por isso busca se ocupar com atividades domésticas. Se por um lado ela sabe que “jamais seria uma engenheira, nunca poria os pés num laboratório e não ousaria escrever versos”, por outro “se dedicou à única atividade permitida que tinha um certo quê de engenharia, ciência e poesia” (BATALHA, 2016,

⁶ Irmã mais velha de Eurídice, cuja história também é trazida à baila no romance. Há que se ressaltar que, embora nossas reflexões centrem-se em Eurídice, há outras personagens significativas na obra que sofrem também com a opressão masculina, como Guida que, mesmo tentando escapar da opressão do pai ao fugir com o homem por quem se apaixonou, não escapa do “destino de mulher” e sofre as consequências de seu ato transgressor.

p. 12). O excerto flagra o comportamento da personagem que se repetirá em outras frentes; isso porque Eurídice sempre encontrará na atividade doméstica uma forma de exercitar sua vontade de agir no mundo. Entretanto, é preciso cuidado ao lançar luzes sobre essa prática, pois não indica unicamente que a personagem encontra brechas para afirmar suas vontades, outrossim, demonstra como o ambiente de dominação masculina é prejudicial e limita a atuação da mulher. Ora, é o esposo quem, por várias formas, poda as ações de Eurídice e a objetifica, delimitando o comportamento adequado de uma mulher casada. De toda forma, é peremptório que “a contenção das paredes do lar não conseguiriam abafar o imaginário fértil de Eurídice e a sua vontade de existir. Não era um animal a ser domado, era uma mulher, com direitos, aspirações e, mais que isso, inspirações” (TORRES, 2020, p. 57). Todavia, embora seja um sujeito com vontades e percepções, o contexto que a envolve e as expectativas de gênero concorrem para a anulação de Eurídice enquanto sujeito, mesmo que fosse

[...] uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas ela escreveria clássicos. Mas o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar (BATALHA, 2016, p. 12).

O fragmento evidencia como o ambiente e as performances de gênero dele esperadas/decorrentes limitam a atuação dos indivíduos, sobretudo da mulher. Não são consideradas as habilidades do indivíduo *per se*, mas antes as expectativas que dos gêneros se esperam. Dito de outra forma, ainda que fosse uma mulher brilhante, Eurídice era uma mulher; logo, dela se espera o cuidado com o lar e com a família, não que agisse autonomamente no espaço público, como a performance esperada do homem, por exemplo.

Nesse quesito, são determinantes as contribuições de Judith Butler, haja vista que em seu livro *Problemas de gênero*, defende que “a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária” (BUTLER, 2010, p. 200, grifo da autora). Assim sendo, é manifesto como Eurídice está aprisionada nessa estrutura e precisa agir/performar conforme a expectativa do gênero feminino. É justamente ao repetir essas performances (mesmo sendo elas totalmente inalcançáveis) que se solidifica a expectativa.

De toda forma, a personagem não se deixa anular totalmente, pois, (in)conscientemente se inscreve no espaço a partir de suas vontades. Sua primeira tentativa de encontrar sentido para a vida doméstica é na culinária. Com efeito, “Eurídice cozinhava até terminar de encher todas as travessas, e qualquer espaço livre na mesa da copa” (BATALHA, 2016, p. 13), denotando que buscava preencher todas as horas de seu dia, pois havia concluído “que não deveria pensar” (BATALHA, 2016, p. 12). É significativo, em contraponto, que “as proezas culinárias da moça não eram reconhecidas pela família” (BATALHA, 2016, p. 14), destacando que o marido e os filhos preferiam os pratos básicos, o comum da vida. Ainda é possível entrever na negativa da família os ecos do ideário social que rechaça qualquer autonomia feminina. Este contraste mostra que se a inserção de Eurídice na família não é equivocada, ao menos é dissonante dos demais membros e a coloca em um patamar à frente dos modelos de família (e do esperado da mulher) da década de 1940.

Não tendo mais o que inventar em matéria de pratos, Eurídice decide fazer um livro de receitas. O excerto: “Era seu diário, aquele. O relato do que fez para suportar os anos de exílio doméstico, para tornar menos opressoras as paredes daquela casa” (BATALHA, 2016, p. 30) flagra o tom irônico do/a narrador/a. Isso porque o gênero diário pressupõe subjetividade, característica inexistente

na personagem neste momento. Contudo, em nossa leitura, é esse o primeiro passo no processo de subjetivação da personagem. Sobre o tema, Touraine (2010) assevera que:

Se a identidade das mulheres lhes é dada pelas representações que os homens e as instituições dominadas por eles têm delas, a ideia de uma construção de si de uma mulher não tem nenhum sentido. Isso porque a lógica da dominação que elas sofrem é antes de tudo a privação de subjetividade, o que justifica a importância primordial da afirmação já descoberta: “Eu sou mulher”, pois esse “eu” está em ruptura com todas as definições “funcionais” das mulheres (TOURAINÉ, 2010, p. 46).

Logo, ao estar envolta num contexto de hegemonia masculina que, por si só, neutraliza qualquer tentativa outra de se inscrever no mundo, faz com que as mulheres mantenham-se submissas e se portem de acordo com o esperado socialmente. Para modificar essa condição, segundo o autor, é preciso que haja a “destruição de toda imagem da natureza feminina ou de toda categoria de mulher definida por sua diferença ou por sua oposição com a categoria dos homens” (2010, p. 47), uma vez que só assim as mulheres poderão alcançar e desenvolver suas subjetividades.

É então por meio da escrita – mesmo que em um gênero pouco (ou quase nada) subjetivo como o livro de receitas – que Eurídice começa a expressar seus desejos e se encontrar como sujeito. Acima de tudo, o que chama a atenção, nessa conduta da personagem, é o próprio ato da escrita, isto é, a postura feminina em tomar para si as palavras e fazer delas seu domínio. Por outro lado, é expressivo que até mesmo o domínio sobre a cozinha, Eurídice tenha perdido, porquanto passe a ser o território da empregada doméstica das Dores, após a recusa de Antenor em apoiá-la a publicar o livro de receitas, cujo ato representa o social que sempre excluiu do mundo das letras as mulheres. A ironia perpassa toda a narrativa, desde o uso pelo nome de solteira (Gusmão) escolhido

minuciosamente pelo/a narrador/a, quando na verdade dedicou a vida ao marido e aos filhos, até a história que escreve, a da invisibilidade – que é, de toda sorte, a sua própria história. Em outras palavras: o uso do nome de solteira poderia denotar tratar-se da história de Eurídice mulher dona de si, contudo, o que se observa é uma mulher anulada pelo contexto e pelas amarras patriarcais que a aprisionam na vida de casada.

Eurídice é a representação de um sem número de mulheres que tem/tiveram suas identidades anuladas em função do marido, dos/as filhos/as e do lar. Mais tarde, destituída de algumas funções, “o dia voltou a ter mais horas do que devia. Antenor tinha o trabalho, Das Dores tinha a faxina, os filhos tinham a vida toda. E Eurídice, o que tinha?” (BATALHA, 2016, p. 161). É a partir da relação com a leitura dos livros que sempre estiveram na sala de estar e do processo de escrita que a personagem parece despertar. Contudo, mesmo que o restante da família soubesse da nova atividade de Eurídice, “ninguém ousava perguntar o que tanto ela escrevia” (BATALHA, 2016, p. 164).

A escrita permeia todo o romance em tela. Primeiro pelo livro de receitas descartado entre os restos de pavê e, por fim, colocado entre as enciclopédias na sala. Depois, por meio do romance que Eurídice decide escrever. Se pensarmos na escrita como um processo de subjetivação, salta aos olhos que essa prática concorre para o autorreconhecimento e a (re) construção de identidades. Zukoski e Zolin (2020, p. 65), por sua vez, ao lançarem luzes sobre as personagens femininas que escrevem nos romances recentes produzidos por mulheres, afirmam que “a escrita possibilita às personagens femininas uma focalização nelas mesmas e, a partir disso, a transposição da condição de mulheres-objeto para mulheres-sujeito, assumindo o controle de si e de suas próprias vidas”. Também as contribuições de

Margareth Rago, guardadas as devidas proporções, são férteis na medida em que, a partir do conceito de subjetivação nos termos de Foucault, delinea um processo de subjetivação a partir da escrita de si que diz respeito a “assumir o controle da própria vida, tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da subjetividade” (RAGO, 2014, p. 52). No caso de Eurídice, como adiante se observa, é a partir da sua condição de mulher das palavras (lidas e escritas) que a personagem começa a se reconectar consigo mesma não se importando, inclusive, com a opinião ou a indiferença dos demais.

Tanto é que, mesmo após a revelação à família: “Estou escrevendo um livro. É sobre a história da invisibilidade” (BATALHA, 2016, p. 164), e ninguém ter se importado, a personagem não deixe de escrever. O descaso familiar é produto do papel social de mãe e mulher do lar, isso porque “havia a convicção de que Eurídice só podia ser levada a sério quando dizia que o jantar estava na mesa, ou que era hora de acordar para a escola” (BATALHA, 2016, p. 165). Flagra-se, neste excerto, por um lado, como as funções femininas, neste cenário, estão inscritas única e exclusivamente dentro dos limites das paredes que as encerram, centrando-se no cuidado com o outro. Por outro, observa-se como a personagem central do romance em debate, ainda que ignorada pela família, não se importa, pois “era com os livros que Eurídice falava” (BATALHA, 2016, p. 165).

A relação entre a mulher e o conhecimento formal sempre foi motivo de discussões. É significativo que as demais mulheres da vizinhança questionassem sempre a capacidade de Eurídice, afinal “Quem era ela para ler autores complicados e para escrever algo além de receitas de bolo?” (BATALHA, 2016, p. 167). A indagação lança luzes sobre como as próprias mulheres são condicionadas a agirem e reproduzirem comportamentos conforme os preceitos do patriarcado, elucidando a asserção de Beauvoir (2016, p. 546) de que “os

homens encontram em sua companheira mais cumplicidade do que em geral o opressor encontra no oprimido”. Com efeito, o desdém do marido é produto da expectativa em relação à mulher, já que ao questionar: “Quem compraria um livro feito por uma dona de casa?” (BATALHA, 2016, p. 32), é possível observarmos a constatação de Virginia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929), de que as mulheres precisam “ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção” (WOOLF, 2014, p. 12) e, com mais vigor ainda, ao indagar: “O mundo não dizia a ela, como dizia a eles: ‘Escreva se quiser, não faz diferença para mim’. O mundo dizia, gargalhando: ‘Escrever? O que há de bom na sua escrita?’” (WOOLF, 2014, p. 78). E se era Antenor que havia alertado sobre a impropriedade de uma dona de casa escrever um livro, deveria ser verdade, porque Eurídice “nunca tinha visto a vida além daquela casa e daquele bairro, ou da casa e do bairro dos pais” (BATALHA, 2016, p. 32). O fato de estar afastada do mundo exterior e soterrada pelas atividades ditas femininas, faz com que Eurídice não se sinta segura para sustentar sua posição de cozinheira e autora não só de livros de receitas, mas principalmente de ficção, como adiante se verá.

A terceira tentativa, portanto, também aponta para a escrita. Leitora voraz e escritora iniciante, Eurídice é classificada pela vizinhança como “exótica pelos escritos. Exótica pelo turbante, exótica porque não havia mais parâmetros que fundamentassem a comparação” (BATALHA, 2016, p. 169). Cumpre mencionar que ao longo dos séculos a mulher, ao tornar-se detentora da palavra escrita, é associada ao mal, basta que observemos as figuras das bruxas, na Idade Média. Essas nada mais eram do que mulheres que, ao ter acesso a esse campo interdito, apresentavam perigo ao domínio masculino.

No caso de Eurídice, assim como das escritoras em geral, além da indiferença de seus

familiares, é preciso lidar com o mercado editorial iminentemente desigual e, muito provavelmente, misógino⁷. Ainda assim, “mandou alguns textos para o *Jornal do Brasil*, que nunca foram publicados. Alguns anos depois, quando um novo jornal chamado *O Pasquim* foi lançado, ela também tentou contribuir, mas nunca obteve retorno” (BATALHA, 2016, p. 185). É significativo que o romance seja encerrado com a “nota da autora” na qual há a triste constatação de que talvez tudo que a personagem escreveu passe despercebido pelos/as familiares e fique aquém dos/as leitores/as. Dessa maneira, não atenderia, como destacamos na epígrafe dessas reflexões, o papel de encontrar e ensinar novas pessoas. Ademais, se assemelha à realidade de tantas literatas que, mesmo brilhantes, foram ofuscadas pela longa noite patriarcal⁸.

A segunda tentativa de Eurídice, a de ser modista, não começa se não pelas táticas classificadas como femininas para a realização de seus desejos: a repetição incessante do pedido e a omissão do projeto. Conquistada a máquina Singer, é significativo que Eurídice não tenha abandonado o cuidado com os filhos; pelo contrário, “recebia-os com sorrisos no fim de tarde, ajudava-os no dever com boas ganas” (BATALHA, 2016, p. 40). Chama-nos mais a atenção ainda o fato de o barulho provocado pela máquina de costura tornar-se uma canção à personagem, destacando um quê de fuga que compõe Eurídice, e “se houvesse letra nessa canção seus versos falariam de mãos ocupadas, de mente tranquila, de realizações, e de paz”

7 Regina Dalcastagnè, em seu mapeamento do romance brasileiro contemporâneo, constata que aproximadamente apenas um quarto dos romances publicados entre 1990 e 2004 é escrito por mulheres. Cf. <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077/8085>>. Acesso em: 28 out. 2021.

8 Não obstante o desaparecimento de mulheres no cânone literário, se pensarmos a literatura Romântica e Realista, por exemplo, mesmo na modernidade as mulheres foram postas à deriva quando se observa os prêmios literários. Maiores informações sobre as premiações podem ser encontradas no levantamento desenvolvido por Ana Maria Soares Zukoski, disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/11156/6310>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

(BATALHA, 2016, p. 41). E ainda: “Precisava de algo que preenchesse as manhãs de ócio e as horas angustiadas de fim de tarde, quando os filhos ainda não tinham chegado da escola” (BATALHA, 2016, p. 39). No limite, podemos estabelecer intertexto com a ‘hora perigosa’ a que o/a narrador/a do conto *Amor*, de Clarice Lispector, faz menção ao tratar da rotina de Ana: “Quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se [...] quando a casa estava vazia sem precisar mais dela, o sol alto, cada membro da família distribuído nas suas funções” (LISPECTOR, 2016, p. 145-146). Ambas, Ana e Eurídice, são constantemente atormentadas por essa hora que as levam a pensar em si mesmas e, por esse motivo, tornam-se horas perigosas.

Em nenhum momento da narrativa, Antenor apoia os projetos da mulher; pelo contrário, é ele, constituído sujeito dentro do pressuposto da hegemonia masculina, o responsável por impedir o pleno desenvolvimento das agendas da esposa. Essas atitudes do marido são sabidas por Eurídice, como observamos nesse fragmento: “pensou que talvez Antenor pudesse sair do quarto, se inteirar sobre o projeto e achar interessante, o que ela sabia que jamais aconteceria” (BATALHA, 2016, p. 51).

O comportamento do marido é o esperado pela óptica patriarcal, já que, revoltado com a atitude da esposa, preocupa-se primeiramente com o que os outros iam dizer ao ver sua mulher costurando para fora, isto é, “iam achar que ele era homem de menos porque a mulher trabalhava demais” (BATALHA, 2016, p. 52). Decorre em grande parte daí o impedimento do trabalho feminino fora dos esquadros domésticos, pois enfraquece o poder e a hegemonia masculina e coloca em xeque a capacidade do homem em sustentar o lar bem como de manter uma mulher submissa para si. Pega em flagrante durante o atendimento às clientes pelo marido, só resta a Eurídice anular-se novamente diante dele:

Aquela era uma mulher comportada, *do jeito que Antenor queria*. Uma mulher dedicada à casa e às crianças, e que agora se deitava na mesma hora que ele, e não se levantava mais cedo para se entreter com a máquina de costura. Uma mulher que permanecia calada ao seu lado enquanto ele assistia à TV, e que lhe oferecia a testa olhando ligeiramente para baixo, quando ele saía ou chegava do trabalho. Era tudo o que Antenor sempre quis (BATALHA, 2016, p. 76, grifos nossos).

Destituída pelo marido de seu desejo de tornar-se modista, a personagem volta ao estágio de inércia esperado por ele, como destacado na passagem supracitada. É flagrante como a identidade de mulher casada, neste contexto, é moldada pelo patriarcado para atender às expectativas do marido, portando-se como um objeto de culto e, por vezes, de decoração, sendo necessário que fique à disposição do homem em todos os aspectos.

A trajetória de Eurídice Gusmão pode ser lida como sinédoque de todas as mulheres que tiveram suas identidades anuladas em função de um ideário que delimitava suas ações e impediam o autoconhecimento e, portanto, o próprio agenciamento. Não apenas na primeira metade do século passado – tempo cronológico da narrativa em questão –, mas igualmente na contemporaneidade, em que discursos se mascaram e se alinham com interesses outros que não os das próprias mulheres.

Uma (possível) última palavra

Pensar a literatura de autoria feminina, na contemporaneidade, é estar diante de ressignificações necessárias e urgentes sobre a mulher na sociedade. Isso porque as amarras do patriarcado não deixaram de agrilhoar as mulheres e limitar suas atuações. Nesse sentido, as questões de trabalho embasadas no pensamento patriarcal, concorrem para mantê-las afastadas dos espaços decisórios e, portanto, aquém de mudanças significativas no espaço público. O romance analisado, ao levantar essas problemáticas, lança

luzes em pontos sensíveis para essas mulheres e possibilita mudanças nos paradigmas.

Eurídice, embora seja personagem central na narrativa, não é protagonista nem de sua própria história, isso porque antes nos parece tratar-se da história daquela que poderia ter sido não fosse o momento em que nasceu. O romance, então, em nossa leitura, é protagonizado pela invisibilidade, pela vida que gostaria de ter e que não teve, e, em certos momentos, pela trajetória da irmã fugida e de Zélia, a vizinha, cujas histórias se sobrepõem à daquela que dá título ao romance. Nessa esteira de conjecturas, é significativo como ao longo da narrativa os atos de Eurídice sejam atravessados por tramas paralelas, seja na introdução da história de Zélia na primeira parte, seja pela recuperação das vidas materna e de Guida, pois evidenciam como a personagem é destituída de sua autonomia. Cumpre salientar, todavia, que essas tramas ditas paralelas concorrem para reforçar a invisibilidade da personagem e mantê-la aquém de suas vontades, num fatídico jogo de espelhos em que mulheres invisibilizadas se vêem umas nas outras; talvez sejam as irmãs Gusmão as únicas a modificarem, minimamente, essa condição.

De toda forma e, muito provavelmente, como estratégia de resistência, ainda que seja despida de sua própria subjetividade, Eurídice tem plena consciência do quanto é cerceada pela família e por aquilo que é considerado o correto – e que para nós, leitores/as, nada mais são que as amarras do patriarcado. Igualmente, a escrita funciona como mecanismo de subjetivação porquanto o espaço público lhe seja interdito pelo marido, primeiro quando da não publicação do livro de receitas; posteriormente, no cerceamento de sua carreira de modista. Se nas primeiras tentativas de desenvolver suas habilidades e, portanto, sua subjetividade, a personagem as realiza dentro da casa, são os livros que lê que a impulsionam a ver o mundo para além dos muros, levando-a até à universidade de

História ao final do romance. É este vão aberto pela desconfiança de que poderia muito mais que Eurídice se salva de tudo sem salvar-se de nada, ao mesmo tempo em que nos permite refletir sobre as barreiras encontradas ainda hoje por tantas mulheres.

Referências

- BATALHA, Martha. *A vida invisível de Eurídice Gusmão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*, volume 2. Tradução de Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LISPECTOR, Clarice. “Amor”. *Todos os contos*. Organização de Benjamin Moser. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2016, p. 145-155.
- PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo na atualidade*:

a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Tradução Francisco Morás. 2. ed. Petrópolis:

Editora Vozes, 2010.

TORRES, Maximiliano. “‘Não era dor / o que sentia / era abismo’: cartografias de um eu em *A vida invisível* de Eurídice Gusmão, de Martha Batalha”. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 46–61, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.53999. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/53999>>. Acesso em: 28 out. 2021.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Souza, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOLIN, Lúcia Osana. “Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina”. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 295-321, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.56639. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>>. Acesso em: 26 out. 2021.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares; ZOLIN, Lúcia Osana. “A escrita como processo de subjetivação feminina: uma leitura”. *Revista Scripta Uniandrade*. v. 18, n. 1, p. 62-78, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18305/scripta%20uniandra.v18i1.1592>. Disponível em: <<https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/1592>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

Submissão: fevereiro de 2022.

Aceite: abril de 2022.

A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM UM MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA INSTITUCIONAL BRASILEIRO: DISCURSOS SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO EM ANÁLISE

Camilla Cruz¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise discursiva do processo de manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva brasileiro. Buscamos compreender, sob o viés da Análise do Discurso de filiação francesa, em articulação com a História das Ideias Linguísticas, como ocorre o processo de manualização dos saberes sobre a língua portuguesa. Para tanto, nosso *corpus* de pesquisa se constitui do *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), dada sua atualidade e facilidade de acesso na internet, bem como sua extensão concisa. Em nossas análises, por meio dos recortes que selecionamos e desde o nosso gesto de interpretação, os discursos sobre igualdade se inscrevem em uma formação ideológica igualitária. Nesse sentido, no interior dessa formação ideológica, identificamos duas formações discursivas possíveis no guia analisado: não-sexista e inclusiva de gênero.

Palavras-chave: Manualização do saber linguístico. Manual de linguagem inclusiva. Análise do Discurso. História das Ideias Linguísticas.

THE MANUALIZATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE IN A BRAZILIAN INSTITUTIONAL INCLUSIVE LANGUAGE MANUAL: DISCOURSES ON GENDER EQUALITY UNDER ANALYSIS

Abstract: This article presents a discursive analysis of the process of manualization of linguistic knowledge in a Brazilian inclusive language manual. We seek to understand, under the bias of the Discourse Analysis of French affiliation, in articulation with the History of Linguistic Ideas, how the process of manualization of knowledge about the Portuguese language occurs. To this end, our research corpus is constituted by the Manual of Inclusive Language for Public Tender Notices (Public Selection) of IFAL (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), given its timeliness and ease of access on the Internet, as well as its concise extension. In our analyses, through the clippings we selected and since our gesture of interpretation, discourses on equality are inscribed in a dominant discursive formation: the egalitarian. In our analyses, through the clippings we have selected and since our gesture of interpretation, discourses on equality are inscribed in an egalitarian ideological formation. In this sense, within this ideological formation, we identified two possible discursive formations in the analyzed guide: non-sexist and gender inclusive.

Keywords: Manualization of linguistic knowledge. Inclusive language manual. Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas.

¹ Mestranda em Letras – Área de Concentração: Estudos Linguísticos; Linha de Pesquisa: Língua, Sujeito e História, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientadora: Profa. Dra. Taís da Silva Martins (DLCL/Laboratório Corpus/PPGL/UFSM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9622539552967527>>.

Introdução

Este artigo, vinculado ao Projeto de Pesquisa *A manualização do saber linguístico: discursos sobre igualdade de gênero em guias de linguagem inclusiva brasileiros* (GAP/CAL/UFMSM 056198), apresenta uma análise discursiva, desde a perspectiva teórico-analítica da Análise do Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas, do manual de linguagem inclusiva brasileiro intitulado *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), o qual foi publicado pelo Instituto Federal de Alagoas, em 2018. Nossa análise tem como objetivo compreender como ocorre o processo de manualização do saber linguístico, bem como refletir sobre as práticas instrumentalização e de vulgarização da língua portuguesa, a partir do manual supracitado.

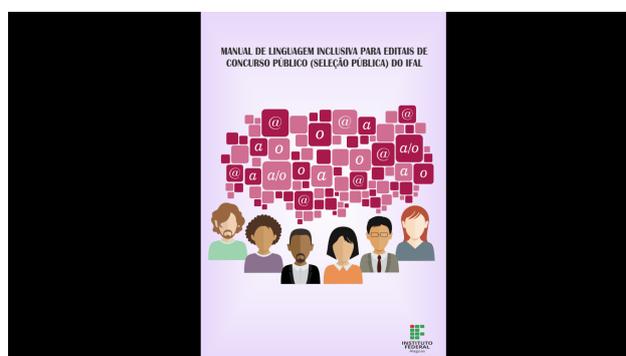
A importância desta pesquisa se justifica pela emergência da publicação de manuais de linguagem inclusiva na atualidade brasileira, além do fato de que há sujeitos que utilizam tal linguagem, o que pode ser observado nas redes sociais, nas produções culturais, entre outros meios de circulação de dizeres na contemporaneidade. Os manuais de linguagem inclusiva formam parte de estudos na área da Análise do Discurso, posto que um dos primeiros manuais publicados no Brasil, o *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende* (RIO GRANDE DO SUL, 2014), destinado à administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, foi analisado previamente por analistas do discurso brasileiras, a saber: Abrahão & Souza e Garcia (2016); Zoppi-Fontana (2017); Garcia (2018), bem como outros manuais de países como Espanha, França e Portugal. Considerando as condições de produção contemporâneas, em que espaços como o Instituto Federal de Alagoas são frequentados por diversos sujeitos, de diversos

gêneros, é crucial tratar do tema “linguagem inclusiva” e da produção de efeitos de sentido acerca da igualdade de gênero em relação com a linguagem e a representatividade dos sujeitos.

Vale explicitar que o aparato teórico-metodológico deste trabalho tem como base principal noções campo da História das Ideias Linguísticas, como manualização e gramatização, assim como do campo da Análise do Discurso pecheutiana, como língua, ideologia, formação ideológica e formação discursiva. Para realizar as análises apresentadas neste artigo, primeiramente, selecionamos alguns recortes do manual em questão, com a finalidade de compreender o processo de manualização do saber linguístico.

Em seguida, em um segundo momento, relacionamos os recortes selecionados com noções caras à Análise do Discurso em uma relação interdisciplinar com a História das Ideias Linguística, contemplando o processo de vulgarização do saber linguístico no âmbito institucional, propondo uma reflexão sobre as práticas de instrumentalização da língua portuguesa, a partir de um *corpus* de pesquisa atual e de fácil acesso, visto que o manual analisado é sucinto e está disponível gratuitamente na internet. A seguir, na imagem 1, apresentamos a capa do manual analisado, a fim de ilustrar nossa materialidade discursiva, de caráter digital.

Imagem 1 – Capa do manual analisado



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

É preciso explicar que o manual aqui investigado foi elaborado e publicado por uma instituição pública federal brasileira, localizada na região Nordeste do país: o Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Esse material foi criado para ser usado em editais de concursos públicos da mesma instituição, além de integrar o plano de ações proposto pelo Comitê Peger com o objetivo de conquistar o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal do Brasil, buscando promover o combate à desigualdade racial e de gênero na linguagem a ser utilizada em editais de concursos públicos do IFAL.

Como forma de esclarecer acerca da composição do manual analisado, é relevante sinalizar que o ele possui estas subdivisões, em termos de estrutura, nomeadas respectivamente: *Capa*; *Ficha técnica*; *Apresentação*; *Por que utilizar a linguagem inclusiva*; *Se navegar é preciso, tornar a linguagem inclusiva também!*; *Possibilidades*; *Leslie Campaner dá a dica*; *Ainda há dúvidas?*. Em nossas análises, os recortes contemplam duas seções do manual, são elas: *Por que utilizar linguagem inclusiva* e *Ainda há dúvidas?*.

Na capa, além de figuras que representam uma certa diversidade fisionômica de pessoas de raças, gênero, cabelo diferente, etc., se simbolizam o @, a letra *a* e o desdobramento *a/o* para marcar a inclusão de gênero. Embora o uso do @ possa dar a ideia de neutralidade, se trata de um símbolo impronunciável fonologicamente, não de uma letra capaz de compor palavras. A letra *x* também é difícil de ser pronunciada entre outras consoantes, ao ser usada em substituição de vogais como *a* e *o*, em palavras que marcam o gênero gramatical, ou seja, o feminino ou o masculino. Porém, é possível que nem todos os gêneros identitários sociais caibam nos desdobramentos das letras *a*, *o*, *x*, e ou do símbolo @, como comumente se observa no uso da linguagem inclusiva.

No manual em análise, na *Ficha técnica*, aparecem os nomes de pessoas que fazem parte da Pró-Reitoria de Pesquisa de Inovação, do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do IFAL e do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade do IFAL/Campus Penedo. A autora da apresentação é Leslie Campaner, mestra em gênero, subjetividade, conhecimento e cultura pela Universidade de Valência. Para fins de contextualização, é preciso mencionar que há algum tempo, desde o início do século XXI, a Espanha vem publicando guias de linguagem não sexista, principalmente em instituições universitárias, com a finalidade de promover a manualização do saber linguístico, conforme os estudos citados inicialmente.

Além disso, a principal forma de uso de linguagem inclusiva que o manual recomenda é uma linguagem inclusiva não sexista, apresentando possibilidades de não especificar o gênero para utilizar a língua, usando termos impessoais (como “pessoa”) ou comum de dois gêneros (como “docente”), tal como possibilidades de especificação dos gêneros (desdobramento das palavras em feminino e masculino). Tais possibilidades são sugeridas com o objetivo de evidenciar quem está inserido no discurso, feminizando a língua, isto é, nomeando os sujeitos em feminino e evitando o masculino genérico que pode ser ambíguo, pois não determina de quem ou com quem se fala, além de invisibilizar as mulheres, não cumprindo o papel de generalizar de fato.

Compreendemos que, socialmente, o emprego do masculino genérico é normatizado em instrumentos linguísticos, onde se encontram os saberes sobre como se deve usá-lo na língua considerada culta. Dito de outra forma, trata-se de saberes gramaticalizados que são apresentados tradicionalmente em gramáticas e dicionários. Nesse sentido, acerca da manualização da linguagem não sexista, Garcia (2018, p. 156) pontua que:

[...] o processo de manualização de uma linguagem não sexista, feminizada e suas condições de produção, os manuais, legitimados pelo poder estatal, juntamente com a legislação produzida que os sustenta, funcionam como um espaço de dizer, atendendo a demandas que buscam sustentar uma posição legitimada a mulheres, seja na sociedade ou nos usos que essa faz de uma língua.

Tendo em vista as condições de produção contemporâneas do Brasil, onde diversas formas de discriminação se manifestam ideologicamente na sociedade capitalista, a publicação de um manual de linguagem inclusiva pode significar a vulgarização de um saber linguístico determinado: aquele que busca incentivar a inclusão na esfera do discurso, seja ela com relação à gênero, raça ou etnia, por exemplo. Ao disponibilizar tal manual gratuitamente na internet, diversos efeitos de sentido podem passar a circular em espaços determinados, como os editais de concurso público do Instituto Federal de Alagoas e as publicações que divulgam a existência do manual.

Linguagem e inclusão: a manualização da linguagem inclusiva de gênero

Primeiramente, é essencial distinguir linguagem inclusiva, linguagem não sexista e linguagem neutra/não-binária. A linguagem inclusiva, em linhas gerais, busca estimular a igualdade no âmbito da linguagem, seja em relação a questões de gênero, etnia, raça, classe social, deficiências, etc. A linguagem não sexista, por sua vez, busca viabilizar uma linguagem inclusiva com respeito ao gênero feminino, evitando o uso do masculino genérico. Por outro lado, a linguagem neutra, também chamada de linguagem não sexista, busca promover uma linguagem inclusiva com respeito a todos os gêneros existentes, propondo uma modificação gramatical e morfológica. Dito de outra forma, se trataria de um terceiro gênero na língua portuguesa, considerado neutro, ou seja, nem feminino, nem masculino.

Em segundo lugar, destacamos a noção de língua para Pêcheux (2014), definida como a materialidade e a base dos processos discursivos, existente a partir da historicidade e da contradição ideológica. Dessa forma, a língua está sujeita ao equívoco, da mesma forma que constitui os discursos de forma contraditória. Dito isso, de acordo com Medeiros (2016), o surgimento de novos discursos sobre língua e gênero poderia fazer emergir novas formas linguísticas, as quais poderiam ser transitórias ou instalarem-se definitivamente na sociedade. Por isso, a inclusão com relação a questões de gênero busca dar visibilidade às pessoas de diferentes posições-sujeito que se identificam com diversos gêneros, para além do binarismo feminino e masculino.

Em terceiro lugar, é relevante mencionar que, conforme foi elucidado na introdução deste artigo, a publicação de manuais de linguagem inclusiva, igualmente chamados de manuais de linguagem não sexista, encontra-se em ascensão na atualidade, em países de fala portuguesa e de espanhola, inclusive em âmbitos institucionais, como universidades e institutos. Neste artigo, selecionamos o manual de linguagem inclusiva intitulado *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), um manual brasileiro de instância formal e institucional.

Buscando fundamentar teoricamente nossas análises, é essencial explicar o que é um manual e no que consiste a manualização. Segundo Puech (1998, p. 15), os manuais linguísticos são objetos socioculturais e tecnológicos, instrumentos linguísticos, que podem vulgarizar os saberes linguísticos de forma científica ou didática/escolar. Por sua vez, a manualização é “[...] o processo pelo qual os saberes linguísticos se expõem e se difundem aos fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento (PUECH, 1998, p. 15)”. Sendo assim, os manuais não devem ser entendidos como

produtos, mas como um dos aspectos de um processo muito vasto, o da disciplinarização dos saberes linguísticos.

Para que ocorra o processo de manualização do saber linguístico, no qual objetos socioculturais e tecnológicos, como manuais, guias, dicionários, gramáticas, entre outros, sejam instrumentos linguísticos de fato, Auroux (1992) teoriza sobre o processo de gramatização, que ocorre com o propósito de instrumentalizar uma língua. Dito de outra forma, trata-se da construção do saber linguístico, do saber que explica como se deve usar uma língua. Esse processo de descrever e instrumentalizar as línguas nunca termina, pois elas evoluem permanentemente.

Segundo Glazman (2021), conforme a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, existe uma tendência de que os discursos sobre a língua, ou seja, as práticas metalinguísticas (como os manuais), se organizem em determinadas formas discursivas, em conformidade com a formação na qual se envolvem e com as tensões da conjuntura. A seguir, analisaremos discursivamente três recortes, os quais podem contribuir com os estudos discursivos acerca dos manuais de linguagem inclusiva institucionais brasileiros, considerando a importância de pesquisar acerca do processo de manualização do saber linguístico no campo da Linguística, especificamente da Análise do Discurso e das Histórias das Ideias Linguísticas.

O processo de manualização do saber linguístico no Manual de linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL: discursos sobre igualdade de gênero

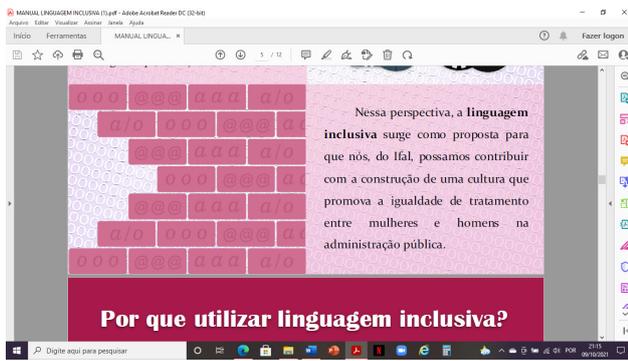
Compreender como a ideologia funciona em nossa pesquisa, concerne em analisar os processos ideológicos que fundamentam o discurso. Para tanto, é necessário que haja uma teorização dos

problemas do discurso, assim como de suas relações com a ideologia e as condições de produção e com a historicidade. Desde a perspectiva teórica da Análise do Discurso pecheutiana, é importante destacar que, nos colocamos, desde nosso gesto de interpretação, em consonância com Haroche et. al (1971):

[...] as formações ideológicas comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas e determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102).

Desse modo, as formações discursivas compõem as formações ideológicas. Com isso, as formações ideológicas e a ideologia se relacionam ao materialismo histórico, visto que são forças sociais em embate. Conforme com Malidier, Normand e Robin (2014, p. 94), as ideologias são “[...] práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais do que outros aos mecanismos de reprodução do assujeitamento ideológico”. Para refletir acerca do funcionamento da ideologia em relação com o processo de manualização, em nossas análises discursivas, selecionamos três recortes, sob o critério de recorrência da palavra “igualdade” no manual. Cada vez que tal termo é mencionado, o discurso sobre igualdade na linguagem se inscreve em uma formação ideológica que denominamos formação ideológica igualitária dominante. Entretanto, os discursos podem inscrever-se em distintas formações discursivas, como podemos ver nos recortes apresentados nas imagens a seguir, as quais ilustram os três recortes selecionados:

Imagem 2 – Recorte 1: Seção Por que utilizar linguagem inclusiva



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

No recorte 1, analisamos o enunciado: “Nessa perspectiva, a linguagem inclusiva surge como proposta para que nós, do Ifal, possamos contribuir para a construção de uma cultura que promova a igualdade de tratamento entre homens e mulheres na administração pública” (IFAL, 2018), ilustrado na imagem 2, o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária e em uma formação discursiva não sexista, posto que há uma referência à binaridade de gênero: pode ser feminino, referindo-se às mulheres, ou masculino, referindo-se aos homens; porém, não pode ser outro que não se encaixe em nesse ou naquele, considerados opostos. Não há a possibilidade de marcar um terceiro gênero, com o objetivo de marcar o gênero neutro/não-binário que representasse sujeitos não-binários na linguagem.

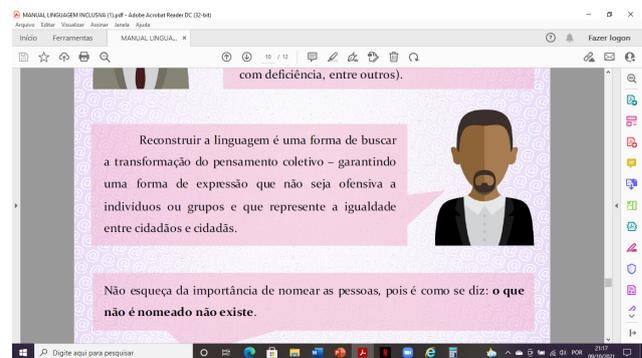
Nesse sentido, aqueles sujeitos que não se identificam nem com o feminino, nem com o masculino, não estariam representados, porque não são homens, tampouco são mulheres. O imaginário de igualdade se baseia no já-dito para produzir sentidos. De acordo com o enunciado do recorte 1, a igualdade deve ser promovida entre homens e mulheres, não se menciona a igualdade entre todos os gêneros, uma igualdade capaz de incluir pessoas não-binárias também. É uma forma de incluir que apaga pessoas que não são se inscrevem em uma posição-sujeito não sexista, como é o caso deste

recorte 1, mas que poderiam inscrever-se em uma posição-sujeito inclusiva de gênero ou em uma posição-sujeito neutra/não-binária.

Conforme Maldidier, Normand e Robin (2014), a eficácia histórica da ideologia se sustenta pelo fato de que esta tem dupla função: indicar um problema e ocultá-lo, ou seja, ao passo que são capazes de desvelar, podem mascarar. A partir dessa perspectiva, é importante analisar, nesse primeiro recorte, o indício da desigualdade de gênero na sociedade, pois o enunciado apresenta uma proposta que busca solucionar o problema da desigualdade de gênero na esfera da linguagem. Contudo, ao mesmo tempo, tal problema é ocultado em um deslize dos sentidos de binaridade e de ausência de pessoas não-binárias, uma vez que apenas os gêneros feminino e masculino são contemplados.

Vejamos como ocorre a inscrição em determinada formação discursiva no enunciado do segundo recorte:

Imagem 3 – Recorte 2: Seção Ainda há dúvidas?



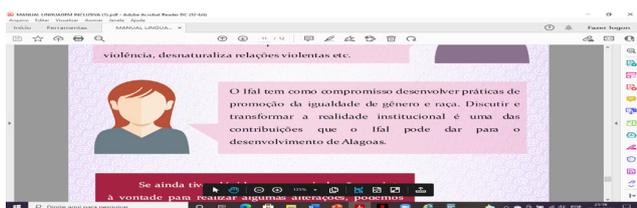
Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

Por sua vez, no recorte 2, analisamos o enunciado seguinte: “Reconstruir a linguagem é uma forma de transformação de pensamento coletivo – garantindo uma forma de expressão que não seja ofensiva a indivíduos ou grupos e que represente a igualdade entre cidadãos e cidadãs” (IFAL, 2018),

ilustrado na imagem 3. Conforme nosso gesto de interpretação, uma vez mais, o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária e em uma formação discursiva não sexista, posto que feminiza a língua, rejeitando o uso do masculino genérico e desdobrando a palavra em masculino e feminino, ao passo que indica a proposição de que a igualdade que a linguagem precisa representar é igualdade entre “cidadãos” e “cidadãs”. Entretanto, vale destacar que o discurso sobre a igualdade desliza, já que reverbera na ordem enunciativa que propõe o manual: nomear o masculino após o feminino. Aqui, percebemos que o masculino está nomeado anteriormente ao feminino, em um possível movimento discursivo de deslize, onde o discurso, da ordem da inclusão e da ordem do antissexismo, vem a falhar.

No processo de produção sentidos, a ideologia tem lugar fundamental e é parte constituinte dos sujeitos que enunciam dizeres e dos sentidos que tais dizeres produzem. A ideologia, de acordo com Baldini (2009), se dá através das práticas e não pode ser concebida como um conjunto de ideias, mas sim como a via pela qual os sujeitos e o sentidos se constituem. Como mencionado anteriormente, os sujeitos que utilizam a linguagem inclusiva se inscrevem ideologicamente em determinadas formações discursivas, bem como em determinadas posições-sujeito. Dito isso, observemos como o discurso pode vir a assumir diferentes formações discursivas, a partir deste terceiro e último recorte:

Imagem 4 – Recorte 3: Seção *Ainda há dúvidas?*



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

Por último, no recorte 3, o qual foi ilustrado na imagem 4, o enunciado a seguir foi analisado: “O Ifal tem como compromisso desenvolver práticas de promoção da igualdade de gênero e raça. Discutir e transformar a realidade institucional é uma das contribuições que o Ifal pode dar para o desenvolvimento de Alagoas” (IFAL, 2018), o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária. No entanto, parece inscrever-se em diferentes formações discursivas possíveis. Uma delas, é a formação discursiva inclusiva de gênero, em concordância com a proposta geral do manual, dado que propor promover a igualdade de gênero de forma geral, sem mencionar gêneros específicos, sejam eles binários ou não-binários (agênero, transgênero, gênero fluido, bigênero, entre tantos outros) nem determinar que existe apenas a possibilidade de ser mulher ou de ser homem, como ocorre nos enunciados do recorte 1 e 2. A outra, é a formação discursiva antirracista, porque produz efeitos de sentido de igualdade com relação à raça, ao manifestar no discurso o compromisso de promover uma prática antirracista no uso da linguagem institucional.

Com base nesse terceiro e último recorte, é possível considerar que os sentidos de igualdade que ressoam no manual de linguagem inclusiva institucional analisado perpassam, não só os sentidos de igualdade de gênero, mas também sentidos de igualdade racial. Com isso, a linguagem inclusiva que o manual recomenda é uma linguagem ampla, que não se restringe a uma linguagem não-sexista, que feminiza a língua, ou antirracista especificamente.

Tendo em vista que, segundo Medeiros (2017), “a emergência de novos discursos sobre língua e gênero age, assim, na reorganização dos saberes e posições dentro da formação discursiva na qual se inscrevem”, é possível refletir, desde nosso gesto de interpretação, que nos discursos analisados nos recortes anteriores, a palavra “igualdade” produz

efeitos de sentido conforme a formação ideológica que se manifesta de forma dominante: a formação ideológica igualitária. Nesse sentido, diferentes formações discursivas compõem essa formação ideológica: a formação discursiva não sexista e a formação discursiva inclusiva de gênero. Cada uma dessas formações discursivas determina quais saberes e dizeres podem emergir no manual analisado e quais não podem fazê-lo. Na busca por incluir todas as pessoas, em alguns recortes, pessoas de tais gêneros foram nomeadas de forma binária. Em outros recortes, todas as pessoas foram generalizadas, em virtude de que não houve marcação de gênero. Em outros, a igualdade racial foi mencionada como igualmente necessária.

Por fim, para compreender os efeitos do processo de manualização a partir dessas análises, é imprescindível citar Puech (1998):

A manualização do conhecimento linguístico certamente não é redutível a uma degradação, uma perda da substância do conhecimento vivo, mas em dúvida representa o culminar de um processo contínuo que, desde a invenção até o reinvestimento no saber-fazer escolar passa por vários tipos de constrangimentos relacionadas à transmissão. Portanto, não ganhamos ao enrijecer em oposição a distinção “conhecimento aprendido” / “conhecimento ensinado”: o imperativo da transmissão é o foco em que as práticas padronizadas da invenção e aquelas de ensino se comunicam entre si (PUECH, 1998, p. 11-12).

Com isso, consideramos que a manualização dos saberes linguísticos possui fins didáticos de transmissão de saberes, buscando ensinar como se deve usar a língua, com a autoridade de ser um instrumento linguístico que detém o saber sobre a língua. O manual analisado é especialmente um manual de linguagem inclusiva antissexista e antirracista, ou seja, um manual que sugere uma linguagem que não use o masculino como genérico, entendido como incapaz de incluir todas as pessoas no discurso, diferente das gramáticas, por exemplo, que recomendam o masculino genérico para representar os sujeitos de diversos gêneros

identitários. Mas não apenas isso, na medida em que utilizar uma linguagem antirracista e antissexista vai além da morfologia das palavras.

A linguagem é mais ampla que a língua, ou seja, a forma de significar ultrapassa os sentidos que as palavras podem produzir quando nomeamos em feminino, masculino, genérico. Os sentidos da linguagem estão na ordem das palavras, no que elas podem significar em um discurso em funcionamento, em relação com as outras, em relação com a memória discursiva, a qual, como teoriza Indursky (2011), se refere aos sentidos autorizados, aqueles que podem ser ditos, e aos refutados, aqueles que não podem ser ditos, no interior de determinada formação discursiva.

Portanto, no caso do manual analisado neste artigo, a memória discursiva funciona como uma memória coletiva que se repete e faz emergir os discursos ditos ao longo da história em determinados lugares sociais, os quais produzem sentidos sobre ser homem, ser mulher, ser transgênero, ser uma pessoa negra, ser uma pessoa deficiente, entre outros, especialmente no Instituto Federal de Alagoas, lugar de publicação e de uso do manual em questão. Por isso, dizeres discriminatórios não devem ser enunciados em espaços institucionalizados, visto que não são aceitáveis socialmente em uma formação ideológica igualitária.

Considerações finais

Como efeito de conclusão, é possível observar que os discursos sobre igualdade, no manual analisado, são interpelados ideologicamente em virtude da busca por inclusão social. Nesse sentido, conforme Orlandi (1996, p. 27), a ideologia não é vista “[...] como conjunto de representações nem como ocultação da realidade. Enquanto prática significativa, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e

com a história, para que signifique”. A formação ideológica determinante que se manifesta no manual analisado neste estudo pode reverberar discursos que são determinados por diferentes formações discursivas. Os dizeres sobre igualdade, discursivizados no *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), determinam o que pode e o que deve ser dito sobre sentidos como *ela* e *ele*, tal como sobre um grupo de pessoas que não é identificável pessoalmente.

Contudo, tais discursos não produzem sentidos sobre um pronome não-binário e sobre uma pessoa não-binária, bem como a linguagem neutra/não-binária propõe, ao apresentar a possibilidade de utilizar pronomes tidos como neutros/não-binários (como *elu*, *ile* e *els*) para que os sujeitos não-binários se identifiquem com um lugar que não pertence ao que se considera feminino (*ela*), tampouco ao que se considera masculino (*ele*) na língua portuguesa e em outras línguas, como o espanhol, por exemplo, língua na qual diversos manuais de linguagem não-sexista têm sido publicados nas últimas décadas.

A formação discursiva inclusiva de gênero e a formação discursiva não sexista nas quais os discursos dos manuais se inscrevem, como indicam nossas análises, igualmente reverberam o não-dito: o apagamento da formação discursiva neutra/não-binária. A ausência de tal formação discursiva no manual analisado determina saberes sobre o uso de pronomes com relação ao sujeito-ela e ao sujeito-ele, assim como sobre o uso de termos que nomeiem os sujeitos em geral, sem gênero especificado. No entanto, essa ausência determina que o saber linguístico produzido por meio da manualização não sugere usos direcionados à nomeação do sujeito-não-binário, apagando sentidos possíveis e instrumentalizando outros discursivamente.

Finalmente, é preciso recordar que discussões sociais sobre linguagem inclusiva têm surgido no

Brasil, país atravessado por diversas desigualdades sociais, nos últimos anos. Por conseguinte, a sociedade precisa estar em constante diálogo sobre questões delicadas que se baseiam em ações antidiscriminatórias, como é o caso dos manuais de linguagem inclusiva, instrumentos linguísticos que refletem politicamente o que a sociedade constitui como o que pode e o que deve ser dito acerca de inclusão, discriminação, sexismo, preconceito, machismo, LGBTfobia, entre outros. Palavras como essas fazem circular sentidos que podem violentar em níveis mais intensos que a linguagem, mas que podem partir dela para dar o primeiro passo rumo a uma sociedade brasileira menos discriminatória e mais inclusiva.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. Cinismo, discurso e ideologia. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE
- DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre/Brasil. **Anais...** Porto Alegre/Brasil: SEAD, 2009. Disponível em: https://5e63f736-c0bf-426c-b8fc-6d3b71d6b5ef.filesusr.com/ugd/27fcd2_0164e9f754fb48dcb1523ea5a3c466f0.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.
- GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- GARCIA, Dantielli Assumpção. Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença de feminino na língua. **Fragmentum**, Santa Maria, v. jul./dez. n. Especial, p. 141-159, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36587>. Acesso em: 12 out. 2021.

- GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11505>. Acesso em: 10 set. 2021.
- GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. **Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía**, n. 8, p. 111-138, 2021. Disponível em: http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusio%CC%81n-del-todo_Mara-Glozman.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, n. 24, p. 93-106, 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608. Acesso em: 12 nov. 2021.
- INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.
- INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL**. Maceió: IFAL, 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>. Acesso: 10 nov. 2021.
- MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. IV. Discurso e ideologia: base para uma pesquisa. ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014, p. 69-105.
- MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. O acontecimento da linguagem inclusiva: uma análise discursiva. In: MUNDOS DE MULHERES & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis/Brasil. **Anais...** Florianópolis/Brasil: Universidade de Santa Catarina, 2017. p. 1-12. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499434701_ARQUIVO_LaisVirginiaAlvesMedeirosTextoCompleto.pdf. Acesso: 10 out. 2021.
- MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 08 out. 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 30, n. jan./jun., p. 27-33, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037>. Acesso: 15 nov. 2021.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- PUECH, Christian. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue. **Les Carnets du Cediscor**, Paris, n. 5, p. 15-30, 1998. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/267>. Acesso em: 20 out. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende**. Tradução de Beatriz Cannabrava. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Título original: Manual para el uso no sexista del lenguaje: lo que bien se dice... bien se entiende. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Uma língua de estado não sexista: descolonizando a língua oficial da dominação sexual. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2017, Salento/Itália. **Anais...** Salento/Itália: Università del Salento, 2017. p. 505-522. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/>

<index.php/dvaf/article/view/17802>. Acesso em:
10 set. 2021.

Submissão: dezembro de 2021.

Aceite: março de 2022.

O PESADELO DO CELTA: UMA TRADUÇÃO REVISIONISTA DA HISTÓRIA DE ROGER CASEMENT

Davi Silva Gonçalves¹

Resumo: Neste artigo, partindo de alguns pressupostos dos estudos periféricos pós-coloniais e de gênero e sexualidade, discuto se, e de que maneira, podemos entender *O sonho do celta* (LLOSA, 2011) como uma tradução revisionista da história do diplomata Roger Casement – que, apagado da memória popular, é finalmente resgatado pelo romance supracitado. Marcado pelo estigma da pedofilia e da homossexualidade, pensados, inclusive, de maneira análoga, Casement nunca recebera o crédito merecido; e nunca foi julgado sob uma ótica capaz de dar conta de sua complexidade. Sem a ambição de reaver uma historicidade concreta de uma obra literária e, portanto, fictícia, a análise busca apenas sugerir que personagens históricos também podem ser traduzidos e retraduzidos através da arte – recebendo uma nova roupagem e compartilhando, com novos públicos, identidades bem mais fluídas do que a fixidez com a qual aprendemos a nos acostumar.

Palavras-chave: Tradução. Romance histórico. Estudos periféricos. Sexualidade. Roger Casement

THE NIGHTMARE OF THE CELT: A REVISIONIST TRANSLATION OF ROGER CASEMENT'S HISTORY

Abstract: In this article, relying on some of the assumptions from postcolonial, gender, and sexuality studies, I discuss if, and, if so, how, one might understand *O sonho do celta* (LLOSA, 2011) as a revisionist translation of diplomat Roger Casement's history – whom, erased from popular memory, is finally rescued by the mentioned novel. Marked by the stigma of pedophilia and homosexuality, thought of as analogous issues, Casement has never gotten the deserved; and he has never been judged by a lens capable of dealing with his complex construction. With no intention of seizing any concrete historicity within a literary, therefore fictional, piece, my analysis aims at suggesting how historical characters might also be translated and retranslated through art – receiving a new layer and sharing, with new audiences, more fluid identities in comparison to the fixity we have learned to get used with.

Keywords: Translation. Historical novel. Peripheral studies. Sexuality. Roger Casement

¹ Doutor em Estudos da Tradução. Departamento de Letras, UNICENTRO/Irati

O patriotismo é o último refúgio dos canalhas.

(Mario Vargas Llosa, *O sonho do celta*, 2011, p. 162)

1 Introdução

O trecho do romance *O sonho do celta* (LLOSA, 2011), que trago como a epígrafe desse artigo, consiste no momento em que o personagem histórico Roger Casement passa a questionar os seus próprios preceitos fundamentais: um dos maiores deles, o patriotismo. Partindo da premissa que a aplicação hipócrita desse termo, bem como de todos os epistemes a ele associados, segue operante em nossa sociedade contemporânea, a reflexão aqui proposta emerge de uma reflexão que me parece urgente, acerca de um revolucionário historicamente invisibilizado, silenciado e injustiçado. O romance supracitado, que ficcionaliza o período de vida do ex-cônsul desde o fim do século XIX até o início do século XX, “proporciona aos leitores um contato com as ações do personagem junto a seus familiares, colegas de trabalho, autoridades, negros africanos, índios amazônicos, amigos e inimigos na Irlanda e na Inglaterra” (WITT, 2012, p. 2). Neste artigo, partindo de alguns pressupostos dos estudos periféricos pós-coloniais e de gênero e sexualidade, discuto se, e de que maneira, podemos entender esse romance como uma tradução revisionista da história desta personagem – que, apagada da memória popular por razões que discutirei, é finalmente capturada por Vargas Llosa (2011).

Nas palavras de Agra (2013, p. 3), “[c]om seu desenvolvimento, os estudos pós-coloniais passaram a discutir não só o colonialismo e seus efeitos, mas toda e qualquer forma de opressão, injustiça, desigualdade e exploração”. Pensando os estudos periféricos como um guarda-chuva necessário, vejo em Roger Casement uma transformação muito frutífera para repensarmos os paradigmas que

lhe são caros – antes de ele tomar consciência de algumas ações que outrora defenderia. Isto é, antes um defensor das campanhas coloniais, depois das experiências vividas principalmente no Congo, no Brasil e no Peru, é notável a postura crítica que a personagem desenvolve contra a coroa britânica – coerente também com sua luta pela independência da Irlanda, seu país de origem. Assim, Casement “parte de uma visão imperialista civilizadora para um visão anti-imperialista e de resistência revolucionária, culminando em sua morte” (WITT, 2012, p. 113). Assassinado por ter cometido o crime de traição, a coroa britânica sabia que esse motivo seria para acalmar os ânimos dos irlandeses, em busca de independência. A Irlanda de Casement era tão fervorosa sobre sua nação quanto era com relação à sua religião; felizmente, para a coroa, Casement cometera um pecado muito mais capital: o da homossexualidade. Sobre ela:

A existência do homossexual moderno é um fenômeno recente [...], mas a presença de variadas formas de relacionamento erótico entre pessoas do mesmo gênero está bastante documentada, dos poemas homéricos até os sonetos de Shakespeare, isto é, durante toda a história da literatura até a era moderna. Desde então, esse “fenômeno” ganhou nome e rosto, com a criação de indivíduos – os homossexuais – cujas práticas foram submetidas à descrição patológica e cujas identidades revelaram-se marcadas pela diferença. Os sujeitos homossexuais passaram a ser descritos sob um ponto de vista que privilegiava sua marginalidade, sexualidade como vício ou doença e sob o signo da tragédia. Essas representações literárias aos poucos dialogariam com uma literatura mais sintonizada com a experiência homossexual como um dado humano, sem os traços que a definiram negativamente no século XIX. (SILVA, 2017, p. 4)

Longe de reforçar esse tabu, Vargas Llosa (2011) resgata Roger Casement da periferia da história e transforma essa figura tão questionada moralmente em algo muito mais próximo daquilo que ela realmente teria sido: um ser humano assombrado por suas dúvidas, medos e crenças, mas também agraciado com uma capacidade crítica grande o suficiente para que ele fosse capaz de

olhar para dentro de si mesmo, transformando tudo aquilo que um dia parecia fixo para ele. A essa sua condição fronteiriça Witt (2012, p. 90) chama de entrelugar: o entrelugar “do Casement educado e defensor dos direitos humanos – que estava preso por se opor ao sistema colonialista – e do Casement que a imprensa pública e acusa de traidor, pedófilo e homossexual” (WITT, 2012, p. 90). Marcado pelo estigma da pedofilia e da homossexualidade pensadas, inclusive, de maneira análoga, Casement nunca recebera o crédito merecido; e nunca foi julgado sob uma ótica capaz de dar conta de sua complexidade. Sem a ambição de reaver uma historicidade concreta de uma obra literária e, portanto, fictícia, a análise busca apenas sugerir que personagens históricos também podem ser traduzidos e retraduzidos através da arte – recebendo uma nova roupagem e compartilhando com novos públicos de identidades bem mais fluídas do que a fixidez com a qual aprendemos a nos acostumar.

2 Discussão

Nascido em Dublin no ano de 1864, Casement foi batizado por sua mãe no país de Gales, em segredo, como católico; apesar disso, seu pai o criaria como protestante – e essa já é uma primeira situação de entrelugar que em sua vida se manifesta. Sua família privilegiada contava com muitos membros que conheceram, em viagens, distantes partes do mundo: e, a Roger, quem mais lhe impressionava era seu tio Edward: o primeiro europeu a cruzar a África de uma costa a outra, a percorrer o Kalahari e um dos grandes heróis populares de todo o império britânico (ao contrário daquilo que ele mesmo um dia se tornaria). “Roger sonhava com ele, lia os folhetos que descreviam as suas proezas e ansiava participar das suas expedições, enfrentar os perigos ao seu lado, ajudá-lo a levar a religião cristã àqueles pagãos que ainda

não tinham saído da Idade da Pedra” (LLOSA, 2011, p. 22). Quando ele, enfim, tem a oportunidade de empreender suas próprias expedições, passa então a problematizá-las. Quando questiona o jornalista galês Henry Morton Stanley acerca do impacto que os colonizadores estavam causando na cultura dos congoleses, este lhe responde que: “Se soubessem o que nós fazemos por eles, beijariam os nossos pés. Mas seu nível mental é mais próximo do crocodilo e do hipopótamo que de você ou de mim” (LLOSA, 2011, p. 40).

Ao ver as atrocidades cometidas em nome da campanha civilizatória, Casement passa então a se perguntar em que a religião dos colonizadores era superior do que a dos congoleses; porque eram eles os bárbaros? Após a conversa com Stanley, confuso, ele vai se deitar; e é ali, segundo o narrador, que a sua santíssima Trindade pessoal dos três “C” (cristianismo, civilização e comércio) finalmente desaba. Enviado para o Congo pelo governo, com o intuito de investigar se havia algum abuso de direitos humanos na colônia do rei belga Leopoldo II, os congoleses o interpretam equivocadamente como uma espécie de messias – simplesmente porque ele percorria o país fazendo perguntas acerca do tratamento que eles vinham recebendo. “Roger explicava inutilmente. Não tinha nenhum poder. Ia relatar essas injustiças e crimes, e a Grã-Bretanha e seus aliados exigiriam do governo belga que acabasse com os abusos e castigasse os torturadores e criminosos. Era só o que podia fazer” (LLOSA, 2011, p. 80). Segundo o narrador, os nativos mais falavam que ouviam: “Os intérpretes tinham que interrompê-los, pedindo que falassem mais devagar para que pudessem fazer bem o seu trabalho” (LLOSA, 2011, p. 80).

O trabalho de Casement, bem como dos intérpretes, é naturalizado sob a égide da passividade e da indiferença – como se sua função não passasse daquela de um intermediário, alguém que leva uma coisa de um lugar a outro, sem necessariamente

ter que assumir responsabilidade nenhuma com relação a ela. Viver com tal desprendimento pode parecer confortável, mas, no fundo, quem seria capaz? Casement passa a ser perseguido por pesadelos perturbadores em que revê as cenas de brutalidades vividas e as que foram relatadas pelos nativos – os corpos negros rasgados pelas chibatadas, ou estuprados pelos brancos europeus que sentiam um misto de nojo e lascívia ao mesmo tempo. “Era sempre igual, os mesmos fatos que se repetiam em todas as aldeias e vilas onde Roger Casement chegava com suas cadernetas, seu lápis e sua câmera fotográfica” (LLOSA, 2011, p. 82). Quando leva suas inquietações para um Marcel Junieux, alegando questionando se o objetivo dos invasores era mesmo o de trazer civilização, cristianismo e comércio para a região, ele se surpreende com sua ingenuidade e idealismo: “A expressão do capitão Junieux mudou e Roger pensou que, de repente, o rosto do oficial tinha substituído a máscara hierática por outra mais humana. Que o olhava, até, com a simpatia piedosa que os idiotas merecem” (LLOSA, 2011, p. 89).

Agra (2013, p. 2) expõe como o projeto de ocidentalização, empreendido a partir do século XV, progressivamente legítima a imposição dos sistemas hegemônicos centrais nas periferias do planeta: “Esse processo implicou na construção ideológica que permitiria fabricar peça por peça, a inferioridade de suas vítimas, mecanismo ideológico que serviu para justificar toda sorte de injustiças”. Casement toma consciência disso, percebendo que seus “irmãos” europeus não haviam chegado no Congo para trazer justiça e salvação, muito pelo contrário. Então, ele se pergunta: “Como era possível que a colonização tivesse se transformado nesta horrível rapina, nesta crueldade vertiginosa em que gente que se dizia cristã torturava, mutilava, matava seres indefesos e os submetia a crueldades tão atroz, mesmo as crianças, os velhos?” (LLOSA, 2011, p. 93). Desgostoso inclusive com sua própria função

na colônia, Casement continua entrevistando os congolenses, muitos lhe exibindo seus membros amputados e perguntando por entes desaparecidos. Sufocado por aquele espaço gigantesco de um dor tão austera e pungente, ele “[c]hegou a pensar que o sofrimento generalizado dos congoleses impregnava o ar, o rio e a vegetação à sua volta com um cheiro particular, uma pestilência que não era só física, mas também espiritual, metafísica” (LLOSA, 2011, p. 94). Era depois de dias assim que, por vezes, ele chegaria em casa com o seguinte pensamento: “Devo estar com o fedor de todas as porcarias do mundo”, disse Roger, apontando para o seu uniforme lanoso de cor azul” (LLOSA, 2011, p. 26).

Apesar de tão gráficas, todas essas cenas que permeiam a vida de Casement não são o suficiente para inibir uma sensibilidade que, desde criança, ele manifestava – e a evidência mais significativa disso talvez seja que ele sempre foi um leitor voraz e escritor de poemas. A presença simbólica e metafórica dos pássaros em seu imaginário, que ocorre ao longo da narrativa, é coerente com essa sensibilidade. “Roger se lembrou do mal-estar que sentia sempre que entrava numa casa e descobria que nela havia um aviário. Os canários, pintassilgos ou papagaios engaiolados sempre lhe pareciam vítimas de uma crueldade inútil” (LLOSA, 2011, p. 25). Muitos dos seus pesadelos vão remetê-lo a essa mesma ideia, como na ocasião em que ele sonhara com “um canário de voz límpida martirizado pelas grades da gaiola onde estava preso. Isso era visível pelo desespero com que batia sem parar as asinhas douradas, como se as grades fossem se abrir com esse movimento para deixá-lo ir embora” (LLOSA, 2011, p. 315). Casement entendia que os olhos do pássaro pediam por compaixão, mas, ao mesmo tempo, ele não conseguia se mover porque “um perigo o estava rondando, uma coisa invisível que sua sensibilidade detectava, algo insidioso, traiçoeiro, que já estava ali e se preparava

para golpear. Ele estava suando, tremendo como uma vara verde” (LLOSA, 2011, p. 316). Talvez, aqui, os pássaros representem tudo aquilo que Casement gostaria de poder ter forças para fazer ou transformar – e o perigo, pronto para lhe golpear, a sua própria morte (a cada momento mais passível de ser premeditada).

Quando está no Peru, o dono da principal companhia seringueira da região argumenta que os “selvagens” são muito primitivos, alguns canibais, e que nada neles é cristão ou humano: “Nós devemos deixar que eles afoguem as crianças que nascem com deformidades? Um lábio leporino, por exemplo. Não, porque o infanticídio também não é cristão, certo?” (LLOSA, 2011, p. 152). Aqui, o senhor Arana nos lembra o quanto é comum que comportamentos específicos de algumas culturas aborígenes sirvam de justificativa para o injustificável. Quando conhece o cônsul britânico, Casement chega a cogitar a possibilidade de ter nele um aliado. Porém, ele percebe que se equivoca: o cônsul, inclusive, argumenta a favor do roubo e venda de criados para benefício dos europeus. “Seria mil vezes pior que crescessem nas tribos, comendo piolhos, morrendo de febres terçãs e de qualquer peste antes e fazer dez anos” (LLOSA, 2011, p. 179). Sobre os “funcionários” do próprio cônsul, Casement o questiona: “Desculpe a impertinência, mas o senhor contratou ou comprou os quatro criados que tem?’ Herdei.’ Respondeu, secamente, o cônsul britânico. ‘Faziam parte da casa quando meu antecessor foi para a Inglaterra” (LLOSA, 2011, p. 178). Em conversa com padre Urrutia (este, sim, um aliado), Casement entende que os policiais e juizes nada fazem a esse respeito pois eles também têm seus escravos e escravas pessoais. Sobre as meninas, o padre acrescenta: “O que iriam fazer as autoridades com as meninas resgatadas? Ficar com elas ou vendê-las, é claro. Nem sempre às famílias. Às vezes aos prostíbulos, para fazer o que o senhor imagina” (LLOSA, 2011, p. 154).

O mito da fluidez pós-moderna, que muitas vezes é propagado por um discurso vazio e infrutífero, não permite mobilidade para meninas na situação elencada pelo padre: seus pais estão mortos, suas tribos não existem e elas estão estagnadas no vazio do ser e do não ser ao mesmo tempo. De acordo com Butler (1998, p. 213), uma real mobilidade só seria possível “se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos”. Longe de serem “sujeitos prontos”, as indígenas são levadas durante as chamadas correrias: ataques às aldeias para escravização de famílias inteiras (mais de meio século depois do fim da escravidão). Os homens são vendidos para as companhias de borracha, as mulheres e as meninas para as famílias de bem. “Todas têm uma, duas, cinco empregadinhas. Escravas, na realidade. Trabalhando dia e noite, dormindo com os animais, levando surras por qualquer motivo, além, claro, de servir para a iniciação sexual dos filhos da família” (LLOSA, 2011, p. 153). Casement fica impressionado por ver se repetir no Peru e no Brasil, muito daquilo que ele havia visto no Congo. Butler (1998, p. 213) alega que desconstruir identidade não é análogo a desconstruir a política; mesmo porque a própria ideia de desconstrução deveria estabelecer “como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando” (BUTLER, 1998, p. 213). Nesse sentido, para mulheres tão vulneráveis quanto essas indígenas, a premissa da fluidez inexistente – já que elas são impedidas de sequer sair do lugar.

“Por que esses indígenas não tentaram se rebelar?” Perguntou durante o jantar o botânico Walter Folk. E continuou. “É verdade que eles não têm armas de fogo. Mas são muitos, poderiam se revoltar e, mesmo

morrendo alguns, dominar seus carrascos pelo número.” Roger respondeu que não era tão simples. Eles não se rebelavam pelas mesmas razões que na África os congoleses tampouco o fizeram. Essas coisas só aconteciam excepcionalmente em casos localizados e esporádicos, atos de suicídio de um indivíduo ou de um pequeno grupo. Porque, quando o sistema de exploração era tão extremo, destruía os espíritos antes dos corpos. A violência de que eles eram vítimas aniquilava a sua vontade de resistência, o instinto de sobreviver, transformava os indígenas em autômatos paralisados pela confusão e pelo terror. Muitos não entendiam o que estava acontecendo como uma consequência da maldade de homens concretos e específicos, mas como um cataclismo mítico, uma maldição dos deuses, um castigo contra o qual não tinham escapatória. (LLOSA, 2011, p. 192)

Calejado pela realidade do Congo e da região amazônica brasileira e peruana, Casement mostra como os nativos colonizados e recolonizados foram tolhidos de energia vital: sem alma, não tinham razão para se revoltar. Como bem explica Agra (2013, p. 3), “com a passagem do tempo, os colonizados passam a acreditar que sua condição de subalternidade faz parte da ordem das coisas”. Assim, torna-se mais fácil de oprimilos – já que as ganas para resistir são, pouco a pouco, suprimidas pela humilhação que lhes é imposta. Ao pensar nessas inocentes meninas que sofrem ainda mais do que os meninos enviados aos seringais, Casement se enoja. Arrancadas de sua cultura, tribo, famílias, elas passariam a vida “varrendo, esfregando, cozinhando, limpando latrinas, lavando roupa suja, xingadas, espancadas, estupradas pelo patrão ou pelos filhos do patrão. A mesma história de sempre. A história que não acaba nunca” (LLOSA, 2011, p. 156). Os corpos de mulheres exploradas, em todos os sentidos, vão se multiplicando na memória de Casement. Butler (1998, p. 79) defende a construção de um conceito unificado de mulher: se a experiência feminina é mundialmente uma experiência de exploração e humilhação, inviabilizar essa universalidade em prol de identitarismos relativistas configura em um obstáculo ontológico para as lutas por igualdade de

gênero. “Quem constitui o ‘quem’, o sujeito para o qual o feminismo busca uma libertação? Se não existe sujeito, a quem vamos emancipar?”

Não existe sujeito se, essencialmente, não existe humanidade. Objetificadas, as escravas domésticas que Casement encontra são, também, constantemente trocadas: “Com esse clima, as mulheres se gastam muito rápido; é preciso renovar o tempo todo, como a roupa” (LLOSA, 2011, p. 194). A fala do barbadiano Frederick Bishop reitera essa objetificação. Enfiados nas florestas, os homens indígenas são forçados a deixar suas mulheres e filhos com os brancos. O trabalho doméstico era o mínimo: o estupro e a pedofilia eram acontecimentos comuns. Quando os homens voltavam, se não traziam a cota mínima de borracha (pesada em balanças adulteradas), eram penalizados com mutilações ou com a morte – sua e/ou de seus entes. Em um espaço de três meses, a borracha estaria pronta para ser exportada: como se a narrativa que acabo de descrever se tratasse tão apenas de um simples negócio. De camarote, Casement assiste a tudo com a “sensação desesperadora de estar pisando em areias movediças, andando num chão lodoso que o engolia e onde seus esforços só serviam para afundá-lo ainda mais naquela matéria viscosa que terminaria por degluti-lo” (LLOSA, 2011, p. 263). Em um dado momento, Casement fantasia sobre a implosão daquele sistema. Ele imagina a floresta amazônica cobrindo toda a sujeira do homem branco com seus cipós, arbustos, selvas; e ele imagina os gritos das meninas sendo substituído pelo canto dos pássaros. As tempestades, em poucos anos, lavariam aquele passado de cobiça e crueldade branca e “a madeira das construções iria apodrecendo por causa das chuvas e as casas, caindo com suas madeiras devoradas pelas térmitas” (LLOSA, 2011, p. 292).

Imperialista reformado, Casement se despe da falácia do progresso e da salvação;

e passa a questionar profundamente aqueles que, antigamente, eram seus ídolos e aliados. O crescimento exponencial de seu desgosto com relação ao Reino Unido é proporcional à sua batalha para a separação e independência total da Irlanda – também explorada pelos interesses londrinos. Uma vez seu melhor amigo no Congo, a personagem Herbert se cansa desse discurso – e argumenta que Casement deveria ter vergonha de cuspir no prato de onde comia, depois tantas condecorações e de ter servido por tantos anos ao império. “Isso não significa nada para você?”, disse Herbert. ‘Eu deveria me tornar colonialista, como forma de agradecimento?’, perguntou Casement. ‘Deveria aceitar para a Irlanda o que nós recusamos para o Congo?’” (LLOSA, 2011, p. 332). Herbert tenta invalidar sua analogia, expondo as ciclópicas diferenças entre o Congo e a Irlanda, a que Casement responde: “Os métodos da colonização são mais refinados na Europa, Herbert, mas não menos cruéis” (LLOSA, 2011, p. 332). Um crescente incômodo para a coroa britânica, Roger cometeria um erro de proporções fenomenais: durante a Primeira Guerra Mundial, ele procura, na Alemanha, um possível patrocínio para compra de armas em prol daquilo que seria a Revolta da Páscoa (1916) – uma primeira tentativa dos irlandeses de conquistar a independência (porém, suprimida em menos de uma semana pelos ingleses), e que eventualmente culminaria na Guerra de Independência da Irlanda, três anos depois disso. Ingênuo, já que os alemães nunca se importariam com a agenda irlandesa, Casement não percebe que o pior que poderia acontecer não era apenas a aliança não dar certo: mas, sim, entregar de mãos beijadas uma inegável justificativa para a sua perseguição por parte da coroa.

Precisamente, em três de agosto de 1916, ele é executado, como ocorre também com os outros líderes da Revolta da Páscoa. Porém, para justificar a execução de um diplomata que por tantos anos

havia servido ao Império Britânico, sua associação (ainda que nula) com os alemães dá a ele a sentença de traidor da pátria. Para os separatistas irlandeses, entretanto, essa desculpa não seria suficiente. Por isso, temendo que o enforcamento de Casement incendiaria ainda mais os separatistas irlandeses, o governo britânico empreende paralelamente um plano para sua difamação. Ciente de que a ala mais patriota da Irlanda sempre foi também a mais reacionária (por ser amplamente formada por católicos fervorosos que se revoltam contra a imposição do anglicanismo e o rompimento com Vaticano), a coroa se beneficia desse conservadorismo. Homossexual, Casement não tardaria a ser pintado como um sujeito depravado – ainda mais contando com os seus diários, onde ele mesmo confessara todos os seus “pecados”. Seu descuido com esse documento tão derogatório é descrito pelo narrador como “uma negligência que seria muito bem-aproveitada pelo Império e que abraçaria por muito tempo a verdade da sua vida, do seu comportamento político e até da sua morte” (LLOSA, 2011, p. 315). Publicado postumamente por Jeffrey Dugdeon, em 2016, os escritos de Casement utilizados para difamá-lo estão hoje disponíveis para quem tiver o interesse de ler. Escrever era a maneira em Casement encontrava para viver aquilo que não poderia fora das páginas do diário. Ele, mesmo, extremamente religioso, tinha ciência de que o seu “Eu” público precisava manter aquele seu “Outro”, privado, o mais silenciado quanto fosse possível – escondido nas ruínas daquela identidade que ele construía para ele, mas que, pouco a pouco, desabava.

Quando discute essa alteridade da identidade homossexual, Silva (2017, p. 7) postula que “o Outro, que aqui é o homossexual, precisa decifrar essas ruínas para (re)construir seus próprios modos de ser que não são representados hegemonicamente”. Desde sua infância (ao perceber que apreciava mais os corpos dos homens

do que aquele das mulheres), o puritanismo e moralismo inglês foi capaz de reprimir, na figura de seus rígidos familiares, os reais desejos de Casement. Ele, por sua vez, não busca se libertar, por ser também “fiel a um meio em que a simples suspeita de atração sexual entre pessoas do mesmo sexo era considerada uma aberração abominável, corretamente condenada pela lei e pela religião como delito e pecado” (LLOSA, 2011, p. 242). Seu interesse pela fotografia em muito se relacionava a isso; pois permitia que ele admirasse, ainda que a uma certa distância os “corpos masculinos esbeltos e bonitos que o atraíam, enganado a si mesmo com a desculpa de que essa atração era apenas estética” (LLOSA, 2011, p. 242). Sua primeira relação sexual mais concreta, segundo a narradora, acontece com um congolense durante sua viagem para a África, quando ele já tem cerca de trinta anos de idade. Seu remorso é grande, bem como sua vontade de “se corrigir”: “Pela sua honra, pela memória da sua mãe, pela sua religião, aquilo não ia se repetir” (LLOSA, 2011, p. 243). Evidentemente, tendo vivido sua primeira experiência, ele não cumpre com essa promessa: e segue usufruindo de relações homossexuais, ainda que sempre sem compromisso e, na maior parte das vezes, contratando esse tipo de serviço:

Muitos amantes eventuais – dezenas, talvez centenas. Nem uma só relação de amor. Sexo puro, apressado e animal. Por isso, quando fazia um balanço da sua vida sexual e sentimental, Roger pensava que tinha sido tardia e austera, feita de aventuras esporádicas e sempre velozes, tão passageiras, tão sem conseqüências como aquela do arroio com cachoeiras e poços nos arredores daquilo que ainda era um acampamento meio perdido em algum lugar do Baixo Congo chamado Boma. Foi tomado pela tristeza profunda que quase sempre se seguia aos seus furtivos encontros amorosos, geralmente ao ar livre, como o primeiro, com homens e rapazes frequentemente estrangeiros cujos nomes ignorava ou esquecia na mesma hora. Eram momentos efêmeros de prazer, nada que pudesse ser comparado com uma relação estável, desenvolvida ao longo de meses e anos, em que foram se somando à paixão coisas como compreensão, cumplicidade, amizade, diálogo e solidariedade, a relação

que ele sempre tinha invejado entre Herbert e Sarita Ward. Este era mais um dos grandes vazios, das grandes nostalgias da sua vida. (LLOSA, 2011, p. 245)

O esquecimento dos nomes desses amantes eventuais, faz parte do projeto de não viver realmente uma história de amor – e, sim, apenas saciar uma necessidade, como se alimentar ou dormir. Reprimindo sua real identidade, Casement opta por esses momentos efêmeros de prazer porque uma relação estável entre dois homens, levando em conta sua religiosidade e seu contexto espaço-temporal, não seria possível. É precisamente isso que ele inveja ao ver um casal heterossexual; e é precisamente isso que ele não consegue ver em uma relação homoafetiva. É inegável que a postura de Casement, bem como de muitas outras figuras históricas acuadas por uma tradição amplamente reacionária, acaba por contribuir consideravelmente para a manutenção de uma impressão muito equivocada: a de que certas figuras não “existiram” no passado, quando, no caso, elas existiram de uma maneira silenciada (existiram pela metade). Isso também ocorre com mulheres, negros, transexuais, nativos e muitos outros sujeitos rechaçados pela narrativa mestre. “Essa leitura permite retraçar a história submersa dos oprimidos e sua presença no mundo. É, portanto, por um ato do leitor, de sua responsabilidade com o literário também, onde se desenterra e se desenha a história daqueles que não têm história” (SILVA, 2017, p. 7). Seria ingênuo pensar que recontar a história de Casement na forma de ficção resolveria todos os problemas com a sua imagem. Assim, Silva (2017, p. 7) conclui seu argumento dizendo que “o texto literário ajuda apenas a recompor uma história que, por isso, sempre terá as feições de uma ruína. Sempre inacabada, perene e perecível”.

Em ruínas, a identidade de Casement só se liberta em pensamentos, sonhos e, como posto, nas entradas em seu diário: “Na manhã seguinte,

enquanto tomava o café da manhã, abriu seu diário e, escrevendo devagar e com uma letra apertada, fez amor com Miguel várias vezes” (LLOSA, 2011, p. 327). Casement admira e se interessa por muitos homens diferentes que encontra, como o próprio Miguel – mas a forma de interação possível com eles reside apenas dentro das fronteiras bem demarcadas de sua imaginação. De acordo com Witt (2012, p. 62), “em sonhos, portanto, ele tem uma experiência homossexual, afastando-se assim do cenário das investigações e realizando aquilo que na vida real estava impossibilitado de fazer”. A “escolha” de Casement, entre aspas, acaba servindo como única via para muitos sujeitos que não se enquadram na narrativa heterossexual; isto porque a identidade sexual não se desvela na superfície do corpo (como ocorre com a cor de pele). Não sendo um povo, muito menos grupo étnico, os homossexuais “podem viver sem jamais sofrerem qualquer tipo de opressão, desde que anulem a expressão de suas sexualidades e é a maneira com que lidam com esta situação que em parte define suas subjetividades” (SILVA, 2017, p. 5). Em todas as classes, em todos os gêneros e em todos os lugares e momentos da história existem e existiram homossexuais. “Os graus de opressão a que são submetidos podem variar dependendo desses fatores e da exposição que fazem de si mesmos. Essa problemática enraíza suas próprias identidades, frequentemente sujeitas à contestação ontológica” (SILVA, 2017, p. 5). No frígir dos ovos, então, Casement se esconde pelo simples motivo que ele pode.

A sensibilidade de quem reside no entrelugar, de quem não se encaixa na maneira de ser das coisas, pode ter contribuído para que Casement olhasse tudo ao seu redor com o olhar crítico de alguém que está sempre pronto para questionar – muitas vezes mesmo os paradigmas mais inquestionáveis de sua geração. Com sucesso, a narradora renegocia a história de Casement – construindo um sujeito confuso, perdido e, principalmente,

fronteiriço: o arquétipo do entrelugar da tradução. “O entrelugar é o que permite que comecemos a questionar histórias antinacionalistas acerca dos povos. Nesse terceiro espaço, passa a ser possível desviar de políticas polarizantes e ressurgir como os outros de nós mesmos” (BHABHA, 1994, p. 39). O outro de si mesmo, Casement se transforma e tenta transformar sua realidade e aquela de sua nação. Tanto não consegue como é humilhado no processo e, após sua morte, tudo aquilo que ele reprime é escancarado da pior forma possível. Isso porque, dentre outras coisas, há uma autorização judicial para que o médico legista Percy Normal, depois da execução de Casement, lhe examine o ânus de modo a “confirmar” sua perversão sexual. “O ânus revelava uma clara dilatação, assim como a parte inferior do intestino, até onde alcançavam os dedos de sua mão. O médico concluiu que sua exploração confirmava as práticas a que o executado aparentemente era inclinado” (LLOSA, 2011, p. 375). A “condição” física em que o ânus de Casement estaria interessava muito pouco para as autoridades britânicas – é na humilhação de seus feitos que mora o ingrediente secreto de seu apagamento histórico:

Levou um bom tempo até que ele fosse admitido no panteão de heróis da independência da Irlanda. A tortuosa campanha orquestrada pela inteligência britânica para desmoralizá-lo, utilizando fragmentos dos seus diários, foi bem-sucedida. Nem mesmo hoje está totalmente dissipada: uma auréola sombria de homossexualismo [sic.] e pedofilia acompanhou sua imagem ao longo de todo o século XX, o nome e as façanhas e penúrias de Roger Casement ficaram confinados em ensaios políticos, artigos jornalísticos e biografias de historiadores, muitos deles ingleses. (LLOSA, 2011, p. 384)

No Brasil, no Peru, ou no próprio Reino Unido, Roger Casement segue a patinar na periferia da história do ocidente. A República

da Irlanda e a Irlanda do Norte são os dois países que, evidentemente, mais fazem jus a sua participação histórica, apesar de seu clarividente conservadorismo. A obra fictícia de Llosa (2011) nos coloca em diálogo com essa emblemática figura; e amplia os horizontes dos leitores para outras narrativas históricas que não apenas a mestra. Os documentos históricos se pautam e uma série de necessárias exigências; o potencial da literatura se dá pelo fato de ela “não seguir essas mesmas exigências, proporcionado pelo poder subversivo da linguagem em que se articula, desafiando, ao mesmo tempo em que consola, os ideais regulatórios da sociedade” (SILVA, 2017, p. 6). Nisso, a literatura nos ajuda a olhar para grandes homens do nosso passado não como estatuetas preciosas, arquétipos idealizados do herói trágico, mas sim apenas como homens e mulheres – por vezes covardes, equivocados, estúpidos. Casement é “feito de contradições e contrastes, fraquezas e grandezas, já que um homem [...] é muitos homens, o que quer dizer que anjos e demônios se misturam na sua personalidade de forma inextricável” (LLOSA, 2011, p. 386). Anjos e demônios se misturam de tal modo na personalidade do herói histórico que o passado imperialista de Casement precisa ser relativizado. Afinal, como Agra (2013, p. 4) postula, “não se pode simplesmente estabelecer uma luta binária entre colonizado versus colonizador”.

O próprio escritor Mário Vargas Llosa consiste, ele mesmo, numa figura bastante polêmica. Ainda que aqui ele dê voz, através de seu romance histórico, ao revolucionário Roger Casement; ao longo de sua vida, por vezes o escritor se comporta como colonizado e por vezes como colonizador. Migrando da esquerda para a direita, do Peru para a Espanha, e demonstrando apoio por sujeitos que antes foram seus rivais (e muitas vezes deveriam seguir sendo), aqui autor e objeto se misturam – evidenciando que a nossa história pode ser bem mais bagunçada do que imaginávamos. “Seria

assim toda a história? Aquela que se aprendia no colégio? A história escrita pelos historiadores? Uma construção mais ou menos idílica, racional e coerente do que na realidade nua e crua foi uma caótica e arbitrária mistura de planos” (LLOSA, 2011, p. 114). Desse imbróglio de interesses, acasos e intrigas brota uma narrativa sustentada pela sua unilateralidade e objetividade – mas que, na verdade, se estrutura sobre um frágil cenário de cristal. A ideia de revisitar, “retraduzindo” a história de Casement, se encaixa no projeto revisionista do pós-colonialismo. De acordo com Niranjana (1992, p. 31, tradução minha) “a demanda pós-colonial da retradução é coerente com a necessidade de uma história reescrita. Reescrever é um ato que se baseia na leitura, sendo que a tradução, dentro de um contexto pós-colonial, configura [...] ‘citação’ e não o ‘total esquecimento’”. Essa retradução enquanto conceito, portanto, emerge do argumento de que “mais do que simplesmente idealizar uma ruptura com o passado, há, aqui, a defesa pela reescritura radical dele” (NIRANJANA, 1992, p. 32, tradução minha).

Quando o Outro deixa de ser visto como o meu contrário (a oposição ao “Eu”), ele passa a ser reinterpretado como parte formadora do ser – como um “avesso de mentirinha”, algo que eu preciso ser em negação, para que também possa ser positivamente. A volição de Casement para reorganizar a barbárie do mundo, levando o progresso, e purificar os nativos, em sua fase mais imperialista, pode ser interpretada como um indicativo de sua própria condição como um patriota despatriado e um ser sexual que deseja o absurdo. Sua obsessão pela ordem do mundo, talvez, seja um sinal que, dentro dele, tudo estava fora de ordem. O Outro, de Casement, que antes serviu para a reafirmação de si, passa então a dominá-lo: ele se torna inimigo de si mesmo – e do império que antes representava. A recondução histórica desse personagem para novos leitores através de

uma obra de ficção, portanto, é efetivamente levada a cabo. Mesmo porque, como coloca Neneve (2003, p. 164, tradução minha): “Problematizando essa construção fixa do espaço e da linguagem, a literatura vem provocar uma tensão entre, de um lado, a cultura imposta e internalizada e do outro a resistência”. Neste entrelugar da tensão entre aquilo que lhe foi imposto e sua necessidade de, eventualmente, resistir, Roger Casement vive o pesadelo de sonhar com um mundo diferente. No Congo, no Peru e no Brasil, ele percebe que a corrupção do Império ganha força – espalhando seus tentáculos por onde passa. Aquilo que Casement fez pode parecer pouco, mas seus relatórios sobre os direitos humanos escancararam as crueldades que por muito tempo o império britânico jogava para debaixo do tapete; ademais, seus esforços pela independência da Irlanda em poucos anos gerariam frutos: a independência da República da Irlanda. Talvez, a questão mais incômoda acerca de Casement que gostaria de deixar ao final dessa análise é a ciência de que, caso não fosse homossexual, a história muito provavelmente teria sido consideravelmente menos ingrata com ele.

3. Considerações finais

Percebe-se que a literatura funciona nesse caso como um substituto para a história desses sujeitos. É um dispositivo testemunhal, mas não jurídico, dessa experiência. A autoridade sagrada do literário precisa então ser profanada a fim de se reconhecer que ela supostamente existe a favor da norma, não sendo jamais descompromissada nem ausente do mundo – é um ato de ficção que é um ato performativo. (SILVA, 2017, p. 6)

Roger Casement, protagonista do romance *O sonho do celta* (LLOSA, 2011), é uma personagem baseada em uma figura histórica que existiu e que lutou muito pelos seus ideais – que se transformaram, eles mesmos, ao longo do tempo

em que esse homem viveu. Dos documentos históricos, entretanto, ele foi excluído, recusado, rejeitado; Casement segue sendo lembrado, mas a cortina de esquecimento que vela sua memória se escancara para outras figuras, menos incômodas para os valores e paradigmas ocidentais. O romance, aqui, substitui sua história; sua personagem é uma representação holográfica de quem ele “poderia ser” caso fosse lembrado; e, seus inflamados discursos, o dispositivo testemunhal ao qual tão pouco acesso ele teve enquanto era vivo. Quantos Roger Casement existiram na história ocidental? Quantos sujeitos que, no movimento de oposição que fizeram com relação às autoridades, foram descreditados, desmoralizados, e efetivamente destituídos do papel que tiveram? Papéis que, como no caso de Casement, lhes foram atribuídos pelas próprias autoridades que lhes trairia posteriormente?

É difícil hipotetizar acerca daquilo que não vemos; mas não é inimaginável que muitos sujeitos como Casement tenham vivido e desaparecido. Ademais, sujeitos que se rebelam e que carregam no corpo uma identidade periférica podem ser invisibilizados com uma tranquilidade ainda maior por parte de seus opressores. Gays, transexuais, negros, aborígenes, mulheres dentre tantos outros grupos e subgrupos, por já não se encaixarem na narrativa mestre, precisam de uma dedicação especial do tempo para ser lembrados. Mas o tempo passou; e Roger Casement permanece – um dia, talvez, a lembrança dele seja maior do que a lembrança de outras figuras históricas mais hegemônicas do que ele (essas, sim, a meu ver dignas de esquecimento).

Quem traduz, se inspira num original para reescrever uma certa história aos seus novos leitores. O autor do romance cuja narrativa se inspira na história de outrem, desse modo, pode, também, performar como uma espécie de tradutor. É como se houvesse um vácuo, um abismo, entre aquilo que

Roger Casement foi e aquilo que nos foi permitido saber acerca dele. A arte e a tradução, aqui, podem ser compreendidas como dois elementos que se aliam nessa recriação de uma memória fictícia – porém, nem por isso, menos relevantes do que a memória “real” (e inacessível). O Roger Casement de *O sonho do celta* (LLOSA, 2011) não é um personagem real; e, mesmo que o livro fosse uma biografia ou autobiografia, tampouco seria este o caso. A partir do momento em que um sujeito deixa de ser, aquilo que permanece são os fantasmas de si mesmo – que se mantêm operantes no mundo através de seus feitos, seus textos, aquilo que se diz ou se escreve sobre ele enquanto era vivo e aquilo que se diz ou se escreve sobre ele depois de morto.

Homenageado por Vargas Llosa (2011), Roger Casement é convidado a revisitar olhares de leitores contemporâneos; leitores que podem se interessar por sua história tanto quanto eu me interessei ao propor essa breve reflexão. Frente ao silêncio e ao apagamento dos silenciados, a tradução e a literatura (assim como a arte de forma geral) batem, às vezes juntas, de frente contra as narrativas mestras sobre o nosso passado – e sobre aquela que, por vezes sem perceber, podemos julgar ser nossa memória universal. *O sonho do celta* (LLOSA, 2011) é uma oportunidade de repensarmos em quem são os nossos heróis e a razão disso. Será que lembramos de quem deveríamos lembrar? Ou será que, geração após geração, é precisamente destes que temos esquecido?

Referências

- AGRA, Klondy. A Teoria Pós-Colonial na Tradução: Caminhos à Descolonização Através da Arte e Educação, **Biblioteca online de ciências da comunicação**, 2013, pp. 1-10
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**, Tradução: Ávila, M.; Reis, E. & Gonçalves, G. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- DUDGEON, Jeffrey. Roger Casement: The Black Diaries - with a study of his background, sexuality, and Irish political life. Belfast: Belfast Press, 2016.
- LLOSA, Mario Vargas. **O Sonho do Celta**. Tradução: Paulina Watch e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- NENEVÉ, Miguel. Translating back P.K. Page's Work, Some Comments on the Translation of Brazilian Journal into Portuguese, in: **Interfaces Brasil/Candá**, vol.1, no3. Belo Horizonte, 2003.
- NIRANJANA, Tejaswini. **Siting Translation: History, Post-Structuralism & Colonial History**: Post-structuralism and the Colonial Context. California: University of California Press, 1992
- SILVA, Leandro Soares. “Literatura, homossexualidade e o direito à história”. **Anais do V Seminário internacional: Enlaçando Sexualidades (10 anos)**. 2017. pp. 1-11

Submissão: fevereiro de 2022.

Aceite: maio de 2022.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Beatriz Rocha de Oliveira¹
Edvania Gomes da Silva²

Resumo: Neste artigo, apresentamos um recorte de uma pesquisa mais ampla, que teve como objeto de investigação as eleições para presidente da República, realizadas no ano de 2018, no Brasil. Com o objetivo de indicar de que modo essas eleições configuraram-se como um acontecimento discursivo, analisamos publicações feitas no *Twitter* pelos candidatos e trechos de reportagens, que tratam de diferentes aspectos da disputa e foram veiculados na mídia digital. A análise dos dados foi feita com base no arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso. Os resultados indicam que as eleições presidenciais de 2018 podem ser caracterizadas como um acontecimento discursivo por dois motivos principais: i) inscrevem-se em uma rede de memória, que se vincula a acontecimentos que antecederam o pleito; e, ao mesmo tempo, ii) instauram um efeito de novidade.

Palavras-chave: Discurso. Memória. Mídia. Política.

2018 PRESIDENTIAL ELECTIONS: A DISCURSIVE EVENT

Abstract: In this article, we present an excerpt from a broader research, which had as its object of investigation the 2018 Brazilian presidential election campaign. In order to indicate how this election is configured as a discursive event, we analyzed publications made on Twitter by the candidates and excerpts from news that covered different aspects of the dispute and were published in digital media. We based our data analysis on the theoretical-analytical framework of the French School of Discourse Analysis. The results indicate that the 2018 presidential election can be characterized as a discursive event for two main reasons: i) it is inscribed in a memory network, which is linked to events that preceded the election; and, at the same time, ii) it establishes a novelty effect.

Keywords: Discourse. Memory. Media. Politics.

¹ Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: beatrizrocha02@gmail.com

² Doutorado e pós-doutorado em Linguística (UNICAMP) e docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edvaniagsilva@gmail.com>

Considerações iniciais

Para elaborar esse artigo, partimos da premissa de que as eleições para Presidente da República, ocorridas no Brasil em 2018, são um acontecimento histórico, o qual, de acordo com Pêcheux, funciona como “um elemento histórico descontínuo e exterior” (1983b, p. 49). Realizadas em um momento de crise política e de representatividade, as primeiras eleições presidenciais após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), o qual marcou o fim de um ciclo de treze (13) anos consecutivos de governos petistas no poder executivo do Brasil, foram marcadas por mudanças significativas no contexto socioeconômico e político do país.

Como acontecimento histórico, essas eleições podem ser descritas e ter os fatos a elas relacionados narrados de forma linear, mas, se pensadas na ordem do simbólico, numa perspectiva discursiva, é possível analisar as relações de poder que se estabeleceram, os jogos ideológicos, enfim, os sentidos que foram constituídos ao longo do processo eleitoral. Nessa perspectiva, objetivamos indicar, a partir da análise discursiva de materialidades que circularam durante a campanha eleitoral dos presidenciáveis, em que medida as eleições presidenciais de 2018 configuraram-se como acontecimento discursivo.

Consideramos que uma parte significativa da campanha eleitoral de 2018 foi realizada nas redes sociais, por meio das quais os candidatos puderam interagir de uma maneira mais dinâmica com os eleitores, e, também, com os adversários, produzindo, assim, uma vasta materialidade significativa passível de análise. Compreendemos, ainda, conforme Fonseca-Silva (2009), que as atividades políticas se realizam na dimensão pública instituída pela rede de mídias, em diferentes ambientes midiáticos, os quais se constituem como lugares de memória discursiva. Considerando que,

na perspectiva da Análise de Discurso, o simbólico investe os lugares de memória, a autora afirma que “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 19).

Nessa perspectiva, optamos por analisar, além das publicações dos candidatos nas redes sociais, reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais de 2018, para identificarmos o funcionamento de regularidades discursivas mesmo em ambientes midiáticos diferentes, a fim de circunscrever melhor o acontecimento discursivo. A pesquisa que originou este trabalho teve como objetivo investigar como se constituiu a relação entre o discurso político e o discurso religioso na campanha eleitoral 2018, considerando as campanhas dos candidatos José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Para a discussão proposta, neste artigo, no que diz respeito ao material de campanha dos candidatos, fizemos um recorte e analisamos as materialidades linguísticas que compõem as publicações feitas na rede social *Twitter* pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que disputaram o segundo turno das eleições. Defendemos a hipótese de que, nas formulações linguísticas que compõem o material de campanha desses candidatos e nas reportagens referentes às eleições veiculadas na mídia digital, há um encontro entre atualidade e memória que vincula as eleições presidenciais de 2018 a acontecimentos que a antecederam, ao mesmo tempo que instaura um efeito de ineditismo, indicando que essas eleições se constituem como um acontecimento discursivo.

Nas análises, recorreremos ao arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente, aos conceitos de discurso, acontecimento discursivo e memória. Nos próximos tópicos: i) descrevemos a campanha eleitoral para presidente do ano de 2018, destacando

os principais fatos ocorridos; ii) discorreremos sobre os conceitos operacionais mobilizados; e iii) apresentamos os resultados das análises.

O acontecimento histórico

As primeiras eleições presidenciais no Brasil realizadas após o impeachment da última presidenta eleita tiveram o maior número de registros de candidaturas desde as eleições de 1989 e foram marcadas por diversas questões que a diferenciam dos pleitos anteriores.

O primeiro ponto de destaque das referidas eleições foi a indefinição na composição das chapas que concorreriam ao pleito, pois, às vésperas do prazo final para a realização das convenções nacionais, a maioria dos candidatos à presidência ainda não havia definido quem seriam os candidatos à vice-presidência. Até o dia 15 de agosto de 2018, prazo final para o registro oficial das candidaturas, estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram oficializadas treze (13) candidaturas presidenciais. As convenções partidárias escolheram os(as) seguintes candidatos(as) à presidência e à vice-presidência, respectivamente: Álvaro Dias (PODE) e Paulo Rabelo (PSDC); Cabo Daciolo (PATRIOTA) e Suelene Balduino (PATRIOTA); Ciro Gomes (PDT) e Kátia Abreu (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB) e Ana Amélia Lemos (PP); Guilherme Boulos (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL); Henrique Meirelles (MDB) e Germano Rigotto (MDB); Jair Bolsonaro (PSL) e Hamilton Mourão (PRTB); João Amoêdo (NOVO) e Christian Lohbauer (NOVO); João Goulart Filho (PPL) e Léo Alves (PPL); José Maria Eymael (DC) e Helvio Costa (DC); Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Haddad (PT); Marina Silva (REDE) e Eduardo Jorge (PV); Vera Lúcia (PSTU) e Hertz Dias (PSTU).

Essa configuração mudou em 31 de agosto de 2018, quando a candidatura de Lula foi

impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa, tendo em vista que o candidato havia sido condenado em segunda instância no âmbito da Operação Lava Jato. O PT, então, no último dia do prazo estipulado pelo TSE (11 de setembro) indicou Fernando Haddad (PT) para concorrer ao cargo, tendo como vice a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB).

A campanha eleitoral oficial, que ocorreu no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018, seguiu as novas regras eleitorais estipuladas na reforma política aprovada em outubro de 2017. Dentre essas regras, citamos o estabelecimento de um teto de gastos, a redução do tempo de campanha e a criação de um fundo eleitoral. Além disso, a Justiça Eleitoral regulamentou a campanha nas redes sociais, permitindo aos candidatos o recebimento de doações por meio de “vaquinhas virtuais” e o pagamento para impulsionar conteúdos nas redes sociais. Foram, então, as primeiras eleições presidenciais financiadas exclusivamente com recursos públicos e com doações de pessoa física³.

Diante dessas mudanças no cenário eleitoral, os candidatos utilizaram a internet e, principalmente, as redes sociais e o Whatsapp como principais ferramentas de campanha. O uso das tecnologias eleitorais já vinha sendo adotado em eleições anteriores, conforme afirmam Braga e Carlomagno (2018), que fizeram uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais pelas tecnologias digitais. Para os autores, as últimas campanhas eleitorais, no Brasil, se caracterizaram pelo uso e pela incorporação maciça da internet e das redes sociais, sendo que as eleições de 2014 e de 2016 consolidaram essa tendência, quando todos os candidatos aos cargos majoritários utilizaram algum tipo de mídia digital. Segundo o estudo realizado por esses autores, as redes sociais Twitter

³ Informação obtida em <https://cutt.ly/Wf31G4g>. Acesso em 03/03/2020.

e Facebook podem ser consideradas um divisor de águas nos padrões de interação entre políticos e cidadãos, tendo em vista que tais ferramentas universalizaram o uso do meio digital como recurso de campanha (BRAGA & CARLOMAGNO, 2018, p. 40).

Segundo dados de pesquisa domiciliar realizada pelo IBGE (PNAD Contínua TIC 2017), o percentual de domicílios que usavam a internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, assim como o percentual de pessoas que acessaram à Internet através do celular aumentou de 94,6% para 97,0% neste mesmo intervalo de tempo⁴. Nesse contexto de ampliação do uso da internet no Brasil, segundo Silva e Kerbauy (2019), “o uso das redes sociais passou a ter importância nas estratégias de campanhas, especialmente dos candidatos com pouco tempo no horário eleitoral” (SILVA e KERBAUY, 2019, p. 128). Para as autoras, as eleições de 2018 foram as mais digitais da história política brasileira. Elas defendem que redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram são uma espécie de extensão da campanha realizada “corpo a corpo” na conquista de eleitores, tendo em vista que, diferentemente dos meios de comunicação em massa, trabalham com círculos, na medida em que estabelecem uma interconexão entre perfis (SILVA e KERBAUY, 2019, p.129).

Além das redes sociais, o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp teve papel de destaque nas eleições de 2018, sendo considerado um dos principais meios de divulgação de material de campanha, assim como de notícias falsas. Segundo Petrola (2019), “se, por um lado, as redes sociais e aplicativos de mensagens favorecem o surgimento de jornalismo alternativo à grande mídia, também favorecem a difusão de boatos, desinformação e conteúdos extremistas” (PETROLA, 2019, p.114). Para o autor, as chamadas fake news são criadas,

frequentemente, visando ao lucro por meio da geração de cliques para os conteúdos disseminados, assim como podem ter motivação ideológica, visando à influência na opinião do eleitor em relação a determinado candidato. Ainda segundo Petrola (2019), a disseminação de fake news ocorre “como forma de demonstrar adesão ou repúdio a certas plataformas ideológicas, que se transformam em signos identitários” (PETROLA, 2019, p.120). O autor defende que, nas eleições de 2018, essas fake news estiveram associadas à polarização ideológica entre PT e PSL e giraram em torno de questões relacionadas à moral, valores religiosos, denúncias de fraudes, corrupção, ideologia de gênero, dentre outras questões.

Esse fenômeno das fake news resultou em um escândalo de corrupção, durante a campanha eleitoral, envolvendo o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que foi acusado de receber doações de empresas que teriam comprado pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp⁵. O caso levou à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, que teve como objetivo investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, com possível interferência no processo eleitoral. Essa comissão está em funcionamento, tinha previsão de conclusão dos trabalhos até o final de outubro de 2020, porém a contagem de prazo foi suspensa em março de 2020 devido à pandemia do novo coronavírus⁶.

Ao final da campanha eleitoral, referente ao primeiro turno das eleições, o Instituto Datafolha realizou pesquisa segundo a qual 68% dos eleitores disseram ter alguma conta em rede social e 66% disseram utilizar o aplicativo WhatsApp. Considerando os candidatos mais bem colocados, a

⁴ Informação obtida em: <<https://bit.ly/2RIBAT1>>. Acesso em: 02/03/2020.

⁵ Informação obtida em: <https://cutt.ly/9f31JKB>. Acesso em 02/03/2020.

⁶ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Cgsafg4>. Acesso em: 13/10/2020.

pesquisa identificou que, dos eleitores do candidato Jair Bolsonaro, 81% eram usuários de alguma rede social, contra 59% dos eleitores do candidato Fernando Haddad e 72% dos eleitores do candidato Ciro Gomes. A pesquisa também indicou que estão entre os eleitores de Jair Bolsonaro os maiores índices daqueles que se informam e compartilham notícias sobre política pelo WhatsApp (57%) e pelo Facebook (61%)⁷.

As redes sociais foram as ferramentas de campanha mais utilizadas pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL). Este, além de ter apenas oito segundos em cada bloco do horário eleitoral gratuito, foi impedido de fazer campanha nas ruas devido ao seu estado de saúde, após ter sofrido um atentado durante um ato de campanha, no dia 06 de setembro de 2018. Alegando o mesmo motivo (o atentado que sofreu), o candidato, que liderou as pesquisas de intenção de votos após a impugnação da candidatura de Lula, não participou dos debates televisivos. Nesse contexto, passou a se comunicar com seus eleitores apenas pelas redes sociais.

Essa campanha foi marcada, também, por uma série de protestos contrários e favoráveis ao candidato do PSL. Uma das manifestações que ganhou mais destaque e ocorreu em diversas regiões do Brasil e do mundo, no dia 29 de setembro de 2018, foi organizada por mulheres por meio das redes sociais. O movimento, que ficou conhecido como #EleNão, surgiu a partir de um grupo do Facebook denominado de “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e teve como objetivo protestar contra a candidatura à presidência da República do referido sujeito político. Esse movimento obteve visibilidade nas redes sociais por meio da formulação #EleNão, que circulou nas mídias sociais e nas ruas, produzindo sentidos.

Fonseca-Silva e Bittencourt (2019), a partir da análise discursiva de formulações linguísticas

e pictóricas que circularam nessa manifestação, identificaram dizeres que associam a imagem do sujeito político Bolsonaro a “uma posição-sujeito que marca o funcionamento discursivo de extrema-direita, caracterizado pela memória dos regimes autoritários e pelos efeitos-sentido de racismo, de machismo, de homofobia e de xenofobia” (FONSECA-SILVA; BITTENCOURT, 2019, p. 193). Além disso, as autoras apontam para um processo de desestruturação/reestruturação da formulação #EleNão, que se inscreve em outras posições-sujeito, produzindo sentidos de adesão e de rejeição ao candidato do PSL e a outros políticos na campanha eleitoral de 2018. Apesar de ter sido considerado o maior protesto já realizado por mulheres no Brasil e a maior manifestação contra um candidato durante uma campanha eleitoral, pesquisa realizada pelo DataFolha, após a data do protesto, apontou que o candidato Bolsonaro subiu de 28% para 32%, enquanto seu principal oponente, Fernando Haddad (PT), caiu de 22% para 21%. Essa pesquisa também indicava que, pela primeira vez, desde 1989, o PSDB não chegaria à disputa do segundo turno⁸, o que, de fato, aconteceu.

As eleições presidenciais de 2018 foram decididas em segundo turno entre os candidatos Fernando Haddad (PT), que obteve 44,87% dos votos válidos, e Jair Bolsonaro (PSL), que venceu com 55,13% dos votos válidos⁹. Durante o período de campanha eleitoral dos presidencialistas, circularam nos meios de comunicação e, principalmente, nas mídias sociais, diversas materialidades significantes referentes às candidaturas. Considerando que, conforme defende Pêcheux (1983b), as materialidades verbais e não verbais não são transparentes, mas opacas, por serem atravessadas por discursos, propomos analisar os materiais de campanha dos candidatos

⁸ Informação obtida em: <https://bit.ly/2VdWrbZ>. Acesso em: 03/03/2020.

⁹ Informação obtida em: <https://cutt.ly/df31ZIA>. Acesso em: 03/03/2020.

citados e reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais a fim de investigar em que medida as eleições presidenciais de 2018, para além de um acontecimento histórico, configuraram-se como acontecimento discursivo. A seguir, apresentamos os conceitos teóricos que nortearam as análises.

Apontamentos sobre discurso, acontecimento discursivo e memória

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Michel Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta a noção de discurso como estrutura e acontecimento a partir da análise do enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”], tal como este atravessou a França no dia 10 de maio de 1981 por ocasião da vitória de Francois Mitterand nas eleições presidenciais. Tal enunciado, segundo Pêcheux, é um acontecimento, pois funciona como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Esse enunciado, ainda segundo o autor, constitui uma retomada direta, no campo político, do grito coletivo de torcedores que festejam a vitória de suas equipes em estádios de futebol. Pêcheux defende que tal enunciado, no mundo esportivo, apresenta uma aparente univocidade lógica, ao passo que, no campo político, é profundamente opaco, pois:

/.../ sua materialidade léxico sintática [...] imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas [...], em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 23).

Desse modo, segundo o autor, a interpretação político-esportiva do enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”] não funciona como proposição estabilizada que designa um acontecimento como um ponto em um espaço de disjunções lógicas. É preciso, segundo ele, considerar o equívoco da formulação. A partir do exemplo apresentado, o autor

levanta a questão do estatuto das discursividades que “trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 28), que abrem espaço para a interpretação. Trata-se, portanto, de considerar, ao mesmo tempo, o que é da ordem da estrutura e do acontecimento, que corresponde ao novo, à ruptura, ao irremediavelmente equívoco.

Ao tratar do discurso como estrutura e como acontecimento, Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta uma nova maneira de se trabalhar com as materialidades discursivas, distanciando-se das ciências régias. Contudo, ainda segundo o autor, para que essa nova forma de fazer análise funcione, é necessário cumprir algumas exigências que se impõem. A primeira delas é dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, pois, na perspectiva de Pêcheux (2008 [1983a]), essa descrição supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual a descrição se instala, o real da língua. A segunda exigência diz respeito, justamente, à descrição do enunciado, tendo em vista a defesa de que toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Assim, para Pêcheux (2008 [1983a]):

/.../ todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva passíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 53).

A terceira exigência está relacionada à questão da discursividade como estrutura ou como acontecimento. Para Pêcheux, o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos

sociais nos quais ele irrompe, mas, pelo contrário, “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1983a, p. 54). Assim, o autor supõe uma posição de trabalho em que se possa detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição por meio das descrições regulares de montagens discursivas (PÊCHEUX, 1983a, p. 54).

Em *Papel da Memória* (1999 [1983b]), Pêcheux argumenta que há uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, visto que há acontecimentos que não chegam a se inscrever e outros que são absorvidos na memória, como se não tivessem ocorrido. Para o autor, sob o peso do acontecimento discursivo novo, haveria um jogo de forças na memória, tendo em vista que ela pode absorver o acontecimento, mantendo a regularização, mas este também pode provocar desregulação e deslocamento dos implícitos associados à regularização anterior.

Essa memória, na perspectiva de Pêcheux (1999 [1983b]), pode ser compreendida a partir da noção de regularização, considerando que a repetição provoca uma regularização de sentidos, mas, ao mesmo tempo, pode levar a deslizamentos, ressignificações e, conseqüentemente, a uma quebra na regularização de sentidos. Segundo Pêcheux (1999[1983b]), por isso mesmo, a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo teria um sentido homogêneo, visto que ela é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999 [1983b], p. 56).

Pelo exposto, pode-se dizer que falar de acontecimento discursivo implica falar em tensão entre repetibilidade (memória) e ruptura (novo),

que faz produzir novos sentidos do mesmo enunciado. Desse modo, como afirma Indursky (2003), “um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro” (INDURSKY, 2003, p. 107). Segundo a autora, nessa ruptura daquilo que é repetível, uma nova ordem se instaura, reorganizando a memória e organizando uma nova estrutura vertical que não deixa de manter relações com a estrutura com a qual rompeu. Ainda segundo Indursky (2003), a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível inscrito em um tempo de longa duração, ao passo que “o *acontecimento discursivo* trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração” (INDURSKY, 2003, p. 108, grifo do autor).

Considerando esses pressupostos teóricos, analisamos, a seguir, os dados, mostrando de que forma se dá a relação discursiva entre memória e atualidade nas formulações, que são opacas, constituídas pela falha, pelo equívoco.

O acontecimento discursivo: análise de reportagens e de publicações dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e no Twitter Fernando Haddad (PT)

Inicialmente, identificamos se/como a mídia inscreve as eleições presidenciais como um acontecimento discursivo, a partir da análise de oito excertos de reportagens que têm como tema a campanha eleitoral de 2018, veiculadas em sites de notícias. A escolha pelas mídias eletrônicas se deu pela facilidade de acesso aos dados e pela velocidade na disseminação das informações, as quais atingem um maior número de pessoas em menos tempo. Em seguida, apresentamos os resultados das análises das publicações feitas no *Twitter* pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Passemos às primeiras análises:

Excerto 1: O primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras sinaliza a dissolução das atuais lealdades partidárias-eleitorais e mostra uma “troca de guarda” na representação da direita brasileira. É a disputa do segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) ainda está em aberto (*BBC News*, 07/10/2018).

O excerto trata do resultado do primeiro turno das eleições 2018. Na primeira oração, o substantivo “dissolução”, utilizado como complemento da forma verbal “sinaliza”, indica a existência de uma fidelidade por parte dos eleitores a determinados partidos políticos no Brasil, fidelidade esta que estaria sendo quebrada, segundo o resultado do primeiro turno das eleições. Do mesmo modo, o núcleo do objeto direto do verbo “mostrar”, representado pela expressão “troca de guarda” aponta para a existência de uma hegemonia de determinada ideologia de direita nas eleições presidenciais brasileiras. Segundo Bresser-Pereira (2007), a direita se configura como um conjunto de forças políticas que “luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26). Para o autor, a direita defende um papel de Estado mínimo, restrito à manutenção da ordem pública, dando preponderância ao mercado na organização da vida social, ao passo que a esquerda atribui ao Estado a responsabilidade pela redução da injustiça social.

Na perspectiva de Bresser-Pereira (2006), não existem grupos políticos de centro nas sociedades modernas e, aqueles que assim se autodenominam são, na verdade, de direita. Segundo o autor, a dicotomia entre direita e esquerda deve ser transformada numa “escala ideológica que vai da extrema direita para a extrema-esquerda, passando por direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 31). Assim, ainda de acordo com Bresser-Pereira, como

o centro é inexistente nessa escala ideológica, ou um grupo político é de esquerda ou é de direita. Nesse sentido, podemos dizer, então, que, no Brasil, essa dicotomia foi constituída nas eleições presidenciais de 1994 a 2014 pelos partidos PSDB (classificado ora como centro; ora como centro-direita) e pelo PT, partido tido como de esquerda ou como de centro-esquerda.

Considerando que, de 1994 a 2014, a direita foi representada nos polos de disputa pelo PSDB, podemos afirmar que a materialidade linguística apresentada acima retoma a memória discursiva das eleições anteriores às eleições de 2018, ao mesmo tempo que instaura o efeito de novidade, isto é, os termos “dissolução” e “troca de guarda”, numa relação parafrástica, indicam, também, o surgimento de uma nova direita como preferência dos eleitores, representada no pleito eleitoral em questão pelo candidato do PSL. Essa relação parafrástica nos permite apreender a filiação de sentidos que constitui o discurso, uma vez que, segundo Pêcheux e Fuchs (2014[1975]), “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz do sentido’” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 [1975], p.167). Para Orlandi (2012[1990]), a paráfrase representa o retorno a espaços do dizer, a produção de diferentes formulações para dizeres sedimentados, pois, conforme a autora, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2012 [1990], p. 36).

Segundo Miguel (2018), durante os anos em que o PT governou o Brasil, o PSDB liderou a direita, que, por sua vez, encontrou espaço para a radicalização. Conforme o autor, existe a confluência de diversos grupos na composição dessa nova direita, sendo que os setores mais extremados incluem três principais vertentes: a) o libertarianismo, que prega o Estado mínimo

e defende que qualquer situação surgida de mecanismos de mercado é justa por definição, mesmo que seja desigual; b) o fundamentalismo religioso, que se define pela percepção da existência de uma verdade anuladora de qualquer possibilidade de debate, fazendo oposição a questões como aborto, políticas de combate à homofobia dentre outros temas conservadores; c) uma reciclagem do antigo anticomunismo, que apresenta uma nova roupagem do anticomunismo na América Latina no Brasil, visto que “a ameaça passou a ser o ‘bolivarianismo’ venezuelano” (MIGUEL, 2018. p. 19) e o PT, que, ao ser considerado uma encarnação do comunismo no Brasil, gerou uma sobreposição entre anticomunismo e antipetismo. Para Miguel (2018), tais vertentes não são estanques, tendo em vista que tendem a reunir forças para combater a defesa de pautas progressistas de esquerda. Na perspectiva de Casimiro (2018), a direita foi, paulatinamente, substituindo uma postura mais técnica e contida por uma postura mais agressiva, com forte apelo à pauta moralista.

No caso do excerto 1, então, o uso dos termos “dissolução” e “troca de guarda” produz, também, o efeito-sentido de mudança ideológica, visto que, diferentemente do PSDB, o PSL, representante dessa nova direita nas eleições de 2018, para além do liberalismo econômico, defende o conservadorismo nos costumes. Desse modo, podemos dizer que, como afirmam Possenti e Motta (2011), mesmo que haja uma defesa, principalmente em época de eleição, de que não existem mais conflitos ideológicos entre os diferentes candidatos e partidos, “contrariamente ao discurso do fim das ideologias (ou da história), as diferenças ideológicas estão vivas” (POSSENTI; MOTTA, 2011, p. 209). Vejamos, agora, o próximo excerto.

Excerto 2: Confirmado como o nome do PT para disputar a Presidência da República a menos de um mês do primeiro turno, Fernando Haddad encampou uma ousada estratégia eleitoral no momento mais delicado

da história do partido. A partir de agora, no segundo turno, sua tarefa não será menos complexa: contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014, tentará ser eleito explorando exatamente a rejeição de seu adversário, Jair Bolsonaro (PSL), tão alta quanto a sua, além de lançar um apelo pela formação de uma frente democrática para, como diz, barrar o que considera a “barbárie” (BBC News, 07/10/10).

No primeiro período, a memória indica que o PT passa por um momento político difícil. A expressão “momento mais delicado da história do partido” diz respeito à atualidade da campanha eleitoral de 2018, na qual o partido enfrentou a impugnação da candidatura de Lula e, por consequência, o início tardio, marcado linguisticamente pela expressão “a menos de um mês do primeiro turno”, da campanha do seu substituto, Fernando Haddad. Mas, ao mesmo tempo, remete a outros momentos delicados da história do partido que antecederam as eleições de 2018, como, por exemplo, escândalos de corrupção, manifestações populares, *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, prisão e condenação do ex-presidente Lula, dentre outras questões.

No segundo período, a expressão “contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014” materializa um pré-construído segundo o qual há um movimento antipetista em crescimento no Brasil desde 2014. Esse movimento foi apontado na pesquisa de Brito (2016), segundo a qual, nas eleições de 2014, o Brasil ressurgiu dividido politicamente entre petismo e antipetismo, assim como estiveram em funcionamento as posições-sujeito do “eleitor petista” e a do “eleitor antipetista”. No excerto em análise, a expressão “rejeição de seu adversário”, referindo-se a Jair Bolsonaro, comparada à rejeição de Fernando Haddad, por meio da expressão comparativa “tanto quanto a sua”, retoma essa memória da polarização.

As formulações citadas indicam, portanto, que as eleições de 2018 inscrevem-se em uma

rede de memória, mas também instauram o novo (a rejeição ou a simpatia pelo candidato Jair Bolsonaro), que é algo que não se mostrou em outros momentos. A partir da atualização de uma memória, cria-se, também, o efeito-sentido de uma nova polarização, isto é, não se trata mais da polarização entre PT/PSDB, mas de um embate ideológico entre progressistas e reacionários, representado, no excerto 2, pela relação dicotômica estabelecida entre os termos “frente democrática” e “barbárie”. Passemos à apresentação do próximo excerto:

Excerto 3: Mais ainda, sobre estas eleições se abatem já as nuvens negras de um novo *impeachment* caso Lula seja impedido de participar, já que foi cunhado o slogan “eleição sem Lula é fraude”, porque impediria 30% da população, a parcela que declara voto nele, de escolher o seu candidato. Na outra margem, ecoa também slogan inverso: “Eleição com Lula é fraude”, já que a lei da Ficha Limpa o impede de concorrer (*El País*, 15/08/18).

O excerto acima materializa um efeito da memória sobre a atualidade na medida em que o texto do *El País* estabelece uma relação entre as eleições de 2018, referenciadas pela expressão “estas eleições”, e o tema do *impeachment* presidencial. O uso do adjetivo “novo”, que qualifica o substantivo “*impeachment*”, indica que tal processo já ocorreu em outros momentos da história do Brasil, remetendo, portanto, aos processos sofridos pelos presidentes Fernando Collor de Mello (PRN), em 1992, e Dilma Rousseff (PT), em 2016. Além disso, há uma retomada da memória referente à condenação do ex-presidente Lula, o que se dá por meio dos *slogans* “Eleição sem Lula é fraude” e “Eleição com Lula é fraude”. O primeiro enunciado linguístico foi posto em circulação em meio ao processo de investigação da Operação Lava Jato, no qual Lula era investigado, e foi repetido nas ruas, nos meios midiáticos, nos manifestos em diferentes momentos.

Considerando que, conforme Indursky (2003), na repetição pode haver ressignificação, deslizamento de sentidos, quebra de regularização de sentidos, podemos afirmar que houve um deslizamento de sentido do enunciado “Eleição sem Lula é fraude” ao ser repetido por meio do enunciado “Eleição com Lula é fraude”. Essa repetição produziu um efeito de confronto discursivo que marca a relação entre posição-sujeito petista e posição-sujeito antipetista. Desse modo, o excerto se inscreve em uma rede de formulações que precede as eleições de 2018 e, ao mesmo tempo, aponta uma ruptura com essa rede com a qual se relaciona, fazendo com que o sentido derive e se torne outro. Essa ruptura está na base do que Pêcheux (2008 [1983a]) designa como acontecimento discursivo. A seguir, apresentamos mais um excerto:

Excerto 4: Um dos apelos que alguns dos aliados fazem ao candidato é para que Haddad seja mais “ele mesmo”, deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT. Há, ainda, quem defenda a necessidade de uma autocrítica sobre os erros de Lula e do partido, acenos ao centro – o que parece inevitável –, além de um afastamento da imagem de Lula (condição que é reforçada nas críticas dos adversários) (*BBC News*, 07/10/2018).

Esse excerto indica a vinculação da imagem do candidato Fernando Haddad às imagens do PT e de Lula. As expressões “deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT” e “afastamento da imagem de Lula” retomam uma memória segundo a qual tanto o PT quanto Lula estão com a imagem abalada. Essa memória, que remete à crise política vivenciada pelo partido nos últimos anos e à condenação do ex-presidente, por envolvimento em casos de corrupção, é atualizada por meio da expressão “erros de Lula e do Partido”, presente na segunda oração do excerto. Assim, a condição estabelecida para que Haddad obtenha sucesso nas eleições é, ainda segundo o excerto em

análise, que ele se desvincule dessas duas imagens negativas.

Além disso, a expressão “seja mais ele mesmo” produz o efeito de deriva em relação à existência ou não de uma imagem própria do candidato Fernando Haddad. Essa questão remete ao logotipo “Haddad é Lula”, que foi usado na propaganda eleitoral do candidato do PT, Fernando Haddad, durante a campanha do primeiro turno. A utilização do nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesse logotipo foi contestada na Justiça Eleitoral pelos candidatos João Amoêdo (NOVO) e Jair Bolsonaro (PSL), com a alegação de que o uso do nome do ex-presidente poderia confundir os eleitores sobre quem seria, de fato, o candidato. Porém, em 26 de setembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou as ações movidas pelos candidatos e decidiu, por 6 votos a 1, autorizar a veiculação do nome de Lula no logotipo “Haddad é Lula”, da coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/ PC do B/PROS)¹⁰. O efeito-sentido desse logotipo se materializa por meio de um efeito metafórico, o qual é definido como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2014[1975] p. 96), que abre a possibilidade de um sentido vir a ser outro. Assim, o estabelecimento de uma relação entre o candidato Haddad e o ex-presidente Lula indica que um sujeito político pode ser tomado pelo outro e, portanto, votar em Haddad significa votar em Lula. Desse modo, podemos dizer que a memória se atualiza na campanha eleitoral, (re)produzindo sentidos, o que, mais uma vez, inscreve as eleições presidenciais de 2018 como um acontecimento discursivo. Vejamos o próximo excerto:

Excerto 5: Para pesquisadores ouvidos pela BBC News Brasil, os principais trunfos de Bolsonaro são a campanha digital que dissemina discurso antipetista, moralista e antissistema via dezenas de milhares de grupos de WhatsApp, as investigações de corrupção

contra o PT que levaram à ausência de Lula nas urnas e o declínio acentuado do PSDB em 2018, movimento parecido ao que abalou o petismo em 2016, pós-*impeachment* de Dilma Rousseff (BBC News, 07/10/2018).

Nesse excerto, são apresentadas as principais questões que, supostamente, contribuíram para o crescimento do candidato Jair Bolsonaro (PSL) na campanha eleitoral de 2018. A qualificação do discurso disseminado pela campanha digital do referido candidato por meio do adjetivo “antipetista” materializa o pré-construído de que existe um discurso contrário ao discurso petista que circula na sociedade e que tal discurso está sendo utilizado em benefício do candidato do PSL. Além disso, o uso dos adjetivos “moralista” e “antissistema” associa o sujeito político Jair Bolsonaro à posição-sujeito que corrobora um discurso de extrema-direita, presente em regimes autoritários, existentes em outros momentos da história. O excerto em análise faz referência a uma série de acontecimentos que antecederam o pleito eleitoral de 2018, a saber: “investigações de corrupção contra o PT”; “ausência de Lula nas urnas”; “declínio acentuado do PSDB em 2018”; “*impeachment* de Dilma Rousseff”. Essas materialidades linguísticas atualizam uma memória que vincula às eleições 2018 a uma rede de acontecimentos e que indica que ela se liga a questões como corrupção, valores, democracia, fascismo, dentre outras. O próximo excerto estabelece uma relação entre esse antipetismo e o receio pela possibilidade de retorno do regime militar. Vejamos:

Excerto 6: Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro Candidato do PSL e Fernando Haddad lideram as pesquisas nas eleições mais emocionais da democracia, que despertaram temor do retrocesso com o ex-militar e da volta da corrupção com petista (El País, 07/10/18).

¹⁰ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Kf31VMO>. Acesso em: 01/06/2020.

No excerto acima, o título “Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro” indica a existência de uma polarização entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, produzindo um efeito-sentido de rejeição às duas candidaturas, marcado pelos substantivos “ódio” e “medo”, presentes na formulação. Essa polarização está marcada linguisticamente na apresentação de dois temores: “retrocesso com o ex-militar”, que remete à memória da ditadura militar; e “volta da corrupção”, que atualiza a memória dos casos de corrupção em que o PT esteve envolvido no período em que governou o Brasil, um dos principais motivos utilizados para justificar o movimento antipetista no país. As expressões “retrocesso com o ex-militar”, “mais emocionais da democracia” e “volta da corrupção” funcionam como um efeito de memória que incide sobre a atualidade, mobilizam sentidos já ditos e, ao mesmo tempo, provocam uma ruptura, instituindo o novo. Nesse caso, a novidade é marcada na formulação linguística “mais emocionais da democracia”, que, a partir da retomada de uma memória, inscreve as eleições de 2018 como algo inédito. Abaixo, segue mais um excerto que retoma a memória da ditadura militar.

Excerto 7: Vale tudo menos o PT, mesmo que Bolsonaro traga com ele um time de militares para o Governo num país mal resolvido com os ecos da ditadura, que deseje mexer na formação escolar “expurgando Paulo Freire”, ou trate de maneira vulgar as minorias do Brasil (*El País*, 07/10/18).

Nesse excerto, é estabelecida uma relação concessiva entre a primeira e as demais orações, o que se dá por meio do uso da locução adverbial “mesmo que”. Assim, ainda que a vitória de Bolsonaro represente a possibilidade da volta da ditadura militar, a extinção da pedagogia de Paulo Freire no sistema educacional e o desrespeito às minorias, conforme indicam as orações

subordinadas que compõem este período, tal vitória é mais válida do que a volta do PT. Esse discurso é marcado linguisticamente pela oração “Vale tudo menos o PT”, em que o uso do pronome indefinido “tudo”, indica, também, que qualquer outro político ou qualquer outro projeto seria aceito no lugar do PT, produzindo um efeito de rejeição ao Partido, marcado linguisticamente pelo advérbio “menos”. O uso da expressão “país mal resolvido com os ecos da ditadura” indica um pré-construído de que o Brasil ainda não superou os efeitos causados pelo regime ditatorial. É por meio da retomada dessa memória, assim como de dizeres e de ações atribuídos a Jair Bolsonaro em outros momentos da história, que o discurso antipetista é atualizado nesse excerto, ainda que em tom de ironia, a qual se marca tanto pela expressão “vale tudo menos o PT” quanto pelo uso das expressões “mal resolvido”, “expurgando Paulo Freire” e “trate de maneira vulgar”, que revelam certa discordância em relação ao que está sendo apresentado como solução contra o PT.

Ainda sobre a atualização da memória da ditadura militar, vejamos o próximo excerto.

Excerto 8: Pela primeira vez em 30 anos o Brasil vive uma campanha eleitoral sob a desconfortável sombra dos militares, que se tornaram, novamente, protagonistas na esfera pública. Jair Bolsonaro, um ex-capitão do Exército, encabeça as pesquisas para o primeiro turno das eleições presidenciais, que serão realizadas no domingo. Se vencer, seu vice-presidente será o ex-general Hamilton Mourão, que defendeu os torturadores da ditadura militar (1964-1985) e um novo golpe (*El País*, 05/10/18).

No primeiro período, identificamos o encontro entre uma atualidade e uma memória. Esse encontro é marcado na língua pela expressão “Pela primeira vez em 30 anos”, que inscreve as eleições de 2018 como algo absolutamente novo, e pela expressão “sombra dos militares”, que remete ao período da ditadura militar no Brasil, em que a democracia foi suprimida por um regime autoritário.

A possibilidade da volta desse regime é expressa na materialidade pelo advérbio “novamente” e pelo substantivo “protagonistas”. Assim, tais termos, relacionados ao aposto explicativo “um ex-capitão do Exército”, utilizado para qualificar/ identificar Bolsonaro, e também ligado à categorização do vice presidente como “o ex-general”, seguida da oração explicativa “que defendeu os torturadores da ditadura militar (1964-1985) e um novo golpe”, estabelecem uma relação associativa do sujeito político Jair Bolsonaro a regimes ditatoriais, criando o efeito-sentido de que a vitória do referido candidato pode significar a volta da ditadura militar e, portanto, a dissolução da democracia. A seguir, mostramos como se dá esse encontro entre memória e atualidade nas publicações feitas nas redes sociais oficiais dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).

Ao descrevermos as eleições de 2018, mostramos que os candidatos fizeram amplo uso das redes sociais como ferramenta para realização da campanha eleitoral. Uma das redes mais utilizadas pelos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições foi o *Twitter*. Sobre as publicações dos candidatos no *Twitter*, Coelho (2019) mostra que, no primeiro turno, Jair Bolsonaro postou um total de 425 *tweets*, enquanto o candidato Fernando Haddad publicou 804 *tweets*. Durante a campanha do segundo turno, ainda segundo a autora, Jair Bolsonaro postou 353 *tweets* ao passo que Fernando Haddad postou 574 *tweets*. Além disso, Coelho (2019) mostra que, por mais que Bolsonaro tenha postado menos que o seu adversário, foi o candidato que atingiu um maior engajamento, o qual não é sinônimo de participação ou troca de ideias políticas, tendo em vista que pode ser gerado por um simples “bom dia” aos seguidores ou pela divulgação de vídeos ou imagens. Algumas dessas publicações dos candidatos serão analisadas nos blocos seguintes (a e b). Vejamos, inicialmente,

apresentação e análise de *tweets* publicados por Jair Bolsonaro em sua página oficial.

a) Publicações do candidato Jair Bolsonaro (PSL)

Excerto 9: Encaro o momento como uma missão. Todos estamos no mesmo barco e só sairemos da lama se remarmos contra a maré da corrupção e ineficiência, causadas pela atual forma de fazer política no Brasil, que será mantida pelos meus adversários. O desafio é difícil, mas estamos preparados! (*Twitter*, 17/08/18).

Excerto 10: O próximo passo dessa facção, assim como de suas linhas auxiliares, será soltar seu líder bandido e torna-lo ministro para obstruir a justiça, outro poder que eles não respeitam. O PT representa o fim da lava jato e a volta dos esquemas que ameaçam a democracia! (*Twitter*, 01/10/18).

Excerto 11: BRASIL: Um povo esgotado de pagar impostos e não ter respostas, dilacerado pelos maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido do líder que continua dando ordens de dentro da cadeia. Transborda no brasileiro o sentimento angustiante de mudança. #Ptnão (*Twitter*, 18/10/18).

Excerto 12: Falamos em combater os bandidos vermelhos baseado no próprio curso das investigações da Polícia Federal e Lava-Jato e houve uma grande histeria por parte do PT. Ao que parece a carapuça serviu mais uma vez! (*Twitter*, 23/10/18).

Excerto 13: O Brasil é gigante e honesto. O cidadão não aguenta mais ser massacrado enquanto premiam malfeitores. Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos. De Norte a Sul, a população exige mudanças urgentes! Estamos juntos nessa! (*Twitter*, 05/10/18).

Excerto 14: A escolha é dos senhores. Serem governados por alguém limpo ou pau mandado de preso por corrupção! (*Twitter*, 08/10/18).

Excerto 15: Essa história de o fantoche de

corrupto admitir erros do seu partido é pra boi dormir. A corrupção nos governos Lula/Dilma não era caso isolado, era regra para governar. Por isso estão presos presidente, tesoureiros, ministros marketeiros, etc, além de tantos outros investigados (*Twitter*, 16/10/18).

Excerto 16: Vamos colocar um fim na roubalheira do PT! Lembrem-se: nosso país não é uma facção criminosa para ser governado de dentro da cadeia! (*Twitter*, 25/10/18).

Na materialidade dessas formulações, são produzidos efeitos-sentido sobre política brasileira, sobre o PT e sobre os sujeitos políticos Lula e Fernando Haddad a partir de repetições, retomadas, atualizações e ressignificações de já-ditos.

No excerto 9, é utilizado o substantivo “lama” para nomear o estado em que se encontra o Brasil. Nesse caso, está em funcionamento uma memória sobre os sentidos de “lama”, ligados à sujeira, podridão, produzindo um efeito-sentido segundo o qual a situação política do país é degradante e a causa para isso, apontada na materialidade linguística em análise, é a corrupção e a ineficiência dos atuais políticos. Ao afirmar que tal situação será mantida pelos seus adversários, o candidato Jair Bolsonaro é apresentado como a única possibilidade de mudança para o país, produzindo um efeito de rejeição à forma petista de se fazer política no Brasil.

A série de formulações de 9 a 16 materializa o discurso segundo o qual o PT é um partido corrupto, pois tal série atualiza a memória dos escândalos de corrupção em que o PT esteve envolvido durante os governos Lula e Dilma, como aponta, por exemplo, a formulação 11, através da expressão “maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido”. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores é discursivizado como um partido criminoso, conforme indicam as nomeações “facção” (10) “bandidos vermelhos” (12) e “facção criminosa” (16), presentes nas formulações analisadas.

Essas formulações retomam, também, a memória referente à prisão do ex-presidente Lula. Assim, no jogo metafórico entre as formulações, é estabelecida uma relação de vinculação direta entre Lula, PT e casos de corrupção. Desse modo, a referência ao sujeito político Lula como “líder bandido” (10) e “líder que continua dando ordens de dentro da cadeia” (11) produz o efeito-sentido de Lula como um político corrupto, além de associar a imagem do ex-presidente a uma posição-sujeito de liderança. Portanto, votar no PT, nas eleições de 2018, significaria votar em Lula, uma vez que, ainda segundo o discurso materializado no excerto, o país seria governado por ele (Lula), caso o candidato do PT, Fernando Haddad, fosse eleito, como indicam as orações “Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos” (13) e “nosso país não é uma facção criminosa para ser governado de dentro da cadeia!” (16).

A associação da imagem do ex-presidente Lula a uma posição-sujeito de liderança, no contexto da campanha eleitoral de 2018, produz, também, um efeito de apagamento da imagem de Fernando Haddad e de contestação da força política do referido candidato. As nomeações do candidato Fernando Haddad como “pau mandado de preso por corrupção” (14); “fantoche de corrupto” (15) indicam que, para o discurso materializado nos referidos excertos, o candidato não tem identidade própria nem legitimidade, podendo ser facilmente manipulado, tendo em vista o uso os substantivos “pau mandado”, que se refere à pessoa que obedece a ordens sem contestação, e “fantoche”, cujo sentido está relacionado ao indivíduo que se deixa manipular facilmente.

As análises indicam que há, nessa série de excertos, uma relação entre memória e atualidade, pois a construção de determinada imagem do PT e dos sujeitos políticos Lula e Haddad dar-se por meio do retorno e, ao mesmo tempo, da atualização de certa memória acerca dos casos de corrupção

envolvendo o PT, assim como da prisão do ex-presidente Lula e de outros membros do referido Partido. Podemos dizer, então, que a memória se atualiza nas formulações analisadas, produzindo um efeito de rejeição ao PT. Vejamos, a seguir, a análise dos *tweets* publicados por Fernando Haddad, em sua página oficial.

b) Publicações do candidato Fernando Haddad (PT)

Excerto 17: Eu sou um democrata, tenho uma vida dedicada à democracia, enquanto meu adversário tem uma vida dedicada à ditadura. Quem questiona a democracia não sou eu. Tanto é que os democratas estão todos contra a candidatura do Bolsonaro, mesmo quem não se posiciona em favor da minha (*Twitter*,15/10/18).

Excerto 18: Meu adversário defende torturador até hoje, mesmo sabendo que nos porões da ditadura aconteciam estupros contra as mulheres presas (*Twitter*,10/10/18).

Excerto 19: Estamos alertando o Brasil. Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar. Ele não respeita a redemocratização. As qualificações dele não o habilitam pra governar o país em uma democracia. #HaddadNoRodaViva (*Twitter*, 22/10/18).

Excerto 20: Vamos trabalhar até sábado para evitar o pior. Bolsonaro é arrogante, já está preparando transição com o Temer, mas quem decide é o povo domingo. Chamo ele de soldadinho de araque porque não coloca medo em ninguém. O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura (*Twitter*, 24/10/18).

Excerto 21: A democracia está em risco. O deputado Jair Bolsonaro está sendo condenado diariamente pela Justiça Eleitoral a retirar as difamações que faz contra mim. E agora sabemos que ele está produzindo e distribuindo isso com dinheiro sujo (*Twitter*,18/10/18).

Excerto 22: Vamos acionar a Polícia Federal e a Justiça Eleitoral para impedir o deputado Bolsonaro de agredir violentamente a democracia como ele tem feito. Fazer conluio com dinheiro de caixa 2 pra violar a vontade popular é crime. Ele que foge dos debates, não vai poder fugir da Justiça (*Twitter*,18/10/18).

Excerto 23: A conta é simples. Para a Justiça proibir uma bandeira antifascista porque corresponde à campanha para a nossa candidatura, só pode significar que a Justiça entende que meu adversário corresponde ao fascismo. #SabatinaHaddad (*Twitter*, 26/10/18).

A série de excertos de 17 a 23 aponta para a vinculação do PT e do candidato Fernando Haddad à democracia e, ao mesmo tempo, por um efeito de memória sobre a atualidade, associa a imagem do candidato Jair Bolsonaro a regimes ditatoriais. Além disso, essas formulações materializam um pré-construído, criado na/pela negação polêmica, segundo o qual existe um discurso que é antidemocrático. Isso permite ao menos duas interpretações: i) que o PT é acusado de ser antidemocrático e, nessas formulações, o candidato se defende e defende seu partido; ii) que antidemocrático é o partido/ candidato adversário, na medida em que é referido na formulação como aquele que defende a ditadura militar. A memória discursiva nos indica que essa segunda interpretação é a que se relaciona melhor com o cenário político-partidário de 2018. Contudo, não há nada que impeça o (e)leitor de assumir outro lugar interpretativo e dizer coisas como: “o candidato do PT está querendo negar que o partido é antidemocrático”. E isso só é possível porque a língua é opaca e o sentido não é transparente.

Essa memória é atualizada na formulação 17, na qual, por meio da frase “sou um democrata”, o enunciador atribui a si um perfil democrático, tendo em vista que, a partir do uso do verbo “sou”, cria-se o efeito-sentido de que o princípio democrático é algo intrínseco à sua personalidade. Na mesma formulação, o substantivo “democracia” aparece

em uma relação dicotômica com o substantivo “ditadura”, na oposição entre as frases “tenho uma vida dedicada à democracia” e “meu adversário tem uma vida dedicada à ditadura”, que marca o embate ideológico entre os dois candidatos.

Nas formulações 18 e 19, a memória atualiza sentidos já-ditos em relação à ditadura militar, ao elencar algumas práticas de tortura realizadas durante o referido regime. As orações “Meu adversário defende torturador” (18) e “Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar” (19) remetem, também, à histórica sessão de votação pela admissibilidade da abertura do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados Federais, quando, ao declarar seu voto, o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou o coronel militar, chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, condenado por comandar atos de tortura durante o regime militar, e fez referência às torturas sofridas por Dilma Rousseff durante o período em que ela esteve presa por lutar contra a ditadura: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”¹¹. Assim, vemos que a memória da ditadura é atualizada nessas formulações, o que associa o sujeito político Jair Bolsonaro a uma posição-sujeito marcada por um discurso de extrema-direita, ligado aos regimes políticos autoritários.

Esse funcionamento está presente nas formulações 20 a 23, nas quais o candidato Jair Bolsonaro é discursivizado como uma ameaça à democracia, visto que a sua vitória significaria a possibilidade da volta do regime militar. Esse sentido está materializado nas formulações “O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura” (20) e “A democracia está em risco”

(21). Assim, ao mesmo tempo em que a relação da memória com a atualidade permite a construção de efeitos-sentido segundo os quais o PT e o candidato Fernando Haddad possuem caráter democrático e contrário às Ditaduras, essa memória materializa efeitos-sentido que conferem ao candidato Jair Bolsonaro um caráter negativo, de contrariedade aos princípios democráticos e de apoio às práticas de movimentos fascistas e de regimes políticos ditatoriais, como se vê na formulação “meu adversário corresponde ao fascismo” (23) na qual é estabelecida uma relação direta entre o sujeito político Jair Bolsonaro e o regime fascista.

Considerações Finais

Com base nos dados apresentados, concluímos que as eleições de 2018 inscrevem-se em uma rede de memória que as vincula a outros acontecimentos, tais como escândalos de corrupção, ditadura militar, eleições anteriores, antipetismo, polarização partidária, dentre outros. Assim, ao mesmo tempo em que essas eleições estão vinculadas ao que as antecede, também instauram o novo, indicando que as eleições de 2018 se configuraram como um acontecimento discursivo.

Tanto as reportagens veiculadas na mídia como as publicações dos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições apontam para a existência de uma polarização, produzindo um efeito de divisão do país. Essa polarização, que já existia em eleições anteriores, nas eleições de 2018, o que se deu a partir da atualização da memória da ditadura militar e do antipetismo, foi ressignificada, gerando um novo sentido de polarização, representado pelas oposições marcadas, por um lado, pela relação entre corrupção e anticorrupção, e, por outro, pela relação entre democracia e antidemocracia.

¹¹ Informação obtida em: <https://bityli.com/MMXpXp>. Acesso em: 01/08/2020.

Referências

- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 26, p. 7-62, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/NkGaFfR>. Acesso em: 15 out. 2019.
- BRSSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/wkF6ZfM>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRITO, Eliane de Jesus. Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, E. G. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 47-56.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; BITTENCOURT, Joseane Silva. Memória e efeitos-sentido de resistência: hashtag #EleNão. In: ATAÍDE, Cleber (Org.). *Estudos linguísticos e literários: caminhos e tendências*. 1ª ed. São Paulo: Pá de Palavra, v. 1, 2019, p. 187-194. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/ucy6dct>. Acesso em: 15. Jun. 2020.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38. n. 3 p. 193-203, set.-dez. 2009.
- _____. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). *Mídia e Rede de Memória*. 1ª ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007, p. 11-37.
- INDURSKY, Freda. Lula Lá: estrutura e acontecimento. In: *Organon* 35, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/CcyMUwd>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther Gallego. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.14-32.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 10a edição. Campinas: Pontes, 2012 [1990].
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975], p.159-250.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Tradução de Eni P. de Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014[1975], p. 59-158.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição. São Paulo: Pontes Editores, 2008 [1983a].
- _____. *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes Editores, 1999 [1983b], p. 49-57.
- PETROLA, José Ismar. Fake news e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.). *Liberdade de expressão e campanhas eleitorais - Brasil 2018*. São Paulo: ECA-USP, 2019. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/tcy9DO3>. Acesso em: 15.out. 2020.
- POSSENTI, Sírio; MOTTA, Ana Raquel. *Direita*

esquerda: volver! In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2ª ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 207-225.

SILVA, Deborah Ramos da; KERBAUY Maria Teresa Miceli. Eleições 2018 e a forte influência das redes sociais. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.). *Liberdade de expressão: questões da atualidade*. São Paulo: ECA-USP, 2019. (E-book). Disponível em: <https://cutt.ly/Mzdx5v>. Acesso em: 20 set. 2019.

A CONSTRUÇÃO SOCIOCRIATIVA DO VOCABULÁRIO PANDÊMICO: AMOSTRAS DE UMA PERSPECTIVA NÃO REPRESENTACIONAL

Camila Maria dos Santos Silva¹
Jariza Augusto Rodrigues²

Resumo: A partir da visão de língua atrelada às práticas socioculturais, essencialmente sujeita à criatividade dos usuários e elemento inseparável do nosso viver, objetivamos analisar o caráter não representacional da língua(gem) tendo como base as palavras “máscara e “rebanho”, que têm feito parte do cotidiano pandêmico. Para isso, partimos das reflexões feitas por Marcuschi (2000 e 2007), Mondada e Dubois (2003) e Martins (2000), e com base no conceito de texto como evento (BEAUGRANDE, 1997). Buscamos discutir a relação entre as recategorizações dessas palavras e as motivações históricas, sociais, políticas e culturais decorrentes do contexto de pandemia de Covid-19. Com a análise, mostramos que tal construção é fruto de nossa ação intersubjetiva no mundo, através dos jogos de linguagem, e que, por isso, o dicionário não consegue dar conta de todas as possibilidades de significados.

Palavras-Chave: Texto como evento. Visão não representacional. Recategorização. Vocabulário pandêmico

THE SOCIO-CREATIVE CONSTRUCTION OF THE PANDEMIC VOCABULARY: SAMPLES FROM A NON-REPRESENTATIONAL PERSPECTIVE

Abstract: From the view of language linked to sociocultural practices, essentially subject to the creativity of users and an inseparable element of our living, we aim to analyze the non-representational character of language (gem) based on the words “mask and “herd”, which have made part of everyday pandemic. For this, we start from the reflections made by Marcuschi (2000 and 2007), Mondada and Dubois (2003) and Martins (2000), and based on the concept of text as event (BEAUGRADE, 1997). We seek to discuss the relationship between the recategorizations of these words and the historical, social, political and cultural motivations arising from the context of the Covid-19 pandemic. With the analysis, we show that such construction is the result of our intersubjective action in the world, through language games, and that, therefore, the dictionary cannot account for all the possibilities of meanings.

Keywords: Text as event. Non-representational view. Recategorization. Pandemic vocabulary

1 Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0543-2473> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5683693835425807>. E-mail: profacamilasantos@gmail.com

2 Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6770-9223>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8915792701976171>. E-mail: jariza.rodrigues@aluno.uece.br

Considerações iniciais

Recentemente³, os consumidores de conteúdo digital foram surpreendidos com um vocábulo novo, que inspira os atuais produtores de conteúdos nas redes sociais, a palavra *cringe*. A palavra inglesa pode ser traduzida⁴ para a língua portuguesa como “vergonhoso(a)”, mas tem sido usada de forma muito criativa para caracterizar toda uma geração de pessoas nascidas entre as décadas de 80 e 90, as quais sempre são comparadas, com relação a hábitos e costumes, à atual geração. Há quem simpatize com a brincadeira, mas nosso propósito ao tratar sobre isso aqui é chamar a atenção para o uso criativo das palavras e para o quanto isso está relacionado à cultura, à história, à política... enfim, às vivências de um povo.

A tradução da palavra *cringe* não garante a compreensão no contexto ao qual nos referimos, ou seja, os dicionários de línguas estrangeiras ou maternas, físicos ou virtuais, muitas vezes, não conseguem abraçar todas as situações de uso das palavras. E é exatamente essa propriedade criativa da língua e da linguagem, sempre sujeita a usuários ativos na produção e compreensão de sentidos, que faz dos verbetes – gêneros que conseguem apenas um enquadramento, um recorte das ocorrências lexicais – uma amostra dos significados que uma palavra pode assumir. A consciência desse processo ativo e criativo do uso e da produção de linguagem nos remete a uma visão biológica dela, explicada por Maturana e Varela (1995, p. 252) quando afirmam “somos na linguagem”, e nos dirige à consciência de que esse processo é biológico, cognitivo, social, histórico, político e cultural.

A partir da visão de língua atrelada às práticas socioculturais, essencialmente sujeita à criatividade

de seus usuários e elemento inseparável do nosso viver, objetivamos com este ensaio analisar o caráter não representacional da língua(gem) em palavras que têm feito parte de nosso cotidiano pandêmico a partir de reflexões feitas, principalmente, por Martins (2000), Marcuschi (2000 e 2007) e Mondada e Dubois (2003) e com base no conceito de texto como evento preconizado por Beaugrande (1997).

De forma mais específica, buscamos discutir a respeito das recategorizações de algumas palavras e das motivações históricas, sociais, políticas e culturais decorrentes do contexto de pandemia de Covid-19 pelo qual passamos. Para isso, elegemos como *corpus* duas tirinhas de Armandinho, cujas palavras analisadas são “máscara” e “rebanho”, coletadas do perfil do *Instagram* @tirinhadearmandinho e selecionadas conforme objetivos a que nos propomos. É importante ressaltar que, segundo a perspectiva teórica que adotamos, a da sociocognição, as palavras são objetos de análise, mas não podem ser (e não serão neste artigo) entendidas fora do evento textual em que foram usadas.

A seguir, faremos um percurso teórico que visa a estabelecer relação entre os estudos filosóficos do segundo Wittgenstein, a partir do olhar de Martins (2000), e os estudos linguísticos no que diz respeito à referenciação, mais especificamente sobre recategorização. Em seguida, analisamos o *corpus* deste artigo como forma de mostrar como os conceitos discutidos emergem no evento textual.

Quando a produção criativa de sentidos não se limita a representação de um significado

Wittgenstein, ao nos convidar a repensar o fenômeno linguístico, apresenta-nos uma visão de significado com base no uso da linguagem. Conforme Martins (2000, p. 27), o autor trata da dificuldade de circunscrever os limites do

3 Para situar o leitor no tempo a que estamos nos referindo ao usar esse advérbio, é interessante explicitar que tratamos de junho/julho de 2021.

4 Tradução realizada a partir da ferramenta Google Tradutor.

significado de um nome porque “os vários usos de uma palavra não se organizam de forma estável em torno de um núcleo comum de significado”, visto que a linguagem, como o filósofo defende, não é representacionista, não tem como função essencial nomear coisas. Nosso viver na linguagem (MATURANA E VARELA, 1995) nos desafia a agir com ela e/ou por meio dela, referir é apenas uma ação dentre várias outras.

Por meio das reflexões feitas por Martins (2000, p. 33, grifos da autora) a respeito de *Investigações Filosóficas*, somos levados a entender a linguagem como indissociável das atividades humanas, assim, “compreender uma sentença é, então, dominar uma *práxis*”. A autora aponta o jogo de linguagem que permeia a compreensão de sentenças, o qual está sempre atrelado a uma situação particular de uso da língua, cuja compreensão depende do comportamento dos atores sociais. Para Wittgenstein, viver na linguagem é agir por meio dela e não somente designar ou referenciar. Essa visão wittgensteiniana coaduna-se com o que defende Marcuschi (2007, p. 86, grifo do autor):

A maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva *sobre* o mundo e de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividade de ‘integração conceitual’, do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística. O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo construtivo e imaginativo.

Assim como o filósofo, o linguista rechaça o caráter representacional da linguagem argumentando que o mundo não está pronto para ser nomeado e que a mente não é um armazém de palavras que referenciam e categorizam o mundo. A relação entre linguagem e mundo é muito mais complexa do que supõem os representacionistas e, no meio dela, existem sujeitos não adâmicos – mas sociais, culturais, históricos, inseridos numa determinada comunidade – que constroem

intersubjetivamente versões da realidade por meio da linguagem no contexto de ações discursivas. Com isso, sublinhamos o caráter contingente do significado das palavras, característica que permite o uso criativo da linguagem.

Sobre a criatividade do viver na linguagem, Marcuschi (2000, p. 2) resume que “a linguagem é nossa forma cooperativa de ser, viver e nos apropriamos do mundo e não de representá-lo”. Com isso, o autor corrobora o pensamento wittgensteiniano sobre a construção social, histórica, cultural, política, ou seja, sobre a instabilidade do significado que não é um retrato da realidade (MARCUSCHI, 2007). Logo, como não há um significado dado *a priori*, mas uma construção social dele, só é possível entender o sentido de uma palavra dentro de uma prática discursiva, ideia que caminha de mãos dadas com o conceito de texto como evento, conforme concebeu Beaugrande (1997).

Se o texto, forma pela qual a linguagem se manifesta, por muito tempo foi visto como um produto do pensamento que poderia ser codificado por um emissor e decodificado por um receptor – portanto, um artefato pronto e acabado –, atualmente é entendido como um “*evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais*, e não apenas como uma sequência de palavras que foram ditas ou escritas” (BEAUGRANDE, 1997, p. 34, grifos do autor). Para o teórico, o texto é encarado como algo constituído não exclusivamente pelo material linguístico ou cognitivo, mas pela imbricação de uma gama de fatores, dentre eles, sociais, histórico-culturais e discursivos. Complementando a definição dada, o autor propõe que

[...] a sequência que você realmente ouve ou vê é como a ponta de um iceberg - uma pequena quantidade de matéria e energia em que uma enorme quantidade de informação é “condensada” por um falante ou escritor e está pronta para ser “ampliada” por um ouvinte ou leitor (BEAUGRANDE, 1997, p. 34).

Ver o texto sob essa ótica implica considerar a interdependência de todos os elementos envolvidos na sua produção/interpretação: o aparato linguístico ou de qualquer outra natureza semiótica que materialmente compoñha a superfície textual (sons, imagens, gestos, texturas), o saber partilhado entre os interlocutores, o contexto discursivo e o conhecimento interacional.

Coadunando-se com a proposta de Beaugrande, Salomão (1999, p.71) defende que nenhuma semiose é tão completa de significação a ponto de dispensar as demais; todos os tipos e níveis de semioses estão entrelaçados e, na dinâmica da construção de sentidos, um ou outro tipo se torna mais saliente em função das “necessidades locais da interação humana”. As palavras, por elas mesmas e sozinhas, não são portadoras de significado e o aparato verbal é apenas uma das semioses que podemos encontrar na multiplicidade de textos que circulam na sociedade. As possibilidades de interpretações que subjazem às formas escritas da língua, por exemplo, estão parcialmente inscritas na materialidade. Esta é uma ponta (ou uma pista) que junto aos demais elementos disponíveis permite aos sujeitos negociar e construir significados, agir e expressar suas intenções com ações adequadas aos objetivos em cada circunstância.

Detendo-nos ainda nas assertivas de Beaugrande (1997) e de Salomão (1999), somos autorizados a entender que o texto é inerentemente incompleto, repleto de espaços em branco que precisam ser preenchidos pelo interlocutor. Este, por sua vez, precisa se valer de suas experiências, de sua bagagem cultural e de suas crenças adquiridas no convívio em sociedade para completar, negociar e produzir intersubjetivamente sentidos. Essa perspectiva de língua(gem) voltada para os usos sociais é fundamental para analisarmos os textos das próximas seções.

Costa (2007) também já percorreu o caminho entre os estudos filosófico da linguagem

e o linguístico para compreender que as palavras não portam sentidos, mas são âncoras que auxiliam em sua (re)construção, a isso acrescentamos que as demais semioses também funcionam assim, não possuem sentido fixo, mas estão sujeitas às emergências do contexto em que estão inseridas e aos leitores, que não são passivos, mas ativos na ação de significar, melhor dizemos coenunciadores. Com isso, entendemos que o sentido das palavras não está pronto e nós, enquanto “usuários” da linguagem apenas fazemos uso de um produto, na verdade, “a linguagem é parte da própria realidade, não apenas uma ferramenta usada para projetar a realidade” (COSTA, 2007, p. 39).

A visão sociocognitivista que vimos defendendo transformou os estudos da referência, fazendo-nos compreender o modo como referenciamos as coisas do mundo como um processo em que vários agentes participam, produzindo e compreendendo textos. Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 20),

[...] o problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo.

Com isso, nasce o conceito de Referenciação, atividade de (co)construção de objetos de discursos⁵, ou seja, de (re)construção sociocognitiva da realidade. Mondada e Dubois (2003) também endossam a discussão referente à relação entre linguagem e realidade. Em seu artigo sobre a construção dos objetos de discurso, argumentam que as significações dadas a esses objetos não são rígidas ou preestabelecidas, mas elaboradas no curso de nossas atividades, o que corrobora a

5 Ao falar da referenciação, da forma como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo, as autoras introduzem a noção de objetos do discurso, que seriam os referentes emergentes do fluxo discursivo, ou, em suas palavras, “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo das práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35).

noção de instabilidade constitutiva dos referentes. Conforme explicam, “a instabilidade caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lançar, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 28). Para elas, as variações são importantes porque asseguram uma plasticidade linguística e uma garantia de adequação contextual e adaptativa – o que conversa diretamente com a ideia do processo referencial como atividade criativa.

Desse modo, as categorias pelas quais nos referimos aos objetos do discurso e pelas quais os descrevemos não podem ser consideradas como estanques, conseqüentemente, os sentidos que atribuímos a esses objetos também não. Sempre estamos ressignificando e reconstruindo tais categorias a partir “de operações cognitivas ancoradas nas *práticas sociais*, nas atividades verbais e nas *negociações dentro da interação*” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17, grifos nossos).

Assim como Marcuschi (2000 e 2007), Mondada e Dubois (2003) contribuem para noção não representacional da língua, vista inicialmente aqui sob a ótica de Wittgenstein, a partir da leitura de Martins (2000), já que tratam sobre como as categorias podem ser “decategorizadas”, ou seja, como podem assumir novos efeitos de sentido conforme mudança de contexto.

Na seção subsequente, apresentamos como a discussão teórica feita até aqui pode ser observada no evento textual. Para isso, selecionamos duas tirinhas do personagem Armandinho, pois acreditamos que, por meio da análise desses textos, conseguiremos ilustrar como acontece o processo sociocriativo de (re)construção dos significados de vocábulos.

Amostras de uma perspectiva não representacional

As tirinhas de Armandinho são criadas pelo ilustrador Alexandre Beck e nomeadas assim porque o personagem principal das ilustrações é Armandinho, garoto curioso, engajado nas causas sociais e que tem como animal de estimação um sapo que, em muitas tirinhas, é seu interlocutor. Além do sapo, interagem com Armandinho adultos que são ilustrados apenas com base no campo de visão do menino, por isso algumas vezes aparecem ilustradas as pernas, noutras vezes, o leitor tem acesso somente às falas desses adultos.

Como uma versão mais curta das histórias em quadrinhos, as tirinhas são gêneros que conseguem aliar o humor e a crítica de forma leve e engajada socialmente.

Para analisar o *corpus* escolhido para esse artigo, a princípio, pesquisamos na versão digital do dicionário *Houaiss* o significado das palavras “máscara” e “rebanho”, em seguida, discutimos como, a partir da situação de uso proposta pelo evento textual, elas ganham novas acepções. Para isso, recorremos a conhecimentos sociocognitivamente compartilhados durante o período de pandemia de Covid-19 e assumimos posicionamentos. É importante ressaltarmos que caracterizamos este estudo, conforme Nascimento (2016), quanto à natureza como aplicado, quanto à abordagem como qualitativo e quanto aos objetivos como explicativo.

Para tornar mais clara nossa argumentação em torno da não representação do significado e da construção sociocriativa dos sentidos de uma palavra em um evento textual, apresentamos a seguir o texto 1: uma tirinha do personagem Armandinho que trata sobre o uso de “máscara” no contexto de pandemia de Covid-19. Nosso objetivo é analisar o caráter não representacional da palavra “máscara”, tendo em vista seu conceito prototípico e a (re)construção desse conceito durante o período pandêmico.

Texto 1:



Fonte: BECK, Alexandre. Sem título. 27 jun. 2021. Instagram: @tirinhadeardandinho. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQoQ1MpiAcx/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 14 jul. 2021.

Nesse texto, o leitor percebe a presença de dois personagens, ambos estão dentro de um carro com vidros fechados. Um deles é Armandinho, sentado no banco de trás e em cadeira apropriada para transportar crianças, o outro parece ser o motorista do carro, já que o balão de fala parte do banco esquerdo da frente do veículo. No primeiro quadrinho, Armandinho pergunta por que usar máscara mesmo estando dentro do carro, tido como ambiente que afasta risco de contaminação, o adulto responde que esse é um sinal de respeito às vítimas, subtende-se que de Covid-19; para dar o exemplo para as pessoas que os veem e, no último quadrinho, o motorista completa seu pensamento afirmando que esse recurso também os impediria de serem confundidos com negacionistas, ou seja, pessoas que desacreditam na ciência. Por fim, Armandinho responde com uma onomatopeia que indica nojo.

Pesquisamos na versão digital do *Houaiss* – um dos dicionários com maior número de verbetes e considerado um dos mais completos por conter, além dos significados prototípicos, os metaforizados – as acepções da palavra “máscara”. No total, foram elencadas 22, das quais entendemos que a 12^a é a que mais se aproxima do sentido utilizado no texto 1: “Peça de pano com que médicos, dentistas, enfermeiros etc. cobrem a boca e o nariz para prevenir contágio e infecções”.

É importante lembrar que a máscara sempre foi um recurso de proteção muito usado por profissionais da saúde ou mesmo por pacientes em contexto hospitalar, devido ao fato de este ser um ambiente propício à contaminação por vírus ou bactérias. No entanto, após a pandemia de Covid-19, a máscara passou a ser um indispensável recurso coletivo de prevenção ao contágio pelo vírus causador da doença e um símbolo na luta pelo respeito à vida e à comunidade científica. Por isso, tornou-se também um símbolo político de resistência a um pensamento negacionista disseminado pelo presidente da república do Brasil, Jair Bolsonaro, que, contrariando⁶ as orientações de enfrentamento à disseminação do vírus divulgadas pelos principais órgãos de saúde nacional e mundial, não faz uso correto e regular desse instrumento de segurança, promove aglomerações, é contra a vacinação, dentre outros comportamentos reprováveis diante da grave situação sanitária pela qual passamos.

Considerando esse contexto político-social e tendo em vista o evento que o Texto 1 nos proporciona, percebemos que o verbebo do dicionário não contempla a construção sociocognitiva pela qual passou a palavra “máscara”.

⁶ A postura do presidente Jair Bolsonaro em relação às medidas de prevenção ao coronavírus foi amplamente noticiada pela mídia nacional. A fim de contextualizar nossas afirmações, sugerimos a leitura do seguinte noticiário <https://glo.bo/34D6yzY>, publicado em 30 de março de 2020.

Diante da indagação de Armandinho, no quadrinho 1, sobre a importância do uso da máscara mesmo em um ambiente convencionalmente seguro (como é o carro), somos surpreendidos, nos dois quadrinhos seguintes, com um propósito de uso do equipamento de proteção individual (EPI) que se distancia de seu significado inicial - de proteção ao vírus - e se aproxima de uma postura social - o respeito às vítimas de Covid-19 e o exemplo positivo de uso de um EPI indispensável - e política - para não ser confundido com negacionista -, já que as pessoas que não usam máscara agem de acordo com o que defende o atual presidente do país e, assim como ele, são contra as orientações científicas e os acordos coletivos de segurança pública, portanto, negam o valor da ciência. É possível observar que Armandinho compreende aquilo que foi explicado por seu interlocutor e também que compartilha dos mesmos princípios, já que, quando o adulto menciona a palavra “negacionista”, o menino expressa som que indica nojo. Esse é um indício de que o menino e seu interlocutor compartilham do mesmo pensamento e de que houve comunicação, ou seja, Armandinho conseguiu compreender o significado da palavra “máscara” dentro do contexto.

É possível compreender que esse jogo de linguagem é construído também pela semiose não verbal. Percebemos que o fato da criança estar sentada no banco de trás do carro e na cadeirinha adequada, conforme regras de trânsito, corrobora para (re)categorização dos personagens como pessoas que têm o hábito de obedecer às regras sociais de segurança e convivência. Assim como o fato do garoto usar máscara mesmo em um ambiente provavelmente mais seguro, como foi evidenciado na ilustração.

Com isso, é possível entender que o verbete não consegue representar, conforme discutido por Martins (2000) sob a visão de Wittgenstein, os significados que foi construído em torno da palavra

“máscara”, a qual só pode ser analisada no Texto 1 tendo em vista as atividades de uso da linguagem. Por isso, é coerente retomar que “aprender o significado de uma expressão linguística seja algo que não se dissocia de aprender a tomar parte nas formas de vida de que ela participa” (MARTINS, 2000, p. 31). O atual contexto político-social de uso dessa palavra não deve ser dissociado de seu significado, principalmente porque essa palavra não tem forma de vida, da qual trata Martins (2000), fora de um contexto de uso, pois ela acontece em um jogo de linguagem, e quem joga com a linguagem age nela. Na tirinha, aquele que podemos identificar como o motorista do carro que transporta o Armandinho assume posicionamentos políticos e sociais ao tratar sobre o uso da máscara.

Por isso, percebemos a forma situada do motorista do carro em relação a sua percepção sobre o conceito de “máscara”. Conforme reflexões de Marcuschi (2000 e 2007) e Mondada e Dubois (2003), essa categoria – máscara – não é uma etiqueta que foi posta em um objeto, portanto, imutável; mas uma construção social, cultural, cognitiva, biológica, histórica e política de uso da linguagem. Assim, devido à mudança no cenário nacional provocada pela pandemia e ao posicionamento negacionista do presidente do Brasil e de seus apoiadores diante disso, essa categoria ganhou um novo sentido, foi recategorizada como um instrumento de luta pela saúde, pela ciência e, principalmente, pela vida, elementos que não se dissociam de uma postura política.

A seguir, veremos mais um exemplo que nos esclarece o quanto a *práxis* pandêmica altera nosso viver na linguagem.

Texto 2:



Fonte: BECK, Alexandre. Sem título. 24 maio. 2021. Instagram: @tirinhadearmandinho. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPQ8W9IDIPO/?utm_medium=copy_link . Acesso em: 14 jul. 2021.

Seguindo a mesma linha de análise do Texto 1, após a leitura do Texto 2 – o qual traz Armandinho de máscara e de protetor facial, possivelmente em casa, conversando com seu sapo de estimação enquanto observa pessoas na rua, aglomeradas e sem EPI enquanto pedem intervenção –, procuramos o sentido dicionarizado para a palavra “rebanho” na versão digital do dicionário *Houaiss*. Lá, constam sete acepções para a palavra. Observemos o sentido mais prototípico: “grande número de animais da mesma espécie agrupados e controlados pelo homem” e o metafórico: “grupo de pessoas sem vontade própria e facilmente manipuláveis”. Só nos é possível compreender qual o melhor sentido a ser atribuído ao vocábulo considerando a situação discursiva, o evento textual do qual ele faz parte. E, ainda assim, como já vimos argumentando, o dicionário não dá conta de todos os sentidos atribuíveis porque “os significados das palavras – estes só podem ser conhecidos e aprendidos no contexto das atividades humanas em que essas palavras e esses objetos se inserem e das quais não se dissociam” (MARTINS, 2000, p. 31).

Talvez, numa leitura e análise mais apressada, o leitor possa considerar que a segunda acepção, menos prototípica, se adéque à situação comunicativa da tirinha. No entanto, somente considerando o contexto do qual a palavra faz parte

– a saber, a pandemia pelo Covid-19, no Brasil, mais especificamente no primeiro semestre de 2021, período em que a situação sanitária foi a mais grave e crítica no país –, é possível compreender que, muito além de designar *um grupo de pessoas*, “rebanho”, no jogo de linguagem em questão, recategoriza negativamente *o grupo de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro*, de modo a construir propósitos ideológicos e políticos⁷.

Nesta segunda tirinha de Armandinho, o que entra em cena não é apenas compreender a que (ou a quem) “rebanho” se refere. E sim entender que esse léxico, no contexto político, social e pandêmico em que está inserido, foi utilizado não só para nomear, mas para fazer uma associação entre a postura dos apoiadores do presidente Bolsonaro e o comportamento irracional e não reflexivo próprio de um gado no seu coletivo, que segue o fluxo, que caminha seguindo aquele que o rege, sem discernimento, sem reflexão, como sugere a acepção

⁷ É importante salientar que a expressão “gado” para se referir aos eleitores de Bolsonaro já vem sendo utilizada desde as eleições presidenciais em 2018. Conforme o “#MUSEUdeMEMES” - projeto de pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração (coLAB), vinculado à Universidade Federal Fluminense - a expressão se originou nas redes sociais como uma forma de ironizar atitudes em defesa do atual presidente da república, tomadas por seus apoiadores. no Twitter, a utilização ocorre na forma de hashtag; já no Facebook, aparece dentro da caixa de comentários de sites de notícias, em postagens que fazem referência ao presidente. Segundo o Google Trends, hashtags com a palavra “gado” têm seu início de pesquisa na primeira semana do ano de 2018, entretanto seu pico ocorreu no dia 30 de junho de 2019, quando ocorreram manifestações a favor do governo.

mais prototípica da palavra no dicionário. Ao fazer essa associação, também entra em cena a crítica às pessoas que assumem essa atitude de rebanho ao acreditarem, sem nenhum questionamento, nas *Fake News* e ao demonstrarem apoio incondicional a qualquer medida adotada pelo Governo.

Sendo assim, o uso de forma criativa do léxico em análise, neste evento textual, faz parte de um jogo que pode ter como objetivo associar e, por meio dessa associação, satirizar, rejeitar uma postura e talvez convencer o “rebanho” (ou pelo menos uma parte dele) a abandonar as práticas negacionistas: fazer aglomerações sem máscara e pedir intervenção para o fim do isolamento rígido num momento histórico em que, como nunca, manter o distanciamento e usar máscara se faz necessário para evitar a propagação do vírus, aliviar o sistema público de saúde e salvar vidas.

É interessante observar que, nos diversos textos que circulam em redes sociais – sobretudo nos três últimos anos, quando as divergências políticas se tornaram mais acirradas, havendo uma polarização entre eleitores de direita e esquerda –, a acepção mais recorrente do léxico “rebanho” e do seu sinônimo “gado” é a utilizada para denominar eleitores, apoiadores e simpatizantes do atual governo. Tal recorrência é resultado de atividades de construção do conhecimento emergentes das práticas públicas. Inclusive, essa analogia feita com os entusiastas de Bolsonaro foi utilizada e reforçada pelo próprio filho do presidente, o vereador Carlos Bolsonaro, numa postagem na sua conta do *Twitter*, em setembro de 2019: “Obrigado pela confiança no Presidente, ‘gado’!”⁸. Isso só mostra que “não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico [...] com propriedades necessárias e suficientes” (MARCUSCHI, 2007, p. 67). A produção de categorias é, pois, uma

⁸ Link de acesso ao Tweet: <https://bit.ly/3JvjPtU>

atividade sociocognitiva, situada em contextos culturais específicos.

Como vimos apresentando, é possível construir sentidos, categorizar e recategorizar objetos de discurso porque o texto é bem mais do que um agrupamento de palavras. Como já apontava Beaugrande (1997), a materialidade linguística é a famosa “ponta do iceberg”. O que está submerso, o que não se vê, são os outros elementos constitutivos do texto. O aparato verbal (e verbo-visual no caso da tirinha) funciona como pista orientadora a partir da qual o leitor vai acessando conhecimentos prévios, formulando hipóteses e preenchendo lacunas. Por isso é possível compreender enunciados em que o sentido não está totalmente explícito (como acontece, por exemplo, no Texto 2), mas pode ser recuperado, negociado e produzido por meio de processos inferenciais.

E por falar em inferenciação, na segunda tirinha, não há uma referência direta a quem está aglomerado. Tampouco é especificado qual tipo de intervenção está sendo pedida. Em nenhum momento foi falado de pandemia, de Covid-19 ou de Bolsonaro e seus seguidores. Todavia, graças: a) à semiose imagética (Armandinho está do lado de dentro de um lugar que supomos ser sua casa, de máscara e de *face shield*, ações de proteção recorrentemente adotadas por pessoas conscientes dos riscos da infecção pelo coronavírus) e b) à atividade sociocognitiva situada no contexto cultural, político e histórico aqui já especificados, somos capazes de inferir que o texto:

- a) remete ao contexto pandêmico e aos apoiadores do presidente que, incitados por ele, frequentemente promovem aglomerações sem o cuidado de usar EPIs;
- b) faz referência às manifestações que pediam o fim do isolamento social;
- c) critica os negacionistas que, mesmo

diante do quadro de centenas de milhares de mortos em decorrência da Covid-19, insistem em negar os efeitos da pandemia e a eficácia da vacina como se estivessem “imunes”.

Feita esta análise, podemos, então, concordar com Marcuschi (2007, p. 68) quando, sobre a produção intersubjetiva do conhecimento interpretativo, assevera que “nossas versões de mundo são sempre construídas, provisórias, praxeológicas e não devem ser tomadas como formas naturais de dizer uma suposta realidade discretizada.”. Afinal, essas versões do mundo se modificam, alteram-se e reconstróem-se no fluxo da vida, a partir do nosso (inter)agir e viver na linguagem - esta dinâmica, histórica, social, cultural e política.

Considerações Finais

Como tentamos argumentar neste trabalho, embasados em teóricos que se debruçaram sobre o estudo da linguagem, como Martins (2000), Marcuschi (2000 e 2007) e Mondada e Dubois (2013), a língua não tem uma relação biunívoca com a realidade, não é transparente, designativa e representacionista. E a mente não é um armazém pronto para etiquetar as coisas do mundo. A língua é dinâmica e social, ela só se realiza no uso de sujeitos cognoscitivos, históricos e culturais que não estão sozinhos, mas que criam intersubjetivamente realidades e significações. Sendo assim,

[...] a referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação. [...] A língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos (MARCUSCHI, 2007, p. 69-70).

Reforçamos, no entanto, que, na referenciação, está em jogo muito mais do que um processo de identificação. Trata-se um processo no qual sujeitos constroem e negociam sentidos, criam objetos de discurso, fazem uso criativo da linguagem a partir de recategorizações com os mais diversos objetivos nos jogos de linguagem do qual fazem parte.

Nas duas tirinhas analisadas na seção anterior, observamos o processo cognitivo, social, histórico, político e cultural de agir na linguagem. Percebemos que, embora sejam um importante instrumento de registro de enquadramentos desse processo complexo, os verbetes de dicionário não abarcam as inúmeras significações que podem surgir com o uso sociocriativo das palavras. É importante ressaltar a propriedade social da criatividade porque os significados não surgem por imposição, mas são motivados por uma construção social que só se dá por meio da interação, da negociação de sentido, nos jogos de linguagem.

Conforme pudemos constatar, as palavras “máscara” e “rebanho” ganharam novas acepções com as interações provocadas em momento de pandemia. Como ficou saliente com a análise, o que inicialmente era um problema de saúde pública tornou-se um problema político e social que se construiu (e se constrói ainda) na linguagem, e por meio dela registramos o quanto estamos divididos ideologicamente. Tal divisão não é somente política e ideológica, mas também linguística, porque é na linguagem que formamos posicionamentos que (mais do que etiquetas usadas para rotular pessoas como apoiadoras, negacionistas, “rebanho”) se configuram como ações, as quais, dentre várias consequências, contribuem para alimentar a lista de vidas perdidas por um vírus que não é apenas um ser biológico, mas também político, social e que entra para história mundial, em especial no contexto brasileiro, por ter sido provocador de

uma pandemia conduzida, no Brasil, por um líder que age e decide em desacordo com a ciência.

Acreditamos que este trabalho explicita as teias que existem entre o pensamento filosófico de Wittgenstein sobre língua(gem) e os estudos de referenciação, já que encontramos confluência entre os pensamentos desse filósofo, por meio do olhar de Martins (2000), e os postulados dos linguistas Marcuschi (2000 e 2007) e Mondada e Dubois (2013). Além disso, apontamos como a visão não representacionista e os jogos de linguagem podem ser observados no viver na linguagem. Entendemos que essa proposta pode amadurecer, agregar conhecimento e inspirar outras reflexões.

REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood: Ablex, 1997.
- COSTA, M. H. A. *Acessibilidade dos referentes: um convite à reflexão*. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6108>. Acesso em 13 mar. 2020.
- MARCUSCHI, L. A. Quando a referência é uma inferência. In: ANAIS DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 2000, São Paulo. Anais eletrônicos...São Paulo: Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, 2000. p.1-31. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/GEL_XXX/ART113.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.
- MARCUSCHI, L. A. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização. In: MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARTINS, H. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. *Veredas, revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 19-42, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25320>. Acesso em 13 Mar. 2022.
- MATURANA, H.; VARELA, F. *A Árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Psy II, 1995.
- MONDADA, L.; DUBOIS D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.) *Referenciação. Clássicos da Linguística*. v.1. São Paulo: Contexto, p. 17-52, 2003.
- NASCIMENTO, F. P. Classificação da Pesquisa: natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: *Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC*”. Brasília: Thesaurus, 2016.
- SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25354>. Acesso em 13 Mar. 2022.

A CULTURA AFRICANA RETRATADA NOS LIVROS DE LITERATURA INFANTOJUVENIL DO PNBE¹

Gladir da Silva Cabral²
Renata Fernandes³

Resumo: Este artigo apresenta uma análise de conteúdo das obras de literatura infantojuvenil incluídas no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) publicadas em 2013, que tratam, mais especificamente, da cultura dos africanos e afrodescendentes brasileiros. Como referencial teórico, utilizam-se autores como Kabengele Munanga (2012), Nilma L. Gomes (2011), Roque Laraia (2005) e Stuart Hall (2005). Foram analisadas as seguintes obras: *Aqaltune e as histórias da África*, de Ana Cristina Massa (2012); *A tatuagem*, de Rogério Andrade Barbosa (2012); *Comandante Hussi*, de Jorge Araújo (2006); *Kamazú*, de Carla Caruso (2011); *Orixás do Orum ao Ayê*, de Alex Mir (2011); e *Você é livre*, de Dominique Torres (2012). Os resultados da análise demonstram que a cultura africana e dos afrodescendentes brasileiros está, de alguma forma, presente nas obras de literatura infantojuvenil distribuídas nas escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Cultura Africana. Afrodescendentes. Identidade. Literatura Infantojuvenil.

THE AFRICAN CULTURE PORTRAYED IN PNBE CHILDREN'S LITERATURE BOOKS

Abstract: This article presents an analysis of the works of children's literature included in the Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) published in 2013 that deal with the African culture and culture of the African descendants in Brazil. The theoretical framework of this study includes authors such as Kabengele Munanga (2012), Nilma L. Gomes (2011), Roque Laraia (2005), and Stuart Hall (2005). The analysis developed from the results obtained led us to the conclusion that African and African descendant culture is somehow present in the works of children's and youth literature distributed in Brazilian schools.

Keywords: African Culture. African Brazilians. Identity. Children's Literature.

1 Especificamente, trata-se aqui do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) Literário.

2 Doutor em Letras, Inglês (UFSC) e docente na Universidade do Extremo Sul (UESC). E-mail: la@unesc.net

3 Pós-graduanda em Pós Graduação em andamento em Docência No Ensino Superior: Tecnologias Educacionais E Inovação. Professora Mediadora do Núcleo de Educação a Distância Unicesumar E-mail: renatapavan7@hotmail.com

Introdução

A produção de livros literários para crianças surge, no Brasil, entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Até esse momento havia apenas traduções de obras europeias impressas em Portugal e distribuídas aqui de forma irregular. Entre 1880 e 1920 houve o aumento da população urbana e, com isso, o desenvolvimento das grandes cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro. É nesse contexto que as escolas se desenvolvem no Brasil e se inicia uma maior produção e distribuição de livros voltados para o público infantojuvenil. Como Regina Zilberman salienta que

[...] é preciso não esquecer a grande importância – para a literatura infantil – que o saber passa a deter no novo modelo social que começa a se impor. Assim, também as campanhas pela instrução, pela alfabetização e pela escola davam retaguarda e prestígio aos esforços de dotar o Brasil de uma literatura infantil nacional. (ZILBERMAN, 1985, p. 28)

A partir de 1894, iniciou-se a nacionalização da literatura infantil brasileira com obras como os *Contos da Carochinha*, de Figueiredo Pimentel, a partir das histórias de Perrault, dos irmãos Grimm e de Andersen. Nesse período, a literatura infantil ainda era muito marcada pela cultura europeia. Em 1921, Monteiro Lobato, interessado na literatura infantil brasileira e na publicação e distribuição de livros infantis, lançou *Narizinho Arrebitado* e revolucionou a história literária do Brasil. Lobato investiu na literatura para crianças não apenas como autor, mas também como empresário, fundando editoras e organizando um complexo de distribuição de livros até então inédito no País (ZILBERMAN, 1985, p. 46).

Lobato marcou também o início da representação da negritude do negro na literatura infantil brasileira ao publicar a obra *A Menina do Narizinho Arrebitado* (1920), mais tarde republicada

com o título de *Reinações de Narizinho* (1931), tendo como personagens a Tia Nastácia, na sua condição de cozinheira, e o Tio Barnabé, homem negro e da roça. com a personagem da Tia Nastácia, que é a cozinheira do Sítio, além da personagem do Tio Barnabé. Apesar dos preconceitos linguístico e racial presentes na narrativa, que estigmatizam essas personagens, elas representam a riqueza da cultura popular, a sabedoria do povo, do nosso folclore, de nossa tradição oral. Na obra, Tia Nastácia é uma grande contadora de histórias, costura a boneca Emília com suas próprias mãos e domina como ninguém as artes da cozinha. Posteriormente, duas outras obras marcantes apresentariam, de forma inovadora, personagens negras como protagonistas das histórias, que são: *Menina bonita do laço de fita*, da autora Ana Maria Machado, publicado em 1986, e *O menino marrom*, do autor e desenhista Ziraldo, também publicado em 1986.

Depois de uma longa história de escravização, resistência e luta, os afrodescendentes tiveram assegurados pela Lei n. 10.639/03 o ensino da sua história e da sua cultura nas escolas públicas e privadas do Brasil. De modo ainda limitado, tendo em vista as tensões e resistências da sociedade brasileira em torno do tema, as escolas brasileiras estão se adaptando e incluindo esses conteúdos nos seus currículos. Mesmo após diversas mudanças curriculares nos últimos anos, a Lei n. 10.639/03 continua em vigor e a política de cotas permanece. Posteriormente, a cultura indígena também foi contemplada pela Lei.

Dessa forma, interessa-nos investigar, como objetivo geral, de que forma a cultura africana e os afrodescendentes são retratados nos livros de literatura infantojuvenil incluídos no Programa PNBE de 2013, mais especificamente no ano de 2013. Os objetivos específicos são os seguintes: 1) analisar e construir o conceito de cultura, africanidade, raça e etnia; 2) apresentar um

panorama da história da literatura infantil no Brasil; 3) com base em teóricos dos estudos da cultura, analisar os livros do PNBE de 2013 que abordam a cultura africana e afrodescendente.

Metodologia

Como este estudo tem uma abordagem qualitativa, lembramos o que afirma Ilse Maria Beuren: “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado [...]” (2004, p. 92). No intuito de compreender como a cultura africana e dos afrodescendentes é retratada nos livros de literatura infantojuvenil pertencentes ao PNBE do ano de 2013, partimos da hipótese de que as obras escolhidas constroem uma representação da cultura e da identidade afro-descendente. O tipo de pesquisa aqui apresentado aproxima-se mais da documental e bibliográfica.

Inicialmente, investigou-se o PNBE⁴ desde a sua implementação. Após esse processo, foi feito um levantamento dos acervos de cada ano, para que assim pudessemos definir qual ano e quais obras seriam pesquisadas. Dessa maneira, decidiu-se que trabalharíamos com o ano de 2013 porque seria o último ano do programa. Definido o período, foi feita uma pesquisa minuciosa para que pudessemos encontrar todos os livros que abordassem o tema escolhido. Assim, foram identificados seis livros nos três acervos disponíveis para aquele ano, e cada acervo possui 60 livros cada. Após a identificação das obras, começamos a entrar em contato com as escolas da região do sul catarinense para sabermos se haviam recebido as obras. Das seis obras, cinco foram encontradas nas escolas.

4 “O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, teve o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência” (informações do site do PNBE: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>).

Com as obras em mãos, primeiramente, foi feita a leitura, para posterior categorização e análise. As categorias encontradas foram: escravidão; língua; respeito aos mais velhos e às tradições; uso de ervas medicinais; hábitos alimentares; dança e festa; roupas e adereços; e, por fim, religião. A pesquisa prosseguiu com um levantamento bibliográfico, o qual propiciou o embasamento teórico necessário para analisar os objetos selecionados

As obras selecionadas para análise neste trabalho são: *Aqaltune e as histórias da África*, de Ana Cristina Massa (2012); *A tatuagem*, de Rogério Andrade Barbosa (2012); *Comandante Hussi*, de Jorge Araújo (2006); *Kamazû*, de Carla Caruso (2011); *Orixás do Orum ao Ayê*, de Alex Mir (2011); e *Você é livre*, de Dominique Torres (2012).

Nesse sentido, uma ideia geral de cada obra é apresentada da seguinte maneira: *Aqaltune e as histórias da África*, romance escrito pela autora brasileira Ana Cristina Massa (2012), tem 161 páginas e combina ficção e realidade. A história se passa na Serra da Barriga, em Alagoas. Maria, Aqaltune, que gostava que a chamassem de Alice, e Guilherme, o Orelha, vão passar férias na fazenda dos pais de Maria, que tinha sido um engenho de cana-de-açúcar na época da escravidão. Ao chegarem à fazenda, conhecem Vó Cambinda, que é a cozinheira do lugar e seu neto Kafil. Vó Cambinda mora numa comunidade quilombola e, no decorrer da narrativa, conta a história do Quilombo dos Palmares e de seu ancestral o Zumbi dos Palmares. Ela conta o que são e como surgem as lendas. Conta a lenda da princesa Aqaltune, princesa do reino do Congo que foi capturada, vendida como escrava e enviada para o Brasil. Após vários acontecimentos, a fazenda vira um museu, para que as pessoas possam conhecer mais da história daquele local.

A Tatuagem é um livro infantil escrito pelo autor brasileiro Rogério Andrade Barbosa (2012), que nasceu em Minas, mudou-se para o Rio de

Janeiro ainda criança, morou na Guiné-Bissau e de lá trouxe consigo muitas histórias orais, inclusive a que conta nesse livro, que é ilustrado por Maurício Negro. A história é sobre o povo Luo, conhecido como povo dos rios e dos lagos. Duany, personagem principal, tinha quinze anos e, como todas as garotas da aldeia, pensava em casar-se. Todas as garotas têm o corpo tatuado; quanto mais tatuagens, mais pretendentes. Duany atrasa-se para ir com suas amigas a um tatuador renomado que se instalara na região. As amigas deixaram folhas de tabaco para marcarem o caminho. Duany seguia pelo caminho, quando ouviu uma voz e, curiosa, foi ver o que era. Ao deparar-se com um buraco, encontra uma serpente, uma píton. A moça é hipnotizada pela serpente e trabalha para ela pilando milho até seus braços se cansarem. A cobra dá a Duany uma linda tatuagem, porém ela não pode contar a ninguém. Ao voltar para a aldeia, todos queriam saber onde conseguira aquela tatuagem. Duany ficou triste e calada, pois daquele momento em diante, sempre que a píton chamasse, ela teria de ir ao seu buraco. Os rapazes não a deixavam em paz. Quando a píton a chama pedindo que vá encontrá-la no dia seguinte, a moça pede aos rapazes que construam uma cabana bem resistente, sem portas para protegê-la. A serpente ficou furiosa quando Duany não apareceu e foi à aldeia, todos os moradores fugiram, menos Rumbe, que aproveita a distração da cobra e a mata. Livre da maldição, Duany casa-se com Rumbe.

Kamazú, livro infantil de 32 páginas escrito e ilustrado pela autora brasileira Carla Caruso (2011), conta a história de um menino chamado Kamazu que, ao ficar órfão, vai morar com seu tio, que por sua vez o entrega a um senhor como pagamento de uma dívida. A partir desse dia, ela passa a ser escrava. Essa história se passa em Luanda.

Kamazú teve um sonho em que o rio falava com ele, nesse sonho o rio pede para ele ir na manhã seguinte até a margem, onde poderá escolher

uma dentre três coisas que mais lhe agradar. Quando chegou à margem do rio, peixes dourados apareceram. Ao tentar pegar algum, um dos olhos do peixe caiu e a boca se abriu parecendo dizer “Calubungo”. Ao observar com atenção, percebeu que era uma pedra verde, uma pedra mágica. As três coisas que ele poderia escolher eram: armas, algodão e ervas medicinais. Ele procura vó Luana, que era uma escrava que morava na casa dos patrões, para aconselhá-lo sobre o sonho. Ele escolhe as ervas e começa a aprender sobre elas, observando os animais. Assim, ele trona-se curandeiro e consegue comprar sua liberdade e a liberdade de vó Luana.

Orixás do Orum ao Ayê, escrito pelo autor brasileiro Alex Mir e ilustrado por Caio Majado (2011), é um livro de história em quadrinhos de 78 páginas que conta a criação do mundo pela perspectiva do candomblé. O livro começa com o aparecimento de Olorum que, cansado de ficar só, faz brotar a vida em pequenas gotas de água. A água começa a formar poças e aos poucos toma forma e, assim, surge um ser. Esse ser era muito parecido com Olorum e, com um sopro da vida, nasce o primeiro orixá. Feliz com o que havia criado, Olorum decide criar mais orixás. Olorum manda Oxalá ao Ayê, um imenso Oceano, para criar terra firme, porém Oxalá fracassa. E quem recebe essa missão é Odudua, que a cumpre como Olorum mandara. Oxalá recebe nova missão, a de criar seres para povoar o Ayê. Com a ajuda de Nanã, ele consegue fazê-lo, e assim foi criado o mundo, segundo a perspectiva do candomblé. A obra é muito interessante na medida em que transporta para o formato livro uma cultura originalmente oral. Trata-se de uma transposição enriquecida pelas imagens da linguagem do HQ.

Você é livre, romance infantojuvenil de 106 páginas escrito pela jornalista e humanista francesa Dominique Torrès (2012) e ilustrado por Thomas Ehretsmann e Christiane Costa e traduzido por Maria Valéria Rezende, aborda a questão da

escravidão ainda presente no Níger, país da África Ocidental. Amsy e sua família são escravos de uma família de tuaregues, povo nômade que transita por vários países do deserto do Saara. Um dia, quando Amy catava gravetos para sua mãe acender o fogo e preparar a comida dos patrões, viu chegar um homem desconhecido e convidá-lo para ir à cidade, onde seria livre. O menino fica sem saber o que fazer: ser livre ou ficar com a família. Amsy decide ir com o estranho, assim poderia quem sabe ajudar sua família e poderia encontrar sua irmã que fora vendida pelos patrões. Ao chegar à cidade, é acolhido pela família de Muhamed e vai para a escola. Com a ajuda de Muhamed, consegue libertar sua família e encontra sua irmã. Amsy lutou muito, porque o caminho da liberdade é duro para quem nunca soube senão se calar e obedecer.

Comandante Hussi é um romance infantojuvenil escrito pelo jornalista Jorge Araújo (2006), nascido em Cabo Verde, e ilustrado pelo brasileiro Pedro Sousa Pereira. Nesse livro de 121 páginas, o narrador conta a história da família Sissé, que mora na Guiné-Bissau. A história se passa no Porto dos Batuquinhos, mistura realidade e ficção, e trata da Guerra do Balão, que aconteceu naquele país. Hussi, um menino de quinze anos, tem uma bicicleta velha e mágica, a bicicleta fala com ele. Quando a guerra explode e ele tem de deixar a casa com sua mãe e irmãos, esconde a bicicleta num buraco e a cobre de terra. Seu pai tem de lutar na guerra. Ele, sua mãe e irmãos vão para outra aldeia, mas ao chegar o menino volta escondido para ficar com seu pai. Assim ele acaba vendo de perto os horrores da guerra e, nas horas mais complicadas, sua bicicleta conversa com ele por pensamento. Ao término da guerra, volta para sua casa e vai à procura de sua bicicleta e, ao reencontrá-la, fica feliz e sai pedalando para a eternidade.

História, identidade e cultura

Inicialmente, apresentam-se os conceitos fundamentais que darão base ao trabalho, os conceitos de: identidade, cultura e cultura afro-brasileira. Em seguida, trata-se das circunstâncias relacionadas à vinda dos escravizados africanos para o Brasil. Mais adiante, aborda-se a constituição da identidade, de como a identidade negra resulta de um processo histórico. Trata-se também do conceito de cultura, que concepção serão adotados para este trabalho. Posteriormente, contemplam-se os movimentos negros existentes no Brasil, qual a sua importância para os avanços das conquistas dos negros na sociedade brasileira. E, para finalizar, abordam-se as questões legais referentes à Lei n. 10.639/03, relacionada ao projeto político pedagógico, na Educação Básica do Brasil, que visa ao ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nos níveis fundamental e médio no que diz respeito à cultura africana e dos afrodescendentes.

Os primeiros africanos chegaram ao Brasil no ano de 1580, pela rota transatlântica. Vieram de vários lugares da África para trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar e, posteriormente, nas fazendas de café, sendo trazidos de três regiões geográficas: África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Austral (MUNANGA, 2012). Os laços sociais anteriores foram rompidos ao atravessarem o mar. Aqui chegando, tentavam encontrar e manter os vínculos com pessoas que dividiam as mesmas crenças e costumes, construindo, assim, comunidades com o conhecimento da terra natal, tentando manter sua cultura. No Brasil, a escravidão durou mais de trezentos anos, e os africanos foram levados a diversas regiões do País, definindo a presença da cultura afro-brasileira.

Os africanos chegaram aqui, não como viriam os italianos, alemães ou outros imigrantes “brancos”, isto é, livres, mas vieram como escravos. Em seus países, eram livres, eram guerreiros, reis, princesas, curandeiros, caçadores, agricultores, pastores, pescadores... Junto com eles vieram suas

histórias e as histórias de seu povo. Contudo, os africanos não chegaram com a identidade que possuíam em seus lugares de origem. Uma nova identidade, subalternizada e inferiorizada, foi construída pelos europeus que colonizaram a América e a África, como “índios” e “negros”. Essa identidade atribuída contrastava fortemente com a identidade reivindicada pelos próprios africanos. Como comenta Munanga:

A tomada de consciência das diferenças desemboca em seu processo de formação das identidades construtivas hetero-atribuídas⁵ e auto-atribuídas⁶ [notas nossas]. Os processos identitários, sabe-se, são estritamente ligados à própria história da humanidade. [...] o discurso identitário é veiculado pelo pensamento mítico. [...] Com o descobrimento da América e da África, os povos autóctonos recém descobertos receberam as identidades coletivas de “índios” e “negros”. (MUNANGA, 2003, p. 5)

Essa identidade subalternizada é justificada a partir do mito da superioridade racial europeia e acaba por servir de base tanto para o regime escravagista quanto para a segregação racial, como também para o preconceito que continuará como resíduo, mesmo depois do fim da escravidão e do apartheid. A identidade negra, para Munanga (2012), está ligada à sua experiência comunitária, a uma história em comum. Roy Eyerman (2003), em sua obra sobre a escravidão e a formação da identidade negra intitulada *Cultural Trauma: Slavery and the Formation of the African American Identity*, também reconhece que a identidade do homem negro norte-americano se dá coletivamente, a partir de um trauma partilhado: a escravidão. Pode-se relacionar o trauma que Eyerman observa na história da escravização dos povos africanos nos Estados Unidos com o que acontece no Brasil. Em comum, sofrimento, violência, injustiça e estigma. Esse é um processo tenso e cheio de contradições e conflitos.

5 Outra pessoa define o grupo racial do sujeito

6 O próprio indivíduo escolhe o grupo racial do qual se considera membro.

Segundo o teórico da cultura e sociólogo Stuart Hall, a identidade é construída na experiência social do eu, em sua interação com a sociedade, em “diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2014, p. 11). Para Stuart Hall:

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”. (SCHWARZ, 1986 *apud* HALL, 2014, p. 30)

No caso dos africanos que vieram forçadamente para o Brasil, eles não eram vistos pelos portugueses com os traços identitários tais quais reivindicavam, mas da forma como os portugueses os imaginavam, como seres inferiores e que precisavam ser dominados e escravizados pela chamada “civilização”. Segundo Munanga (1988), as primeiras notícias que se têm sobre os negros surgem com o historiador Heródoto que, baseando-se na teoria dos climas, criou a imagem do mundo não visitado, cheia de “ clichês ” desfavoráveis. De acordo com a teoria dos climas, quem habitasse em lugares com temperaturas muito quentes ou frias seriam bárbaros; e os que habitavam em lugares com temperaturas temperadas seriam civilizados. Na época, todas as descrições dos povos africanos mostravam-nos como animais selvagens (MUNANGA, 1988).

No século XV, quando os portugueses e os aventureiros de outros países europeus chegaram ao continente africano e se depararam com os povos descritos nos relatos, mantiveram a versão. Embora reconheçam as diferenças físicas e culturais entre

os negros encontrados no continente, o que mais chamou a atenção dos europeus parece ter sido as características comuns entre esses povos: “a cor da pele, o cabelo, a forma do nariz e dos lábios, a forma da cabeça, etc.” (MUNANGA, 1988, p. 14). A invenção do conceito de superioridade racial em relação aos africanos foi inaugurada por um historiador português do tempo do descobrimento: Gomes Eanes de Zurara, o primeiro racista da história, comissionado em 1452 pelo rei Afonso V para escrever uma biografia do príncipe Henrique (filho do rei João, de Portugal) relatando a história do tráfico de escravos no continente africano (KENDI, 2017). E essa construção serviu de base para todo o processo colonial que veio a se desenvolver nas Américas.

Para o contexto dos objetivos de nossa pesquisa, partindo do princípio de que a identidade é um conjunto de significados que representa uma sociedade, questionamos: de que forma as identidades africana e dos afrodescendentes estão representadas nos livros infantis selecionados? Será que estão representadas de modo digno em sua heterogeneidade, como povos autônomos? Como se constitui a identidade negra nos livros que estão nas escolas para que os discentes aprendam ou ampliem os seus conhecimentos sobre o referido assunto?

Neste artigo, partimos do entendimento de cultura como sendo uma construção coletiva, histórica, política e econômica que engloba todas as dimensões, práticas, discursos e significados de uma sociedade. No passado, Edward Tylor (1832-1917) definiu o conceito de cultura como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871 *apud* LARAIA, 2005, p. 25). Nessa mesma direção, Kroeber (*apud* LARAIA, 2005) argumenta que a alimentação, a dança, a música, os diversos modos de se vestir

fazem parte da experiência de vida social de todos os povos, e isso está diretamente relacionado à sua cultura.

[...] o homem, membro proeminente da ordem dos primatas, depende muito de seu equipamento biológico. Para se manter vivo, independentemente do sistema cultural ao qual pertença, ele tem de satisfazer um número determinado de funções vitais, como a alimentação, o sono, a respiração a atividade sexual etc. Mas, embora estas funções sejam comuns a toda humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra. (KROEBER, 1949 *apud* LARAIA, 2005)

Cultura, de acordo com os autores acima citados, seria tudo o que constitui uma sociedade, ou seja, alimentação, vestuário, crenças, leis, dança, costumes, língua, mitos e lendas, entre outras coisas. Toda cultura é complexa em si mesma e não há hierarquia entre as culturas, ou seja, não há uma cultura melhor ou mais evoluída do que outra. Cada cultura é igualmente rica e são resultados de inúmeros avanços históricos e de processos de educação. Laraia (2005) afirma que “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores” (LARAIA, 2005, p. 45).

Ao invés de ser um espaço unidirecional, linear e unitário, a cultura é espaço de entrechoques de forças internas e externas, espaço de conflitos abertos ou dissimulados, que se manifestam por rastros deixados na linguagem, nas instituições, nas práticas cotidianas e nas narrativas históricas. Stuart Hall argumenta que “a cultura popular negra é um espaço contraditório. É um local de contestação estratégica. Mas ela nunca pode ser simplificada ou explicada nos termos das simples oposições binárias habitualmente usadas para mapeá-la” (HALL, 2003, p. 341). A cultura é construção coletiva, às vezes em colaboração, às vezes em tensão, muitas vezes com violência, no exercício da contradição das narrativas. A cultura brasileira, por exemplo, agrega perspectivas diversas, como as dos colonizadores europeus, os povos originários

que aqui resistiam, os povos africanos (em sua grande diversidade), que para cá foram trazidos, enfim, cada um com sua percepção, seus valores, suas formas de organização, sua linguagem, suas narrativas.

Nossa pesquisa centrou-se nesta questão: até que ponto os elementos que constituem a cultura africana e afro-brasileira estão presentes nos livros do PNBE? De que forma são apresentados aos leitores? Esses elementos abordam a cultura africana de forma parcial ou integral? Há algum tipo de sugestão de atividades escolares indicada nos discursos dos prefácios, texto introdutório ou anexos desses livros, que proponham uma reflexão sobre o que é cultura e como compreendê-la?”

Dentro do tema da presença da cultura afro-brasileira na área da educação, é preciso lembrar que, desde a escravidão, as populações de afrodescendentes lutam por seus direitos. Desde essa época, ocorreram movimentos de resistência por parte de comunidades de escravos, seja pela fuga, seja pela luta corporal, pelo cultivo de suas tradições trazidas da África. Assim, de forma clandestina e precária, mas forte e decidida, surgiu no Brasil o movimento negro. Zumbi dos Palmares foi um dos pioneiros nessa luta contra o sistema escravista. Após a abolição da escravidão, os negros começaram a luta por igualdade social e contra o preconceito racial. Porém, é na década de 1970 que o movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pôde ser entendido como um novo sujeito coletivo e político, despontando no Brasil. Dentre os demais movimentos sociais e populares, o movimento negro destaca-se por conta da sua história de luta e resistência (GOMES, 2011). De acordo com Marcos Cardoso (2003),

Para o movimento negro, o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade brasileira. Ao emergir no cenário nacional e político destacando a especificidade da luta política contra o racismo, o movimento negro buscou na história a chave para compreender a realidade

do povo negro brasileiro. Assim, a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 70. O movimento negro é, portanto, fruto de uma “negatividade histórica”. (CARDOSO, 2002 *apud* GOMES, 2011, p. 136)

Segundo Nilma Lino Gomes (2011), surgiram várias frentes de lutas após a abolição dos escravos, como: a Revolta da Chibata (1910), a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o Teatro Experimental Negro (TEN), que esteve ativo entre 1944-1968. Em 1978, organizou-se o Movimento Negro Unificado (MNU), nos anos 1980 as mulheres negras fundaram o Movimento das Mulheres Negras. Em 1995, em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, foi organizada a marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida.

[...] nesse momento histórico que se realiza uma inflexão em relação ao lugar na questão racial na política pública, sobretudo no campo educacional. A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofonia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul, é considerada um marco. Precedido no Brasil pelas pré-conferências estaduais e pela Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001 na UFRJ, esse momento marca a construção de um consenso entre as entidades do Movimento Negro sobre a necessidade de se implantar ações afirmativas no Brasil. A educação básica e a superior e ainda o mercado de trabalho são as áreas mais destacadas. (GOMES, 2011, p. 143)

Entre as conquistas mais recentes da história brasileira, como a política de cotas e criminalização do racismo, podemos destacar as leis que foram criadas para a inserção da cultura e da história afro-brasileira nos currículos escolares. Em 2003, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 10.639, que determina que todas as escolas públicas e particulares da educação básica ensinem a história e a cultura

afro-brasileiras (BRASIL, 2003). Posteriormente, em 10 de março de 2008 foi sancionada a Lei n. 11.645, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008). Em direta ligação, as escolas brasileiras estão se adaptando e incluindo esses conteúdos nos seus currículos. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação vem dando suporte a essa política de inclusão social das parcelas da população que têm origem afrodescendente.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003)

Percebe-se, contudo, a relevância do movimento histórico do homem negro nas conquistas que os afrodescendentes brasileiros alcançaram, porém sabe-se que a luta continua, que a desigualdade ainda persiste e que ainda há muito por fazer e muito a ser conquistado. Além do mais, a história da sociedade brasileira tem seus avanços e retrocessos, momentos de abertura política e fortalecimento das instituições e momentos de ameaça ao espírito democrático e de perdas de direitos sociais penosamente conquistados.

Traços da história e da cultura africana nos livros infantis

As categorias de análise deste artigo se constituíram a partir da leitura das obras, conforme foram sendo encontrados elementos iguais ou semelhantes. A análise está dividida em oito partes: a experiência da escravidão; a língua como um marco identitário; o respeito aos mais velhos e às tradições; o uso de ervas medicinais; os hábitos alimentares; a dança e a festa; as roupas e adereços; e a religião.

A experiência da escravidão

Nas obras analisadas encontramos vários elementos culturais e elementos que constituem a identidade negra, como as narrativas antigas, as roupas, as comidas, os nomes africanos das personagens. Começaremos pela identidade. Nas obras *Aqualtune e as histórias da África* (2012), *Você é livre* (2012) e *Kamazú* (2011), notamos a presença marcante da escravidão, ou seja, essas narrativas de ficção têm como temática a escravidão de homens e mulheres de épocas passadas e dos tempos contemporâneos. Na obra *Você é livre* (2012), a personagem protagonista é um escravo do povo Tuaregue, do tempo atual. A obra *Aqualtune e as histórias da África* (2012) traz a lenda de uma princesa do reino do Congo que foi trazida como escrava para o Brasil no século XVI. Por sua vez, na obra *Kamazú*, a personagem principal é dada como pagamento de uma dívida. Em *Você é livre* (2012), percebemos a presença da escravidão nas seguintes passagens:

Amsy conhece todos os escravos dos acampamentos nos arredores. Tanto os muito velhos quanto os mais jovens, os homens robustos e as meninas frágeis. Os patrões não gostam que seus escravos se encontrem, mas não podem vigiá-los o tempo todo. Pelo meio do dia, quando o sol bate mais forte e os nobres tuaregues vão tirar um cochilo debaixo de suas tendas, os escravos aproveitam para se encontrar em volta do poço do oásis. (TORRÈS, 2012, p. 10-11)

Nesse trecho percebemos que há uma relação de trabalho forçado entre a família do menino e os patrões; desde o começo do livro podemos perceber que essa relação não é regulada por nenhuma sistema legal de proteção ao trabalhador. Não há liberdade para esses trabalhadores, que são constantemente vigiados. E é nas falhas dessa violência que a interação entre escravos é possível. No rodapé da página 10, há uma nota explicativa segundo a qual a sociedade tuaregue “é muito desigual, pois está dividida entre os senhores, que se consideram nobres – e são morenos, mas não negros –, e os escravos negros, que eles mantêm em cativeiro, geração após geração” (TORRÈS, 2012, p. 10). Essa relação de trabalho escravo fica bem clara no capítulo 3 (três) do livro analisado, como no breve diálogo a seguir:

– Amsy, você é um akli, um escravo, não é?

Amsy assente com um movimento da cabeça.

– Sua família também é akli... (TORRÈS, 2012, p. 27)

O livro *Você é livre* (2012) trata da realidade atual de muitas pessoas que, em pleno século XXI, ainda são escravas e, igualmente, das lutas de várias organizações que lutam para acabar com a escravidão. As ilustrações de Christiane Costa trazem as imagens do mundo tuaregue, os camelos, as dunas do deserto, além disso as correntes, os cadeados e as mãos unidas das personagens que tentam resistir à escravidão.

A obra *Aqaltune e as histórias da África* (2012) aborda a escravidão como ocorreu no Brasil do século XVI ao XIX: “Na época em que tudo isso era um engenho de cana de açúcar, tinha sim uma senzala, com escravos” (MASSA, 2012, p. 19). Aborda também a forma como os negros viviam

em suas nações de origem e como vieram para o Brasil.

A princesa Aqaltune veio para o Brasil em um navio negreiro. De uma hora para outra ela deixou de ser princesa e virou escrava. Foi maltratada, embarcou em um dos milhares de navios cheios de escravos saídos da África. Uma viagem que durava meses, e os homens, mulheres e até crianças eram amontoados nos porões desses navios. (MASSA, 2012, p. 50)

O enredo narrado é uma espécie de introdução à História do Brasil, de como foi o período escravagista (1535-1888) governado pelos senhores de engenhos e os escravos, de como eles fugiam, como formaram o Quilombo dos Palmares e a história dos negros no nosso país, mais especificamente no Nordeste do Brasil.

Em *Kamazú* (2011), vê-se como a escravidão também ocorreu em Luanda, na África. “Sem ter mais ninguém que o ajudasse, Kamazú passou a ser escravo, e seu trabalho era cavar a terra, cortar lenha e tirar água para os seus patrões” (CARUSO, 2011, p. 4). Esse era o trabalho de uma criança escrava. Mostra também que os escravos eram castigados quando falhassem. “Se Kamazú falhar, podem bater nele para que não seja mais tão atrevido” (2011, p. 25).

Embora não seja o único tema a ser tratado no que se refere à história do povo afrodescendente no Brasil, a escravidão sempre aparece ligada à questão da identidade negra, de certa forma, reforçando esse sentimento de trauma inicial que inaugura a presença dos povos africanos no Brasil e que marca profundamente a comunidade negra, como nos termos já apontados por Kabengele Munanga (2012) e Roy Eyerman (2003) neste trabalho. Esse trauma está diretamente relacionado à violência e ao domínio dos corpos dos negros pelos seus dominadores brancos, uma experiência viva em muitas narrativas clássicas (como os textos autobiográficos de escravos) de homens e mulheres negros e negras (ROLAND, 2011).

A língua como marco identitário

Um dos elementos de cultura que encontramos em todas as obras é a língua referente ao país em que a obra está contextualizada. Ferdinand de Saussure afirma que

[...] a língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. [...] Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar uma imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e nossos sistemas culturais” (1969 *apud* HALL, 2014, p. 40).

Na obra *A tatuagem* (2012), a língua do povo Luo aparece no provérbio do povo: “Nyndo nyamin tho”, que significa “o sono é o irmão da morte”, ou no trava-língua: “Atund tond atonga, tond atonga chodi”, que quer dizer “eu amarro a cesta, a corda da cesta arrebenta” (BARBOSA, 2012, p. 13). Há também os “juogi”, espíritos dos mortos que habitavam os corpos de certos animais, como as serpentes. A linguagem da narrativa retrata o mundo das aldeias, das colheitas, a vida rural do povo Luo, que abrangem extensas regiões do Quênia, Tanzânia e Uganda, como na expressão “Nyndo nyamin tho”, pronunciada pela serpente, que quer dizer: “o sono é o irmão da morte”. Evidentemente, o foco da narrativa não está nas grandes e modernas cidades africanas, mas o mundo do interior.

Na obra *Kamazū* (2011), a língua aparece nos nomes das personagens: “Madiá”, Bulu”, “Pitila” “Kamazū”, que significa “medicinal”, e no nome de uma pedra “Calubungo”, que quer dizer pedra mágica. A narrativa é mítica, portanto traz todo um vocabulário de um mundo não moderno, fala de aldeia, não de cidade, da dívida de um boi, que é paga com o trabalho escravo de um sobrinho. Como cenário, a savana, o baobá, como parte da cultura, os provérbios como a que a avó de Kamazū disse a ele: “O que Deus lhe deu, aceite-ocom ambas as

mãos!” (CARUSO, 2011, p. 7). Percebe-se, então, que a linguagem ajuda a construir a narrativa, a caracterizar as personagens, a definir o espaço ficcional e cultural.

Em *Orixás do Orum ao Ayê* (MIR, 2011), a língua aparece nos nomes dos deuses e dos lugares como: “Olorum”, “Oxalá”, “Orum”, “Odudua”, “Olodunmare”, “Ayê”, “Exu”, “Ifá”, “Ilé nfê”, “Agemo” e “Nanã”, presentes no corpo da própria obra. E, por se tratar de uma história em quadrinhos, tão importante quanto a linguagem é também a imagem, a ilustração; isto é, a linguagem visual. Por sua vez, na obra *Você é livre* (2012), a língua do Níger está presente nos nomes das personagens: “Amsy”, “Assibit”, “Seydi”, “Muhamed”; “Akli”, que significa escravo; “Hadiza”, “Niamey”, “Abdu”, “Backa”, “Abalak” e “Takané” (MIR, 2012).

Em *Aqaltune e as histórias da África* (2012), a língua aparece no nome de algumas personagens, como “Aqaltune”, “Cambinda”, “Kafil”, que significa protetor; nos nomes dos deuses, como “Nzambi Mpungu”, “Kalunga” “Katendê”, “Jinsaba” e “Mutakalambo”; e no nome da árvore gameleira: “Mulemba”. Na obra *Comandante Hussi* (2006), a língua aparece no nome “Ayassa”, “Hussi”, “Doskas”, “Tuasb”, “Totonito”, “Abdelei”, “Batcha”, “Bitunga” e “Tetse” e na alusão à árvore Baobá, que é de origem africana. O livro cita animais da savana africana como: o rinoceronte, o elefante, o leão e a girafa. Essa obra traz algumas palavras da língua portuguesa conforme é falada em Portugal, como “equipa” (equipe), “a pouco e pouco” (pouco e pouco), “regressar a casa” (voltar para casa), “marcha-atrás” (marcha à ré).

Como observamos, há várias referências ao fenômeno da linguagem como elemento fundamental da cultura do povo, um reconhecimento de que a identidade de uma nação passa pelo uso criativo da linguagem, entendendo nação aqui como um grupo social e cultural específico, não necessariamente o Estado-nação

e outros conceitos ligados à modernidade. Não há língua mais ou menos desenvolvida, o que há é variedades linguísticas e singularidades, isto é, manifestações locais, dialetais da língua. Stuart Hall (2014) acentua bastante a importância da linguagem para a construção da identidade cultural. Falar uma língua não é apenas expressar ideias e sentimentos individuais, pessoais, mas é, sobretudo, “ativar uma imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2014, p. 40).

O conjunto de palavras de origem africanas, que compõem as obras em estudo, possibilitam oferecer subsídios para promover na escola o entendimento de que a África é um continente multicultural. Preparam também o aluno para o reconhecimento da diversidade no contexto escolar. A riqueza que as diferenças trazem não são apenas da ordem da cor da pele nem da nacionalidade, mas também da linguagem e das múltiplas culturas. E, a linguagem é parte fundamental das manifestações culturais (HALL, 2014; LARAIA, 2005).

O respeito aos mais velhos e às tradições

Percebemos que em algumas obras está presente o valor da sabedoria dos mais velhos e do respeito a eles devido, o que, atualmente, não presenciamos com tanta frequência em nossa sociedade brasileira, onde a juventude e o novo são centrais. Em *Kamazú* (2011), observamos a sabedoria dos mais velhos representados nos seguintes termos: “Vó Luana era assim, sempre tinha um provérbio para as mais diversas situações. Os escravos gostavam de conversar com ela e lhe pedir ajuda. Ninguém sabia ao certo sua idade, mas diziam que tinha mais de 90 anos” (CARUSO, 2011, p. 7). Mais adiante se lê:

E vó Luana, que já conhecia muitas coisas da vida lhe disse: – As armas, que são usadas para a caça, você não poderia usar porque você não pertence à classe dos caçadores. O

algodão serve para fazer tecidos, que depois são vendidos pelos comerciantes, mas você também não pertence ao grupo deles. Os remédios podem ser usados para a cura, e isso depende só de você. (CARUSO, 2011, p. 18)

Ou seja, vó Luana é aquela que dá conselhos, que orienta Kamazu. Na mesma obra está presente também o respeito aos mais velhos, como vemos nesta passagem: “O rapaz entrou em disparada na cozinha, beijou a mão de vó Luana e partiu com o casal” (CARUSO, 2011, p. 25).

Em *Aqualtune* (2012), a sabedoria dos mais velhos, pode ser verificada neste trecho da obra que exalta a sabedoria prática de vovó: “Alice olhava para Maria, que olhava para o pai, que olhava para Alice: – Claro! Claro que acreditei! Estou vendo a cicatriz do pé de Maria, incrível. Que plantas a vó usou no machucado? Segredo de quem conhece a natureza, de gente sábia, Alice” (MASSA, 2012, p. 65). Há, aqui, a relação entre sabedoria e conhecimento, no sentido de que ambos caminham juntos, ou seja, não há sabedoria sem conhecimento. Embora entre nós possa haver conhecimento sem necessariamente haver sabedoria, na cultura africana esses dois elementos são indissociáveis. Realmente, vó Cambinda “era uma ‘preta felha’ sábia, dona das lendas do quilombo, a negra mais antiga da vila, por isso chamada de ‘vó’. Ela carregava consigo todas as histórias que ouviu desde criança [...]” (MASSA, 2012, p. 24).

Na obra *A tatuagem* (2012), percebemos o respeito pelos costumes da tribo, costumes esses que marcavam a viuvez com a cabeça raspada. A mãe da personagem Duany estava socando grãos de milho no pilão; ao perceber a presença sonolenta da filha que estava atrasada para encontrar as amigas para irem ao tatuador, censurou-a: “– Você está cada vez mais preguiçosa. Suas amigas cansaram de te esperar e já foram – ralhou a mulher enxugando o suor que escorria por seu corpo. A cabeça raspada atestava sua viuvez” (BARBOSA, 2012, p.

10). Notamos aqui o respeito ao cumprimento do costume, uma mulher com seus cabelos raspados respeitando a tradição, por mais estranho que isso possa parecer aos olhos ocidentais.

O respeito às tradições religiosas parece estar espalhado em todas as páginas do livro *Orixás do Orum ao Ayê* (2011), que apresenta um verdadeiro painel das histórias, da arte, das danças, das personagens e dos valores da cultura religiosa afro-brasileira. A proposta dessa obra, datada de 2011, torna-se ainda mais urgente neste momento, quando a sociedade como um todo é inundada por um clima cada vez mais agressivo de intolerância religiosa. A ideia do livro não é fazer proselitismo religioso, mas oferecer a possibilidade de que estudantes da escola de educação básica brasileira reconheçam a diversidade cultural e conheçam as expressões religiosas para além do já conhecido.

De acordo com o documento *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, “[o] respeito aos mais velhos é um valor que precisa ser transmitido às crianças, sendo também um valor de destaque na cultura afro-brasileira e africana” (BRASIL, 2006, p. 41). Esse valor torna-se evidente em várias histórias presentes nos livros infantojuvenis distribuídos pelo PNBE. Helena Theodoro (2005), em seu artigo intitulado “Buscando caminhos nas tradições”, escreve:

A pedagogia de base africana é iniciática, o que implica participação efetiva, plena de emoção, onde há espaço para cantar, dançar, comer e partilhar. Reverenciam-se os mais velhos, que têm mais axé (força de vida), o que se traduz como mais sabedoria. Nas culturas negras os mais velhos são sempre os esteios da comunidade, tendo um papel fundamental para as decisões e desenvolvimento do grupo. (THEODORO, 2005, p. 96)

São valores que, em tempos de intolerância religiosa, política e étnico-racial como os atuais, precisam ser cultivados de novo e cada vez mais em nossas relações interétnicas no Brasil, a partir do convívio coletivo e do espaço físico do

ambiente escolar. Nesse sentido, alinhamo-nos ao entendimento de Eliane Debus, que também entende “a literatura como parceira e promotora de reflexão da temática da cultura africana e afro-brasileira na escola” (DEBUS, 2010, p. 2). Nesse sentido, a narrativa de lendas tradicionais como a de *Kamazú* (CARUSO, 2011), ou que apresentam o cenário cultural das religiões brasileiras de matriz africana, como é o caso de *Orixás: do Orum ao Ayê*, (MIR, 2011), são relevantes no contexto escolar.

O uso de ervas medicinais e hábitos alimentares

O uso de ervas medicinal, ou seja, a fitoterapia aparece nas obras: *Aqualtune* (2012) e *Kamazú* (2011). Em *Aqualtune*, quando Maria se machucou caçando vagalumes; e Kafil a leva para sua casa, onde vó Cambinda diz:

– Tragam aquelas ervas, água, os pilões e a bacia que está ali embaixo.

[...] separavam as plantas com um critério que Alice desconhecia. [...] Colocavam algumas espécies de folhas e pedaços de cascas de troncos dentro da bacia e outras plantas eles descartavam.

[...] uma pasta meio verde, meio marrom se formou. (MASSA, 2012, p. 39)

Neste trecho, percebemos o conhecimento que a personagem possuía em relação às plantas e ao seu uso. Sabia qual planta e qual casca teria o efeito cicatrizante, que necessitava para a ocasião. A estudiosa Glória Moura, em artigo que intitulou “Do direito à diferença” (2005), com respeito a um

estudo que enfatiza a dimensão simbólica da cultura e a importância da diversidade social, reconhece a relevância do conhecimento medicinal ancestral, os saberes diversos presentes nas tradições populares. Facilmente, esses saberes são desprezados pela cultura moderna e tidos como supersticiosos ou não científicos e toda a sua validade histórica é posta em xeque. Como esclarece Kabengele Munanga:

Quantas vezes ouvimos pronunciar, até por pessoas supostamente sensatas, a frase segundo a qual as atitudes preconceituosas só existem na cabeça das pessoas ignorantes, como se bastasse frequentar a universidade para ser completamente curado dessa doença que só afeta os ignorantes? Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros. (MUNANGA, 2005, p. 18-19)

Em acréscimo, pode-se citar Sylvio Giocondo Dall’Agnol (1986, p. 68) em sua observação de que “o curandeiro e o feiticeiro [...] são uma vocação sagrada, por vezes eleitos, por vezes hereditários. [...] Passa por processos de formação, e suas medicina e homeopatia são verdadeira universidade”. Ou seja, o conhecimento popular oriental não é menos rigoroso do que o ocidental, mas segue outros caminhos. Certamente, reconhecemos o prestígio do conhecimento científico no espaço escolar, mas entendemos também a relevância de reconhecer que há outras tradições, outras culturas no mundo, e muitos estudantes chegam à escola com essa bagagem e precisam ser acolhidos. Por outro lado, o exercício do convívio com o diferente, com a diversidade, também deve ser contemplado no currículo escolar.

Por sua vez, em *Kamazú* (2011), o uso de ervas medicinais aparece de forma diferente. Kamazú, que é o personagem principal, utiliza, além das ervas, a pedra mágica (*calubungo*), como podemos perceber neste trecho da obra: “Abriu o cesto e escolheu uma erva que já havia percebido ter efeito cicatrizante. Colocou-a dentro de um frasco com

água e deixou as folhas agirem por alguns minutos. Enquanto esperava, lembrou-se da sua pedra verde, calubungo, e colocou-a também dentro do frasco” (CARUSO, 2011, p. 22). Nesse trecho, percebemos que, além dos princípios curativos da planta, há também o poder mágico curativo da pedra.

De novo, o aprendizado, com respeito à cultura do outro, é muito importante no espaço escolar. Por isso a relevância dos estudos afro-brasileiros nos ensinos fundamental e médio, e a contribuição que as obras em análise trazem no sentido de engajar a imaginação por meio de narrativas que apresentem a perspectiva do outro, das outras culturas, das tradições cujas raízes estão na memória coletiva do povo africano e afro-brasileiro. Isso demanda um exercício desafiador de compreensão em relação à alteridade, o exercício do respeito ao outro em suas muitas facetas.

No que diz respeito à alimentação, a maioria das obras não aborda essa temática especificamente, mas a trazem como parte do contexto cultural em que ocorrem as narrativas. Em *Você é livre* (2012), a alimentação que aparece na obra é a do povo Tuaregue: chá e carne de carneiro, além de “leite de camela, bolachas e tâmaras? Esses também são alimentos preciosos para os tuaregues” (TORRÈS, 2012, p. 24). E mais adiante: “[...] um verdadeiro pedaço de carne macio e gostoso! [...] um pedaço de carneiro tão bom” (TORRÈS, 2012, p. 25).

Na obra *Aqualtune* (2012), as comidas presentes são tidas como brasileiras, mas de origem africana, como vemos no trecho a seguir: “arroz com frango caipira, farofa de carne seca, cará, [...] caldo de palmito” (MASSA, 2012, p. 19), “[...] broa de milho, quindim e caldo de cana” (p. 23), cuscuz (p. 24) “pães, geleias e sucos” (p. 64). E em “Orixás do Orum ao Ayê”, os alimentos são apresentados com oferendas a Oxalá, portanto, um significado cultural e religioso é agregado. Nesse sentido, comida não é só comida, mas também oferta e devoção. Kathryn Woodward (2000) apresenta

vários exemplos de como o alimento é utilizado para significar a cultura – “A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias”(WOODWARD, 2000, p. 42). Como exemplo, a autora cita os estudos de Lévi-Strauss, para quem “a comida é não apenas ‘boa para comer’, mas também ‘boa para pensar’” (p. 44), visto que a comida porta significados simbólicos diferentes de acordo com as culturas. O estudo das culturas afro-brasileiras revela o quanto nossa culinária brasileira é repleta da contribuição dos afrodescendentes.

Dança e festa, roupas e adereços

A obra *Aqaltune* (2012) é a única que aborda os temas da festa e da dança. Aborda de uma forma bem didática, explicando como esses elementos surgiram e como eles foram incorporados à cultura brasileira. No trecho a seguir, Kafil, um garoto que conhece bem a floresta, explica para Guilherme, um dos personagens principais da história, como são as festas na aldeia quilombola, que a festa é a congada e o que acontece na congada e de como essa festa entrou para o folclore brasileiro.

São festas tradicionais, a gente dança maracatu e congado. (MASSA, 2012, p. 69)

Essa festa é a congada. Vem do Congo e de Angola. (MASSA, 2012, p. 78)

Faremos a dança das espadas, as danças guerreiras, que simbolizam as lutas para defender o reino do Congo. Hoje é uma festa que faz parte do folclore brasileiro, como tantas outras que tiveram

origem lá na África: o batuque, o lundu, marabaixo e o maracatu. (MASSA, 2012, p. 79)

Roque Laraia (2005), sociólogo e estudioso da cultura, observou também como a dança pode estar associada a rituais sagrados em várias culturas, das mais antigas às mais atuais, das mais distantes às mais próximas. A dança é a ritualização do movimento, um processo impregnado de significação e relevância cultural.

Em *Aqaltune* (2012), as vestimentas e adereços são utilizados para descrever as personagens vó Cambinda e a princesa Aqaltune. A descrição da personagem Maria, a seguir, alude à Tia Nastácia, personagem criada por Monteiro Lobato: “Era grande, forte, usava um vestido branco e um lenço da mesma cor na cabeça” (MASSA, 2012, p. 21). Neste outro trecho, os adereços descrevem como a princesa do Congo utilizava esses adereços quando era princesa e traz também como se vestia quando era a guerreira: “Os cabelos sempre ficavam presos e arrumados como devem ser os cabelos de uma princesa, seguros por uma tiara dourada. No pescoço, trazia vários adereços, colares de metal e contas” (p. 46). E ainda: “[...] usava uma veste simples de couro feito com pele de um mamífero” (p. 46).

Em *Você é livre*, os nobres são descritos como “nômades de pele mais clara, vestidos com túnicas azul-índigo, a cabeça coberta por belos turbantes brancos, amarelos ou ocre” (TORRÈS, 2012, p. 11). Os familiares recostam-se em almofadas (que por sinal é uma palavra de origem árabe, como em geral as palavras da língua portuguesa que começam com “al”), as meninas cobrem-se com “seus véus mais bonitos: Samia com um véu alaranjado e Mariama com um véu vermelho que combina tão bem com as pulseiras brilhantes que seu pai lhe trouxe da cidade. São pulseiras de plástico, mas

brilham como outro” (2012, p. 22). Assim, as características da cultura tuaregue são desenhadas ao longo da narrativa.

A obra *A Tatuagem* descreve como as mulheres utilizam dos adereços roupas e tatuagens para chamarem a atenção dos homens. “[...] longas horas ajeitando o cabelo, o cinto de contas em volta da cintura e os colares espalhados pelo pescoço. Andava seminua [...] seu corpo negro e esguio era adornado com pequenas tatuagens gravadas Na pele das costas e dos ombros” (BARBOSA, 2012, p. 7). De acordo com Dall’Agnol (1986, p. 72), para o africano “vestir não é cobrir ou esconder o corpo, mas orná-lo. [...] o nu só se restringe estritamente aos órgãos genitais. O importante não é a pessoa, mas a veste”, a vestimenta retratada naquele cenário histórico da narrativa evidencia o caráter simbólico e significativo do uso da roupa.

Religião

De acordo com Dall’Agnol (1986), “a crença é o motivo de viver. A crença em si não é o dom sobrenatural da fé. A crença é o conjunto de razões pelas quais hipotecamos as ações de nossa vida” (1986, p. 48). A religião, em *Aqualtune*, destaca-se de forma implícita e explícita, como veremos nos trechos destacados. No trecho a seguir acontece de forma implícita: “[...] porque era uma ‘preta velha’ [...]” (MASSA, 2012, p. 24), pois, para que saibamos que se refere à religião do candomblé, precisamos ter esse conhecimento prévio, já que na obra em momento algum menciona-se ou explica-se o que é uma “preta velha”. Já no trecho a seguir essa referência à religião dos africanos e afrodescendentes fica mais explícita: “Para nós que viemos da África é a manifestação de uma deusa, que tem força da natureza. Para as tribos da África, essa deusa é chamada de Iansã, para nosso povo, os bantus, é a Bamburucema. Nunca acontece por acaso. Deusa das tempestades, raios e trovões” (MASSA, 2012, p. 31).

Um pouco mais adiante, a personagem Kafil explica um ritual de cura, ainda que nos trechos anteriores não houvesse esse tipo de explicação: “– Isso é um ritual de cura. Ela está fazendo uma reza, bem baixinho, pedindo proteção. Vó cuidou do machucado, agora tá cuidando das forças que a gente não vê com esses olhos” (2012, p. 42). Esses trechos referem-se às entidades ou aos guias pertencentes ao culto do candomblé.

Na obra *A tatuagem*, aparece a seguinte referência às crenças religiosas: “[...] que os *juogi*, espíritos dos mortos, habitavam os corpos de determinados animais” (BARBOSA, 2012, p. 15). Mais adiante, a narrativa faz referência ao “matraquear sinistro dos chocalhos que os tocadores de nyatiti trazem amarrados em volta das canelas. Esses músicos, com seus instrumentos de corda, atuam nos funerais entoando canções de lamento e louvor aos mortos” (p. 25), o que revela a tradução de culto aos ancestrais.

Em *Orixás do Orum ao Ayê* (MIR, 2011), conta-se a história da criação do mundo e dos seres humanos, na perspectiva do Candomblé na forma de quadrinhos. A obra inicia com o surgimento de Olorum e de como foram criados todos os outros orixás. Olorum vivia sozinho, até que em determinado momento ele se espreguiça e a vida nasce, nasce da água que cai e forma poças e vão tomando a forma de um ser. Esses seres eram parecidos com Olorum, e com um sopro Olorum concede vida ao ser, assim nasce o primeiro orixá: Oxalá. Olorum decide criar mais orixás. Após ter criado os orixás, Olorum manda Oxalá ir ao Ayê criar terra firme, já que o Ayê era um imenso oceano, porém Oxalá fracassa em sua missão. Quem recebe a missão de criar terra firme é Odudua. Após ter criado terra firme, Olorum manda Oxalá povoar a terra. Com a ajuda de Nanã, Oxalá cria o homem e a mulher. Assim, o mundo é criado.

O antropólogo Claude-Lévi Strauss, em sua obra *O pensamento selvagem* (2008), apresenta uma

percepção das culturas totalmente em oposição à tradicional polarização culturas primitivas *versus* culturas mais evoluídas. Ele rejeita a ideia de evolução para hierarquizar culturas a partir de suas práticas religiosas ou científicas, como se as sociedades evoluíssem a partir de um período marcado pelo pensamento mágico para sociedades científicas e tecnológicas. Sobre isso, comenta Laraia: “Assim, ao invés de um contínuo magia, religião e ciência, temos de fato sistemas simultâneos e não-sucessivos na história da humanidade” (LARAIA, 2005, p. 88).

As obras aqui analisadas permitem, no contexto de um diálogo em sala de aula, comparar as experiências religiosas islâmica, cristã e afro-brasileira. Dessa maneira, a partir do conhecimento da religião do outro, o respeito torna-se possível. Isso não implica a relativização da tradição religiosa dos alunos, mas o entendimento das várias expressões humanas de devoção, afeto, reverência e fé. Além disso, havendo afrodescendentes em sala de aula, suas tradições religiosas serão tratadas com o devido respeito e reconhecimento.

Considerações finais

A partir da análise das obras selecionadas – *Aqultune e as histórias da África*, de Ana Cristina Massa (2012), *A tatuagem*, de Rogério Andrade Barbosa (2012), *Comandante Hussi*, de Jorge Araújo (2006), *Kamazú*, de Carla Caruso (2011), *Orixás do Orum ao Ayê*, de Alex Mir (2011) e *Você é livre*, de Dominique Torres (2012) –, foi possível alcançar o objetivo proposto por este trabalho, o de compreender a problemática de como a cultura africana e dos afrodescendentes é retratada nos livros de literatura infantojuvenil pertencentes ao PNBE do ano de 2013. Dessa maneira, diante do conceito de cultura trabalhado em estudiosos da antropologia, como Roque Laraia, dos estudos culturais, como Stuart Hall e Kathryn Woodward, e da cultura

afro-brasileira e das relações étnico-raciais, como Kabengele Munanga, percebemos que as obras analisadas abordam os elementos constitutivos da cultura africana e afro-brasileira. Esses elementos, que constituem a cultura africana, estão presentes nos livros distribuídos pelo projeto PNBE de 2013. Isso permite que estudantes brasileiros das escolas públicas de educação básica brasileiras tenham contato com a cultura afro-brasileira e africana, seja em relação à linguagem, seja em relação às histórias e lendas, às roupas, comida, costumes, isto é, tudo aquilo que contribui para a fundação de uma sociedade. E, dessa maneira, a experiência escolar nos ensinamentos fundamental e médio poderá servir para formação e sustentação de uma cultura de paz e compreensão da diversidade cultural brasileira.

Notamos, além disso, que nenhuma obra traz algum tipo de atividade nos prefácios, capas ou anexos, também nenhuma das obras propõe uma reflexão teórica sobre que é cultura e de como podemos compreendê-la. Essa é uma tarefa que cabe à escola e aos professores protagonizar, apresentando propostas, elaborando materiais, propondo projetos de pesquisa e leitura de materiais de apoio, que possibilitem o aprofundamento das discussões. Como havíamos discutido anteriormente, as obras literárias infantojuvenis configuram-se como excelente ponto de partida para abertura de um diálogo com os estudantes sobre a cultura em que habitamos, que ajudamos a construir e que nos constrói. Essas obras permitem aos leitores a possibilidade de olhar a realidade a partir do ponto de vista do outro, a experiência da alteridade. Permitem também a reflexão sobre as diferenças que há na sociedade e como elas precisam ser lidadas em termos de respeito, aprendizado mútuo e reflexão profunda. As obras analisadas oportunizam a compreensão da história e da cultura africana e afro-brasileira, indo ao encontro do que estabelece a Lei n. 10.639/03.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, Jorge. Comandante Hussi. Ilustração de Pedro Sousa Pereira. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BARBOSA, Rogério Andrade. A tatuagem: reconto do povo Luo. Ilustração de Maurício Negro. São Paulo: Editora Gaivota, 2012.
- BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acessado em 10 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acessado em 10 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.
- CARUSO, Carla. Kamazu. São Paulo: Editora Mundo Mirim, 2011.
- DALL'AGNOL, Sylvio Giocondo. Balaô cultura e vida na África. Porto Alegre: Estef, 1986.
- DEBUS, Eliane Santana Dias. A temática étnico-racial nos livros infantis da Pallas Editora. Anais do II Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil. Porto Alegre, 12-14 de maio de 2010. Porto Alegre: EdiPucRS, 2010.
- EYERMAN, Ron. Cultural Trauma: Slavery and the Formation of African American Identity. New York: Cambridge University Press, 2003.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. Política e Sociedade, v. 10, n.18, abril 2011.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- KENDI, Ibram X. Stamped from the Beginning: The Definitive History of Racist Ideas in America. New York: Bold Type Books, 2017.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Trad. Tânia Pellegrini. 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- MASSA, Ana Cristina. Aqaltune e as histórias da África. São Paulo: Editora Gaivota, 2012.
- MIR, Alex. Orixás: do Orum ao Ayê. Ilustração de Caio Majado. São Paulo: Marco Zero, 2011.
- MOURA, Glória. Do direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 69-99.
- MUNANGA, Kabengele. Origens Africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.
- MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na Escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no I Seminário de Formação

Teórico Metodológica, SP. 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?* Revista da ABPN, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012.

ROLAND, Walter. *Violência e trauma: marcas do corpo negro*. Anais do XII Congresso Internacional da ABRALIC, Curitiba (PR), 18-22 julho 2011. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0050-1.pdf>. Acessado em: 29 ago. 2020.

THEODORO, Helena. *Buscando caminhos nas tradições*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 83-99.

TORRÈS, Dominique. *Você é livre*. Ilustração Christiane Costa; Tradução de Maria Valéria Rezende. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Ática, 1985.

Submissão: janeiro de 2022

Aceite: maio de 2022.

NEUSA MARTINS CARSON: ENTRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO

Thaís Costa da Silva¹

Resumo: Este texto é resultado de dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar as posições-sujeito assumidas por Neusa Martins Carson – linguista santa-mariense que contribuiu de modo contundente com o desenvolvimento da Linguística das línguas indígenas da América do Sul – em artigos publicados em revistas científicas, nas décadas de 1970 e 1980, disponíveis no fundo documental que compõe o Centro de Documentação e Memória da UFSM, em Silveira Martins. Neste trabalho, nos detemos em apresentar uma breve análise sobre as tomadas de posição-sujeito da pesquisadora em artigos publicados na Revista *Letras de Hoje* e na *Revista do Centro de Artes e Letras*.

Palavras-chave: Neusa Martins Carson; Posição-sujeito; Linguista; Pesquisadora; Revistas Científicas.

NEUSA MARTINS CARSON: BETWEEN PRODUCTION AND CIRCULATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE

Abstract: This article is the result of a master's thesis that aimed to analyze the subject-positions assumed by Neusa Martins Carson - a linguist from Santa Maria who contributed in a decisive way to the development of the Linguistics of the Indigenous Languages of South America - in articles published in journals scientific studies, in the 1970s and 1980s, available in the documental fund that makes up the UFSM Documentation and Memory Center, in Silveira Martins. In this article, we will focus on presenting a brief analysis of the researcher's subject-positions in articles published in *Revista Letras de Hoje* and *Revista do Centro de Artes e Letras*.

Keywords: Neusa Martins Carson; Subject position; Linguist; Researcher; Scientific magazines.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tatacostta@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5334960808329521>

Palavras iniciais

A reflexão acerca da importância do trabalho de Neusa Martins Carson e das suas contribuições para o desenvolvimento da Linguística das línguas indígenas da América do Sul – em artigos científicos publicados em revistas científicas, nas décadas de 1970 e 1980, disponíveis no Fundo Documental que compõe o Centro de Documentação e Memória da UFSM, em Silveira Martins tem sido nosso objeto de estudo há bastante tempo². Neste trabalho, propomos uma articulação entre Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas, já que é nesse entremeio que nos constituímos teórica e metodologicamente, apresentamos alguns recortes de nossa dissertação de mestrado e explicitamos nossa compreensão sobre as noções de condições de produção e de circulação do saber tanto sobre a língua indígena quanto sobre a produção e a divulgação do saber a partir de revistas científicas.

Desse modo, selecionamos dois artigos de autoria de Neusa Martins Carson, publicados na Revista *Letras de Hoje* e na *Revista do Centro de Artes e Letras*, nos anos de 70 e 80 e é a partir deles que nos propomos a refletir sobre as tomadas de posição-sujeito da pesquisadora em relação ao sujeito (índio), à língua (indígena) e à história (indígena). Com este trabalho, podemos contribuir para reconstrução de caminhos já percorridos e marcados por acontecimentos discursivos em diferentes pontos da caminhada de Neusa Martins Carson, conforme já previam as pesquisadoras envolvidas na criação do Fundo Documental:

Nosso entusiasmo é muito grande, nossos planos de pesquisa se ramificam em diferentes direções, tentando dar conta da riqueza que se descortina diante de nossos olhos, mas estamos, mais ou menos, conscientes de que as inúmeras possibilidades estão em um tempo e em um espaço sem limites definidos. Isso porque, na verdade, o que vai delimitar a escolha do objeto em um Fundo Documental tem a ver com a questão teórica e analítica de cada pesquisador e, portanto, o desejo de cada

sujeito em acessá-lo para um determinado fim é que encaminhará, provavelmente, não mais ao que tivemos no início, quando da criação do mesmo, mas a outras questões ainda impensadas. Enfim, o que se fará desse acervo no futuro é da ordem do inimaginável (SCHERER; PETRI, 2013, p. 16).

Partindo de uma perspectiva entusiasmada, estamos dando visibilidade e continuidade aos trabalhos desenvolvidos do/no/sobre o Fundo Documental Neusa Carson. Assim, buscamos recuperar os trabalhos desenvolvidos pela referida pesquisadora, constituindo a História das Ideias Linguísticas e a história da Linguística no Sul do Brasil, contribuindo assim para a compreensão dos processos de produção do conhecimento linguístico no século XX. Sendo assim, o presente trabalho constitui-se em três movimentos, a saber: na parte intitulada “A produção e a circulação do conhecimento nas décadas de 1970 e 1980...”, refletiremos sobre as noções de condições de produção e de circulação do saber tanto sobre a língua indígena quanto sobre a produção e a divulgação do saber a partir de revistas científicas. No segundo movimento, em “Um gesto de interpretação sobre os artigos”, propomos uma análise contrastiva dos artigos *Relações Semântico-Sintáticas* em Macuxi (1979), publicado na Revista *Letras de Hoje*, e *Ação Coordenada para documentação das línguas indígenas da Amazônia* (1986), publicado na *Revista do Centro de Artes e Letras*. Por fim, no terceiro movimento, em um “Efeito de finalização possível: um efeito de completude”, finalizamos nossa breve reflexão no esforço de compreender e identificar as posições-sujeito assumidas pela pesquisadora Neusa Martins Carson; refletindo, portanto, sobre a produção e a circulação do conhecimento linguístico.

A produção e a circulação do conhecimento nas décadas de 1970 e 1980...

² Cf. Silva (2020).

Neusa Martins Carson³, referência de pesquisadora, linguista e professora (na UFSM), preocupou-se com a preservação da língua indígena Macuxi. Atuava, aprendia e ensinava, em seus trabalhos, a partir de diferentes práticas sociais, dentre as quais destacaremos o que foi possível observar nos modos de constituição, de formulação e de circulação (ORLANDI, 2009) dos saberes por ela produzidos. Desde cedo, a linguista foi interpelada a trabalhar com a Língua Macuxi de Roraima e a investir naquilo que acreditava ser importante, contemplando assim, os processos de produção do conhecimento, numa luta constante por aquilo que acreditava: no sujeito índio, na defesa de seu território, na sua língua e na sua cultura.

Ao buscar saber um pouco mais sobre a produção científica própria às revistas acadêmicas, buscamos nas reflexões de Orlandi (2009) o que se entende por constituição, formulação e circulação:

Há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (ORLANDI, 2009, p. 32-33).

No processo de constituição dos sentidos, compreendemos o trabalho da memória (interdiscurso), a interpelação do indivíduo em

3 Neusa Martins Carson nasceu em 27 de julho de 1944 e faleceu em 16 de dezembro de 1987. Sua formação escolar foi em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Realizou seu mestrado e doutorado nos Estados Unidos e se dedicou a estudar a descrição de línguas, mais precisamente com a descrição da língua Macuxi, no Estado de Roraima. Além disso, foi para Roraima nos anos 80 e passou dias convivendo com as tribos indígenas da região com o objetivo de reunir dados sobre uma língua pouquíssimo estudada, visando à preservação da cultura e da história de seus falantes. Em seu diário, Neusa fez anotações atentas sobre a língua – fonologia, entonação, derivação – e sobre a cultura Macuxi. Link para acesso ao Fundo Documental Neusa Carson: <https://cdmufsm.com.br/timelines/fundo-documental-neusa-carson/>

sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos que produz em cada tomada de posição-sujeito. Conforme Orlandi (2001, p. 9), a constituição se dá “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”.

O processo de circulação diz respeito aos trajetos dos dizeres que se dão em certas conjunturas. A circulação ocorre por “meios” que nunca são neutros. O funcionamento das circunstâncias de enunciação e a experiência de mundo são elementos desencadeadores, assim como os sujeitos sociais que assumem dada posição-sujeito em seus percursos nas diferentes conjunturas (ORLANDI, 2001). Esses três processos funcionam simultaneamente, e o sujeito, considerado como produtor de sentidos, é afetado por eles, visto que o sentido se dá a partir de como ele se constitui, como se formula e como circula.

Partindo da importância que as revistas científicas representam para a divulgação e a legitimação do conhecimento científico, selecionamos espaços em que a linguista publicou na década de 1970 e 1980, – neste caso, a *Letras de Hoje*, da PUCRS e a *Revista de Artes de Letras*, da UFSM. As revistas científicas “cumprem um papel fundamental tanto no processo de comunicação da ciência (circulação) quanto na legitimação (leitura e citação pelos pares) do conhecimento científico” (SCHNEIDERS, 2017, p. 2757). A partir disso, refletimos sobre como este trabalho pode auxiliar na compreensão do processo de divulgação e de circulação do conhecimento sobre a língua e a linguagem em determinadas condições de produção, especificamente o período compreendido entre os anos de 1960, 1970 e 1980.

Ao buscarmos compreender a importância das revistas científicas para a circulação e a legitimação do conhecimento científico e, especificamente, para a circulação e a legitimação do conhecimento promovido por Neusa Martins

Carson, destacamos que a legitimação depende do outro, ou seja, da leitura dos pares e da citação. Esse outro é um sujeito especialista, um estudioso da área, um sujeito que pode ser considerado “par” do que submete seu texto. A legitimação não pode ser naturalizada, é um processo construído com base nos critérios adotados pelas revistas científicas de cada área e subárea do conhecimento. Enquanto a divulgação/circulação apresenta um/o conhecimento, a legitimação desse conhecimento somente vai se dar em relação aos pares, se for aceito por eles.

Dessa modo, segundo Scherer (2013), o conteúdo da revista tem uma forma e uma substância: os enunciados o retomam, transformam-no ou falam dele. Assim, a constituição determina a formulação e vai ser no jogo da constituição (memória) e da formulação que vamos encontrar seu sentido (ORLANDI, 1999).

Para nossas análises, partimos da capa da revista, já que, segundo Scherer (2013, p. 74), “a capa da revista é importante, pois é na memória do leitor-consumidor que se inscreve esse objeto simbólico” e, por meio de seus títulos as instituições evocam as ambições midiáticas da revista e de sua equipe. Desse modo, apresentamos as capas das revistas analisadas, de acordo com a figura 1, a seguir:

Figura 1 – Capa das Revistas analisadas



Tendo em vista tais revistas científicas e suas conjunturas sócio-históricas de circulação, passamos a compreender como essas materialidades contribuem para a legitimação e a circulação de determinados domínios de saber. Diante do nosso objetivo de pesquisa, buscamos analisar as materialidades discursivas.

A Revista Letras de Hoje é um periódico do estado do Rio grande do Sul que conta com publicações trimestrais promovidas pelo

Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi criada em 1967 e apresenta, desde então, trabalhos sobre Linguística, Teoria da Literatura, Literatura e Língua Portuguesa, objetivando a divulgação da área de Letras, podendo ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.

Tal revista (n. 37, de setembro de 1979) salienta na contracapa dados institucionais da PUC/RS e dados da revista, como, por exemplo, o

diretor da revista: Irmão Elvo Clemente. No texto de apresentação, o diretor informa que esse número (37) possui estudos de Fonética/Fonologia, com investigações na área da língua, bem como trabalhos no campo da tradução e da leitura. Afirmar também que os artigos são frutos de experiências, de meditações e de estudos silenciosos e profundos.

Ademais, são expostos dados do conselho editorial, dos colaboradores e informações acerca do preço da assinatura – os pagamentos poderiam ser feitos por cheque ou vale postal, o que era bastante comum antes da comodidade que a internet proporcionou aos leitores, que podem atualmente ter acesso à produção científica sem sair de casa e de modo gratuito. Os participantes do conselho são divididos para assuntos literários e linguísticos. Nessa edição, Neusa Martins Carson faz parte do Conselho Editorial. Observamos que pesquisadores de diversas áreas do saber escrevem textos sobre as áreas do conhecimento: fonética e fonologia, tradução, línguas estrangeiras, língua indígena, entre outros. Nesse momento, nos chama a atenção a ausência dos nomes dos autores no sumário em detrimento dos títulos, pois o leitor identifica a temática que lhe interessa ao passo que a autoria só será descoberta na abertura do artigo, já no interior da revista.

A *Revista do Centro de Artes e Letras* foi publicada pelo CAL/UFSM sob responsabilidade de um presidente e de uma equipe editorial. Sua publicação ocorreu de 1979 a 1997, quando foi substituída por *Expressão, Revista do Centro de Artes e Letras*. A revista *Expressão*, criada em 1996, divulga artigos e relatos dos campos de conhecimento abrangidos pelo Centro de Artes e Letras: Artes Cênicas, Artes Plásticas, Design, Letras e Música⁴. Aberta a colaboradores internos e externos, aceita para publicação trabalhos de professores e de

4 Cursos de graduação e pós-graduação estão organizados em torno de cinco áreas de conhecimento: Música, Artes Visuais, Desenho Industrial, Letras e Artes da Cena, CAL - UFSM.

acadêmicos de pós-graduação (para os quais é necessário o aceite do orientador).

Na contracapa dessa revista, volume 8, nº 1/ 2 janeiro/dezembro de 1986, são destacados os dados institucionais da UFSM e da revista como, por exemplo, o reitor – Prof. Derblay Galvão –, o vice-reitor – Prof. Armando Vallandro⁵ –, a diretora – Prof. Lia Cechella Achutti. Além disso, é apresentada a comissão editorial. Neste volume 8, cinco anos depois, temos algumas mudanças: Neusa Martins Carson passa a integrar a comissão editorial. A revista teve periodicidade semestral entre os anos 1979 e 1983, era publicada em dois volumes, com o primeiro correspondendo aos meses janeiro/junho e o segundo aos meses julho/dezembro. Depois, de 1983 a 1996, a revista passou a ter um volume anual, compondo dois números que correspondiam aos meses janeiro/dezembro.

Além disso, a partir das análises das revistas, destacamos a importância de ser um lugar de memória, em que diferentes pesquisadores de diferentes lugares, podem compartilhar conhecimentos. Dessa forma, os pesquisadores apresentam suas pesquisas, refletem sobre o trabalho dos linguistas e avaliam as pesquisas com relação às suas finalidades e às condições em que eram desenvolvidas.

Um gesto de interpretação sobre os artigos

Estudar os artigos científicos de Neusa Martins Carson, selecionados como objeto de análise para este artigo, é reuni-los na forma de um arquivo, pois compreendemos que constituem um campo pertinente e podem responder às nossas questões de pesquisa. Da mesma forma, compreendemos que nosso estudo será um gesto

5 Centro de Documentação e Memória (CDM) recebe doação do Acervo Fotográfico do Prof. Armando Vallandro, no dia 16 de fevereiro de 2022. Link da notícia sobre a doação disponível em: https://www.instagram.com/p/CaIC-gNrCL_/?utm_medium=copy_link

de interpretação que poderá ser confrontado por outros gestos em qualquer tempo e lugar.

Nunes (2008) nos ensina que, ao tratar de arquivos documentais, é preciso ler os documentos de arquivo, o que nos conduz:

A explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção. As práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada (NUNES, 2008, p. 82).

Sendo assim, entendemos que é o “gesto de interpretação” do analista de discurso que retrata uma parte do processo de constituição do arquivo e dos sentidos. Scherer e Petri (2013, p. 117) afirmam que: “para pensar o arquivo, é necessário considerar a relação entre o desejo do sujeito de ter acesso a tudo e o freio institucional que determina o que pode ser lido do arquivo e o que não poderá ser”. Portanto, há um controle na forma como os arquivos se constituem ou, ainda, há um efeito constitutivo do arquivo, pois podemos projetar gestos de interpretação sobre o acesso ao arquivo, conforme ressalta Petri (2000):

[...] gestos de interpretação projetados sobre sua materialidade, os quais será possível compreender não só sentidos que tendem a estar cristalizados (memória institucionalizada), mas, especialmente, efeitos de sentido, devido ao arquivo ser determinado pela articulação entre língua e história (PETRI, 2000, p. 122).

Interessa-nos a história que se pode contar da pesquisadora Neusa Martins Carson, sendo que os linguistas e pesquisadores da década de 1970 foram interpelados a trabalhar/mexer/desenvolver/explorar a língua indígena, entretanto, Carson foi quem se identificou com a questão. De modo muito particular, a pesquisadora dedicou sua vida a trabalhar sobre as línguas indígenas, ou seja, como sujeito, toma uma posição, entre tantas possíveis,

e estabelece essa relação singular com a ideologia que o domina.

Sendo assim, demarcamos o nosso lugar de pesquisadores que voltam o seu olhar para o processo de construção de um conhecimento específico que tem um funcionamento diferenciado em cada momento da história, por isso, trazemos à reflexão questões sobre a circulação e a legitimação dos artigos em diferentes anos de publicação. A partir de nossos gestos de análise, então, elegemos, as conclusões dos artigos, o recorte RD1, artigo de 1979, e o recorte RD2, artigo de 1986, a seguir:

Recorte discursivo 1 (RD1)

“Conclui-se que quanto mais necessário ou mais relevante um domínio cultural a uma comunidade, seja ela de alta sofisticação técnica, ou de tecnologia pouco ou nada desenvolvida, tanto mais elaborado e específico se torna o vocabulário para referir-se a esse domínio, no contexto linguístico. Não que se queira defender a posição de que haja alguma relação causal entre a linguagem e a sociedade; porém, toda a língua está integrada com a cultura em que opera e a língua expressa em sua estrutura aquilo que interessa diretamente a um grupo social” (CARSON, 1979, p. 56).

No RD 1, identificamos a posição-sujeito militante, a partir da qual é possível verificar a defesa da língua e da cultura de um grupo social, sobretudo por meio do trecho “[...] não que se queira defender, porém” [...], que marca a posição-sujeito por meio da conjunção adversativa (porém), que liga as duas orações, expressando ideia de contraste. Há, nesse sentido, uma ligação entre o que de fato é julgado sobre a relação entre língua e sociedade. Assim, o atravessamento da posição de linguista fica evidente quando há, de maneira explícita, a descrição da língua como constitutiva das relações sociais: a língua serve à sociedade.

Está imbricado, ainda no RD 1, um discurso que é da ordem da militância, concentrado na defesa daquilo que é, inevitavelmente, da ordem

social e que provoca o enfoque do que é cultural, marcando o contexto linguístico em relação ao que tem, de fato, de maior ou de menor prestígio linguístico, mas que ainda assim serve ao social e funciona/produz sentidos.

Relacionamos também com um pré-conceito que se tem acerca de certas comunidades ou certas línguas que adquirem soberania sobre outras, por exemplo, a soberania da língua inglesa sobre outras e o pré-conceito sobre a língua indígena: uma não é mais ou menos desenvolvida do que a outra, mas ambas têm *status* diferentes.

A produção do conhecimento e a sua circulação possibilitam o acesso a esses saberes, de maneira que sejam (re)conhecidos e mais do que isso: que ressonem na/para a sociedade, porque os indígenas fazem parte de um grupo social específico, cuja língua incorpora aquilo que lhe é constitutivo. Por isso, o interesse, inicialmente, pela descrição da língua, a atenção a sua estrutura semântico-sintática e, posteriormente, a sua documentação, visando à preservação desse arquivo.

Por fim, destacamos que em suas pesquisas anteriores⁶, bem como a partir de sua formação, a pesquisadora não defende que haja relação causal, mas sim uma integração entre significante/significado que parte das relações e convenções estabelecidas naquele determinado grupo.

Recorte discursivo 2 (RD 2)

“Em conclusão existe a preocupação com o registro de línguas indígenas, já que elas se encontram grandemente ameaçadas de extermínio. O presente trabalho tenta mostrar a necessidade da formação de jovens pesquisadores que possam ter sua pesquisa financiada e de um órgão central de depósito de documentação concernente às línguas indígenas da região amazônica (E até de todo o Brasil). Apresentou-se os pontos básicos para a criação de um órgão central, essa concretização da ideia proposta será possível mediante uma ação conjunta de instituições de ensino e pesquisa e de pesquisadores individuais, com o apoio de órgãos financiadores” (CARSON, 1986, p. 74-75, grifos nossos).

6 Cf. Silva (2020)

No RD 2, identificamos um sujeito dividido, que representa uma posição discursiva, posição-sujeito linguista, sensível a causas indígenas. Principalmente em se tratando da questão do político, destacamos o trecho no qual identificamos o posicionamento de preocupação com o não-esquecimento das línguas: “existe a preocupação com o registro de línguas indígenas”, ao mesmo tempo, a autora também demonstra a necessidade da formação de jovens pesquisadores, a partir disso, identificamos a posição-sujeito professora, que se preocupa com a necessidade da formação de pesquisadores que tenham sua pesquisa financiada e amparada por um órgão central de depósito de documentação concernente às Línguas Indígenas da região amazônica e quem sabe, se possível, de todo o Brasil.

Isso explicita as condições de produção à época, em que a pesquisadora compreendia a necessidade de registro das línguas indígenas, porque há, no curso da história um apagamento desses sujeitos e, com a inviabilização do sujeito, há a inviabilização da língua, da cultura e são fadados ao esquecimento. E é isso que a produção do conhecimento trabalha para assegurar: o afastamento do risco eminente de extermínio.

Tanto na posição-sujeito militante, quanto na posição-sujeito linguista, identificamos a preocupação com a história e com o registro dessas línguas. Conforme já destacado anteriormente, ressaltamos a dificuldade de financiamento das pesquisas nessa área. Neste RD 2, a língua é considerada como algo que nos une, capaz de integrar pesquisadores e instituições. E, ainda, como a pesquisadora era, de certa forma, visionária. É, sobretudo, a posição-sujeito pesquisadora que confere esse lugar de importância do fomento à pesquisa. Em um momento sócio-histórico que as políticas de incentivo à pesquisa estavam sendo desenvolvidas e incorporadas às instituições de ensino.

A partir das nossas análises, especificamente nas conclusões dos artigos publicados em revistas científicas, identificamos as seguintes tomadas de posição: posição-sujeito professora, posição-sujeito linguista; posição-sujeito militante. Trata-se de modos de identificação do sujeito com a ideologia que o interpela e que compreendemos enquanto posições-sujeito, que constituem o sujeito dividido, muito embora sob o efeito de uma identidade que se revela na e pela língua.

Desse modo, Neusa Martins Carson assume várias posições-sujeito: professora, linguista, pesquisadora, militante, entre outras, em que foi interpelada a trabalhar com a língua indígena e investir naquilo que acreditava ser importante. De fato, observamos que ela responde à interpelação ideológica de modo singular, ou ainda, arriscamos a pensar que se trate de uma posição-sujeito de entremeio. O entremeio não é aqui considerado nem como posição, nem como sobreposição, nem como ausência de relação (ORLANDI, 2012), e sim produzindo um deslocamento na relação de sujeito com a interpretação e permitindo que a situemos entre a descrição e a interpretação.

Então, identificamos que a posição-sujeito de entremeio não se encaixa numa nomeação científica professora, o que demanda desenvolver as reflexões que envolvem o político na constituição do sujeito. O político é divisão de sentidos. O funcionamento do político possibilita esses atravessamentos de outros saberes, produzindo conhecimento, pois o sujeito é também dividido. Por fim, é preciso refletir sobre uma forma possível de dizer que são essas posições-sujeito (professora, pesquisadora, militante) que contribuem para as pesquisas de Neusa Martins Carson: a produção do conhecimento se depreende disso e a circulação, por sua vez, reflete na legitimidade da importância desse trabalho, que é lançado ao horizonte de prospecção. De fato, temos trabalhado para que tal empreendimento fique registrado e arquivado,

dado a saber sobre a língua, sobre o sujeito e sobre a história.

Efeito de finalização possível: um efeito de completude

Faz-se necessário apresentar um efeito de finalização possível, traçando um efeito de completude, pois há algo que sempre fica e permanece significando. Somos, pois, mais um elo que compõe uma rede que coloca em funcionamento as pesquisas em torno da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas. Entendemos, por isso, que trabalhar com um Fundo Documental demanda desenvolver uma metodologia própria e que possa dar conta de explicitar o que é fazer pesquisa no Brasil em momentos sócio-históricos diferentes. Também este nos parece um trabalho que não tem finalização possível, posto que os Fundos Documentais ganham vida ao receber os pesquisadores e vão ganhando novas interpretações.

Em nossa incompletude constitutiva, enquanto sujeitos, bem como da nossa pesquisa, seguimos por um percurso que apresentou diversos desafios, nos fazendo compreender o quanto a Análise de Discurso é aberta às possibilidades, aos desdobramentos, ao gesto sempre particular do analista, o nosso gesto em meio a tantos possíveis. A partir dele, como dissemos anteriormente, observamos as diversas tomadas de posição-sujeito de Neusa Martins Carson, os diversos espaços em que desenvolveu o seu trabalho e os constantes retornos à questão da língua. A professora, a pesquisadora, a linguista, a militante. O tempo e o espaço atuam como legitimadores de um certo político em pleno funcionamento, determinando a negociação de sentidos entre sujeitos no e pelo discurso, de maneira que as posições-sujeito estejam entrelaçadas, assim, como repetimos e repetimos o seu nome: Neusa Martins Carson. De fato, as posições que assume não produzem apenas

um efeito de repetição, mas demarcam a relação necessária com a língua indígena para que, assim como aquela que lhe deu visibilidade, continue existindo e legitimando seu espaço nas pesquisas nacionais e internacionais.

Sendo assim, no final deste processo, necessitamos do ponto final, demarcar o que foi possível alcançar a partir de nosso objeto que é constituído pelos trabalhos da pesquisadora Neusa Martins Carson, linguista engajada socialmente, que tomou uma posição política firme diante dos resultados encontrados em suas pesquisas e não desistiu diante das condições precárias vividas à época.

Por fim, destacamos que esses arquivos constituem um domínio de saber importante e contribuirão para que possamos dar conta da demanda de nossos objetivos. Os arquivos têm esse pulsar da história de Neusa Martins Carson, a história pessoal e profissional da pesquisadora, por isso, queremos estabelecer uma continuidade do trabalho sobre ela, para mantermos viva a memória do seu fazer cotidiano de pesquisadora, e, sobretudo, impulsionarmos a circulação do conhecimento acerca do trabalho de Neusa Martins Carson, bem como investigarmos como a pesquisadora toma posição diante da pesquisa científica, fazendo disso uma prática social da maior relevância.

Referências

NUNES, J. H. **Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas**. Letras, n. 37, p. 107-124, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

_____. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**:

discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009a, 203p.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012, 239p.

SILVA, T. C. **Língua, Sujeito e História**: um estudos discursivo sobre as posições-sujeito da pesquisadora Neusa Martins Carson. 2020. 112p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

SCHNEIDERS, C. M. A circulação do conhecimento linguístico na Revista Brasileira de Filologia. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 14, n. 4, out./dez., p. 2756-2770, 2017.

SCHERER, A. E. PETRI, V. A história e o político na produção científica sobre a linguística: um exemplo do Fundo Documental Neusa Carson. **Fragmentum**, Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, v.37. p. 13-23, abr./jun. 2013.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Revista Letras**: Corpus: Análise de Dados e Cultura Acadêmica, n 21, jul./dez., p. 121-125, 2000.

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: _____; DIAS, C. **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

Objetos analisados

CARSON, N. M. Relações semântico-Sintáticas em Macuxi. **Revista Letras de Hoje**. Porto Alegre, RS: PUCRS, p. 53-62, 1979.

_____. Ação coordenada para documentação das línguas indígenas da Amazônia. **Revista do Centro de Artes e Letras**. Santa Maria/RS, p. 67-75, 1986.

Submissão: fevereiro de 2022.

Aceite: março de 2022.

DESDENHANDO DE VIDAS, COMPACTUANDO COM A MORTE: ANÁLISE DAS FALAS DE BOLSONARO PARA VILIPENDIAR A VACINAÇÃO CONTRA COVID-19 NO BRASIL

Maiune de Oliveira Silva¹

Resumo: Mediante a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, o artigo em tela tem como objetivos discutir e analisar trechos de falas do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a aplicação de vacinas no Brasil. As entrevistas foram dadas por Bolsonaro entre julho de 2020 a março de 2021, período que abarcou intensas declarações do presidente acerca da produção das candidatas a vacinas, da aprovação dos compostos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como da compra e aplicação dos imunizantes no país. A discussão teórica foi realizada com base no conceito de palavra pela perspectiva lexical à esteira de Biderman (1984, 2001); Coelho (2006, 2019); Abbade (2011), entre outros. Os resultados apontaram que nas escolhas lexicais do presidente há um *continuum* do movimento antivacina idealizado nos idos oitocentistas, agravado pela praticidade da era digital.

Palavras-chave: Coronavírus. Vacinação. Jair Bolsonaro. Conceito de palavra. Escolha lexical.

NEGLECTING LIVES, GOING ALONG WITH DEATH: ANALYSIS OF BOLSONARO'S TALKS TO DESPISE COVID-19 VACCINATION IN BRAZIL

Abstract: Through the methodology of bibliographic and documentary research, the article under discussion aims to scrutinize and analyze excerpts of talks by President Jair Messias Bolsonaro about the application of vaccines in Brazil. The interviews were given by Bolsonaro between July 2020 and March 2021, a period of time that encompassed intense allegations by the president about the production of vaccine aspirants, the approval of its compounds by the National Health Surveillance Agency (ANVISA), as well as the purchase and application. of immunizations in the country. The theoretical discussion was carried out based on the concept of word from the lexical perspective in the wake of the following authors, Biderman (1984, 2001), Coelho (2006, 2019), Abbade (2011), among others. The results demonstrated that in the lexical choices of the president there is a continuum of the anti-vaccination movement idealized in the 19th century, worsened by the practicality of the digital age.

Keywords: Coronavirus. Vaccination. Jair Bolsonaro. Word concept. Lexical choice.

¹ Doutoranda na Universidade Federal de Catalão pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL/UFCAT). Bolsista CAPES. E-mail: maiune20@gmail.com

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Com a celeridade da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo no início de 2020, cientistas se uniram para produzir vacinas que combatessem o vírus e a sua letalidade. Desta feita, laboratórios privados, consórcios liderados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e chefes de governos de vários países formaram uma aliança internacional para financiar, produzir, aprovar, distribuir e garantir o acesso igualitário de imunização em todo o mundo.

O Consórcio *Covax Facility* foi coordenado pela OMS, e todos os líderes dos países foram convidados a participar e a contribuir financeiramente com as tecnologias para engendrar as vacinas rapidamente. Assim, cifras descomunais foram investidas na produção de tecnologias pioneiras na imunização.

Vale lembrar que o presidente Jair Messias Bolsonaro tinha por opção aderir doses para vacinar entre 10% e 50% da população e optou por solicitar a quantidade mínima, pagando cerca de 2,5 bilhões para participar do consórcio, recebendo 42,5 milhões de doses de um dos imunizantes em desenvolvimento contra a COVID-19. (RODRIGUES, 2020).

No primeiro semestre de 2020, quatro compostos candidatos à vacina começaram a ser testados no Brasil, fator que acabou destacando o Brasil na mídia internacional como um “laboratório de vacinas” (ANDREONI; LONDOÑO, 2020) pelo fato de aqui haver uma grande quantidade de óbitos e contágios durante o período de teste. Em janeiro de 2021 foram aprovadas e registradas definitivamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) quatro vacinas, quais sejam: Covishield (Astrazeneca/ Oxford), Comirnaty (Pfizer BionTech), a Coronavac (Butantan/Sinovac) e a Janssen (PINHEIRO, 2021).

Dito isto, o presente trabalho tem como objetivos realizar uma discussão e análise das declarações dadas pelo presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro sobre a campanha de vacinação contra COVID-19 no Brasil, tendo como *corpus* trechos de entrevistas inventariadas no site *G1* (CALGARO, 2021), que (re)faz uma linha do tempo cronológica, de fevereiro de 2020 a julho de 2021, relembrando algumas declarações polêmicas do presidente envolvendo as compras de vacinas; e nos jornais *Nexo* (CRUZ, 2021) e *Poder 360°* (QUEIROZ, 2022), que resgatam falas do presidente antes e depois da imunização. A escolha por estas fontes jornalísticas justifica-se pelo fato de elas reunirem trechos de entrevistas realizadas pelo presidente em momentos distintos, frisando a pouca ou nenhuma importância da vacinação para frear o vírus e a pandemia.

Para tentar conter a propagação do vírus, o presidente, inúmeras vezes, recomendou o kit-covid composto por Ivermectina (remédio para vermes e piolhos), hidroxicloroquina e cloroquina (usadas no tratamento de artrite reumatóide, lúpus e malária). Roso (2020) explica que o uso da hidroxicloroquina e da cloroquina no tratamento de COVID-19 justificou-se, a princípio, porque foi observado em experimentos laboratoriais que o vírus não se multiplicava por conta da ação anti-inflamatória dos fármacos, todavia, quando realizaram estudos com o coronavírus a eficiência não foi comprovada. Mesmo assim, a hidroxicloroquina e a cloroquina foram produzidas em massa pelos laboratórios do Exército Brasileiro, com apoio do presidente.

Partindo dessa trama pandêmica e negacionista, o presente trabalho embasará na teoria do léxico, especialmente no polêmico conceito de palavra, haja vista que é nosso intuito realizar uma análise desse contexto, ante as declarações do presidente acerca da vacinação da pandemia do vírus SARS-CoV-2, pelo viés lexical,

tendo como pressupostos teóricos Biderman (2001), Coelho (2019), Abbade (2011), entre outros e, posteriormente, apresentaremos as análises dos trechos extraídos dos sites supramencionados, de modo a identificar nuances semânticas nas falas do presidente.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: introdução, com a contextualização da pesquisa; procedimentos metodológicos, que retrata como o trabalho foi realizado; discussão breve sobre a criação da vacina e o que ocorreu naquele período; análise dos dados, considerando os dados inventariados nos três jornais, conclusão, retomando os principais dados obtidos e as referências bibliográficas.

P R O C E D I M E N T O S M E T O D O L Ó G I C O S

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico, haja vista que enveredamos por autores que discutem o conceito de palavra no léxico para analisarmos o *corpus* que ora apresentamos. Para tanto, escolhemos três sites de notícias que repercutiram os discursos de Bolsonaro em ordem cronológica, a saber: *site G1*, portal de notícias vinculado à Globo, e os Jornais *O Nexo* e *poder 360°*, fontes jornalísticas independentes, que também reproduziram tais falas. A escolha por estas três fontes justificam-se por elas trazerem momentos diferentes dos discursos do presidente no período analisado tornando-as complementares para análise em tela.

Como os três *sites* trouxeram as notícias em ordem cronológica, prescindimos de tabelas para inventariar os dados e lançamos mão do método comparativo a fim de observar quais notícias se repetiram e quais não. Adotar esse método foi necessário para que as notícias veiculadas pelos jornais não se repetissem no artigo. Não utilizamos *software* para a recolha dos dados,

porque a disposição deles nas fontes jornalísticas nos ajudaram demasiadamente na coleta e análise dos dados. *Por fim*, lemos autores que discutem o complexo conceito de palavra no léxico para discutirmos as falas de Bolsonaro, de acordo com os pressupostos-teóricos dessa ciência.

CONCEITO(S) DE PALAVRA NO LÉXICO: BREVES APONTAMENTOS

É importante destacar que nosso lugar de fala se localiza no léxico, mais especificamente na Lexicologia, haja vista que é esta a teoria que embasa toda a discussão apresentada no texto em tela. Assim, o conceito de palavra será apresentado conforme teóricos que o discute partindo deste pressuposto.

O conceito de palavra é algo difícil de se definir na Linguística. Biderman (2001, p. 100) já dizia que o Linguista não sabe definir o que é palavra, nem tampouco delimitá-la, pois não há um sentido que seja válido de modo universal, isto é, não há uma palavra que se aplique a toda e qualquer língua para expressar uma dada realidade, porque cada cultura recorta uma realidade de maneira diferente.

Nesse sentido, a autora considera que, embora a palavra seja o “fantasma da linguagem”, todo falante, intuitivamente, tem consciência do que seja uma, independentemente de sua língua materna, pois ele consegue isolá-la, identificá-la e rotulá-la para outrem quando indagado. (BIDERMAN, 2001).

Nos rastros da autora (2001, p. 99), ela esclarece que “desde os gregos, a palavra foi considerada uma unidade significativa de articulação do discurso”, pois para Dionísio de Trácia, a frase tinha como unidade mínima significativa um conjunto de palavras gramaticais (BIDERMAN, 2001).

A Linguística moderna tem como uma de suas subáreas a Lexicologia e a Lexicografia, que possuem como objeto de estudo a *palavra*, mas a realidade nem sempre foi essa. Abbade (2011, p. 1333) declara que os estudos lexicais ficaram relegados a segundo plano durante muito tempo para dar lugar aos estudos gramaticais da língua (Sintaxe, Morfologia e Fonética). As palavras de uma língua eram simplesmente organizadas alfabeticamente e definidas a partir de sua literatura, formando os glossários que atualmente conhecemos e são objetos de estudo da Lexicografia.

Biderman (2001, p. 157) assevera que a Lexicologia privilegia a palavra como objeto central de seu estudo, mas isso não significa que ela prescindia ou rejeite outros modelos de análise linguística. Ora, se a Lexicologia privilegia o termo palavra como objeto central de seu estudo, porque alguns autores insistem em utilizar termos sinônimos como *lexia*, *lexema* e *vocábulo* para também se referirem às palavras?

Como já dissemos, *palavra* é um termo de definição imprecisa para os linguistas e estudiosos do léxico, por isso, alguns pesquisadores lançam mão de termos como *lexia*, *lexema* e, não raras vezes, *vocábulo* para denominar as unidades integrantes do léxico, haja vista que o significado deles é mais preciso. É sabido que a palavra é um termo genérico pertencente à língua (sistema) e não à fala, porque estão memorizadas em sua totalidade e não são criadas conforme o momento de interação do interlocutor. Concorde esta asserção, Coelho (2006, p. 61) relata:

A palavra é uma unidade significativa memorizada no seu todo, produzida pela atividade dos homens em sociedade. É uma unidade do sistema e não da fala, já que não é uma criação do indivíduo no momento da enunciação como é, por exemplo, a frase. [...] A palavra é a unidade de significação que todo falante tem consciência. Por isso a definimos como unidade significativa memorizada no seu todo. A palavra é unidade mínima de memorização.

No que diz respeito à *lexia*, ela é a forma que o *lexema* se assume no discurso, podendo ser variável ou invariável, a exemplo de “cantei”, “cantavam”, entre outras (BIDERMAN, 2001, p. 169). Coelho (2006, p. 62), por sua vez, assinala que expressões que possuem significação própria como “um Deus nos acuda”, “guerra de nervos”, “cachorro quente”, independentemente do significado das palavras que as compõem, memorizadas no seu todo e utilizadas pelo falante em seu repertório lexical, são denominadas *lexias* e estas podem ser categorizadas em simples, compostas ou complexas.

Pode-se observar nos exemplos dados pelos autores acima que tanto a *lexia* quanto a palavra podem ser constituídas por uma ou mais unidades. Segundo Coelho, a diferença principal entre *lexia* e palavra reside na constituição das unidades lexicais. Segundo ele:

A palavra é uma unidade significativa memorizada no seu todo, formada por morfemas; e a *lexia* é a unidade significativa memorizada no seu todo, formada por palavras. O constituinte imediato da palavra é o morfema; o constituinte imediato da *lexia* é a palavra. (COELHO, 2006, p. 62).

Além disso, a *lexia* é considerada uma unidade de comportamento sintático, quando simples, composta ou complexa, porque há uma relação de hierarquia entre os elementos que a constituem (COELHO, 2006). Para exemplificarmos esta asserção, consideremos a seguinte frase dita por Bolsonaro a seus apoiadores: “Se você virar um super-homem [...] eles não vão ter nada a ver com isso”. A sentença *não ter nada a ver com isso* é uma expressão idiomática cujo significado seria algo que não tem relação com outra coisa. Coelho (2019) assinala que uma das características que diferencia a expressão idiomática de palavra composta é o fato de essa ser rígida quanto à estrutura, não aceitando inserções de outras classes gramaticais em seu meio, por exemplo: no composto vocabular “pé de moleque”, não é possível inserir o adjetivo *gostoso*

em seu meio, apenas ao fim da estrutura composta; enquanto aquela permite, dentre outras coisas, que haja possibilidade de intercalação de determinantes ou outros elementos em seu interior, embora essa regra não seja fixa. Além disso, ela permite, também, que o verbo seja “flexionado em tempos, modos e pessoas diferentes obedecendo necessidades de adequação do discurso ao se realizar na frase” (COELHO, 2019, p. 154). No caso da expressão utilizada por Bolsonaro, houve a inserção do verbo auxiliar “ir”, conjugado na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo, para fazer flexão com o pronome “Eles”.

No que tange à palavra, o autor (2006) considera que ela é uma unidade memorizada no seu todo formada por morfemas². É considerada por si mesma, sem que se faça relação dela com as demais existentes no contexto em que aparece, a exemplo de *infelizmente* que, quando segmentado, identificamos os seguintes constituintes: o prefixo *in* indica negação, *feliz* é um adjetivo com significado pleno e *-mente* é um sufixo, cuja função é transformar o adjetivo em advérbio.

Para os linguistas, o termo lexema diz respeito a uma unidade léxica abstrata da língua. Camara Júnior (1999, p. 156, grifos no original) relata que o lexema

[...] Designa um segmento de enunciação de forma livre e se opõe a outros para constituir a frase. Com mais precisão e rigor tecnológico que a palavra, assinala o caráter de unidade significativa e mórfica do segmento fônico considerado, mediante a combinação do radical do grego *lexis* “palavra” com o sufixo *-ema*, que indica naquela escola, sistematicamente, uma realidade lingüística acima da realidade física.

Concorde o autor, Pottier (1978, p. 82) diz que lexema é constituído por traços distintivos específicos (semantemas), genéricos (classemas) e conotativos (virtuemas). Logo, o lexema é uma forma abstrata, que possui significado e pode ser expansivo morfolexical e semanticamente.

² Morfema é a unidade mínima significativa (COELHO, 2006, p. 33).

Biderman (1984, p. 139) define lexema como “Unidade léxica abstrata que faz parte do léxico de uma língua. Ele se atualiza no discurso na forma flexionada com todas as marcas gramaticais exigidas pelo contexto.” Desta feita, o lexema *vacinar* pode atualizar no discurso como as lexias *vacina*, *vacinas*, *vacinados*, *vacinarei*, entre outros.

Vocábulo é sinônimo de palavra na língua comum, mas é um termo extremamente ambíguo, pois pode variar o significado a depender da área de estudo. Na Lexicologia, entende-se que o vocábulo é uma unidade linguística com significado pleno (substantivos, adjetivos e verbos) ou quando se une a outras (conjunções, preposições, pronomes oblíquos e artigos). Pode ser, também, compreendido como a unidade de análise do vocabulário. O *vocabulário* é o “conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registro linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorreram de fato neste discurso.” (CORREIA, ALMEIDA, 2012, p. 15). De modo geral, pode-se dizer que as unidades léxicas/lexias que caracterizam um dado grupo de falantes, ou são utilizadas por um autor em uma obra, por exemplo, são denominadas de vocabulário.

Devido à dificuldade de achar uma definição adequada para palavra, haja vista que a sua noção não é universal e, por isso, de difícil significação, teóricos do léxico utilizam *unidade léxica/ unidade lexical, lexia ou lexema* para evitar imprecisão e ambiguidade com termos comuns da língua, tais como palavra e vocábulo. Portanto, neste estudo, esses termos poderão ser utilizados como sinônimos quando nos referirmos às escolhas lexicais que se realizaram no discurso do presidente Bolsonaro.

VACINAS: ENTRE O EMPÍRICO E O CIENTÍFICO DESDE SEMPRE

Não é de hoje que a aplicação de vacinas causa dúvidas quanto à eficácia. Vale lembrar que a vacina chegou ao Brasil em 1804. Em 1904, um século depois, houve a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, que à época era a capital brasileira. Esse movimento foi motivado pelo fato de as camadas populares rejeitarem a vacina contra varíola, doença que provocou um número muito alto de internações, cerca de 1.800, no hospital São Sebastião. Os principais motivos que levaram a população a rejeitar a vacina foram os rumores de que a vacina era fabricada com o líquido de pústulas de vacas contaminadas e havia boatos de que quem se vacinava ficava com a fisionomia semelhante à de bovinos (PORTAL FIO CRUZ, 2005).

Influenciado por Oswaldo Cruz, Rodrigo Alves, governante do Rio de Janeiro, enviou ao congresso um projeto para instituir a obrigatoriedade da vacina para a população. Decretada em 31 de outubro de 1837 e regulamentada em 9 de novembro de 1904, foi aprovada uma lei obrigando a aplicação da vacina. Estar vacinado era requisito básico para conseguir realizar atividades basilares, tais como: contratos de trabalho, matrículas em escolas, casamentos, viagens, entre outras. Assim, as casas eram invadidas para que as injeções fossem aplicadas mesmo contra a vontade dos moradores que, indignados com tamanha brutalidade, foram às ruas da capital para protestar (PORTAL FIO CRUZ, 2005). Tal posicionamento também foi repetido na atualidade com a vacina do Coronavírus, haja vista que estabelecimentos como casas de *show*, universidades, autoescolas, entre outros estão exigindo a caderneta de vacinação comprovando no mínimo duas doses para que o público pudesse frequentá-los.

Em 5 de novembro de 1837, foi criada a “Liga Contra Vacinação obrigatória”, que unindo um grupo de pessoas com propósitos em comum, foram às ruas reivindicar. Todavia, eles foram reprimidos pelos militares. Entre prisioneiros,

mortos, deportados e feridos, Rodrigo Alves desistiu da obrigatoriedade da vacina que estava em curva ascendente. Em 1908, quando o Rio foi atingido por uma violenta epidemia de varíola, o povo se viu obrigado a procurar assistência médica para serem vacinados (PORTAL FIO CRUZ, 2005).

Apesar de hoje se saber que as vacinas salvam vidas, ainda há um pequeno grupo que se mostra a favor do Movimento antivacina na atualidade, entre eles está o presidente Jair Messias Bolsonaro que, com o advento da pandemia do Coronavírus assolando e ceifando inúmeras vidas, se mostrou totalmente contrário às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para manter o distanciamento social, bem como foi uma máquina de propagação de notícias falsas sobre as vacinas e sua eficácia por intermédio de suas redes sociais.

Quando ainda candidato à presidência, Bolsonaro foi muito ativo nas redes sociais, principalmente no *Twitter*, o que o levou para mais próximo de seus eleitores e, conseqüentemente, à presidência. Todavia, percebe-se, desde o início de sua campanha, uma intensa rede de notícias falsas que foram disseminadas e tidas com valor de verdade entre seus simpatizantes.

Com a chegada da pandemia no Brasil, o presidente bombardeou seus discursos oficiais com notícias falsas acerca desse momento de calamidade pública. Entre suas *fake news* mais populares sobre a pandemia estão as de que a COVID-19 era apenas uma “gripezinha”, que o brasileiro não seria atingido por “ele não pega nada”, bem como que, depois de infectado, ele criaria anticorpos que ajudariam a não proliferar a doença (GOMES, 2020, não paginado). Atualmente, sabe-se que essas notícias não são verdadeiras, pois vários são os casos de pessoas que contraíram o vírus, não criaram anticorpos e, depois de algum tempo, foram recontaminadas.

Na verdade, até mesmo com as doses de vacina em dia, as pessoas ainda estão se contaminando, todavia estão tendo sintomas mais leves, o número de mortes foi reduzido e quase não há necessidade de internação em UTIs, tal como era o protocolo antes de iniciar a campanha de vacinação. Ademais, antes de serem liberadas para uso, as vacinas passam por rigorosas fases de testes que garantem sua eficácia para aplicação em seres humanos, sendo, portanto, uma forma eficaz e segura de prevenir e erradicar doenças, bem como de salvar vidas pelo fato de elas estimularem uma memória imunológica no organismo humano.

SOBRE AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE BOLSONARO SOBRE A VACINAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

Desde que a vacinação iniciou no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro tem se mostrado contra a sua aplicação. Várias são as declarações dadas por ele demonstrando o seu descontentamento em relação à aplicabilidade dos injetáveis. Partindo dessa premissa, é nosso intuito analisar os argumentos do representante mor da república brasileira no que tange à vacinação. Para tanto, apresentaremos algumas das declarações proferidas por ele de julho de 2020 a março de 2021. A escolha por este recorte temporal justifica-se pelo fato de ser o período em que as discussões sobre a vacinação ficaram mais intensas, culminando nas primeiras declarações do presidente dadas no início da vacinação.

Em julho de 2020, o presidente estava em uma *live* nas redes sociais e deu a seguinte declaração: “Se fala muito da vacina da covid-19. Nós entramos naquele consórcio lá de Oxford. Pelo que tudo indica, vai dar certo e 100 milhões de unidades chegarão para nós. *Não é daquele outro país, não, tá ok, pessoal? É de Oxford³ aí?*” (BOLSONARO, 2020).
³ A vacina de Oxford é a Astrazeneca, um dos imunizantes mais injetáveis no Brasil no combate ao coronavírus.

2020 citado por CRUZ, 2021, não paginado, grifos nossos). As unidades lexicais “daquele outro país”, ditas pelo presidente de maneira irônica, fazem menção à China, país onde a pandemia foi iniciada. Certamente, Bolsonaro a criticou também, porque estas vacinas foram produzidas em parceria com o Instituto Butantan, vinculado ao governo João Dória, ex-aliado do presidente.

Em inúmeras entrevistas, o presidente cognominou a Coronovac de “vachina do Dória” e afirmou que não investiria nela pelo fato de que ela ainda não tinha sido aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A aprovação do injetável ocorreu em 17 de janeiro de 2021 para pessoas com mais de 18 anos. Os primeiros a receberem a vacina foram os profissionais da saúde que trabalham na linha de frente de combate a COVID-19.

Desde então, Bolsonaro disse a apoiadores no Palácio da Alvorada que a vacina estaria liberada no país, que iria adquiri-la e disponibilizá-la gratuitamente aos interessados. (BOLSONARO FINALMENTE..., 2021). Vale lembrar que a proposta inicial do imunizante Coronovac ao presidente foi realizada da seguinte maneira: entregar 60 milhões de doses em 2020 e mais 100 milhões em 2021.

Esta vacina foi cercada de problemas e críticas, a saber: i) cerca de 12,1 milhões de doses foram interditadas pela ANVISA, em setembro de 2021, depois de o local de fabricação não ser inspecionado, nem aprovado para envase do imunizante (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021); ii) Apesar de o imunizante ser eficiente contra o coronavírus e estar sendo aplicado em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em adultos e idosos, a aplicação poderá ser suspensa no Brasil em 2022, pois segundo o Ministério da Saúde, ela não possui registro definitivo da ANVISA e teve uma baixa efetividade na população com mais de 80 (oitenta) anos. (FELICE, 2021). É importante mencionar

que mesmo com essa suposta baixa efetividade em idosos com mais de oitenta anos, notou-se uma queda no número de mortes no Brasil após iniciar as campanhas de vacinação; inclusive, alguns países já aboliram o uso da máscara depois de ter ampla cobertura vacinal.

A AstraZeneca, vacina de Oxford exaltada pelo presidente é uma vacina de vetor viral, possuindo material genético completo da proteína spike. É composta pelo adenovírus, um vírus encontrado em chimpanzés, o qual é manipulado e inserido no gene da proteína spike (proteína “S”) do Sars-CoV-2. Sua segurança e imunogenicidade foram determinadas em 4 estudos randomizados, duplo-cego e controlados realizados no Reino Unido, Brasil e África do Sul. Sua eficácia é de 76% após a primeira dose e 81% após a segunda (QUAIS SÃO..., 2021?).

Já a Coronavac lança mão da tecnologia do vírus inativado que ao ser injetado no organismo induz resposta imunológica. O ensaio clínico desta vacina foi realizado com profissionais da saúde que estiveram expostos ao vírus com frequência. O intervalo entre as doses devem ser entre 14 a 28 dias. Sua eficácia pode chegar a 62,3%, caso haja intervalo entre as doses de 21 ou mais dias (QUAIS SÃO..., 2021?).

O que se percebe entre as duas vacinas é que a Coronavac tem uma eficácia menor que a AstraZeneca e que a tecnologia utilizada para fabricá-la se difere, mas isso não tira o mérito e a eficácia dela enquanto imunizante para combater o vírus, haja vista que nenhuma vacina é 100% efetiva no combate às doenças. Independente da vacina, é importante imunizar-se, pois isto é um ato de amor com você e para com o próximo.

Em outro pronunciamento no Palácio da Alvorada, em 01 de setembro de 2021, o presidente deu a seguinte declaração: “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina” (BOLSONARO, 2021, citado por CALGARO, 2021, não paginado). O

discurso do presidente foi replicado em uma rede social pela Secretaria de Comunicação (SECOM) com o seguinte acréscimo: “O governo do Brasil preza pelas liberdades dos brasileiros”. O pronunciamento do governo e da SECOM foi amplamente criticado por especialistas, haja vista que o discurso do presidente e da secretaria de comunicação influencia diretamente as decisões da população. Lembramos que é dever de autoridades públicas, bem como de profissionais da saúde, informar e conscientizar a sociedade sobre a importância da vacinação para erradicar doenças. Honorato (2020) esclarece que a Sociedade Brasileira de Imunizações enfatizou que as políticas de vacinação contribuíram eficazmente para diminuir a mortalidade, aumentando a qualidade e a expectativa de vida da população em todo o mundo.

O presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia, Ricardo Tostes Gazzinelli, apontou que o posicionamento de Bolsonaro lança um descrédito sobre a imunização no país. Segundo ele “De uma maneira, essa fala pode levar pessoas a não quererem se vacinar, não darem importância à vacinação. Então, se nós chegarmos a ter uma vacina com eficácia significativa, isso [a fala do presidente] pode prejudicar o controle da Covid” (GAZZINELLI, 2020, citado por HONORATO, 2020, não paginado).

Consoante a diretora da Sociedade Brasileira de Infectologia, Lessandra Michelin, vacinar, mais que um ato de amor, é uma maneira fundamental de atingir o que se conhece como “imunidade de rebanho”, isto acontece quando a grande parcela populacional está imunizada e os que se contaminam, vacinados ou não, têm menor probabilidade de propagar a doença (MICHELIN, 2020, citada por HONORATO, 2020, não paginado).

Em 19 de setembro de 2020, o presidente relatou: “Há uma lei de 1975 que diz que cabe ao Ministério da Saúde o Programa Nacional

de Imunizações, ali incluídas possíveis vacinas obrigatórias. A vacina contra o Covid – como cabe ao Ministério da Saúde esta questão – não será obrigatória” (BOLSONARO, 2020 citado por CALGARO, 2021, não paginado). Com estes dizeres, o presidente, mais uma vez, colocou nas mãos dos prefeitos das cidades a decisão de imunizar o povo e deixou ao povo o livre arbítrio de se vacinar ou não, mesmo sabendo das consequências que poderiam surgir, quando se negou a inseri-la de modo permanente no Programa Nacional de Imunizações, alegando que ela não se tornaria obrigatória.

Ele sempre realiza um discurso que preza pela liberdade de escolha dos brasileiros, principalmente daqueles que, deixados levar pelo discurso presidencial, escolhem não se vacinar. É importante mencionar que nunca na história do Brasil houve tanta resistência para se imunizar de um vírus avassalador que está matando pessoas, por isso a importância de especialistas no assunto reforçarem a relevância da vacinação não apenas contra este vírus, mas para todos os outros que já surgiram, bem como a prática do distanciamento social, do uso de máscaras e da higienização das mãos.

Em 20 de outubro de 2020, Eduardo Pazuello anunciou a compra pelo governo federal da vacina Coronavac. No dia seguinte, Bolsonaro desautorizou a compra pelo ministro, referindo-se à Coronavac como “vacina chinesa do João Dória” e diz que ela não seria comprada porque “o povo brasileiro não é cobaia de ninguém. Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou a fase de testagem” (BOLSONARO, 2020 citado por CRUZ, 2021, não paginado). Sobre esta vacina, já discutimos acima, por ora nos balizamos a dizer que, apesar de o governo ter se manifestado contra a vacinação de pessoas com esta vacina, interrompendo as negociações e, conseqüentemente, atrasando a

entrega delas, ela se mostra eficaz e previne mortes e internações tanto quanto as outras que estão sendo aplicadas concomitantemente.

Em novembro de 2020, o presidente, mais uma vez, repetiu o discurso contrário à vacinação, quando a ANVISA suspendeu os testes da vacina chinesa por dois dias, quando houve a informação de que um voluntário, que se prontificou a tomar a vacina quando os testes estavam sendo realizados, havia falecido. A notícia foi recebida com preocupação por Dória; Bolsonaro, por sua vez, utilizou as redes sociais para comemorar: “Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha” (BOLSONARO, 2020 citado por CRUZ, 2021, não paginado).

No início de dezembro de 2020, após ser pressionado a apresentar um plano de vacinação pelo ministro do supremo Ricardo Lewandowski, o ministro Eduardo Pazuello anuncia um acordo de intenção de compra de vacinas Pfizer para possível aplicação em dezembro do mesmo ano. Bolsonaro, nesta mesma época, preconiza exigir um “termo de responsabilidade” para quem fosse vacinado (BOLSONARO, 2020 citado por CALGARO, 2021, não paginado). Esta medida foi extremamente criticada por especialistas por dois motivos: i) a vacina havia sido aprovada pelas autoridades sanitárias competentes e, também, porque ii) ela diminuiria a cobertura vacinal por causa da burocracia imposta às pessoas que estariam dispostas a se vacinarem.

Em outra entrevista, Bolsonaro, ao comentar uma cláusula da Pfizer, realiza a seguinte afirmação:

E na Pfizer [contrato da Pfizer] tem lá: nós [Pfizer] não nos responsabilizamos. Se eu virar um chi, se eu virar um jacaré, se você virar super homem, se nascer barba em alguma mulher, ou algum homem começar a falar fino... e o que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. (BOLSONARO, 2020 citado por

As escolhas lexicais do presidente geraram bastante repercussão, principalmente pelo fato de ele dizer que as pessoas poderiam virar jacaré. É óbvio que ele poderia ter realizado outras escolhas lexicais para citar especificamente esta cláusula da farmacêutica, todavia, o presidente parece não se preocupar em realizar um discurso polido, mesmo quando em frente às câmaras.

Como forma de protestar e ironizar essa fala, os pró-vacinas utilizaram um filtro do Instagram de jacaré ao lado do cartão de vacina, quando imunizados e, não raras vezes, a foto vinha acompanhada da *hashtag* **jacaré**. Em momento posterior, ele criticou quem estava tirando foto com o filtro e revelou que sua declaração era hiperbólica, uma vez que ele poderia ter mencionado qualquer outro animal para falar dos efeitos colaterais da vacina. O que notamos é que, muito mais que utilizar uma figura de linguagem, o presidente realiza uma inversão de valores, uma vez que ao mencionar que o ser humano se tornará jacaré, ele torna quem se imunizou num ser irracional, quando o discurso deveria ser totalmente contrário.

É digno de nota, ainda, a fala dele sobre alteração no sistema imunológico das pessoas. É sabido que nenhuma vacina altera o sistema imunológico do ser humano, pelo contrário, ela confere maior imunidade a quem recebe, pois ao atuar no sistema imunológico do indivíduo, ela produz anticorpos, um sistema de segurança e prevenção. No caso da vacina da Covid-19 pouco se sabe da imunidade que o vírus e a vacina podem conferir ao ser humano, todavia, já se constatou que ser contaminado pelo vírus não imuniza o organismo, por isso, a melhor decisão ainda é se vacinar, haja vista que esta dá imunidade maior e mais duradoura a quem a recebe.

Em meados de dezembro de 2020, Bolsonaro declarou o seguinte: “A pandemia, realmente, está

chegando ao fim. Temos uma pequena ascensão agora, que chama de pequeno repique que pode acontecer, mas a pressa da vacina não se justifica” (BOLSONARO, 2020, citado por CRUZ, 2021, não paginado). Nestes dizeres, mais uma vez, as escolhas das unidades léxicas do presidente fazem jus ao movimento de liberdade que ele sempre deixou claro, embora soubesse das consequências que ela poderia trazer aos que o seguissem. Ao contrário do que ele mencionou na entrevista, a pressa pela vacina se justificava, porque neste período o Brasil teve o maior número de mortos desde setembro, chegando a 18,5 mil mortes por Covid, aumentando cerca de 40% em relação ao mês anterior (PINHEIRO, 2020, não paginado).

Em 17 de janeiro de 2021, a ANVISA autorizou o uso emergencial das vacinas Coronavac e da AstraZeneca. No mesmo dia, João Dória televisionou a primeira aplicação da Coronavac em uma enfermeira de São Paulo. No dia seguinte, Bolsonaro ponderou em uma entrevista que o imunizante “é do Brasil, não é de nenhum governador não” (BOLSONARO, 2021, citado por CRUZ, 2021, não paginado). Esta declaração, de certa forma, acusa o governador João Dória de utilizar o imunizante para se promover politicamente.

Em março de 2021, quando a crise foi agravada pela falta de vacinas nos postos de algumas cidades, o Congresso, os governadores e alguns prefeitos fizeram pressão para que o governo Bolsonaro investisse em mais imunizantes para além dos aprovados pela ANVISA. Em um compromisso presidencial em Uberlândia, Minas Gerais, o presidente ponderou: “Tem idiota nas redes sociais, na imprensa, ‘vai comprar vacina’. Só se for na casa da tua mãe! Não tem para vender no mundo!” (BOLSONARO, 2021 citado por CRUZ, 2021, não paginado). Apesar de ser contra a vacinação, acreditamos que o presidente deveria, minimamente, fazer escolhas lexicais adequadas

para se comunicar com seus eleitores, o que não se percebe nas falas do excelentíssimo. “idiota” e “só se for na casa da tua mãe!” são unidades léxicas impróprias para o momento em que o presidente se encontrava, uma vez que todas as suas falas, devido à posição que ele ocupa, são propagadas com rapidez pelos meios de comunicação de massa. Vale lembrar, ainda, que as lexias escolhidas pelos cidadãos para se comunicar são carregadas de ideologias e expressam, muitas vezes, o matiz cultural, as crenças e os valores que o outro carrega. Sobre esta asserção, faz-se pertinente às palavras de Bakhtin (1997, p. 310) ao ponderar que,

a significação da palavra se refere à realidade efetiva nas condições reais da comunicação verbal. É por esta razão que não só compreendemos a significação da palavra enquanto palavra da língua, mas também adotamos para com ela uma atitude responsiva ativa (simpatia, concordância, discordância, estímulo à ação).

No caso da fala do presidente, notamos que ele foi insolente para com os brasileiros e, principalmente, com seus eleitores que estavam prestigiando-o no evento.

Por fim, ainda em março de 2021, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso pró-vacina e criticou o governo federal pelo discurso antivacina no Brasil. Devido à boa repercussão da fala pelos eleitores, o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, escreveu no mesmo dia em seu perfil do *Twitter*: “Nossa arma é a vacina”, acompanhada de uma imagem do Zé gotinha segurando uma vacina gigante, fazendo alusão ao armamento que eles tanto defendem. Horas mais tarde, o presidente, certamente influenciado pela fala do ex-presidente, em um evento no Palácio do Planalto em Março, usando máscara, algo que ele se recusou a fazer durante toda a pandemia, defendeu a vacinação dizendo: “Vacinamos 100% dos idosos acima de 85 anos, entre eles a minha mãe. Até o final do ano, teremos mais de 400

milhões de doses disponíveis aos brasileiros”. Esta fala causou espanto nos brasileiros, pois uma pessoa tão resistente à vacinação, também poderia ser rígido em relação à vacinação de seus parentes consanguíneos. Após essa declaração, várias foram as pessoas que se manifestaram em suas redes sociais recordando a rivalidade política entre o atual presidente e Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que Bolsonaro sempre privilegiou a não-vacinação e, conseqüentemente, a morte dos brasileiros que, antes de acontecer no corpo, como uma possível consequência da vacinação, se materializou nas palavras do Excelentíssimo senhor presidente da república.

NOTAS CONCLUSIVAS

O presente trabalho teve como intuito discutir declarações dadas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19, no Brasil, no período de julho de 2020 a março de 2021, tendo como *corpora* três sites jornalísticos, levando em consideração as suas manifestações sobre o tema. Nesse sentido, os resultados apontaram que o chefe do executivo, em seus pronunciamentos, sempre preconizou a não vacinação por motivos diversos, tais como anomalias, alteração do sistema imunológico, mudança de gênero e, principalmente, por questões políticas. Todavia, especialistas do assunto defenderam veementemente a vacinação alegando que os discursos do presidente não se justificavam por não serem respaldados cientificamente.

Constatamos ainda que, nas declarações presidenciais, há um *continuum* do movimento antivacina iniciado em 1904. Atualmente, diferentemente daquela época, a desinformação é repassada virtualmente, alcançando um grande número de pessoas que endossa a ideia de não se vacinar justamente por não se informarem com especialistas nem em fontes em que é possível fiar,

preferindo confiar nos discursos do presidente transmitidos pelas redes sociais.

Por fim, destacamos que pelos caminhos do léxico foi possível ponderar sobre uma história em que as cenas estão sendo escritas por unidades lexicais de um presidente que, na história do Brasil, está deixando rastros de obscurantismos, vestígios de *fakenews* e evidências de dor e morte.

REFERÊNCIAS:

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A Lexicologia e a teoria dos campos lexicais. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, N° 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 1332-1343.

ANDREONI, M.; LONDOÑO, E. Coronavirus crisis has made Brazil an ideal vaccine laboratory. **The New York Times**, New York, 15 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/15/world/americas/brazil-coronavirus-vaccine.html> Acesso em: 20 ago. 2020.

A REVOLTA da vacina. **Portal Fiocruz**. abr. 2005. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a

partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira; revisão da tradução Marina

Appenzellerl. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Glossário. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, n. 1, 1984. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3683>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria Linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001

BOLSONARO finalmente se manifesta sobre vacina e dá alfinetada em Dória. **Catraca livre**. fev. 2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-finalmente-se-manifesta-sobre-vacina-e-da-alfinetada-em-doria/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CALGARO, Fernanda. Governo Bolsonaro e as vacinas contra COVID-19: veja a cronologia e entenda as polêmicas. **G1**. jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/17/governo-bolsonaro-e-as-vacinas-cronologia.ghtml>. Acesso em: 05 out. 2021.

COELHO, Braz José. **Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COELHO, Braz José. **Procedimentos de lexicalização**: unidades morfolexicais formadas por palavras. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **Neologia do português**. São Paulo: Parábola, 2012.

CRUZ, Isabela. Como Bolsonaro atacou e atrasou a vacinação na pandemia. **Nexo**. mar. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/21/Como-Bolsonaro-atacou-e-atrasou-a-vacina%C3%A7%C3%A3o-na-pandemia>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FELICE, Rafael. CPI dá 48 h para Queiroga informar sobre descontinuidade da Coronavac em 2022. **Correio Brasiliense**. out. 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2021/10/4953556-cpi-da-48h-para-queiroga-informar-sobre-descontinuidade-da-coronavac-em-2022.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

GOMES, Pedro Henrique. Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada, diz Bolsonaro em alusão a infecção pelo coronavírus. **G1**. mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2021.

HONORATO, Raquel. Especialistas criticam fala de Bolsonaro sobre não poder 'obrigar ninguém a tomar vacina'. **G1**. set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/02/especialistas-criticam-fala-de-bolsonaro-sobre-nao-poder-obrigar-ninguem-a-tomar-vacina.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE bloqueia lotes da Coronavac com uso suspenso pela Anvisa. Set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/setembro/ministerio-da-saude-bloqueia-lotes-da-coronavac-com-o-uso-suspenso-pela-anvisa>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PINHEIRO, Chloé. Tudo sobre as vacinas contra a COVID-19 sendo aplicadas no Brasil. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/tudo-sobre-as-vacinas-contra-a-covid-19-sendo-aplicadas-no-brasil/>. Acesso em: 04 out. 2021.

PINHEIRO, Lara. Dezembro tem maior número de mortes por Covid-19 no Brasil desde setembro, indicam secretarias de Saúde. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/12/29/dezembro-tem-maior-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-desde-setembro-indicam-secretarias-de-saude.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2021.

POTTIER, Bernard. **Lingüística Geral**: teoria e descrição. Tradução e adaptação Walmírio

Macedo. Rio de Janeiro: Presença; Universidade de Santa Úrsula, 1978. (Coleção Linguagem,

n. 7).

QUAIS SÃO as diferenças entre as vacinas contra COVID-19 que estão sendo aplicadas no Brasil. **Instituto Butantan**. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/quais-sao-as-diferencas-entre-as-vacinas-contra-covid-19-que-estao-sendo-aplicadas-no-brasil>. Acesso em: 04 mar. 2022.

RODRIGUES, Fernando. Brasil optou por cobertura mínima ao aderir a aliança global por vacina. **Poder360**. dez. 2020. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-optou-por-cobertura-minima-ao-aderir-a-alianca-global-por-vacina/>. Acesso em: 04 out. 2021.

ROSO, Larissa. Saiba as diferenças entre cloroquina e ivermectina, remédios sem comprovação de eficácia contra o coronavírus. **GZH**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/07/saiba-as-diferencas-entre-cloroquina-e-ivermectina-remedios-sem-comprovacao-de-eficacia-contra-o-coronavirus-ckcnsfyfc0083013g50w4ddf8.html>. Acesso em: 05 out. 2021.

QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder 360**. mar. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

Submissão: março de 2022.

Aceite: maio de 2022.

ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA NA CONSTRUÇÃO DO ETHOS DO ORADOR EM UM RELATO PESSOAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Carla Correia¹

Eliene Farias da Silva²

Fabiana Lisboa Ramos Menezes³

Resumo: O presente artigo é decorrente de debates realizados em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e objetiva analisar a construção do *ethos* da estudante-oradora do relato intitulado *EaD na visão de uma Estudante da Escola Pública*⁴, disponibilizado na plataforma digital Guias Covid-19: comunidade escolar, criada pela organização não-governamental Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Do discurso escrito originalmente pela oradora, serão analisados alguns argumentos e as figuras de argumentação e retórica e como as estratégias argumentativas utilizadas pela oradora ajudam a construir seu *ethos*. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza bibliográfica e de abordagem qualitativa, fundamentada nos estudos da (neo) retórica e da argumentação, como os de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), Reboul (2004), Fiorin (2015), Mariano (2016, 2020), dentre outros. Com base no conteúdo abordado, concluiu-se que a estudante-oradora, por meio de seu discurso, constrói um *ethos* consciente de seu lugar e papel na sociedade, mostrando um *ethos* divergente do *ethos* construído previamente de estudantes da rede pública.

Palavras-chave: Argumentação, Retórica, Pandemia, Ensino-aprendizagem, *Ethos*.

ARGUMENTATION AND RHETORIC STRATEGIES IN THE CONSTRUCTION OF THE SPEAKER'S ETHOS IN A PERSONAL ACCOUNT DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Abstract: This article is the result of debates held in a discipline of the Graduate Program in Letters at the Federal University of Sergipe (UFS) and aims to analyze the construction of the student-speaker ethos of the report entitled *Distance Education in the view of a Public School Student*, made available on the digital platform *Guias Covid-19: school community*, created by the non-governmental organization National Campaign for the Right to Education. From the speech originally written by the speaker, some arguments and figures of argumentation and rhetoric and how the argumentative strategies used by the speaker will help to construct her ethos will be analyzed. Methodologically, this research is bibliographic in nature and has a qualitative approach, based on studies of (neo) rhetoric and argumentation, such as those by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2002), Reboul (2004), Fiorin (2015), Mariano (2016, 2020), among others. Based on the content covered, it was concluded that the student-speaker, through her speech, builds an ethos aware of her place and role in society, showing an ethos that differs from the ethos previously constructed by public school students.

Keywords: Argumentation. Rhetoric. Pandemic. Teaching-learning. *Ethos*.

1 Licenciada em Letras-Português pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Especialista em Ensino de língua portuguesa e diversidade Linguística - Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, FANESE (2017). Endereço para acesso ao CV: <http://lattes.cnpq.br/2786780773008324>.

2 Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Sergipe (2022). Endereço para acesso ao CV: <http://lattes.cnpq.br/6399780131771798>.

3 Mestre em Letras (Literatura e cultura - (UFS, 2016)) e doutoranda em Letras – (Linguística - UFS). Endereço para acesso ao CV: <http://lattes.cnpq.br/3170861767471828>.

4 Endereço para acesso ao relato completo: <https://guia6comunidade.wixsite.com/campanha/post/ead-no-ensino-m%C3%A9dio-na-vis%C3%A3o-de-uma-estudante-da-escola-p%C3%BAblica>.

Introdução

Como seres retóricos, nossas falas estão repletas de argumentos com intuito de persuadir, pois a construção do discurso tem como finalidade última a persuasão. Na enunciação, o orador/a apresenta estratégias linguísticas e discursivas que revelam seu *ethos*, ou seja, seu caráter (discursivo). Em sua obra, *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*, Ruth Amossy afirma que sempre quando tomamos a palavra construímos uma imagem de nós mesmos, e essa imagem que construímos no discurso é denominada de *ethos*. Este pode ser definido como a imagem discursiva que o orador/enunciador constrói de si e dos outros no discurso, com o intuito de persuadir seu auditório. Essa imagem discursiva é apreendida mediante a investigação de estratégias discursivas e linguísticas empregadas pelo orador/enunciador, tais como a escolha do tema, a seleção lexical, o uso dos argumentos e as figuras de argumentação e retórica, sendo esses dois últimos privilegiados em nossa pesquisa.

À vista disso, esse estudo apresenta uma análise da construção do *ethos* na argumentação de K⁵, estudante de escola pública do Ensino Médio, disponibilizado no Site Guia 6, cujo título é EaD na visão de uma Estudante da Escola Pública. Tal texto foi apresentado, devido a uma iniciativa de uma organização social em defesa da escola pública: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O texto escolhido é um relato pessoal inserido no contexto de pandemia provocada pelo Novo Coronavírus – COVID 19 – que parou majoritariamente as atividades em todo o mundo, mudando o contexto da educação no Brasil para o formato de aulas remotas.

Após consultar estudantes de faixas etárias diversas sobre atividades e sentimentos durante o

⁵ Apesar de o nome da autora do relato estar disponível no site, optamos por colocar apenas a primeira letra de seu nome.

período de suspensão das aulas e de distanciamento social, a plataforma digital Guias Covid-19: comunidade escolar, promovida pela organização não-governamental Campanha Nacional pelo Direito à Educação, depoimentos, dentre eles o de K, aluna do ensino médio de escola pública, que demonstra a situação de preocupação com os efeitos da pandemia, inclusive, os prejuízos para os estudantes. Do relato de K, destacaremos alguns argumentos utilizados pela oradora, analisando os tipos de argumentos, evidenciando as figuras de argumentação e retórica e como as estratégias argumentativas ajudam a construir o *ethos* da oradora. Algumas das estratégias argumentativas que apresentaremos foram organizadas por Perelman e Tycheca (2002), Ferreira (2010) e Fiorin (2015).

O embasamento teórico-metodológico compreende uma pesquisa de natureza bibliográfica e da abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Perelman e Tycheca, mais especificamente em seu Tratado da Argumentação (2002), Luiz Antonio Ferreira em *Leitura e persuasão* (2010), José Luiz Fiorin – *Argumentação* (2015), em algumas pesquisas de Márcia Mariano (2016; 2019; 2020) e Olivier Reboul (2004). Nesse contexto, as figuras de argumentação e retórica presentes no texto serão observadas, como também o efeito que elas produzem na construção do *ethos* da estudante-oradora para a formulação do *logos* e, com isso, seu relacionamento com o *pathos*.

Dispositivo teórico-analítico

As aflições de se ver privado de pessoas, lugares e eventos refletem na razão e na emoção dos indivíduos e influenciam na forma como nos expressamos linguisticamente. Os efeitos da pandemia exigiram mudanças e adequações em toda a sociedade, principalmente na educação. Essa área de atuação que precisa de mais tempo

e interação entre as pessoas, teve suas aulas suspensas, e as muitas tentativas de manter as atividades pedagógicas funcionando exigiram uma avaliação do contexto histórico e social que separa o setor público do privado. Quando a aluna K responde sobre a situação dos alunos durante a pandemia, em sua enunciação são constatados tipos de argumentos e estratégias argumentativas, cujas técnicas compõem os estudos da Nova retórica, movimento de restauração da teoria aristotélica em sua obra *Retórica*, retomada por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca em um processo de resgate e aprofundamento apresentados no *Tratado da Argumentação*, publicado em 1958.

O *Tratado da Argumentação* é a publicação que embasa as pesquisas em argumentação e retórica em seu restabelecimento, no momento em que volta a pulsar com mais intensidade nas pesquisas. Os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca constituem uma reformulação da retórica aristotélica, identificando e detalhando artifícios apresentados na construção dos discursos, principalmente, conservando a noção de auditório que, para os autores, influenciam fortemente na construção do discurso. Além disso, a retórica ressurgiu livre de técnicas apenas experimentais ou quando as provas são consideradas incontestáveis; elas se estruturam também no campo do verossímil e, portanto, os autores se concentram nos recursos discursivos para se obter a adesão dos espíritos (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

A terceira parte do *Tratado da Argumentação* apresenta as técnicas argumentativas nas quais são descritos os tipos de argumentos que compreendem nos enunciados as formas de racionalização que o orador utiliza a fim de conseguir a adesão do seu interlocutor.

Não se deve crer que esses grupos de esquemas argumentativos constituam entidades isoladas. Em geral estamos autorizados, como já dissemos, a interpretar um raciocínio segundo um ou outro esquema. Entretanto, além disso,

podemos considerar que certos argumentos pertencem tanto a um como a outro grupo de esquemas. Um enunciado como “se o mundo é regido por uma providência, o Estado requer um governo”, que Quintiliano trata como um “argumento de vizinhança ou de comparação”, pode ser considerado como quase-lógico (o que vale para o todo vale para a parte), como analogia ou mesmo como baseado em ligações de coexistência. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.217).

Ao apresentar as técnicas de análise, os autores enfatizam que são apenas exemplos e que podem ser aplicados em diversas outras situações, inclusive, quando com a reinvenção do ouvinte, em que o argumento ganha novas formas. A aplicabilidade das técnicas é ao próprio discurso e se estabelece na relação do orador com o ouvinte. O que muito explica o relato de uma adolescente quando expõe suas angústias frente ao cenário pandêmico que vivemos.

As técnicas argumentativas também são exploradas por Ferreira (2020), que destaca o sistema retórico: a invenção, a *dispositivo*, a *elocutio* e a *actio*, como passos para a análise retórica. Quando trata dos lugares retóricos, aponta para o lugar da qualidade e o lugar da quantidade, dentre muitos outros, mas estes dois revelam que os argumentos expressam força pela estatística ou pela expressividade hierárquica. Ferreira opera ainda pela análise dos argumentos como falácias e como figuras retóricas, considerando como as palavras são mobilizadas no texto para chamar a atenção do auditório. Fiorin (2018) também trabalha com a concepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca, quando em sua obra *Argumentação* (2018), aquele linguista trata dos problemas referentes à argumentação e retoma as técnicas argumentativas, trazendo novos exemplos para atualizar o entendimento da análise retórica.

Seguindo os preceitos aristotélicos e confirmando a Nova retórica, Reboul (2004) apresenta um percurso histórico e reafirma os processos de análise retórica, atentando para duas

especificidades: o orador está sempre diante de um auditório, então seu discurso é sempre para o outro; e extrapola o aspecto jurídico, estudando os gêneros textuais que veiculam na contemporaneidade. Assim, em *Introdução à retórica* (2004), retoma as técnicas argumentativas, mas o faz à luz da filosofia da linguagem, considerando a propriedade das palavras em sua origem e seu contexto.

Dessa forma, os ensinamentos clássicos em Aristóteles, e os recentes estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca iluminam os estudiosos que reelaboram as teorias que confirmam a retórica como importante campo de estudo dos discursos, possibilitando perceber como uma aluna explora técnicas de argumentação enquanto apresenta suas angústias diante do contexto pandêmico que assola o mundo a partir de sua experiência, sem esquecer as questões sociais que a cercam.

Um breve percurso pelas figuras de argumentação e retórica no texto da aluna-oradora k

As escolhas feitas pela orador K representa o modo como ela quer se apresentar, ou seja, como ela espera construir seu ethos. Dentro das três categorias que estão presentes no discurso retórico, a aluna constrói a imagem de si ao analisar a educação pública a partir de sua experiência. Para melhor compreendermos sobre as categorias do discurso retórico, veremos, a seguir, como alguns autores tratam do assunto

De acordo com Fiorin (2015), à luz de Benveniste, o texto é formulado no eu-aqui-agora, em um contexto que demarca como a situação discursiva poderá ser entendida. Por isso, ao analisar um texto, é preciso observar o orador, o assunto, o possível ou pretendido, o auditório e como o assunto é apresentado; é sob esses aspectos que se estabelece a relação das três figuras retóricas definidas por Aristóteles em seu sistema retórico

como: *ethos-pathos-logos*. No texto da orador k, percebe-se como ela vai construindo a imagem de si ao refletir sobre o contexto da pandemia, utilizando recursos que corroboram com seus argumentos a favor da Escola pública, e também com o descontentamento do governo. Observando as categorias *ethos-pathos-logos* do discurso retórico, serão apresentadas algumas figuras de argumentação que aparecem no discurso da oradora.

Nessa perspectiva, o *ethos* e o *pathos* correspondem à ordem da afetividade, o *logos*, à ordem da racionalidade. O *ethos* está relacionado ao caráter do orador, ou seja, à atitude que deve assumir diante de seu auditório para chamar sua atenção e, conseqüentemente, conquistar sua confiança (REBOUL, 2004). Esse tipo de argumento tem um significado relacionado ao termo ética, sendo, portanto, definido como “[...] caráter moral que o orador deve parecer ter [...]” (REBOUL, 2004, p. 48). Nesse sentido, esse argumento centra-se na pessoa do orador, sua conduta e atitude no momento em que está proferindo o discurso são imprescindíveis para conquistar a credibilidade, a confiança e a admiração de seu auditório. O *ethos* prima pela afetividade do orador (REBOUL, 2004).

Em sua pesquisa Em torno do *ethos* docente: análise de relatos de experiência com o ensino remoto emergencial durante a pandemia de covid 19, Márcia Mariano (2016, 2020) comenta que a figura do *ethos* diz respeito à imagem “que o orador – não o sujeito empírico, mas aquele que se inscreve no discurso – constrói de si. Está relacionado ao caráter que o orador mostra pelo modo de dizer, independentemente do que se sabe ou se pensa sobre ele anteriormente ao discurso”. O segundo tipo de figura, o *pathos*, diz respeito às emoções, às aspirações, enfim, aos desejos correspondentes às inclinações do auditório, os quais o orador deve explorar, tirando deles o máximo proveito (REBOUL, 2004). Esses sentimentos estão ligados às emoções e aos desejos

que o auditório manifesta. Nesse caso, o argumento é baseado na condição emocional do auditório, “aqui, o ethos já não é o caráter (moral) que o orador deve assumir, mas o caráter (psicológico) dos diferentes públicos, aos quais o orador deve adaptar-se. O pathos prima pela afetividade do auditório” (REBOUL, 2004, p. 48-49). Em outras palavras, é a relação que o orador estabelece com o auditório, despertando sentimento e paixões. Já o logos é o discurso. São as provas lógicas designadas por Aristóteles em sua obra Retórica, e retomadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca em seu Tratado da Argumentação, publicado pela primeira vez em 1958. Ele corresponde à ordem da racionalidade, é o último argumento definido por Aristóteles, “se o ethos diz respeito ao orador e o pathos ao auditório, o logos [...] diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso (REBOUL, 2004, p.49).

Atinente à análise, que se trata de um texto inserido no contexto de pandemia provocada pelo contágio do Novo Coronavírus – COVID-19 –, a aluna-oradora se identifica como estudante do Ensino Médio, de escola pública e jovem. O modo como o texto está organizado revela a construção do ethos como: a) uma aluna que fala a um público diversificado e que tenta apresentar um panorama geral da situação em que a educação brasileira se encontra no período da pandemia; b) como uma aluna de escola pública consciente dos problemas historicamente enfrentados (falta de estrutura, troca de professores...); c) uma aluna preocupada com o ENEM; d) como uma aluna que reconhece que outros alunos estão em situação mais difícil que a dela; e) como uma aluna que discute os fatos que apresenta. O ethos mostrado ou discursivo desconstrói o ethos prévio de aluno da escola pública e de jovem como desinformados, sem preocupação com a realidade social.

Observando a estrutura lexical, a oradora apresenta os fatos alternando os sujeitos da

ação, ora na individualidade, ora na coletividade. Quando a oradora K parte do específico, é possível perceber o uso do pronome pessoal em 1ª pessoa: eu (enquanto estudante do ensino médio); me (o ensino me foi tirado). Já quando a oradora se junta aos demais alunos, partindo para o geral, através dos pronomes na 1ª pessoa do plural: “nos abalou”, “nossa sociedade”, retomando a coletividade. Os efeitos de sentidos produzidos pela alternância entre as pessoas do discurso dizem respeito à intenção da oradora em enfatizar a relação entre ela mesma e os demais alunos que passam pela mesma situação ao tentar se inserir no ensino remoto. A partir de sua experiência pessoal, a aluna K representa uma coletividade, seus colegas, estabelecendo uma relação de solidariedade ao reivindicar melhorias não apenas para si, mas para todos os alunos da escola pública. Ao colocar em discussão a atuação do governo federal, a situação da escola pública e de seus estudantes e professores, a aluna-oradora também constrói os *ethé* desses sujeitos e elementos. Sobre o governo, a aluna destaca:

O atual governo considera investimentos em educação como despesa, tanto que houve congelamento de verba nessa área no ano passado. [...] Todas essas coisas, ignoradas pela atual gestão do Estado. [...] A propaganda do ENEM desse ano foi exclusiva para esse público, que têm condições, gerando polêmicas. [...] Frases como ‘uma geração de novos profissionais será perdida’, ‘estude de qualquer forma, de qualquer lugar’. Esse tipo de mídia não alcança a todos os estudantes, uma vez que, repito, o Ensino a Distância não é igualitário, é inegável a defasagem que é sofrida por estudantes da Escola Pública. [...] Discursos como esses só fortalecem o discurso meritocrático que nos é imposto há anos. Não vivemos em um país que promove a equidade, e sim a exclusão (K, 2020, grifos da oradora).

Dessa forma, o ethos do governo é mostrado como descomprometido, desinteressado pela educação pública, já que o atual governo considera investimentos em educação como despesa, tanto que houve congelamento de verba nessa área no ano passado. Dessa forma, o ethos do governo

é construído como um ethos excludente, esta depreensão pode ser evidenciada em frases como ('uma geração de novos profissionais será perdida', 'estude de qualquer forma, de qualquer lugar') são exemplos da propaganda midiática que a oradora apresenta para mostrar que o governo não promove a equidade entre os estudantes porque não investe na educação. Ao argumentar, a estudante constrói o ethos da aluna de escola pública como um ethos consciente de seu lugar e papel na sociedade, mostrando, dessa forma, um ethos divergente do ethos construído previamente de estudantes da rede pública. Alunas e alunos da escola pública são popularmente conhecidos como desinteressados, estudantes que não gostam de estudar e que não têm consciência de sua própria situação. O texto produzido pela oradora K mostra uma análise consciente e consistente sobre a educação pública, contrariando a opinião vigente. Reconhecer que grande parte dos discentes não podem estudar de qualquer lugar, a qualquer momento, percebendo que a política educacional é excludente mostra que a aluna tem consciência da situação que vive. Quanto ao ethos da escola pública, a aluna discute:

Antes mesmo da pandemia sofríamos com falta e trocas constantes de professores, a falta de reparos na estrutura, até mesmo atraso e falta de materiais. [...] Com isso, posso dizer, a Escola Pública enfrenta muitas dificuldades, é inegável sua importância, e, que há muito potencial em muitos do que a frequentam. A Escola Pública nos dias de hoje representa resistência, e acredito que, luta como nunca se fez antes (K, 2020).

O ethos da escola pública é apresentado como carente de investimentos e, mesmo assim, resistente. A construção desse ethos ocorre por meio de argumentos que fazem alusão à trocas constantes de professores, a falta de reparos na estrutura, até mesmo atraso e falta de materiais; a Escola Pública nos dias de hoje representa resistência, e acredito que, luta como nunca se fez antes. De forma semelhante, os alunos da escola pública são apresentados:

Os estudantes da escola pública sempre foram atrasados quanto ao ensino. É inegável a defasagem sofrida pelos estudantes quanto a conteúdo. [...] Muitos estudantes sofrem com falta de alimento, ou com casas em estado precário. [...] A má convivência, a falta de espaço e/ou privacidade, todo o conforto que a casa pode oferecer, tarefas dentro da própria casa. Todas essas coisas contribuem para que o aluno se disperse e até mesmo se esqueça de suas tarefas acadêmicas. (K, 2020).

Mesmo sofrendo diversas necessidades, os alunos da escola pública resistem, e a oradora os apresenta como um ethos sofrido, por suportar tantas dificuldades, mas resistente porque enfrenta as dificuldades e procuram transpô-las. Os argumentos apresentados para falar sobre a situação dos alunos da escola pública são suficientes para revelar o ethos da aluna-oradora. Em relação ao pathos, a oradora fala para um auditório imaginado, que pode ser o leitor do site, mas ela também se dirige diretamente aos governantes quando usa verbos no imperativo: "Valorizem o Ensino Público." "... invistam e acreditem no Ensino Público". O intuito é fazer com que o pathos valorize a escola pública e que o governo invista nela.

Já em relação ao logos, a situação discursiva é sobre os problemas enfrentados especialmente pelos estudantes de escola pública no enfrentamento da pandemia, sobre os quais K fala com uma certa revolta pela realidade que as escolas públicas estão enfrentando, pois a pandemia tornou ainda mais evidente como é desigual a educação ofertada pelo ensino público, o momento vivenciado só intensificou ainda mais a desigualdade social no país. A aluna assume o lugar de estudante de escola pública e o faz para revelar sua indignação, de que deve ser tratada como cidadã e que deve ter direitos iguais e questiona o que é passado na mídia e nas propagandas do governo:

A propaganda do ENEM desse ano foi exclusiva para esse público, que têm condições, gerando polêmicas. E justamente nesse momento a Escola Pública se levanta. Não só não podemos, como não devemos aceitar esse tipo de coisa. Frases como 'uma geração

de novos profissionais será perdida’, ‘estude de qualquer forma, de qualquer lugar’. Esse tipo de mídia não alcança a todos os estudantes, uma vez que, repito, o Ensino a Distância não é igualitário, é inegável a defasagem que é sofrida por estudantes da Escola Pública. Discursos como esses só fortalecem o discurso meritocrático que nos é imposto há anos. Não vivemos em um país que promove a equidade, e sim a exclusão (K,2020, grifos da oradora).

A aluna-oradora tem como objetivo conscientizar que deve haver investimento na educação pública brasileira a partir de um panorama da própria sociedade:

Com isso, posso dizer, a Escola Pública enfrente muitas dificuldades, é inegável sua importância, e, que há muito potencial em muitos do que a frequentam. A Escola Pública nos dias de hoje representa resistência, e acredito que, luta como nunca se fez antes. [...] Que essa pandemia sirva para que, vejam como a Escola Pública precisa de melhorias, de INVESTIMENTO, pois sem ela nada se faz. Sem professores não há nenhuma outra profissão. Sem o ensino acadêmico nada se pode fazer. Reconheçam o serviço prestado pelo Ensino Público. Valorizem o Ensino Público. [...] E por último, mas não menos importante: invistam e acreditem no Ensino Público (K, 2020, grifo da oradora).

A partir dos argumentos apresentados, a oradora constrói um ethos indignado, enfatizando ações que podem ser tomadas para sua valorização (Que essa pandemia sirva para que, vejam como a Escola Pública precisa de melhorias, de INVESTIMENTO, pois sem ela nada se faz. Sem professores não há nenhuma outra profissão. Sem o ensino acadêmico nada se pode fazer.) A indignação é por ser tratada com indiferença como estudante de escola pública; um ethos de oposição por se colocar contrária ao projeto político adotado no país; e, ainda, um ethos consciente, quando revela que a pandemia tornou ainda mais evidente que a escola pública precisa de melhorias tanto na estrutura como na capacitação de professores. Outros aspectos encontrados em um discurso são os lugares retóricos e os tipos de argumentos. De acordo com Perelman e Tycheca (2002), os lugares retóricos principais são: o lugar da quantidade e o

lugar da qualidade, todos os outros lugares podem ser reduzidos, ou seja, estar dentro desses dois lugares principais. O lugar da quantidade indica a quantificação no texto para corroborar com determinados argumentos. Antecipamos que não apresentaremos argumentos que exemplificam o lugar da quantidade, tendo em vista que esse não configura o nosso objetivo. Já o lugar da qualidade recorre a avanços elencados qualitativamente. K argumenta do lugar da qualidade ao afirmar a superioridade do anterior sobre o posterior, das causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades etc.

Até mesmo cabe falar aqui as dificuldades que jovens e adolescentes encontram para lidar com seus próprios sentimentos, ao tentar entender o momento vivido, suas transformações enquanto ser humano, e novamente, o ambiente familiar em um momento de convivência e confinamento extremos (K, 2020).

Consoante Perelman e Tycheca (2002), os argumentos retóricos estão divididos em dois grandes grupos, quais sejam: argumentos por associação e os argumentos por dissociação. Os primeiros se estabelecem por um processo de associação, buscam aproximar coisas não necessariamente parecidas, iguais. Os últimos são baseados na estrutura do real, aqueles que se estabelecem por processos de dissociação que, ao contrário dos primeiros, buscam afastar ou desunir um todo ou um conjunto. Dentro dos argumentos por associação, temos um por regra de justiça. Que segundo as observações de Perelman e Tycheca: “[...] requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou situações que são integrados numa mesma categoria” (PERELMAN; TYTECA, 2002, p. 157).

A oradora K constrói um ethos consciente, crítico, um ethos dito, discursivo, já que ela consegue escrever quais são os problemas da escola pública e dos professores. A enunciadora consegue construir essas modalizações de ethos por meio do uso do

argumento da regra de justiça como evidenciado nos trechos abaixo:

Os estudantes da escola pública sempre foram atrasados quanto ao ensino. É inegável a defasagem sofrida pelos estudantes quanto a conteúdo. Antes mesmo da pandemia sofríamos com falta e trocas constantes de professores, a falta de reparos na estrutura, até mesmo atraso e falta de materiais. [...] Mas não se pode esquecer que estudantes com boas condições sociais não foram afetados pois têm uma boa estrutura de estudo. A propaganda do ENEM desse ano foi exclusiva para esse público, que têm condições, gerando polêmicas. E justamente nesse momento a Escola Pública se levanta. Não só não podemos, como não devemos aceitar esse tipo de coisa. Frases como ‘uma geração de novos profissionais será perdida, estude de qualquer forma, de qualquer lugar’. Esse tipo de mídia não alcança a todos os estudantes, uma vez que, repito, o Ensino a Distância não é igualitário, é inegável a defasagem que é sofrida por estudantes da Escola Pública. Discursos como esses só fortalecem o discurso meritocrático que nos é imposto há anos. Não vivemos em um país que promove a equidade, e sim a exclusão (K, 2020, grifo da oradora).

K, por meio do argumento da regra da justiça, tenciona persuadir seu auditório (pathos), que são os leitores do site como também os representantes da educação, com a finalidade de enfatizar que os alunos de escola pública devem receber o mesmo tratamento que os alunos de escola privada. Apesar do pathos ter como finalidade última promover a comoção e a compaixão desse auditório, dentro dessa situação discursiva, ele exerce uma outra função, já que com essa argumentação a oradora não visa provocar a comoção, a compaixão de seu auditório, mas sim ressaltar que ela quer ação desse auditório. O frequente uso de verbos no imperativo no fim de seu discurso ratificam o uso do argumento da regra da justiça e aparecem para reforçar seu desejo: o de que é preciso atitude e postura diante dos problemas enfrentados pela educação pública, como dito no excerto: “Reconheçam o serviço prestado pelo Ensino Público”; “Valorizem o Ensino Público.”; “invistam e acreditem no Ensino Público”.

Segundo Perelman e Tyteca (2002), a técnica argumentativa pode assumir a forma negativa de

processos de dissociação, buscando romper a solidariedade existente entre as teses já admitidas e as que se opõem às teses do orador, isto é, consiste em recusar-se o estabelecimento de uma associação aceita como válida em um momento anterior do debate argumentativo (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002). No discurso de K, a oradora faz uso desse recurso, dissociando as noções de que deveria ocorrer o ENEM e de que as condições de estudo em casa são as mesmas para alunos da rede pública e da rede privada. Ela busca separar a aparência da realidade, argumentando que não há equidade entre alunos e muitos têm dificuldades, diferente do que é posto na mídia:

Não só não podemos, como não devemos aceitar esse tipo de coisa. Frases como “uma geração de novos profissionais será perdida”, “estude de qualquer forma, de qualquer lugar”. Esse tipo de mídia não alcança a todos os estudantes, uma vez que, repito, o Ensino a Distância não é igualitário, é inegável a defasagem que é sofrida por estudantes da Escola Pública. Discursos como esses só fortalecem o discurso meritocrático que nos é imposto há anos. Não vivemos em um país que promove a equidade, e sim a exclusão (K, 2020, grifos nossos).

A oradora busca diferenciar o que está na aparência, colocado por determinadas mídias e governo, do que está na realidade. Em outro argumento, ela expõe outra dissociação entre o que é dito sobre a escola pública ser ruim, ser esquecida, ser desrespeitada ou mal vista no mesmo aspecto aparência/realidade, ou ainda verdade/mentira:

Com isso, posso dizer, a Escola Pública enfrente muitas dificuldades, é inegável sua importância, e, que há muito potencial em muitos do que a frequentam. A Escola Pública nos dias de hoje representa resistência, e acredito que, luta como nunca se fez antes.” (K, 2020, grifos nossos).

Assim, para convencer o auditório/pathos, a oradora faz uso de dissociações do que é dito sobre a escola pública e o que realmente é a escola pública, a realidade que ela, enquanto aluna vive, construindo um logos que representa o ethos

da escola pública e o ethos dos alunos da escola pública, entre outros ethos construídos.

Ainda no grupo de argumentos por dissociação, ocorre o tipo relação pessoa/grupo, em que os argumentos estão relacionados a características da pessoa em relação a um grupo. A aluna K representa um grupo – alunos de escola pública – cujo ethos é previamente construído como “alunos com defasagem no ensino”. A oradora deixa essa percepção clara: “Os estudantes da escola pública sempre foram atrasados quanto ao ensino. É inegável a defasagem sofrida pelos estudantes quanto a conteúdo.”(K, 2020, grifos nossos). Em contrapartida, a oradora, enquanto indivíduo, é parte representante desse grupo (alunos de escola pública) que escreve de acordo com a norma culta e mostra uma forma organizada de apresentar suas ideias e argumentos e, ainda, evocar por transformação. Isso faz com que o ethos prévio não seja confirmado pelo ethos discursivo/mostrado.

De acordo com Perelman e TYTECA (2002), “O valor de um indivíduo reflete sobre o grupo; uma deficiência individual pode, em certos casos, comprometer a reputação do grupo inteiro, com mais facilidade ainda quando se recusa a utilizar técnicas de ruptura” ((PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 366). Da mesma forma, o valor de um indivíduo (ou vários) pode elevar a estimar do grupo. O valor do ato depende, como sabemos, do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo; pessoa e grupo desempenham, com relação aos atos e aos indivíduos, um papel análogo que pode conjugar-se. Assim, “A interação entre o indivíduo e o grupo pode ser utilizada para valorizar ou desvalorizar seja um, seja outro” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.368).

A aluna K, mesmo reconhecendo que há defasagem no ensino público, afirma: “Com isso, posso dizer, a Escola Pública enfrenta muitas

dificuldades, é inegável sua importância, e, que há muito potencial em muitos do que a frequentam” (K, 2020). Dessa forma, a aluna-oradora estabelece a relação grupo/pessoa colocando sua individualidade a serviço e em defesa de seu grupo. Baseando-se nos argumentos de Regra de Justiça, par aparência-realidade e relação grupo e seus membros, a oradora revela um ethos crítico e consciente de seu lugar e papel na sociedade, declarando-se parte da escola pública, reconhecendo suas deficiências, disponibilizando-se a defendê-la e apresentando as soluções: “INVESTIMENTO”; “Valorizem, reconheçam”.

No depoimento da aluna K também podemos destacar a presença de figuras de argumentação e retórica. Em conformidade com Márcia Mariano (2016, p. 132), as figuras de argumentação e retórica têm como finalidade principal a persuasão, a anuência do outro. Na pesquisa intitulada A importância da intertextualidade na produção e na compreensão de textos: exemplos do jornalismo futebolístico (2016, p. 133-134), Mariano, baseada nos estudos dos neoretóricos Perelman e TYTECA (2002), apresenta a classificação, a definição e os efeitos que as figuras de argumentação e retórica produzem no discurso, que são: as figuras de escolha, as figuras de presença e as figuras de comunhão, como visto nas linhas que se seguem:

a. Figuras de escolha: impõem características próprias a cada texto e revelam o trabalho do orador na seleção dos elementos linguísticos. Para Perelman e TYTECA (2002: 168 - 185), toda escolha linguística e discursiva tem uma razão de ser e possui força argumentativa: “A escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo”. Nessas escolhas do falante, os autores incluem os sinônimos, o uso de termos não habituais; as perífrases; a descrição; escolha de tempos verbais; estruturas sintáticas, etc. b. Figuras de presença: buscam manter o objeto do discurso na mente do auditório, despertando o sentimento de presença constante daquilo sobre o que se fala. A repetição, a acumulação de relatos e o detalhamento, por exemplo, são definidos como figuras de presença. c. Figuras de comunhão: buscam estabelecer a comunhão com o auditório, “por força de referências a uma cultura, a uma tradição, a um

passado comuns entre o emissor do discurso e o ouvinte ou leitor” (Guimarães, 2001:156). Neste tipo de figuras, Perelman e Tycheca situam todas as estratégias utilizadas para conseguir a identificação com o auditório, por exemplo: o uso de linguagens e conhecimentos em comum, de clichês, exemplos, etc.

Mariano (2016) ressalta que pode haver uma adequação ou subversão no uso dos argumentos, de acordo com o gênero que o orador desenvolve seu discurso; o primeiro refere-se à aplicação das normas linguísticas que está dentro do esperado, e o segundo é quando essas regras são subvertidas, causando estranheza no texto. No discurso da K-oradora é possível observar a ocorrência dos três tipos de figuras. Um exemplo da figura de escolha, por exemplo, pode ser constatado nos trechos a seguir:

[...] Muitas vezes, o ambiente escolar é visto como refúgio (ESCOLHA) para muitos alunos que encontram dificuldades na convivência com quem moram. Isso influi muito, pois acaba incapacitando o aluno” [...] Que essa pandemia sirva para que, vejam como a Escola Pública precisa de melhorias, de INVESTIMENTO (ESCOLHA), pois sem ela nada se faz. Sem professores não há nenhuma outra profissão. Sem o ensino acadêmico nada se pode fazer (K, 2020, grifos nossos).

As figuras de presença, por sua vez, podem ser contempladas no extrato a seguir do discurso de K:

Eu, enquanto estudante do Ensino Médio, jovem, tento entender o que vivemos, todas as crises que o país passa (sendo elas: sanitária, política e econômica), o ensino me foi retirado. [...] Os estudantes da escola pública sempre foram atrasados quanto ao ensino. É inegável a defasagem sofrida pelos estudantes quanto a conteúdo. Antes mesmo da pandemia sofríamos com falta e trocas constantes de professores, a falta de reparos na estrutura, até mesmo atraso e falta de materiais (K, 2020, grifos nossos).
É justamente nesse momento a Escola Pública se levanta. (PRESENÇA)

No trecho apresentado acima é possível perceber que há uma retomada da mesma ideia, o objetivo é explicitar para o auditório que a oradora integra a categoria de estudantes de escola pública

que sofrem com um ensino defasado, em razão da falta de estrutura, de um ensino de qualidade e de uma estabilidade no quadro de professores. Por fim, as figuras de comunhão evidenciadas no discurso de K ocorrem no momento em que a oradora faz alusão a duas propagandas que circularam na mídia no primeiro semestre do ano de 2020, essa comunhão é marcada pelas seguintes frases utilizadas pela oradora:

Frases como ‘uma geração de novos profissionais será perdida’; “estude de qualquer forma, de qualquer lugar”. [...] Reconheçam (COMUNHÃO) o serviço prestado pelo Ensino Público. [...] Valorizem (COMUNHÃO) o Ensino Público. [...] E por último, mas não menos importante: invistam e acreditem (COMUNHÃO) no Ensino Público (K, 2020, grifos nossos).

As figuras de argumentação e retórica estão presentes nos discursos que tentam persuadir o público. Nesse contexto, é relevante perceber como se apresenta o *ethos*, *logos* e *pathos* de um texto, observando como o orador constrói os argumentos em seu discurso. Assim, no relato, a estudante demonstra o sentimento de respeito e consideração pela escola pública “A Escola Pública nos dias de hoje representa resistência, e acredito que, luta como nunca se fez antes.”; “Reconheçam o serviço prestado pelo Ensino Público”; “Valorizem o Ensino Público.”; “invistam e acreditem no Ensino Público.” e “há muito potencial em muitos do que a frequentam”.

Nas colocações destacadas acima, a aluna demonstra a imagem de que se sente desvalorizada por ser da escola pública, e que tem potencial. Todo discurso mostra sua indignação como a falta de atenção pela escola pública e pelo “discurso meritocrático” que separa alunos do ensino público e alunos do ensino privado como fica claro em “Não vivemos em um país que promove a equidade, e sim a exclusão.” Essa aluna representa o *ethos* dos alunos da rede pública que querem ser vistos, que querem melhores condições e querem obter

sucesso no ENEM, mesmo não tendo recursos em casa nesse momento de pandemia.

Algumas considerações

Este artigo teve como objetivo geral analisar a construção do ethos da estudante-oradora do relato intitulado EaD na visão de uma Estudante da Escola Pública⁶, disponibilizado na plataforma digital Guias Covid-19: comunidade escolar, criada pela organização não-governamental Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Analisou-se alguns argumentos e as figuras de argumentação e retórica e como as estratégias argumentativas utilizadas pela oradora ajudam a construir o seu ethos. Para a análise e a contextualização do discurso, nos embasamos nos pressupostos teóricos dos estudos retóricos e neo-retóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), Ferreira (2010), Reboul (2004), dentre outros.

A partir da análise do depoimento da aluna K, foi possível perceber como os tipos de argumentos utilizados e as figuras de argumentação e retórica são importantes na construção do ethos da oradora. Enquanto aluna de escola pública, a oradora revela um ethos consciente de seu lugar e papel na sociedade, mostrando um ethos divergente do ethos construído previamente de estudantes da rede pública. A oradora constrói, portanto, o ethos dos alunos da rede pública que querem ser vistos, que querem melhores condições de ensino e querem obter sucesso no ENEM, mesmo não tendo recursos em casa nesse momento de pandemia.

O domínio demonstrado na articulação de ideais, nas análises socio-políticas apresentadas e na avaliação que demonstra do governo quanto às políticas públicas mostram que a oradora apresenta sua argumentação na tentativa de que seu auditório

tome providências, que cuidem da escola pública porque seus pares estudam, se dedicam e, para isso, precisam de ações efetivas do poder público. Dessa maneira, compreende-se que as estratégias argumentativas muito contribuem para que o orador se apresente e defenda suas ideias a partir de sua inscrição no logos, bem como os interlocutores conseguem compartilhar dos ideais apresentados no texto.

Referências

AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no discurso: a construção do ethos*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Retórica*. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

FERREIRA, Luiz Antonio. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José. Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola, 2020.

MARIANO, Marcia Regina Curado Pereira. *As Figuras de Argumentação como estratégias discursivas. Um estudo em avaliações no ensino superior*. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Panorama dos Estudos sobre o Ethos em Programas de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa no Brasil, no período de 2016 a 2018 – Abordagens Teóricas, Temáticas e Contribuições* (Projeto de pós-doutorado, em andamento (set/2019- ago/2020).

_____. *A importância da intertextualidade na produção e na compreensão de textos: exemplos*

⁶ Link para acesso ao relato completo: <https://guia6comunidade.wixsite.com/campanha/post/ead-no-ensino-m%C3%A9dio-na-vis%C3%A3o-de-uma-estudante-da-escola-p%C3%BAblica>.

do jornalismo futebolístico. In: MARIANO, Marcia Regina Curado Pereira; ROCHA, Maria Edriana dos S. Texto, discurso e ensino: reflexões e propostas. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2016. p. 125-144.

_____. Ethos discursivo e (novos) desafios docentes. Revista Verbum, PUC-SP, v. 9, n. 1, p. 95-115, mai. 2020.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. Olbrechts. Tratado da argumentação: a nova retórica. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. [original de 1958].

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Submissão: Maio de 2021.

Aceite: abril de 2022

UMA PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL A PARTIR DA ABORDAGEM IMITATIVA DE UMA REDAÇÃO NOTA MÁXIMA DO ENEM

Luciano Araújo Cavalcante Filho¹

Resumo: Com fundamentação na abordagem imitativa proposta por Serafini (2003) e Vieira (2005), nosso trabalho representa uma contribuição para o ensino de Língua Portuguesa, concretizada por meio de uma sugestão de atividade didática de produção textual. Com foco na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), optamos por estabelecer a execução da atividade em três fases distintas, as quais se encontram pautadas na análise e descrição da estrutura de uma redação-modelo selecionada entre os textos nota máxima divulgados na Cartilha do Participante do ENEM (BRASIL, 2020a). Amparados no método citado, buscamos formular um modelo prototípico de natureza dissertativo-argumentativa obedecendo aos critérios exigidos no referido exame, com o propósito de aprimorar o reconhecimento, por parte dos alunos, das características mais relevantes desse tipo textual.

Palavras-chave: Abordagem imitativa. Produção textual. Redação do ENEM

A PROPOSAL FOR TEXTUAL PRODUCTION FROM THE IMITATION APPROACH OF A MAXIMUM GRADE ENEM ESSAY

Abstract: Based on the imitative approach proposed by Serafini (2003) and Vieira (2005), our paper represents a contribution to the teaching of the portuguese language, made concrete through a suggestion of didactic activity of textual production. With a focus on the writing of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), we chose to formulate the execution of the activity in three distinct phases, which are based on the analysis and description of the structure of a model essay selected from the maximum grade texts published in the Cartilha do Participante do (BRASIL, 2020a). Supported by the aforementioned method, we seek to formulate a prototypical model of an argumentative-argumentative nature, obeying the criteria required in the referred exam, with the purpose of improving the recognition, by the students, of the most relevant characteristics of this textual type.

Keywords: ENEM essay. Imitative approach. Text production.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino do Ceará.. E-mail lucianoaraujo81@yahoo.com.br <http://lattes.cnpq.br/0088229075614471>

1. Considerações iniciais

“ não existe história que não se funde sobre textos”.

(HIGOUNET, 2003, p. 10)

Nas salas de aula da educação básica, principalmente naquelas que integram a rede pública da educação básica, muitas são as dificuldades vivenciadas pelos professores para despertar o interesse dos alunos para o relevante papel da língua escrita em suas vidas. Segundo Vieira (2005), o desenvolvimento dessa habilidade não é um luxo, mas sim uma necessidade, um direito, uma obrigação. Para a autora, “[...] poder compreender o que se lê e ser capaz de se expressar de forma escrita é o mínimo que a escola deveria oferecer aos que por ela passam” (VIEIRA, 2005, p. 28).

Apesar de reconhecer o imenso potencial transformador assentado no ato de escrever, o professor, sobrecarregado pelos diversos afazeres da escola (elaboração de planos, correção de provas, reuniões, indisciplina etc.), não consegue enxergar maneiras mais eficazes de aprimorar os conhecimentos linguísticos de seus estudantes no tocante à produção de textos. Consequentemente, muitos são os jovens que, embora estejam concluindo o Ensino Médio, não detêm o domínio mínimo das habilidades de escrita desejadas.

Mediante isso, o presente trabalho, elaborado *por* professores *para* professores, busca contribuir com o ensino de Língua Portuguesa, com especial atenção aos alunos que cursam a 3ª série do Ensino Médio. Nossa proposta consiste em uma atividade, mediada por uma abordagem imitativa, que se destina a desenvolver os conhecimentos fundamentais à escrita do padrão textual dissertativo-argumentativo, tipologia exigida na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Com o intuito de melhor descrevermos nossa prática de ensino, consideramos pertinente uma breve incursão nas características do ENEM e de sua prova de produção textual. Em seguida, apresentaremos a abordagem de escrita imitativa apontada por Serafini (2003) e Vieira (2005). Finalmente, iremos detalhar as etapas de aplicação da proposta de produção de textos utilizando uma redação nota máxima como modelo a ser seguido.

2. A redação do ENEM

2.1 Um breve histórico do exame

Em nosso estudo, consideramos, como objeto de investigação, a prova de redação do atual ENEM, exame que se encontra respaldado pelas Leis nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e nº 10.172/2001 (Plano Nacional da Educação – PNE). Fundamentado em uma proposta de caráter transdisciplinar, o ENEM foi criado com o objetivo de diagnosticar o domínio das habilidades e competências dos estudantes que ora cursavam o Ensino Médio. O desempenho dos alunos era avaliado por meio de uma prova objetiva e uma redação, ambas orientadas por cinco competências básicas: domínio de linguagem, compreensão de fenômenos, capacidade de enfrentar situações-problema, construção de argumentação e elaboração de propostas. Mais de 115 mil estudantes brasileiros participaram de sua primeira edição, cuja aplicação foi realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em 2009, o ENEM passou por diversas modificações, transformando-se em um processo nacional de seleção, por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU), para os candidatos que desejassem ingressar em universidades públicas federais,

além de algumas instituições de ensino superior estaduais e particulares que também optaram por aderir a esse sistema. Os concludentes da 3ª série do Ensino Médio passaram, então, a se submeter a uma redação e a provas objetivas subdivididas em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática. Com essa reformulação, o Governo Federal esperava atingir determinados objetivos, tais como democratizar as oportunidades de acesso às vagas de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos nacionais.

Consequentemente, para que se cumprissem esses objetivos, a matriz referencial do ENEM sofreu alterações profundas. Atualmente, os candidatos são avaliados com base em 4 competências e 30 habilidades, distribuídas em 4 provas correspondentes às áreas do conhecimento citadas, contendo 45 questões cada, totalizando 180 questões objetivas. Além dessas provas, o estudante também deve produzir uma redação em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema que busca instigar, nos jovens concludentes, reflexões acerca de problemas de natureza sociocultural.

Sobre a redação do ENEM, objeto de nosso estudo, Paulinelli e Fortunato (2016) afirmam que podemos identificar, na lista de temas abordados pela avaliação, propostas que envolvem questões sociais, científicas, culturais ou políticas, as quais exigem uma visão crítica de mundo por parte do candidato e promovem uma discussão a respeito de assuntos atuais relacionados ao exercício da cidadania dos jovens estudantes. Striquer e Batista (2014) destacam que o teste de produção textual desse exame encerra um ciclo de práticas sociais que têm lugar durante o Ensino Médio e inicia as práticas sociais típicas no ensino superior.

2.2. A tipologia textual da redação

do ENEM: o texto dissertativo-argumentativo

De acordo com Savioli e Fiorin (2011), o vocábulo *argumento*, em seu sentido lato, origina-se da expressão latina *argumentum*, cujo tema *argu* significa “fazer brilhar”, “iluminar”. Esse mesmo tema pode ser identificado em outras palavras de mesma origem, tais como *argênteo*, *argúcia*, *arguto* etc. Logo, *argumento* corresponde a tudo aquilo que “dá brilho”, que “ilumina” uma ideia. Consequentemente, a argumentação corresponde a todo procedimento linguístico que tem como objetivo “[...] persuadir, fazer o receptor aceitar o que lhe foi comunicado, a levá-lo a crer no que foi dito e a fazer o que foi proposto” (SAVIOLI; FIORIN, 2011, p. 157). Os autores também apontam que, quando bem elaborada, a argumentação atribui coerência à produção textual e cria uma sensação de realidade ou impressão de verdade. Com isso, temos a sensação de que o texto está nos dizendo coisas reais ou verdadeiras, aumentando, assim, a credibilidade do leitor a seu respeito.

Elias (2017) defende que a argumentação, o ato de orientar o que se diz para, dali, obter determinadas conclusões, representa um ato linguístico fundamental para o ser humano, em razão de que, ao expressarmos nossas ideias por meio da fala ou da escrita, “[...] tentamos influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que o outro compartilhe de nossas opiniões.” (ELIAS, 2017, p. 117).

Koch e Elias (2017), por sua vez, declaram que a argumentação consiste no resultado de uma articulação textual entre diferentes componentes, que exige do sujeito habilidades que buscam “[...] construir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 24).

Em Cavalcante *et al* (2019), as autoras reivindicam que todo texto é, em diferentes graus, argumentativamente direcionado. Tal proposta fundamenta-se no fato de as estratégias argumentativas serem constantemente negociadas no instante em que o locutor, representando um determinado papel social, pretende agir sobre o seu receptor, produzindo efeitos de sentido.

Textos que trabalham com a argumentação são bastante valorizados em instituições de ensino. De acordo com Possenti (2017), embora os três principais tipos textuais (narração, descrição e dissertação) sejam bastante trabalhados pelos professores da educação básica, nos processos seletivos para o ingresso em instituições de nível superior e em provas de concursos públicos predomina a prática de textos argumentativos, pois

tende-se a pensar que é escrevendo este tipo de texto que alguém pode mostrar melhor a sua formação, [...] seus conhecimentos sobre um tema socialmente relevante e, especialmente se consegue mostrar ou estabelecer relações entre fatos, teses, ideias, posições. Em suma, espera-se que o estudante saiba argumentar (POSSENTI, 2017, p. 110).

Na Cartilha do Participante 2020 (BRASIL, 2020a), são destacadas as seguintes características que a redação do ENEM deve apresentar:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos (BRASIL, 2020a, p. 7).

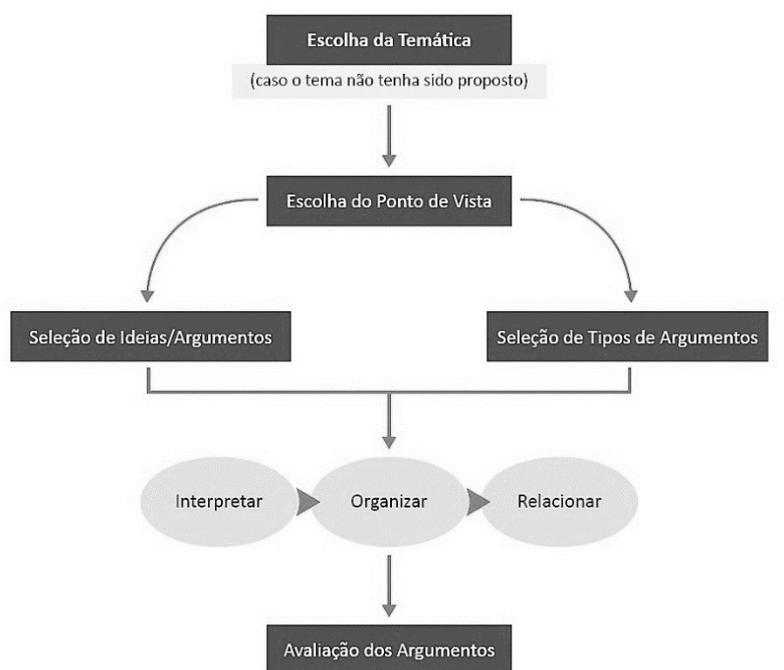
Na citação, é informado que o exame exige de seu candidato a produção de um texto do tipo *dissertativo-argumentativo*. Garcia (2010) ressalta que, comumente, os manuais e livros didáticos não distinguem a dissertação da argumentação, embora cada uma delas possua características distintas. A primeira, a dissertação, tem o propósito de expor ou explanar, explicar ou interpretar ideias, sem o propósito de concordarmos ou não com elas. Já argumentar é, “[...] em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente” (GARCIA, 2010, p. 380).

Com pensamento semelhante, Coroa (2017) afirma que, nas práticas escolares, aplica-se o rótulo *dissertativo* a textos que abrangem tanto a natureza meramente expositiva quanto a argumentativa. No entanto, a autora destaca que, “[...] ao nomeá-lo como *dissertativo-argumentativo*, as relações argumentativas são reconhecidas e devem ser explicitadas.” (COROA, 2017, p. 67, grifo da autora).

Possenti (2017) aponta que um bom texto dissertativo-argumentativo deve apresentar uma tese clara e sustentada por argumentos variados, sejam eles quantitativos, científicos, ideológicos ou universais. Além disso, é de bom grado que o autor, se possível, demonstre que argumentos contrários à tese por ele defendida são inconsistentes ou inválidos.

O processo de produção de um texto pertencente a essa tipologia é complexo e necessita, por parte do autor, de um planejamento que funcionará como guia para que os resultados obtidos sejam satisfatórios. Um exemplo de descrição mais detalhada acerca das etapas que devem compor esse plano encontra-se representado no esquema elaborado por Gonzaga (2017):

Figura 1 – Processo de produção de um texto dissertativo-argumentativo



Fonte: Gonzaga (2017, p. 180)

Segundo o modelo apresentado pela autora, o primeiro passo a ser dado corresponde à escolha do tema a ser abordado, o que, no caso do ENEM, é pré-determinado. Em seguida, o produtor deverá decidir qual ponto de vista (tese) irá defender a respeito do tema. Após essa etapa, ele deverá selecionar ideias que darão sustentação à defesa do seu posicionamento, que correspondem aos argumentos propriamente ditos, podendo ser de várias espécies: dados estatísticos, provas concretas, falas de autoridades etc. Tomada a decisão a respeito de quais argumentos serão utilizados, o próximo passo corresponde ao momento de interpretar, organizar e relacionar as ideias para que, finalmente, possam ser avaliadas. Para Gonzaga (2017), “a avaliação dos argumentos escolhidos é uma etapa importante na construção da produção textual, pois a redação é tão boa quanto os argumentos que a suportam”. (GONZAGA, 2017, p. 176). Por conta disso, é necessário julgarmos se os argumentos são suficientemente válidos ou não e se, de fato, favorecem a defesa do ponto de vista escolhido. Tal etapa deve ser realizada pelo autor do texto, todavia, como é no caso do ENEM, também é feita de forma institucional por avaliadores.

Ainda conforme Gonzaga (2017), de maneira geral, o tipo textual dissertativo-argumentativo apresenta-se sob uma formatação estrutural clássica (QUADRO 1), que pode ser encontrada em diversos manuais de redação ou em livros didáticos de língua portuguesa.

Quadro 1 – Partes do texto dissertativo-argumentativo, segundo Gonzaga (2017)

INTRODUÇÃO	Parte do texto em que se apresenta a proposição, a tese, a ideia central (ponto de vista) a ser desenvolvida.
DESENVOLVIMENTO	Unidade em que se desenvolve a argumentação propriamente dita, a defesa da tese central apresentada pelo autor.
CONCLUSÃO	Parte final da produção escrita, em que é reafirmado o ponto de vista defendido e/ou oferecemos uma possível solução para a problemática apontada.

Fonte: adaptado de Gonzaga (2017, p. 174).

De forma similar à apontada por Gonzaga (2017), Paulinelli e Fortunato (2016) afirmam também que, pelo fato de ser cobrada uma produção de natureza dissertativo-argumentativa, espera-se do aluno a elaboração de um texto que contenha a estrutura padrão desse tipo textual, isto é, “uma introdução, na qual se apresenta a tese que será defendida; um desenvolvimento, constituído por argumentos que promovam a adesão do locutário à tese defendida pelo locutor, e uma conclusão, na qual se reafirma a tese defendida” (PAULINELLI; FORTUNATO, 2016, p. 287).

3. A imitação como abordagem para o ensino de produção textual

Em nosso trabalho, pretendemos desenvolver uma proposta didática de produção textual fundamentada no método imitativo de uma redação nota máxima do ENEM. Segundo Serafini (2003), uma abordagem como essa corresponde a um método eficaz de fazer com que o aluno aprenda a redigir um bom texto seguindo o exemplo dos que escrevem bem. Logo, o propósito central desse tipo de metodologia consiste na elaboração de atividades de escrita que tomam como base modelos de texto de todos os gêneros, cabendo ao estudante procurar reproduzir suas estruturas composicionais. Conforme a autora, “convém dar

aos alunos modelos de textos adequados a suas capacidades, sobre os quais eles possam exercitar-se, tentando imitá-los (SERAFINI, 2003, p. 155).

Para Vieira (2005), propostas dessa natureza podem ser aplicadas a diversas áreas do ensino da língua, tais como: *a)* à redação, com a elaboração de roteiros que visam à ativação de determinados padrões textuais; *b)* à gramática, por meio de exercícios estruturais; *c)* à leitura, pelo uso de questões de compreensão cujo objetivo é a retomada dos passos constitutivos do texto, buscando identificar os propósitos comunicativos do autor; *d)* ao ensino da linguagem oral, através do desenvolvimento da fluência verbal; *e)* à poesia, pela assimilação de características relacionadas ao ritmo, rimas e construções poéticas.

Ainda de acordo com a autora, o trabalho de produção de textos por imitação representa uma tarefa de convergência que toma como base a impregnação da linguagem, motivada pela exposição dos alunos a textos considerados prototípicos daquele determinado gênero ou tipologia que se deseja ensinar. Espera-se, portanto, ao final de sua aplicação, que o estudante assimile estruturas textuais elementares, a ponto de ser capaz de elaborar outros textos por analogia aos modelos apresentados pelo professor. Consequentemente, “o trabalho com as estruturas do texto deve permitir sua

automatização pelos alunos, de modo a poderem ser naturalmente transferidas para um novo texto do mesmo gênero ou estilo (VIEIRA, 2005, p. 166). Vieira (2005) assim descreve o processo de elaboração de sua proposta de ensino:

Para elaborar uma proposta de produção de textos por imitação, o professor precisa, antes de mais nada, perceber como o texto modelo foi montado, desmontá-lo e propor para ele uma nova montagem. Trata-se de desvelar o *esqueleto*, a armação ou a arquitetura do texto, lidando com suas estruturas básicas e, ao fim, propor um novo *recebo* ou conteúdo informativo para as formas treinadas (VIEIRA, 2005, p. 165, grifos da autora).

Desse modo, uma atividade orientada por essa metodologia pode ser elaborada, por exemplo, por meio da aplicação de três fases:

- Fase 1 - Descoberta do texto: leitura silenciosa por parte dos alunos e, em seguida, leitura oral do texto por alguns alunos ou pelo professor;
- Fase 2 – Estudo do texto: elaboração de perguntas de compreensão textual e de análise do modo com que a estrutura do texto foi organizada. Nessa fase, também podem ser trabalhadas questões que envolvam noções gramaticais e ortográficas específicas, o reconhecimento de palavras que provavelmente os alunos desconhecem e a apresentação de esquemas;
- Fase 3 – Reconstituição do texto: essa fase pode ser realizada de diversas maneiras, tais como: apagamento de porções textuais para que os alunos as reescrevam ou completem as partes que faltam; atribuição de títulos a cada uma das porções mais relevantes do texto como forma de resumir as ideias centrais do autor; alteração da ordem dos parágrafos para que os estudantes os reorganizem etc.

Ainda conforme Vieira (2005), apesar de constituírem fases distintas, nada impede que

haja uma integração entre elas, ou até mesmo uma modificação parcial ou total desse roteiro de condução das atividades a serem executadas. O indispensável, para a autora, é que ocorra, por meio da aplicação dessas etapas, o processo de automatização das estruturas do texto pelos alunos.

No entanto, vale ressaltar que um trabalho destinado ao ensino de produção textual pelo método imitativo não significa que o sentido esteja sendo desprezado. Na verdade, como dito anteriormente, busca-se automatizar a forma criando um conteúdo novo. Assim, a imitação de um texto-modelo consiste em

uma operação sintática e semântica em que a variação do conteúdo informativo e do vocabulário se dá sobre estruturas de fundo que vão sendo fixadas, à medida que se memoriza diferentes estruturas (VIEIRA, 2005, p. 165).

A abordagem apresentada, portanto, tem como finalidade sanar dificuldades identificadas no processo de produção textual de alunos por meio da aplicação de atividades que buscam transferir padrões organizacionais, utilizando, para isso, a repetição variada e sistemática de estruturas linguísticas de um determinado texto-modelo.

Podemos, com base nas informações citadas, concluir que Serafini (2003) e Vieira (2005), ao apresentarem esse tipo de metodologia, não pretendem que os jovens simplesmente sobreponham seus textos a moldes pré-definidos *ad aeternum*, mas sim propõem que eles se sintam seguros o suficiente para desenvolverem os próprios textos após terem dominado as estruturas básicas que constituem os gêneros e tipologias textuais mais frequentes em seu entorno sociocultural.

4. Proposta de produção textual pela abordagem imitativa de uma redação nota máxima do ENEM

Com orientação na abordagem imitativa proposta por Serafini (2003) e Vieira (2005), a aplicação de nossa atividade didática destina-se, principalmente, a alunos que estejam cursando a 3ª série do Ensino Médio. Essa opção é justificada pelo fato de esses estudantes estarem mais próximos de se submeterem ao ENEM como forma de garantir uma vaga em uma instituição de Ensino Superior. Contudo, nada impede que seja replicada em outras turmas do referido nível da educação básica.

Pautamos a escolha do texto que servirá de modelo em nossa atividade de acordo com as seguintes orientações de Vieira (2005), as quais se encontram mencionadas a seguir:

Escolha um texto autêntico, bem formado (com unidade e bem escrito), pequeno, representativo de um determinado gênero de texto e/ou com uma estrutura bem marcada (organização da informação no texto bem visível), e/ou padrões de frases característicos. É importante que o texto selecionado apresente uma forma ou estrutura típica que se preste a ser preenchida com um novo recheio (novos conteúdos informativos) (VIEIRA, 2005, p. 168, grifo da autora).

Assim, o texto selecionado como modelo (QUADRO 2) consiste em uma redação nota máxima do referido exame divulgada na Cartilha do Participante 2020 (BRASIL, 2020a), a qual foi produzida com base no tema *Democratização do acesso ao cinema no Brasil*, temática empregada na edição do ENEM de 2019.

Quadro 2 – Redação nota máxima do ENEM 2019 selecionada.

Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

Fonte: Brasil (2020a, p. 39)

Tomando o referido texto como redação-modelo, nossa atividade será desenvolvida em de três fases distintas com duração total de 5h/a, conforme descrição a seguir:

Quadro 3 – Fases de aplicação da proposta didática

FASES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA DESTINADA À APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES
FASE 1	Leitura silenciosa e, em seguida, leitura oral em sala pelo professor ou grupo de alunos.	1h/a
FASE 2	Análise individual de cada porção que integra o texto mediada pelo professor.	2h/a
FASE 3	Produção de uma redação a partir da imitação da estrutura proposta na redação-modelo.	2/a

Fonte: Elaborado pelo autor.

Obedecendo à sequência exposta, o professor deverá dedicar totalmente a hora/aula reservada à aplicação da *fase 1* para a efetivação de uma leitura acurada do texto, solicitando aos alunos que realizem, inicialmente, uma leitura individual e silenciosa, com o objetivo de que obtenham um panorama geral acerca de seu conteúdo. Em seguida, o docente poderá ler a redação em voz alta para os estudantes, ou, se preferir, escolher alguns deles para serem os responsáveis por essa tarefa. Nesse momento, poderão surgir muitas dúvidas relativas ao vocabulário, à estruturação textual, aos objetivos do autor etc. O docente utilizará esse momento para sanar os questionamentos que venham a surgir e chamar a atenção para os fatores que achar mais convenientes, tais como a relevância do tema abordado ou se a redação apresenta as características intrínsecas de um texto dissertativo-argumentativo.

Já para a execução da *fase 2*, o regente deverá, inicialmente, segmentar o texto nas unidades que compõem a tipologia dissertativo-argumentativa. A esse respeito, Ferrarezi e Carvalho (2015) afirmam que a redação escolar dissertativo-argumentativa clássica há muito é produzida com base na elaboração de, pelo menos, três parágrafos, entre os quais o primeiro representa a introdução, o intermediário o desenvolvimento e o último a conclusão. Para os autores, bem como para a maioria das orientações sugeridas nos manuais didáticos destinados à prática de produção textual, essa é a ordem estrutural prototípica de representação das unidades constituintes de um texto dessa tipologia.

Com base nessas informações, a redação selecionada como modelo deverá ser segmentada para que as porções correspondentes à introdução, ao desenvolvimento e à conclusão do texto sejam demonstradas, de forma explícita, aos alunos. Para isso, o professor poderá se valer da divisão apresentada no QUADRO 4:

Quadro 4 – Segmentação da redação-modelo em unidades básicas constitutivas do texto dissertativo-argumentativo

INTRODUÇÃO	<p>Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.</p>
DESENVOLVIMENTO	<p>Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.</p> <p>Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.</p>
CONCLUSÃO	<p>Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

Embora dividido em unidades, não podemos perder a noção de que o texto corresponde a um *continuum* cujas partes de interrelacionam, formando um todo significativo. A finalidade principal dessa segmentação é demonstrar, de forma didática, como as partes integrantes de um texto dissertativo-argumentativo se articulam em busca do cumprimento dos objetivos intencionados pelo autor.

Ao agir desse modo, o docente vai ao encontro de Antunes (2010), quando a autora afirma que os pontos de partida e de chegada de qualquer análise devem corresponder à tentativa de se compreender a estrutura global do texto, ou seja,

O primeiro interesse, na análise de textos, deve estar orientado para a apreensão de seus aspectos globais, ou seja, para o entendimento do texto como um todo. Daquilo que o perpassa por inteiro e que confere sentido às suas partes e a seus segmentos constitutivos (ANTUNES, 2010, p. 65).

Em caráter complementar a Antunes (2010), Coroa (2017) também ressalta que toda definição de texto encontra-se ancorada em um *fazer sentido*. Para isso, uma produção textual é constituída por partes que, quando articuladas de modo global e solidário, são responsáveis por gerar os efeitos de sentido intencionados pelo autor em um determinado contexto sociocomunicativo. A autora ainda defende que o texto corresponde a um “diálogo” entre a situação de produção e as relações que se dão no processo de articulação das suas estruturas linguísticas. Em outras palavras, o texto constitui-se “[...] não de uma mera ‘soma’ de signos, mas de uma arquitetura construída em ‘camadas’ e hierarquias de significações” (COROA, 2017, p. 61).

Por fim, com pensamento análogo aos das autoras supracitadas, Sacrini (2019) afirma que um texto bem elaborado contém partes relacionadas entre si de forma a auxiliar o leitor a seguir o fio do discurso. Portanto, o texto porta consigo um sentido que é articulado por uma estrutura expositiva própria, não cabendo ao leitor inventá-la, mas sim circunscrevê-la, desvelá-la. Conforme as palavras do autor, “a compreensão de um texto [...] deve se valer da ativação de dimensões implícitas em relação à sua face explícita” (SACRINI, 2019, p. 76).

Assim, em continuidade à fase 2, o papel desempenhado pelas unidades do texto deverá ser exaustivamente explorado pelo professor. Além disso, ele também deverá destacar que cada parágrafo é elaborado por meio de um processo de estruturação interna, cujas partes exercem funções específicas. Garcia (2010) sugere que a paragrafação permite ao leitor assimilar o sentido global do texto por meio da análise de seus diferentes estágios de desenvolvimento. O escritor, ao dividir sua escrita em parágrafos, isola as ideias de modo a elaborá-las em subunidades para, em seguida, ajustá-las em busca da construção do todo. Tal procedimento organiza as informações e favorece a interpretação gradual do texto.

Isso posto, passaremos agora à análise das porções textuais que compõem o texto. Em primeiro lugar, temos a *introdução*. Para Figueiredo (1999), essa unidade apresenta o objetivo de contextualizar o leitor a respeito da temática a ser trabalhada, delineando exatamente o assunto a ser desenvolvido, visto que todo texto dissertativo “requer um tema (o que introduzir?) e atenta para o tipo de leitor (para quem introduzir?); possui período tópico forte, claro e indicativo do que se vai tratar” (FIGUEIREDO, 1999, p. 47).

Desse modo, podemos afirmar que, no parágrafo introdutório da redação-modelo, percebemos a seguinte estrutura interna (QUADRO 5):

Quadro 5 – Estrutura interna do parágrafo de introdução da redação-modelo.

Contextualização do tema	Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto.
Delimitação do tema/ apresentação da tese	No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população.
Prévia dos argumentos	Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

Conforme o exposto, podemos perceber que o autor inicia a escrita da porção textual que introduz o texto por meio da contextualização da temática a ser abordada, apresentando ao leitor, como pano de fundo, o enredo do filme *A invenção de Hugo Cabret*, com a intenção de explicitar a importância do cinema para o protagonista. Em seguida, o candidato delimita o tema trazendo a discussão para o contexto brasileiro e, por conseguinte, apresenta a tese que será defendida ao longo do desenvolvimento argumentativo, isto é, o posicionamento de que não há democratização do acesso ao cinema no Brasil.

Finalmente, como conclusão do parágrafo introdutório, o autor antecipa brevemente os argumentos que utilizará como suporte da defesa de seu ponto de vista.

A apresentação desse percurso oferta aos alunos um esquema bastante inteligível do que se pretende abordar no texto e de qual caminho expositivo foi seguido pelo autor como modo de iniciar o debate que ali será levantado. Sobre isso, Sacrini (2019) declara que, ao iniciar o texto de forma organizada, o autor favorece a compreensão do posicionamento por ele defendido e aumenta, em consequência, as chances de conquistar o interesse de seus respectivos leitores.

Quanto à porção correspondente ao *desenvolvimento* do texto analisado, podemos perceber que a referida unidade é composta por dois parágrafos devido à complexidade inerente a essa porção, motivo pelo qual acaba por se tornar mais extensa do que a introdução. Segundo Garcia (2010), a consequência lógica da formulação de ideias mais complexas presentes no desenvolvimento de um texto dissertativo-argumentativo corresponde à necessidade natural de que seu conteúdo se desdobre em mais de um parágrafo.

Sacrini (2019) descreve que essa unidade tem “o intuito de cumprir os passos expositivos ali anunciados” (SACRINI, 2019, p. 279). Já Figueiredo (1999) afirma que o(s) parágrafo(s) de desenvolvimento argumentativo deve(m), como finalidade, convencer ou aliciar o leitor, por meio de argumentos que objetivam sustentar a tese, expandindo, portanto, a temática apresentada na porção introdutória.

A respeito do modo de estruturação dos parágrafos de desenvolvimento, podemos citar Garcia (2010). O referido autor sugere que, frequentemente, o parágrafo-padrão, aquele que possui uma estrutura mais comum, eficaz e facilmente encontrado em textos de natureza dissertativa, é constituído por três partes, a saber: *a) a introdução*, representada por um ou dois períodos curtos iniciais, em que se expressa de maneira sumária e sucinta a ideia-núcleo (ou tópico-frasal); *b) o desenvolvimento*, isto é, o detalhamento da ideia-núcleo; e *c) a conclusão*, representando um desfecho do que foi afirmado no parágrafo.

Inspirados nessas palavras, passaremos agora a demonstrar os passos utilizados pelo autor na estruturação interna dos parágrafos do desenvolvimento de seu texto, como podemos observar no QUADRO 6:

Quadro 6 – Estrutura interna dos parágrafos do desenvolvimento da redação-modelo

Descrição	1º parágrafo do desenvolvimento	2º parágrafo do desenvolvimento
Tópicos-frasais	<i>Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro.</i>	<i>Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa.</i>
Desenvolvimento dos tópicos-frasais	<i>O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano.</i>	<i>Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento.</i>
Conclusões	<i>Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.</i>	<i>Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.</i>

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

Podemos perceber, de acordo com o quadro anteriormente exposto, que o autor optou por estruturar os dois parágrafos que compõem o desenvolvimento de forma semelhante, visto que opta por introduzi-lo utilizando um período em que se concentra sua ideia-central. Para Sacrini (2019, p. 285)), “há modos de reunir as frases que facilitam enormemente o desenvolvimento das ideias e permitem avançar com segurança no cumprimento paulatino dos objetivos da dissertação”, sendo um deles a construção do parágrafo em torno de uma sentença-tópico ou ideia-controlê. Tal noção também pode ser vista em Moura e Moura (2017), ao afirmarem que iniciar o parágrafo com uma frase que sugira o tópico ou com uma sentença constitui uma regra bastante útil, capaz de auxiliar o escritor no processo de desenvolvimento dos argumentos eleitos.

Assim, no primeiro parágrafo do desenvolvimento, o autor apresenta seu tópico-frasal declarando que, embora o direito ao lazer esteja garantido na Constituição, o acesso ao cinema não tem penetração de maneira igualitária no Brasil. Com isso, ele procura desenvolver essa afirmação demonstrando que houve uma diminuição gradativa da quantidade de salas de cinema, desde 1975, motivada pela falta de investimentos na área cultural. Por fim, ele conclui que a dificuldade de acesso a manifestações artísticas veiculadas pela indústria cinematográfica é dificultado principalmente nas zonas mais periféricas dos grandes centros urbanos brasileiros.

Já no segundo parágrafo, o autor obedece ao mesmo processo de estruturação, isto é, inicia seu discurso com um tópico-frasal em que destaca a inacessibilidade das camadas mais pobres ao cinema e desenvolve essa afirmação apontando que, devido à ausência de concorrência entre as empresas que detêm o mercado cinematográfico, o preço dos ingressos encontra-se fora da realidade da maioria das famílias de baixa renda. Como conclusão desse parágrafo, o candidato assevera que esse fator gera uma espécie de exclusão cultural, dificultando um acesso mais amplo e democrático ao cinema.

Como podemos ver, o uso do tópico-frasal representa uma relevante ferramenta para que o aluno “destrave” suas ideias. Segundo Garcia (2010), ao enunciar logo de saída a ideia-núcleo no início do parágrafo, o autor garante de antemão sua objetividade, coerência e unidade, definindo-lhe, de forma clara, o propósito e evitando digressões impertinentes. Por isso mesmo recomenda-se, especialmente aos que apresentam maiores dificuldades no ato de produzir textos, que haja um empenho no uso desse método de construção do parágrafo.

Assim, o professor, para demonstrar aos seus alunos a importância dessa técnica, pode sugerir dois exercícios com o intuito de desenvolver as habilidades necessárias ao uso do tópico-frasal e como esse recurso pode facilitar o processo de escrita dos estudantes. O primeiro deles convida o jovem a desenvolver, com suas palavras, os tópicos-frasais já apresentados na redação, como mostra o QUADRO 7:

Quadro 7 – Exemplo de exercício de desenvolvimento de tópicos-frasais

Tó- pico- -frasal	<i>Primeira- mente, o direito ao lazer está assegu- rado na Consti- tuição de 1988, mas o cine- ma, como meio de garantir isso, não tem pe- netração em todo território brasileiro.</i>	<i>Ade mais, o proble- ma existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa.</i>
De- sen- volvi- mento		

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

O segundo exercício busca realizar ação oposta à primeira, ou seja, a criação de novos tópicos-frasais fundamentado nas informações contidas no desenvolvimento dos parágrafos, como podemos verificar no seguinte quadro:

Quadro 8 – Exemplo de exercício de criação de tópicos-frasais

Tópico-frasal	<hr style="border: 0.5px solid red;"/> <hr style="border: 0.5px solid red;"/> <hr style="border: 0.5px solid red;"/>	<hr style="border: 0.5px solid red;"/> <hr style="border: 0.5px solid red;"/> <hr style="border: 0.5px solid red;"/>
Desenvolvimento	<i>O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano.</i>	<i>Isso se deve ao fato de o mercado ser de exibidoras. Conforme teorizou inicialmente Smith, o preço decorre da concorrência e redução dos preços, enquanto os oligop...</i>

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

Após a descrição das atividades voltadas à apreensão da estrutura interna dos parágrafos do desenvolvimento, vejamos como a porção correspondente à *conclusão* foi estruturada pelo autor:

Quadro 9 – Estrutura interna do parágrafo de conclusão da redação-modelo

Tópico-frasal	Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado.
Intervenção 1	A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais.
Intervenção 2	Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência.
Conclusão do parágrafo	Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

A porção conclusiva de uma redação do ENEM, conforme Viana (2011), corresponde a uma *conclusão-solução*, em que o autor propõe uma solução para o problema apontado na introdução e ao longo do desenvolvimento argumentativo. Tal desfecho pode ser facilmente identificado nas produções do referido exame, visto que o candidato deve, obrigatoriamente, apresentar “uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os Direitos Humanos” (BRASIL, 2020a, p. 25).

Ainda no tocante à unidade em questão, é exigido na Competência V da redação do ENEM, conforme Brasil (2020b) que o candidato apresente, na proposta de intervenção, cinco elementos básicos: ação, agente, modo/meio de execução dessa ação, seu efeito e detalhamento. Além disso, caso o participante apresente mais de uma proposta de intervenção em seu texto (como ocorre na redação-modelo por nós selecionada), será considerada apenas a mais completa delas, a partir da análise desses elementos.

Analisando a descrição do parágrafo conclusivo de nosso texto (QUADRO 9), podemos constatar que o candidato faz uso de um tópico-frasal em que aponta um esboço do modo como pretende intervir na situação-problema. Em sequência, no desenvolvimento do parágrafo, o autor apresenta mais esmiuçadamente duas propostas de intervenção. Nesse momento, é mister que o professor demonstre à classe que os elementos exigidos foram apresentados pelo autor na redação-modelo, conforme retratado a seguir:

Quadro 10 – Elementos exigidos na proposta de intervenção.

	Intervenção 1	Intervenção 2
Ação	Levar filmes às áreas periféricas	Ampliar a concorrência
Agente	Prefeituras	Ministério da Fazenda
Modo	Investimentos	Regulamentação e fiscalização entre as empresas
Efeito	Promover a interiorização dos cinemas	Reduzir o custo das sessões
Detalhamento	“[...] levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais”.	“[...]o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil”.

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

Finalmente, para a execução da *fase 3*, o professor irá solicitar aos alunos a produção de um texto com a mesma proposta ou outra de sua preferência. Para isso, deverá ser utilizado o seguinte esquema, o qual apresenta, de forma ordenada, as informações correspondentes a cada porção do texto. Além disso, convém notar que preservamos, nesse padrão estrutural, os conectivos essenciais à articulação das ideias expressas intra e interparágrafos, critério obrigatório segundo a Competência IV da produção textual do ENEM.

Em Brasil (2020c), afirma-se que a coesão intraparágrafo refere-se à presença de elementos coesivos, adequadamente mobilizados, dentro dos parágrafos. Por sua vez, a coesão interparágrafos consiste na presença de elementos coesivos, adequadamente mobilizados, entre os parágrafos. Tais elementos coesivos localizam-se, frequentemente, no início das alíneas, porém também podem surgir ao longo do primeiro período do parágrafo. Sua função é relacionar tanto ideias mais gerais entre parágrafos quanto períodos ou trechos específicos de ideias. Além disso, como apontado em Brasil (2020c),

para um texto atingir os níveis de notas 4 e 5 na Competência IV, ele precisará, necessariamente, ter a presença de alguns elementos coesivos específicos (os chamados operadores argumentativos) interparágrafos, além de outras formas de coesão (BRASIL, 2020c, p. 20).

Quadro 11 – Estrutura-modelo para a execução da fase 3.

INTRODUÇÃO		Delimitação do tema/apresentação da tese	Prévia dos argumentos	Contextualização		_____
				No contexto atual, _____		_____
				Esse problema advém _____		_____
DESENVOLVIMENTO	1º parágrafo	Tópico-frasal		Primei		
		Desenvolvimento do tópico-frasal		_____		
	Conclusão		Sendo assim, _____			
	2º parágrafo	Tópico-frasal		Adem		
Desenvolvimento do tópico-frasal		_____				
Conclusão		Conclusão		Nesse sentido, _____		
CONCLUSÃO	Intervenção 1	Intervenção 2	Conclusão	Tópico-frasal		Porta
				A fim de _____		_____
				Além disso, _____		_____
				Com essas medidas, _____		_____

Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p. 39)

A estrutura transcrita no QUADRO 11 equivale a uma espécie de roteiro, em que todos os elementos necessários à produção de uma redação, conforme o que é exigido no ENEM, são dados com antecedência de modo a orientar o que será produzido. Por meio desse esquema, o estudante poderá desenvolver as próprias ideias dentro de um formato pré-estabelecido capaz de conduzi-lo na elaboração de suas ideias por meio da explicitação das informações necessárias que devem surgir em cada unidade textual.

Ao não ter que iniciar a redação “do zero”, o discente irá sentir-se mais seguro por saber quais caminhos deverá percorrer na produção de seu texto. Após a internalização dessa estrutura, esperamos que o aluno ganhe autonomia e possa variá-la, gradativamente seus elementos, até que suas habilidades de escrita tenham se desenvolvido o suficiente para que não precise mais dela, o que seria a consequência natural desejada durante o planejamento dessa experiência de ensino.

Considerações finais

O intuito central do presente trabalho é propor uma contribuição para o ensino de produção textual, principalmente a alunos da 3ª Série do Ensino Médio que venham a manifestar alguma dificuldade quanto **à escrita da tipologia argumentativa exigida** no ENEM. Ao utilizar nossa abordagem didática, a qual se encontra fundamentada no método imitativo proposto por Serafini (2003) e Vieira (2005), o professor terá em mãos uma estratégia de produção com base em um modelo textual prototípico para desenvolver, de maneira mais rápida, o reconhecimento das características mais relevantes desse tipo textual por parte dos estudantes.

No entanto, nossa proposta não deve ser vista como um engessamento da criatividade dos alunos. Pelo contrário, buscamos demonstrar a estrutura exigida na redação do ENEM com o objetivo de explicitarmos suas características principais, demonstrando aos alunos um método sistemático com o objetivo de desmistificar a noção ainda vigente de que o ato de escrever bem corresponde a uma dádiva destinada a um grupo bastante restrito de “seres iluminados”. Na verdade, pretendemos proporcionar ao aluno a descoberta de que a escrita corresponde a um fazer e refazer contínuo que do escritor, antes de mais nada, um planejamento das etapas a serem executadas em busca da construção dos sentidos intencionados.

Concluímos nosso texto propondo uma reflexão acerca das seguintes palavras de Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015), com as quais concordamos plenamente, dada nossa proposta de trabalho:

Ninguém tem obrigação de nascer sabendo escrever. Como dissemos, escrever não é um dom ou uma inspiração: é uma competência. É algo artificial, que se aprende, desde que haja um método corretamente aplicado para ensinar. Porém, quando nossos alunos não sabem escrever – e isso sem ter sido corretamente ensinados –, são tratados como burros, incompetentes e despreparados para a vida. Compreende a questão, professor? Ninguém, em são juízo, cobraria de alguém a obrigação de saber tocar gaita de foles sem antes ter sido corretamente ensinado, mas se faz isso com a escrita. Isso machuca as pessoas, inibe seu aprendizado e faz com que elas criem uma raiva enorme de escrever. Afinal, todas as vezes que tentam, é só para ser humilhadas. E quase ninguém ensina como fazer, só se manda escrever. (FERRAREZI JR; CARVALHO, 2015, p. 17).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Redação do ENEM 2018: Cartilha do Participante*. Brasília: INEP, 2020a.

- _____. Ministério da Educação. ENEM Redações 2019: Módulo 7 (Competência V). Brasília: INEP, 2020b. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/enem-outros-documentos> (acesso em 30/05/2020).
- _____. Ministério da Educação. ENEM Redações 2019: Módulo 6 (Competência IV). Brasília: INEP, 2020c. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/enem-outros-documentos> (acesso em 30/05/2020).
- CAVALCANTE, M. M. et al. A negociação persuasiva para a análise da argumentação nos discursos. v. 13 n. 25 (2019): Revista (Con)Textos Linguísticos - Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise. 2019.
- COROA, M. L. O texto dissertativo-argumentativo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Inep, 2017, p. 59-72.
- ELIAS, V. M. Texto e argumentação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Inep, 2017, p. 185-204.
- FERRAREZI JR., C.; CARVALHO, R. S. Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- FIGUEIREDO, L. C. A redação pelo parágrafo. Brasília: Editora UNB, 1999.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GONZAGA, E. S. Seleção e avaliação de argumentos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Inep, 2017, p. 173-184.
- HIGOUNET, C. História concisa da escrita. São Paulo: Parábola, 2003.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2017.
- MOURA, C.; MOURA, W. Tirando de letra: orientações simples e práticas para escrever bem. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- PAULINELLI, M. P. T.; FORTUNATO, G. C. A redação do Enem à luz dos gêneros discursivos e textuais. RevLet – Revista Virtual de Letras, Jataí, v. 8, n. 1, jan/jul, 2016.
- POSSENTI, S. Argumentar. In: BRASIL. Ministério da Educação. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Inep, 2017, p. 109-116.
- SACRINI, M. Leitura e escrita de textos argumentativos. São Paulo: EDUSP, 2019.
- SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2011.
- SERAFINI, M. T. Como escrever textos. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- STRIQUER, M. S. D.; BATISTA, P. C. A redação do Enem: situação comunicativa, prática social, condição de produção e arquitetura textual do gênero. Travessias, Cascavel, v. 8, n. 3, 2014.
- VIANA, A. C. Guia de Redação: escreva melhor. São Paulo: Scipione, 2011.
- VIEIRA, I. L. Escrita, para que te quero? Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

Sbmissão: setembro de 2021.

Aceite: maio de 2022.

REFLEXÕES SOBRE A PRENDA GAÚCHA: MÁSCARAS DO/NO IMAGINÁRIO RIOGRANDENSE¹

Luana Vargas Aquino²

Resumo: Este trabalho se dedica em explicitar algumas considerações sobre a construção das representações da mulher gaúcha dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), a partir dos pressupostos da teoria da Análise de Discurso. A escrita tem como objeto de análise a figura da “prenda”, uma representação construída e instituída historicamente e socialmente através do MTG. Ao propor essa análise, convocam-se tensionamentos acerca do imaginário simbólico e social e da noção de memória discursiva (ORLANDI, [1999]2015), propondo um gesto de interpretação sobre as representações que cerceiam esse imaginário ao elencar as possíveis contradições que irrompem ao movimentarmos sentidos da palavra e seus efeitos. A partir do corpus da pesquisa – constituído por dois capítulos do livro *Ser Peão, Ser Prenda* e pela reportagem *Primeira trans do Movimento Tradicionalista Gaúcho diz que quer ser aceita e respeitada*, foram selecionados cinco recortes discursivos, que compõem a seção de análise desse artigo. Enfim, nossa problematização maior está ancorada na questão teórica que considera o sujeito como descentrado e lacunar, que por meio da contradição pode causar fissuras nessa estrutura, muito embora pontuamos que esse tema não se esgota em si mesmo, sempre havendo brechas e lacunas que podem, por meio da Análise de Discurso, serem movimentadas a partir de um olhar outro.

Palavras-chave: Prenda; Tradicionalismo; Memória discursiva; Imaginário; Contradição.

UM IMAGINÁRIO SOBRE A PRENDA GAÚCHA: MÁSCARAS DO IMAGINÁRIO RIOGRANDENSE/ AN IMAGINARY ABOUT PRENDA GAÚCHA: MASKS OF THE RIOGRANDENSE IMAGINARY

Abstract: This work is dedicated to explaining some considerations about the construction of representations of the gaucho woman within the Traditionalist Movement of Gaucho (TMG), from the assumptions of the theory of Discourse Analysis. The writing has as its object of analysis the figure of the “Prenda”, a representation constructed and instituted historically and socially through the TMG. When proposing this analysis, tensions about the symbolic and social imaginary and the notion of discursive memory are summoned (ORLANDI, [1999]2015), proposing a gesture of interpretation on the representations that surround this imaginary by listing the possible contradictions that erupt when we move the meanings of the word and its effects. From the corpus of the research - consisting of two chapters of the book “*Ser Peão, Ser Prenda*” and the report “*First trans of the Traditionalist Movement of Gaucho says she wants to be accepted and respected*”, five discursive clippings were selected, which make up the analysis section of this article. Summarily, our main problematization is anchored in the theoretical issue that considers the subject as off-center and incomplete, which through contradiction can cause fissures in this structure, although we point out that this theme is not exhausted in itself, there are always gaps and gaps that can, through Discourse Analysis, be moved from one look to another.

Keywords: Prenda; Traditionalism; Discursive memory; Imaginary; Contradiction.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista da Capes. E-mail: luanavargasaquino@gmail.com .

Elaborações iniciais acerca de um percurso³ possível

Este trabalho se dedica em explicitar algumas considerações sobre a construção das representações da mulher gaúcha, designada como “prenda”, dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), sob o viés da Análise de Discurso. A escrita tem como objeto de análise a figura da prenda, uma representação construída e instituída histórica e socialmente através do MTG. Ao propor essa análise, convocam-se tensionamentos acerca do imaginário simbólico e social e da noção de memória discursiva (ORLANDI, ([1999]2015), pensando em lançar um gesto de interpretação sobre as representações que cerceiam esse imaginário e elencar as possíveis contradições que irrompem ao movimentarmos o sentido da palavra e seus efeitos de sentido.

O corpus dessa pesquisa é constituído por dois relatos de mulheres que já fizeram ou fazem parte do tradicionalismo como prendas de faixa⁴, que compõem o livro *Ser Prenda, Ser Peão*⁵, e também da reportagem intitulada “*Primeira trans do Movimento Tradicionalista Gaúcho diz que quer ser aceita*”

³ Dou início a esse movimento de análise na tentativa de revisitar lugares que em dado tempo constituíram-me enquanto sujeito de linguagem, como é comum se dizer nesses mesmos lugares, onde “virei gente”. Nessa escrita estão calcadas as marcas daquilo que vivenciei, e que por um longo tempo fizeram total e completo sentido. Fui, durante muitos anos, dançarina de internada artística em um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) na cidade de Santiago, interior do Rio Grande do Sul. Vinculada a este CTG passei pelas transformações da adolescência e iniciei a vida adulta. Pude observar de perto – e fazer parte, daquilo que hoje me proponho a lançar um possível gesto de interpretação. É pelos estudos na Análise de Discurso que me lanço a problematizar questões que, por muito tempo, compunham minhas evidências.

⁴ Prenda de faixa é aquela que representa sua Entidade Tradicionalista em um concurso a nível regional e estadual denominado Ciranda de Prendas, sendo este um concurso que contempla “conhecimentos de história, geografia e folclore, desenvolvimento artístico, capacidade de argumentação oral e mostra de habilidades.” (MAIJO, 2020, p. 9). A prenda de faixa utiliza uma faixa de couro, semelhante a aquelas utilizadas em concursos de beleza, com inscrições que condizem com sua posição e entidade (1ª, 2ª ou ainda 3ª prenda) e com sua classificação referente a idade (dente de leite, pré-mirim, mirim, juvenil e adulta).

⁵ Livro publicado pela editora Pragmatha e comercializado pela loja da Fundação Cultural Gaúcha.

e *respeitada*”. Ainda, cabe ressaltar que a partir do corpus, foram feitos cinco recortes discursivos, e que a partir deles buscamos movimentar os sentidos da memória instituída pelo tradicionalismo e seus deslocamentos, que nos levam a tomar o discurso como “o lugar da memória, pensado como espaço de legitimação, espaço onde o imaginário se atualiza e se reorganiza, sendo a linguagem constitutiva de sentidos e de identidades.” (LUCAS, 2001 p. 175).

Nossa opção foi dividir o artigo em quatro seções: uma breve introdução, na qual apresentamos uma contextualização do que se entende por tradicionalismo e seus desdobramentos – como o MTG, os Centros de Tradições Gaúchas e demais entidades; também faz parte da primeira seção deste artigo como se deu a inserção da mulher nesses espaços e como foi surgindo e sendo instituído o ideal de prenda; já na parte teórica, buscou-se explicitar como se construiu um imaginário sobre a prenda gaúcha e como a memória opera para a fundação e manutenção deste imaginário, e, após isso, são apresentados os recortes discursivos selecionados para que as noções trabalhadas anteriormente possam funcionar analiticamente; finalmente, foram apresentadas as considerações acerca da pesquisa, trazendo reflexões sobre a prenda que se constrói a partir de uma visão de mundo que busca o apagamento de outras possibilidades de existência, e que mesmo que existam tentativas de resistir e transformar o Movimento Tradicionalista Gaúcho, este ainda está alicerçado em suas bases conservadoras e idealistas.

A prenda e o tradicionalismo: uma narrativa construída por mitos e assentada pelo tempo

Para compreender como a figura da prenda surge e se constitui, somos conduzidos necessariamente a entender o funcionamento dos chamados Centros de Tradições Gaúchas (um

CTG é uma entidade que se organiza a partir dos construtos propostos pelo MTG com o intuito de cultivar e preservar a cultura gaúcha), visto que o MTG teve como ponto de partida a fundação do “35 Centro de Tradições Gaúchas”, em Porto Alegre, no ano de 1948. Dutra (2002), traz que nos discursos tradicionalistas, “o Centro de Tradições Gaúchas é o espaço criado para preservar os costumes gaúchos, no entanto o CTG não representa tal e qual a forma como os gaúchos viviam no passado.” (p. 6).

Embora seja tida como função de um CTG cultivar a cultura, e conseqüentemente, o passado do gaúcho, não é dessa forma que ocorre sua constituição, afinal, a partir dos estudos de Dutra (2002), entendemos que o que se faz fundante na estrutura do Movimento Tradicionalista Gaúcho é na verdade “fruto de uma seleção material e simbólica” (p. 6) de um passado múltiplo e complexo, na tentativa de “organizar a produção da memória sobre os gaúchos a partir de um conjunto de símbolos e mitos.” (DUTRA, 2002, p. 6).

Dutra (2002) vai propor a ideia de que os CTGs vêm para exercer a função de “vigilância comemorativa”, pois, de acordo com a autora, ao mesmo passo que ocupa o lugar de preservar uma determinada visão, também atua no apagamento de outras possibilidades de compreender as várias formas de identificar-se com a cultura gaúcha. Desse modo, essa função de vigilância incide diretamente em como se constroem as especificidades que determinam o que é ser uma prenda, e aquilo que fica por debaixo dos panos.

Para problematizar esta visão mais cristalizada no sul do Brasil, convocamos as considerações do historiador e jornalista Tau Golin (2011) acerca da fundação do tradicionalismo, porque, de acordo com o autor, os tradicionalistas tomaram para si o posto de “guardiões de um pretense Rio Grande tradicional” (p. 155). Isso incide diretamente na compreensão dos CTGs

e demais entidades tradicionalistas, nas palavras do historiador, como um lugar de controle e adestramento, onde são impostos determinados comportamentos e perpetuadas visões sobre o passado que dizem de uma tomada de posição do MTG enquanto organização promotora dos ideais do tradicionalismo.

Tomamos nesse momento, a contradição como constitutiva para a figura da prenda e do próprio tradicionalismo. Isto é, para criar a narrativa de um determinado conjunto de práticas e ideais que abarcam o que é ser tradicionalista, também outras perspectivas foram apagadas. O movimento contraditório se instaura na medida em que o tradicional é algo fabricado a partir do apagamento. Explicitamos então, que a contradição está presente em qualquer movimento de criação, e que “existe contradição interna em tudo, e isso determina seu movimento e desenvolvimento” (TSÉ-TUNG, [1937]2008, p. 86), muito embora saibamos que a ideologia trabalha para que se instaure um efeito de consenso, como se a contradição não comparecesse ali.

Assim, trouxemos para esta análise a figura mítica da prenda, como a mulher fabricada para o homem gaúcho, o qual Petri (2004) concede o caráter de fragmentado e heroico. A identidade de prenda está intrinsecamente ligada à forma com que se estabelecem os ideais do movimento tradicionalista no Rio Grande do Sul, pois, como iremos tratar mais adiante, esse foi o lugar destinado às mulheres dentro do movimento. Entendemos, nessa escrita, a identidade tal qual aborda Flores (2019, p. 74) quando se remete a essa como a “forma com que o sujeito do discurso se relaciona com a formação discursiva (FD) que o constitui”, de modo que esse processo “é o que teríamos como uma espécie de ‘resultado’ dos processos de identificação do sujeito com a FD dominante.” (FLORES, 2019, p. 74). Neste trabalho, formação discursiva é entendida a partir de Pêcheux ([1975]1988, p. 160) como

“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.”

Para Appel (2015), a figura feminina é identificada diretamente a essa figura mítica, e, nesse sentido, recorreremos ao entendimento de Barthes (2001, p. 131) acerca dos mitos, onde o autor postula que pode

conceber-se que haja mitos muito antigos, mas não eternos; pois é a história que transforma ela em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da natureza das coisas. (BARTHES, 2001, p. 132).

Por assim dizer, é nessa relação entre a história e o discurso que surgem a prenda e o peão, figuras – porque não dizer máscaras, que abarcam uma determinada seleção de características do povo gaúcho de outrora. Destacamos ainda que esse gaúcho não é universal, mas sim uma espécie de “escolha” (determinada pela ideologia dominante) que é tomada como tal, despreendida de qualquer neutralidade ou origem natural dos tempos e das sociedades. Para que esse discurso se afinque na cultura, outras vozes, sombras e fatos são varridos para debaixo dos panos da história riograndense.

Petri (2004) aponta para o fato de que é possível que um mito continue produzindo efeitos de sentidos na atualidade, como “manutenção do funcionamento de uma essência simbólica que lhe é própria” (p. 72). Isso vai compreender toda uma rede de sustentação da imagem do que tomamos enquanto prenda e gaúcho, pois, partindo da ideia de que homem e mulher não são correspondentes à figura gaúcho e da prenda, tomamos essa roupagem como um modelo, que habita no imaginário social de um povo e que retorna, ressoa, sussurra, através do discurso.

Nesse enredamento, pôde-se perceber que para analisarmos a prenda, não podemos deixar de olhar para o imaginário que também se constrói sobre o gaúcho, porque este incide diretamente nas condições de produção que se colocam diante do contexto que se projetou para que estas representações passassem a ser incorporadas na cultura gaúcha. Condições de produção essas entendidas como o conjunto de fatores que englobam o contexto ideológico e sócio-histórico de uma sociedade, que não os cria diretamente, dado que as condições de produção antecedem o sujeito, elas funcionam e produzem sentidos, e em nossa inscrição no mundo, somos atravessados e constituídos pelas condições de produção que nos são apresentadas através da linguagem. Segundo Orlandi ([1999]2015), é a memória que aciona as condições de produção, fazendo dessas duas noções uma amarração inseparável para pensar como que se constrói o imaginário sobre a prenda.

Acerca da noção de imaginário, priorizamos aquela desenvolvida por Petri (2004) em sua tese de doutoramento, onde a autora afirma que é

[...] o imaginário que cria e institui a sociedade, mas ele não tem como referente o vazio de significações, ele tem que buscar algo pré-existente, que seja reconhecível, para existir. Assim, o imaginário possui a propriedade que possibilita a criação do novo, mas ele tem como ponto de partida o velho, o já-instituído, é isso que lhe dá o diferencial e que lhe garante a existência. (PETRI, 2004, p. 118).

Nesse sentido, a prenda enquanto uma figura mítica surge através da narrativa instituída pelo MTG e que se instaura no imaginário social do povo gaúcho. Assim, temos um ideal do que é ser uma prenda, quais os atributos necessários, qual aparência uma prenda deve ter e como ela deve ou não se portar diante de sua relação com o social, produzindo efeitos de sentido que reatualizam e reorganizam esse imaginário.

A propósito do tradicionalismo, Dutra (2002) traz que o

Movimento Tradicionalista Gaúcho que se formou a partir da invenção dos Centros de Tradições Gaúchas, assumiu um discurso que mantém esse imaginário da existência de características “naturais” ao sexo feminino, como recato, delicadeza e submissão (presentes na prenda) em oposição às características masculinas (associadas à força e à liberdade) representadas na figura do gaúcho. (p. 53).

Conforme o MTG julgou ser necessário a inserção das mulheres no tradicionalismo, lhes foi designado ocuparem esse papel que se era esperado da mulher gaúcha conforme a moral tradicionalista. Todas as características físicas, comportamentais e de conduta que se esperam de uma prenda, advém de um processo de sujeição das mulheres à estrutura que é fundante ao MTG. A dicotomia dos papéis sexuais – feminino e masculino, faz parte de um conjunto de normas internalizadas pelas prendas, que “agem em resposta a uma estrutura que delimita o seu espaço” (DUTRA, 2002, p. 52).

Segundo Milder (2013), a prenda ocupa o lugar de integrante do patrimônio cultural regional, através da atuação do MTG. Podemos compreender que enquanto uma representação de patrimônio, ser prenda remete a uma forma de identificação coletiva perante o social, buscando de forma simbólica no passado uma figura que possa reverenciá-lo (MILDER, 2013). A prenda passa então, a ser significada enquanto uma personagem, um conjunto de atributos e características que almejam a mulher gaúcha ideal. Dutra (2002) coloca que é no/pelo tradicionalismo e sua imposição cultural hegemônica que outras visões foram silenciadas historicamente, não obstante, outras formas de significar a mulher gaúcha foram sendo varridas para o fundo do baú de guardados da história e cultura do Movimento Tradicionalista Gaúcho, como a mulher indígena, a mulher escravizada, a mulher imigrante e aquelas que assumiram as tarefas e cuidados antes delegados

aos homens quando estes partiam para a guerra. Tantas outras possíveis representações da mulher gaúcha, que por não corresponderem aos ideais postulados pelo MTG passaram a existir nas margens da cultura riograndense.

Por assim dizer, a figura da prenda passa a atuar no recobrimento dessa mulher, múltipla, que habita o território gaúcho. Pintada como uma figura feminina, delicada e maternal, não se explora, a priori, essas outras roupagens que também cabem a mulher gaúcha historicamente. A versão que o MTG explora é uma entre tantas outras possíveis, outras estas “varridas” para debaixo dos panos da história.

Imaginário, memória e contradição: discursivizando a prenda

Os primeiros passos dos procedimentos metodológicos desta análise consistiram na seleção do corpus a partir do arquivo, o livro *Ser Prenda, Ser Peão* e reportagens encontradas a partir da ferramenta de pesquisa do Google, com as palavras-chave “prenda”, “tradicionalismo” e “CTG”. Dado ao caráter limitado da escrita de um artigo, foi delimitado o corpus, constituído de duas materialidades: dois relatos que fazem parte do livro mencionado anteriormente – “Ser prenda é a representatividade do que a mulher gaúcha foi, do que ela é e do que pretende ser” e “Ser prenda é uma filosofia de vida”; e a reportagem da Folha de São Paulo, intitulada “Primeira trans do Movimento Tradicionalista Gaúcho diz que quer ser aceita e respeitada”. Após a seleção do Corpus, foram feitos recortes de acordo com o que se adequava melhor ao objetivo da pesquisa, resultando em cinco recortes discursivos (RD).

Nos debruçamos naquilo que diz Pêcheux ([1981]2016, p. 25) sobre a possibilidade de movimentar os recortes discursivos como um dispositivo particular, que consiste em “recortar,

extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como leitura-trituração”. Ainda, salientamos que esses recortes dizem de uma tomada de posição de nosso percurso de investigação e de nossa posição enquanto analistas de discurso, pois é na relação do analista com o arquivo e do arquivo com ele mesmo que a memória exerce seu funcionamento

As noções de memória discursiva, imaginário e contradição se tornam caras a esta escrita, porque acabam sendo o motor do movimento de análise, que consistiu em explicitar como o imaginário acerca da posição-sujeito prenda é constituído e como a memória discursiva atua nesse processo. Já a contradição vem como uma provocação, no sentido de refletir se existe um sentido outro para ser atribuído a prenda gaúcha e se existe espaço para a contradição habitar nele. Ainda, durante o processo de escritura, outras noções próprias a Análise de Discurso foram necessárias para dar conta de explicitar determinadas questões, tais como o lugar dos CTGs e do MTG nesse processo. Conforme Orlandi ([1999]2015), entendemos a memória como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (p. 29). A memória discursiva, denominada também como interdiscurso, atua como o conjunto de todas as formulações já feitas e esquecidas, e para que o dizer do sujeito tenha sentido é preciso que elas já façam sentido, e que pela história e pela memória, caiam no anonimato e se tornem as palavras “dele” (ORLANDI, [1999]2015). Dessa forma compreendemos que o interdiscurso vai operar enquanto um fio condutor da manutenção, reprodução e resgate de determinados costumes, tradições e culturas, como é o caso do tradicionalismo riograndense.

Os Centros de Tradições Gaúchas sediam as práticas sociais neles inscritas, por tudo

isso operam enquanto espaço de inscrição dos sujeitos ditos gaúchos ou que “simpatizam” com as tradições ali vivenciadas. O sujeito, enquanto categoria de análise, é representado numa tomada de posição e, nesse sentido, a mobilizamos a partir de Flores (2019, p. 58), quando nos fala “de um lugar, de uma posição assumida no discurso, pelo reconhecimento com uma determinada formação discursiva”. Entendemos que os sujeitos não são tidos como completos e sempre deixam os rastros de sua constituição lacunar, que ali estão inseridos, atuando através de formações discursivas, que conforme os estudos de Pêcheux ([1975]1988) podem ser compreendidas como espaços de materialização daquilo que reside no mundo das ideias, ou seja, das formações ideológicas, e estas, por fim, se dão a partir de relações de forças.

As formações ideológicas são compreendidas, neste trabalho, como a parte abstrata das formações discursivas, consistindo no entendimento de que as palavras não possuem um sentido estrito ou pré-existente, mas que estes são determinados conforme as posições ideológicas que os sustentam. Pêcheux explicita que “[...] *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...]” (PÊCHEUX, [1975]1988, p. 160, grifos do autor). Dessa forma, as formações discursivas estão ligadas a ideologia, onde ambas se constituem e determinam os sentidos que vão sendo lançados e movimentados no discurso. Para o autor, a “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva (FD) que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, [1975]1988, p. 163), nesse sentido, o sujeito pode não ter consciência plena daquilo que o torna assujeitado.

Já as formações imaginárias são responsáveis por regular as relações entre os sujeitos, sustentando as projeções que determinam os lugares que cada um ocupa. Segundo Pêcheux ([1969]2010, p. 82), é assim que os sujeitos designam os lugares atribuídos “cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”. É pela atuação das formações imaginárias que o sujeito constrói seu entendimento do que significa, por exemplo, ser prenda ou peão, e quais posições essas máscaras representam na cultura gaúcha. A prenda calar diante do peão, crer que é dotada de um “instinto maternal” e que tem vocação para os cuidados de uma casa, diz de como esse sujeito vê e significa a si e ao outro diante das condições de produção.

Os processos que incidem na posição assumida no discurso – que chamaremos de posição-sujeito prenda, são marcas que acompanham quem cresceu dentro de um CTG, visto que “todo corpo está investido de sentidos enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais” (ORLANDI, 2017, p. 34). Para Indursky (2019, p. 118) “os sujeitos podem identificar-se (inscrever-se em uma posição sujeito) plenamente e contraidentificar-se (desinscrever-se da referida posição-sujeito, sem romper com a formação discursiva”. Nessa pesquisa, nos são caras as duas noções, que serão melhor trabalhadas no momento de análise dos recortes discursivos.

Na tensa relação entre o corpo do sujeito com o corpo social, é sabido que o espaço que se inscreve nesse corpo faz ressoar aquilo que faz marcas ao longo do tempo, dando as posições sujeito e sentidos um lugar de não-transparência diante do real. Concebemos que “a contradição está presente no processo de desenvolvimento de todas as coisas; ela permeia esse processo do princípio ao fim.” (TSÉ-TUNG, [1937]2008, p. 94). Não seria diferente ao pensarmos sobre o ser prenda e

o tradicionalismo, que é arraigado em contradições que lhes são constitutivas. O movimento de contrários (TSÉ-TUNG, [1937]2008) estabelece uma tensa relação entre o novo e o velho, a ruptura e a perpetuação, onde ambos processos coexistem provocando tensionamentos no interior de uma determinada estrutura. Como é salientado por Tsé-Tung ([1937]2008), precisamos compreender as contradições para que possamos analisar o objeto como um todo.

Em relação ao nosso objeto de análise, entendemos que a criação do movimento tradicionalista a partir do apagamento de determinadas culturas é a contradição fundante dessa estrutura, entretanto, não é a única. Podemos perceber que enquanto o gaúcho representa um homem livre, a prenda representa algo que está preso, sempre a espera de algo ou alguém (DUTRA, 2002); dois contrários que coexistem e constituem um ao outro, de modo que essa contradição também é tensionada pelos efeitos de sentido que vão sendo engendrados a partir das discursividades que circundam o que significa ser prenda e peão.

Orlandi (2017) traz o conceito de narratividade, que nesta pesquisa se inscreve enquanto conceito fundamental para entender o que propomos enquanto noção de memória. Dessa forma, a narratividade opera como o funcionamento da memória, uma memória discursiva, uma “voz sem nome” (COURTINE, 1999, p. 19), que “fala por conta própria no sujeito que ela constitui” (ORLANDI, 2017, p. 30). Ao inserirmo-nos no campo da discursividade, consideramos a ideia de narratividade um deslocamento constitutivo dos sentidos e dos sujeitos. O esquecimento ideológico, como traz a autora, é da instância do inconsciente, em que retomamos sentidos pré-existentes, e resulta do modo como somos afetados pela ideologia, portanto, Orlandi ([1999]2015), esclarece que o discurso não é nosso, ele sempre existiu, apenas estamos mobilizando significados.

Segundo Orlandi ([1999]2015), essa mobilização parte do entendimento de dois conceitos-chaves para o funcionamento da linguagem: os processos parafrásticos que são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, e os processos polissêmicos em que há um deslocamento, uma ruptura nos processos de significação. Assim, há um jogo entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), entre o já-dito e o a se dizer, em que os sujeitos e sentidos sempre podem ser outros, mas nem sempre são, pois dependem como são afetados pela língua e como se inscrevem na história. A autora explicita que esses sentidos resultam de relações de força, de sentido e antecipação – mecanismos por onde atuam as formações imaginárias, Orlandi ([1999]2015) argumenta então que o discurso não é fechado, pode ser visto de modo amplo, contínuo, porque há uma relação com o imaginário.

Para entendermos esses não-ditos, a autora apresenta o conceito de interdiscurso que denomina de memória discursiva, a qual torna possível todo o dizer a partir do já-dito, do pré-construído. Ela faz essa breve introdução para explicitar que a memória é tratada como interdiscurso e determina como o sujeito significa no discurso. Orlandi ([1999]2015), argumenta que o saber discursivo se constrói ao longo da história e é recuperado por uma memória através do dizer, logo as palavras não são só nossas, elas significam pela história e pela língua. Para Orlandi ([1999]2015), no interdiscurso o esquecimento é estruturante, pois é preciso acontecer um apagamento na memória de um sujeito específico para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em nossas palavras.

Essas noções nos fazem entender que os sentidos não existem sozinhos, dependem de uma dada posição no discurso, logo as palavras mudam conforme o lugar do dizer. Para isso, Orlandi ([1999]2015) explicita que o discurso e as

relações que dele advém funcionam a partir de uma determinada formação discursiva que se relaciona com a ideologia, produzindo sentidos que se engendram na e pela discursividade. É a partir do sujeito que o discurso funciona, e assim este vem a se inscrever prioritariamente em uma FD. Para a autora, é possível dizer que a ideologia representa a produção de evidências a partir do já dito e a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos, dado que não há sujeito sem ideologia.

Orlandi ([1999]2015) argumenta, também, que o ideológico é um trabalho de esquecimento, pois é quando uma memória se estabiliza que os sentidos dessa memória produzem seus efeitos, constituindo um sujeito dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia. Assim, é importante pontuar que são os esquecimentos que abrem caminho para que o sujeito circule em um “espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável”. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975]2014, p. 178).

Em nosso movimento de análise, recorreremos às formas de identificação do sujeito com uma FD, para pensar a partir dos recortes discursivos como o imaginário sobre a prenda produz sentidos; partindo da ideia de que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se dá pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina” (FLORES, 2019, p. 57). Em tese, a partir das modalidades de identificação propostas por Pêcheux ([1975]1988), o sujeito pode apresentar três formas de relacionar-se com uma determinada FD, sendo elas a identificação, a contra-identificação e a desidentificação.

A primeira modalidade refere-se a uma identificação plena entre o indivíduo que se reconhece como sujeito no interior de uma formação discursiva, onde os saberes circunscritos dessa FD interpelam o sujeito que se encontra plenamente reconhecido, reiterando os “efeitos de sentido evidentes e já instituídos, a manutenção do ‘velho’”

(PETRI, 2004, 59). Já na contra-identificação, ocorre um processo em que não há uma captura plena, se inscrevendo como uma revolta do sujeito-enunciador contra o sujeito universal, “através da dúvida, do questionamento, da contestação e da revolta, lutando contra as evidências não-questionáveis que lhes são apresentadas pelo sujeito do saber de uma FD.” (ZANDWAIS, 2003, s/p). Na desidentificação, recorreremos aos estudos de Petri (2004) para explicitar que ocorre

[...] uma tomada de posição que faça dele um sujeito que se desidentifica totalmente com a forma-sujeito da FD dominante produz, no discurso, uma ruptura na produção dos sentidos tão significativa que chega a extrapolar as fronteiras da FD dominante, fundando novos sentidos já nos limites de outra FD que até então era secundária e que agora cedia um acontecimento discursivo. Esse “novo” seja ele produzido no interior da FD dominante, seja ele produzido enquanto acontecimento discursivo, é um efeito que só se apreende momentaneamente, porque imediatamente depois do seu surgimento ele passa a configurar a instância do já instituído, do que já foi uma ruptura, mas que em sua existência constitui-se como mais um “anel”, um elo, um componente da cadeia discursiva da qual faz parte. (PETRI, 2004, p. 59)

Portanto, compreendemos que a desidentificação caracteriza um processo de rompimento com determinados sentidos já arraigados no interior de uma FD, produzindo dessa forma uma outra possibilidade de relacionar-se com determinada formação discursiva, sendo pelo movimento do sujeito entre essa e outra formação discursiva ou ainda pelas bordas da FD, até então dominante, que ainda agarram o sujeito em sua constituição.

Em sua tese de doutoramento, Petri (2004) discorre sobre as tomadas de posição do sujeito e a produção de sentidos que delas advém, e em dado momento, a autora traz que o sujeito, enquanto cidadão que tem deveres e direitos, também é um efeito das relações imaginárias que instauram uma determinada normalidade da vida em sociedade. De acordo com ela, essa responsabilização.

[...] não faz do sujeito um ser dotado de vontades e intenções, livre do assujeitamento ideológico e totalmente consciente de seus atos e suas palavras; ocorre exatamente o contrário, pois o funcionamento dessas relações imaginárias legitima ainda mais a tese do necessário assujeitamento ideológico para a constituição e instituição do sujeito e do sentido no discurso. (PETRI, 2004, p. 53).

Entendemos que acontece um processo semelhante com a Formação Discursiva Tradicionalista, compreendida neste trabalho como a rede que sustenta e articula a produção, reprodução e a circulação dos saberes propagados pelo MTG. Assim, é na FD Tradicionalista que o sujeito, ao identificar-se, se apropriaria dos valores comuns aos “legítimos” homem e mulher gaúchos, constituindo, a partir deles, uma forma de relacionar-se com o social. Portanto, o assujeitamento ideológico o constitui a partir de determinados sentidos, e não outros. Essa ilusão, advinda das relações da ordem do imaginário, vai determinar como o sujeito se identifica com a FD dominante, enquanto o sujeito manifesta discursivamente sua forma de inscrição em relação a essa FD. No entanto, devemos atentar para as relações entre discurso e ideologia, porque ali instala-se o furo, o que legitima a condição lacunar e descentrada do sujeito, reafirmando “a caracterização material do discurso e do sentido, tendo em vista que a unidade do sujeito é da ordem do imaginário.” (PETRI, 2004, p. 53).

Petri (2004) desloca a noção de acontecimento enunciativo para pensar o campo das representações, e nessa escrita, nos parece cara essa noção para pensar justamente nos estranhamentos produzidos a partir da contra-identificação do sujeito no interior de uma FD, fundando uma nova posição-sujeito. Desse modo, explicitamos que existe uma tensão fronteira entre o sujeito e a FD em que ele se inscreveu (FD Tradicionalista), transformando o modo como o sujeito se identifica com essa formação discursiva e seus saberes, sem, no entanto, romper com ela.

Os recortes que serão apresentados a seguir foram selecionados a partir de um processo de leitura do arquivo e, dentre outros, foram aqueles que mais se adequaram as nossas proposições analíticas. Nossos critérios de seleção partiram da ideia de que pelos recortes seriam explicitadas as considerações teóricas feitas anteriormente, e seriam eles que poriam as noções trabalhadas em funcionamento. Buscamos então, no corpus, relatos que trouxessem a experiência e/ou consideração das prendas sobre o que é ser prenda e sobre o movimento tradicionalista. Encontram-se, a seguir, os cinco recortes discursivos selecionados, acompanhados por nosso gesto de interpretação:

RD 1: “Ser prenda é a representatividade do que a mulher gaúcha foi, do que ela é e do que pretende ser. Um exercício diário de motivação, compreensão e conhecimento do papel da mulher na sociedade e da prenda no meio tradicionalista. Além disso, também é um desafio fazer dessas duas representatividades uma só.”⁶

Em um primeiro momento, percebe-se que a posição-sujeito prenda aparece como aquilo que representa uma totalidade ao conjunto que constitui a mulher gaúcha, no presente, passado e futuro – explicitando a condição de identificação plena com a FD Tradicionalista. No entanto, essa colagem logo se contradiz, pois, conforme percebemos no RD1, quando se fala em conhecer o papel da prenda e da mulher, se apresentam duas posições-sujeito distintas, separadas. Ainda, há tentativa de apresentar uma imagem só, onde uma posição recubra a outra e encarne uma “representação”. Nesse sentido, é trazido à tona o conflito que se estabelece entre *mulher* e *prenda*, dado que uma posição não corresponde a outra, ainda que haja indicativos de que, no recorte, exista essa possibilidade. Podemos atribuir isso ao fato de que as mulheres inseridas no meio tradicionalista não abandonam os outros espaços de suas vidas, e

nem os deixam para atrás ao inscreverem-se nessa FD e serem interpeladas pelo conjunto de saberes e representações que cerceiam o imaginário sobre a prenda. Assim como também carregam essa roupa para fora dos CTGs, onde a prenda continua a aparecer em outros cenários que não aquelas a que está reservada a priori, como uma parte em suspenso da cultura. Ou seja, a posição-sujeito prenda ressoa em outras FDs.

Ainda há de se considerar que, ao entendermos o sujeito como uma posição lacunar, ou seja, sempre em movimento e disperso, que se desloca na e pela linguagem, estamos explicitando a contradição que opera na constituição dessa posição. Se para o MTG a prenda é a autêntica mulher gaúcha – que conforme pontuamos durante nossa escrita, é dotada de determinados atributos, conferindo-lhe o caráter de ingênua, delicada e maternal, vemos essa imagem se dissipar e tornar-se mais turva fora dos galpões. Entretanto, como pontua-se mais acima, há a hipótese de que a mulher gaúcha, ao investir na personagem prenda, tenta tomar a posição como uma máscara. Daí vêm a ideia de recobrimento, recobrir-se com uma outra roupa de si, investir-se de uma máscara forjada advinda de um papel socialmente construído com elementos ficcionais, a partir daquilo que se apreende ao se identificar em uma determinada formação discursiva.

Não há como dar conta de uma totalidade que compreenda o que é ser mulher na sociedade contemporânea, fazendo emergir a posição de contradição que se coloca em meio a uma plena identificação com a FD Tradicionalista, dado que ela surge pelas frestas que de início aparentam estar preenchidas por uma total colagem com a posição-sujeito prenda. Nesse caso, pensamos que a palavra *desafio* é utilizada para demarcar essa contradição, que opera no sentido de recobrimento do *ser mulher* a partir do *ser prenda*.

6 (De Galpão)

Recordemos que, ao descrevermos a posição de identificação plena, é mencionado um processo de “manutenção do velho” (PETRI, 2004, 59), que vem de encontro a ideia de recobrir uma representação em detrimento de outra mais restrita. Ou seja, mesmo reafirmando o que foi instituído anteriormente pelo MTG (que a prenda seria a representação da mulher gaúcha autêntica), explicitamos que o que há é a tentativa de perpetuar essa mesma visão em uma disputa de narrativas, e não que necessariamente seja de fato essa a realidade.

No recorte discursivo número 2, surge uma ideia de totalidade que abarca prenda e peão, conforme vemos a seguir:

RD 2: “Ser prenda e ser peão é um processo constante de aprender, experimentar, conhecer, sacrificar, militar e acreditar. O mais importante no ser prenda e ser peão é amar a cultura que representa e abraçar nossa ideologia. Pois, acima de tudo, somos a representatividade do todo.”⁷

Nesse recorte, propomos que há novamente uma representação de identificação plena com a FD Tradicionalista, que pode ser reconhecida a partir de vestígios presentes ao longo do recorte, como por exemplo, o verbo *acreditar*. Quem acredita está na posição de crente, que crê e não questiona aquilo que é posto. Essa ideia vai de encontro com a possibilidade de alienação diante da FD, que interpela o sujeito a partir do enredamento de formações ideológicas. Nesse caso, o sujeito que acredita ser completo e pleno, crê em sua completude e incorpora a posição-sujeito. Não há espaço para a mulher, somente para a prenda, que engolfa, toma para si um corpo múltiplo, onde agora só as máscaras têm voz. Ser prenda e ser peão são dados como um processo de sacrifícios, e, nesse sentido, falamos de um sacrifício do próprio sujeito, que ao tomar esse modelo para si, ignora que no discurso a totalidade é uma ilusão.

7 (De Galpão)

No mesmo caminho, explicitamos que o trecho “*somos a representatividade do todo*” indica novamente a ideia de completude, em que o sujeito está tão imerso na FD que não há a possibilidade de transitar em meio a diferença, e assim, passa a considerar duas coisas: que existe um todo a ser representado e que é a partir daquilo que nele está cristalizado que esse todo se constitui. Ao sugerir que um determinado grupo a representa o todo, nega-se que exista um outro, e conseqüentemente, outras formas de significar diante do mundo. Todo esse que é preenchido pela dualidade homem e mulher na forma de prenda e peão. Atribuímos esse fato as relações da ordem do imaginário (PETRI, 2004), que regulam as formas de identificação e assujeitamento em relação à formação discursiva, afinal, é também pela via do imaginário e da possibilidade de criação que o sujeito pode romper com aquilo que o assujeita, questionando os sentidos que eram anteriormente intrínsecos a sua existência dentro da FD. Entretanto, não é o que percebemos ao trazer esse recorte para nossas análises, pois, conforme desenvolvido anteriormente, existe uma colagem (ilusória) quase simbiótica entre homem/peão e prenda/mulher, além disso, essa dualidade ligada ao gênero se mostra fechada, dotada de uma tentativa de completude onde apenas dois podem existir no meio tradicionalista, o que iremos discutir com maior profundidade adiante, no RD 5.

A seguir, apresentamos o recorte discursivo número 3:

RD 3: “Mesmo nos momentos em que não estive representando entidade, região ou o Estado, na condição de prenda “de faixa”, nunca deixei de ser prenda, afinal, para mim, isto é uma filosofia de vida, que vai muito além de uma simples representatividade. [...] A realidade é maior que isso, porque, ao contrário de cargos, ser prenda não é algo passageiro e, sim, eterno.”⁸

Podemos observar que os saberes próprios à FD Tradicionalista aparecem como dominantes em detrimento de outros, isso porque através da

8 (De Galpão)

escolha das palavras e dos sentidos a elas atribuídos explicita-se uma determinada tomada de posição. Ser prenda, aqui, é um movimento de retorno a um passado fabricado ao mesmo tempo em que se faz previsão a um futuro. Como é dito, não se trata apenas de representar algo, mas sim da plena incorporação desse conjunto de ideias, comportamentos e atributos. A oposição feita entre *passageiro* e *eterno* demarca que a temporalidade também ocupa um papel importante para a fabricação desse passado, porque ao determinar como eterno o ser prenda, essa posição tende a se cristalizar, assim como percebemos no RD 2.

Explicitamos que a sensação de eternidade advém da ilusão do sujeito que acredita ser completo, uma unidade sem faltas e falhas. Referenciamos isso ao que propõe Pêcheux ([1975]1988), quando este desenvolve uma teoria não-subjetiva da subjetividade, isto é, a ilusão irá atuar justamente a partir do tecido de evidências que rodeia o sujeito, onde ele passa a acreditar nessas evidências, que indicam que seu dizer é apenas seu, não se dando por conta que é assujeitado ideologicamente. Nesse recorte ainda podemos observar que há a representação de uma identificação plena com a FD em que o sujeito está inscrito, havendo uma reflexão do sujeito universal – o bom sujeito, aquele que diante da formação discursiva que se apresenta, faz desse conjunto de saberes um espelho para si, adotando a máscara de um modelo como se fosse completamente sua. Por esse motivo que o “ser” prenda, nesse recorte, extrapola uma faixa, ele é a própria subjetividade engolfada em um personagem.

Apresentamos, agora, o RD 4:

RD 4: “É maravilhoso poder participar de um movimento onde os valores primordiais do ser humano ainda estão preservados e sendo praticados.”⁹

Aqui, nos atentemos ao uso da expressão *valores primordiais do ser humano*, indicando que tais valores existem e são preservados dentro da FD Tradicionalista. Partindo da ideia de que o MTG se institui como uma entidade reguladora do tradicionalismo, explicitamos que é através da memória discursiva que se torna possível observar o funcionamento da instituição e a perpetuação de determinados valores. A memória discursiva nos elucida que as práticas incorporadas pelo sujeito não são suas, mas dizem de outros lugares já instituídos. Em outras palavras, é a partir do interdiscurso que se encontram os ecos daquilo que já foi dito, ressoando nas práticas do sujeito (INDURSKY, 2019).

Afinal, o que seriam esses “valores primordiais” tomados como sendo de todos os seres humanos? Tratando-se do MTG, existe um documento intitulado “Carta de Princípios”, em vigor desde sua aprovação, no VIII Congresso Tradicionalista, em 1961, onde estão reunidos os objetivos do movimento, e conseqüentemente, sua visão de mundo. No terceiro princípio, consta que é objetivo do MTG “promover [...] uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.” (MTG, 1961, s/p); no quarto princípio, é posto que o movimento objetiva combater “o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta” (MTG, 1961, s/p); a seguir, no quinto princípio, aparece como um objetivo “criar barreiras aos fatores e idéias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.” (MTG, 1961, s/p); e, por fim, no sétimo princípio, consta que é um objetivo do Movimento Tradicionalista Gaúcho “criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio [...]” (MTG, 1961, s/p).

⁹ (De Galpão)

A partir desses pequenos fragmentos, explicitamos que na FD Tradicionalista, há a tentativa de tornar um conjunto de sujeitos uma unidade, que exista em plena harmonia com os ideais postulados pelo MTG. Ao objetivar essa unidade, envolta por uma determinada visão de mundo, o conjunto de saberes chamado de “valores primordiais” estão sustentando os alicerces dessa FD, silenciando e apagando o diferente, que destoa desse caldo homogêneo onde prenda e peão são forjados. Os valores morais do gaúcho, como consta na Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista, advém dessa seleção de cultura, que abomina aquilo que se apresenta como distinção. É possível ver que o que é diferente é tratado como uma ameaça, que barreiras precisam ser criadas. Tudo aquilo que seja antagônico aos costumes naturais do “verdadeiro povo gaúcho” é dado como oposição. Cabe problematizar também o emprego da palavra “natural”, como se um costume ou a constituição de uma cultura fosse orgânico, remetendo aos “valores primordiais” que ainda são praticados. Há essa colagem de um passado específico como o único que perdura, se apresentando como uma evidência ao sujeito que adota esses valores e costumes.

Ainda, é preciso postular que os valores morais do gaúcho e os valores primordiais do ser humano, à luz do MTG, estão incrustados nos preconceitos constitutivos dessa entidade, que foi criada e instituída no Rio Grande do Sul como forma de perpetuar um costume e não outro, uma representação do homem e da mulher gaúchos e não outra. Se um valor primordial é uma ideia ou ideal que atua diretamente na constituição do sujeito, na FD Tradicionalista o que se apresenta é um forte atravessamento ideológico conservador.

Por fim, introduzimos o recorte discursivo número 5:

RD 5: “Não é por causa da transexualidade que vou deixar de ser tradicionalista, deixar de admirar uma cultura que sempre fiz questão de difundir. Estou exercendo meu direito ao pertencimento, direito de ocupar espaços até então considerados impossíveis.”¹⁰

Explicitamos que no RD 5, a contradição que se produz com a inserção de uma posição-sujeito outra, na qual a prenda já não está mais ligada a dicotomia de gêneros fundante a FD Tradicionalista. Isso produz um outro modo de produzir os sentidos dessa formação discursiva, não através da ruptura, mas sim pelo viés “da tensão e do estranhamento” (INDURSKY, 2008, p. 15). Essa análise acontece pelo fato de que, embora haja uma cisão em relação aos valores tidos como primordiais ao tradicionalismo, ainda há o desejo de pertencimento. Ao ocupar o espaço, o sujeito estrangeiro demarca sua existência, afirmando que pode ser muitos.

Indursky (2008), nos auxilia na compreensão de que essa nova posição-sujeito institui mais do que a diferença, pois, ao conviver com as demais, ela produz tensões diretamente no interior da formação discursiva em que está inscrita, concordamos então com a autora quando esta explicita que isso dá lugar a uma “subjetividade contraditória”, retornando ao movimento entre paráfrase e polissemia. É a partir desse funcionamento que “apontamos para outras possibilidades de constituição do sujeito, aquele inscrito numa FD heterogênea que comporta a um só tempo o mesmo e o diferente, que se configura como lugar da não-completude.” (PETRI, 2004, p. 54).

Lançamos mão da forma que Petri (2004) utiliza a noção de acontecimento enunciativo para pensarmos que a contradição que acaba por fundar uma nova posição-sujeito advém justamente desse movimento de contrários (TSÉ-TUNG [1937]2008). As tensões que se instauram dentro

10 (Folha de São Paulo)

da FD transformam a forma de identificação do sujeito e em como ele se relaciona com as bases fundantes dessa formação discursiva. O fato de não haver um rompimento não significa que não há a produção de fissuras na estrutura da FD, pois com a criação de uma nova posição-sujeito compreendemos que ainda estamos falando da representação do ser prenda, agora deslocada e com novas significações possíveis.

Entretanto, ao retomarmos o que é o MTG, sua criação, instituição, valores e princípios, essa aceitação ao sujeito que até então era deixado as margens do tradicionalismo é contraditória. Questionamo-nos se essa aceitação é da ordem do real, porque ela opera na contradição. Como um espaço deixa pertencer e fazer parte aquilo que é o completo oposto do que esse lugar se propõe historicamente a perpetuar? A prenda agora não espelha a mulher cisgênero, e compromete os alicerces que fundam e sustentam o conjunto de saberes da FD Tradicionalista. Haveria nessa tomada de posição a gênese para a fundação de uma FD outra? Esta questão fica em aberto para seguirmos pesquisando...

Algumas considerações

Em nossa contemporaneidade existe uma atualização dos papéis de gênero, não há como escapar da ideologia e das relações de força que são constituintes, embora sigam ressoando vestígios uma determinada visão de mundo que reforça a dicotomia desses papéis. A Análise de Discurso nos expõe à presença ausente da memória que se transpõe e nos atravessa, e as representações de uma figura como a prenda ainda aparece nas frestas dos nossos baús de guardados¹¹, são “sinais calcados

11 Tenho um baú de guardados
Nele trago esse mundo de retalhos
Acontecimentos em baralhos
Várias fitas com cantigas tristes
Fotos antigas da guerra distante
Atos de tortura na lembrança
E cercas irregulares

desde a infância” (MAIJO, 2020, p.5), na qual não havia espaço para outra, senão “a prendinha”.

Nos recortes discursivos 1, 2, 3 e 4 podemos perceber que há a representação de uma identificação plena de um sujeito com a formação discursiva tradicionalista, onde encontramos presentes no texto as palavras e expressões “representatividade do todo”; “militar”; “acreditar; “nossa ideologia”; “filosofia de vida”; “eterno” e “valores primordiais do ser humano”. Esses recortes nos levam a considerar que existe um movimento de busca da completude em relação a figura mítica da prenda, dado que, ao mesmo passo em que se exalta uma determinada cultura e a coloca como uma representatividade do todo, determinadas formas de relacionar-se com a FD Tradicionalista aparecem como sendo valores humanos/de um bom sujeito, que levam a crer que para ser um bom cidadão – tradicionalista ou não, são esses valores que irão garantir essa posição moralmente elevada em detrimento de outras.

O sujeito, ao ser interpelado pela formação discursiva Tradicionalista pode, ou não, ao longo de sua vida, produzir outros sentidos para a realidade que lhe é apresentada. É o que percebemos a partir do RD 5, que nos convoca a observar a contradição que irrompe dentro de uma determinada FD. Entretanto, não há uma cisão entre sujeito e forma-sujeito, devido a uma presença ausente que ecoa e faz ressoar um conflito. Podemos observar em como a memória que se institui “legitima a condição do sujeito enquanto descentrado, lacunar, disperso, múltiplo, o que reafirma a caracterização material do discurso e do sentido, tendo em vista que a unidade do sujeito é da ordem do imaginário” (PETRI, 2004, p. 53).

Os deslocamentos provocados através do tempo, da história e da memória ganham um espaço importante para que haja a possibilidade (Tulio Borges, 2015)
<https://music.youtube.com/watch?v=gpXQ7tGqIMc&list=RDAMVMgpXQ7tGqIMc>

de evidenciar aquilo que resta e persiste, e aquilo que se transforma. O Movimento Tradicionalista Gaúcho aparece como uma instância que regula, integra e surge na FD Tradicionalista, resgatando determinadas características da prenda e do peão (a mulher doce e prendada e o homem forte e corajoso) e abafando outras (a mulher escravizada, ou ainda o homem indígena que viveu/vive sempre à margem). Assim, compreendemos que não há, de fato, uma transformação material da FD Tradicionalista, visto que continuam em circulação os mesmos “valores”, que apenas assumem uma outra roupagem – ainda que contraditória, ao abrir espaço para uma prenda transgênero. Este fato pode movimentar os alicerces da cultura gaúcha que é reproduzida nos galpões, mas ainda nos questionamos se permitir esse sujeito, antes estrangeiro, a apenas compartilhar do mesmo espaço diz de uma real mudança, ou se apenas mascara o conservadorismo que ainda está enraizado em cada entidade tradicionalista.

Nossa problematização maior está ancorada na questão teórica que considera o sujeito como descentrado e lacunar, que por meio da contradição pode causar fissuras na estrutura fundante do tradicionalismo, muito embora pontuamos que esse tema não se esgota em si mesmo, sempre havendo brechas e lacunas que podem, por meio da Análise de Discurso, serem movimentadas a partir de um olhar outro. Desta forma evidenciamos os deslizamentos entre a paráfrase e a polissemia dos sentidos da palavra prenda, que em um jogo com o equívoco, abre caminho para a contradição, de forma que, os lugares da memória possam ser discursivizados por outras vias, produzindo tensionamentos entre o que se pensa ser imutável e aquilo que está em constante movimento, assim vão sendo tecidos e mobilizados os “efeitos do jogo da língua na materialidade da história” (ORLANDI, 2015, p. 36).

REFERÊNCIA

APPEL, Janine Frescura. Representação da identidade feminina gaúcha: análise cultural midiática do documentário “Ciranda Cultural de Prendas - 40 anos”. 2015. 125 f. TCC (Graduação em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Maria, 2015., Santa Maria, 2015.

BARTHES, Roland. O grau zero da escritura. Trad. Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1974.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DUTRA, Claudia Ferreira. A Prenda no imaginário tradicionalista. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. – Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

FLORES, Lucas Martins. A militância na/ da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do Dicionário da Educação do Campo. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2004.

INDURSKY, Freda. Do desdobramento à fragmentação do sujeito em análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). Práticas Discursivas e Identitárias. Sujeito & Língua. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008 (Coleção ensaios 22).

INDURSKY, Freda. O Discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia. Campinas: Pontes Editores, 2019.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. (2001) As representações da cidade no discurso literário: a rua de Clarice Lispector. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). Cidade Atravessada: os sentidos

- públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes. p. 175-180, 2001.
- MAIJO, Caroline de Oliveira. A construção do feminino e a função do casamento na cultura gaúcha. TCC (Graduação em Psicologia). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Santiago, 2020.
- MILDER, Camilla Rodrigues. Por debaixo dos panos: a construção da imagem da prenda tradicionalista por meio de exposição fotográfica do Departamento de Tradições Gaúchas Noel Guarany. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-g Graduação em Patrimônio Cultural, 2013.
- MTG. Carta de Princípios. [S.I.] 1961. Disponível em: <<https://www.mtg.org.br/carta-de-principios/>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12ª Edição. Campinas: Pontes Editores, [1999] 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Eu, tu, ele: Discurso e real da História. Campinas: Pontes, 2017.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux . Tradução Péricles Cunha. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP , 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In : CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). Materialidades Discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1981] 2016.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1969] 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. 2. ed. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1988.
- PETRI, Verli. Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras, 2004.
- TAU GOLIN, Luiz Carlos. Hegemonia Gauchesca. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). Patrimônio, memória e poder. Reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011, v.1, pp. 155-188.
- TSÉ-TUNG, MAO. Sobre a contradição. In: TSÉ-TUNG, MAO. Sobre a prática e a contradição. / Mao Tsé-Tung: apresentação por Slavoj Žizek. Tradução de José Maurício Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Texto publicado originalmente em 1937).
- ZANDWAIS, Ana. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. Anais do ISEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em:<<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>> ISSN 2237-8146. Acesso em: 10 de maio de 2022.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: maio de 2022.

AO PÓ RETORNEMOS: ARQUEOLOGIA EM DARK, UM ADÃO SEGUNDO A VONTADE DE EVA

Felipe Soares¹

Resumo: Ao cercar as condições de produção histórico-discursivas acerca do cristianismo, neste cenário de intercâmbios culturais e linguísticos, competindo pela veracidade da criação do homem estão, de um lado, as escrituras sagradas bíblicas, do outro, os tabletes de barro mesopotâmicos. Em ambos, verifica-se a discursivização do Gênesis interpretados pelas figuras de Adão e Eva, outrora conhecidos na Mesopotâmia como Enkídu e Shámhat. Não obstante, frente a circulação/manutenção das “verdades sagradas”, percebe-se, atualmente, o campo político brasileiro atravessado pelo discurso religioso. Ademais, as escrituras sagradas têm ocupado **não só** o espaço constitucional, mas também aqueles midiáticos, como o *Twitter* ou a plataforma *Netflix*. Pretendo, com este artigo (filiado à Análise de Discurso) lançar uma investigação arqueológica mobilizando os conceitos “enunciado”, “arquivo” e “verdade”, tomando como objeto/acontecimento o mito bíblico de Adão e Eva (revisitado, hoje, pela série de TV *Dark*) para evidenciar o processo de fabricação de ‘verdades’ no interior das próprias escrituras sagradas/míticas/midiáticas. Para tanto, embaso meu gesto analítico no aparato teórico-metodológico de Michel Foucault, bem como o alinhamento às frentes teórico-históricas de Blainey, Greenblatt e Ferraz, igualmente requeridas ao desenvolvimento desta discussão.

Palavras-Chave: Cristianismo. *Dark*. Foucault. Gilgámesh.

TO POWDER WE RETURN: ARCHAEOLOGY IN *DARK*, AN ADAM ACCORDING TO EVE’S WILL

Abstract: By curtailing the conditions of historical-discursive production about Christianity, in this scenario of cultural and linguistic exchanges, competing for the veracity of man’s creation are, on one side, the biblical sacred writings, on the other, the Mesopotamian clay tablets. In both, there is the discursiveness of Genesis interpreted by the figures of Adam and Eve, formerly known in Mesopotamia as Enkidu and Shámhat. However, given the circulation/maintenance of “sacred truths”, we can see the Brazilian political field currently crossed by religious discourse. Furthermore, the sacred scriptures have occupied not only the constitutional space, but also those in the media, such as Twitter or the Netflix platform. With this article (affiliated with Discourse Analysis) I intend to launch an archaeological investigation mobilizing the concepts “enunciation”, “archive” and “truth”, taking as object/event the biblical myth of Adam and Eve (revisited, today, by the series TV *Dark*) to highlight the process of fabrication of ‘truths’ within the sacred/mythical/mediatic scriptures themselves. Therefore, I base my analytical gesture on Michel Foucault’s theoretical-methodological reference, as well as aligning it with the theoretical-historical fronts of Blainey, Greenblatt and Ferraz, equally required for the development of this discussion.

Keywords: Christianity. *Dark*. Foucault. Gilgámesh.

¹ Doutorando em Letras, interface entre Língua e Literatura. Programa de Pós-Graduação em Letras da UNICENTRO-PR. Membro pesquisador do LEDUNI – Laboratório de estudos discursivos da Unicentro. Link Currículo Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/3314833135811743>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3986-8945>. felipesoares@unicentro.br

seu desejo de inscrição no território do sagrado), para visitar o referido mito (re)verificando, atrelado ao mesmo, certo espaço colateral oportuno/favorável à sua fabricação discursiva. Isto, com base na ótica analítica dos conceitos que Michel Foucault (1926-1984) estabelece para “enunciado”, “arquivo” e “verdade”, bem como alinhando a reflexão às frentes teórico-históricas de Blainey (2011), Greenblatt (2018) e Brandão (2021). Desse modo, almejo evidenciar a produção de tal verdade “sagrada” (o Gênesis, 1500, AEC) a partir de uma verdade outra “mítica” (o Gilgámesh, 2600 a. C.), conforme inspira, em *Dark*, o embate existencial-narrativo centrado na figura de um Adão posto em xeque pela figura de Eva.

Lugar(es) para escrituras sagradas

Brasil, 2018, cenário das eleições presidenciais. Como raramente antes visto no país (em dada intensidade), o discurso religioso pulveriza a dimensão do espaço constitucional. De lá pra cá, o perfil do atual presidente da República brasileira (e de seus partidários), filiado à rede social *Twitter*, é apresentado/editado/embasado, maiormente, a partir de passagens bíblicas, de citações de salmos, de imagens cujas edições remetem, intericonicamente², a representações do evangelho de Cristo. Assim postados, com efeito, fazem equivaler/alavancar a figura do presidente alinhando-a com certo eco, remontando à certa memória mítica/sagrada; aquela de um *governante salvador*. Das legendas que se apresentam compondo tais enunciados³, cito: “Até Aquinos

2 Conceito de Jean-Jacques Courtine, o qual estabelece não existir imagem que não nos faça surgir outras imagens, tenham sido outrora vistas ou simplesmente imaginadas. Intericonicidade supõe relacionar conexões de imagens, interiores ou exteriores ao sujeito, que “pode ser inscrita numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira do enunciado numa rede de formulações junto a Foucault [...] ressurgidas ou até fantasiadas, que assombram o imaginário (COURTINE, 2013, p. 44).

3 Um “conjunto de signos, que não se identifica nem com a “aceitabilidade” gramatical, nem com a correção lógica, e requer, para se realizar, um referencial (que não é exatamente

ajudou o Senhor! Samuel 7:12” (figura 1); “E não temerei, Salmos 5 6: 4” (figura 2) – a exemplo, como se depreendem:

Figura 1 (fonte: @DamaresAlves/Twitter)

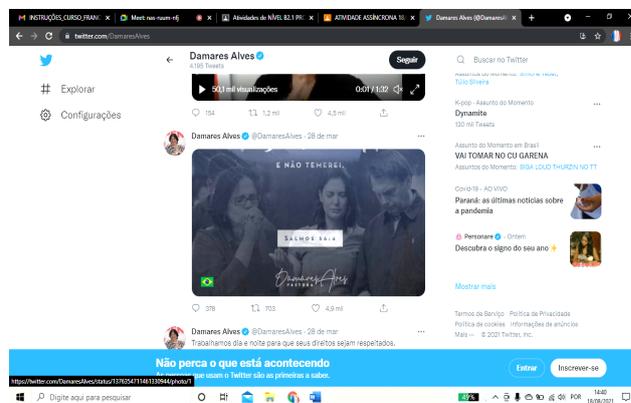


Figura 2 (fonte: @DamaresAlves/Twitter)



Visto como o discurso religioso invade a dimensões outras (espaço midiático; espaço constitucional) se evidencia o mesmo, desta forma (não apenas através imagem) como inscrição basilar discursiva deste chefe de Estado. Nota-se irromper assim a esfera de discursos religiosos (estes de ordem bíblica) por fim replicados como projeto político conforme a vontade de seu governante. Para exemplificar o atravessamento do discurso religioso num espaço laico promovido pela figura

um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); um sujeito, (não consequência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes), um campo associado [...] uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização (FOUCAULT, 2010, p. 130).

desse “governante salvador”, trago dados de uma entrevista realizada no dia 12 de julho de 2021.

Na ocasião, sendo solicitado que esclarecesse seu arrependimento acerca de declarações feitas contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (Luís Roberto Barroso) sobre sua defesa do voto impresso, o presidente interrompe a auditoria e pede aos cristãos presentes no recinto (principalmente àqueles de seu escalão particular de jornalistas) – e demais no país – que rezem junto dele: “Parem de falar de arrependimento, que coisa feia. Vai acabar a entrevista. Vai acabar. Depois vocês me chamam de grosso. Vamos rezar um Pai Nosso? Vamos lá, me ajudem... Pai nosso que estás no céu...”⁴. Certamente, não se trata do primeiro governante da história, ocidental, nem oriental, cuja imagem pretende-se ao patamar divino, parasitando um espaço de ordem constitucionalmente democrática para metamorfosear-lhe em prática de pregação, de culto, de rito.

Como se observa, considerando as devidas ressalvas históricas, sociais e culturais (precauendo a incorrência de um anacronismo), tal como o já fizeram Moisés, o Rei Davi, e outros messias – personagens históricos associados intrinsecamente à discursos religiosos –, percebe-se a figura do presidente brasileiro em questão enveredar-se na mesma escala mítica, ao passo que faz uso de escrituras sagradas para reiterar-se como tal. O faz, e como se observa, conforme apela a discursos de ordem religiosa em seu governar.

No entanto, meu interesse, obviamente, não é investigar a vontade do sujeito presidente (figura/função histórica governante-religiosa) sobre as verdades que profere. Ao expor tais espaço e discursos justapostos, pretendo evidenciar a *fabricação de verdades* arroladas às materialidades que se pretendem “escrituras sagradas”, consequentemente lidas “verdades”,

4 Disponível em: <https://correiodenoticia.com.br/2021/07/13/bolsonaro-interrompe-entrevista-reza-o-pai-nosso-e-da-licao-em-jornalistas-veja-o-video/>

e pelas quais determinados sujeitos e figuras históricas se constituem/beneficiam/amparam para que ocupem uma posição mítica. Dentre estas, atendo-me à algumas aludindo à Bíblia católica (consensualmente escrita por 40 autores, o *Antigo Testamento* entre 45 EC; o *Novo Testamento* entre 110 EC, totalizando um período de existência de quase 1600 anos). Primeiro, por ser a escritura sagrada mais difundida no Brasil. Segundo, por ser recorrentemente citada como base discursiva da gestão presidencial mencionada, conforme apresentei.

Das verdades inscritas na Bíblia, por sua vez, nesse cenário polarizadas pela voz presidencial e inscritas como *posts* que circulam midiaticamente pelo *Twitter*, a produção de sentidos arroladas a estas, impactam. Os saberes/poderes que as asseveram verossímeis incorrem, geralmente, em interdições são inúmeras. A exemplo: às mulheres, é proibido falar sem a autorização do marido (1 Timóteo 2:12); proíbe-se relações homoafetivas (Lev. 20:23); etc. Sobre o(s) fundamento(s) que as estabeleceram “autênticas”, posteriormente examinarei as escrituras sagradas (dogmas político-religiosos) junto ao historiador havadiano Stephen Greenblatt (1943-). Voltando à circulação das escrituras sagradas na atualidade e vislumbrando o impacto de sua disseminação, vale frisar porque relevante seria, no Brasil, analisá-las.

Observam-se índices arrolados a verdades de cunho religioso gravitando próximos aos versículos 1, Timóteo 2:12 e Lev, 20:23, dada sua voga na cultura conservadora brasileira: em 2018 o Brasil torna-se o quinto país mundial em taxa de feminicídio com a média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres⁵. Já em 2019 o Brasil foi apontado como o país onde mais morrem LGBTQA+ no mundo: 1 assassinato a cada 19 horas⁶. Ora, eis que, para

5 Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>

6 Disponível em: <https://www.brasildefato.com>

além desses dados e da crise sanitária no país atrelada ao COVID-19 alavancada desde março de 2019, considero razoável aproximar o cenário brasileiro daquele narrado na fictícia Winden: ambos se precipitam, surrealmente, às margens de um apocalipse ordenado (ou decorrente) pela tomada de um desejo reiterado como verdade *única* por seus governantes.

À medida em que pontuo a latência de uma discursivização mítica atravessada em ambos os cenários apontados, uma, ficcional, materializada numa série televisiva, a outra, como visto, localizável em ampla circulação midiática via *Twitter*, creio válido submeter, sobremodo a respeito das verdades bíblicas, o mito de Adão e Eva a uma análise sobre a fabricação de verdades a que me referia. No encaixe de Michel Foucault, objetivo contribuir com a genealogia dos problemas, das problematizações; hoje, tão urgentes às ciências que endossam os direitos humanos frente o risco de jogos discursivos disputando a exclusividade sobre a(s) verdade(s) de *como* se viver.

Conforme acena o filósofo, sobre as enunciações que podem ser recomeçadas ou reevocadas (visto a repetição mítica) antevejo a coexistência de um mito fundador para Adão e Eva, em questão muito mais antigo àquele narrado pela versão bíblica católica. Afinal, nessa concepção cíclica, o mito cristão da gênese do homem não seria exceção (visando suas condições de produção enunciativas/históricas envolvidas) a “uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme[m] sobre seu próprio passado” (FOUCAULT, 2010, p. 118). Dito de outro modo, é possível localizarmos as sombras de Adão e Eva associadas a certo campo adjacente, arcaico aquele profetizado pela Bíblia. Retrocedo, portanto, ao berço das escrituras sagradas, igualmente lugar onde teve início a escrita.

Escultores de barro, narradores de Gênesis

Na Mesopotâmia, entre 4000 a. C. e 75 d. C., era comum a difusão da palavra escrita sobre tábulas de argila cozidas – a mídia mais comum da época. O que sobrou do alfabeto usado é conhecido hoje como escritas cuneiformes. Trata-se da mistura de sinais fonéticos e símbolos visuais, feitas com um caniço aparado que, comprimido contra a argila úmida, deixava marcas em forma de cunha. Foi também o sistema de escrita usado principalmente pelos sumérios, acadianos, babilônios, assírios e hititas. Caiu em desuso com a ascensão do Império Romano, em meados do século 27 a. C., sendo progressivamente substituídas por caracteres alfabéticos latinos.

Com efeito, as narrativas contidas nos blocos de argila remanescentes caíram em silêncio. Só puderam voltar a ser lidas muito depois que o exército de Napoleão desenterra, em 1799 no Egito, certa coluna monolítica. O fragmento de granito negro pesando aproximadamente 4 toneladas, medindo 118 cm de altura, 77 cm de largura e 30 cm de espessura era uma estela. Estelas eram, antes da invenção do papiro, o “livro registro” de inscrições governamentais ou religiosas usado mesmo antes das primeiras nações egípcias. A estela encontrada em questão pelo exército francês ficou conhecida como *Pedra de Rosetta*, em homenagem a cidade em que foi encontrada na província de Al-Buhaira. Falo do artefato que continha o código para a decifração da escrita cuneiforme.

Posteriormente ao seu achado, sua importância foi crucial aos estudos antropológicos, conforme relembra Greenblatt em *Ascensão e queda de Adão e Eva* (2018), a considerar o volume de narrativas até então adormecidas e anteriores à ascensão do cristianismo medieval, bem como os adventos tecnológicos do papiro ou da prensa de Gutemberg. Exposta sua relevância histórica

ao campo dos saberes, no entanto, evoco a *Pedra de Rosetta* aqui para lembrar não só propriamente de sua importância do processo de tradução de certos textos, mas sim (após o seu surgimento) a possibilidade de se *estabelecer relações entre eles*, pois, é notório afirmar também

[...] quando as tábulas cuneiformes já não podiam mais ser lidas [...], seus mitos mergulharam num sono sem sonhos⁷. Isso não aconteceu de um momento para outro: sua existência deve ter perdurado na memória daqueles que recordavam os tempos distantes em que o relato da criação era lido do alto do zigarte para que todos ouvissem” (GREENBLATT, 2018, p. 45).

O artefato histórico, objeto de escrita sagrada pertinente à questão que levanto, entretanto é outro. Ponto que direciona também a discussão à outra figura histórica, no caso, pivô que adiantou o próprio apocalipse no interior do círculo religioso cristão, a saber, dada à experiência de um deus dado como desaparecido em ação frente ao conhecimento dos avanços científicos (médicos, antropológicos, linguísticos) do século XIX. O artefato que evoco é o Tablete 1 da *Epopéia de Gilgámesh* (2600 a.C.), cujos poemas foram traduzidos pelo assiriologista do *Museu Britânico de Londres*, Sr. George Smith (1840-1876). Eis o próêmio de *Ele que o abismo viu*, texto compilado em 12 tabuinhas (narrando da criação do homem até o dilúvio), atribuído ao escriba mesopotâmico Sin-léqi-unnínni (1000 a.C. ou 1300 a.C.), datando do último terço do II milênio (2600 a.C.), escrito em Acádio.

Conforme relembra Greenblatt, qualquer reelaboração mítica tem seu preço. Com a mitologia cristã, não seria diferente. Enfoco, momentaneamente, no entorno das condições de produção enunciativas (ou seja, o conjunto de ditos/escritos rastreáveis sobre determinada coisa) da história cristã. Se a mapearmos partindo da língua, para Greenblatt, é importante relevar que “os exilados de Judá mantiveram o hebraico como

sua língua nacional, mas usavam na vida diária um primo linguístico daquele idioma, o aramaico, que era, como o neobabilônio, a linguagem do dia a dia na Babilônia” (GREENBLATT, 2018, p. 38). Disto isto, oportuno é frisar que não havia, na época, uma forte barreira idiomática entre eles (os hebreus) e seus captores (os babilônios). Mediante a facilidade de tal tráfego linguístico circulavam narrativas, graças aos parentescos idiomáticos citados. Nessa medida é possível dizer que

[...] os babilônios permitiam que as classes superiores daqueles que deportavam vivessem na corte real. Talvez alguns exilados mais cultos dominassem também o acádio antigo, o babilônio antigo ou até o sumério, as línguas arcaicas em que eram conduzidas as cerimônias rituais do reino de Nabucodonosor e nas quais os escribas babilônios continuavam a registrar as histórias de seu povo. Sentissem os hebreus fascínio ou repulsa pelo que acontecia em torno deles – os cânticos, as festas e rituais, o folclore e o mito elaborados –, nada podiam fazer a respeito (GREENBLATT, 2018, p. 38).

As palavras e histórias entoadas pelos babilônicos que acompanharam os exilados hebreus de retorno à Jerusalém, inspirados na reconstrução de seu Templo e retomada de seus sacrifícios ao deus Iahweh surtiram efeito. A atividade de restauração arquitetônica, territorialista, não lhes bastava. Era-lhes indispensável equivalerem-se em grandeza aos seus detratores babilônios, assim, “partiram com um projeto intelectual da mesma magnitude, se não maior: produzir um livro sagrado com base em todos os seus muitos registros e narrativas” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Sabe-se que os hebreus viveram, durante mil anos ou mais, sem possuírem um texto sagrado que fosse único e coletivo enquanto, exilados na Babilônia, tiveram contato contínuo com os textos sagrados do *Enuma Elish*, bem como com seus louvores à criação do homem. Do trauma gerado deste período de exílio, é possível dizer que a ameaça de perda da memória cultural hebraica tivesse provocado a sua resolução de agrupar histórias e leis – materializadas em

⁷ Todos grifos do autor.

línguas familiares – com as quais os hebreus se identificavam, se definiam.

Resumindo. A decisão de compilar um livro sagrado fundamentava-se no receio expressado pelo escriba Esdras, “líder de grande parte dos exilados que retornaram a Jerusalém de que os hebreus ‘não se separaram dos povos da terra’ (Esdras 9,1)” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Fato é que os hebreus adotaram costumes, crenças e trajes de outros povos. Poque não teriam, nessa medida, entrelaçado os cultos à Iahweh com cultos prestados aos deuses rivais? Fizeram-no sim, sobremodo, porque “é nesse solo improvável – um povo derrotado e amargurado, repatriado graças à vontade de um príncipe estrangeiro – que a Bíblia como a conhecemos parece ter se consolidado” (GREENBLATT, 2018, p. 39). Como dizia; mesma história, muda-se a narrativa. Apropriando-se das palavras do biblicista Julius Wellhausen, Greenblatt assevera que

[...] não importava o que tivesse sido revelado a moisés no monte Sinai [...] a Torá escrita, como a conhecemos, não foi obra de um único autor. Ao propor sua hipótese documental, Wellhausen identificou e ordenou cronologicamente quatro textos ou quatro linhas diferentes que foram mesclados enquanto a Torá ganhava a forma em que a conhecemos. Cada uma dessas linhas representava um conjunto característico de aspectos, preocupações e maneiras de se referir a Deus; cada uma delas surgiu num diferente momento do desenvolvimento histórico do antigo Israel; cada uma delas respondia a pressões distintas e representava diferentes interesses institucionais e ideias teológicas (GREENBLATT, 2018, p. 41).

Logo me concentrarei sobre as pressões e diferentes interesses institucionais que corroboraram com a fabricação da Bíblia. Neste momento, destaco a desconstrução do mito de origem, a premissa básica da história de criação do homem, considerando que o Gênesis possui, então, mais de uma fonte. Não cabe aqui também aprofundar a problemática envolvente a ideia de sua autoria (cristã). Para os antropólogos, a

crença de que Moisés em pessoa teria escrito a narrativa dos primeiros capítulos do Gênesis, já não tem mais garrida mediante a detecção histórica acenada. Derrubada a ideia de uma autoria ímpar (ou divina), sem nada haver de surpreendente nisto visto não existir algo que venha do nada, admite-se, convencionalmente, apenas que houve certo alguém, um narrador do Gênesis o/os responsável(eis) de *juntar todas as peças* e de (re) escrever a história hebraica da criação que chega à atualidade mesmo tantos séculos depois. E trata-se de uma bem sucedida narrativa, a prova de vontade do supremo poder do Iahweh hebraico. Sua onipresença e onipotência significava que deveria ter criado os primeiros humanos, mas, mais do que isso, a escrita sagrada dos hebreus cumpre narrar

[...] um deus que tinha um poder tão absoluto – que podia tratar um monarca do porte de Nabucodonosor como seu vassalo – era não só o senhor do universo, com seu criador; não apenas o maior entre os deuses, mas o único e verdadeiro; não somente criador dos judeus, mas o criador de toda a humanidade [*em detrimento de um recalque, represália cultural, espiritual aos babilônios?*]. Por isso, a Bíblia hebraica que foi costurada de forma tão brilhante depois da volta do exílio não podia começar com Abraão e a origem dos hebreus. Tinha que começar com Adão e Eva (GREENBLATT, 2018, p. 43).

Retorno ao estrondo de sua descoberta linguística de Sr. George Smith. Ao se notar que, segundo o Gênesis, o deus exterminador e o deus protetor são o mesmo, essa *iniquidade* fatal do deus hebraico foi o calcanhar de Aquiles para teólogos e religiosos, seguido das comprovações científicas (darwinistas) do século XIX. Constatando-se as “verdades” bíblicas perdendo espaço, vertiginosamente, a impossibilidade de se solucionar tais dilemas – sem esquivar-se do que está *dito* na própria escritura sagrada –, somente potencializa incongruências em sua “autenticidade”. É quando a verdade inscrita na superfície de livros já bastante folheados e debatida há séculos colide com tradução publicada pelo assiriologista.

Em outubro de 1875, George Smith retorna das ruínas de Nínive (atual Iraque), a biblioteca ancestral babilônica, carregando consigo uma dezena de pedras, compilações de cânticos babilônicos registrados em escrita cuneiforme. Após concluir a tradução dos tablettes, Smith exclamou ser “o primeiro homem a ler isto depois de mais de 2 mil anos de esquecimento.” [E,] depondo a tábua sobre a mesa, ele deu um salto e pôs-se a caminhar pela sala tomando grande excitação” (GREENBLAT, 2018, p. 49). A tradução do assiriologista fez acordar o entorpecido o mito de Gilgámesh, a “história mais antiga já encontrada”, (GREENBLAT, 2018, P. 55). Posteriormente, poema encontrado em mais de quatorze versões, aliás. Em todas elas narra-se aquela que é considerada, consensualmente, a *introdução* canônica da literatura antiga, o “cômputo da história da humanidade”, cuja compilação mais bem preservada é aquela arrogada à Sin-léqi-unnínni⁸. Ainda, segundo o antropólogo e organizador da tradução brasileira de *Gilgámesh*, Oséias Ferraz, esta obra (traduzida diretamente do Acádio), “acrescentou ao corpus de suas tradições literárias [ocidentais/orientais] um número considerável de textos cuja existência era antes, para nós, modernos, insuspeitada” (FERRAZ, 2017, p. 10-11).

O pó sobre o mito de Gilgámesh

Havia o bosque Úruk (não um jardim) e Shámhat, sacerdotisa do amor (entra em cena, primeiro, a mulher). Então, a deusa-mãe Arúru (divindade concebida no feminino) “lavou as mãos,/ pegou um punhado de pó [*sbar*, em Acádio], molda-lhe com ele uma criatura chamada Enkídu, [em cena, o homem *coadjuvante* na narrativa]/ com

⁸ O nome do escriba está listado no próprio texto, gesto não considerado ortodoxo para obras em escrita cuneiforme. O mais recente tablete escavado, de compilação atribuída à Sin-léqi-unnínni, foi encontrado em 2011 por “Farouk Al-Rawi [e pertence ao arquivo] do Museu de Suleimaniyah, no Iraque, tendo sido publicado por ele próprio e por Andrew George em 2014” (FERRAZ, 2017, p. 9).

o corpo coberto de pelos desordenados e atirou-o na estepe” (1,101) (BRANDÃO, 2021, p. 48). Eis o princípio da narrativa da criação babilônica, que se estende, compilada em mais de 30 tablettes, até a cena do seu apocalipse (um dilúvio). Prosseguindo com a história, nela, Arúru comanda Shámhat, criatura versada em todos os prazeres, a ocupar-se de Enkídu: “A roupa estende, deixa-o deitar-se sobre ti,/ E faze com que esse primitivo o que faz uma mulher: seu desejo se excitará por ti,/ Estranhá-lo-á seu rebanho, ao que cresceu com ele” (1,184-188) (BRANDÃO, 2021, p. 51-52). Ocorrendo tudo conforme o esperado,

Shámhat e Enkídu passam seis dias e sete noites entregues a uma impetuosa concupiscência. Ao fim desse tempo, quando Enkídu tenta retornar às gazelas e outras criaturas selvagens, todas fugiam dele. Enkídu se espanta por não ser mais capaz de contar com a companhia dos animais, porém, sua desorientação e perplexidade são prelúdios de um novo estado de coisas [És bom, Enkídu, como um deus és tu!/ Por que vagas com os animais pela estepe?] (1,204-208) (BRANDÃO, 2021, p. 51)]. Não foi só o corpo dele que se transformava mas também sua mente. Ele não é mais um selvagem entre animais selvagens [...]. [Contempla-se] uma marca da passagem da natureza para a cultura. [...] Estamos assistindo ao nascimento do homem (GREENBLAT, 2018, p. 56).

Essa foi a grande epopeia que circulava no Oriente, anterior em muitos séculos da decisão dos hebreus de escreverem sua própria história acerca dos primeiros tempos da humanidade. Como acena Greenblatt, “um exultante relato de iniciação sexual; uma gradual ascensão da selvageria à civilização [...]; uma difícil e relutante aceitação da mortalidade” (GREENBLATT, 2018, p. 59). Com o colapso das cidades mesopotâmicas, esse relato desapareceu junto à tecnologia ultrapassada da escrita cuneiforme. Com ele, a história de amor mais antiga já narrada ficou esquecida por milênios, registrada numa escrita inelegível e sepultada sob montanhas de escombros. Até ser recuperada por Sr. George Smith. Por isso ela não se tornou parte da herança cultural ocidental/oriental. Em

seu lugar, herdou-se o Gênesis hebraico. Agora, aproximando-os, a cena de abertura da criação bíblica retumba batida:

Le Seigneur Dieu prit de la poussière du sol et en façonna un être humain. Puis il lui insufla dans les narines le souffle de vie, et cet être humain devint vivant. Ensuite le Seigneur Dieu planta un jardin au pays d'Éden [...], pour y mettre l'être humain qu'il avait façonné (BIBLE, A.T., N.T. Genèse, 1,2, Le jardin d'Éden, p. 6).

Quando proponho um retorno ao pó, não o faço simplesmente para evocar uma memória; o faço para localizar, arqueologicamente, a reverberação deste enunciado num dado “arquivo”, ou seja, no regime de “verdades” já *ditas* sobre este; eis o lugar onde se chega ao buscar as condições histórico-discursivas acerca de determinado objeto. Por consequência, precipito-me, talvez, sob o eco bíblico o mais notório atrelado a este enunciado: “do pó vieste e ao pó retornarás” (Gênesis, 3:19). Dito isto (elegendo o enunciado *pó*, e não outro), em se tratando aqui da mobilização de poeiras distintas (pó hebraico/pó babilônico), mas que, entretanto, inscritas numa mesma formação discursiva (o lugar do sagrado), cumpre agora examiná-lo em seu caráter rarefeito, considerando-o como um acontecimento discursivo (o mito de Adão e Eva/a criação do homem) o qual, conforme se observou, jaz justaposto nas duas narrativas míticas. Rarefação que demonstro articulada segundo definem as regras do arquivo, me permitindo escandir o dito enunciado visando seus *limites* (que não são herméticos, mas porosos) e suas *formas* (suas inúmeras materialidades discursivas) afim de realçar sua *decibilidade*.

Ou seja, aquilo que é possível falar, aquilo que lhe foi constituído como *domínio discursivo*. Dito de outro modo: 1) *Princípio organizador* que estreita as margens deste enunciado, tangenciadas por declives históricos (mito babilônico; mito

9 Que não é um conjunto de documentos culturais guardados por uma memória e testemunho de um passado, tão pouco uma instituição responsável por conservá-lo, mas que “é antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento de enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2010, p. 170).

hebraico). 2) Sistematização que lhe atribui certa *regularidade* (pó = *shar*, em acádio; = ‘*adama*, em hebraico; = *la poussière*; em francês), a qual, até então, “por razões de circunstância ou por uma incapacidade ligada à sua própria forma de linguagem [escrita cuneiforme] – seu discurso não foi capaz de exprimir” (FOUCAULT, 2010, p. 169). 3) Portanto (e, apesar disso) pela ótica arqueológica, tal decibilidade conservaria a discursivização sobre o pó não promovendo uma redução da “diversidade dos discursos [envolvidos] [...], mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes” (FOUCAULT, 2010, p. 180): memórias babilônica/hebraica da criação. Vista sob o exame que proponho, esta é *reativada* por

[...] enunciados anteriores [que] outra cultura retém, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análise os submete, os limites e as formas da *apropriação* [narrativa babilônica] que indivíduos [os hebreus], grupos têm direito a determinada classe de enunciados [tábulas de argila/ escrituras sagradas], como se define a relação do discurso com seu autor [babilônios/ hebreus]; como se desenvolve entre as classes, as nações ou as coletividades a luta [disputa pela criação do homem] para encarregar-se dos enunciados [Gilgamesh/ Gênesis] (FOUCAULT, 2010, p. 169-171).

Vendo mais de perto: em Gilgamesh, a deusa Arúru cria um homem usando pó (*shar*). “Pegou um punhado de pó, molda-lhe com ele uma criatura chamada Enkidu” (1,101) (BRANDÃO, 2021, p. 48). Em seu turno, Iahweh, o deus hebreu, também forma um homem a partir do pó. Interessante é destacar do presente jogo de palavras a disputa em nome da espécie humana partindo do mesmo enunciado. Em hebraico, a palavra *pó* (que é sinônimo de barro, ou argila) é ‘*adama* e o termo que designa homem é ‘*adam* (posteriormente, *σάρω*), nos primevos Testamentos gregos. Na transição do cristianismo para a Idade média, *la poussière*). E ao invés de acrescentar a essa figura mítica esculpida em barro hebraico qualquer substância para animar-lhe, é uma divindade masculina (*Le Seigneur Dieu*) e

não outra feminina (Shámhat) que sopra em suas narinas um hálito de vida (*le souffle de vie*).

A imagem captura o milagre da animação: “matéria é o próprio pó inerte da terra, mas não é inerte. O barro respira; está vivo. Deus o criou e despertou-o para a vida, porém não se acha presente nele. Nisso está a possibilidade de libertação e alienação” (GREENBLATT, 2018, p. 60). Criado “à imagem de Deus”, tem, desde o primeiro momento, o status de um ser que não é idêntico aos outros animais, mas é criado para dominá-los. No Gilgámesh, o homem modelado do barro é um selvagem, coberto de pelos, dotado do comportamento animalesco, até encontrar-se com Shámhat.

Contudo, o fato de o Adão cristão não precisar aprender ou experimentar nada afim de alcançar a sua identidade, não elimina apenas, e de uma só vez, toda a necessidade de aprendizagem contida na história de iniciação de sua versão pretérita, Enkídu. Com ele se esvai o papel de Shámhat, mulher, de status *superior* aquele quisto à Eva, justamente por ser ela a sábia figura responsável pelo “sopro de vida” dado a Enkídu (e não Deus), aquela que, ao invés de entregar-lhe uma maçã amaldiçoada, relembra-o do conhecimento que lhe propiciou: “És bom, Enkídu, como um deus és tu! Por que vagas com os animais pela estepe?” (1,204-208), (BRANDÃO, 2021, p. 51).

O que se depreende ao ter-se examinado o arquivo exposto, conforme ensinou Foucault, explorando suas relações, é a possibilidade de se afirmar que a decibilidade acerca da narrativa babilônica de Gilgámesh encontra-se presente (sobremodo pela relativização do enunciado pó) atravessando a narrativa hebraica, o Gênesis. Esta, *limitando-a, reformulando-a*, nesse passo corroborou com a fabricação discursiva bíblica da criação do homem, segundo sua versão babilônica – salvas as devidas adaptações. Ora, no mito babilônico, a posição feminina não é relegada a um segundo

plano, carne da carne de Adão (Enkídu?). Há tão pouco serpentes ou convencionadas maçãs. Há sim uma “Eva” (cumplice de uma divindade feminina) responsável por resgatar o primeiro homem de seu estado de selvageria para insuflar nele *a sabedoria*. Enfatizo: sob o pó/barro hebraico dormita o pó/barro babilônico junto da figura feminina de Shámhat, cuja relevância de seu papel na criação primeira, Gilgámesh, ofusca sua releitura futura, no Gênesis, como Eva. Digo, conforme *quiseram* Eva.

Melhor ainda dizendo, em ressonância ao pensamento arqueológico acatado, demonstrado pelo gesto analítico até aqui empreendido, uma vez demonstrado o processo de fabricação de verdades (inscrites em escrituras sagradas) com base nas condições históricas (povo hebraico cativo à cultura babilônica) pelas quais se verificou a circulação e repetibilidade mítica abordada (Gênesis/Gilgámesh), cito Foucault aludindo a premissa máxima de sua Arqueologia para reforçar esta reflexão:

[...] não basta dizer uma frase, nem mesmo basta dizê-la em relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado -, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com um campo adjacente [a mitologia]. [...] Não se trata de uma relação suplementar que venha se imprimir sobre as outras, não se pode dizer uma frase [Gênesis/ pó/ ‘adam/ Adão/ Eva], não se pode fazer com que ela chegue a uma existência de enunciado [escrituras sagradas/ escrita cuneiforme/ Twitter/ Dark] sem que seja utilizado um espaço colateral [Gišgímaš/ shar/ Enkídu/ Shámhat]: todo enunciado tem sempre suas margens povoadas de outros enunciados (FOUCAULT, 2010, p. 110).

Resta evocar, brevemente, o conceito de verdade para concluir minha exposição. Em suas formulações ministradas nos cursos do *Collège de France* entre 1973-1974, a saber, *O Poder psiquiátrico*, e também em sua aula inaugural no mesmo, vulgo *A ordem Do Discurso* (1970), Foucault tece alguns apontamentos sobre a manutenção discursiva da verdade. O filósofo é claro. Ao se operar o conceito de verdade, cabe dizer que não se trata de

empenhar a verificação do estabelecimento de uma reflexão sobre a existência de um fato “certo” em detrimento de outro “errado”. Como diz Foucault, não há buraco negro na verdade. Ora, “a verdade nela mesma percorre o mundo inteiro, nunca é interrompida” (FOUCAULT, 2006, p. 302). Isto, grosso modo, quer dizer que para o saber científico, não há nada “suficientemente próximo para que não se possa lhe fazer a pergunta: o que é você em verdade?” (FOUCAULT, 2006, p. 302). Logo, cabe indagar: o que é uma escritura sagrada, como a Bíblia (e por conseguinte, as verdades nela afirmadas) *em verdade*? Para formular uma resposta admissível à pergunta levantada, recorro aos conceitos foucaultianos de *verdade acontecimento* e *verdade demonstrada*. Os fatos que compõe à natureza da primeira lhe atribuem o caráter, nada mais, nada menos, que aquele de um *posicionamento efêmero*, já que

[...] ela passa como um relâmpago, rapidamente; em todo caso, ela está ligada a ocasião, *kairós* [...], não tem geografia nem calendário, é uma verdade que tem seus mensageiros [...], operadores dessa verdade descontínua [...], essa verdade não é universal [...], mas sim dispersa, uma verdade que se produz como acontecimento (FOUCAULT, 2006, p. 303-304).

Aproximo, portanto, as verdades bíblicas à natureza da verdade acontecimento, primeiramente. Atinjo, com isso, imagino, as feridas abertas deixadas pelos dogmas religiosos. Em *Uma breve história do cristianismo* (2012), Geoffrey Blainey é direto sobre a força motriz do projeto cristianismo, afinal, mesmo que a curta vida de Cristo fora extraordinária, não se podia “garantir que a mensagem deixada por ele, por si só, bastasse para criar a instituição que se mantém acerca de dois mil anos” (BLAINNEY, 2012, p. 41). Eram necessários também, frente às pressões sociais, políticas, a *manutenção* da palavra de Cristo, dados os diferentes interesses institucionais que desejavam confiscá-la.

O que conduz à questão levantada, sequencialmente, às verdades que se quiseram *demonstradas*. Quero dizer, desde o registro bíblico mais antigo, a carta escrita por Paulo, a primeira epístola aos tessalônios, até a compilação final do *Novo Testamento*, a mobilização/manutenção textual realizada por seus mensageiros¹⁰, responde diretamente às diretrizes de um sistema organizado ao redor de *concessões*, nesse sentido, logo filtradas por *procedimentos de exclusão*. Não há novidade nisto também, a pensar que

[...] em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2009, p. 9).

Outra palavra que gravita próxima às temíveis materialidades associadas às concessões é *vontade*. No caso da narrativa bíblica, percebem-se inúmeras delas convencionadas à memória dos *acontecimentos* ligados à *ocasião* da palavra, vida e morte de Cristo. Disto isto, é preciso ainda ir mais fundo. Por que eleger a articulação destes discursos (os evangelhos que compõem a Bíblia como é conhecida hoje) e não outros (os evangelhos, concílio após concílio, edição após edição, como os evangelhos apócrifos)? Ora, porque, durante a fabricação da Bíblia,

[...] tornou-se importantíssimo o registro por

10 Segundo Blainey, “Cristo transmitiu quase todos os seus ensinamentos em uma língua semítica chamada aramaico [...]. Ele falava um pouco de aramaico e um pouco de grego [...]. Nas igrejas cristãs da Palestina, a pregação e os cânticos eram feitas em hebraico [...]. Os judeus cristãos que se reuniam fora da palestina rezavam em grego, a principal língua da metade oriental do Império Romano. [Por isso,] os quatro evangelhos que compõem a essência do Novo Testamento foram escritos em grego [...]. Perpétua, uma brava mulher que morreu no norte da África em 203, foi provavelmente a primeira cristã conhecida a escrever em Latim. Esse acabou sendo o idioma dos cristãos ocidentais [para os quais] a palavra falada – e não a palavra escrita – foi de importância vital. [...] Com o passar do tempo, não havia mais ninguém que tivesse conhecido Jesus pessoalmente. Quando morreu o último dos doze discípulos – não se sabe a data nem o local –, [...] tornou-se importantíssimo o registro por escrito dos ensinamentos de Jesus e da história da sua vida” (BLAINNEY, 2012, p. 47, 48, 49).

escrito dos ensinamentos de Jesus e da história de sua vida. Felizmente, alguns relatos tinham sido anotados, e cópias eram levadas [logo, **dispersas**] para os encontros e cristãos e lidas em voz alta [...], todos que viviam na cidade ou no campo se reuniam, no mesmo lugar, para ouvir as memórias dos apóstolos [ou seja, os **operadores dessa verdade descontínua**] ou os escritos dos profetas, que eram lidos por longas horas (BLAINEY, 2012, p. 49).

Como se infere, é no interior da produção da série discursiva cristã em que se excluem/elegem tais posicionamentos (verdades) em detrimentos de outros. Nisto se nota o funcionamento da *verdade demonstrada*, esta que está mais próxima das *relações de poder*, calcada numa “verdade-relação de conhecimento, a verdade que, por conseguinte, supõe, e se situa no interior da relação sujeito-objeto” (FOUCAULT, 2006, p. 305). Compreendida a extensão da verdade demonstrada aportar no âmago interior da figura do sujeito (função/posição histórica), nota-se, nesse sentido, a *persona* do “governante salvador” (ocupada antes por Moisés, Rei Davi, Nabucodonosor, e nessa esteira, hoje, J. Bolsonaro), necessária para consolidar a instituição dita cristã. Assim, o que jaz inscrito nas escrituras bíblicas é a “verdade” que se quis sobre “a palavra de Cristo”, relegada à demonstração/articulação de *verdades estratégicas* por intermédio do desejo e autoridade de seus governantes.

Não enredarei à discussão as dimensões conceituais que Foucault confere ao poder. Por hora, ajuízo suficiente dizer, centrado na *função* pastor, governante salvador, que esta opera os inúmeros procedimentos de controle e de delimitação do discurso (a Bíblia), por sua vez, atravessada, de um lado, pela “verdade acontecimento” (o que se disse/está dito em ocasião à vida de Cristo) – em sua exterioridade – ou seja, dizeres, tábulas, bíblias funcionando como “sistemas de exclusão [que] concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo [do governante sobre seu rebanho]” (FOUCAULT, 2009, p. 21). Do outro, se encontram nesta mesma figura os princípios

atravessados pela “verdade demonstrada” – uma exibição de seus aspectos interiores – a saber, os princípios que fundam seu “comentário [cultos]”, “autor [os apóstolos]”, “organização das disciplinas [biblicistas]”, “rarefação [seleção de evangelhos],” e “grupos doutrinários [consolidação da Igreja Católica]” (FOUCAULT, 2009, p. 22-44).

Dito isto, retomo. O que é a Bíblia *em verdade*? Indiferente ao ângulo que se observe qualquer escritura sagrada, sendo admissível dizer que estas são, essencialmente, demonstrações de posicionamentos estratégicos acerca da leitura dos acontecimentos associados/inspirados à determinada figura mítica, respondo, sob a ótica arqueológica foucaultiana: em verdade, trata-se, tão-somente, de um projeto de captura do espírito de sua época conforme a vontade de alguns. No caso desta, confeccionada na Idade dos metais, por intermédio da regência de poderes, saberes e das *vontades de verdade* aspiradas por seus governantes sob inspiração da figura mítica de Cristo. Chego, ao ponto que considero o mais relevante da discussão que comecei investigando o episódio central do drama da existência humana – alinhado, finalmente, o mito de Adão e Eva às *vontades de verdade*. Com base nos vestígios que reuni/relacionei, no tocante ao eco da vontade hebraica, ao preço da reelaboração da epopeia babilônica, creio indispensável inquirir: afinal, porque prevalecer Adão como protagonista do Gênesis ao invés manter neste o protagonismo de Eva?

Sabe-se, lendo a história dos líderes posteriores que ascenderam no cristianismo, como Santo Agostinho (354-430 d.C.), que estes se concentraram na primeira mulher como a fonte primordial de tentação, da perda da inocência, enfim, de todas as mazelas e sofrimento humano. Dito de outra maneira, o apagamento da posição de verdade antes inscrita em Shámhat, depois atualizada em Eva, “abriu as comportas para uma corrente de misoginia que turbilhonou durante

séculos em torno da figura da primeira mulher” (GREENBLATT, 2018, p. 115). Antagonistas em sua memória, reside na vontade de verdade destes, e não naquela dos babilônios, como resultado (sem haver implicação categórica alguma nisso ao dizer, cogito), o homicídio de Eva e suas descendentes.

Arqueologia e mito: fins e (re)começos

Ša naqba imuru,/ išdi māti,/ [Ele que o abis-
mo viu,/ fundamento da terra,/]
alkakāti idû,/ kalāssu. [Seus caminhos conhe-
ceu,/ sábio em tudo.]
Ša Gišgīmaš imuru [Epoieia de Gilgāmesh]

Das denúncias a respeito das mentiras contadas pelos homens para justificar crueldades contra as mulheres, a mais antiga, no Ocidente, seja talvez *La Tirannia paterna*, corajosamente publicado em 1654, dois anos após a morte de sua autora, Arcangela Tarabotti (1604-1652). A voz da freira enclausurada não se resignou calada e encontrou seus meios para se comunicar com o restante do mundo. Dizia, em seu livro mais conhecido, que, se interpretada corretamente, a Bíblia deixaria claro que

[...] a primeira mulher não era simplesmente igual ao primeiro homem, mas superior a ele [, pois,] Adão foi feito de simples barro; Eva, de uma substância mais nobre, o corpo do homem. Adão nasceu fora do Éden; Eva, no próprio Paraíso. Ela foi o compêndio de todas as perfeições, a obra-prima final e suprema de Deus” (GREENBLATT, 2018, p. 127).

O mito de Gilgāmesh e os atos de Shámhat certamente não chegaram ao conhecimento de Arcangela. Mas, os vestígios de violência implicados pelo apagamento da protagonista mítica babilônia (haja visto os anseios da freira concernentes à figura de Eva), comprova, desde 1654, a *permanência* do problema herdado a partir da decisão dos detratores cristãos em desfigurarem Shámhat como antagonista na história do Gênesis bíblico. Eva ou Shámhat, se obra-prima, diabólica, sedutora,

pecadora, ou bruxa, a eterna primeira mulher continuou adejando interpretada com inúmeras faces em textos, afrescos, catacumbas, xilogravuras, esculturas e em pinturas que remontam o século XVI até a contemporaneidade – como aquela reinterpretada em *Dark*.

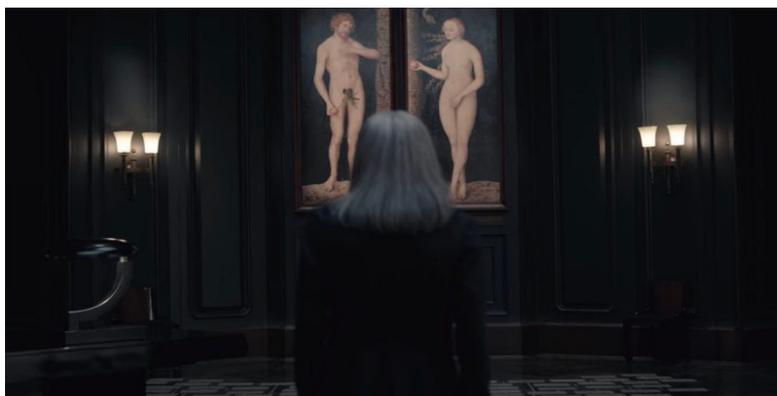
Indiferente às máscaras que lhe roupem, as conhecidas fabricações de Eva seguiram silenciado sua versão babilônica conforme desejaram as vontades de artistas, profetas e governantes. Mas sua história se ergueu do túmulo em Nínive amparada por um assiriologista cuja voz fez falar a pedra. Hoje, a sua versão atualizada em *Dark* parece antever o caos estabelecido segundo as vontades personificadas em Adão. Lanço, como gesto derradeiro, um olhar sobre o mundo (espaço colateral) onde lampejam como possível realidade os desejos da primeira mulher. No episódio final da segunda temporada de *Dark*, Jonas é resgatado do apocalipse por uma versão de Martha que desconhece. No universo proposto pela série, um dos (inevitáveis) efeitos colaterais das viagens no tempo, de se cruzar os multiversos e mitos, é deparar-se com versões suas, comprazendo-se de seus próprios “pecados” ou “virtudes”. Partindo agora da terceira (e última temporada), no episódio *Déjà-vu*, Eva cita Schopenhauer:

[...] se soubéssemos como as coisas acabariam, onde nossa viagem nos levaria, teríamos tomado as mesmas decisões ou teríamos percorrido outros caminhos? O caminho que fizemos nos prega um jogo, no qual nos faz encararmos sempre a nós mesmos? (1:00:49).

Eis o questionamento de Eva para Adão. Jonas, atado à fábula de poder encontrar-se consigo mesmo, com várias versões suas (até descobrir-se um antagonista Adão), desta vez, cruza com uma Martha personificando a versão mais antiga de Eva que pôde encontrar. Esta, desperta de seu sono milenar, aguardava seu retorno para lhe informar que, daquele universo, lutou, com fracasso, para

que a figura de Adão jamais nascesse em qualquer narrativa conhecida. Porém, em todas as suas tentativas, todos os mundos que conheceu terminavam no apocalipse. Almejava um destino diferente daquele traçado por um deus não tão benevolente para com a humanidade que criara, ao perceber-se fantoche desta pretensão, deu-se conta, finalmente, de que a origem do problema – o irrefreável apocalipse –, revela-lhe, insidia no *embate de vontades* sobre a própria existência de ambos. Na sabedoria de Eva (ou de Shámhat?, figura 3), a Gênese humana deveria começar com outra história.

Figura 3 – Dark, 3ª temporada. Eva observando seu retrato no episódio Déjà-vu.



De pé em frente ao velho *Retábulo de Ghent*, quando foi retratada por Van Wyck em 1432 d. C., sob tantas camadas de tinta à óleo, mais uma entre tantas outras jaulas que já lhe foram concedidas, observa-se lá, onde não está, onde Shámhat nunca esteve, esgotada por suas viagens segundo muitas vontades que não foram as suas, a Eva nas sombras de *Dark* admirando-se pintada. Dando as costas para Jonas, o último Adão, indaga-se a respeito da autenticidade e das consequências associadas à(s) origem(s) de suas existências. Para Eva, só havia uma solução que impedisse a repetibilidade eterna do fim: o suicídio de seus protagonistas; é imperativa a *queda do mito*.

Ironicamente, Adão e Eva incorrem em Nietzsche ao se depararem frente à genealogia de sua própria história, a Gênese, e não o Apocalipse, como o real problema que merece estima. A resposta ao gesto definitivo, soube primeiro Eva, eram evidências sensíveis ao coração. Era-lhe necessário ir mais fundo até torná-las claras ao espírito, concluía, após viver infinitas vezes o mesmo mito, despertando da inércia, como se deduz junto ao eco de Sísifo. Diante dos jogos históricos discursivos aqui mobilizados, de minha parte, tenho certeza, frente à inflexão que operei, não ter exposto ineditismo algum sobre a pluralidade da literatura abordada. Perante os desejos seculares rasurados em acidentada poesia – linguagem imemorial –, não percorri nada que outrora já não estivesse escavado, traduzido, desestabilizado ou televisionado. Meu intuito, sincera obrigação ética, foi o de conjurar verdades adormecidas.

Referências / filmografia:

BÍBLIA, A. T., N. T. Francês. **La Bible: Ancien et Nouveau Testament**. Traduite de l'hebreu et du Grec. Alliance Biblique Universelle, Bruxelles, 1997.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve história do Cristianismo**. 1ª ed. Trad. Neuza Capelo. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo, pensar com Foucault.** Trad. Francisco Morás. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DARK. FIESE, Jantje; ODAR, Baran bo. Temp. 1, 2017. Temp. 2, 2019. Temp. 3, 2020. *Netflix*.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 18^a ed. Edições Loyola, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico.** Trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GREENBLAT, Stephen. **Ascensão e queda de Adão e Eva.** 1^a ed. Trad. Donaldson M. Garschagen, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. **Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgámesh.** Trad. Jacinto Lins Brandão. ORG. Oséias Ferraz. 1^a ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2021.

Submissão: maio de 2022.

Aceit: maio de 2022.

“O MONSTRO DA GRANDE MISÉRIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIDADE NO CONTO “AS PALAVRAS DA MÁQUINA”, DE JOÃO DO RIO

Sabrina Ferraz Fraccari¹

Resumo: Tendo como base as noções de modernidade pastoral e antipastoral definidas por Berman (1986) a partir da obra de Baudelaire, o objetivo deste artigo consiste em refletir sobre as diferentes perspectivas acerca da modernidade apresentadas pelo narrador e pela máquina no conto “As palavras da máquina”, de João do Rio, bem como em discutir as suas implicações para o sujeito moderno. Este conto, publicado no livro *Rosário da Ilusão* (1921), revela uma perspectiva crítica da modernidade, caracterizada ao mesmo tempo por certa euforia, alinhada à visão pastoral, que rapidamente se transforma em desespero, aproximando-se da visão antipastoral.

Palavras-chave: Belle Époque tropical. Literatura Brasileira. Conto.

“THE MONSTER OF BIG MISERY”: CONSIDERATIONS ABOUT MODERNITY IN THE SHORT STORY “AS PALAVRAS DA MÁQUINA”, OF JOÃO DO RIO

Abstract: Based on the notions of pastoral and antipastoral modernity defined by Berman (1986) based on Baudelaire’s work, the aim of this article is to reflect on the different perspectives on modernity presented by the narrator and the machine in the short story “As palavras da máquina”, of João do Rio, and discuss its implications for the modern subject. This short story, published in the book *Rosário da Ilusão* (1921), reveals a critical perspective of modernity, characterized at the certain euphoria, aligned with the pastoral vision, which quickly turns into despair, approaching the anti-pastoral vision.

Keywords: Tropical Belle Époque. Brazilian literature. Short story.

¹ Mestranda em Letras (UFSM). E-mail: sabrina.fraccari@acad.ufsm.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

João Paulo Alberto Coelho Barreto, ou apenas João do Rio, foi um escritor brasileiro nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1881. O intelectual vivenciou o momento de modernização pelo qual passou sua cidade natal no início do século XX, episódio conhecido como “bota abaixo”. Ancorado no discurso de higienização e medicalização dos espaços e da sociedade, bem como de modernização e progresso, o então prefeito Pereira Passos deu início às reformas estruturais na então capital da República. Cortiços, que serviam de moradia à população mais pobre, foram derrubados, dando lugar a praças e a largas avenidas, inspiradas nos boulevares parisienses, por onde desfilavam automóveis, as máquinas que representavam o progresso. Inovações técnicas como o telégrafo, o gramofone e o cinematógrafo também chegaram ao país, e passaram a interferir diretamente nas sensações e percepções dos indivíduos.

O escritor carioca não se manteve alheio àquilo que o cercava e registrou, em diversos escritos, o processo de transformação da cidade que levava no nome. Considerado um “espectador encantado da *exhibitio* moderna” (SÜSSEKIND, 1987, p. 25), João do Rio manteve uma relação bastante complexa com a modernidade: se, em crônicas como “A era do Automóvel”, o literato demonstrou entusiasmo com o que presenciava, em contos como “As palavras da máquina” e “O dia de um homem em 1920”, revelou uma perspectiva bastante diversa e algo pessimista do fenômeno. Este conto foi publicado em *Rosário da Ilusão* (1921), livro singular na obra de João do Rio, pois guarda um tom severamente crítico acerca da modernidade, perspectiva esta não tão comum em escritos anteriores do carioca.

O conto “As palavras da máquina”, objeto de análise deste artigo, apresenta um diálogo entre

o narrador e uma máquina obsoleta, que pode ser interpretada como a representação do progresso e da modernidade. O narrador, passeando por uma fábrica, talvez o maior símbolo do sistema capitalista consolidado na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, encontra uma máquina danificada, repostada em um canto. Ao deparar-se com a máquina, o narrador começa a fazer uma série de reflexões sobre as maravilhas alcançadas pela humanidade graças a esta invenção. Em certo momento, a máquina começa a falar e, ao apontar as complexidades da vida moderna, questiona a perspectiva ingênua guardada pelo narrador.

A partir do diálogo travado entre a máquina e o narrador, é possível perceber duas visões acerca da modernidade, que serão interpretadas com base nas definições de modernidade pastoral e antipastoral definidas por Marshall Berman (1986). Desta forma, a partir da divisão inicial proposta por Berman (1986), o objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre as diferentes perspectivas acerca da modernidade apresentadas pelo narrador e pela máquina no conto “As palavras da máquina”, de João do Rio, bem como em discutir as suas implicações para o sujeito moderno. Para isso, além de Marshall Berman (1986), serão utilizados textos teóricos de Walter Benjamin (1994; 2019), Antoine Compagnon (2010) e Jeanne Marie Gagnebin (1999) para pensar as complexidades da modernidade; bem como Rosa Araújo (1993), Brito Broca (1956), Nicolau Sevcenko (2003) e Jeffrey Needell (2012), que refletem sobre a reestruturação da cidade do Rio no período conhecido como *Belle Époque tropical* (1898 – 1920), quando é possível verificar com maior nitidez o fenômeno da modernidade no Brasil.

A MODERNIDADE COMO A EXPERIÊNCIA DO NOVO

“Máquina! Como mostrava nas engrenagens o mesmo grande poema humano da libertação! A vida inteira da humanidade fora uma tenaz indagação para realizar aquele servo obediente, escravo sem necessidades ou cansaços, libertador igualitário” (RIO, 1921, p. 141), brada o narrador do conto “As palavras da máquina”, quando a encontra abandonada nos fundos de uma fábrica. Sem acreditar no que vê, questiona a situação de abandono a que está submetida aquela invenção responsável por revolucionar os modos de viver: “Nem mesmo o céu azul e a lua têm sido vítimas da banalidade universal, tanto quanto a máquina. Desde que a máquina é o mistério sem mistério, a tolíce para diante dela, para repetir todos os lugares comuns” (RIO, 1921, p. 141). Atentemos para o fato de o narrador eliminar a distância que separa a natureza (representada pelo céu e pela lua) do artificial (cuja máquina é o maior símbolo, neste contexto), antinomia essa característica de grande parte da literatura brasileira produzida no período 1900-1922. Tal oposição, portanto, já parece superada para o narrador, que torna o natural e o artificial equivalentes.

Talvez por isso a surpresa que demonstra o narrador diante da máquina esquecida tenha sido maior, pois não parece haver, da parte dele, qualquer resistência ao símbolo maior do artificialismo. Neste sentido, entendemos tal postura como um sintoma da perspectiva eufórica que dominou a elite brasileira – especialmente a carioca – no início do século XX. Encantados diante das promessas de progresso e modernização feitas durante os primeiros anos da República, em função de um cenário econômico favorável, os membros desta elite econômica recebiam com entusiasmo as notícias das novidades técnicas vindas da Europa que, muito em breve, também se verificariam por aqui.

A tendência em perceber o processo de modernização através de uma perspectiva eufórica,

como a apresentada pelo narrador do conto ora analisado, assemelha-se ao que Berman (1986) define como a visão pastoral da modernidade e da modernização. Ao analisar a obra de Baudelaire, o crítico norte-americano percebe diversas visões acerca da modernidade, algumas inclusive completamente opostas às outras. Contudo, a fim de propor uma espécie de sistematização, Berman (1986) destaca duas perspectivas distintas acerca da modernidade encontradas na obra do poeta francês: uma visão pastoral, segundo a qual Baudelaire tece “celebrações líricas da vida moderna” (BERMAN, 1986, p. 131); e outra que compreende “as veementes denúncias contra a modernidade” (BERMAN, 1986, p. 131), responsável por uma visão antipastoral acerca da vida moderna.

Embora o próprio crítico as reconheça enquanto limitadas, ambas as perspectivas apontam para um caminho que nos leva à complexidade da modernidade, tanto na percepção de Baudelaire quanto do fenômeno moderno em si. É essa visão paradoxal que nos interessa perceber no conto de João do Rio analisado neste artigo e que, guardadas as proporções, nos permite refletir acerca da modernidade experimentada e tematizada pelo escritor carioca. Entretanto, para isso, é necessário, antes, compreender brevemente o processo de modernização ocorrido no Brasil, verificado primeiro na modificação estrutural da cidade do Rio e, em seguida, nos hábitos e costumes da elite econômica da cidade.

O Rio de Janeiro chega às últimas décadas do século XIX em uma situação econômica favorável, e conserva um desejo das elites pelas promessas de modernização que chegavam da Europa juntamente com os navios que aportavam vindos do Velho Mundo. A situação econômica é reflexo dos investimentos de capital europeu verificados por aqui, em virtude do que Hobsbawm (1997) considera um novo imperialismo. Este se deu sob a concessão de empréstimos aos países considerados

periféricos, incluindo o Brasil, com o objetivo de dotá-los de certa infraestrutura capaz de absorver os desejos de consumo e modos de vida europeus, que representavam a Civilização e, portanto, o progresso e a modernidade.

Ainda nos tempos imperiais e, com maior ênfase a partir de 1873, verificou-se um aumento significativo nos valores de capital europeu investidos – sob a forma de empréstimos – no Brasil. A Inglaterra, principal potência capitalista do momento, foi a responsável pelos maiores investimentos. Os altos valores foram, inicialmente, empregados para dotar o Brasil de uma infraestrutura tanto de transportes quanto de comunicação, possibilitando o incremento da indústria, sobretudo a extrativista. A economia agrícola, em especial a cafeeira, pelo contrário, definhava, de modo que parecia não restar dúvidas sobre qual caminho o país devia seguir (SEVCENKO, 2003).

A nova ordem internacional prometia “avidez de riquezas e progresso infinitos” (SEVCENKO, 2003, p. 63), que seriam alcançados apenas por meio da industrialização e, conseqüentemente, o alinhamento total ao sistema capitalista. Neste sentido, somente a adoção da República poderia concretizar tais promessas. Com o novo regime, o governo, comandado, naquele momento, por Deodoro da Fonseca, promoveu uma série de políticas a fim de resolver as crises no campo da economia que marcaram os últimos anos do Império, bem como acelerar a industrialização. Uma dessas políticas foi o Encilhamento, programa cujo principal objetivo era contornar a falta de dinheiro e viabilizar o processo de industrialização no Brasil. O Encilhamento, juntamente com outras políticas adotadas pelo governo federal, apesar de não ter cumprido com todos os seus objetivos, favoreceu a aparição de especuladores, os chamados novos ricos, “marcando o novo sistema de governo com o timbre definitivo do arrivismo sôfrego e incontido”

(SEVCENKO, 2003, p. 37). Embora nem todos os beneficiados pelos programas governamentais tenham empregado o capital em áreas industriais, fato é que o processo de industrialização se intensificou nesse período, especialmente nos primeiros anos do século XX.

Tendo em vista tais questões, é importante nos interrogarmos a respeito do proprietário da fábrica na qual se encontra-se a máquina no conto de João do Rio. Considerando a descrição feita pelo narrador, percebemos que o dono da máquina faz parte desses novos ricos, alçados ao posto de nova elite econômica graças aos benefícios das políticas governamentais: “o proprietário, que já fora pobre e já fora nababo e tinha sempre o ar do rico explorador sem vintém” (RIO, 1921, p. 141). Nababo, vale lembrar, faz referência ao sujeito muito rico que ostenta uma vida luxuosa. Assim, o dono da fábrica repete o ciclo característico de boa parte da classe burguesa que ora se afirmava: ao investir na produção fabril, passa de uma condição economicamente desfavorecida ao status de membro da ascendente elite econômica.

Esse sujeito foi acusado pelo narrador de, insensivelmente, abandonar a máquina ao fundo da fábrica e, portanto, não comover-se diante daquele novo Deus. A dita insensibilidade do proprietário atesta uma visão pragmática da modernidade, que considera a máquina apenas como um meio de acelerar e, com isso, aumentar o ritmo de produção. Uma vez impossibilitada de cumprir sua função, é facilmente substituível. O narrador tem consciência das funcionalidades da máquina, como é possível perceber no trecho seguinte:

Um operário de hoje vale com a máquina por trinta da idade média; uma operaria num tear faz mil e quinhentas malhas por minuto, isto é, substitui seis mil das que outrora faziam malhas com agulhas de mão. Vestimos exércitos de milhões, fabricamos balas para matar esses exércitos no mesmo espaço de tempo que os nossos ascendentes gastavam para preparar algumas centenas de homens para lançar o dardo. Conforto, rapidez, a máquina deu ao

mundo, poupando a saúde com a redução do trabalho, aguçando a inteligência (RIO, 1921, p. 144).

As menções à velocidade de produção alcançada pela máquina, bem como ao fato de ela executar, em menos tempo, tarefas que antes precisavam ser realizadas por vários trabalhadores, são interpretadas pelo narrador como um indício de superioridade, contribuindo para caracterizar sua visão pastoral do fenômeno, recuperando os termos de Berman (1986). Por isso a surpresa e, até certo ponto, indignação dele ao encontrar a máquina abandonada pelo seu dono. Este, por sua vez, enxerga na máquina apenas um meio de realizar, em menos tempo, uma quantidade maior de tarefas e, portanto, aumentar o seu lucro de produção.

A visão pastoral e algo ingênua da modernidade apresentada pelo narrador, que entende a máquina como uma espécie de Deus, a grande realização do progresso humano, estendeu-se à grande parte da elite carioca do período. Neste sentido, para além do progresso material, o principal desejo dos elegantes consistia em estar alinhado ao modelo europeu também no campo dos costumes, da moda, do comportamento, ou seja, submeter-se voluntariamente à dominância europeia, considerando-a o grande exemplo de modernidade. A cidade do Rio de Janeiro, capital e principal ponto de contato entre o Brasil e a Europa em virtude do porto, foi escolhida como espaço ideal para concretizar a modernização do país, primeiro em termos estruturais para, em seguida, expandir os ideais europeus de civilização e modernidade para os demais campos, tendo Paris como o modelo principal. Neste contexto, teve início a chamada *Belle Époque* tropical, momento de grande euforia e expectativa por parte das elites, que veriam logo seus anseios concretizados.

João do Rio não ficou alheio a este movimento e registrou, na crônica “A era do Automóvel”, que

abre o livro *Vida Vertiginosa* (1911), a rapidez com que foram executadas as modificações estruturais na capital da República: “E, subitamente, é a era do Automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os descombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações” (RIO, 1911, p. 03). Creditando ao Automóvel – grafado sempre com a inicial maiúscula, revelando um indício de personificação – os créditos pela transformação da cidade, o cronista o assimila à própria modernidade arrasadora que assume, deste modo, inicialmente uma feição material no Brasil, pois é assimilada aos aparatos técnicos que são introduzidos no país.

Para que se firmasse a era do Automóvel e, em consequência, a modernidade, era necessário reformar a cidade, alargando as ruas estreitas e substituindo os pedregulhos que impediam a passagem dos veículos. Historicamente, verificamos esse processo a partir do movimento conhecido como “bota abaixo” (1903-1906), quando casarões do tempo imperial foram demolidos e deram lugar a novas praças, jardins e avenidas, com destaque para a Avenida Central, outro símbolo da modernidade carioca. O responsável por conduzir as obras foi o então prefeito Pereira Passos, engenheiro que visitara Paris e ficara encantado com a remodelação da cidade promovida ainda na segunda metade do século XIX pelo Barão de Haussmann.

Entretanto, enquanto Haussmann promoveu a remodelação de Paris a fim de evitar as revoluções operárias, Pereira Passos “se orientava pelos fins exclusivamente progressistas de emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade europeia” (BROCA, 1956, p. 13). Tal fato, por si só, já indica a artificialidade deste movimento: a elite carioca interessava-se em experimentar a sensação de viver na Europa – mais especificamente em Paris – e, para isso, acreditava estar criando um oásis em meio à selva que, na visão dela, era o Brasil.

A reformulação da capital da República e a crescente industrialização acabaram por atrair um número muito alto de imigrantes, que reunia ex-escravos, libertos em 1888, trabalhadores das lavouras de café do Vale do Paraíba e, ainda, imigrantes europeus, especialmente os portugueses. Com isso, a cidade alcançou, em 1920, mais de um milhão de habitantes (ARAÚJO, 1993), e adquiriu de uma vez por todas a feição de metrópole moderna, concentrando uma população numerosa reunida em função de complexos industriais.

Neste contexto, a elite carioca experimentava viver em um ambiente moderno, caracterizando uma visão pastoral de modernidade, já que não se confrontava diariamente com essa multidão e podia acreditar estar vivendo em um pedaço da Europa no Brasil. Abandonando velhos hábitos, os elegantes passaram a utilizar os espaços da rua como ambientes de sociabilidade, e encontravam-se nas praças, palácios e jardins, aproveitando os locais que lhes eram exclusivos:

Com muita brevidade se instala uma rotina de hábitos elegantes ao longo de toda a cidade que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo (SEVCENKO, 2003, p. 53).

Assim, ocorre uma integração entre a cidade reformulada e a elite, que incorpora hábitos da metrópole francesa, revelando mais uma vez a artificialidade característica da *Belle Époque* carioca. Esse clima de euforia partilhado pelos elegantes criou uma sensação dupla de progresso, pois, ao mesmo tempo em que era possível desfrutar de um ambiente moderno, este só era acessível à elite burguesa. O narrador de “As palavras da máquina”, embriagado pela euforia da modernidade, exalta o progresso que acredita estar representado pela máquina enquanto atribui a ela a responsabilidade por promover uma revolução, dizimando a miséria e igualando a todos:

Maravilha do Homem-Deus! Enfim, em todos os aspectos da vida, nos campos e nas cidades, a máquina realizando a aspiração – arredara a miséria, abriu os cérebros, alongara o tempo, encurtara a terra, acabara as castas, multiplicara a produção, aumentara a fortuna, democratizara, igualara. A máquina, a verdadeira revolução! (RIO, 1921, p. 142).

Na ilusão da modernidade democrática, o narrador, acreditando estar a par das estatísticas, ignora o restante da cidade que não podia desfrutar do progresso, ignorando, neste sentido, as consequências relativas às alterações no modo de produção. Estas questões, lembremos, são conhecidas e percebidas com entusiasmo pelo narrador, que ressalta o fato de a máquina executar, sozinha, o trabalho de 30 operários, em outros tempos. Contudo, quando observamos o contexto histórico e social, percebemos as limitações dessa perspectiva pastoral assumida pelo narrador: o aumento populacional desenfreado em função da imigração, acabou por agravar os problemas sociais já existentes no Rio, pois a indústria não consumia toda a mão de obra disponível. Em 1906, cerca de 200 mil pessoas não tinham um posto de trabalho definido, e “sustentavam-se prestando serviços irregulares ou viviam na fronteira da legalidade, como ocorria com prostitutas, malandros, ladrões, desertores, ciganos, ambulantes e jogadores” (ARAÚJO, 1993, p. 31). A postura do narrador revela também outra característica da modernidade: a impossibilidade de o sujeito tomar conhecimento da totalidade, podendo conhecer apenas aquilo que o rodeia. Talvez por isso ele, em sua ânsia de exaltar a modernidade e o progresso, tenha ignorado, num primeiro momento, as contradições da cidade moderna.

O narrador, em função de sua visão pastoral, ignora as complexidades do fenômeno moderno, e exalta a máquina como a um Deus. Em Baudelaire, Berman (1986) percebe tal perspectiva no prefácio ao “Salão de 1846” e também no ensaio “O pintor da vida moderna”, nos quais o poeta

celebra a vida moderna, exaltando os burgueses e a modernidade em si. Entretanto, essa celebração exalta o fenômeno enquanto “um grande show de moda, um sistema de aparições deslumbrantes, brilhantes fachadas, espetaculares triunfos de decoração e estilo” (BERMAN, 1986, p. 133). As imagens geradas por esta perspectiva revelam uma modernidade aparente, assimilada aos ambientes e objetos, “encarnada na última moda, na última máquina” (BERMAN, 1986, p. 134) e, portanto, muito próxima da que se verificou durante a *Belle Époque* tropical.

A noção de modernidade enquanto a busca incessante do novo, visualizada primeiramente na moda, mas também nos hábitos e costumes da sociedade carioca, foi a principal característica da vida moderna verificada no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Uma vez finalizada a regeneração da cidade, “las prácticas culturales aristocráticas de origen francés e inglés” foram adotadas como forma de “consolidar y legitimar la distinción y la superioridad de la elite carioca” (NEEDELL, 2012, p. 246). Esta situação acabou por acelerar uma febre de consumo de mercadorias europeias, pois “en la *belle époque*, la pasión por estar ‘al día’ con la moda europea se había tornado casi tan feroz en Río como en Europa” (NEEDELL, 2012, p. 260). Desta forma, cria-se um ciclo de consumo no qual as mercadorias, envolvidas na lógica do mercado capitalista, revestem-se também de uma perspectiva temporal, pois é necessário acompanhar aquilo que era moda na Europa.

A relação da moda com o tempo, juntamente com a obsessão da elite carioca em habitar a sua Paris dos trópicos, estabelece, também por aqui, uma dinâmica própria da modernidade: o novo adquire o status de valor, pois passa a ser assimilado à noção de moderno, e só tem valor aquilo que é moderno. Compagnon (2010, p. 19) afirma que o novo enquanto valor e sinônimo de moderno adquire a noção que tem para nós a partir

da invenção do progresso, ou seja, “a definição de um sentido positivo do tempo”. Tal concepção de tempo pressupõe um tempo cristão, “irreversível e acabado”, quando na origem está a perfeição, depois acontece o pecado e caminha-se novamente para retomar a perfeição, estabelecendo uma concepção de tempo ascendente – ou positivo –, que é “linear, cumulativo e causal” (COMPAGNON, 2010, p. 19).

Se nos pautarmos pela perspectiva cristã de tempo, podemos entender que o narrador percebe a máquina como o ponto culminante do processo que encaminha novamente para a temporalidade perfeita. Nos diz ele: “Quem diante da máquina não sente o orgulho do homem, que enfim realizou o sonho da espécie? Por que não ver na máquina o Deus racional equilibrador do mundo?” (RIO, 1921, p. 144). Neste sentido, a menção ao Deus racional capaz de equilibrar o mundo torna-se especialmente interessante, visto que o retorno ao tempo da perfeição só pode ser concretizado na presença deste deus. Pela perspectiva do narrador, não seria exagero encarar a máquina como a divindade responsável por restaurar o tempo da perfeição.

Entretanto, a busca por retomar este tempo pressupõe também “um futuro infinito”, no qual o novo passa a ser perseguido a todo custo. Compagnon (2010) recupera, em partes, a querela dos antigos contra os modernos, ocorrida no fim do século XVII, para demonstrar a oposição entre novo e antigo, ultrapassado, que caracteriza, até certo ponto, a modernidade. Pautados pela noção de que o conhecimento científico oferece perspectivas de aperfeiçoamento constante do que já foi, os modernos afirmam sua superioridade frente aos antigos, tanto no campo científico quanto do gosto: “do ponto de vista dos modernos, os antigos são inferiores porque primitivos, e os modernos, superiores, em razão do progresso, progresso das ciências e das técnicas, progresso

da sociedade etc” (COMPAGNON, 2010, p. 19). Fica estabelecido, deste modo, um tempo no qual, em todas as esferas da vida e da sociedade, tudo passa por transformações constantes e é, portanto, sempre passageiro.

Neste sentido, Berman (1986, p. 15), na tentativa de elencar definições possíveis para a vida moderna, afirma que “ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é solido desmancha no ar’”. Esta sensação guarda relação direta com a perspectiva do novo enquanto algo a ser perseguido a todo custo, o que nos leva a uma característica essencial da modernidade, percebida por Benjamin (2019) e retomada por Berman (1986) e Compagnon (2010): ela guarda em si a sua própria antiguidade e, portanto, a sua própria morte. Por isso, a máquina, personificação do progresso e da modernidade no conto de João do Rio, foi abandonada nos fundos da fábrica: embora represente a invenção tão perseguida pela humanidade, existem várias outras máquinas, inclusive superiores a ela, que ocuparão seu lugar e, em seguida, também serão substituídas.

OS PARADOXOS DA VIDA MODERNA

No momento de maior devoção do narrador diante da máquina, ela se manifesta: “ – Pobre homem! ” (RIO, 1921, p. 143), e tem início um diálogo por meio do qual a máquina revela uma visão antipastoral da modernidade. O narrador, ao ouvir tal exclamação, pensa que, em algum canto da fábrica, poderia haver algum bolchevique escondido, tendo ele sido o responsável por pronunciar tais palavras. Esta menção aos bolcheviques revela outra perspectiva acerca da modernidade: sua associação direta ao capitalismo, pois apenas um crítico a este sistema seria capaz de contestar a superioridade da máquina.

No entanto, prontamente o narrador descobre que foi a própria máquina quem falou, e segue falando:

– Sim, Homo Faber. Estás diante do Deus. É sorte humana procurar a felicidade sem a encontrar. A mim esperou e aos poucos foi criando a humanidade durante dois mil anos, para diminuir o trabalho, dar contentamento e fazer os homens iguais. Até agora, como de agora em diante, a máquina não aliviou um só homem de uma só hora de trabalho. Ao contrário. Aumentou para cada um, mesmo para os ociosos, o peso da vida e o labor atroz da preocupação (RIO, 1921, p. 144).

A máquina retoma o tema de ter sido ela criada após anos de esforço da humanidade, revelando a noção de a modernidade como algo perseguido ao longo da história, e a máquina, por sua vez, representa a culminância desta busca. Tal perseguição, que tinha como objetivo facilitar o trabalho, não obteve sucesso, pois, ao contrário do que pensava o narrador, a invenção da máquina resultou em aumento de trabalho e preocupação constante.

Desta forma, a máquina, em oposição ao narrador, revela uma visão antipastoral da modernidade, pois a reconhece enquanto um tempo paradoxal: na mesma medida em que a adoção da máquina diminui o trabalho do ser humano e acelera a escala de produção, acaba criando um sistema no qual o homem torna-se refém da máquina. Assim como a figura do Automóvel, na crônica “A era do Automóvel”, a máquina representa a modernidade e encarna em si tanto o progresso quanto a decadência da vida moderna.

Berman (1986), em seu esforço por compreender a visão antipastoral da modernidade encontrada em Baudelaire, propõe que a pensemos enquanto oposição à visão pastoral, em um dualismo que talvez o próprio poeta não tenha percebido. Desta forma, a modernidade, para Baudelaire, teria o “poder de gerar formas de ‘show de aparências’, modelos brilhantes, espetáculos glamorosos, tão deslumbrantes que chegam a cegar os indivíduos

mais perspicazes para a premência de sua própria e sombria vida interior” (BERMAN, 1986, p. 135). Tal cegueira, vivenciada pelo narrador de “As palavras da máquina”, impede que ele veja não só a sociedade ao seu redor, como também olhe para si.

A máquina, em seu monólogo, expande a reflexão do campo do trabalho para as demais áreas da vida, criando para si a imagem de um polvo que, com seus vários tentáculos, delega uma série de sensações e percepções novas aos seres humanos:

A máquina era o sonho realizado da igualdade, entretanto. Nessa ilusão inventaram-me. E eu tornei-me o monstro, o grande monstro universal, o polvo da terra, com milhões de tentáculos, cada um deles com um nome — inquietação, sofrimento, ambição, moléstia, raiva, miséria, exploração, ignomínia, escravidão, fealdade (RIO, 1921, p. 145).

Os vários tentáculos desta modernidade podem ser considerados como resultantes da vivência do choque provocada pela vida moderna. Benjamin (2019), em sua leitura da obra de Baudelaire, percebe uma ligação entre a multidão das grandes cidades e as experiências de choque (*Schock*), relacionadas aos diferentes estímulos proporcionados pela vida na metrópole moderna. O choque acarreta a perda da memória, responsável por converter “experiência (*Erfahrung*)” em “vivência (*Erlebnis*)”, e determina, na perspectiva de Benjamin (2019), toda a existência do homem moderno.

Em seu fulgor diante do narrador, a máquina pede que ele admire tudo o que foi por ela realizado:

Admira-me. É preciso que os homens descubram a beleza do que realizam. Mas vê que eu retirei a beleza da terra, pus na esperança dos vales a angústia sem remissão, enchi as cidades da fúria lívida dos escravos da fatalidade, enegreço os céus e também as almas—aumentei o ódio universal com a força de todos os mais motores, teço os desesperos com os tecidos, ligo com os países as cóleras, confundo os horrores com a rapidez, centuplico o trabalho de cada um e a inquietação de cada coração, e alastro sobre a terra a fealdade física e a fealdade moral (RIO, 1921, p. 147).

A máquina ordena ao narrador que a admire e, em consequência, tome conhecimento de toda a beleza alcançada pela humanidade ao criá-la. Contudo, ao reunir a beleza em si, a máquina retirou-a do restante do mundo, reencenando, com isso, a oposição entre natural e artificial. Ao retirar a beleza da terra e enegrecer os céus, a máquina e, portanto, o artificial, derrotam o natural, e legam à humanidade um ritmo de vida desesperado, na qual o trabalho é o valor supremo. A dominância da máquina legou à humanidade a angústia, a incerteza, o ódio, o desespero, ou seja, uma série de horrores que, em função da rapidez da vida moderna, não são percebidos pelo ser humano, envolvido pela velocidade da vida moderna.

A máquina, neste sentido, ressalta o fenômeno da multidão e da pressa, características essenciais da modernidade na perspectiva de Benjamin (2019). O filósofo a considera em sua relação com a metrópole moderna, que oferece inúmeras situações de choque. Estas, por sua vez, se convertem na realidade da vida moderna, e manifestam-se tanto durante a caminhada no meio da multidão, conforme experimentada por Baudelaire, como no trabalho repetitivo do operário. Em uma de suas definições de modernidade, Benjamin (2019, p. 76) recupera uma citação de Baudelaire, que incorpora em si tanto a visão pastoral quanto antipastoral da modernidade:

‘é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia que engole o pó das fábricas e respira partículas de algodão, cujos tecidos se deixam penetrar pela alvaiade de chumbo, pelo mercúrio e por todos os venenos necessários à produção de obras-primas... Essa população vai se consumindo diante das maravilhas que, afinal, a Terra lhe deve; sente correr em si um sangue púrpura e lança um longo olhar carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras nos grandes parques’. Essa população é o pano de fundo do qual se destaca o perfil do herói. A imagem que assim se apresenta recebeu de Baudelaire a legenda adequada: por baixo dela escreveu a palavra *la modernité*.

Neste sentido, o filósofo afirma que, para viver a modernidade, é necessário ter uma “constituição heroica” e, por isso, “o herói é o verdadeiro sujeito dessa modernidade” (BENJAMIN, 2019, p. 76). Os choques acabam por produzir nos indivíduos modernos uma nova sensibilidade, na qual “a instância psíquica encarregada de captar e observar o choque passa a predominar sobre as instâncias encarregadas de armazenar as impressões na memória” (ROUANET, 1981, p. 48). O homem moderno precisa estar sempre preparado para interceptar os choques e, em seguida, neutralizá-los e, talvez por isso, não consiga perceber os horrores do mundo criados pela máquina.

A modernidade se constitui em uma série de vivências do choque, que são experimentadas continuamente, e acarretam diferentes sensações aos indivíduos (os tentáculos do polvo, na metáfora da máquina de João do Rio). Estes, por sua vez, não têm mais a possibilidade de transformá-las em experiência, já que não alcançam elevá-las à memória e, portanto, não podem repassá-las aos demais. Talvez em razão disso o narrador de “As palavras da máquina” guarde em si a impressão de ser a máquina e, por extensão, a modernidade, apenas a culminância da evolução da humanidade e, por isso, traria apenas benefícios. Mergulhado, o próprio narrador, no turbilhão da vida moderna, não poderia desviar dos contínuos choques que atrofiam a experiência.

Benjamin (1994, p. 198) afirma que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores”. Na opinião do filósofo, as melhores narrativas escritas seriam as que se mantivessem mais próximas das histórias orais. Estas são contadas por narradores anônimos, divididos preferencialmente em dois grupos representados pelo camponês sedentário e pelo marinheiro comerciante, respectivamente. Cada um destes pode ocupar a posição de narrador porque tem histórias para contar, ou seja, possui

experiências de vida que podem ser repassadas aos demais por meio da narração.

Estes narradores, entretanto, identificados aos contadores de histórias, não mais têm espaço nas narrativas modernas, isto porque estamos cada vez mais privados “da faculdade de intercambiar experiências”, pois “as ações da experiência estão em baixa” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Diante dessa impossibilidade, o filósofo prevê a morte da narrativa como a conhecíamos, já que, cada vez mais, verificava-se um afastamento da tradição oral, matéria da epopeia e dos contos de fadas, por exemplo. Tal afastamento se acentua com a ascensão do romance, identificado ao livro e, conseqüentemente, à invenção da imprensa, elemento fundamental da burguesia. Por ter como suporte o livro, o romance não tem de guardar nenhuma relação com as narrativas orais.

O narrador de um romance está mais próximo do indivíduo isolado, recluso em seu trabalho de escrita. O narrador das histórias orais, por sua vez, “retira da experiência aquilo que ele conta: da sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Este tipo de narrador não está interessado apenas em repassar informações, como fazem os jornais, por exemplo, mas sim em repassar as suas próprias experiências. Uma vez que a vida moderna não permite mais elaborar experiências, apenas acumular vivências, instala-se uma crise na figura do narrador, da qual nos fala Benjamin (1994).

O narrador de “As palavras da máquina” reflete essa crise, pois conserva uma visão muito restrita da modernidade, alinhada com a sua vivência e percepção individuais. A construção do conto em forma de diálogo reforça tal noção, pois propõe um embate entre a visão pastoral do narrador e a visão antipastoral, manifestada pela máquina. Contudo, mesmo após esse embate, percebemos

que o narrador mantém a sua perspectiva inicial acerca da modernidade:

— Mas que queres tu, com dizeres amargos, máquina? A amargura é uma ingenuidade. Que adianta chorar o que não tem remédio? Poderíamos viver sem a máquina? Que seria do progresso, do conforto, dos capitalistas e dos seus parasitas, da classe operária e dos seus exploradores? E o trabalho? E o capital? E os economistas? E os chefes revolucionários? Trabalhou-se tanto em tão pouco tempo que, para não morrer, só há uma saída: arranjar mais trabalho. Só tu, máquina, que fizeste a fortuna e a destruístes, podes concertar o mundo. Todos nós só te temos a ti, Deus (RIO, 1921, p. 148).

Neste trecho, encontramos a relutância do narrador em admitir o caráter duplice da máquina e, em consequência, da modernidade. Elevando o progresso e o conforto acima de tudo, o narrador parece não conseguir imaginar o mundo sem a máquina, tanto que insiste em chamá-la de Deus. Em sua resistência, ele propõe que a máquina conserte os problemas por ela criados, reiterando a noção de ser a máquina a responsável por reconduzir a humanidade ao tempo da perfeição.

Porém, na parte final do conto, o narrador revela que talvez as palavras da máquina tenham sido fruto apenas de sua imaginação: “Fiquei à espera que a voz continuasse. Mas a máquina calara-se. Ou talvez nunca tivesse falado, e fosse tudo de minha imaginação. [...] Saí então do hall, onde a máquina velha parecera falar, sem acreditar no que ela dissera” (RIO, 1921, p. 149). A dúvida, que se mantém ao final do conto, deixa em aberto a possibilidade de o próprio narrador guardar também a visão antipastoral da modernidade, e travar ele, em sua própria consciência, um embate entre ambas as visões ao deparar-se com a máquina abandonada.

A obsolescência da máquina, junto à perspectiva negativa acerca da modernidade manifestada por ela, permitem que pensemos novamente acerca do novo/novidade enquanto o principal valor da modernidade. Gagnebin (1999,

p. 48), ao refletir sobre os escritos de Walter Benjamin, afirma que, para o filósofo, o conceito de moderno, considerado enquanto sinônimo de novo, “ameaça implodir sua relação com o tempo”, e a modernidade “adquire uma característica que, ao mesmo tempo, a constitui e a destrói”. Por isso, o homem moderno está sempre atrasado, sobrecarregado de trabalho: ele precisa fazer sempre mais e mais.

Em Baudelaire, entretanto, Benjamin (2019) percebe este novo como desesperado, uma fuga constante do tempo, que a tudo consome. Na Paris que se reconstrói, o poeta percebe os escombros e os novos edifícios, destruição e reconstrução convivendo lado a lado, que evidenciam “a transitoriedade das grandes cidades” (BENJAMIN, 2019, p. 85). Por isso, a metrópole moderna é o melhor lugar para se visualizar o tempo corrosivo associado à modernidade, que contém em si a morte, pois tudo está em vias de desaparecer, continuamente. Assim como a máquina, abandonada nos fundos da fábrica, esperando que a concertem, para que volte a cumprir sua função.

Entretanto, o narrador, ao sair da fábrica, passa por um hall cheio de outras máquinas, demonstrando que a velha máquina perdera o seu espaço, e que nada lhe restava senão o fim: “Havia um fragor de desastres ritmado, coordenado, normalizado. As máquinas galopavam, galopavam, mastigavam, mastigavam, incansáveis assombros de mecânica, rodas ligadas a rodas, um só impulso movimentando marcha, mastigação dos ferros, dos aços” (RIO, 1921, p. 150). Repleto o hall de máquinas que cumprem a mesma função, não há necessidade de recuperar a antiga e, em pouco tempo, também as máquinas que hoje trabalham serão substituídas, e assim sucessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto “As palavras da máquina”, publicado no livro *Rosário da Ilusão*, de João do Rio, contrapõe duas visões distintas de modernidade, caracterizadas com base em Berman (1986): uma pastoral, que revela a euforia com o moderno, manifestada pelo narrador; e uma antipastoral, verbalizada pela máquina, e envolve desde as vivências de choque experimentadas pelo indivíduo moderno até a situação de abandono da própria máquina, uma consequência da transitoriedade característica da modernidade. Assim, a narrativa de João do Rio articula as duas visões acerca do fenômeno moderno, e encaminha a discussão para uma perspectiva que a considera enquanto sinônimo de moderno/novo, na qual se luta constantemente não contra o antigo, mas contra um tempo corrosivo que carrega em si também a morte (GAGNEBIN, 1999). Ao indivíduo moderno, assim como à máquina, personagem do conto de João do Rio, nada resta senão perseguir a modernidade, tentando, continuamente, sobreviver a ela, mesmo sabendo que tal tarefa é impossível.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer: a cidade e família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BENJAMIN, Walter. Baudelaire e a modernidade. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*.

Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

COMPAGNON, Antoine. O prestígio do novo: Bernard de Chartres, Baudelaire, Manet. In: COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Tradução de Cleonice P. Mourão, Consuelo F. Santiago e Eunice D. Galéry. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HOBBSAWM, Erich. *A era do capital*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedad y cultura de élite en Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX*. Tradução de Lília Mosconi. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

RIO, João do. *Rosário da Ilusão*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana; Livraria Francisco Alves, 1921.

RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o Anjo: Itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Submissão: agosto de 2021.

Aceite: novembro de 2021.

PROCESSO DE (IN) SIGNIFICAÇÃO DE CORPOS PRETOS NO ESPAÇO DIGITAL

Thiago da Silva Lima¹
Débora Massmann²

Resumo: O corpo preto no Brasil passa a ser significado por meio de condições de produção que produzem equívocos sobre sua existência e aspectos relativos à sua cultura e estilo, por exemplo. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa analisar o processo de (in) significação de corpos pretos no/pelo espaço digital, que provoca diferentes formas de significação dos sujeitos individuados por instituições outras, segundo Dias (2018), a partir do vídeo “como um preto pode ficar rico no Brasil”, veiculado no canal do YouTube thiago-fonseca. Para executar esse gesto analítico, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, formulada por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que trabalha com o discurso como objeto teórico de estudo em intrínseca relação com questões sócio-históricas, ideológicas e políticas visando compreender diferentes processos de significação por meio da linguagem, de acordo com Orlandi (1984; 2017). Para isso dialogamos com Orlandi (2006; 2007; 2008), Pêcheux (2014), Moreira (2019), Kilomba (2019), Almeida (2018), dentre outros/as. Mediante esse aporte teórico, nos debruçamos sobre o material analisado e interrogamos os usos de recursos visuais e os dizeres do sujeito como uma forma de questionar o apagamento de traços subjetivos de si e de seu público para se ajustar ao lugar social da riqueza. Compreendemos que esse apagamento de aspectos subjetivos participa de um jogo discursivo de manutenção dos ideais do colonizador e apagamento de formas de vida dissidentes. Assim, buscamos des-superficializar a falsa consciência de verdade que interpela os corpos pretos no digital e verificar os sentidos em performance.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Corpo; Espaço digital.

Résumé: Le corps noir au Brésil devient significatif par le biais de conditions de production qui donnent des idées fausses sur son existence et les aspects relatifs à sa culture et son style, par exemple. Dans cette perspective, le présent travail vise à analyser le processus de (in) signification de corps noirs dans/par l'espace numérique, qui provoque différentes formes de signification des sujets individuels par d'autres institutions, à partir de la vidéo “comment un noir peut devenir riche au Brésil”, diffusé sur la chaîne Youtube thiagofonseca. Pour réaliser ce geste analytique, nous utilisons les hypothèses théoriques et méthodologiques de l'analyse de discours, formulée par Michel Pêcheux et Eni Orlandi, qui travaille avec le discours comme objet théorique d'étude en relation intrinsèque avec les questions socio-économiques, historiques, idéologiques et politiques visant à comprendre différents processus de signification à travers le langage, selon Orlandi (1984; 2017). Pour cela, nous travaillons des auteurs, comme, par exemple, Orlandi (2006; 2007; 2008), Pêcheux (2014), Moreira (2019), Kilomba (2019), Almeida (2018), parmi d'autres/as. Grâce à cet apport théorique, nous nous penchons sur le matériel analysé et nous interrogeons les utilisations des ressources visuelles et les indications du sujet comme une façon de remettre en question l'effacement des traits subjectifs de lui-même et de son public pour s'adapter à la place sociale de la richesse. Nous comprenons que cet effacement des aspects subjectifs participe d'un jeu discursif de maintien des idéaux du colonisateur et d'effacement des formes de vie dissidentes. Ainsi, nous cherchons à rendre superficielle la fausse conscience de vérité qui interpelle les corps noirs dans le numérique et à vérifier les sens en performance.

Mots-clés: Analyse de discours; corps; espace numérique

1 Mestrando em Letras e Linguística (Universidade Federal de Alagoas) – UFAL. E-mail: thiagolimadelmiro@gmail.com

2 Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009) e professor adjunto na Universidade de Alagoas (UFAL). E-mail: deboraquel.hm@gmail.com

Trabalhar com os sentidos não é tarefa rápida e simples, pois estamos, segundo Orlandi (2008) trabalhando com algo que é desorganizado. Porém, a linguista enfatiza que é o discurso o responsável pela organização dos sentidos, ou seja, diferentes discursos vão “administrar” sentidos de múltiplas formas. A partir dessa compreensão de sentido e de discurso, objetivamos, de forma geral, neste trabalho, analisar como os sentidos sobre o corpo preto são “administrados” no discurso produzido no espaço digital por meio de um vídeo intitulado “como um preto pode ficar rico no Brasil”. O vídeo se resume à realização de um tutorial que visa convencer quem assiste de que seu modo de vida e estilo visual não contribuem para que ele alcance o lugar social de sujeito preto rico.

O vídeo, veiculado na plataforma digital YouTube, possui mais de trinta minutos de duração. Nesse período de tempo, observamos um único sujeito que explica direcionar sua fala especificamente para homens pretos, pois pretende ensinar (função de um tutorial) a esse público “escolhido” o passo a passo para se alcançar o lugar social da riqueza sendo preto e brasileiro. Porém, para chegar a tal posição, o sujeito em cena instrui seu público a ir abandonando suas preferências estilísticas, literárias, intelectuais, pois no silêncio que possibilita seu dizer (ORLANDI, 2007), a proposta do tutorial é fazer com que o público apague suas características e passem a se ajustar a um modelo de vida prescrito pela formação discursiva racista, estrutural e colonizante.

O material analítico recai na materialidade digital, que coloca em cena um sujeito preto que pretende “ensinar” o passo a passo para se alcançar o lugar social da riqueza sendo preto no Brasil. Os modos de ensino usados na performance do sujeito no espaço digital se pautam no apagamento de qualquer traço subjetivo seu e de seu público. Esse gesto de abafar traços culturais e estilísticos que podem fazer parte do modo de vida das pessoas

que assistem ao vídeo não acontece por acaso, pois, compreendemos a partir de Orlandi (2008) que o discurso não se deixa usar como um instrumento neutro. Nesse sentido, os dizeres e as imagens do sujeito em cena no espaço digital participam de um “jogo” discursivo que retoma dizeres já ditos para (in)significar os corpos pretos e silenciar suas potencialidades ancestrais e afetivas em favor da manutenção do discurso do colonizador que invalida formas de vida dissidentes à cultura europeia.

Assim, questões como a de raça, racismo, branqueamento e autorrecusa aparecem para corroborar os sentidos equívocos que produzem efeitos de verdade sobre o corpo preto. Nesse sentido, objetivamos compreender as condições amplas de produção dos sentidos pejorativos que constituem a imagem de sujeitos pretos no Brasil; investigar como esses (des)sentidos se realizam no espaço digital por meio dos dizeres e das imagens em cena; analisar o processo de (in)significação de corpos pretos no/pelo digital. Portanto, buscamos compreender os sentidos possíveis para o material analisado por meio do processo, do produto e da história a partir da linguagem em relação as suas condições de produção, bem como orienta Orlandi (1984).

Sentidos na/da história

Os sentidos e os discursos implicam uma relação intrínseca com a história. De acordo com Orlandi (2008), a linguagem é sentido e a história faz sentido, por isso os corpos estão, grandemente, para uma relação com processos históricos que significam as diferentes formas/posições-sujeito discursivas. São sentidos que retornam constantemente por meio do interdiscurso para afirmar ou refutar dizeres já ditos, porém esquecidos. Isso porque, conforme Orlandi (2008), falamos com palavras que já têm sentido. Por isso,

é necessário pensar a historicidade que atravessa os discursos que nutrem o equívoco dos sentidos do imaginário que significa os corpos de sujeitos pretos, pois essa reflexão é importante para que seja possível compreender a constituição dos sentidos de preto/negro em diferentes formações discursivas.

Nesse viés, por meio das condições amplas de produção do discurso que, de acordo com Orlandi (2006; 2015), compreendem o contexto sócio-histórico e ideológico do discurso, buscamos compreender os processos de significação de “preto/negro” no Brasil por meio de sua relação com a história. Assim, é por meio da memória discursiva que, de acordo com Brandão (2012), possibilita a inscrição do discurso na história, “retomamos” os já ditos que sustentam os dizeres possíveis para pensar, em consonância com Orlandi (2008), os processos de significação dos brasileiros (pretos) a partir do discurso do descobrimento e da (pós-) escravidão.

É o discurso do descobrimento, produzido pelo homem branco, europeu e cristão, que arroga os sentidos de um território que foi “descoberto”, colonizado. Esses sentidos passam a ser, segundo Orlandi (2008), reforçados por uma tríade científica, política e religiosa que contribui para o apagamento/silenciamento dos povos originários do território brasileiro: os indígenas. A presença do europeu branco em terras indígenas demarca a constituição de um Estado que, de acordo com Orlandi (2008), não considera o indígena como componente da cultura brasileira.

Nessa perspectiva, a instauração do europeu e de sua cultura no Brasil modificou os sentidos de todo o espaço e dos sujeitos que nele habita(va)m. Passa-se, a partir de um modelo de sociedade estrangeiro, a se caracterizar o Brasil e os brasileiros por uma premissa branca. Nesse sentido, conforme atesta Orlandi (2008), o europeu constrói os brasileiros como o seu “outro”, porém, um “outro”

que não é semelhante a si, por isso é “excluído”. A pesquisadora acrescenta que não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, mas o discurso sobre o Brasil e é o discurso sobre que, do lugar do dominante, “[...]organiza, disciplina a memória e a reduz” (ORLANDI, 2008).

Por isso, enxergamos em nós (brasileiros) a imagem, projetada no discurso, de como o Europeu nos enxerga. Assim, é sempre a visão do estrangeiro que define os parâmetros de brasilidade ou não brasilidade, é o discurso sobre o Brasil, fruto do etnocentrismo europeu, que arroga os sentidos sobre o território e seus habitantes. A história, como um fato que reclama sentidos, tal como afirma Orlandi (2008), é marcada pelo protagonismo europeu em detrimento ao apagamento de povos que tiveram seu território de moradia violado. Esse discurso dominante, forjado a partir dos ideais europeus, propicia uma gama de discursos que apagam toda forma de cultura, fé, prática social que destoe de seus parâmetros.

De acordo com Orlandi (2008), não foi apenas a presença dos portugueses/europeus que contribuíram para o silenciamento dos povos nativo-brasileiros. Com o avanço do império e da exploração dos recursos naturais do território brasileiro, a mão de obra escrava também entrou em ascensão. Portanto, a presença do negro/a africano/a escravizado/a, trazido/a à força para o Brasil, segundo a autora, também ganhou importância nesse processo de retirada dos indígenas da história da constituição de uma cultura brasileira. E esse processo de apagamento dos indígenas foi se intensificando com as políticas de imigração na tentativa de embranquecimento do país após o período abolicionista.

Entretanto, devido à alta demanda de escravização externa e a predominância de sujeitos pretos/as no território brasileiro, a elite do século XIX, de acordo com Schwarcz (2012) e Azevedo (2004), passou a engendrar formas de apagar o

período da escravidão e os sujeitos escravizados da “história” do país. A escravidão no Brasil foi um acontecimento na história do país que forjou sentidos pejorativos sobre os corpos, a cultura e a religião dos sujeitos pretos/as escravizados/as. No imaginário que significa a posição-sujeito preto/a no Brasil é atravessado de sentidos de um corpo servil, rude. Por isso, a predominância de escravizados na sociedade brasileira do século XIX não satisfazia uma elite que se pretendia monárquica.

Para falar dos sentidos que norteiam os corpos pretos no interior de uma formação discursiva racista, compreendendo a partir de Orlandi (2015) formação discursiva como o espaço discursivo que determina as condições histórico-sociais do dizer e do não-dizer, a ciência do século XIX contribuiu em grande medida para o apagamento do protagonismo negro nas práticas históricas e, também, na determinação dos sentidos pejorativos acerca do corpo preto. Um fator que contribuiu para pensar a clivagem dos corpos e seus lugares sociais foi a teoria racial.

Anterior ao século XIX, o pensamento acerca de raça partia de uma formação discursiva biológica, historicamente determinada que classificava os sujeitos por raça tomando como base características físicas, fenotípicas, conforme destaca Munanga (2004). Porém, por trás desse discurso existe algo que não está à mostra, que está silenciado: a sobreposição e dominação de classes. De acordo com Moreira (2019), raça enquanto uma construção social expressa sentidos que legitimam propósitos de dominação. No século XIX, de acordo com Munanga (2004) vários biólogos e médicos se aprofundaram nessa análise dos fenótipos dos sujeitos para usar essas diferenças como um pressuposto para dizer que os brancos eram superiores aos negros e para criar a hipótese de que pelo fato dos negros terem uma maior concentração de melanina no corpo conseguiriam

resistir melhor que os brancos ao calor e, por isso, deveriam trabalhar nas lavouras e plantações.

Schwarcz (2012) salienta que o pressuposto da raça para sustentar as posições sociais dos sujeitos apaga toda forma de exercício da cidadania, pois se limita a enxergar os traços físicos apagando, assim, as subjetividades. Kilomba (2019) salienta que alguns dos sujeitos, homens e mulheres africanos/as, escravizados/as também pertenciam à realeza africana. Porém, por meio de seus traços físicos, eram vistos apenas como “escravos/as”. Assim, o discurso racial é sustentado por sentidos de exclusão e reducionismo baseados em pressupostos fenotípicos e estéticos. É nesse contexto de sucateamento dos corpos pretos que emerge um aglomerado de imagens que pretendem significar a negritude apenas por esse viés. Segundo Moreira (2019, p. 29)

A negritude surge a partir da atribuição negativa de características morais a traços fenotípicos das populações africanas. Ela aparece em um momento histórico no qual a raça se torna um objeto de reflexão, o que produz diversas narrativas científicas, políticas e culturais destinadas a legitimar a exploração econômica de pessoas classificadas como negras

Por isso, na sociedade brasileira do século XIX, a ideologia racista que sustentava discursos pejorativos que limitavam os corpos pretos a espaços de subalternidade, interpelava os sujeitos e os fazia considerar como óbvia essa posição de escravizado imposta ao sujeito preto. Era/é por meio da ideologia (racista) que se foi naturalizando os papéis sociais de superioridade do corpo branco e de inferioridade do corpo preto. O equívoco produzido pela ideologia sobre os sujeitos pretos perpassa não apenas seu corpo, mas suas práticas sociais. Essa noção de inferioridade do preto/a forjou um imaginário que afirma esse caráter falacioso na esfera da educação, do poder, da riqueza. É essa memória cunhada pela escravidão

no Brasil que arroga sentidos que (in)significam as vidas negras.

Discurso e sujeito: processo de inscrição no espaço digital

Conforme destaca Almeida (2018), é por permear as relações sociais e se manifestar de forma individual, institucional e estrutural que o racismo participa do processo de (in)significação da imagem atrelada, no jogo das formações imaginárias, aos corpos pretos, entendendo a imagem, aqui, não apenas como mero recurso não verbal, mas sim, em consonância com Orlandi (2017), como discurso.

Para tanto, é mediante práticas de discriminação e exploração de corpos historicamente marginalizados e sucateados por discursos excludentes pautados numa formação discursiva biológica, que se constrói um conjunto de imagens que corroboram os sentidos pejorativos que interpelam os corpos dos sujeitos pretos. Essa manifestação de aversão por vidas que não seguem uma regularidade imposta (de forma ostensiva), se materializa como preconceito, no caso da afetação desse preconceito nos corpos negros, é possível falar em racismo. Entende-se, a partir Almeida (2018, p. 25), racismo como:

[...] a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo, afirma, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para produção das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Assumir o racismo como uma manifestação social e não como um fenômeno patológico é corroborar a noção ensejada por Orlandi (2015) de que os sentidos não nascem com os sujeitos e, por conseguinte, os sujeitos não são donos dos sentidos – apesar de esquecerem-se disso. Por isso, não nascemos racistas, misóginos, homofóbicos, xenofóbicos vamos, ao longo da vida, nos

identificando com os sentidos de dadas formações discursivas e vamos, por meio da ideologia e do estado, nos individuando, conforme salienta Orlandi (2017), e nos inscrevendo em dadas posições sujeito discursivas.

Nesse sentido, o racismo está presente nas relações sociais cotidianas, institucionais. Ele se materializa em diferentes discursos, e pode ser, de acordo com Almeida (2018, p. 33) “tanto evidente como dissimulado”. Segundo o autor, o racismo pode se apresentar de forma explícita (concepção individualista) ou de forma implícita (concepção institucional). Essas concepções se referem às diferentes formas de acontecimento do racismo na sociedade, tendo em vista que é necessário, de antemão, tomar o racismo como estrutural, ou seja, como algo que “integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável” (ALMEIDA, 2018, p. 25). Porém, Moreira (2019), afirma que a forma explícita de manifestação do racismo já não é mais tão frequente atualmente quanto era no período escravocrata, pois “[...] atos abertamente racistas são reprovados pela moralidade pública no mundo atual”.

Compreender o racismo como estrutural, conforme salienta a tese de Almeida (2018), é entender que ele se localiza nas bases de constituição da nação brasileira. Portanto, todas as relações sociais, constituídas dentro ou fora das instituições, estão, em alguma medida, sustentadas pelo racismo, pois ele “[...] é uma decorrência da própria estrutura social” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Mas o racismo se apresenta em diferentes espaços discursivos e, portanto, produz diferentes efeitos. Almeida (2018), ao apresentar as concepções de racismo, salienta que elas se referem a como o racismo interpela os sujeitos e causa as reações que reproduzem o preconceito sobre as vidas negras modificando seus comportamentos, afetando seus corpos. Essas reações são possíveis, porque o racismo “[...] aparece como um ato intencional

e arbitrário de um indivíduo em relação a outro, ação baseada em julgamentos negativos sobre os membros de outro grupo racial” (MOREIRA, 2019, p. 27).

Entretanto, o corpo pensado pela teoria da Análise de Discurso não se refere a um organismo tangível, real. Por isso, é possível pensar que o racismo (in)significa o sujeito preto de duas formas: pela carne e pelo corpo. Ambos os termos podem, numa leitura superficial, significar a mesma coisa, porém não são. De acordo com Souza (2010), a carne se refere ao físico, e o corpo à forma assumida pela carne no discurso. Para o autor, a carne passa por um processo de discursivização no qual é (re)significado pela língua, linguagem, história e ideologia. Por isso, para Souza (2010), quando pensamos em corpo estamos pensando em outras formas de imaginar, esperar, erguer, administrar a carne, estamos pensando em corpodiscurso. Afinal, é a partir do corpo que vamos compreender as diferentes formas de constituição do sujeito por meio dessa materialidade, pois, conforme salienta Orlandi (2017), o sujeito é a materialidade do corpo e vice-versa.

É pelo corpodiscurso preto que é possível verificar os sentidos na/da história que constituem imagens que (in)significam a sua existência e que são sustentadas por uma formação discursiva racista. Isso porque, de acordo com Orlandi (2017), por mais que os sentidos e os sujeitos pareçam estar sempre já lá, na verdade, eles são, por meio de um efeito ideológico, produzidos. É por isso, conforme testa Orlandi (2017, p.85), “que se pode dizer que a relação do sujeito com o corpo aparece como transparente, mas não é”.

Por isso, quando pensamos o corpo preto, pensamos um corpo que está imbuído por sentidos já dados, estabelecidos e estabilizados, conforme salienta Orlandi (2017). Esses sentidos criam formulações sobre o seu corpo em diferentes discursos. Por isso, conforme será analisado adiante,

o sujeito preto contemporâneo, tendo o seu corpo afetado pela forma histórica capitalista, participa de um processo de desidentificação com sua própria materialidade, ou seja, ele, ao se identificar com a formação discursiva racista que, historicamente, repudia seu corpo, passa a se ajustar aos moldes brancos para se enunciar enquanto sujeito rico no espaço digital.

Esse descontentamento consigo, demonstrado pelo sujeito protagonista dos recortes imagéticos que serão analisados neste trabalho, acontece devido à ligação do corpo do sujeito ao corpo social. Assim, sendo a sociedade brasileira construída sobre bases racistas, conforme salienta Almeida (2018) ao definir o racismo também como estrutural, o sujeito preto do material analisado é afetado pelos discursos e instituições que significam seu corpo como um espaço indesejado e, por isso, precisa passar por formulações para “pertencer” ao espaço da riqueza. Esse gesto de contorção para caber em moldes socio-historicamente significados como superiores acontece, pois, de acordo com Moreira (2019), ao corpo branco foram construídos sentidos de integridade moral, sucesso econômico etc.

Nesse sentido, o corpo desse sujeito passa por um processo de apagamento/silenciamento (ORLANDI, 2007) de suas práticas sociais anteriores, pois elas, historicamente, não agradam a um modelo de sociedade que se pretende ideal. Por isso, o sujeito, para ter seu corpo discursivizado como o corpo de um homem rico, inicia um processo de abandono de suas formas de ler, vestir, pensar. Mas esse procedimento de ajustamento de seu corpo às formas de ser rico acontece num espaço em que as formas de significação do corpo e dos sentidos funcionam de uma maneira diferente, porém já conhecida. Isso porque o espaço digital afeta o sujeito e desestabiliza a (re)produção de sentidos sobre a sua materialidade específica, pois,

de acordo com Dias (2016, p. 2), “o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo”.

Essa mudança, segundo Dias (2018), é possível, pois o início do século XXI apresenta uma “efervescência tecnológica” que trouxe outras possibilidades para a humanidade (se) significar. Nossa discussão sobre o corpo, mais especificamente o corpo preto, recai no digital sob outros moldes, pois, de acordo com a autora, o sujeito se inscreve na materialidade digital para significar(-se) de forma distinta. Esse deslizamento na produção de sentidos possibilitado pelo espaço digital só é possível a partir de sua inscrição na língua(linguagem), na história, na ideologia, pois a partir disso o digital passa a ser compreendido não como um espaço fechado em si mesmo, mas sim, como algo, de acordo com Dias (2016, p.3- 4),

[...] que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho.

É por meio dessas “outras condições de produção” que possibilitam uma deriva na inscrição dos sentidos e do corpo, de acordo com a autora, que pensaremos as formas de significação do corpo preto no espaço digital ou, conforme aponta Salles (2018), do corpo em performance. A performance, segundo o autor, pressupõe sentidos que estão para além do corpo, pois quando pensamos nessa noção estamos refletindo não sobre o que o corpo do sujeito é, mas onde o corpo preto, nesse caso, está, que território ele ocupa. Assim, problematizar a passagem do corpo ao espaço digital (DIAS, 2016; 2018) e pensar o território de sua performance (SALLES, 2018) são algumas de nossas preocupações.

A relação dos sujeitos com a tecnologia, com o digital, é construída por meio de um elo entre

o sujeito e a máquina (DIAS, 2018). Esse elo é resultado da forma que o sujeito se relaciona com o digital e das informações que ele/a compartilha nas redes. Por isso, de acordo com Dias (2018), o digital se constitui como repositório de dados sobre cada sujeito ou, nas palavras da autora, como memória como arquivo. Pensar que o digital tem uma memória para além do sistema lógico-matemático que o constitui, segundo a autora, é compreender que as informações arquivadas no/pelo digital são dadas pelos sujeitos. Em consequente, essas informações comportam uma série de preferências e “escolhas” socio-históricas e ideológicas que se referem à inscrição dos sujeitos em diferentes formações discursivas/ideológicas e, também, à forma sujeito histórica atual. Essa coerência entre a máquina e o usuário acontece pois o digital “[...]vai se configurando às necessidades, anseios, dúvidas do usuário” (DIAS, 2018, p. 75).

Orlandi (2017), ao tratar da noção de forma sujeito, ressalta o seu caráter de correspondência ao momento histórico de seu acontecimento. Ou seja, a forma sujeito histórica medieval não é mesma da contemporaneidade. Além disso, a constituição da forma sujeito passa por um processo que parte da interpelação do indivíduo em sujeito até a sua individu(aliz)ação. O processo de individu(aliz)ação do sujeito, conforme salienta Orlandi (2017), acontece por meio do estado e das instituições. Nesse sentido, a forma sujeito histórica atual comporta um sujeito capitalista e dotado de direitos e deveres. Quando individuado o sujeito vai se identificar (ou não) com dadas formações discursivas.

Compreender, mesmo que de forma sintética, o processo de individu(aliz)ação do sujeito pelo estado e instituições, nos ajuda a situar o digital enquanto participante desse processo, pois, conforme salienta Dias (2018, p. 74), “[...]o modo de individuação do sujeito capitalista, pelo discurso da tecnologia, produz efeitos nos processos de

identificação, na produção dos sentidos”. Nesse sentido, pensar como o digital significa o corpo preto é de grande relevância. Couceiro de Lima (2001) chama a atenção para a forma que o discurso digital televisivo coloca o corpo preto em performance no território das telenovelas da rede Globo.

A autora destaca que atores e atrizes negros/as não assumiam papéis de protagonismo narrativo e sempre eram colocados/as para dramatizar a faxineira, o motorista, o jardineiro, moradores de periferia. Esses papéis sociais atribuídos a personagens negros/as participam de um imaginário, do qual fala Fanon (2008), que situa o corpo preto em espaços discursivos de subalternidade. Assim, a forma que esse imaginário é transportado para o espaço digital corrobora não apenas os equívocos do imaginário acerca de homens e mulheres pretos/as, mas também a inscrição dos sujeitos roteiristas e produtores de telenovelas em uma formação discursiva racista que reserva para sujeitos pretos espaços de não protagonismo. Pois, conforme ressalta Couceiro de Lima (2001, p. 4), “[...] a mídia absorve o racismo vigente na sociedade brasileira, ou seja, esse racismo que ela mesma denominou cordial e que tão bem é incorporado nos produtos que veicula”.

Além disso, Couceiro de Lima (2001) salienta o papel de reprodutora da realidade social tal qual ela é que o discurso digital televisivo comporta no imaginário que o constitui. Segundo a autora, a mídia funciona como um espaço no qual a realidade é retratada de forma fidedigna, portanto, nesse imaginário, se o sujeito preto/a está sendo dramatizado como o motorista, a faxineira, o bandido é porque a realidade social desses sujeitos é essa. Esse discurso roteirizado participa do já dito sobre o sujeito preto historicamente, dos sentidos estabilizados ideologicamente, tal como salienta Orlandi (2017).

São esses sentidos de inferioridade e de pertencimento a lugares sociais marginalizados pela sociedade brasileira, que levam o sujeito em cena do material analisado neste trabalho a não se identificar com o espaço social reservado para si por um imaginário falacioso forjado sócio-histórica e ideologicamente sobre seu corpo, sua existência. Entretanto, essa desidentificação não se situa num campo de resistência, mas numa perspectiva discursiva que apaga seu corpo e sua identidade para se ajustar aos moldes da formação discursiva que rejeita sua existência.

Discurso em análise: o corpo do sujeito atado ao espaço digital

O material que compõe o *corpus* analítico deste trabalho é um vídeo que circula na plataforma digital YouTube intitulado como um preto pode ficar rico no Brasil. No vídeo, postado no canal Tiago Fonseca, com um número de inscritos que ultrapassa os 2 milhões, acompanhamos um jogo discursivo constituído de linguagem verbal e não verbal. Esse jogo do dizer e da imagem contribui para corroborar os sentidos do tema do vídeo. Em cena, vemos um sujeito, autodeclarado preto, que alerta sobre o conteúdo do vídeo ser exclusivamente para “os preto”, “os negão”. A partir da ressalva, compreendemos que todo o jogo discursivo que seguirá coloca apenas “os preto” em performance (SALLES, 2018), porém, apenas por meio do que será dito, mostrado e não dito pelo sujeito que “administra” os sentidos em seu discurso.

Esse jogo discursivo que coloca em cena um sujeito preto falando a partir de suas experiências de vida como outros sujeitos pretos podem ser ricos, dialoga com os cenários e objetos em cena no território discursivo digital que constitui a narratividade (SALLES; COSTA, 2016) do vídeo. Vale ressaltar que, ao apresentar um tutorial de como um preto pode ficar rico no Brasil, o sujeito

que constrói a sequência discursiva do tutorial afirma estar situado no lugar social de rico. Assim, seu lugar social passa a ser usado como uma forma de legitimação do que será dito, ou, nas palavras do sujeito em cena “se eu consegui, você também consegue”. No recorte abaixo podemos ver como o que está sendo dito se relaciona com o que está sendo mostrado.

Recorte 1:



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jjsKnOvqzNo> aos 0:58. Acesso em: 25 mai. 2022.

Ao passo que o sujeito vai apresentando a proposta do vídeo, o cenário participa do seu dizer como uma forma de validar o que está sendo dito. Ou seja, se ele pretende ensinar o passo a passo de como um preto pode enriquecer no Brasil, ele, primeiro, precisa validar a sua posição de sujeito preto rico para que o seu discurso tenha validade para o “outro”. Afinal, o imaginário que significa sujeitos ricos no Brasil comporta uma série de imagens e discursos que corroboram essa posição sujeito. Por isso, no vídeo, apenas o dizer não valida o discurso do sujeito protagonista, então o enquadramento da câmera que captura a mansão como plano de fundo funciona como um mecanismo de legitimação do dizer. Ou seja, se ele tem uma mansão, ele é rico, portanto, ele pode falar sobre riqueza e ensinar as formas de alcançar a riqueza.

Orlandi (2007) afirma que o processo de significação é aberto, mas é regido, administrado. Nesse sentido, se considerarmos que o sujeito em cena, apresentado no recorte acima, é o condutor do enredo visual, ou seja, conduz a câmera e seus ângulos, passamos a enxergar os enquadramentos do vídeo como não inocentes, pois são “escolhas” feitas pelo sujeito em cena para corroborar seus dizeres. Pois, enquanto o sujeito grava e é gravado por si, conforme argumenta Salles e Costa (2016), ele forja um duplo enquadramento que significa o espaço e a performatividade de seu corpo, pois ao mesmo tempo que o sujeito se mostra e é mostrado ele vai atando o seu corpo às condições de produção de sua inscrição na materialidade digital.

É no/pelo digital, de acordo com Dias (2018), que o sujeito se inscreve na língua(gem) de formas diferentes. Se pensarmos o sujeito em cena no primeiro recorte apresentado, seu corpo e seu nome se inscrevem no espaço digital não para referir sua identidade, mas para demarcar o seu lugar de influenciador digital. Pois o vídeo em questão não possui um cunho educacional ou de entretenimento, mas é um recurso produtor de lucro para o sujeito em cena.

A imagem que A faz de B: o jogo das formações imaginárias

Todo processo discursivo, afirma Pêcheux (2014), tem existência nas formações imaginárias. São as formações imaginárias que projetam no discurso imagens que significam os sujeitos e seus lugares sociais. Por isso, salienta o estudioso, falar em patrão e funcionário, professor e aluno significa de maneiras distintas, pois cada uma dessas posições sujeito se inscrevem em lugares sociais que comporta imagens específicas para cada uma delas. Ademais, as formações imaginárias participam de um jogo que “brinca” com as imagens que significam os lugares sociais.

Segundo Orlandi (2006), o sujeito da Análise de Discurso não é empírico, mas uma posição sujeito discursiva colocada em suspenso pelas formações imaginárias. Nesse sentido, quando pensamos em sujeito estamos situados no campo do simbólico que produz imagens acerca desse sujeito e de seu lugar social. Nesse jogo das formações imaginárias, conforme destaca a autora, temos, a princípio: a imagem que o sujeito faz dele mesmo; a imagem que ele faz de seu interlocutor e a imagem que ele faz do objeto do discurso.

A partir desse jogo das formações imaginárias, explicitado por Orlandi (2006) e Pêcheux (2014), nos dedicamos a pensar, por meio de dizeres do sujeito em cena no material analisado, sobre a imagem que esse sujeito faz dele mesmo e que imagem ele faz de seu interlocutor. Afinal, essas imagens participam de relações de sentido e de força que compreendem o lugar social de quem fala e de sobre quem se fala, pois quando o protagonista do vídeo se movimenta, nas palavras de Pêcheux (2014), ele faz a imagem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Assim, observemos o funcionamento desse jogo a partir do recorte a seguir.

Recorte 2:



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jjsKnOvqzNo> aos 16:42. Acesso em: 25 mai. 2022.

A estrutura narrativa do vídeo sempre acontece assim, como mostrado na imagem: o sujeito em cena se coloca no centro do vídeo para que sua imagem e sua voz, além do cenário projetado ao fundo, sejam protagonistas desse enredo de significações. Como dito anteriormente, o sujeito busca provocar um convencimento ao seu dizer, legitimá-lo, pois o “outro” precisa se identificar com seu discurso para ser interpelado pela ideologia atravessada nele. Para isso, o sujeito A (protagonista da narrativa), por meio de um enquadramento fechado e um fundo desfocado, nesse caso, coloca em performance as expressões. O olhar sempre fixo na câmera passa uma ideia de conversa “cara a cara”, “olho no olho”. As sobrancelhas arqueadas trazem um tom de seriedade para a face do sujeito provocando a ideia de que ele é uma pessoa séria e, portanto, seu dizer deve ser tomado na mesma medida.

Mas não devemos tomar essas construções como algo espontâneo e inocente, como se realmente estivéssemos em uma conversa cara a cara com sujeito do vídeo. Seu discurso, vale salientar, está sendo mediado pelo digital e está situado nesse espaço que provoca, de acordo com Dias (2018), mudanças nos processos de significação. Portanto, ao contrário de uma conversa realizada no espaço social físico,

pelo digital as escolhas do que mostrar e do que dizer passam a ser “menos espontâneas”. Nesse momento do vídeo, observamos vários cortes na continuidade do dizer desse sujeito. Ou seja, para dizer o que está posto no vídeo ele recortou outros dizeres. Nesse sentido, entre o espaço vazio de um corte e outro há um silêncio que, segundo Orlandi (2007), sustenta toda possibilidade de dizer.

Orlandi (2007, p. 18) salienta que “[...] observar os modos de construção do imaginário necessário na produção de sentido” é uma das preocupações da Análise de Discurso. Em conformidade com a autora, compreendemos que esses “modos de construção do imaginário” de um sujeito preto rico no Brasil aparecem não apenas nos recortes imagéticos que estamos trazendo, mas nos textos que compõem as cenas mostradas. No recorte 2, por exemplo, observamos dizeres como: “você vai vir de um lugar muito pobre”, “você não vai ter conhecimento porque as escolas públicas não são boas” e “você não quer fazer medicina, você não quer fazer administração, você não quer fazer um curso de faculdade”.

Essas afirmações contribuem para a manutenção do mundo conceitual branco do qual fala Kilomba (2019). Pois nesse “mundo” sentidos de um corpo que não se inscreve nos espaços intelectuais e de riqueza, conforme inferido nos dizeres do sujeito que performativa o/no vídeo, retornam constantemente como sentidos estabilizados pela história e pela memória discursiva. É nessa formação discursiva racista, que produz equívocos sobre o corpo e a inscrição social do sujeito preto/a, que o sujeito do vídeo vai se identificar e reproduzir seus sentidos no espaço digital. Essa identificação do sujeito autodeclarado preto em cena no vídeo, acontece, pois, de acordo com Kilomba (2019), o sujeito negro/a, historicamente, sempre foi forçado a ser diferente por causa da presença alienante do “outro”. Ou seja, o branco, mediante as considerações históricas

trazidas no estudo das condições amplas de produção do discurso racista (primeira parte deste trabalho), sempre foi tomado como o ideal, como o padr(onizador)ão.

Por isso, ao falar do lugar social de seu interlocutor, compreendido como “os negão”, o sujeito no centro do dizer projeta uma imagem sobre si a partir do momento que fala sobre o outro, bem como nos trouxe Pêcheux (2014). Mas essas imagens que performatizam em nossa memória discursiva, inscrevem o público consumidor do conteúdo digital no lugar da subalternidade, da não riqueza. Não podemos esquecer que a proposta global do vídeo é apresentar um tutorial que possibilite formas de como um preto pode ficar rico no Brasil.

Considerações

Todo dizer significa. Mas, segundo Orlandi (1984), o dizer não significa de qualquer forma, pois ele se inscreve no interior de relações sócio-históricas que permitem que determinado sujeito diga algo de um jeito e não de outro, para um interlocutor específico. Por isso, os sentidos que são usados pelo sujeito em cena no material analisado não são neutros, afinal, estão inscritos em condições de produção sócio-históricas e ideológicas constituída de já ditos que retornam na forma de pré-construídos para situar o corpo preto em um espaço de dizeres pejorativos que se repetem para nutrir um modelo de sociedade pautada no racismo estrutural, bem como salienta Almeida (2018).

Nessa perspectiva analítica, questionamos os sentidos que atravessam os recortes imagéticos analisados, pois investigamos, por meio de nosso dispositivo analítico, os sentidos possíveis por meio da compreensão do processo de significação inscrito em dadas condições de produção. Nesse gesto de leitura e interpretação do material, bem

como orientado por Orlandi (2007), tomamos o texto como uma unidade de sentidos que está inscrita num contexto histórico, político e ideológico específico que permite os dizeres e não dizeres, bem como o mostrar e não mostrar do sujeito em cena no espaço digital.

Este trabalho representa um olhar atento sobre o funcionamento do discurso racista que invalida e produz equívocos e (des) sentidos sobre vidas negras. É uma crítica ao efeito de obviedade forjado, a princípio, pelo discurso do descobrimento e reverberado até a contemporaneidade. Na tentativa de produzirmos uma reflexão sobre a sociedade brasileira e suas feridas históricas que produzem sentidos que invalidam as diferentes formas de existência, este trabalho apresentou uma análise do processo de (in)significação de corpos pretos no espaço digital por meio da investigação da construção de sentidos acerca desses sujeitos mediante as condições de produção histórico-sociais que, ao longo do tempo, foram disseminando falácias sobre a vida e a cultura preta.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise de discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COUCEIRO DE LIMA, Solange Martins. A personagem negra na telenovela brasileira: alguns momentos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 88-99, dezembro/fevereiro 2000-2001.

DE SOUZA, Levi Leonel. O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao corpodiscurso. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v. 1, n. 1, 2010.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital:

um campo de questões. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v.10, n.2, p. 8-20, 2016.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, Cristiane. Discurso, texto e memória: a discursividade digital em análise. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=wWfalT4pHiM&t=4796s&ab_chanel=IFSulC%C3%A2mpusPelotas> . Acesso em: jul. de 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Tiago. Como um preto pode ficar rico no Brasil. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=jjsKnOvqzNo&t=1045s&ab_channel=TiagoFonseca>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida, n. 3º, p. 1-17, 2004.

MUNANGA, Kebengele. **Negritude: usos e sentidos**. Autêntica, 2015.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar. **Série estudos**, v. 10, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: conversa com Eni Orlandi. **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006. Entrevista concedida à Raquel Goulart Barreto.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**:

sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista- discurso do confronto:** velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In:* GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SALLES, Atilio Catosso; COSTA, Greciely Cristina. Recortes e (m) análise: no movimento da narratividade cinematográfica. **RUA**, v. 22, n. 2, p. 553-572, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: maio de 2022.